
projeto
HISTÓRIA³⁰

guerra, império, revolução

Nº 30
Janeiro/Junho/05

**REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

PUC-SP



ISSN 0102-4442

Proj. História	São Paulo	Nº 30	p. 1-423	Junho/05
----------------	-----------	-------	----------	----------

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfour / PUC-SP

Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - . - São Paulo : EDUC, 1981-
Periodicidade: anual até 1997.
semestral a partir de 1997.

ISSN 0102-4442

1. História - Periódico. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Projeto História propõe-se a levantar problemas historiográficos a partir de temáticas interdisciplinares

CDD 19.905

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em História

Maurício Broinizi Pereira

Chefe do Departamento de História

Antonio Pedro Tota

Projeto História

Editor

Antonio Rago Filho

Conselho Editorial

Adilson José Gonçalves

Afrânio Garcia (EHESS/Paris)

Alessandro Portelli (La Sapienza/Roma)

Antonio Rago Filho

Cliff Welch

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Estefânia Canguçu Knotz Fraga

Fernando Torres-Londoño

Hermetes Reis de Araújo (UFU)

Idellete Muzart (Paris X, Nanterre)

Jean Hebrard (EHESS/Paris)

Jerusa Pires Ferreira

Márcia Barbosa M. D'Aléssio

Maria Angélica Soler

Maria Odila da Silva Dias

Marcos Antonio da Silva (USP)

Marion Aubrée (EHESS/Paris)

Rosa Kulcsar

Vera Lúcia Vieira

Yvone Dias Avelno

Conselho Consultivo

Angelo Del Vecchio (Unesp)

Antonio Paulo Resende (UFPE)

Beatriz Carolina Crisório (UBA/Argentina)

Christian Castillo (UBA/Argentina)

Elias Thomé Saliba (USP)

Fernando Faria (UFF)

Hernán Veregas Delgado (UH-Cuba)

Irma Aurélio Antognazzi (UNR/Argentina)

Janaina Amado (UnB)

João José Reis (UFBA)

José Carlos Barreira (Unesp/Assis)

Margarida Souza Neves (PUC-RJ)

Maria Clementina Pereira Cunha (Unicamp)

Silvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)

Editora da PUC-SP

Direção

Marcos Cezar de Freitas

Kazumi Munakata

Silvio Y. M. Miyazaki

Coordenação Editorial

Sonia Montone

Revisão

Sonia Rangel

Revisão de Texto em Inglês

Olga M. M. Charro

Editoração Eletrônica

Carlos Guzzo

Capa

Imagem: reprodução iconográfica da pintura de Paolo Uccello, intitulada: *Bernardino della Ciarda* (Batalha de S. Romano) (detalhe), 1450 s.

Fotografia (divulgação).

Arte: *Christof Gunkel Comunicação Visual*



Rua Monte Alegre, 971, sala 38CA
05014-001 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (55) (11) 3670-8558
Fax: (55) (11) 3670-8085



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

TRADUÇÕES

EXISTE, HOJE, UM IMPERIALISMO EUROPEU?	15
<i>Is there, today, an european imperialism?</i>	
Domenico Losurdo	
COMUNISMO SEM TRANSIÇÃO?	29
<i>Communism without transition</i>	
Christian Castillo	
ANÍBAL: O GUERREIRO CARTAGINÊS E AS PÚNICAS DE SÍLIO ITÁLICO . .	57
Aníbal: the carthaginian warrior and <i>Sílios Itálico</i> ' Punica	
Everton da Silva Natividade	

ARTIGOS

TESTEMUNHO E A POLÍTICA DA MEMÓRIA: O TEMPO DEPOIS DAS CATÁSTROFES	71
<i>Testimony and the politics of memory: the time after catastrophes</i>	
Márcio Seligmann-Silva	
AS CONSTITUIÇÕES BURGUESAS E SEUS LIMITES CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS	99
<i>The bourgeois constitutions and their limits counterrevolutionaries</i>	
Vera Lúcia Vieira	
OLHANDO PARA OS DOIS LADOS DO CANAL DA MANCHA: POLÊMICAS E REVISIONISMO NA HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO INGLESA	127
<i>Looking at both sides of the english channel: polemics and revisionism in the english revolution's historiography</i>	
Modesto Florenzano	

HISTÓRIA E REVOLUÇÃO. O DEZOITO BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE, DE KARL MARX, E NAPOLEÃO, O PEQUENO, DE VICTOR HUGO: UM CONTRAPONTO	137
<i>History and Revolution. Karl Marx's The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte and Victor Hugo's Napoleon The Little: a counterpoint</i> Izabel Andrade Marson	
O COMUNISMO HISTÓRICO: ALGUMAS NOTAS (1917/1991)	151
<i>The historical communism: some remarks (1917/1991)</i> Lincoln Secco	
BERNSTEIN E O "MÉTODO ALEMÃO". ESTRATÉGIA GRADUALISTA NA CONTROVÉRSIA SOBRE REFORMA E REVOLUÇÃO DA II INTERNACIONAL	169
<i>Bernstein and the "German method". Strategy gradualist in the controversy about reform and revolution of the Second International</i> Valerio Arcary	
A IDEALIZAÇÃO DO PODER PTOLOMAICO	189
<i>The idealization of ptolemaic power</i> Ettore Quaranta	
POLÍBIO E O IMPERIALISMO ROMANO	197
<i>Polybius and the roman imperialism</i> Breno Battistin Sebastiani	
DESCONSTRUINDO A TEORIA DA GUERRA PREVENTIVA	211
<i>Dismantling the preventive war's theory</i> Paulo-Edgar Almeida Resende	
NO ENTRE GUERRA, A SITUAÇÃO DOS INTEGRALISTAS NA IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS	229
<i>Between the wars, the role of integralists in the formation of Getulio Vargas' Estado Novo</i> Giselda Brito Silva	
MULHERES EM AÇÃO: REVOLUÇÕES, PROTAGONISMO E PRÁXIS DOS SÉCULOS XIX E XX	243
<i>Women in action: revolutions, protagonism and praxis in 19th and 20th centuries</i> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	

GUERRA DE CANUDOS – AS PRÉDICAS EM DEBATE	265
<i>Canudos war – debate on the Prédicas</i>	
José Maria de Oliveira Silva	
TRANSFORMAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PENSANDO MÍDIA, GUERRA E CULTURA	277
<i>Public sphere transformations in Information Society: thinking media, war and culture</i>	
Giulia Crippa e Marco Antônio de Almeida	
VEJA E A COBERTURA DO “11 DE SETEMBRO”: A LEGITIMAÇÃO DA GUERRA IMPERIALISTA	301
<i>Veja’s news cover of september 11th: the legitimization of imperialist war</i>	
Carla Luciana Silva	

ENTREVISTA

A GUERRA EM SURDINA DE BORIS SCHNAIDERMAN. UMA ENTREVISTA E ALGUMAS INTERFERÊNCIAS	327
<i>The war secretly of Boris Schnaiderman. An interview and some interferences</i>	
Antonio Pedro Tota, César Campinani Maximiano e Adriano Marangoni	

PESQUISAS

A HISTÓRIA COMO CONTROLE ABSOLUTO: REGULAMENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO COTIDIANO EM NÓS, DE EVGENY ZAMYATIN	343
<i>History as an absolute control: Regulation and Normalization of quotidian in Ourselves, by Evgeny Zamyatin</i>	
Jair Diniz Miguel	
CONTRIBUIÇÃO PARA UMA COMPREENSÃO DA CULTURA AMERICANA – HQ’S ENTRE 1981 E 1987	359
<i>Contribution for an understanding of the American culture - HQ’s between 1981 and 1987</i>	
Adriano Marangoni	
A DESMATERIALIZAÇÃO DO IMPERIALISMO: O CONCEITO DE IMPÉRIO DE ANTONIO NEGRI	369
<i>Imperialism’s dematerialization: the concept of empire of Antonio Negri</i>	
Bruno Leonardo Ramos Andreotti	

RESENHAS

EDWARD W. SAID: UM INTELLECTUAL QUE DESCONFIAVADOS “DEUSES”	377
<i>Edward W. Said: an intellectual that distrusted dos “Gods”</i> Arthur Pinto Filho	
O UNIVERSO DA GUERRA DOS BÁRBAROS NO BRASIL	383
<i>The universe of the war of the barbaric in Brazil</i> Juarez Donizete Ambires	
A GUERRA VISTA PELOS DE BAIXO	387
<i>The war seen by the of low</i> Ana Cosenza	
DA LIBERDADE DOS QUADRINHOS AOS QUADRINHOS DA LIBERDADE	391
<i>Of the freedom of the frames to the frames of the freedom</i> Eduardo Antonio Bonzatto	
TOTALITARISMO DE RESULTADOS	397
<i>Totalitarianism of results</i> Marcos Guterman	
HERDEIROS DO ÓDIO – A VIDA DOS FILHOS DOS LÍDERES NAZISTAS	403
<i>Heirs of the hate – the life of the children of the nazi leaders</i> Vinícius Liebel	
NOTÍCIAS DE ARQUIVO	
NO RASTRO DE MEMÓRIAS SILENCIADAS	407
<i>In the trace of silenced memoirs</i> Yara Aun Khoury	
NOTÍCIAS DO PROGRAMA	415
TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2004	
	417
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	421
FORMULÁRIO PARA ASSINATURA E AQUISIÇÃO DE NÚMEROS AVULSOS	
	423

APRESENTAÇÃO

Este número da revista *Projeto História* atenta às repetições dos desmandos, humilhações e contínuas tragédias humanas, faz um chamamento à reflexão sobre temas que marcam nossos próprios destinos. Guerras, impérios e revoluções nascem de processos sociais contraditórios, que ganham configurações específicas, inusitadas, em suas próprias singularidades. A dominação de grupos sociais sobre outros; os embates político, religioso e étnico; a conquista de domínios territoriais; o gigantismo da subjugação e extermínio de populações civis; a regressão dos direitos sociais dos indivíduos são produtos da interatividade societária, todavia, não são traços perenes e eternos, são, sim, formas transitórias, históricas.

Paul Celan, em *Fuga da morte* (1952), escreveu que “a morte é um dos mestres da Alemanha seu olho é azul acerta-te com uma bala de chumbo acerta-te em cheio”.¹ Adorno, detendo-se sobre essa poética pós-Auschwitz, com indignação e coragem, enfatizou que essa regressividade jamais poderia ser repetida, pois “a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão. É isto que apavora”.² É possível agir sem ter essa indignação como móvel? É possível criar, educar, poetizar, cantar tendo em mente o que se passou? Mas a barbárie parece não ter fim. O revisionismo atual continua com sua pregação criminosa recheada de inverdades históricas. Pierre Vidal-Naquet arrolou essas concepções negacionistas, relativistas, neonazistas, que se disseminam: a inexistência do genocídio e da câmara de gás; a “solução final” vista como “recuo” ou “expulsão dos judeus para o Leste europeu”; o número de vítimas é bem menor, pois, dizem, há grande número de casos de morte natural; o maior inimigo da humanidade foi Stálin e não Hitler; a Alemanha hitlerista não foi a única responsável da Segunda Guerra Mundial; o genocídio é mero recurso propagandístico judaico e sionista.³

Não nos esqueçamos que as guerras mundiais do século passado foram guerras intercapitalistas. Os potentados imperialistas que conheceram a via sinuosa, tortuosa, retardatária de objetivação do capital tinham como meta uma nova partilha do mundo. Para tal era necessária uma ideologia de guerra, uma ideologia de mobilização nacional – e não importam aqui os nódulos que a sustentam, se montada no darwinismo social, no anti-semitismo,

no anticomunismo, no ideal nazista de beleza, na pureza e superioridade da raça, no irracionalismo de todos os matizes –, uma ideologia que pusesse em marcha multidões em nome de um patriotismo visceral que vingasse o extermínio de outros povos.

Mas, nos dias que correm, as atuais guerras, genocídios, torturas e práticas criminosas, como jogos de diversão sexual, como as verificadas nas prisões de Abu Ghraib e Guantánamo, as ocupações de territórios como na guerra do Iraque, são expressões do novo imperialismo ou do domínio do *Império*, tal como Toni Negri e Michael Hardt tentam conceituar a nova configuração mundial?

Domenico Losurdo tenta problematizar esta nova quadra histórica, retomando as teses leninianas sobre o imperialismo. Tenta responder acerca da natureza dessas intervenções bélicas; seriam, em verdade, imperialistas ou, como quer Michael Hardt, balizadas para tutelar os direitos humanos? Seria a intervenção norte-americana no Iraque uma aposta, por meio da brutal violência, pela defesa intransigente de concretização da democracia para um povo incivilizado? Como explicar que, no momento em que se busca invalidar a categoria do imperialismo, se assiste, ao mesmo tempo, a uma série de operações militares que reforçam a tese leniniana da essencialidade da guerra de talhe imperialista? Losurdo visa, em confronto com o conceito de *Império*, dos filósofos Negri e Hardt, responder a esta e outras questões: “Por que a derrota do ‘campo socialista’ abriu o caminho, não para o afrouxamento, quanto para um enrijecimento da situação internacional? Por que à Guerra Fria não se seguiu a paz perpétua prometida pelos vencedores, quanto uma série de guerras quentes que parece não ter fim?”.

No mesmo diapasão, Christian Castillo investe contra as teses inscritas em *Império*. Segundo esse autor, com a persistência do desemprego de massas, da precarização do trabalho, vários autores passaram a discorrer sobre o “fim do trabalho”, a “sociedade pós-industrial” regida pelo “capitalismo cognitivo”, que superaria a teoria marxiana do valor. Com a diminuição crescente do proletariado industrial teria emergido na cena histórica um novo sujeito social: a “multidão” constituída de indivíduos independentes e autônomos. Para essa perspectiva, segundo Castillo, “a atividade cognitiva torna-se o fator essencial de criação de valor, calculando-se este em grande parte por fora dos lugares e do tempo de trabalho”. Com o predomínio do “trabalho imaterial” no mercado globalizado, a cooperação social do “*general intellect*”, o cérebro se torna, na acepção de Negri, a “máquina útil que cada um de nós carrega em si”. Surge, daí, uma nova configuração da luta social não engendrada por relações contraditórias, dialéticas, mas uma nova alternativa que prescindir da transição. O conceito de “transição” é substituído pelo de “poder constituinte”.

Castillo tenta rebater esse “novo antagonismo” a partir da dialética imanente ao sociometabolismo do capital e da determinação do trabalho alienado, visando à compreensão dos verdadeiros limites e potencialidades da categoria social dos trabalhadores.

Márcio Seligmann-Silva nos oferece um competente e rigoroso ensaio sobre o conceito de testemunho em vários registros, todavia, buscando o dialógico entre paradigmas que certa interpretação busca separar, e ele, ao contrário, os integra respeitando suas diferenças. Trata-se, de um lado, do testemunho enquanto *testis*, que tem como centralidade a visão, e o testemunho como experiência vivida, *supertestes*, concernente àquele que está na condição de “manter-se no fato”, “como alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte”. Na rica seara dos estudos literários e suas ramificações, o autor tece os imbricamentos entre narrativas ficcionais e as ações dispostas no mundo efetivo, valendo-se desses modelos. Os estudos sobre a *Shoah* e o “*testimonio*” hispano-americano, entretanto, apontam para a virada de paradigma que vem ocorrendo no campo das artes e da literatura.

Modesto Florenzano apresenta os caminhos do revisionismo na historiografia contemporânea da Revolução Inglesa. Traça um paralelo com a historiografia francesa e examina as confluências e diferenças que apontam para essa “herança conflituosa”. Considera François Furet e Lawrence Stone como as principais figuras desse “embate”, que põe de ponta-cabeça os resultados do conhecimento histórico sobre o processo revolucionário. No caso inglês, desde 1953, Trevor-Roper propiciou outra interpretação acerca da visão de Tawney sobre “a ascensão da *gentry*”, simplesmente negando sua condição de classe empreendedora e capitalista. Acabava por inverter o caráter e o significado de seu ser revolucionário. Modesto sinaliza que a historiografia conservadora, com referência ao revisionismo francês, vai além, passando a negar a própria existência da revolução. Respondendo às principais questões do debate em solo inglês, o historiador destaca o vigor das análises de Thompson, Christopher Hill, Hobsbawm e Perry Anderson, nessas “batalhas espetaculares”.

Izabel Marson retoma as interpretações históricas de Marx e de Victor Hugo no que tange ao Golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851. O contraponto se faz por meio das obras *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte e Napoleão, o pequeno*. Golpe de Estado que inaugura pelas armas o II Império francês e dissolve a República Parlamentar. Victor Hugo, que jogara seu prestígio na eleição presidencial de Luis Bonaparte, agora, desiludido, parte para o ataque. Marson resgata a qualidade da narrativa-testemunho, mas aponta para os limites dos princípios e métodos praticados pela historiografia liberal francesa. O dramaturgo francês é levado à inevitável comparação com a grandeza de um, o tio, e a pequenez política e moral do sobrinho, Napoleão III. Do prisma marxiano, é o processo

histórico que torna inteligível os movimentos de indivíduos, grupos, classes sociais, nos episódios do 2 de dezembro e seus desdobramentos. No confronto, a narrativa de Victor Hugo elide a complexidade histórico-social, reduzindo as tramas sociais às ações de um indivíduo. “O acontecimento propriamente dito aparece em sua obra como um raio caído de um céu azul”. Por isto, analisando os eventos políticos, Marx especifica como a luta de classes engendrou “as circunstâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói”.

Vera Lucia Vieira, num esforço exemplar, expõe os limites e as possibilidades das constituições burguesas. Enfrentando questões espinhosas das relações entre iluminismo, liberalismo, constitucionalismo e também o fluxo da democracia para formas autocráticas no bojo das lutas de classe, a autora aponta para a determinação ontonegativa da politicidade que perpassa o aparato jurídico da dominação proprietária. Do prisma marxiano, mostra como os passos constitucionais não se separam dos conflitos práticos que se estampam na consolidação conservadora após os processos sociais advindos com as revoluções burguesas. É na própria organização social, em sua disposição assimétrica, que se encontram os pilares que estruturam a base do poder político do capital. E não na busca da inteligência ou vontade políticas. Com as intervenções revolucionárias da classe trabalhadora, os proprietários, em sua resposta contra-revolucionária, sedimentaram seu mando com uma legislação feroz e violenta regrido a mobilização das classes subalternas.

Lincoln Secco apresenta um amplo balanço das configurações do “comunismo histórico”, expressão que denota o papel dos partidos comunistas no poder político de várias formações sociais cuja organização produtiva se estruturou a partir da abolição da propriedade privada dos meios de produção. O autor investiga a complexidade do movimento comunista, desde a revolução russa de 1917, os impasses do drama histórico e da crise advinda com o relatório dos crimes de Stalin revelado no XX Congresso do PCUS em 1956, assim como a ruptura entre URSS e China, em 1961. Passa em exame as revoltas estudantis e populares, como a invasão da Tchecoslováquia, em 1968, os conflitos fronteiriços entre China e URSS, de 1969, assim como o declínio e a estagnação de suas formas produtivas e a crise social aberta no sistema. O historiador fornece um quadro preciso da distribuição das forças comunistas em vários países, não apenas na Europa, mas também na Ásia e na América Latina.

Valério Arcary intenta a crítica da “teoria dos campos progressivos” de Eduard Bernstein. A inflexão da nova teoria política que desanca a filosofia marxiana, jogando-a ao limbo, é aqui desvelada à luz da história. Ponto de confluência com o stalinismo, o revisionismo de Bernstein também opera a naturalização da história e projeta uma catástrofe final. O *télos* da história é o socialismo democrático. Só que no terreno das reformas graduais, lentas e

pacíficas. Valério Arcary dilucida as circunstâncias dessa ideologia, que se despe da necessidade histórica, em tempo de normalidade aparente, e se põe na ruptura com o objetivo final, a estratégia da revolução social. Recorde-se que, para Bernstein, o capitalismo monopolista superara o caos do sistema, as contradições internas do próprio capital. Daí a crítica à dialética hegeliana, as contradições que se resolvem em nova síntese, com suposta (falsa) base teórica de Marx e o alinhamento ao “retorno de Kant”. Uma vez banida a revolução social, o imperativo categórico da liberdade atua como retor moral, como idéia reguladora de atos possíveis, porém jamais atendidos. Daí a teoria da revolução, da luta de classes e do valor-trabalho serem inteiramente descartados. Só é possível a diminuição das desigualdades, ajustes possíveis, por meio da ação parlamentar. Daí que somente com esse “método” – a estratégia gradualista, a defesa da centralidade dos meios sobre os fins e da moral sobre a política revolucionária – o apóstata de Marx vislumbra a democracia como valor universal como paradigma civilizatório do socialismo, a via parlamentar sempre em permanente aperfeiçoamento e progressão.

A seção *Entrevista* apresenta o ensaísta consagrado, Boris Schnaiderman, que além de ter contemplado nossa “República das letras” com traduções primorosas de clássicos russos como Dostoiévski, Tchekhov, Púchkin, entre outros, e como memorialista e romancista, a tornada clássica *Guerra em surdina*, dispõe-se mais uma vez a narrar suas experiências sobre a Segunda Guerra Mundial. Ao lembrar daquela “estranha epopéia dos brasileiros”, a combatividade dos nossos soldados da FEB, Boris Schnaiderman, com seu humanismo incontrastável, diz que esperava por um desastre. Porém, “o soldado brasileiro teve uma atuação surpreendente na guerra. Comportou-se muito bem”. Isso se deve ao fato de que “o brasileiro era mais hábil inclusive porque vinha de ambientes mais pobres. Geralmente pessoas originárias de tais circunstâncias têm uma capacidade maior de improvisação”.

A Guerra de Canudos recebe um tratamento crítico que se contrapõe à versão consagrada por Euclides da Cunha. José Maria de Oliveira Silva examina *As prédicas* de Antonio Conselheiro e refuta a imputação de elementos messiânicos a milenaristas ao beato. Dessa maneira, o historiador ressalta novas especificidades desse fenômeno histórico, a partir das pregações, como a concepção providencialista da história, a pobreza edificante e o caráter piedoso de A. Conselheiro.

O artigo de Giselda Brito põe à prova algo cristalizado pela análise convencional em nosso país, a saber: o Estado Novo seria o projeto integralista abocanhado por Getúlio Vargas. Segundo sua interpretação, o integralismo e o Estado Novo não seriam a mesma coisa. Acentuando traços comuns como o anticomunismo, a crítica à liberal-democracia, a luta de classes, a busca de coesão nacional contra os regionalismos, a necessidade de um Estado forte e intervencionista, por si só, no nível de generalidades abstratas, a analítica

convencional acaba por elidir as diferenças, suas especificidades históricas. Destruindo a natureza do discurso ideológico de Vargas, a autora revela como o bonapartista do entre guerras esmera em atacar os “adeptos de idéias externas”, “os desordeiros e perigosos inimigos” do “destino imortal” da nação. Vargas imputa aos comunistas e integralistas a disseminação de ideologias nefastas que causam instabilidade política.

Em nossos tempos, o casamento do projeto neoconservador americano com a investida política de Bush sob o signo da guerra preventiva, batizada de “Choque e Pavor”, contra o Iraque, faz parte da nova estratégia (ou arqui antiga?) de vingar o *modus vivendi* da única superpotência mundial para o “resto do mundo”. Afinado com a ideologia neoconservadora do “fim da história” e do triunfo do *modus vivendi* norte-americano, segundo o qual testemunhamos, na última quadra histórica do século passado – como rezava o ideólogo Francis Fukuyama –, “o fim da História enquanto tal: ou seja, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma última de governo humano”. Mas que isso não encubra os propósitos declarados de subjugação e domínio das reservas de petróleo, gás, água, minérios, etc., em especial assegurados para os monopólios norte-americanos. Bem antes do monstruoso ataque às torres gêmeas de 11 de setembro de 2001, por membros do grupo *Al Qaeda*, os neoconservadores como Paul Wolfowitz, Donald Rumsfeld, Francis Fukuyama, entre outros, ainda sob a administração de Bill Clinton, sugeriam o ataque e destronamento de Saddam Hussein. O Oriente se apresenta como esfera de influência, parte anexada ou controlada pela grande potência com seu projeto “hegemônico benevolente”.

Enfocando essas questões, Paulo Edgar-Resende põe a nu a doutrina da guerra preventiva, estabelecendo nexos com a política imperialista do “Destino Manifesto”. Daí a atualidade da interpretação do sociólogo Max Weber ao imputar influências entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Segundo o autor, “a presença tentacular dos Estados Unidos no mundo atual tem justificativa religiosa, expressa na direção de cruzada do eixo do bem contra o eixo do mal”.

O historiador Ettore Quaranta, com fina erudição, examina a influência da tradição grega e do Oriente no que tange ao significado essencial do culto ao soberano. A partir da “Vitória guerreira”, oriunda da epopéia de Alexandre, o autor sinaliza como a cultura grega nutriu o regime da realeza no período helenístico configurando um novo mundo heterogêneo, com os aportes do estoicismo e a divinização real. *Projeto História* retoma também a problemática da guerra e do poderio romano, a formação e ampliação do *imperium*. A interpretação de Políbio sobre o império romano é retomada por Breno Sebastiani. Este autor busca compreender, no interior da historiografia polibiana, as conexões íntimas entre

a Segunda Guerra Púnica e a Constituição romana desse período e, com isso, o suceder de atos que potencializam o poderio romano. Na visão de Políbio, tanto a guerra como a estrutura constitucional romana são tomadas como causa preponderante de sua política expansionista e domínio militar sobre outros povos.

O protagonismo das mulheres é retomado em nossas páginas por Vanessa Cavalcanti ao tratar da “politização do privado” e do combate aos silêncios da esfera doméstica. A revolução das mulheres tornou-se, de modo irreversível, metro societário que dispõe as potencialidades de novas maneiras de viver por meio dessa conquista do gênero humano. Tematizando tanto experiências pessoais e subjetivas, quanto aquelas da esfera pública, a autora demonstra o papel efetivo das lutas feministas na desconstrução das práticas discursivas que, em tempos de guerra, ressurgem com suas formas virulentas e garras inumanas.

Questionando a concepção habermasiana de “esfera pública”, Giulia Crippa e Marco Antonio de Almeida buscam apreender as relações recíprocas entre mídia, guerra e cultura, a partir da complexidade que aflora na “sociedade de informação”. Confluindo com as reflexões de Rancière, que ampliam a acepção de democracia como “democracia enquanto regime de escrita”, não apenas reduzida ao âmbito da política, os críticos apontam para a constituição de uma opinião pública sem coações, livre e aberta. Com Walter Benjamin, os autores atestam que a malha formada, na modernidade, pela circulação de mercadorias e troca de informações “proporciona o compartilhamento da experiência (*Erfahrung*) e aciona a possibilidade da narração dessa experiência”. Todavia, como é possível ultrapassar os limites iluministas da concepção habermasiana de espaço público sem a banalização dos grandes temas da experiência humana? Como superar a supremacia ideológica do “pensamento único”, da perspectiva de esquerda, de um modelo único de democracia?

A cobertura do “11 de setembro” da revista *Veja* aponta para a unilateralidade e posicionamento comprometido ante os métodos imperialistas do “presidente da guerra”. A historiadora Carla Silva mostra que, nas páginas de *Veja*, não há espaço para o contraditório. Com coragem, a autora, pela crítica imanente, desmonta os preconceitos e argumentos falaciosos, ao mesmo tempo em que revela as ligações entre Bin Laden e a CIA, o apoio dado pelo governo estadunidense a outrora aliados, que se transformaram no “fascismo islâmico”.

Hannah Arendt considera uma “confusão moral” a atribuição de uma culpabilidade coletiva de modo indistinto; enquanto os verdadeiros responsáveis por atos criminosos e inumanos continuam sem ter sequer o mais tênue remorso. Acusava cada “dente da engrenagem”, pessoas que cumpriam funções burocráticas no interior do sistema repressivo. Nos julgamentos do pós-guerra, de indivíduos que praticaram o terror em maciça escala, que se tornaram assassinos de multidões, muitos dos criminosos lesa-humanidade corro-

boraram a idéia de que “se eu não tivesse feito isso, outra pessoa poderia ter feito e faria”. Há que denunciar aqueles que se valem do “método de cavar buracos gigantescos para enterrar fatos e acontecimentos indesejados”.⁴

Em tempos de barbárie inaudita – no repor-se de formas de talhe imperialista, com a ocupação de terras alheias, que significa imposição violenta de modos de vida estranhos, com a utilização da guerra preventiva, do assassinato seletivo, do terror sem limites, e de tantas outras formas que dilaceram os indivíduos e suas sociedades –, há que se perguntar, como fez Primo Levi diante do holocausto, a que ponto ficamos reduzidos: “Isto é um homem?”. Isto somos nós? Ou como vozeirava Susan Sontag: é possível ser indiferente diante dos horrores dos genocídios, das ocupações, dos massacres, das violentações que passam diante dos nossos olhos, e não se indignar diante da dor dos outros?

Em tempos tensos, de predomínio do niilismo, numa era de supremacia bélica da grande potência, a decomposição do caráter tem levado ao pessimismo cego e incondicional que não mais acredita em possibilidades humanas mais autênticas. Nessa quadra histórica, com a revolução tecnológica sem precedentes, com o desfazimento do Leste europeu e o prolongamento da utilidade histórica do capital, é premente perguntar se é possível sonhar ainda com uma vida humanamente social, a liberdade da vida cotidiana, da comunidade interativa de indivíduos livres em permanente autoconstrução, na qual, como frisa Marx, “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.⁵

Antonio Rago Filho
Editor científico

Notas

¹ Cf. Epígrafe (*Todesfuge*, tradução de Modesto Carone). In: RHODES, R. *Mestres da morte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

² ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo, Paz e Terra, 1995, p. 119.

³ VIDAL-NAQUET, P. *Os assassinos da memória*. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988, pp. 37-38.

⁴ ARENDT, H. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 340.

⁵ MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo, Boitempo, 1998, p. 59.

TRADUÇÕES

EXISTE, HOJE, UM IMPERIALISMO EUROPEU?*

Domenico Losurdo**

Tradução: Giulia Crippa***

Revisão técnica: Maria Margarida Cavalcanti Limena****

A redescoberta de Lênin

É possível, ainda, falar em “imperialismo”? Há algum tempo atrás, um livro de grande sucesso, de autoria de dois autores que se filiam ao movimento comunista, decretou seu fim. As fronteiras nacionais e estatais, os conflitos entre as grandes potências teriam perdido seu sentido e o mundo resultaria unificado em um único Império. A situação atual seria radicalmente diversa daquela analisada e enfrentada por Lênin. Todavia, escrevendo seu ensaio sobre imperialismo, o grande revolucionário se refere à “obra inglesa fundamental sobre imperialismo”, de Hobson,¹ publicada, em primeira edição, em 1902. Ainda era recente a lembrança da expedição conjunta que, dois anos antes, reprimira em sangue a revolta dos Boxer na China. Mesmo pontuada por massacres contra os “bárbaros”, a empreitada fora comemorada, por seus ideólogos e por ampla opinião pública no Ocidente, como a realização do “sonho de políticos idealistas, os Estados Unidos do mundo civilizado”.² A empreitada não havia posto, unidas, todas as potências da época?

Não é tão importante, aqui, ressaltar que, num curto prazo, o abraço internacional do capital teria cedido lugar à carnificina da Primeira Guerra Mundial. Em vez disso, convém nos concentrarmos no fato de que, historicamente, a categoria imperialismo começa a se afirmar, não em referência ao conflito entre as grandes potências (latente ou agudo, conforme as circunstâncias e as relações de força), mas sim para responder, em primeiro lugar, a uma outra exigência. Se Theodore Roosevelt, em 1904, comemora as empreitadas coloniais como operações de “polícia internacional”, levadas a cabo pela “sociedade civilizada” em seu complexo,³ aqueles que falam em imperialismo, no mesmo período, são aqueles que denunciam a realidade da guerra, dos massacres, da opressão nacional e da exploração econômica a que são submetidos os povos das colônias e semicolônias.

Pode-se compreender bem, então, aquilo que ocorre nos nossos dias. À eliminação da categoria de imperialismo corresponde a transfiguração renovada das guerras coloniais enquanto operações de polícia internacional. Michael Hardt, autor, em conjunto com Negri, do afortunado *Império*,⁴ justificou a guerra contra a Iugoslávia, de maneira ao mesmo tempo tortuosa e muito eloqüente: “Devemos reconhecer que essa não é uma ação do imperialismo americano. É, de fato, uma operação internacional (ou, na verdade, supranacional). E seus objetivos não são norteados pelos limitados interesses nacionais dos Estados Unidos: ela é efetivamente finalizada para tutelar os direitos humanos (ou, na verdade, a vida humana)”.⁵ Apesar da retórica novidadeira, parece que estamos relendo Theodore Roosevelt!

Efetivamente, tampouco é nova a tese do desaparecimento da nacionalidade e da questão nacional contra a qual Marx, então, sentia a necessidade de polemizar. Lafargue se dá ao trabalho de repetir que “toda nacionalidade e as nações enquanto tais” seriam “*dês préjugés surannés*”; na realidade, “de maneira totalmente subconsciente, por negação das nacionalidades ele entende sua absorção na nação francesa modelo”.⁶ O internacionalismo presumidamente realizado revela-se, na realidade, uma manifestação de chauvinismo de grande potência. É a dialética que acabamos de ver em Hardt. Partindo do pressuposto de um Império, de um Estado mundial, que abarca a humanidade por inteiro (e que, obviamente, dispõe de uma polícia própria), as “operações de polícia internacional” desencadeadas pelas grandes potências ocidentais e, em primeiro lugar, pelos Estados Unidos, podem, no máximo, ser criticadas enquanto excessivamente enérgicas ou insuficientemente imparciais; porém, elas não podem ser contestadas em sua raiz, enquanto expressão de relações político-sociais fundadas na lei do mais forte, na violência intrínseca ao imperialismo, o que pesa como ameaça terrível sobre todo país inclinado a defender sua independência.

Não é por acaso que a categoria de imperialismo é hoje redescoberta por intelectuais eminentes, de orientação burguesa, mas, de qualquer maneira, angustiados com o desenvolvimento da situação internacional e pelo peso crescente, nos Estados Unidos, de círculos explicitamente belicistas. E não se trata absolutamente de intelectuais abstratos. Até mesmo políticos de maior realce, como o senador americano Ted Kennedy e o ex-chanceler alemão Helmut Schmidt não hesitam em falar, com relação à administração Bush, em imperialismo ou em tendências imperialistas.⁷

Nesse sentido, poderíamos afirmar que, a partir da tentativa de fornecer uma resposta a algumas perguntas prementes para alguém preocupado com os destinos da paz (Por que a derrota do “campo socialista” abriu o caminho, não tanto para um afrouxamento, mas

para um enrijecimento da situação internacional? Por que à guerra fria se seguiu não tanto a paz perpétua prometida pelos vencedores, mas uma série de guerras quentes que parece não ter fim?), assiste-se a uma redescoberta de Lênin até em campo burguês.

Um estranho elenco

Se a categoria de imperialismo é inevitável, a que países devemos aplicá-la? Conforme *Contropiano* (fevereiro de 2003), a situação internacional atual seria caracterizada pela “competição”, cada vez mais intensa, “entre o nascente pólo imperialista europeu com os outros pólos (EUA, Japão, China)”. Diante desse quadro, aliás, esse elenco, algumas perguntas se impõem desde já. Mas por que não inserir na lista a Rússia, que até hoje dispõe de um arsenal nuclear inferior somente ao da superpotência americana? Ou, por que não a Índia? Certo, seu produto interno bruto é inferior ao da China, porém, o percentual destinado ao orçamento militar é sensivelmente superior, ao menos segundo os dados trazidos no volume atualizado da *Enciclopédia Britânica* de 2002. Em todo caso, a Índia é uma potência nuclear, alimenta “ambições desmedidas”, conduz “uma política de potência cínica”, “multiplicou as intervenções no Sri Lanka de 1987 até 1990” e desenvolveu uma marinha de guerra nada desprezível, que exhibe sua força até o “Estreito de Málaca”.⁸ Tudo isso se faz acompanhar da ascensão de uma ideologia que celebra a “supremacia hindu” e “ariana”,⁹ é essa ideologia que levou o governo do Bharatya Party (PJP) a fechar um olho, ou ambos, sobre os pogroms anti-islâmicos; e é na base da fobia islâmica e do anti-semitismo anti-árabe que a Índia estreitou fortes laços com os Estados Unidos e Israel. A volta do Partido do Congresso à direção do país conseguirá modificar essas tendências e orientações?

Ou, ainda, por que não inserir no elenco dos “pólos imperialistas” um país como o Brasil? Sua renda *per capita* é de, aproximadamente, cinco vezes a da China, e não faltam as vozes que atribuem ambições nucleares ao grande país latino-americano. É verdade que, em referência ao produto interno bruto, uma certa distância separa o Brasil da China; porém, essa distância não é, de fato, superior àquela que separa a China, não diremos dos EUA ou do Japão, ou da União Européia em sua totalidade, mas até da Alemanha considerada isoladamente. Às perguntas aqui formuladas, o artigo de *Contropiano* por mim criticado responde indiretamente, na medida em que evidencia a competição “entre as economias mais fortes e/ou os pólos imperialistas”. E, então: “pólo imperialista” é sinônimo de potência econômica (avaliada em termos de produto interno bruto). A essa altura, para compilar o elenco dos pólos imperialistas é suficiente reproduzir a classificação dos países com mais

alto produto interno bruto. Todavia, longe de ser objetivo, o elenco se revela totalmente arbitrário: não se entende por que deve incluir a China e encerrar-se com ela, em vez de parar antes ou de prosseguir além.

A abordagem estatística retira do jogo a história, a política, a ideologia. A única coisa que realmente importa é o empirismo imediato do montante do PIB, acarretando conseqüências paradoxais. Se o crescimento econômico da China viesse a se bloquear, ela deixaria de ser um país ou um pólo imperialista; porém, o Brasil de Lula tornar-se-ia imperialista, caso viesse a ter sucesso em sua tentativa de se subtrair ao abraço neocolonialista da Alca e de impulsionar o desenvolvimento de uma economia nacional autônoma. Os países mais importantes do Terceiro Mundo são, assim, colocados diante de uma alternativa constrangedora: continuar ou voltar a ser uma semicolônia, ou se tornar uma potência imperialista! Se quiserem evitar a acusação de imperialismo, devem se resignar à derrota política ou ao fracasso no plano econômico!

O papel da China

Tentemos, novamente, fazer intervir a história, a política, a ideologia. Às vésperas das Guerras do Ópio, a China encontrava-se, com certeza, nos primeiros lugares na classificação dos países com mais alto produto interno bruto; porém, não é isso que a define como um país imperialista, como confirmam a terrível opressão e humilhação que ela começa a sofrer logo depois. E nos nossos dias? Admitamos abstrair o fato de que, no grande país asiático, quem detém o monopólio do poder político é um Partido Comunista que, em seus documentos oficiais, filia-se, até hoje, a Marx, Lênin e Mao, além do Partido Socialista, que, até recentemente, não admitia empresários e, ainda hoje, segundo dados do *Il Sole-24 ore* de 8 de novembro de 2003, compreende uma ampla maioria de operários, camponeses e aposentados. Sim, vamos passar por cima de tudo isso, mesmo que, cedo ou tarde, seja necessário abrir um debate sobre um tema inevitável para os que se filiam a Marx: um Partido Comunista que conquista o poder em um país em condições semicoloniais e de terrível atraso econômico deve se empenhar, em primeiro lugar, em redistribuir os escassos recursos disponíveis (sem resolver, sequer, de forma apropriada, o problema da fome e da inanição) ou, ao contrário, deve pressionar o desenvolvimento das forças produtivas (que constitui pré-requisito para a defesa da independência nacional)? Mas, aqui, nos baseamos na hipótese de que, na China, tenha sido assumido e levado a cabo um processo de restauração capitalista. Devemos considerar imperialista um país que se encontra, basicamente, voltado para seu interior e que vê todas suas forças absorvidas pelo objetivo de

quadruplicar, em vinte anos, o PIB, tal como conseguiu fazê-lo nos vinte anos anteriores? O imperialismo possui, também, uma dimensão ideológica, como revelado, por completo, pelo exemplo dos Estados Unidos, que se autoproclamam uma “nação eleita” e “única”, e que reivindicam seu direito de intervir e levar em frente sua “grande missão” por todas as partes do mundo. Diametralmente oposta é a ideologia reiterada pelo recente Congresso do Partido Comunista Chinês, que, no plano internacional, reafirma os princípios da coexistência pacífica e da igualdade entre os diversos países e, no plano interno, insiste em redobrar os esforços para manter a “estabilidade” e assegurar o bem-estar geral para uma população que chega a um quinto da humanidade! A atenção para os problemas da paz e do desenvolvimento representa um claro elemento de continuidade ideológica em relação ao passado; pense-se, por exemplo, nos anos da conferência de Bandung. Formular a hipótese de uma transformação indolor em um “pólo imperialista” por parte de um país que encabeçou, por um longo tempo, os movimentos de emancipação nacional significa demonstrar – diria Trotsky – um “reformismo revoltado”!

Além disso, podemos considerar definitivamente encerrada a luta de libertação nacional que presidiu o nascimento da República Popular Chinesa? Não se trata somente de Taiwan. A partir, pelo menos, do triunfo dos EUA na Guerra Fria, ressoam com insistência vozes prevendo ou desejando, para o grande país asiático, um fim análogo ao sofrido pela União Soviética ou pela Iugoslávia: “uma nova fragmentação da China é o êxito mais provável” – anunciava um livro de sucesso, publicado em Nova Iorque em 1991.¹⁰ Quatro anos depois, é a revista *Limes* que chama a atenção, desde o editorial, para a aspiração de importantes círculos estadunidenses e ocidentais de desmembrar a China em “muitas Taiwan”. Naquele mesmo número da revista, um ex-general dos alpinos, agora docente de geopolítica, escreve, em relação aos chineses: “Sabem muito bem que sua expansão econômica está suscitando ciúmes e temores, e que o mundo externo, dos Estados Unidos ao Japão e aos estados limítrofes, confia na instabilidade interna e, talvez, na fragmentação do colosso chinês”.¹¹ Quatro anos depois, em 1999, ainda em *Limes*, um outro general se refere, com simpatia, aos estudos de um “especialista” estadunidense que convida a administração de seu país a “enfrentar, de maneira mais coerente, a futura fragmentação da China”.¹² E esses convites não são simples exercícios acadêmicos. Ainda em 1999, ano do bombardeio contra a embaixada chinesa em Belgrado, um destacado representante da administração americana declara que a China, ainda que somente por suas “dimensões”, constituía um problema, ou seja, uma ameaça em potencial para seus vizinhos.¹³ Além disso, o escudo espacial, particularmente caro a Bush Jr., aponta antes de tudo, para colocar o grande país asiático – empenhado em seu desenvolvimento e na corrida para derrotar o atraso – diante de um

dilema: renunciar a um arsenal nuclear crível (e, portanto, expor-se desarmado à chantagem de Washington) ou se deixar envolver em uma corrida para o rearmamento, econômica e politicamente devastadora. Trata-se de uma reedição do “grande jogo”, que levou à dissolução e ao desmembramento da União Soviética.

Portanto, mesmo querendo partir do pressuposto (arbitrário) da reconquista do poder por parte da burguesia na China, suas contradições com os EUA não poderiam ser definidas como competição entre “pólos imperialistas”. Seria preocupante se os marxistas tivessem a capacidade de reconhecer e apoiar uma luta para a libertação e a independência nacional somente quando ela se desenrola em condições desesperadas ou bastante difíceis!

A União Européia não é um Estado

No que concerne às relações entre superpotência americana e União Européia, frequentemente se faz referência à tendência à mudança das relações de força no plano econômico entre esses dois “pólos imperialistas”. Porém, é sem sentido uma comparação entre duas grandezas tão heterogêneas: a União Européia não é um Estado! De que lado se posicionaria a Inglaterra, na hipótese fantasmática de um conflito entre os dois lados do Atlântico? E de que lado ficaria a Itália de Berlusconi? E conseguiria sobreviver o atual, instável, eixo franco-alemão à volta eventual ao poder, na Alemanha, dos atuais democrata-cristãos e, na França, de um Partido Socialista com fortes laços com Israel? Mais uma vez, o economicismo revela-se desviante. Vamos dar uma olhada nas modalidades em que, hoje, se desenrola a corrida para o rearmamento: em 2003, os Estados Unidos gastaram, sozinhos, mais do que os 15-20 países que os seguem juntos. Pareceria ser inatingível a vantagem sobre a qual pode contar a superpotência americana, a qual, todavia, continua acelerando: somente para o setor da pesquisa e desenvolvimento militar, Washington destina recursos financeiros superiores aos orçamentos militares totais de Alemanha e Grã-Bretanha juntos.¹⁴ Enfim: “os EUA gastam, para a Defesa, quase o dobro do conjunto dos outros membros da Aliança (antes da expansão)”.¹⁵

E agora, vamos reler Lênin: a guerra entre potências imperialistas intervém lá onde as relações de força se modificam em favor da potência emergente, e em detrimento daquela até então hegemônica. A dialética que preside à eclosão da Primeira Guerra Mundial ilustra isso de maneira particularmente brilhante, com o declínio da Inglaterra e a ascensão, contemporânea, da Alemanha. Porém, a situação atual é totalmente diferente: as relações de força, certamente, se modificam, mas acrescentando ulteriormente a vantagem de que goza a superpotência americana. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Europa estava

dividida e dilacerada por duas facções diplomático-militares que reuniam os países que, em seguida, se enfrentaram nos campos de batalha; nos nossos dias, vemos operar uma única Aliança, que se amplia cada vez mais, e que continua sob a hegemonia dos Estados Unidos. Nos anos que antecedem 1914, a Inglaterra toca repetidamente o alarme para o progressivo reforço do potencial militar da Alemanha; nos nossos dias, pelo contrário, os EUA açoitam os aliados europeus porque destinam recursos insuficientes ao orçamento militar, correndo assim o risco de não conseguir mais participar, com função subalterna, das expedições punitivas em todos os cantos do mundo, soberanamente decididas por Washington.

Fazer referência ao antagonismo anglo-alemão, e, portanto, à dialética que preside à eclosão da Primeira Guerra Mundial, não nos ajuda de maneira alguma a compreender as atuais relações internacionais. Pelo contrário, mantendo firme a absoluta peculiaridade de cada situação concreta, é um diferente capítulo de história que convém considerar. Em 1814, acaba o duelo que contrapunha Londres e Paris por quase um quarto de século e que até ultrapassara as fronteiras da Europa, configurando-se, aos olhos dos contemporâneos, como uma espécie de guerra mundial. À queda do “imperialismo napoleônico”¹⁶ – assim se expressa Lênin em julho de 1916 – segue a hegemonia sem contraste da Grã Bretanha, que pode, assim, desenvolver sua expansão colonial e estender sua influência em todos os cantos do mundo. É a assim chamada “paz dos cem anos”. Naturalmente, também nesse arco de tempo não faltam as tensões e os conflitos entre as grandes potências, para não falar nos massacres dos quais elas se tornam responsáveis nas colônias. Resta o fato de que um desafio mortal à potência hegemônica será lançado somente um século depois do triunfo inglês de 1814. Para falar com o Lênin do *Imperialismo*: “Há meio século a Alemanha teria suscitado piedade se sua potência capitalista fosse comparada com aquela da Inglaterra de então”.¹⁷ Hoje, na verdade, é decididamente maior o hiato que separa a potência hegemônica em relação aos possíveis desafiadores. Deixemos a palavra ao historiador estadunidense Paul Kennedy:

O exército britânico era muito menor que os exércitos europeus, e até a Marinha real não ultrapassava, por tamanho, as duas Marinhas combinadas das potências que ocupavam o segundo e terceiro lugar – nesse momento, todas as outras Marinhas do mundo em conjunto não poderiam minimamente arranhar a supremacia militar americana.¹⁸

E não vamos esquecer que o extraordinário poder naval, somado ao controle das áreas mais ricas em petróleo e em gás natural, fornece aos EUA a possibilidade de cortar as vias de abastecimento energético aos inimigos potenciais. Desse ponto de vista, o Japão encontra-se em uma condição de fraqueza ainda pior do que a União Européia.

Nessas condições, não faz sentido permanecer perscrutando o horizonte em busca de nuvens de prelúdio de uma futura tempestade militar e de um futuro choque entre os EUA e a União Européia ou entre EUA e Japão. Quem pensa que o mundo tenha voltado à situação anterior a 1914 com o desaparecimento da União Soviética, ou seja, do país que surgiu com a revolução de Outubro e com a luta contra a carnificina da Primeira Guerra Mundial, deveria rever seus conceitos.

Um império planetário

Para além da mudança representada pela queda do colonialismo tradicional e pela existência de países e partidos de governo que continuam se filiando ao socialismo, profundas transformações intervieram também nas relações entre as grandes potências capitalistas. A guerra interimperialista da qual Lênin fala é o instrumento para redefinir as esferas de influência com base nas novas relações de força, que são o resultado da desigualdade do desenvolvimento. Em nosso presente histórico, pelo contrário, ganha cada vez mais nitidez a ambição dos Estados Unidos de construir um império planetário, a ser gerenciado de maneira solitária e exclusiva. Estamos na presença de um novo fenômeno. Certamente, no momento em que considerava possível liquidar rapidamente a União Soviética e, na onda dessa ulterior vitória, forçar a Grã Bretanha à capitulação, Hitler acariciava a idéia de usar a Europa continental, assim sujeitada e unificada, para lançar um desafio também contra os Estados Unidos, e conquistar a hegemonia mundial. Porém, tratava-se de ilusão de breve duração e, acima de tudo, de um projeto que, desde o começo, não tinha pernas para caminhar. Nos nossos dias, pelo contrário, os EUA já estão presentes em todos os lugares, com seus navios de guerra e com suas bases e, graças à enorme vantagem militar acumulada, com arrogância cada vez maior teorizam seu direito de intervir e ditar lei em todos os cantos do mundo. Na cultura estadunidense, já se tornou lugar-comum a referência ao império romano: este teria, agora, ressurgido para uma nova vida do outro lado do Atlântico, sem mais ter as limitações geográficas e temporais do passado, de maneira a consagrar o domínio perene da nação “única” e “eleita por Deus”. Para poder encarar essa ambição louca é, no entanto, necessário levá-la a sério: é enganador colocar no mesmo plano os Estados Unidos e as outras grandes potências capitalistas.

Kautsky e Negri teriam, então, razão quando falam, respectivamente, de “ultra-imperialismo” e de “Império”? Na realidade, o discurso do Império já unificado e o discurso, aparentemente contrário, do choque horizontal entre pólos imperialistas, surgem de um pressuposto comum: seria lícito falar em imperialismo somente na medida em que a rivalidade entre

as grandes potências capitalistas é tão aguda que deságua em conflito armado. Mas as coisas não se colocam nesses termos: durante a Guerra Fria, os Estados Unidos conseguiram, sem dúvida, hegemonizar inteiramente o mundo capitalista. Não por isso o imperialismo tinha desaparecido: em 1956, Washington tira proveito da crise de Suez para eliminar do Oriente Médio Inglaterra e França, as quais, todavia, são e se sentem tão fracas em relação ao seu “aliado” do outro lado do Atlântico, que acabam renunciando, sem opor grande resistência, a uma sua tradicional e importante área de influência. Após o término da guerra fria, o desequilíbrio de forças em favor da superpotência americana acentuou-se ainda mais. Mas isso não comporta de maneira alguma o desaparecimento do imperialismo.

Pelo contrário, hoje resulta instrutiva como nunca a polêmica de Lênin com Kautsky: o imperialismo não almeja a sujeição somente das áreas agrárias e das áreas periféricas; a busca de hegemonia pode tornar aguda a questão nacional até no próprio coração da Europa, como observa Lênin em julho de 1916, no momento em que, com as armadas guilherminas às portas de Paris, a guerra parece ter que se encerrar com uma vitória da Alemanha “de tipo napoleônico”.¹⁹ Nos nossos dias, os aspirantes a donos do mundo não se contentam em redesenhar radicalmente a geografia política dos Bálcãs e do Oriente Médio. Além da China, particularmente na alça de mira por sua história e sua ideologia, também a Rússia é ameaçada de desmembramento. Até no que concerne aos países de mais consolidada tradição capitalista, sua relação com a superpotência americana pode ser descrita somente em parte através da categoria de competição interimperialista. Pense-se, em particular, na Itália: os EUA podem controlá-la através das bases militares e com as tropas subtraídas à jurisdição ordinária, através de uma rede capilar de espionagem que se vale dos métodos tradicionais como da sofisticada tecnologia de Echelon, através dos atentados terroristas e da estratégia da tensão, que entra em ação no momento oportuno, através de sua forte presença econômica, com uma classe política que regurgita Quisling ou aspirantes a Quisling. Em 1948, na hipótese de uma vitória eleitoral da esquerda, a CIA aprontara planos para proclamar a independência da Sicília e da Sardenha: a dialética objetiva do imperialismo tende a tornar mais aguda a questão nacional no próprio coração da metrópole capitalista.

Além disso, por fracos que sejam, as hesitações e as reservas de alguns países europeus não nos permitem colocá-los no mesmo plano dos mais decididos instigadores da guerra: é o eixo Estados Unidos-Israel da agressão imperialista que está, de toda maneira, decidido a destruir não somente o Iraque, mas também o Irã, a Síria, a Líbia, para não falar na Palestina.

As relações de força no plano ideológico

No plano internacional, as relações de força, na esfera militar, estão claras. Porém, seria miopia ignorar a dimensão ideológica do problema. Para ampliar a base social de consenso no plano interno, para se projetar mais facilmente no externo e conseguir agrupar uma quinta coluna nos países controlados ou a serem controlados, uma grande potência imperialista precisa de um mito genealógico, deve conseguir se apresentar como a encarnação de uma missão superior à qual é tolo e criminoso tentar se opor.

No final do século XIX, depois de comemorar os prodigiosos sucessos conseguidos pela Alemanha no plano econômico, político e cultural, um fervente e influente chauvinista, isto é, Heinrich Von Treitschke, previa e desejava que o século XX se tornasse um “século alemão”. Nos dias atuais, já privado de qualquer crédito na pátria, esse mito preferiu emigrar para os Estados Unidos, onde foi calorosa e entusiasticamente acolhido: é notório que o “novo século americano” é a palavra de ordem agitada pelos círculos neoconservadores, que desempenham um papel tão importante na administração Bush e, mais em geral, pela cultura política estadunidense.

Diferenciando-se claramente da Alemanha de Guilherme, países como a França, a Inglaterra, a Itália e os Estados Unidos foram de encontro ao massacre da Primeira Guerra levantando a bandeira do “intervencionismo democrático”: a guerra era necessária para permitir o avanço, no plano mundial, da causa da democracia, para liquidar, nos impérios centrais, a autocracia e o autoritarismo, desenraizando, assim, de uma vez por todas, o flagelo da guerra. Comum, no passado, a todos os inimigos ocidentais da Alemanha, esse motivo ideológico se tornou, agora, um monopólio dos Estados Unidos: o país, que já com Jefferson aspirava à realização de “um império para a liberdade, como nunca se viu desde a criação até hoje”, que se orgulha de ter liberado o mundo, primeiro do totalitarismo nazifascista e depois do totalitarismo comunista, hoje se apresenta, usando as palavras de Bush, como a nação “eleita por Deus” como “modelo para o mundo” e com a tarefa de impor, em todo lugar, “democracias” e “livre mercado”.

Na história da Europa, o fascismo e o nazismo implicaram o surgimento de novos mitos genealógicos e de novas ideologias de guerra. “O Império voltou aos morros fatais de Roma”: com esse *slogan*, Mussolini enchia o peito e justificava a marcha expansionista e os crimes horrendos da Itália fascista. Porém, hoje, essa ideologia não goza mais de qualquer prestígio em nosso país. Pelo contrário, as forças mais reacionárias, aquelas empenhadas em desmantelar o Estado nacional junto ao social amam gritar: Roma ladrona! Mal

conhecido ou desprezado em sua terra de origem, o mito caro a Mussolini atravessou o Atlântico, e agora politólogos e ideólogos na moda não hesitam em apresentar os Estados Unidos como uma espécie de renascido império romano de tamanho planetário.

Enfim, o Terceiro Reich construiu sua ideologia sustentando-se amplamente nas tradições racistas dos Estados Unidos: contra a ameaça que faziam pesar sobre o Ocidente e a civilização os bolcheviques orientais e os povos coloniais e de cor por eles provocados, a Alemanha hitlerista amava se apresentar como o campeão da revanche branca e ocidental, assim como o país chamado a reafirmar a *white supremacy* em escala planetária e sob a hegemonia alemã. Essa ideologia voltou ao seu lugar de origem, mesmo que agora os Estados Unidos prefiram apresentá-la de maneira mais requintada: Hitler assumia a postura do campeão da supremacia, ou seja, da missão ocidental, branca ou ariana; hoje, é mais oportuno se limitar a falar em missão do Ocidente!

Concluindo. No plano ideológico, as relações de força estão desequilibradas em favor dos Estados Unidos de maneira ainda mais clara do que no plano militar. E, assim como no plano militar, também no ideológico a supremacia da única superpotência mundial tende a se tornar ainda mais evidente. Sustentada por um formidável aparelho multimídia, é em ato, em nível mundial, uma campanha maciça, cujo objetivo é claro e alarmante: assim como hoje se liquida, enquanto expressão de anti-semitismo qualquer crítica coerente à política de Israel, de maneira análoga, no futuro, qualquer crítica não estritamente episódica da política estadunidense terá que ser marcada enquanto expressão de um anti-americanismo tosco e antidemocrático! E assim, além do nível político-militar, a aliança entre Estados Unidos e Israel se solda ainda mais também no nível ideológico e, poder-se-ia dizer, até teológico: é sacrílego e blasfemo posicionar-se contra aquela que Bush, na linguagem do Antigo Testamento, define a “nação eleita por Deus”.

Trata-se de uma campanha que não escolhe, como alvos, somente os movimentos revolucionários: por se ter recusado a apoiar a guerra preventiva de Bush, a França não somente foi excluída da lucrativa “reconstrução” do Iraque e é atacada com outras represálias econômicas, mas é também apontada para o público como escárnio no plano internacional enquanto foco de anti-americanismo e de anti-semitismo! Ao poder de aniquilação nuclear, os Estados Unidos juntaram agora, também graças ao reforço da aliança com Israel, o poder de excomunhão, ou seja, de aniquilação ideológica e moral. E não se deve esquecer o fato de a campanha antifrancesa (e antieuropéia) lançada pelo outro lado do Atlântico poder contar com o apoio da própria França (e da própria Europa), em uma aliança nada insignificante!

Há um outro elemento, que não pode ser esquecido. Hoje, nos principais países europeus (Inglaterra, França, Itália, Espanha) manifesta-se uma agitação separatista, que pode,

às vezes, assumir a forma da luta armada; e, mais uma vez, são os Estados Unidos que decidem se esses movimentos devem ser inseridos na lista das organizações terroristas ou naquela dos movimentos de libertação nacional! Isto é, além da União Européia, Washington tem a possibilidade de desagregar os próprios Estados nacionais que a constituem.

Mas, então, que sentido faz evocar o espectro de um imperialismo europeu em crescimento, que se prepara para desafiar e derrotar a superpotência americana? Uma leitura doutrinária e escolástica de Lênin empurra na direção dessa política de ficção, é a convicção de que todo grande país capitalista pode desempenhar sempre e somente uma função imperialista. Mas essa não é a opinião de Lênin. Vimos que ele criou a hipótese, em 1916, no caso de uma “vitória de tipo napoleônico” do exército de Guilherme II, de uma guerra de independência e de libertação nacional liderada pela França, que, também, naquele momento, dispõe de um grande império colonial. Quatro anos depois, apresentando a edição francesa e alemã de seu *Imperialismo*, Lênin é obrigado a aceitar uma situação radicalmente nova: a competição pela a hegemonia mundial, “a partilha do “butim”, é feita entre dois ou três saqueadores (Inglaterra, América, Japão) de potência mundial, armados de cabo a rabo, que envolvem em *sua* guerra, para a partilha de *seu* butim, o mundo inteiro”. Não se fala, aqui, da França. Mas significativo, acima de tudo, é outro silêncio: submetida como foi à paz de Versailles, “bem mais brutal e infame” do que a paz de Brest-Litovsk, em 1920, a Alemanha não está inserida no número das potências mundiais imperialistas.²⁰ Claro, com a subida antes e a tomada do poder depois por parte do nazismo, a situação muda novamente, e de forma ainda mais radical. O Terceiro Reich consegue a “vitória de tipo napoleônico” que escapou a Guilherme II: por consequência, também um país capitalista avançado e com posses coloniais amplas, como é a França, transforma-se por sua vez em uma colônia ou em uma semicolônia da Grande Alemanha, e é, portanto, obrigada a se empenhar em uma guerra de libertação nacional, exatamente conforme a previsão ou análise de Lênin. Sem se deixar enjaular pela escolástica, os marxistas devem sempre proceder por uma análise concreta da situação concreta. Nos nossos dias, a luta contra o imperialismo é, essencialmente, a luta contra o imperialismo americano e contra o eixo Estados Unidos-Israel.

Tradução autorizada em maio de 2005

Notas

* O original italiano, “Esiste oggi un imperialismo europeo?”, foi publicado em *L’Ernesto. Rivista comunista*, setembro-outubro, 2004, pp. 56-62 e vertido para *Marxistische Blätter*, n.º 5, 2004, pp. 79-86.

** Professor de Filosofia da História e diretor do Instituto de Filosofia e Pedagogia da Universidade de Urbino, Itália. Autor do clássico *La comunità, la morte, l'Occidente. Heidegger e l'ideologia della guerra* (Itália, Bollati Boringhieri Editore, 1991). Várias obras foram editadas em nosso país, entre elas *Hegel, Marx e a tradição liberal* (São Paulo, Unesp, 1998); *Democracia ou Bonapartismo* (Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. UFRJ/Edusp, 2004).

*** Professora Doutora do Departamento de Física e Matemática, curso de Ciências da Informação, campus Ribeirão Preto, da USP.

**** Professora Doutora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, membro do Núcleo de Estudos da Complexidade da PUC-SP.

¹ Apud LÊNIN, V. I. *Opere Complete* – vol. XXII. Roma, Editori Riuniti, 1955, p. 189.

² *Ibid.*, p. 654.

³ ROYOT (org.), J.-P. M. D. *Histoire et civilisation des Etats-Unis. Textes et documents commentés du XVIIe siècle à nos jours*. Paris, Nathan, 1989, p. 179.

⁴ NEGRI, A. e HARDT, M. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2003.

⁵ Cf. “II Manifesto”, 15 de maio de 1999.

⁶ MARX, K. e ENGELS, F. *Werke* – vol. XXXI. Berlim, Dietz, 1955, pp. 228-9.

⁷ LOSURDO, D. La dottrina Bush e l'imperialismo planetario. *L'Ernesto. Rivista comunista*, novembro-dezembro, pp. 60-64.

⁸ KURT, J. e SAYEED, H. K. Le smisurate ambizioni dell'India. *Le Monde Diplomatique–II Manifesto*, julho, 2002, p. 22.

⁹ LAKSHMI, R. Hindu rewriting of history texts splits India. *International Herald Tribune*, 15 de outubro de 2002, p. 12.

¹⁰ Ver FRIEDMAN, G. e LEBARD, M. *The Coming War with Japan*. New York, 1991.

¹¹ JEAN, C. Le direttrici geostrategiche di Pechino. *Limes. Rivista italiana di geopolitica*, n.º1, Roma, 1995, p.121.

¹² MINI, F. Xinjiang o Turkestan orientale? *Limes. Rivista italiana di geopolitica*, n.º1, Roma, 1999, p. 92.

¹³ RICHARDSON, M. Asia Looks to Zhu for Sign of Backing Off On Spratlys *International Herald Tribune*, 22 de novembro de 1999, p. 5.

¹⁴ BROOKS, S. G. e WOHLFORTH, W. C. American Primacy in Perspective. *Foreign Affairs*, julho-agosto, 2002, pp. 20-33.

¹⁵ VENTURINI, F. Il rischio dell'Alleanza: diluita e sempre più americana. *Cooriere della Sera*. 23 de novembro de 2002, p. 5.

¹⁶ WOHLFORTH, L., *Opere Complete* – vol. XXII. Roma, Editori Riuniti, 1955, p. 308.

¹⁷ *Id.*, *ibid.*, pp. 294-295.

¹⁸ HIRSH, M. In Europa. *Limes. Rivista italiana di geopolitica* n.º 3, 2002, p. 71.

¹⁹ WOHLFORTH, L. *Opere Complete* – vol. XXII, op. cit., p. 308.

²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 193.

COMUNISMO SEM TRANSIÇÃO?*

Christian Castillo**

*Tradução: Edison Salles****

Conforme o capitalismo imperialista continua sobrevivendo, a contradição entre as potencialidades das forças produtivas e a miserabilidade a que o domínio das relações capitalistas de produção condena a imensa maioria das massas se faz mais patente. Uma das teses centrais de Marx foi justamente assinalar que essa contradição não poderia ser resolvida sem a prévia conquista do poder pela classe operária, destruindo o estado burguês e edificando uma forma de dominação transitória, o estado operário ou “estado tipo comunista”, cujo objetivo era sua própria extinção à medida que avançasse a construção do socialismo.

O que há de comum entre as mais diversas teorias com as quais a burguesia tem procurado justificar seu domínio é o fato de tentarem demonstrar que o capital é capaz de superar, de uma ou outra maneira, sua contradição fundamental. No final do século XIX, positivistas e “revisionistas” do marxismo coincidiam em afirmar que o capitalismo havia se desenvolvido de tal forma que suas contradições haviam sido atenuadas e o mundo progredia evolutiva e pacificamente. A guerra mundial, a explosão da revolução russa e as comoções que as acompanharam mostraram a superficialidade desse ponto de vista e deram razão aos que assinalavam que o desenvolvimento da fase imperialista intensificava e não atenuava as contradições do domínio do capital, atualizando a perspectiva da revolução socialista. Essa foi a enorme superioridade da análise dos marxistas revolucionários que iriam fundar a Terceira Internacional (Lênin, Trotsky, Luxemburgo...), demonstrada não apenas na teoria, mas nos fatos, com o triunfo da revolução de outubro, um acontecimento que desde o maior teórico da sociologia burguesa, Max Weber, até os mencheviques russos julgavam impossível até o dia anterior a sua realização.¹ Após a Segunda Guerra Mundial, amparadas pelo mundo de Yalta e pelo fôlego conseguido pelo capital nos anos do *boom*, voltaram a florescer as teorias que preconizavam um desenvolvimento capitalista

sustentado e ilimitado sob a égide do Estado de Bem-Estar keynesiano, chegando inclusive a criar grande efeito em teóricos marxistas que adotaram a sua maneira a tese de que existia um neocapitalismo.² Novamente, essas teorias se chocaram com a realidade combinada do ascenso revolucionário mundial iniciado em 68 e da crise econômica que encerrava o *boom*. Porém, o desafio revolucionário foi contido e, novamente, a burguesia tomou a ofensiva no início dos anos 80. A ideologia neoliberal que acompanhou esse ataque imperialista sobre as conquistas operárias e populares apresenta, comparativamente a outras ideologias burguesas, a peculiaridade de centrar-se não nas expectativas de progresso das massas mais espoliadas e sim na resignação de que não há nenhuma outra alternativa a ela. A operação ideológica fundamental consiste em transformar em conseqüências inevitáveis do progresso tecnológico os padecimentos causados às massas, como o desemprego, o aumento da pauperização ou a precarização do trabalho, encobrindo que não é a técnica e a ciência o que provoca isso, mas sim sua utilização nos termos ditados por um punhado de monopólios capitalistas que dominam a economia mundial. A idéia de que o capitalismo vive desde o princípio dos anos 70 uma nova revolução científico-técnica em grande escala, que teria produzido mutações fundamentais no funcionamento da sociedade e no modo de produção, está presente tanto em elaborações da academia burguesa como entre autores que se reivindicam marxistas e de esquerda. Com a persistência, na década de 90, da situação de desemprego de massas em numerosos países, a velha idéia de que estávamos em presença de uma sociedade pós-industrial adquiriu novas forças, apresentada em suas últimas versões como o surgimento de uma nova forma de capitalismo, o capitalismo cognitivo. O fim do trabalho e o aparecimento de um novo sujeito em conformidade com esse novo estágio foram temáticas recorrentes entre os defensores dessas posturas. Apesar de, em outras ocasiões já termos escrito sobre o tema, sintetizaremos e ampliaremos a crítica a essas posições e às definições políticas que implicam, dando especial ênfase às proposições de Toni Negri, por ser quem o faz a partir de uma postura política mais radicalizada e com uma linguagem teórica mais sofisticada.

Mito e realidade sobre o fim do trabalho

Os pressupostos das teses do “fim do trabalho”

Em sua análise da sociedade contemporânea Negri sustenta uma visão refinada e erudita (*savant*, no dizer de Michel Husson) da tese do “fim do trabalho”, popularizada, em diferentes matizes, por J. Riffkin, Dominique Méda, Vivianne Forrester, André Gorz e pela escola italiana dos teóricos da *intelectualidade de massas*, entre outros. Essa tese, que

encontrou renovado eco na última década, pretendia dar conta de uma suposta perda da *centralidade do trabalho* (com o desemprego de massas como uma de suas manifestações principais) como consequência inevitável da passagem da *sociedade industrial* à *sociedade pós-industrial*. Nesta, os avanços tecnológicos teriam produzido um tal salto na produtividade de bens materiais que a substituição progressiva do *trabalho vivo* pelo “*trabalho morto*”, assalariados por máquinas (robôs e computadores), se tornaria uma tendência irreversível e em crescimento geométrico. A aplicação de métodos “toyotistas” na organização do trabalho seria, por sua vez, também produto dos avanços tecnológicos e da incorporação por parte do capital das aspirações mostradas pelo proletariado na “*revolta contra o trabalho de 68*”, que resultaram no crescimento das funções de controle e gestão do trabalhador em detrimento da produção. “*Sociedade pós-industrial*” seria sinônimo da mutação das condições gerais do capitalismo em direção à hegemonia do “*trabalho imaterial*” e do “*capitalismo cognitivo*”. Segundo essa tese, nessa nova situação do capitalismo (que às vezes denominam “*pós-capitalista*”), a atividade cognitiva torna-se o fator essencial de criação de valor, calculando-se este em grande parte por fora dos lugares e do tempo de trabalho. O conhecimento teria se transformado em “um fator de produção necessário tanto como o trabalho e o capital, e a valorização deste fator intermediário obedece a leis muito particulares, a tal ponto que o capitalismo cognitivo funciona de maneira diferente do capitalismo puro e simples”,³ com a consequência de que a teoria do valor não poderia dar conta da transformação do conhecimento em valor. O trabalhador já não necessitaria mais

(...) de instrumentos de trabalho (ou seja, capital fixo) que são postos a sua disposição pelo capital. O capital fixo mais importante, aquele que determina as diferenças de produtividade, se encontra no cérebro dos seres que trabalham: é a máquina útil que cada um de nós carrega em si. É esta a novidade absolutamente essencial da vida produtiva de hoje.⁴

Essas teses apresentam um conjunto de unilateralidades que turvam a compreensão das condições contemporâneas do capitalismo e da luta de classes.⁵

Mudança tecnológica, aumento de produtividade e desemprego

Começemos por um primeiro aspecto da idéia sempre difusa do “fim do trabalho”. Não se refere, obviamente, ao trabalho considerado antropologicamente – como um atributo específico da ação do homem dirigido a assegurar e criar as condições de sua própria vida de um modo único e que lhe é próprio –, mas sim a sua manifestação na sociedade capitalista, o trabalho assalariado. Segundo os defensores dessa tese, o desemprego de massas seria produto da elevação no ritmo das mudanças tecnológicas e dos aumentos de produ-

tividade. Isso é assim? Ainda que as mudanças tecnológicas em muitos ramos da produção tenham sido muito importantes e expliquem a redução na quantidade de assalariados em certos ramos que haviam sido motor da expansão capitalista do pós-guerra, não explicam por si mesmas o desemprego de massas. O volume total de trabalho aumentou em quase um quarto, se consideramos os seis principais países capitalistas. Segundo aponta Husson, de 431 bilhões de horas de trabalho existentes em 1960 nesses países, avançou-se a 530 bilhões em 1996,⁶ aumento especialmente notável na economia norte-americana e que inverte, desde 1982, a tendência à queda do volume de trabalho que se observava entre 1960 e 1973. Esse aumento do volume do trabalho é acompanhado por uma diminuição do crescimento da produtividade horária em relação aos anos do *boom*, que passa de 4,7% entre 1960 e 1973 a 1,8% entre 1983 e 1996. Ainda que as cifras de aumento da produtividade tenham melhorado nos últimos cinco anos do século, não bastam para reverter essa tendência geral. A explicação do desemprego não está, portanto, numa queda do volume do trabalho e no aumento da produtividade. A brutal ofensiva capitalista sobre a classe operária nos últimos 25 anos provocou tanto uma diminuição dos salários reais como uma reversão na tendência à redução do tempo de trabalho nos principais países capitalistas que vinha se dando até meados dos anos 70. Isso levou a que os aumentos de produtividade, ainda que menores aos dos anos do *boom*, tenham significado um grande aumento da diferença entre a produtividade e o salário, elevando os lucros dos capitalistas. Porém, por sua vez, o capital, devido à “crise de acumulação” que sofre desde meados dos anos 70, encontra menos ocasiões rentáveis para “reinjectar” a mais-valia de maneira “produtiva”. É um capitalismo “que é, de certa medida, obsoleto e que não pode reproduzir-se a não ser rechaçando a satisfação das necessidades sociais e organizando a regressão social”,⁷ no qual a impossibilidade do capital de reproduzir-se em níveis de rentabilidade média produz a situação praticamente inédita de que o crescimento da taxa de lucro nos últimos anos não tenha sido acompanhado pelo aumento da taxa de acumulação, e sim pelo dos negócios da esfera especulativa da economia (o que alguns autores chamam “financeirização”).

Conforma-se, assim, uma espécie de “círculo vicioso” do qual o capital tem sido até o momento incapaz de sair senão “fugindo para diante”, ou seja, agravando suas contradições. Adicionalmente, a falta de relação direta entre avanços tecnológicos, crescimento da produtividade e aumento do desemprego demonstra-se no paradoxo insolúvel para os teóricos do “fim do trabalho”, de que a economia com maior desenvolvimento tecnológico e crescimento da produtividade no mundo, a economia norte-americana, teve, na década de 90, – a de maior crescimento médio desde o fim do *boom* –, índices de desemprego que se registram entre os menores do século, oscilando ao redor dos 4%. Se a tecnologia e os aumentos de produtividade fossem as principais causas do desemprego, então os Estados

Unidos estariam encabeçando os seus índices. Nos Estados Unidos, foi a combinação de uma relação de forças favorável, obtida em relação ao proletariado durante o governo Reagan, que criou as condições para a precarização do trabalho, expressa na proliferação dos “empregos precários” durante a era Clinton, com a situação de proeminência na arena internacional nos anos 90, o que explica essa “excepcionalidade” norte-americana. Possivelmente, estamos vivendo uma mudança abrupta nessa tendência.

Uma reconfiguração na situação dos assalariados

Porém, independentemente de sua causa, pode-se observar uma diminuição generalizada do trabalho assalariado no capitalismo contemporâneo? Ainda que o desemprego de massas seja um fenômeno real em numerosos países, é falso o panorama que pinta uma crescente diminuição dos assalariados. Se considerarmos o conjunto dos assalariados em nível mundial, seu número global tem aumentado e não diminuído nas últimas décadas, com a proletarianização crescente de novos setores (feminização da força de trabalho, assalariamento da classe média, extensão das relações salariais à periferia capitalista, etc.) e a diminuição, dentro do conjunto, da quantidade de trabalhadores com emprego estável. O sociólogo brasileiro Ricardo Antunes reconhece cinco tendências nessa reconfiguração da classe operária nos últimos anos: a) a redução do proletariado manual, fabril, estável, típico da fase taylorista e fordista, ainda que de distinto modo, segundo as particularidades de cada país e sua inserção na divisão internacional do trabalho; b) contraposta a esta se pode observar o enorme aumento, em todo o mundo, dos setores assalariados e do proletariado em condições de precariedade trabalhista, com o aumento explosivo, paralelo à redução do número de empregos estáveis, da quantidade de trabalhadores homens e mulheres sob o regime de tempo parcial, isto é, assalariados temporários; c) aumento notável do trabalho feminino (em alguns países chegando a 40% ou 50% da força de trabalho), tanto na indústria como, especialmente, no setor de serviços, configurando uma nova divisão sexual do trabalho, com as mulheres predominando em áreas de maior trabalho intensivo, em que é muito importante a exploração do trabalho manual, e os homens nos setores onde é maior a presença do capital intensivo, de maquinário mais avançado; d) expansão no número de assalariados médios em setores como o bancário, turismo, supermercados, isto é, os chamados “setores de serviços” em geral; e) exclusão do mercado de trabalho dos “jovens” e dos “velhos”. Antunes assinala que contrariamente às teses do “fim do trabalho”, “parece evidente que o capital tem conseguido ampliar mundialmente as esferas do trabalho assalariado e da exploração do trabalho, segundo as diversas modalidades de precarização, subemprego, trabalho *part time*, etc.”⁸ Essa tendência ao crescente assalariamento e urba-

nização não é homogênea nem linear. Enquanto certos países e regiões (África!) se “desindustrializaram” em comparação com os anos 60, outros (México, China, África do Sul, Coreia do Sul até a crise de 1997) têm visto nos últimos anos um crescimento meteórico do número de assalariados, em grande proporção trabalhadores industriais. À diminuição dos trabalhadores de certos ramos de produção (os distintos ramos metalúrgicos ou os ferroviários entre os mais significativos) corresponde o aumento em outros. Diminuem os trabalhadores com emprego estável e crescem os de tempo parcial. O que temos diante de nós é, portanto, não “o fim do trabalho assalariado”, mas a reconfiguração da situação do proletariado.⁹

O “capitalismo cognitivo”

Analisemos, agora, a “novidade” que representaria o “*capitalismo cognitivo*”, às vezes apresentado como o surgimento de um “*pós-capitalismo*”. Essa tese parte de considerar como uma “novidade” a faculdade do capital de apropriar-se dos progressos da ciência e do conhecimento. Longe de ser “novidade”, essa capacidade forma parte fundamental da análise marxista do capitalismo. Nos *Grundrisse*, Marx afirma, em referência à ciência, que “a acumulação do saber, da habilidade, assim como de todas as forças produtivas gerais da inteligência social, são agora absorvidas pelo capital que se opõe ao trabalho: elas aparentam ser uma propriedade do capital ou, mais exatamente, capital fixo”. Como aponta corretamente Michel Husson: “Não se pode dizer o mesmo do conhecimento que os expoentes do capitalismo cognitivo erigem como terceiro fator de produção, como se este substituísse o capital ou o trabalho como fonte de riqueza?”¹⁰ E continua:

Uma das características intrínsecas do capitalismo, a fonte essencial de sua eficácia, reside uma vez mais na incorporação das capacidades dos trabalhadores à sua maquinaria social. É neste sentido que o capital não é um arsenal de máquinas ou de computadores em rede, mas uma relação social de dominação. A análise do trabalho industrial desenvolveu amplamente este ponto de vista. A análise da opressão das mulheres faz ter importância (ou deveria fazer) a captação do trabalho doméstico pelo capital como fator de reprodução da força de trabalho. A escola pública não é outra coisa que esta forma de investimento social. A idéia mesma de distinção entre trabalho e força de trabalho repousa no fundo da questão (...) Ao querer a todo custo ressaltar a nova forma de funcionar do capitalismo, as teses sobre o capitalismo cognitivo esquecem que tais mudanças não fazem desaparecer as contradições do capitalismo, mas as tornam mais e mais palpáveis.¹¹

Fascinados por seu objeto, as novas tecnologias, os teóricos do capitalismo cognitivo esquecem a principal contradição, própria destas, a dificuldade crescente para transformar

em mercadorias suas produções correspondentes: “O capital produz mercadorias e funciona segundo a lei do valor, que é sua lei. Longe de evitar esta lógica econômica, busca constantemente reproduzi-la, e uma das dimensões da nova economia é precisamente que isto se torna cada vez mais difícil”.¹² Isso se deve às características peculiares que apresentam os produtos elaborados por esse setor da economia. Uma nova tecnologia implica primeiro um investimento inicial importante, semelhante ao de capital fixo. Nisso é similar ao que ocorre com a produção de qualquer mercadoria. O problema surge com os modos de valorização desse capital, em particular devido a que a inovação ou o produto final podem ser apropriados quase gratuitamente pela concorrência a partir de uma primeira difusão. A utilização dos mesmos pelo concorrente leva a uma imediata desvalorização do produto (já que, em seus custos, não há por que estar contemplado o investimento em capital inicial), introduzindo uma lógica relativamente contraditória com o mercado capitalista. O resultado mediante o qual o capital dá cabo dessa dificuldade é o limite temporal da difusão daquilo que possa ser apropriado ou a regulamentação de seu acesso, como temos visto recentemente no caso Napster. Apenas nesse sentido é correta a afirmação de que o valor do conhecimento não depende de sua originalidade, mas sim das limitações estabelecidas ao acesso do conhecimento, “à capacidade prática de limitar sua difusão livre”,¹³ limitando “com meios jurídicos (direito autoral, licenças, contratos) ou monopólicos a possibilidade de copiar, imitar, reinventar, de se apropriar dos conhecimentos de outros”.¹⁴ Mesmo admitindo que exista uma grande difusão desse novo tipo de produtos potencialmente gratuitos (quando na realidade não é mais que uma gama muito limitada de produtos, considerando o mercado global), o que temos não é um novo modo de produção, mas

(...) o incremento de uma contradição absolutamente clássica entre a forma que adota o desenvolvimento das forças produtivas (a difusão gratuita potencial) e as relações de produção capitalista que buscam reproduzir o status do mercado à custa das potencialidades das novas tecnologias.¹⁵

Estamos, aqui, diante da manifestação dessa contradição do capital antecipada genialmente por Marx nos *Grundrisse*:

(...) de uma parte, desperta todas as forças da ciência e da natureza assim como aquelas da cooperação e circulação sociais a fim de criar riqueza independente (relativamente) do tempo de trabalho utilizado por ela. De outra parte, busca medir as gigantescas forças sociais assim criadas conforme o padrão do tempo de trabalho, e encerrá-las nos limites estreitos, necessários para manter enquanto valor, do valor já produzido. As forças produtivas e as relações sociais – simples fases diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem para o capital unicamente como meios para produzir a partir de sua estreita base. Porém de fato são as condições materiais capazes de fazer explodir esta base.

A operação mistificadora de Negri, Rullani e outros consiste em apresentar a crescente dificuldade do capital para “buscar medir as gigantescas forças produtivas sociais (...) conforme o padrão do tempo de trabalho”, para continuar produzindo na “estreita base” das relações de produção capitalista, como se esta houvesse levado a uma mudança de qualidade nas condições gerais da produção capitalista, como se o capital tivesse sido capaz de superar seus próprios limites. No mesmo sentido, a idéia de muitos dos teóricos do “fim do trabalho”, de que estaríamos diante de uma perda de substância da lei do valor devido à necessidade de gastar menos força de trabalho para produzir uma mercadoria, evita justamente captar a dimensão profunda da atual crise capitalista: que é a incapacidade do sistema para escapar dessa lei que o leva a funcionar de maneira crescentemente regressiva. Os vinte anos que vivemos de ofensiva imperialista “neoliberal” são uma grande mostra desses limites do capital, que, para conseguir valorizar-se, viu-se crescentemente empurrado a desenvolver a esfera especulativa da economia e a aumentar brutalmente a taxa de exploração da classe operária. A superação mediante a conquista do poder pela classe operária da “estreita base capitalista” é a condição para desenvolver a potencialidade existente nas forças produtivas sociais, permitindo assim que estas deixem de ser “forças produtivas do capital” (instrumentos para aumentar a extração de mais-valia dos trabalhadores) e, ao contrário, pavimentem o caminho para passar do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”.

Um novo sujeito independente e autônomo?

A mistificação compartilhada por Negri e os teóricos da “*intelectualidade de massas*” vai mais longe se encaramos o que implicam essas teses em relação à constituição de um sujeito antagônico ao poder do capital. Segundo Negri e Lazzarato

(...) vinte anos de reestruturação das grandes fábricas levaram a um estranho paradoxo. Com efeito, é ao mesmo tempo sobre a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade do trabalho vivo mais e mais intelectualizado, na produção, que se tem constituído as variantes do modelo pós-fordista. Na grande empresa reestruturada, o trabalho do operário é um trabalho que implica mais e mais, em níveis diferentes, a capacidade de eleger entre diversas alternativas e, portanto, a responsabilidade de algumas decisões. O conceito de “interface” utilizado pelos sociólogos da comunicação dá conta adequadamente desta atividade do operário. Interface entre as diferentes funções, entre os diferentes equipamentos, entre os níveis de hierarquias etc. Como é prescrito pelo *new management*, hoje “é a alma do operário o que deve prevalecer na fábrica”. É sua personalidade, sua subjetividade o que deve ser organizado e dirigido. Qualidade e quantidade de trabalho são reorganizados ao redor de sua imaterialidade. Esta transformação do trabalho operário em trabalho de controle, de gestão de

informação, de capacidade de decisão que requerem o concurso da subjetividade atinge os operários de maneira diferente segundo suas funções na hierarquia da fábrica, mas ela se apresenta doravante como um processo irreversível (...) Podemos avançar a seguinte tese: o ciclo do trabalho imaterial está pré-constituído por uma força de trabalho social e autônoma, capaz de organizar seu próprio trabalho e suas próprias relações com a empresa. Nenhuma “organização científica do trabalho” pode predeterminar esse saber fazer e esta criatividade produtiva social que, hoje, constituem a base de toda capacidade de empreendimento.¹⁶

De acordo com essa visão, o capital se viu obrigado a tomar nota da revolta operária de 68 “contra o trabalho”, devendo modificar a organização “fordista” do trabalho no sentido de envolver a subjetividade do trabalhador na produção, produzindo, paradoxalmente, um desenvolvimento das faculdades autônomas do trabalhador. Porém, a mutação sofrida não se deteria aqui. A fábrica teria perdido a hegemonia como unidade produtiva social e, produto da revolução nas comunicações e de um novo salto nas forças produtivas, todo sujeito poderia agora se apropriar autonomamente dos conhecimentos técnicos e científicos que teriam deixado de ser patrimônio do capitalista. Viveríamos na época da hegemonia da “intelectualidade de massas”. Todo membro da sociedade é um produtor de mais-valia, independentemente de sua condição de assalariado, encontrando-se em seu cérebro a principal força produtiva existente hoje em dia. Nesse sentido, ao contrário de outros sustentadores da tese do “fim do trabalho”, que deduzem dela a impossibilidade da constituição de um sujeito emancipador, para Negri, uma nova força antagônica teria se desenvolvido, um “proletariado” mais autônomo e poderoso que a “velha” classe operária assalariada: a multidão, que englobaria o conjunto das classes subalternas.¹⁷ Dessa potência da multidão adviria a força para encarar um antagonismo “não dialético”, mas “alternativo”, capaz de saltar a transição e realizar “o comunismo aqui e agora”:

Se o trabalho tende a tornar-se imaterial, se sua hegemonia social se manifesta na constituição do “general intellect”; se esta transformação é constitutiva de sujeitos sociais independentes e autônomos, a contradição que opõe esta nova subjetividade à dominação capitalista (de qualquer maneira que se queira chamá-la na sociedade pós-industrial) já não será dialética, mas alternativa. Isto é, este tipo de trabalho que nos parece por sua vez autônomo e hegemônico não necessita mais do capital e da ordem social do capital para existir, mas se apresenta imediatamente como livre e construtivo. Quando dizemos que esta nova força de trabalho não pode ser definida no interior de uma relação dialética, queremos dizer que a relação que ela estabelece com o capital não é apenas antagônica, ela está além do antagonismo, é alternativa, constitutiva de uma realidade social diferente. O antagonismo se apresenta sob a forma de um poder constituinte que se revela como alternativo às formas de poder existentes. A alternativa é a obra de sujeitos independentes, quer dizer, ela se constitui no nível da potência e não somente do poder. O antagonismo não pode ser resolvido limitando-se ao terreno da contradição, é necessário que possa desembocar sobre uma constituição independente, autônoma. O

velho antagonismo das sociedades industriais estabelecia uma relação contínua, mesmo que de oposição, entre os sujeitos antagonistas e, em conseqüência, imaginava a passagem de uma situação de poder dada à da vitória das forças antagonicas como uma “transição”. Na sociedade pós-industrial, onde o “general intellect” é hegemônico não há lugar para o conceito de “transição”, e sim somente para o conceito de “poder constituinte”, como expressão radical do novo. A constituição antagonica não se determina mais, portanto, a partir do dado da relação capitalista, mas desde o começo sobre a ruptura com ela; não mais a partir do trabalho assalariado, mas desde o começo a partir de sua dissolução; não mais sobre a base da figura do trabalho, mas sobre a do “não-trabalho”.¹⁸

Para alguns, esse reconhecimento do suposto poder ampliado do proletariado tornado multidão poderá resultar gratificante em meio a tanto derrotismo que inundou os meios intelectuais e a esquerda na última década. Porém, o certo é que é uma visão tão linear e enganosa quanto aquela de todos os que falam da existência de uma sociedade pós-industrial, incapaz de resolver as contradições reais que a classe operária deve enfrentar na luta pela sua emancipação. As premissas de Negri para justificar o “novo antagonismo” são falsas: a) o trabalho “imaterial” não é mais que uma pequena fração do total do trabalho social e, em conseqüência, também são uma pequena minoria, do conjunto dos trabalhadores, aqueles vinculados às indústrias da comunicação e informática (entre os quais, muitos fazem, aliás, trabalho manual puro e simples). Além disso, apenas uma pequena fração do proletariado trabalha combinando tarefas manuais com as de “controle” e “gestão”; b) não estamos ante a presença de “sujeitos sociais independentes e autônomos”; c) não é verdade que a tendência seja a diminuição do trabalho assalariado. Desmoronando as premissas, a conclusão do raciocínio – que o trabalho se apresenta hoje como imediatamente livre e construtivo – torna-se, ela mesma, um *non-sense*. Poder-se-ia, entretanto, argumentar que mesmo sendo verdade que nem todos os trabalhadores estejam nas mesmas condições, os trabalhadores ligados à “produção imaterial” poderiam, em virtude de sua situação, estar em condições de ser os que melhor tenderiam a expressar a rebelião do conjunto dos explorados dos quais formam parte. Nessa direção parece se encaminhar, às vezes, Negri, quando remarca o papel desempenhado pelos estudantes e o novo papel do intelectual,¹⁹ reformulando a tese desenvolvida nos anos 60 por Serge Mallet e outros, que viam nos trabalhadores das fábricas mais automatizadas aqueles que, por dispor de maior autonomia no âmbito do trabalho, mais tenderiam a uma política anticapitalista. Todavia, se nada disso se verificou durante o ascenso de 68 na França, nem depois, no mundo durante os anos 70, quando nas grandes ações das massas confluíram os distintos extratos da classe operária junto com outros setores explorados e oprimidos e o movimento estudantil, nada disso se verifica tampouco na resistência atual dos explorados. Os que têm protagonizado os eventos mais importantes da luta de classes nos últimos anos têm sido os setores

mais diversos: os camponeses latino-americanos (e, entre eles, principalmente os indígenas), os trabalhadores dos serviços públicos europeus, os jovens palestinos, os desempregados e os trabalhadores argentinos, os operários das automotrizs coreanas, os estudantes mexicanos. Apresentar as condições de existência de uns poucos como se fossem as do conjunto, colocar um sinal positivo onde outros põem um negativo, apontar potência pura onde outros vêem apenas limites pode parecer sugestivo e impactante à primeira vista, porém muito pobre quando se trata de compreender os verdadeiros limites e as potencialidades da classe trabalhadora.

As encruzilhadas reais das massas exploradas

Já assinalamos as tendências contraditórias apontadas pela análise estrutural das transformações sofridas pela classe operária. Em meio a vinte anos de ofensiva imperialista sobre as conquistas da classe operária, não é uma situação de “intelectualidade de massas” e diminuição do número de assalariados o que estamos vivendo. Com diferenças de países e regiões, a tendência geral é a um processo de assalariamento crescente, no qual uma pequena minoria do proletariado se torna mais qualificada enquanto a grande maioria sofre a precarização de suas condições de trabalho, em meio a altos níveis de desemprego que reduzem o preço da força do trabalho, com o conseqüente embrutecimento e até mesmo a decomposição de grandes setores da classe trabalhadora, e em que mesmo aqueles setores de maior qualificação se vêem afetados por uma tendência à redução de sua renda.²⁰ Essa tendência ao assalariamento das massas trabalhadoras não implica, entretanto, o desaparecimento de outras classes ou semiclasses também oprimidas (e exploradas de forma indireta) pelo capital, que produzem em condições pré-capitalistas, como o campesinato ou a pequena burguesia urbana. Nem tampouco deixa de lado o processo de lumpenproletarização que atinge importantes setores do proletariado nos países onde se consolidam elevados níveis de desemprego. Nenhuma dessas desigualdades podem ser compreendidas no conceito amorfo de “multidão”²¹ no qual Negri dissolve a especificidade da situação da classe operária e outras classes subalternas, evitando a análise concreta da potencialidade e dos limites das lutas atuais. Limites que são, em parte, estruturais (há setores da classe operária que, por seu lugar na produção, podem afetar mais ou menos o domínio do capital; o campesinato tende a levantar demandas, como a reforma agrária, que se não são acompanhadas pela luta proletária são, ao seu modo, rearticuladas pelo poder burguês), mas que também são políticos. Vejamos alguns exemplos. O movimento de desempregados na Argentina, que vem lutando há cinco anos, com um crescimento constante em organização e combatividade, desmente aqueles que defendiam que o trabalhador

desempregado não era mais que um “excluído”, que estava estruturalmente incapacitado para a ação coletiva. Nesse sentido, tem mostrado sua “potência”. Mais ainda, as paralisações gerais argentinas de 2000 e 2001 mostraram que é possível se sobrepor à fragmentação do proletariado sempre que se superem os limites da ação corporativa e se passe à luta política, constituindo – com níveis de desemprego que chegam a 14% e outro tanto de subemprego – a frente única dos trabalhadores empregados e desempregados e destes com as classe médias empobrecidas. Contudo, isso assinala não apenas “potência” mas também os limites que devem ser superados. Se a luta contra o desemprego não for tomada por setores mais concentrados do proletariado da indústria e do transporte é muito difícil que a heróica luta dos desempregados possa ir além da obtenção de “planos de emprego” ou um seguro desemprego. Por sua vez, se os trabalhadores (que novamente têm mostrado sua capacidade para derrubar ministros e gabinetes) não superam a estratégia reformista das direções sindicais e conquistam sua independência política, as classes dominantes encontrarão novas recomposições. Outro exemplo que poderíamos analisar é a explosão que se vê no movimento camponês latino-americano, especialmente os setores indígenas, que têm demonstrado um enorme fortalecimento e combatividade no Equador, Bolívia, México e Brasil nos últimos anos. Sua luta vem sendo um elemento altamente desestabilizador dos governos e dos planos imperialistas na região. Todavia, por sua vez, têm mostrado os limites das estratégias reformistas das direções camponesas e colocado sobre a mesa a necessidade de que o proletariado levante um programa revolucionário e se ponha à altura da batalha que estão dando seus aliados, liderando o conjunto dos oprimidos.²² O fato de negar-se a identificar essas encruzilhadas reais não pode levar a outro caminho que não seja desarmar a ação que os explorados têm pela frente.

Superação da alienação?

A descrição do novo sujeito antagonista como a de “sujeitos sociais independentes e autônomos” coloca, ademais, a falsidade de que o capitalismo seria capaz de produzir sujeitos não alienados (nenhum sentido teria falar de sujeitos independentes e autônomos se a alienação persistisse). Mesmo reduzindo a teoria marxista da alienação à alienação do trabalho (ou alienação econômica), de nenhuma maneira poderíamos concluir que esta tenha sido eliminada. O primeiro fator da alienação do trabalho é a separação das pessoas do livre acesso aos meios de produção e aos meios de subsistência. Historicamente, este foi o elemento necessário para que se generalizasse a característica principal do trabalho alienado, a obrigação das pessoas de vender sua força de trabalho em troca de um salário para poder subsistir. Essa situação não somente continua como se tem multiplicado desde

que Marx a assinalou originalmente com o desenvolvimento dos processos de concentração e centralização capitalista e o domínio do capitalismo monopolista, como expressa o contínuo processo de assalariamento que mostramos anteriormente. Durante o período em que o assalariado vende sua força de trabalho ao patrão, este é quem dita as regras de seu uso. Isso não muda porque as novas formas de organização do trabalho recorrem, nos reduzidos extratos superiores do proletariado, mais diretamente a envolver o trabalhador no controle de seu próprio processo de trabalho e porque o capitalista recorre, inclusive, ao “saber operário” para aumentar a produtividade e aumentar seus lucros. Há aqui uma confusão elementar entre o fato de que o capitalista tenha recorrido, em certos setores da cadeia produtiva, a explorar conjuntamente a força e o intelecto operários (o gasto de energia de seus músculos e cérebro) e a existência de indivíduos “livres e autônomos”. Obviamente, a terceira forma em que se manifesta a alienação do trabalho, o fato de que o trabalhador não dispõe dos frutos de seu próprio trabalho, tampouco se modificou desde que Marx formulou sua teoria. Por último, é outra falsidade dizer que o trabalho se transformou num meio de auto-expressão humana, em “livre e construtivo”. Na sociedade contemporânea, o trabalho é essencialmente trabalho assalariado, e, como tal, a capacidade humana de realizar um trabalho criativo é frustrada e distorcida inevitavelmente, ainda quando haja divergência de níveis entre setores minoritários da classe operária, que podem dispor de algum controle do uso de sua força de trabalho e empregar algo de sua criatividade, e aqueles setores majoritários submetidos à atividade mecânica e brutal, que são meros apêndices das máquinas, como assinalava Marx. Porém, mesmo entre os assalariados que realizam atividades com certo nível de “criatividade”, isso não é mais que, permitam-nos a contradição, “trabalho criativo alienado”, já que na empresa capitalista seu fim não é outro que o de incrementar os lucros do capitalista, isto é, um fim não fixado pelo coletivo de trabalhadores. Não é apenas (parece ridículo pensar o contrário) impossível explicar a um trabalhador de uma maquiladora ou de um *sweatshop*, com jornadas de trabalho entre 12 e 14 horas, que sua situação é a de um sujeito livre e autônomo. A alienação capitalista não deixa de estar presente mesmo entre os trabalhadores mais qualificados, que realizam atividades centradas no controle, gestão ou *design*. Ainda que podendo controlar certos passos do processo de trabalho, seu conteúdo estará sempre determinado pelas necessidades do capital. Pensemos, simplesmente, nos *designers* gráficos (para tomar uma função de grande crescimento nos últimos anos), que mesmo podendo decidir sobre as formas da peça gráfica ou da página *web* sobre a qual trabalham nada podem decidir sobre o conteúdo temático das mesmas, decididos pelo gerente de produção ou, no caso do designer autônomo, pelo “cliente” que lhe contratou o trabalho. Pensemos também nos empregados das empresas “ponto.com”, até ontem vedetes e hoje sofrendo demissões maciças diante

da queda em desgraça das empresas, com jornadas de trabalho sem limite claro e nenhuma proteção social nem direito à sindicalização, obrigando-os a “faturar” como trabalhador “autônomo”... evitando para o empregador os encargos trabalhistas. No geral, o que tanto Negri como Gorz e os teóricos da “revolução do tempo eleito” deixam de lado é que, enquanto subsistir o modo de produção capitalista, não haverá possibilidade de a classe trabalhadora transformar-se em “sujeito produtivo autônomo, independente e criativo”, conseqüentemente, desalienado. No capitalismo, a autonomia da classe operária não pode ser mais do que política, passando de ser “classe em si” (objeto de exploração) a “classe para si” (sujeito de sua própria emancipação). É na luta pela organização independente da classe trabalhadora que a submissão a 10 ou 12 horas no local de trabalho pode ser algo distinto de uma atividade embrutecedora, a qual apenas se espera concluir “para fazer as coisas verdadeiramente humanas”. A primeira e principal ação autônoma da classe operária na sociedade capitalista passa por liberar-se da influência política da burguesia, construir sua organização política revolucionária independente e encaminhar-se para a destruição do poder armado do capital e substituí-lo pelo poder auto-organizado da classe trabalhadora. É essa a condição necessária para realizar a “expropriação dos expropriadores”, sem a qual é impossível superar as condições da alienação do trabalho. A inevitabilidade dessa “mediação” no momento de os trabalhadores conquistarem sua emancipação é o que Negri pretende fazer desaparecer quando nos propõe a visão de um sujeito diretamente “autônomo” e “construtivo”. O reacionário das posturas de Negri (ou de Gorz), então, não está em que proponha que dia a dia se aprofunda a contradição entre a potencialidade que os avanços científicos e técnicos abririam para uma existência mais plena e a miséria da existência presente,²³ mas sim em pretender utopicamente que esta possa ser superada previamente à conquista do poder por parte dos trabalhadores e à expropriação da burguesia.

Tempo livre e a luta pela redução da jornada de trabalho

Poder-se-ia, entretanto, estabelecer o seguinte argumento: dado que na relação salarial o trabalho é inevitavelmente alienado, não seria paradoxalmente benéfico para a emancipação social o processo que lança milhares para fora do mercado de trabalho, já que possibilitaria que os sujeitos alcançassem alternativas produtivas distintas à capitalista e pudessem dispor de tempo livre? Para aqueles que pensam assim (Gorz, Rifkin, etc.), todo retrocesso dos assalariados não seria mais que um progresso na liberação do trabalho. Vejamos. Essa concepção parte do erro original de deixar de lado “a dimensão totalizante e abarcadora do capital, que engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idéias”,²⁴ isto é, supõe falsamente que no capitalismo poder-se-ia

dispor autonomamente do “tempo livre”, como se a diversão e o ócio não se encontrassem hoje também sob o controle e o domínio do capital. Apesar de toda sua fraseologia “radical”, o que aqui se termina propondo é uma série de medidas que poderiam ser de grande utilidade para os governos “neoliberais” ou de “terceira via” (como a “economia solidária” e do “terceiro setor” de Rifkin e Gorz) na hora de atenuar os custos de suas políticas antioperárias, já que, enquanto deixam o controle dos principais recursos econômicos à produção dos monopólios capitalistas, apresentam como protótipos do “trabalho criativo e solidário” a assistência a idosos (funcional à redução dos orçamentos de saúde pública e seguridade social) ou a produção para os vizinhos de “pão integral”... Mesmo que a visão de Negri seja um pouco mais sofisticada, comunga do essencial dessa postura que busca nos “não assalariados” o “novo sujeito antagonista”. As implicações políticas negativas desse raciocínio são evidentes. Os sinais de decomposição social criados pelo domínio capitalista (sintoma de seu esgotamento histórico) são apresentados como produto de uma evolução progressiva das forças produtivas. Ou seja, ao invés da incapacidade do capitalismo para resolver a “crise de acumulação” que vive desde meados dos anos 70 teríamos sua capacidade para transformar-se em formas “pós-capitalistas”. Desta forma, já que seriam as novas condições produtivas o que levaria à perda de importância do trabalho assalariado em geral, e do fabril em particular, perderia o sentido enfrentar o desemprego de massas exigindo a distribuição das horas de trabalho entre todas as mãos disponíveis (a “escala móvel de horas de trabalho”) já que o próprio “novo paradigma produtivo” excluiria tal possibilidade. Essa visão não apenas tem o efeito de absolver os governos capitalistas das políticas que provocam o desemprego de massas (já que seria produto de condições “estruturais” que estão além de seu alcance) como também naturaliza a fragmentação que o capital cria na classe operária (entre empregados e desempregados, estáveis e precários, etc.) e deixa de lado uma arma fundamental, a luta pela redução da jornada de trabalho com salários equivalentes aos custos de vida de uma família²⁵ para enfrentar as atuais políticas burguesas. Negri, ao contrário de defender essa demanda junto à de planos de obras públicas controlados pelos trabalhadores,²⁶ propõe como eixo a reivindicação de uma “renda universal cidadã”, uma renda mínima que corresponderia a todos os habitantes de um país pelo simples fato de sê-lo, independentemente da atividade que desempenham. “Renda universal cidadã” que cumpre o papel ideológico de ser o “cavalo de Tróia” da política de instaurar a “renda mínima de sobrevivência” que alguns assessores de distintos governos propõem buscando rebaixar o piso dos salários e perpetuar a situação de existência de desemprego de massas, por um lado – com desempregados recebendo um miserável seguro de existência –, e trabalhadores empregados nas condições de precarização, flexibilização e jornadas extenuantes hoje existente. Essas posições constituem, assim,

um monumental embelezamento das conseqüências causadas pela profunda ofensiva anti-operária das últimas décadas, que se conhece com o nome de “neoliberalismo”, legitimando pela “esquerda” as políticas que produzem a diminuição do poder dos assalariados como força antagônica ao domínio capitalista. Não podem ser qualificadas a não ser como reacionárias, sem que isso implique embelezar a “sociedade do trabalho” falando das virtudes “socializadoras do trabalho”, deixando de lado seu caráter de trabalho assalariado (isto é, inevitavelmente alienado), como têm feito os teóricos social-democratas saudosos do “Estado de Bem-Estar” ou os stalinistas pregando o “culto ao trabalho”.

Ao contrário, como afirma Marx em *O Capital*, “o reino da liberdade apenas inicia ali onde termina o trabalho imposto pela necessidade e pela coação dos fins externos; fica, pois, dada a natureza das coisas, além da órbita da verdadeira produção material.

(...) À medida que se desenvolve [o homem civilizado], desenvolvendo-se com ele suas necessidades, estende-se este reino da necessidade natural, porém ao mesmo tempo se estendem também as forças produtivas que satisfazem aquelas necessidades. A liberdade, neste terreno, somente pode consistir em que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente seu intercâmbio de matérias com a natureza, o ponham sob seu controle comum ao invés de deixar-se dominar por ele como um poder cego, e o levem a cabo com o menor gasto possível de forças e nas condições mais adequadas e mais dignas de sua natureza humana. Contudo, com tudo isso, este será sempre um reino da necessidade. No outro lado de suas fronteiras começa a liberação das forças humanas que se considera como fim em si, o verdadeiro reino da liberdade, que no entanto somente pode florescer tomando como base aquele reino da necessidade. A condição fundamental para isso é a redução da jornada de trabalho.

Duas estratégias na luta pelo comunismo

A luta pelo poder político

No final dos anos 20, a controvérsia entre a teoria-programa da revolução permanente e a defesa stalinista da utopia reacionária do “socialismo num só país” marcaria uma oposição que persistiria ao longo de todo o século XX. A teoria da revolução permanente expressou um desenvolvimento qualitativo danismo estratégia da revolução proletária, incorporando as conclusões das revoluções das duas primeiras décadas do século XX.²⁷

As formulações stalinistas foram, ao contrário, a negação dessas lições. Após a Segunda Guerra, o stalinismo foi além no desempenho de seu papel contra-revolucionário, com relação ao visto por Trotsky nos anos de 1930, concertando um pacto com o imperialismo norte-americano de sustentação da ordem mundial, transformando-se num ator cen-

tral da chamada “ordem de Yalta”. Dezenas de processos revolucionários tiveram seu desenvolvimento freado pela ação do stalinismo e aquelas revoluções que “foram além” do pretendido pelos stalinistas (Iugoslávia, China, Cuba, Vietnã...) foram bloqueadas em seu desenvolvimento revolucionário através da imposição, nesses Estados, de regimes que copiavam a dominação burocrática do modelo stalinista e adotavam sua mesma estratégia de “socialismo num só país”. O colapso dos regimes stalinistas, entre 1989 e 1991, com a transformação das burocracias governantes em abertos impulsionadores da restauração capitalista, demonstrou a bancarrota completa dessa política, dando, pela negativa, razão histórica às afirmações de Trotsky de que se uma revolução política não devolvesse o poder aos trabalhadores, a manutenção do domínio burocrático levaria à restauração capitalista. Tal como as do stalinismo, ainda que de um ângulo oposto, hoje as formulações de Negri sobre o “comunismo sem transição” constituem uma estratégia que se enfrenta à dinâmica revolucionária proposta na revolução permanente. Em primeiro lugar, se coloca o desaparecimento da luta pela conquista do poder político. Em Negri, as supostas mutações das condições de produção capitalista estão acompanhadas da passagem da “sociedade disciplinar” assinalada por Foucault à “sociedade de controle” que este autor apenas entreviu e que Deleuze e Guattari colocaram explicitamente. Na “sociedade de controle” o exercício do poder está em todas as partes, internalizado na subjetividade do indivíduo, que reproduz o poder em cada ação: um verdadeiro “biopoder”. Essa mesma difusão do poder em todos os aspectos da produção da vida se vê na passagem do “imperialismo” ao “Império”, cujo domínio inatingível se vê em sua impossibilidade de alcançar plena expressão jurídica. Não mais seria a luta pelo poder político a alavanca para avançar à liberação dos explorados, mas sim a luta para transformar o sentido da produção da própria vida. Essa afirmação encontra algo que a justifique na realidade da luta de classes? Não encontramos nenhuma justificativa empírica para isso. O controle do poder político dos distintos Estados nacionais continua sendo um instrumento fundamental para que o capital exerça seu domínio, tanto nos países imperialistas centrais como na periferia “semicolonial”. Por um lado, pela função insubstituível que desempenham os distintos Estados na repressão às classes subalternas locais. As funções de “polícia mundial” que vêm exercendo as intervenções das “forças multinacionais”²⁸ não substituem a função dos Estados em nível local, sendo sim, complementares a ela. O capital mais concentrado continua numa estreita relação com os Estados imperialistas mais poderosos e é através destes que impõe aos estados mais débeis e espoliados relações de cada vez mais subordinação. Basta ver o papel de “lobbistas” de primeira linha das embaixadas norte-americana, francesa, britânica, japonesa, alemã ou espanhola nos processos de privatizações ou concessões em algum país semicolonial, e, em particular, como os Estados Unidos se beneficiam do controle

exercido sobre o FMI ou o Banco Mundial para impor suas políticas ao resto do mundo. Ou seja, pode-se dizer qualquer coisa da “mediação política”, menos que foi extinta. E, por isso, a estratégia da classe trabalhadora não pode deixar de buscar a destruição desse aparato de dominação e sua substituição por um que lhe possibilite exercer seu próprio poder e tomar os primeiros passos na construção do socialismo. Cada grande intervenção do movimento de massas coloca em primeiro plano o problema do poder político. Foi precisamente a falta de ações revolucionárias nos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990 o que possibilitou o auge de estratégias que se esquivavam ou diluíam a centralidade da luta pelo poder estatal, que se incrementaram acompanhadas da propaganda burguesa que apresentou o colapso dos regimes stalinistas como demonstração do fracasso de toda tentativa dos trabalhadores de tomar o poder. Referimo-nos ao auge dos chamados “movimentos sociais” e da “estratégia local”, que se desenvolveram sobre a derrota do embate revolucionário iniciado em 1968. Teoricamente, essa política completamente reformista foi justificada com a existência de “micropoderes” que deviam ser combatidos particularmente, tomando como modelo as análises de Foucault sobre a “microfísica do poder”. Negri se distancia dessa visão na medida em que critica as estratégias “localistas” de resistência à globalização e postula que toda luta está, na realidade, unificada pelo “desejo de comunismo” da multidão e seu desafio comum ao “Império”, porém faz falta que essa unidade de propósitos se faça consciente e comunicável. Entretanto, compartilha da idéia de um poder desterritorializado e da negativa a colocar no centro a luta pelo poder político.²⁹

O certo é que desde que, em 1995, a grande greve dos trabalhadores públicos na França marcou um verdadeiro ponto de inflexão na situação da classe operária em nível internacional, temos visto com maior frequência importantes ações de massas chegando a desarticular os regimes burgueses: Equador em 1997, com a greve geral que derrubou Bucaran e, de novo, no início de 2000, com o levante camponês que derrubou o governo Mahuad e instaurou uma efêmera “Junta de Salvação Nacional” antes que se reconstituísse o poder burguês, graças à ação dos “militares nacionalistas”; Albânia, em 1997, e, em menor medida, Sérvia em 2000. Em todos esses acontecimentos em que a classe operária não esteve no centro das ações e a ausência (ou o estado embrionário) do desenvolvimento de organismos de democracia direta dos explorados impediu que no seio desses processos amadurecesse entre os trabalhadores uma alternativa revolucionária que lhes permitisse conquistar o poder. Em nenhum desses casos existiu, tampouco, um partido operário revolucionário e internacionalista capaz de aproveitá-los. Assim, ainda que as massas tenham acumulado experiência de luta, o poder foi entregue a seus inimigos de classe. A grande lição, então, é que se os trabalhadores e as massas exploradas não se preparam para lutar pela imposição de seu próprio poder nas situações de crise, outros o farão.

A sociedade de transição

Assinalada a impossibilidade de esquivar-se da luta pelo poder político, se a classe trabalhadora conquistasse o poder poderia avançar na construção do comunismo sem necessidade de transição alguma? Esse não é um questionamento menor, ao contrário, diz respeito a um aspecto central da estratégia marxista.³⁰

Isso não nos deve levar a questionar, entretanto, a experiência de burocratização dos Estados operários? Não foi em nome da ditadura do proletariado que os burocratas justificaram o exercício do despotismo nas fábricas da ex-URSS, incluindo formas de trabalho extenuante como o stakhanovismo? “Era inevitável tudo isso [a burocratização da URSS]?”, pergunta-se Negri. “Respondem positivamente a esta pergunta todos aqueles que, ao lado do stalinismo, porém também ao lado da teoria do desenvolvimento capitalista sustentam que unicamente uma ‘revolução a partir de cima’ teria podido determinar a solução do subdesenvolvimento, ou melhor, a formação do modo de produzir moderno na Rússia.”³¹

Ao contrário,

(...) às mesmas interrogações devem responder negativamente todos aqueles que, num poder constituinte que reassume a regra de empresa, não vêem uma clausura, senão, melhor, uma nova e mais alta abertura da potência. Sobre o terreno da regra de empresa, sobre a que Marx havia obrigado o poder constituinte, sobre aquele mesmo terreno no qual se desenvolveu o compromisso leninista, o que importava era a contradição, sua contínua reabertura, a vitalidade da função negativa e progressiva do poder constituinte. A regra de empresa não era um fetiche, senão um novo terreno sobre o qual a práxis constitutiva podia e devia reabrir-se continuamente. E isto encontra definitiva demonstração no fato de que, como quer que tenham sido as coisas na Rússia, esta necessária e contraditória relação entre o poder constituinte e a regra de empresa não pode ser evitada. Hoje em dia não é imaginável um exercício qualquer de poder constituinte sem que se libere da necessidade da relação com a empresa. Este terreno descoberto por Marx é o terreno do comunismo.³²

Ainda que o teórico autonomista acerte em negar a inevitabilidade da dominação burocrática, falha em acreditar que o “compromisso leninista” – no dizer de Negri, a síntese entre “espontaneidade democrática e racionalidade instrumental” (ou seja, encomendar aos soviets a direção da produção) – poderia ser evitado. Esse “compromisso” não apenas foi inevitável em seu tempo, devido ao atraso russo,³³ como também o seria hoje em dia, variando, obviamente, de acordo com o papel na economia mundial dos distintos países, o nível de desenvolvimento tecnológico existente e os ritmos de desenvolvimento da revolução socialista internacional. Uma revolução triunfante nos Estados capitalistas mais de-

envolvidos brindará possibilidades imensamente superiores à classe operária para avançar mais rapidamente ao socialismo. Uma revolução num país de desenvolvimento “intermediário” ou “atrasado” (ainda mais ao se enfrentar com condições de isolamento econômico e político) deverá fazer, inevitavelmente, mais concessões e compromissos e o perigo da burocratização será superior. Enfrentará maiores contradições internas, como ocorreu com a União Soviética, porém, sem que isso implique que inevitavelmente a história volte a se repetir. Dependerá da experiência soviética prévia das massas, sua disposição à ação e, fundamentalmente, de sua relação com a luta de classes internacional. Ainda que a classe trabalhadora no poder tomasse medidas que desde o início transformariam a relação na organização do trabalho e da vida social em seu conjunto, seria inevitável reproduzi, por um período, certos aspectos herdados da sociedade anterior. Mesmo nas economias mais desenvolvidas, que dominam a economia mundial, o período da sociedade de transição é inevitável, já que, como propugnava Marx, “trata-se, aqui, não de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda, em todos os seus aspectos, no econômico, moral e intelectual, as marcas da velha sociedade de cujas entranhas procede”.³⁴

A hiper-maturidade contemporânea das forças produtivas, que segundo Negri permitiriam livrar-se da “necessidade da relação com a empresa”, é uma apreciação unilateral da realidade que evita responder às encruzilhadas verdadeiras as quais deve enfrentar o desenvolvimento da sociedade socialista, no qual a liberação do tempo livre será um processo cuja evolução dependerá das forças produtivas que os trabalhadores tenham sob seu controle.³⁵

A dimensão internacional da “aposta leninista”

No balanço da grandeza e da crise da “aposta leninista”³⁶ um elemento, o compromisso com a “regra de empresa”, recebe um valor sem limites e é abstraído do conjunto das determinações históricas. Negri se abstém de mencionar qualquer relação entre a consolidação da burocratização e os acontecimentos da luta de classes em nível internacional. A inevitabilidade do período de transição não somente é produto das contradições internas de toda formação social, senão do fato de que a revolução mundial não é um acontecimento simultâneo, o que estabelece uma dialética particular entre o “início” do processo da revolução socialista com a tomada do poder em um país ou série de países e seu “coroamento” com o triunfo da nova sociedade em escala mundial. No caso específico da revolução russa, ainda que seja uma questão elementar, recordemos que a aposta bolchevique consistia em que o triunfo da revolução russa detonasse a revolução alemã. Essa perspectiva

não se materializou. As derrotas da classe operária mundial, ocorridas no imediato pós-guerra (Alemanha em 1929, 1921 e 1923; Hungria em 1929; Bulgária em 1923; a greve geral inglesa de 1926; a segunda revolução chinesa de 1925-27...), levaram ao isolamento econômico e político da União Soviética, favorecendo o triunfo da política nacionalista do “socialismo num só país” defendida por Stalin. A burocracia, por sua vez, não era neutra nessas derrotas, ao contrário, praticava uma política pragmática de “zigue-zagues” (da dissolução no Kuomitang ao ultra-esquerdismo do “terceiro período”; deste ao oportunismo das “frentes populares”) que provocava novos tropeços do proletariado (o triunfo do nazismo na Alemanha, a derrota da revolução espanhola). Como deixar de lado que uma coisa era assinalar a maturidade do proletariado russo para assumir o poder e outra distinta era sustentar que a Rússia, por si mesma, como fez Stalin, poderia chegar ao comunismo? Paradoxalmente, então, Negri, ao não se colocar sequer o problema da dialética entre “construção do socialismo” no plano nacional e desenvolvimento da revolução internacional, acaba coincidindo com os stalinistas em situar a explicação do ocorrido com a revolução de outubro desde um plano estritamente nacional.³⁷

A democracia soviética

A impossibilidade de materializar um “comunismo sem transição” não torna indiferente, de maneira alguma, a política que se leve adiante durante o período de transição. Que assinalemos que a luta pela conquista do poder político deve estar no centro da estratégia revolucionária e a inevitabilidade do processo de transição não significa se identificar com “qualquer poder” alternativo ao da burguesia, como foram os regimes stalinistas com seus cultos ao trabalho e ao líder, não somente em sua expressão prototípica da degeneração do Estado operário soviético como também nos processos revolucionários onde a burguesia foi expropriada e surgiram Estados operários “deformados”. Não é inevitável repetir a tragédia das revoluções do pós-guerra, onde os exércitos guerrilheiros (Iugoslávia, China, Cuba, Vietnã, entre outros) que dirigiram levantes de massas – essencialmente camponeses e semiproletários –, edificaram regimes similares ao dominante na União Soviética sob Stalin e bloquearam o desenvolvimento ao socialismo dessas revoluções. Esses regimes³⁸ trasladaram a estrutura vertical de “partido-exército” ao aparato de Estado, impedindo todo real exercício de democracia direta das massas e adotaram como própria a pseudoteoria do “socialismo num só país”, com a qual cada burocracia local justificava a defesa de seus privilégios por cima dos interesses da classe operária mundial, incluindo pactos infames com o poder imperialista norte-americano, como os casos da China e Iugoslávia. Transformaram o nome do comunismo em sinônimo de opressão burocrática e com isso prestaram

um imenso favor à propaganda imperialista. A dialética da permanência da revolução não foi somente bloqueada ao deter-se no terreno nacional, como se reproduziram, produto da dominação burocrática, muitos dos piores vícios opressivos da sociedade burguesa, como o nacionalismo, o machismo, a homofobia e o culto à família patriarcal. Ao não funcionarem os soviets, tampouco a planificação da economia foi realizada democraticamente, de acordo com a opinião e decisão do conjunto das massas trabalhadoras, mas, ao contrário, em virtude da decisão do departamento burocrático designado para tal fim, com o resultado não apenas de reproduzir os piores desperdícios do trabalho social, como de forçar os trabalhadores a todo tipo de sacrifícios sem que estes tivessem a mínima possibilidade de expressar seu acordo ou desacordo com essas decisões.³⁹

Na sociedade de transição, o pleno funcionamento dos soviets é o único meio para alcançar um equilíbrio entre as necessidades da produção social, condicionadas pelo nível das forças produtivas sociais, e o progressivo avanço na redução da jornada de trabalho (e, portanto, no incremento do “tempo livre”). Sem democracia soviética não há planificação democrática da economia. Como assinalava Trotsky, marcando o obstáculo absoluto em que se transformara a dominação burocrática quando se tratava de passar de uma produção “intensiva” a uma “extensiva”:

(...) o papel progressista da burocracia soviética coincide com o período de assimilação. O grande trabalho de imitação, de enxerto, de transferência, de aclimações tem sido feito no terreno preparado pela revolução. Até agora não houve inovação no domínio das ciências, da técnica ou da arte. Pode-se construir fábricas gigantes segundo modelos importados do estrangeiro, por mandato burocrático, e pagando por elas, certamente, o triplo do preço. Porém, quanto mais longe se vá, mais se tropeçará com o problema da qualidade, que escapa à burocracia como uma sombra. Parece que a produção está marcada com o carimbo sombrio da indiferença. Na economia nacionalizada, a qualidade supõe a democracia dos produtores e dos consumidores, a liberdade de crítica e de iniciativa, coisas incompatíveis com o regime totalitário do medo, da mentira e da adulação. Ao lado do problema da qualidade se colocam outros, mais grandiosos e mais complexos, que podem ser abarcados na rubrica da ação criadora técnica e cultural. Um filósofo antigo sustentou que a discussão era a mãe de todas as coisas. Onde o choque de idéias é impossível, não se podem criar novos valores. A ditadura revolucionária, admitimos, constitui em si mesma uma severa limitação à liberdade. Justamente por isso, as épocas revolucionárias jamais foram propícias à criação cultural, para a qual preparam o terreno. A ditadura do proletariado abre ao gênio humano um horizonte tanto mais vasto quanto mais deixe de ser uma ditadura. A civilização socialista não se desenvolverá de outra forma que não seja com a agonia do Estado. Esta lei simples e inflexível implica a condenação sem qualquer recurso possível do atual regime político da URSS. A democracia soviética não é uma reivindicação política abstrata ou moral. Passou a ser um assunto de vida ou morte para o país.⁴⁰

O plano socialista não é, então, a chamada “economia de comando” stalinista, mas um produto da atividade autoconsciente da sociedade, onde sua formulação inicial por parte dos organismos estatais dedicados a tal fim devia ser continuamente revisada de acordo com a opinião das massas e, por um período, das próprias correções que exerça uma utilização subordinada de alguns mecanismos de mercado como a fixação de certos preços. Essa planificação democrática dos recursos econômicos, possível de realizar somente com a conquista do poder por parte dos trabalhadores e a expropriação da burguesia, é a única verdadeira alternativa ao domínio da “anarquia da produção” capitalista. Então, ainda que não haja antídoto infalível contra a possibilidade de burocratização de novas revoluções há, sim, orientações políticas que favorecem ou não esse processo.

Negri tem razão quando afirma que o comunismo não é outra coisa senão a plena liberação do “trabalho vivo” e, por mais falsa que seja a idéia de que o comunismo pode ser construído aqui e agora, é certo que este começa a se desenvolver na própria sociedade de transição. O papel dos soviets como organismos que fossem a forma do Estado “que já não é um Estado” (colocado por Lênin em *O Estado e a Revolução*⁴¹ e posto em primeiro plano por Trotsky em *A Revolução traída*) deve estar na primeira linha da política revolucionária. Seu desenvolvimento e a familiarização das massas com a democracia soviética são o único antídoto possível (em combinação com a ação do partido revolucionário), no terreno “interno”, para combater as tendências à burocratização do Estado pós-revolucionário. Porém, como assinalamos, a burocratização de um Estado operário não é produto de um mero processo interno, e sim depende, em última instância, dos desenvolvimentos da revolução socialista no terreno internacional. E nesse terreno a caricatura, apresentada por Negri, de Estados nacionais superados pela história e forças produtivas homoganeamente hiper-maduras na era do “Império” resulta num internacionalismo abstrato (superado historicamente o imperialismo, que sentido poderia ter no esquema de Negri o antiimperialismo?) incapaz de responder às complexas e labirínticas expressões da luta de classes pelas quais as massas buscam exercer seu “poder constituinte”. Também aqui a perspectiva internacionalista, compreendida na teoria-programa da revolução permanente, continua sendo muito mais atual que as novidades do filósofo italiano.

Dar por solucionados os problemas reais a que tem que responder a tática e a estratégia revolucionárias só pode servir para entorpecer a perspectiva de emancipação humana prevista pelo autor do *Manifesto Comunista*:

Na fase superior da sociedade comunista, quando tenha desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não seja somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos seus aspectos,

cresçam também as forças produtivas e fluam com todo seu caudal os mananciais da riqueza coletiva, somente então poderá sobrepujar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês, e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: *De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades!*

Tradução autorizada em abril de 2005

Notas

* Artigo publicado originalmente em *Estado, Poder & Comunismo* (Buenos Aires, Imago Mundi, 2003).

** Pesquisador, docente e diretor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires.

*** Sociólogo e diretor da revista *Estratégia Internacional Brasil*.

¹ Em contraposição a eles, Trotsky pôde prever, doze anos antes, com grande precisão, a dinâmica da luta de classes que tomaria a revolução russa (veja-se seu genial trabalho *Resultados e perspectivas*), e Lênin colocou, tal como ocorreria, que após a guerra viria a revolução.

² É o caso, por exemplo, de Ernest Mandel, que, durante todo um período, sustentou que estávamos numa espécie de terceira fase do desenvolvimento capitalista, distinta do imperialismo clássico, a que chamou “neocapitalismo”, seguindo um termo então em moda. Logo, Mandel retrocedeu parcial e ecleticamente dessa tese em seu conhecido trabalho “El capitalismo tardío”, onde prenunciava o fim do *boom*.

³ RULLANI, E. El capitalismo cognitivo: du déjà vu?, *Multitudes* n° 2, Paris, maio, 2000. Versión electrónica traducida al español disponible en: http://multitudes.samizdat.net/article.php3?id_article=309

⁴ NEGRI, A., *El Exilio*, Barcelona, Viejo Topo, 1998, p. 33.

⁵ Essa visão, que apresenta um desenvolvimento linear de uma situação de hiper maturidade das forças produtivas, é oposta à teoria que melhor dá conta das contradições do desenvolvimento histórico. Nos referimos à teoria do “desenvolvimento desigual e combinado” formulada originalmente por Trotsky para dar conta das peculiaridades que tornaram possível o triunfo da revolução proletária num país de desenvolvimento capitalista atrasado como a Rússia, antes que nos mais avançados países da Europa Ocidental: “As leis da história não têm nada de comum com o esquematismo pedante. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em parte alguma, com a evidência e a complexidade com que a patentiza o destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar a saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura se deriva outra que, na falta de nome mais adequado, qualificaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confluência de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem acudir a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história da Rússia ou a de qualquer outro país de avanço cultural atrasado, qualquer que seja seu grau.” (*Historia de la Revolución Rusa*, capítulo primero, Ediciones Sarpe, p. 33.) Essa teoria ou “lei” é o ponto de partida fundamental, a partir do qual, ampliando seus alcances, interpretar o desenvolvimento geral do capitalismo imperialista contemporâneo, fora das visões evolucionistas ou catastrofistas. Ao não partir dessa visão dialética os erros unilaterais cometidos por Negri tornam-se inevitáveis.

⁶ HUSSON, M. ¿Fin del trabajo o reducción de su duración?, *Veredas* n° 2, México DF, 2001 (versión francesa original: Fin du travail ou réduction de sa durée ?, *Actuel Marx* n° 26, Paris, PUF, 2 semestre 1999).

⁷ Id., *Cycle "Mondialisation" (9-04-1998)*, Disponível em: <http://hussonet.free.fr/mondial1.pdf>

⁸ ANTUNES, R. , "Los nuevo proletarios del mundo en el cambio de siglo. *Realidad Económica* n° 177, Instituto Argentino para el Desarrollo Económico (IADE), Buenos Aires, janeiro de 2001, p. 44. Ver também seu livro *¿Adiós al trabajo?*, Buenos Aires, Editorial Antídoto, 1999.

⁹ Segundo dados do Banco Mundial de 1997, existem hoje 2.806 bilhões de trabalhadores assalariados, dos quais 550 milhões trabalham na indústria e 850 milhões nos serviços. Dos 1.4 bilhão restantes que trabalham na agricultura, um número crescente o faz sob relações sociais capitalistas modernas, além das relações arcaicas ou semifeudais. O desemprego afeta cerca de 800 milhões em todo o mundo. O processo de urbanização tem sido impressionante. Hoje, 77% da população dos países de maior renda vivem nas cidades, enquanto que nos países de renda média e baixa são 40%. O setor assalariado está envolto, por sua vez, por um número de semiproletários, isto é, quem ganha a vida variando combinações de pequeno comércio, emprego por conta própria, subsistência em base à mendicância e às vezes trabalho assalariado. Pela primeira vez, os trabalhadores assalariados e sua periferia semiproletária são a maioria da população mundial. Basta comparar com o 1.7 milhão de trabalhadores assalariados (17% da população em idade de trabalhar) que existia na indústria da Inglaterra e País de Gales em 1867, quando Marx publicou o primeiro tomo de *O Capital*. Ou com a composição social da Alemanha de princípios do século XX, onde 34% da força de trabalho era exercida por conta própria ou para suas famílias, 35% eram trabalhadores agrícolas, entre os quais a maioria o fazia sob relações feudais, e somente 27% da população vivia em cidades, dos quais apenas 11% em grandes cidades de mais de 300.000 habitantes. Ainda, apesar da queda da quantidade de sindicalizados em vários países, os trabalhadores sindicalizados somam, segundo a OIT, em 1995, 164 milhões contra 250 mil na Grã-Bretanha em 1869 (eram pouco mais os sindicalizados em outros países), com um importante crescimento entre os trabalhadores asiáticos, que somam 34 milhões ante os 41 milhões na Europa Ocidental.

¹⁰ HUSSON, M., "Nouvelle économie": capitaliste toujours!, *Critique communiste* n°159/160, Paris, verão/outono 2000. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/nouvelec.pdf>

¹¹ Id.

¹² Id.

¹³ RULLANI, op. cit.

¹⁴ Id.

¹⁵ HUSSON, op. cit.

¹⁶ LAZZARATO, M. e NEGRI, A., Trabajo inmaterial y subjetividad. *Futur Antérieur*, n. 6, Paris, 1991.

¹⁷ "Na era prévia a categoria de proletariado se centrava, e por momentos estava efetivamente subsumida, na classe trabalhadora industrial, cuja figura paradigmática era o trabalhador varão da fábrica massiva. A essa classe trabalhadora industrial era assignado, com frequência, o papel principal sobre outras figuras do trabalho (tais como o trabalho camponês e o trabalho reprodutivo), tanto nas análises econômicas como nos movimentos políticos. Hoje em dia, essa classe quase tem desaparecido de vista. Não tem deixado de existir, porém tem sido substituída de sua posição privilegiada na economia capitalista e sua posição hegemônica na composição da classe do proletariado. O proletariado já não é o que era, mas isto não significa que tenha desaparecido. Significa, ao contrário, que nos enfrentamos outra vez com o objetivo analítico de compreender a nova composição do proletariado como uma classe. O fato de que sob a categoria de proletariado entendemos a todos aqueles explorados por e sujeitos à dominação capitalista não indica que o proletariado seja uma unidade homogênea ou indiferenciada. Está, ao contrário, cortada em várias direções por diferenças e estratificações. Alguns trabalhos são assalariados, outros não; alguns

trabalhos estão limitados dentro das paredes da fábrica, outros estão dispersos por todo o ilimitado terreno social; alguns trabalhos se limitam a oito horas diárias e quarenta horas semanais, outros se expandem até ocupar todo o tempo da vida; a alguns trabalhos se fixa um valor mínimo, a outros se exalta ao cume da economia capitalista (...) entre as diversas figuras da produção hoje ativas, a figura da força de trabalho imaterial (envolta na comunicação, cooperação e produção e reprodução de afetos) ocupa uma posição crescentemente central, tanto no esquema da produção capitalista, quanto na composição do proletariado. Nosso objetivo é assinalar aqui que todas estas diversas formas de trabalho estão sujeitas de igual modo à disciplina capitalista e às relações capitalistas de produção. É este fato de estar dentro do capital e sustentar o capital o que define o proletariado como classe” (Michael Hardt e Antonio Negri, *Imperio*, parte 1, ponto 1.3, “Alternativas dentro del Imperio”). Notemos como Negri passa aqui de uma noção muito restrita do conceito de proletariado (os operários industriais) a uma tão ampla (o conjunto das massas exploradas) que se dissolve toda especificidade do mesmo. Assim, o campesinato se transforma em “proletário”, o mesmo que o conjunto da pequena burguesia ou camadas específicas como o estudantado, por uma mera operação teórica. O peculiar da exploração em forma de trabalho assalariado, que era o elemento distintivo do proletariado segundo Marx, perde, então, toda importância. Contrariamente a Negri, acreditamos que a aplicação do conceito “classe operária” ou “proletariado”, no sentido amplo, deve ser utilizada em referência “àqueles que para subsistir se vêem obrigados a vender sua força de trabalho”.

¹⁸ LAZZARATO, M. e NEGRI, A., op. cit.

¹⁹ “Por que, a partir de 68, os estudantes tendem a representar de maneira permanente e mais ampla o ‘interesse geral’ da sociedade? Por que os movimentos operários e os sindicatos penetram nas brechas abertas por estes movimentos? Por que estas lutas, ainda que breves e desorganizadas, avançam ‘imediatamente’ ao nível político? Para responder esta questão, é necessário ter em conta que a ‘verdade’ da nova composição de classe aparece mais claramente entre os estudantes verdade imediata, isto é, em seu estado nascente, de forma tal que seu desenvolvimento subjetivo não está ainda tomado nas articulações do poder. A autonomia relativa do capital determina entre os estudantes, entendidos como grupo social representando o trabalho vivo em estado virtual, a capacidade de designar o novo terreno do antagonismo. A ‘intelectualidade de massas’ se constitui sem ter necessidade de passar através da ‘maldição do trabalho assalariado’. Sua miséria não está ligada à expropriação do saber mas, ao contrário, à potência produtiva que ela concentra, não somente sob a forma de saber mas sobretudo tanto quanto órgão imediato da práxis social do processo da vida real. A ‘abstração capaz de todas as determinações’, segundo a definição marxiana, desta base social permite a afirmação de uma autonomia de projeto, por sua vez positivo e alternativo” (Mauricio Lazzarato e Antonio Negri, op. cit.)

²⁰ Esta espécie de “dualização” na qualificação da classe trabalhadora pode ser vista, por exemplo, na crise dos sistemas educativos “universais” desenvolvidos no pós-guerra (e, em particular, a *débâcle* em vários países, da educação técnica e industrial de segundo nível) que se explica em parte por esta falta de homogeneidade nas exigências do capital na qualificação da força de trabalho. Cada vez mais, as próprias plantas industriais são as encarregadas de capacitar seus operários.

²¹ Conceito que, por outra parte, politicamente, opera num sentido similar ao de “sociedade civil” utilizado pelos teóricos social-democratas que tanto Negri critica.

²² De passagem, assinalaremos que essa luta dos setores mais explorados do campesinato é um desmentido a mais às teses da “intelectualidade de massas”. Por mais que esses movimentos façam uso de Internet em suas mobilizações e o subcomandante Marcos seja uma figura altamente mediática, não se pode dizer que as condições miseráveis de existência contra as que se rebelam os indígenas de Chiapas, equatorianos ou bolivianos sejam expressão do “*general intellect*”... Ao contrário, a variedade de motivos que lançam os camponeses à luta tem seu ponto comum no processo de concentração da propriedade agrária, isto é, na disputa entre os latifundiários e os capitalistas por seu meio de produção fundamental: a terra.

²³ O título do livro de Gorz, *Miséria do presente, riquezas do possível*, bem poderia ter sido de um ensaio marxista. A lástima é que a “riqueza do possível” para o autor não seja mais que caricaturescos emplastos à existência alienada contemporânea, como os “círculos de cooperação” ou a reprodução do modelo de estado hindu de Kerala.

²⁴ ANTUNES, R., *¿Adiós al trabajo?*, Buenos Aires, Antídoto, 1999, p. 78.

²⁵ Gorz, oposto a Negri, vem sustentando a necessidade da redução da jornada de trabalho como uma demanda central. Entretanto, esta é colocada por fora de toda estratégia tendente a que os trabalhadores tomem o poder político. Termina, portanto, sendo compatível com a política sustentada pelo governo da “esquerda plural” na França, cuja “lei das 35 horas” reduz a jornada de trabalho... sob a condição de implementar a flexibilização trabalhista e perda de conquistas operárias anteriores. Os conflitos em torno da aplicação dessa lei têm ocorrido na França em distintas fábricas desde sua aprovação.

²⁶ Reivindicações que demonstram que o desemprego não é um destino inevitável, mas produto de determinadas políticas capitalistas que uma política independente da classe operária pode superar. Essa política apenas pode ser impulsionada até o fim por um governo dos trabalhadores.

²⁷ Na formulação realizada em 1929, Trotsky estendia ao conjunto dos países de desenvolvimento burguês atrasado (como os coloniais e semicoloniais) a conclusão postulada para a Rússia, de que o proletariado, acaudilhando o conjunto das massas exploradas, como o campesinato, na luta pela terra e pela emancipação nacional, não se deteria no estágio “democrático” da revolução e se veria obrigado desde o começo a encarar a transformação das relações de propriedade: “A revolução democrática se transforma diretamente em socialista, convertendo-se com isso em permanente”. A conquista do poder não significava o “coroamento” da revolução, como assinalava Stalin, e sim seu início, começando um período de lutas internas e exteriores que acompanham a transformação progressiva de todas as relações sociais herdadas da sociedade anterior, processo que é inevitável tratando-se tanto de “um velho país capitalista que tenha passado por uma longa época de democracia e parlamentarismo” quanto de “um país atrasado, que tenha realizado recentemente sua transformação democrática”. Trotsky distinguiu, por sua vez, da possibilidade de que a classe trabalhadora dos países de desenvolvimento capitalista atrasado chegasse em certas ocasiões ao poder antes das principais potências imperialistas, da impossibilidade de avançar antes que estas ao socialismo. Este não podia triunfar no marco das fronteiras nacionais e neste sentido “a revolução socialista se converte em permanente num sentido novo e mais amplo da palavra: no sentido de que somente se consuma com a vitória definitiva da nova sociedade em todo o planeta”. As conclusões políticas dessa teoria e os avanços teórico-programáticos de Trotsky na década seguinte se encontram sintetizados no documento fundamental apresentado por Trotsky à Conferência de Fundação da IV Internacional, conhecido como “Programa de Transição”

²⁸ Na década de 90, freqüentemente buscou-se dissimular o caráter imperialista de tais intervenções realizando-as sob os auspícios da ONU.

²⁹ Entre os movimentos políticos mais influentes na atualidade, o EZLN mexicano é quem mais tem dado publicidade a sua negação em lutar pelo poder, uma estratégia com a qual na realidade tem-se moldado aos limites postos pela “transição negociada” com a qual o domínio do México por parte de uma pequena oligarquia local ligada ao imperialismo norte-americano pôde reciclar-se do decrépito regime do PRI a um novo regime hoje em plena construção sob o governo de Fox.

³⁰ Marx, sustentava: “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista permeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado...” (Karl Marx, *Crítica del Programa de Gotha*, Buenos Aires, Compañero, 1972, p. 38). No mesmo sentido, Lênin afirmava que “o primeiro que tem estabelecido com absoluta precisão toda a teoria do desenvolvimento e toda a ciência em geral – e de que se esqueceram os utopistas e se esquecem os oportunistas de hoje que

temem a revolução socialista – é a circunstância de que, historicamente, deve haver, sem dúvida, uma fase especial ou uma etapa especial de transição do capitalismo ao comunismo” (V. I. Lênin, *El Estado y la Revolución*, Buenos Aires, Siglo Veintidos 2000, p. 75).

³¹ NEGRI, A., *El poder constituyente. Ensayo sobre las alternativas de la modernidad*. Madrid, Ediciones Libertarias/Prodhufi, 1994, p. 364.

³² Id., p. 365.

³³ Em sua explicação da burocratização da União Soviética, Negri permanentemente deixa de lado que a revolução russa sucedeu... na Rússia, isto é, num Estado onde a indústria moderna nas cidades não era mais que uma ilha em meio a um oceano camponês, que vivia num enorme atraso tanto cultural como de condições de trabalho.

³⁴ MARX, K. *Crítica del Programa de Gotha*. Buenos Aires, Compañero, 1972, p. 21.

³⁵ Em princípios da década de 1990, Mandel citava estudos que sustentavam que os recursos tecnológicos atuais permitiam aos países capitalistas centrais o estabelecimento de uma jornada de trabalho de seis horas generalizada, mantendo os volumes de produção.

³⁶ Ver NEGRI, A., *El poder constituyente. Ensayo sobre las alternativas de la modernidad*, op. cit, capítulo sexto, especialmente os pontos 2 e 3, pp. 327-368.

³⁷ No Prólogo de *La Revolución Permanente* Trotsky assinalava: “Ao prognosticar a Revolução de Outubro, ninguém pensava, nem remotamente, que, pelo fato de apoderar-se do Estado, o proletariado russo fosse arrancar o ex-império dos czares do concerto da economia mundial. Nós, os marxistas, sabemos bem o que é e significa o Estado (...) O poder público pode desempenhar um papel gigantesco, seja reacionário ou progressivo, segundo a classe em cujas mãos caia. Porém, apesar de tudo, o Estado será sempre uma arma de ordem superestrutural. A passagem do poder das mãos do czarismo e da burguesia às mãos do proletariado não cancela os processos nem revoga as leis da economia mundial. É certo que durante uma temporada, depois da Revolução de Outubro, as relações econômicas entre a União Soviética e o mercado mundial se debilitaram bastante. Porém, seria um erro monstruoso generalizar um fenômeno que não representava, por si, mais que uma breve etapa num processo dialético. A divisão mundial do trabalho e o caráter supranacional das forças produtivas contemporâneas, longe de perder importância, a conservarão e ainda a dobrarão e decuplicarão para a União Soviética, à medida que esta vá progredindo economicamente.”

³⁸ E nem falar dos países da “cortina de ferro”, onde a expropriação da burguesia foi realizada inteiramente por cima, sob a ocupação desses países pelo Exército Vermelho.

³⁹ Devido ao controle totalitário da burocracia, a forma que encontrava a resistência operária aos planos burocráticos era o absentismo e as “operações tartaruga” (operários retardam, propositalmente, o ritmo da produção).

⁴⁰ TROTSKY, L. *La revolución traicionada*. La Paz, Crux, 1988, p. 243.

⁴¹ “Quando a maioria do povo começa a assumir, por sua conta e em toda parte, esta contabilidade, este controle sobre os capitalistas (que então se converterão em empregados) e sobre os senhores intelectuais que conservam seus hábitos capitalistas, este controle será realmente universal, geral, do povo inteiro, e nada poderá escondê-lo, pois ‘não terá escapatória’. Toda a sociedade será um só escritório e uma só fábrica, com trabalho igual e salário igual. Porém, esta disciplina ‘fabril’, que o proletariado, depois de vencer os capitalistas e derrotar os exploradores, fará extensiva a toda a sociedade, não é de modo algum nosso ideal nem nossa meta final, mas sim apenas um degrau necessário para livrar radicalmente a sociedade da infâmia e da ignomínia da exploração capitalista e para seguir avançando” (Lênin, V. I. *El Estado y la Revolución*, cap. 5, Buenos Aires, Siglo Veintidós, 2000, p. 87).

ANÍBAL: O GUERREIRO CARTAGINÊS E AS PÚNICAS DE SÍLIO ITÁLICO*

*Everton da Silva Natividade***

Sílio Itálico, nascido no ano 25 d.C., foi brilhante orador e cultor das letras, escritor de dois poemas: as *Púnicas*, dezessete cantos em que se narra a Segunda Guerra Púnica com todo o aparato épico; e a *Iliada latina*, bastante lida na Idade Média.¹ Sílio teve grande influência na vida pública sob Nero e Vespasiano, e uma das poucas fontes ao seu respeito de que temos notícia² diz-nos ter ele servido de delator a Nero,³ imperador que fez do poeta cônsul no seu último ano de governo, 68. No ano seguinte, já sob Vespasiano, foi ele procônsul na Ásia. *Otium cum dignitate* nas terras por ele compradas, antigas propriedades de Cícero e Virgílio, era o que contariam os anos do seu retorno a Roma. Com efeito, Marcial (XI, 48) e Plínio, o Jovem (III, 7, 8), parecem concordes em descrever o rico colecionador de objetos que foi Sílio Itálico como um dedicado discípulo do poeta augustano, comentando mesmo acerca de um seu hábito de comemorar o aniversário do poeta da *Eneida* com maior entusiasmo que ao seu próprio. Aliás, é fama que também o túmulo de Virgílio, localizado numa das casas de campo de Sílio, era motivo de atividade reverencial freqüente.

Foi protetor de Marcial, o poeta dos epigramas,⁴ e vivia cercado de amigos no seu retiro de culto às letras, ainda segundo Plínio; foi também freqüentador dos imperadores da casa flaviana. Morre em 101, de inanição, se é de crer o que nos legaram as vozes antigas, que contam ter ele preferido a morte à dor de uma doença incurável, de cuja natureza os críticos não parecem estar seguros (tumor, abscesso, gota, câncer?).

Da produção do poeta, feita acessível em português, temos um trecho, traduzido por G. D. Leoni, antigo professor nas Faculdades de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Mackenzie, e um estudo do seu poema, numa dissertação, defendida em 2004 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, escrita por Sérgio Fernando Alois Schermann, sob a orientação do Prof. Doutor Antônio Kalil Tannus.⁵

As suas *Púnicas* são um poema elaborado com grande e perceptível influência da leitura das narrações livianas, com elementos de Políbio e outras fontes; quanto ao estilo,

há uma grande busca de imitação virgiliana, muitas vezes menosprezada pelos nossos críticos dagora, ainda que os relatos nos assegurem do sucesso que teve o poema, quando das leituras públicas a que o expunha o seu autor. Não só no revelar o gosto que então dominava as leituras públicas, mas também, ainda que com certa reserva, é-nos o poema de Sílio Itálico útil no desvendar a visão de um homem influente que viveu sob a reconhecida tirania, sempre crescente, que ocupou pensamento e ação da dinastia flaviana. Por toda a parte o poema se volta para as grandes figuras dos antepassados, buscando neles a figura do ideal romano desaparecido; por outro lado, se o passado retorna como a configuração do perdido que se almeja, é em Aníbal, contudo, a figura despótica, central nas *Púnicas*, que vemos a mais forte impressão que rege o texto de Sílio. Talvez pudéssemos ler aí a imagem do estado de espírito das camadas mais nobres, impressionadas pelo despotismo e pelo clima de tensão em que viviam os governantes, desejosas da volta que estabelecera Augusto, fazendo do passado o seu ideal já distante do alcance.

No estilo do poeta, como dizíamos, reflexo de Virgílio e de Tito Lívio, sobretudo daquele, também se faz ecoar o louvor do passado. É no maravilhoso e nas máquinas épicas em geral que se pode ouvir o seu modelo, como neste passo, em que Juno faz seu ódio aos troianos, ascendentes do povo romano, sublevar a guerra. É, aliás, esse o tema que Sílio Itálico faz renascer da *Eneida* de Virgílio: defensora de Cartago, cidade sua preferida, é Juno a deusa mais participante no corpo da Guerra Púnica do poeta flaviano.

*Verum ubi magnanimis Romam caput urbibus alte
exerere ac missas etiam trans aequora classes
totum signa uidet uictricia ferre per orbem,
iam propius metuens bellandi corda furore
Phoenicum extimulat. Sed enim conamine primae
contuso pugnae fractisque in gurgite coeptis
Sicanio Libycis, iterum instaurata capessens
arma remolitur; dux numini sufficit unus
turbanti terras pontumque mouere paranti.*

Mas, quando Juno vê, sobre magnânimas cidades, Roma
levantar alto a cabeça e também as esquadras enviadas ao outro lado do mar
por toda a terra levar os estandartes vitoriosos,
então, teme a proximidade e, com o fervor da guerra, os corações
dos púnicos⁶ ela excita. Mas, de fato, aniquilado o esforço
da primeira guerra, e espedaçados os projetos líbicos

no mar sicílio, novamente as reerguendo, as renovadas
armas ela move: um só general basta à divindade
que perturba as terras e se prepara para agitar o ponto.
(I, 29-37)

Outros elementos mitológicos também abundam; há descrições de lendas (como a do lago Trasimeno, no canto V, 1-23, ou a de Ana, irmã de Dido, no canto VIII, 44-201), invocações a deuses e descrições de outros (invocação a Baco: VII, 162-211; descrição de Bóreas: I, 587-94). O poema épico de Sílio, como é de praxe, também traz pensamentos patrióticos e conceitos morais. Quanto à narrativa, assim ela se desenvolve nos dezessete cantos:

Canto I – Apresentam-se o tema (a Segunda Guerra Púnica), o motor divino (Juno) e o “herói” (Aníbal). Explicam-se as origens do conflito e relata-se o ataque de Aníbal a Sagunto e a visita dos embaixadores dessa cidade a Roma. Os maiores destaques deste canto são os retratos de Aníbal (vv. 56-69 e 239-70) e o seu juramento, num templo dedicado a Dido (*vide infra*, vv. 93-103 e 113-22, quarta passagem das apresentadas na tradução).

Canto II – Todo este canto gira em torno da queda de Sagunto; há nele a descrição do escudo de Aníbal (vv. 391-456), lugar-comum épico que aqui causa certo estranhamento, porque se descreve, ao contrário do que se esperaria, o escudo do inimigo de Roma, e não o de um seu herói.

Canto III – Marcado pelo sucesso da marcha de Aníbal, da Espanha para o Norte da Itália, este canto tem duas cenas patéticas: a despedida de Aníbal da esposa e do filho (vv. 61-167) e os rogos de Vênus a Júpiter (vv. 557-629); ademais, é neste canto que se lê a célebre travessia dos Alpes (vv. 476-556).

Canto IV – Descrevem-se as batalhas do Ticino e do Trébia, com especial destaque à figura de Cipião em ação (vv. 216-310).

Canto V – Trasimeno é o motivo: a sua lenda abre o livro (vv. 1-23), que se encerra com a morte do cônsul Flamínio (vv. 632-666).

Canto VI – Este canto é basicamente um excuro: ferido Serrano, filho de Régulo, Sílio Itálico conta os feitos deste cônsul que participara da Primeira Guerra Púnica; Fábio é designado ditador e Júpiter afasta Aníbal de Roma.

Canto VII – Fábio Máximo Cunctátor (o Contemporizador) consegue adiar a batalha; as ninfas da costa da Campânia conversam com o deus Proteu, que lhes narra as origens da guerra e as tranqüiliza quanto aos futuros eventos.

Canto VIII – Preparação para a batalha de Canas. Juno faz Ana, irmã de Dido, aparecer a Aníbal (narrativa da lenda de Ana, divindade itálica: vv. 44-201); entram em cena Varrão e Paulo Emílio.

Canto IX – Na batalha de Canas, são dignos de nota a participação dos deuses e, nos vv. 599-619, a cena dos elefantes que, atingidos de flechas inflamadas, queimam e se lançam no rio vizinho.

Canto X – Ainda na batalha de Canas se inicia o canto, com especial destaque para a figura de Paulo Emílio, que morre na luta. Aníbal, desejoso de atacar Roma, é dissuadido por Juno, em sonho (vv. 326-71); o canto se encerra com a descrição do pânico que impera em Roma e da tomada do poder por Fábio.

Canto XI – Este canto se centra em Aníbal e Cápua, onde o general cartaginês é recebido com um banquete (vv. 259-302), e um aedo, outro lugar-comum da poesia épica, faz duas aparições.

Canto XII – Aníbal sai de Cápua e Marcelo entra em cena. É neste canto que o engenho de Sílio Itálico põe Ênio, poeta épico republicano, em ação no campo de batalha e em diálogo com o deus Apolo, condutor das Musas e inspirador dos vates (vv. 387-419). Aníbal tenta atacar Roma, mas é impedido pelas tempestades enviadas por Júpiter; mais uma vez, Juno dissuade o chefe militar do ataque, fazendo-o ver a força da oposição dos deuses.

Canto XIII – Cápua, que se havia aliado aos púnicos, é subjugada por Roma; o jovem Cipião desce aos infernos e encontra o pai, a mãe e o tio; revelados os destinos e heróis vindouros, Cipião retorna ao mundo dos vivos.

Canto XIV – Iniciado com uma longa descrição da Sicília, este livro é a narrativa da queda de Siracusa.

Canto XV – Este canto traz à cena do jovem Cipião testado pela Virtude e pela Voluptuosidade, dentre as quais o futuro líder opta pela primeira (vv. 18-128). Morre Marcelo e Aníbal vê a cabeça do irmão no topo duma lança.

Canto XVI – Digressivo, os jogos funerais que organiza Cipião em memória do pai e do tio ocupam pouco menos que metade dos versos (vv. 277-591) deste canto; o poder cartaginês se vê desmoronar gradualmente e, em Roma, Cipião assume o consulado e decide partir para a África.

Canto XVII – Abre-se a narrativa com o acolhimento da deusa Cíbele em Roma (vv. 1-45). A batalha de Zama, após a turbulenta viagem de Aníbal de volta à África, encerra-se com o refúgio do chefe cartaginês nas montanhas, jurando ódio eterno a Roma; descrevem-se ainda a abertura das portas de Cartago e, nos vv. 625-54, o triunfo de Cipião.

Apesar da vitória final de Roma e do destaque dado a Cipião, é Aníbal a figura de maior destaque do poema. Pelas suas ações se rege e cronometra a narrativa, e é o seu *exemplum* o mote do poema — um exemplo a ser evitado. De fato, nas próprias descrições do “herói” se vêem as suas qualidades, sempre calibradas em oposição à sua perfídia:

*Hae postquam Tyrio gentes cessere tyranno,
utque dati rerum freni, nunc arte paterna
conciliare uiros, armis consulta senatus
uertere nunc donis. Primus sumpsisse laborem,
primus iter carpsisse pedes partemque subire,
si ualli festinet opus.*

Depois que esses povos cederam ao tirano tírio,
e quando entregues as rédeas dos acontecimentos, com a habilidade do pai
ele concilia os homens e subverte as decisões do senado,
ora com armas, ora com presentes. Era o primeiro a suportar o sofrimento,
o primeiro a dilacerar os pés no caminho e a se ocupar da sua parte,
se se apressava a construção duma trincheira.
(I, 239-44)

Não por menos, ocupamo-nos da figura desse general no canto I, na seleção dos passos de que aqui apresentamos a nossa tradução, juntos da proposição do poema, primeiro excerto da nossa tradução, vv. 1-20. Em seguida, do verso 56 ao 69, tem-se o retrato de Aníbal, poderoso a ponto de fazer mesmo pensar no Catilina de Salústio; o terceiro conjunto de versos, do 93 ao 103 e do 113 ao 122, mostram o juramento de Aníbal, cena de real vigor dramático, precedida da descrição da sibila que conduz pai e filho (Amílcar a Aníbal) ao interior do templo; por fim, apresentamos ainda uma cena de guerra, encômio das habilidades do herói.

*Ordior arma, quibus caelo se gloria tollit
Aeneadum, patiturque ferox Oenotria iura
Carthago. Da, Musa, decus memorare laborum
antiquae Hesperiae, quantosque ad bella creavit
et quot Roma uiros, sacri cum pérfida pacti
gens Cadmea super regno certamina mouit;
quaesitumque diu, qua tandem poneret arce*

Proj. História, São Paulo, (30), p. 57-69, jun. 2005

61

*terrarum Fortuna caput. Ter Marte sinistro
iuratumque Ioui foedus conuentaue patrum
Sidonii fregere duces, atque impius ensi
ter placitam suasit temerando rumpere pacem
Sed medio finem bello excidiumque uicissim
molitae gentes, propiusque fuere periculo
quis superare datum : reserauit Dardanus arces
ductor Agenoreas, obsessa Palatia uallo
Poenorum ac muris defendit Roma salutem.*

*Tantarum causas irarum odiumque perenni
seruatum studio et mandata nepotibus arma
fas aperire mihi superasque recludere mentes.
iamque adeo magni repetam primordia motus.*

Urdo a trama das armas, pelas quais elevou-se a glória dos descendentes de Enéias⁷, e as leis enótrias⁸ suporta a soberba Cartago.⁹ Dá-me, Musa, a honra de relatar os labores da antiga Hespéria¹⁰ e quantos e quão grandes varões Roma criou para a guerra, quando do sagrado pacto a pérfida nação cadméia¹¹ levantou as armas pelo poder, e perguntou-se por muito tempo em qual topo, enfim, poria Fortuna a cabeça dos povos. Três vezes, com Marte¹² desfavorável, não só o juramento feito de Jove,¹³ mas também a decisão dos pais, violaram os chefes sidônios,¹⁴ e a espada ímpia três vezes logrou romper a plácida paz pela profanação. Mas, no meio da guerra, cada uma por sua vez o fim e a queda tramou, e à que esteve mais próxima da destruição foi dado vencer: um chefe dardânio¹⁵ abriu as cidadelas de Agenor,¹⁶ o monte Palatino foi dominado pelo baluarte dos cartagineses, e Roma defendeu-se com a salvaguarda dos muros. Não só revelar as causas de tanta ira, e o ódio guardado com cuidado perpétuo, e as armas entregues aos descendentes, não só isso me seja permitido, como também desvelar os intentos dos deuses. E agora recordarei os primórdios da grande comoção.
(I, 1-20)

*Ingenio motus avidus fideique sinister
is fuit, exuperans astu, sed deuius aequi.
Armato nullus diuum pudor; improba uirtus
et pacis despectus honos; penitusque medullis
sanguinis humani flagrat sitis; his super, aevi
flore uirens, auet Aegatis abolere, parentum
dedecus, ac Siculo demergere foedera ponto.
Dat mentem Iuno ac laudum spe corda fatigat.
Iamque aut nocturno penetrat Capitolio uisu,
aut rapidis fertur per summas passibus Alpibus.
Saepe etiam famuli turbato ad limina somno
expauere trucem per uasta silentia uocem
ac largo sudore uirum inuenere futuras
miscentem pugnas et inania bella gerentem.*

Quanto ao caráter, ávido de ação e sinistramente pérfido —
assim foi Aníbal, superior na astúcia, mas distante da justiça.
Armado, sem nenhum temor dos deuses; coragem perversa,
e a honra da paz lhe é desprezível; no seu íntimo,
arde a sede de sangue humano; além disso, vigorando
na flor da idade, anseia apagar da história as ilhas Égatas,¹⁷ desonra
dos seus antepassados, e ainda afundar os acordos no mar da Sicília.
Juno inspira essa disposição e lhe agita incessantemente
o coração com a esperança de glórias.
E já ou em visões noturnas penetra o Capitólio,
ou com rápidos passos ele atravessa o cume dos Alpes.
Várias vezes, os escravos à sua porta, perturbado o sono,
apavoraram-se com a voz truculenta no meio do vasto silêncio
e, então, encontraram-no empapado em suor, confundindo
as futuras batalhas e travando guerras imaginárias.
(I, 56-69)

*Hic, crine effuso, atque Hennaee numina diuae
atque Acheronta uocat Stygia cum ueste sacerdos.
Immugit tellus rumpitque horrenda per umbras
sibila; inaccensi flagrant altaribus ignes.*

*tum magico uolitant cantu per inania manes
exciti, uultusque in marmore sudat Elissae.
Hannibal haec patrio iussu ad penetralia fertur;
ingressique habitus atque ora explorat Hamilcar.
Non ille euhantis Massylae palluit iras,
non diros templi ritus aspersaque tabo
limina et audito surgentis carmine flammis.*

[...]

*His acuit stimulis subicitque haud mollia dictu:
“Romanos terra atque undis, ubi competet aetas,
ferro ignique sequar Rhoeteaque fata reuoluam.
Non superi mihi, non Martem cohibentia pacta,
non celsae obstiterint Alpes Tarpeiaque saxa.
Hanc mentem iuro nostri per numina Martis,
per manes, regina, tuos.” Tum nigra triformi
hostia mactatur diuae, raptimque recludit
spirantis artus poscens responsa sacerdos
ac fugientem animam properatis consulit extis.*

É aí que, com o cabelo desgrenhado, não só aos numes da deusa enaia,¹⁸
mas também ao Aqueronte,¹⁹ invoca a sacerdotisa de veste estígia.²⁰
Brame a terra e, por entre as sombras, rompe em horrendos
sibilos, e tochas não acendidas se inflamam nos altares.
Então pairam pelos ares as almas dos mortos despertos
por um canto mágico, e sua no mármore o rosto de Elisa.²¹
Aníbal entra nesses penetrais por ordem do pai,
e Amílcar observa os olhos e as reações do ingressante.
Nem ele temeu os furores da bacante massília,²²
nem os sinistros ritos do templo e nem as entradas, de sangue maculado
aspergidas, e nem, pronunciado o encantamento, as chamas que se ergueram.

[...]

Amílcar instiga-o com esses incitamentos e o
submete a estas palavras nada agradáveis:
“Aos romanos, por terra e por mares, quando me permitir a idade,
perseguirei com ferro e fogo e farei revolverem os fados réticos.²³
Nem os deuses superiores, nem pactos que coíbem a guerra,

nem os excelsos Alpes, nem as rochas Tarpéias²⁴ me deterão.
Juro essa sentença pela divindade do nosso Marte,
pelos manes, rainha, que são os teus”. Então uma negra vítima
se imola à deusa triform,²⁵ e arrebatadamente abre
a sacerdotisa as entranhas palpitantes, pedindo respostas,
e consulta a alma que foge pelas precoces vísceras.
(I, 93-103; 113-22)

*At parte ex alia, qua se insperata iuuentus
extulerat portis, ceu spicula nulla manusque
uim ferre exitiumue queant, permixtus utrisque
Hannibal agminibus passim furit et quatit ense,
cantato nuper senior quem fecerat igni
litore ab Hesperidum Temisus, qui carmine pollens
fidebat magica ferrum crudescere lingua,
quantus Bistoniis late Gradius in oris
belligero rapitur curru telumque coruscans,
Titanum quo pulsa cohors, flagrantia bella
cornipedum afflatu domat et stridoribus axis.
Iamque Hostum Rutulumque Pholum ingentemque Metiscum,
iam Lygdum Duriumque simul flauumque Galaesum
et geminos, Chromin atque Gyan, demiserat umbris;
Daunum etiam, grata quo non spectatior alter
uoce mouere fora atque orando fingere mentes
nec legum custos sollertior, aspera telis
dicta admiscentem: “Quaenam te, Poene, paternae
huc adigunt Furiae? Non haec Sidonia tecta
feminea fabricata manu pretiose parata,
exulibusue datum dimensis litus harenis.
Fundamenta deum Romanaque foedera cernis.”
Ast illum, toto iactantem talia campo,
ingenti raptum nisu medioque uirorum
auulsum inter tela globo et post terga reuinctum
Hannibal ad poenam lentae mandauerat irae;
inrepitansque suos inferri signa iubebat
perque ipsos caedis cumulos stragemque iacentum*

*monstrabat furibundus iter cunctosque ciebat
nomine et in praedas stantem dabat improbus urbem.*

E no lado oposto, onde a inesperada juventude²⁶ tinha saído dos portos, como se nenhuma flecha ou mão conseguissem dar-lhe morte ou derrota, no meio de ambas as tropas, Aníbal se enfurece e por toda a parte brande a espada, que não muito antes forjara num fogo encantado o mais velho do litoral das Hespérides,²⁷ Temiso,²⁸ que, poderosíssimo em encantamentos, cria tornar mais cruel o ferro com palavras mágicas — assim como o Gradivo,²⁹ nas plagas bitônias,³⁰ ao longe corre num carro de guerra, vibrando a lança, com a qual foi posta em fuga a coorte dos Titãs,³¹ as ardentes guerras vence com o ofego dos cavalos e o ranger da roda. Já Hosto e o rútilo Folo e o corpulento Metisco, já Ligdo, Dúrio e, ao mesmo tempo, não só o loiro Galeso, mas também os gêmeos Crome e Gias,³² Aníbal os havia todos feito descer às sombras. Também a Dauno, mais estimado que qualquer outro, em discursando, no comover os tribunais e influenciar as mentes com agradável voz — nenhum mais hábil guardião das leis, que estas palavras ásperas misturava às lanças: “E então, púnico, quais paternas Fúrias te trouxeram aqui? Não são estes tetos sidônios, construídos por mão feminina ou comprados com dinheiro, ou litoral dado a exilados por areias medidas.³³ O que vês são fundações divinas e alianças romanas”.³⁴ Mas a ele, que se jactava com essas palavras por todo o campo, arrebatado num ingente vôo e, do meio da multidão de soldados, arrancado dentre as lanças e amarrado com os braços nas costas, tinha-o inscrito para o castigo da sua longa ira Aníbal, que, gritando, ordenava aos seus que fossem atacados os inimigos; que, por entre as pilhas mesmas de corpos massacrados e os montes de jazentes, fora de si, mostrava o caminho e a todos exortava à ação pelo nome; que, audacioso, já contava entre os despojos a cidade que ainda se mantinha de pé. (I, 426-55)³⁵

Tradução autorizada em março de 2005

Notas

* O texto por nós utilizado para a tradução é o da sociedade francesa “Les Belles Lettres”: SILIVS ITALICVS. *La Guerre Punique. Livres I – IV*. Texte établi et traduit par Pierre Miniconi et Georges Devallet. Paris, Société d’Éditions “Les Belles Lettres”, 1979.

** Professor de Língua e Literatura Latinas na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ “É de atribuir, com muita probabilidade, a Sílio um modesto e escolástico resumo da *Ilíada*, em 1.070 versos, os primeiros dos quais contêm, em acróstico, o nome *Italicus* e os últimos a palavra *scripsit* [‘escreveu’].” Cf. MARMORALE, E. V. *História da Literatura Latina*. vol. II. trad. João Bartolomeu Júnior. Lisboa, Editorial Estúdios Cor, S.A.R.L., 1974.

² Referimo-nos a Plínio, o Jovem, que, em uma de suas cartas, fala da morte de Sílio Itálico e reflete sobre a efemeridade da vida e o valor do labor intelectual. A referência é *Ep.* III, 7.

³ Tácito também se refere ao episódio: *Hist.* III, 65.

⁴ Marcial refere-se a Sílio Itálico nos epigramas IV, 14; VI, 68; VII, 63; VIII, 66; IX, 86; e XI, 48.

⁵ O professor G. D. Leoni traduz os versos 654-64 e 696-707 do canto segundo das *Púnicas* (LEONI, G. D. *A Literatura de Roma: esboço histórico da cultura latina com uma antologia de trechos traduzidos*. 12 ed. São Paulo, Livraria Nobel, 1976, pp. 261-2.). A dissertação a que nos referimos ainda não se encontra disponível em rede, mas se encontra na biblioteca e no banco de teses da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SCHERMANN, S. F. A. *O perfil do herói nos Púnicas de Sílio Itálico*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004).

⁶ Os púnicos são os cartagineses; esse adjetivo provém do nome dos fenícios em latim, *Poeni*.

⁷ Enéias foi o herói sobrevivente à queda de Tróia, a quem os fados reservaram fundar uma nova nação nas terras da Itália. A linhagem de Rômulo e Remo, fundadores de Roma, remonta a esse mesmo Enéias; daí serem os “descendentes de Enéias” a própria nação romana.

⁸ “Enótrio” é gentílico que designa os habitantes da antiga região da Enótria, no sul da Itália, dominada pelos gregos. Por sinédoque, Sílio Itálico refere-se a toda a Itália e, em especial, a Roma, que viria a tornar-se, então, a senhora do mundo.

⁹ Durante as chamadas Guerras Púnicas, que foram três, de diferentes durações cada uma, somando ao todo 43 anos de guerra não consecutivos, Cartago, cidade situada ao Norte da África, foi rival de Roma, quando esta começava a expandir definitivamente os seus territórios. Tal cidade teria sido fundada por Dido (ou Elisa, o seu nome fenício), rainha lendária que Virgílio, na sua *Eneida* (cantos I e IV), faz apaixonar-se pelo herói Enéias, deixando delineada, ao final do episódio, a previsão de tais guerras, posto que se criara, com o suicídio da rainha, motivo de rancor eterno entre as duas nações.

¹⁰ “Hespéria” é termo que se aplica à região ocidental; aqui, refere-se designadamente à Itália.

¹¹ “Nação cadméia” é a própria Cartago: Cadmo era um dos três filhos de Agenor, rei de Tiro, cidade fenícia que fundou Cartago. Veja-se também a nota 9.

¹² Marte é o deus da guerra.

¹³ Jove é Júpiter, o pai dos deuses, que preside o trovão, as chuvas e outras manifestações celestes.

¹⁴ Os sidônios são os cartagineses, porque Cartago se fundara por cidadãos da Fenícia, de cuja costa Sídon era uma cidade, conhecida pela sua indústria de púrpura e vidro.

¹⁵ “Dardânio” é gentílico que se refere a Tróia, cujo fundador mítico foi Dárdano. Aqui, o chefe dardânio é Cipião, o Africano, *Publius Cornelius Scipio Africanus Maior* (236-184 a.C.), vencedor de Aníbal na batalha de Zama de 202 a.C.

¹⁶ As “cidadelas de Agenor” são Cartago.

¹⁷ A Batalha das Égatas (*Aegates*, em latim; *Egadi*, em italiano) foi o conhecido episódio que deu fim à Primeira Guerra Púnica. Das ilhas Égatas saiu Hânôn, para a Sicília, onde se encontrava Amílcar Barca, pai de Aníbal. A intenção era reembarcar Amílcar e reabastecer os postos cartagineses na Sicília, onde se travava uma guerra entre os púnicos e os romanos que, ainda que sob outros pretextos, disputavam, ao fim e ao cabo, terras da ilha. Sob o comando de Gaio Lutácio Cátulo, a esquadra de Hânôn é interceptada e, após a perda de 50 navios afundados, 70 apresados e algo em torno de 10.000 prisioneiros, Amílcar pede a paz, submetendo-se Cartago às duras condições que Roma lhe impunha — a mesma Roma que, em seguida, lhe tomaria também a Córsega e a Sardenha.

¹⁸ Prosérpina, deusa dos Infernos, fora raptada por seu próprio tio, Plutão, num bosque perto de Ena; daí o seu epíteto “enaia”.

¹⁹ Aqui, Aqueronte está por todo o inferno; o Aqueronte é propriamente o rio infernal que as almas devem atravessar para chegar ao reino dos mortos.

²⁰ O Estige é o principal rio infernal, que tinha propriedades mágicas e era invocado pelos deuses como testemunha de juramentos.

²¹ Veja-se o que ficou dito na nota 8.

²² Os massílios eram um povo nômade que vivia numa região da Númídia, que se cria fossem praticantes de magia. A “bacante massília” é a própria sacerdotisa. A palavra bacante faz referência às seguidoras de Baco, cuja imagem está sempre associada ao barulho e à desordem. Uma cena que as descreve com perícia está no poema 64 de Catulo (vv. 254-64), de que temos, atualmente, duas traduções disponíveis. A primeira, em versos, nas páginas 120-33, de *O Livro de Catulo*, de João Ângelo de Oliva Neto (São Paulo: Edusp, 1996); a segunda, disponível em rede no endereço < <http://www.scriptaclassica.hpg.ig.com.br/textos.htm> >, foi publicada pela revista *Scripta Clássica on-line* e tem como responsáveis Celina Figueiredo Lage e Maria Teresa Dias.

²³ “Réticos” é outro gentílico usado por Sílio Itálico para referir-se aos romanos; em princípio, designa o povo da antiga Récia, província romana na região dos Alpes. “Fazer revolverem os fados réticos” é fazê-los retornar e dar-se de novo: fazer Roma sofrer o que os seus ascendentes troianos já sofreram com a queda da pátria é o que pretende Aníbal.

²⁴ A rocha Tarpéia, que ficava no Capitólio, era o lugar de onde se precipitavam os criminosos. O seu nome está ligado ao de uma sacerdotisa vestal cujo mito personificava a traição em Roma. Tal lenda, numa versão “romanceada”, pode-se ler em Propércio, IV, 4. (Veja-se a tradução para o português de Willians Shi Cheng Li em NOVAK, M. da G. e NERI, M. L. *Poesia lírica latina*. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2003, pp. 151-7)

²⁵ A deusa triforme, invocada em geral em cenas de magia, identifica-se com Diana; ela é a Lua ou Hécate no céu, Diana ou Ártemis na terra e Perséfone ou Prosérpina nos infernos, daí a sua tripla forma.

²⁶ Entenda-se a juventude na milícia dos assediados.

²⁷ As Hespérides são ninfas do Poente, habitantes do extremo Ocidente, junto ao monte Atlas, e filhas da Noite. São as guardiãs dos pomos de ouro de Juno, frutos da imortalidade; cantam juntas, em coro, sempre próximas a nascentes sussurrantes que exalam ambrosia, alimento dos deuses, que dá e conserva a vida eterna.

²⁸ “Temiso”, cujo nome faz lembrar palavras como *temero* (violar o que é sagrado) e *temere* (sem razão, descuidadamente), vem do país das Hespérides, ninfas relacionadas em seu canto e em sua função à imortalidade (veja-se a nota anterior); nota-se com que intuito Sílio Itálico assinala a origem do mago. Ademais, o seu nome, como dizíamos, está fonicamente relacionado a palavras que parece se ligarem ao hipotético radical **temes*, derivado do sânscrito *tamas*, que significa “escuridão”, presente em várias palavras latinas (e.g. *timor*, “temor”).

²⁹ “Gradivo” é um dos títulos de Marte, talvez oriundo do verbo *gradior* — significaria, então, “aquele que marcha”, “aquele que avança”.

³⁰ Nas plagas da Trácia, região rude, de povos guerreiros e cavalos selvagens, morada de Marte.

³¹ Os Titãs são os filhos de Urano e Géia, a deusa Terra, que foram combatidos e postos em fuga do Céu, onde se haviam estabelecido após destronarem o próprio pai. A guerra contra eles, engendrada por Júpiter e conhecida como Titanomaquia, contou com a participação de vários dos deuses olímpicos, entre os quais se contava Marte.

³² Os nomes dos guerreiros que encontram a morte sob as mãos de Aníbal, selecionados cuidadosamente por Sílio Itálico, são bastante significativos. Em Hosto, por exemplo, traz ele à memória o nome do valoroso herói latino que lutou contra os sabinos, quando do lendário rapto das esposas destes pelos romanos, tendo sido o primeiro a tombar na guerra; foi também ele o primeiro a receber uma coroa de louro, também por feitos valorosos em guerra. Em Folo, ainda, alusão ao centauro desastrado que morre pela flecha que ele mesmo deixa cair sobre o pé — a figura por si só é imponente: um ser meio homem, meio cavalo, rude e abrutalhado, mas forte e selvagem. De resto, cada um dos outros nomes da lista alude a um outro, e a bravura e o valor de Aníbal se ressaltam, já que o “herói” os lança todos — e em seqüência — ao mundo das sombras.

³³ A alusão é à fundação lendária da cidade de Cartago: feita pela rainha Dido, a quem os indígenas, à sua chegada, teriam oferecido um espaço de terra equivalente ao que pudesse ser coberto pela pele de um boi. A rainha, tendo cortado o couro em pequenas tiras finas, amarra-as e consegue território suficiente para erguer a sua cidade.

³⁴ Nos versos 273-95 desse mesmo canto, Sílio Itálico havia descrito a lenda da fundação de Sagunto, cidade espanhola tomada por Aníbal. Segundo a lenda, os muros da cidade teriam sido construídos por Hércules e seu companheiro Jacinto, cujo nome seria a origem do topônimo “Sagunto”. As “alianças romanas” referem o tratado assinado por Cartago e Roma ao final da Primeira Guerra Púnica, que impedia aquela cidade de avançar sobre as terras saguntinas, contrato que Aníbal desrespeita na tomada da cidade.

³⁵ O texto por nós utilizado para a tradução é o da sociedade francesa “Les Belles Lettres”: SILIVS ITALICVS. *La Guerre Punique. Livres I – IV*. Texte établi et traduit par Pierre Miniconi et Georges Devallet. Paris, Société d’Éditions “Les Belles Lettres”, 1979.

ARTIGOS

TESTEMUNHO E A POLÍTICA DA MEMÓRIA: O TEMPO DEPOIS DAS CATÁSTROFES

Márcio Seligmann-Silva*

Resumo

O trabalho enfoca diferentes aspectos do conceito de testemunho. Ele parte da noção de testemunho (*martus, martur-*) tal como ela pode ser lida na *Orestéia* de Ésquilo, no autor de *Ad Herennium*, em Freud e, criticamente, em Walter Benjamin. Aqui encontramos o testemunho como *testis*, atestação da “verdade” via visualidade. O segundo modelo de testemunho estudado é mais “auricular”, centra-se no próprio evento do testemunhar e trata dos seus limites e da sua necessidade. Apresentam-se ainda as diferenças entre a noção de testemunho, no contexto dos estudos da Shoah e, por outro lado, dentro da teoria da literatura de “testimonio” na Hispano-América.

Palavras-chave

Testemunho; *testis, superstes*; Jean Norton Cru; Shoah.

Abstract

The paper deals with different aspects of testimony. It starts with the notion of witnessing (martus, martur-) as we can read in Aeschylus Oresteia, the Rhetorica ad Herennium, Freud and, in a critical way, in Walter Benjamin. Here we are confronted with testimony as testis (to testify in Latin), to witness based on vision. The second model of testimony analyzed here is more “auricular” and deals with its limits and necessity, containing the testimonial act in its core. The text still deals with the differences between the concept of testimony as it appears in the Shoah-Studies and in Hispano-American “testimonio”.

Key-words

Testimony; testis; superstes; Jean Norton Cru; Shoah.

*Prometeu : Falar-te disso é doloroso para mim,
mas calar-me também me causa muitas dores.*
Ésquilo¹

O testemunho tem sido um tema que tem despertado a atenção de estudiosos através de diferentes campos do conhecimento. Começando pela Teologia, que estuda o testemunho como afirmação e revelação da fé,² passando pelos estudos jurídicos (que nas últimas décadas desenvolveu uma área que, para além das técnicas de entrevista das testemunhas e dos réus, estuda criticamente a própria possibilidade do testemunho),³ chegamos ao campo da Psicologia, que estuda o tema polêmico da *recovered memory*, aborda o testemunho do ponto de vista comportamental e da narrativa da situação traumática,⁴ como também dentro da Psicologia Social, com seus estudos de histórias de vida e de comunidades.⁵ A Psicanálise é toda baseada na situação dialógica da clínica, que tem o testemunho no seu centro.⁶ Além desses campos, não podemos esquecer do papel central da Etnologia, que desenvolveu técnicas de entrevista com os informantes e uma vasta bibliografia sobre a relação entre o etnólogo e as fontes vivas de suas pesquisas, o mesmo valendo para o novo campo da História oral e da Historiografia, de um modo geral, que tem debatido sua relação (tensa) com os testemunhos históricos e ao longo do século XX se redescobriu como filha de Mnemosyne, a Memória.⁷ Na Filosofia, o testemunho tem um valor, tanto na teoria da percepção como no estudo dos atos de linguagem testemunhais, entre muitas outras abordagens, inspiradas por autores como Walter Benjamin, Lévinas e Paul Ricoeur.⁸ Finalmente, na Literatura e nos Estudos Literários, o conceito de testemunho tem servido para se repensar vários *leitmotive* desse vasto campo, como o próprio estatuto do literário, as fronteiras entre a ficção e o factual, a relação entre literatura e ética etc.⁹ O mesmo vale para a Teoria das Artes e a teoria Estética, na sua constante busca de reflexão sobre os limites de seu objeto.¹⁰ No que se segue, tentarei apresentar algumas dessas questões, focando nos estudos literários. Para introduzir o tema, iniciaremos com uma passagem pelas tragédias gregas. A partir daí tentaremos uma primeira *mise au point* do que está em jogo no conceito de testemunho, com auxílio de W. Benjamin, Freud e Benveniste. Após apresentar em linhas gerais duas grandes áreas de estudos do conceito nas últimas décadas, a saber, os estudos sobre a Shoah e os dedicados ao “testimonio” hispano-americano, fecho esta apresentação com uma reflexão sobre o testemunho como uma categoria que pode nos ajudar a pensar uma virada de paradigma que vem ocorrendo no campo das artes e da literatura.

Eumênides ou a cumplicidade entre a lei, o testemunho e o estado de exceção

Com o perdão do lugar-comum, permitam-me, portanto, começar pelo começo. Também a *protocena* do testemunho pode ser encontrada na Grécia. Quase tudo, afinal de contas – e isto é outro lugar-comum –, já estava lá. Não tentarei, portanto, evitar esta “*Urquelle*”... com todas as armadilhas que a cercam. Porque, se é verdade que certas estruturas podem ser vistas – ou simplesmente projetadas – nas tragédias, também não podemos deixar de lado as diferenças históricas. No que segue, destacaremos mais essas diferenças, mas antes penetremos na nossa primeira estação lembrando de algumas passagens de Ésquilo.

Para tratar da figura do testemunho, é conveniente não esquecer de sua relação como que umbilical com a cena jurídica. Ésquilo, como é conhecido, apresentou o que pode ser tratado como sendo o primeiro tribunal “humano”, a sua primeira encenação, na tragédia *Eumênides*, a terceira da trilogia que narra a história dos Atreus. Em *Agamêmnon*, a primeira tragédia desse ciclo, Agamêmnon, o pai de Orestes e Electra, é assassinado pela sua esposa, Clitemnestra, com a cumplicidade de seu amante, Egisto; nas *Coéforas*, Orestes e sua irmã Electra vingam-se matando a mãe. Esta peça se fecha com Orestes vendo a imagem das Fúrias, com seus cabelos de serpentes e sangue correndo de seus olhos, perseguindo-o e clamando por vingança. *Eumênides*,¹¹ a tragédia que nos interessa aqui, abre-se apresentando Orestes, depois de muitas viagens, em sua fuga desesperada, quando chega ao templo de Apolo em Delfos. Nesse momento, de modo significativo, as Fúrias dormem. Apolo surge e ordena que Hermes, “O condutor”, guie Orestes até o templo de Atena, na Acrópole, onde ele deverá ser julgado e assim se livrar de seu sofrimento. Em seguida, o fantasma de Clitemnestra desperta as Fúrias e as envia atrás de Orestes. Atenas, após receber Orestes e as Fúrias e se informar do conflito, chama doze jurados para formar o primeiro tribunal que trataria de um homicídio, como ela mesmo o afirma (E. 900-4 [681-4]). Esse gesto, de certo modo, apresenta o tribunal como um reflexo do mundo divino, já que, mais adiante, Apolo recorda a figura de Ixion, o primeiro assassino, que teria recebido sua purificação por meio do próprio Pai (*patêr*, E. 953s. [717s.]), Zeus. O resultado do julgamento de Orestes é conhecido: após o empate, o voto de Minerva/Atena decide a favor de Orestes. As Fúrias são pacificadas com presentes de Atena e Orestes pode voltar a Argos e ser o rei. O *plot* da peça apresenta justamente essa pacificação, esse acordo, ou compromisso, para usar uma expressão cara a Freud, entre as violentas Fúrias, representantes dos deuses ctônicos antigos, a violência sob a forma feminina e sua justiça feita com sangue (arrancando os *olhos* ou *castrando*; E. 244ss. [187 ss.]; 336 [252s.]), que nega a instituição do tribunal (E. 467 ss.[359ss.]), e, por outro lado, os deuses olímpicos, representantes da nova ordem e das novas instituições. A peça é um largo elogio da instituição do tribunal do

Areópago, que era presidido pelo arconte rei. Mais importante ainda, o compromisso enenado na tragédia não implica o abandono da violência e da lógica da vingança; muito pelo contrário, a violência é reconhecida como sendo parte da estrutura jurídica. A tragédia indica de modo inequívoco que, sem o medo e a potencial punição, não pode haver sistema jurídico: a reverência ao governo e às leis só existe com o terror como garantia. Eis as palavras de Atenas:

Prestai atenção ao que instauro aqui, atenienses, convocados por mim mesma para julgar pela primeira vez um homem, autor de um crime em que foi derramado sangue. A partir deste dia e para todo o sempre o povo que já teve como rei Egeu terá a incumbência de manter intactas as normas adotadas neste tribunal na colina de Ares [...] Sobre esta elevação digo que a Reverência e o Temor, seu irmão, seja durante o dia, seja de noite, evitarão que os cidadãos cometam crimes, a não ser que eles prefiram aniquilar as leis feitas para seu bem (quem poluir com lodo ou com eflúvios turvos as fontes claras, não terá onde beber). Nem opressão, nem anarquia: eis o lema que os cidadãos devem seguir e respeitar. Não lhes convém tampouco expulsar da cidade todo o Temor; se nada tiver a temer, que homem cumprirá aqui seus deveres? (E. 900-30 [681-99])

Podemos ler aqui aquilo que já foi denominado, por Marcel Mauss e outros autores, ambigüidade do sacro. A tragédia apresenta o rito jurídico de reintegração daquele que estava proscrito, fora da lei, o *homo sacer*, Orestes, que passa pela *kátharsis* de seu ser poluído. Nesse ritual “de civilização/purificação”, a ambigüidade é reinstaurada e reafirmada. Na tragédia ocorre uma reversão da posição de Orestes, que pode voltar ao trono após deixar a condição de *homo sacer*. O trono é o outro pólo da lei, que lhe é ao mesmo tempo externo e interno. Orestes passa, para recordar a diferença estabelecida por Benveniste, da qualidade de *sacer* para a de *sanctus*.¹² Assim como o banido (*sacer*) é um fora-da-lei, o rei (*sanctus*) está acima desta. A purgação de Orestes, ou seja, sua dura viagem fugindo das Fúrias, que para Apolo significaria sua longa despoluição, e portanto deveria qualificá-lo para uma reintegração e superação de seu banimento, não é reconhecida pelas Fúrias. Para elas não existe perdão ou esquecimento do mal: elas representam a pura força da memória do mal (*kakôn te mnêmones semnai*, E. 503 [383]) e do desejo de vingança. A *kátharsis* trágica das paixões negativas não significa, tampouco, sua eliminação, mas a *mise en scène* das mesmas como uma espécie de *memento*. As Fúrias, que são transformadas por Atena em Eumênides, *as benévolas*, por meio de seu pacto com elas, são incorporadas à lei, que mantém a lógica da espectralidade do passado em seu elemento terrorífico. Isso também é importante para o que segue.

Mas vejamos o que ocorre no julgamento de Orestes destacando a recorrência dos termos que evocam o testemunho. Atena chama os jurados diante da divisão aparentemente irreconciliável dos dois partidos (E. 618 ss. [470ss.]): a situação arquetípica da cena do

tribunal e das tragédias, como depois Eurípides a exploraria. O julgamento depende da instituição do testemunho. Assim, o coro das Fúrias diz que vai se apresentar como testemunha contra Orestes para vingá-lo:

(...) se um mortal nos mostra suas mãos imaculadas, nunca o atingirá nosso rancor [*mênis*] e sua vida inteira passará isenta de todos os sofrimentos. Mas quando um celerado igual a este oculta suas mãos ensangüentadas, chegamos para proteger os mortos testemunhando [*mártures*] contra o criminoso, e nos apresentando implacáveis, para cobrar-lhe a dívida de sangue! *E.* 423ss. [313ss.]

Em seguida, Orestes recorda que ainda existia a rede com que Clitemnestra matara seu marido como um testemunho (ou prova) do crime *ha loutrôn exemarturei phonon*, *E.* 605 [461]; o que faz lembrar da passagem em *Coéforas* (1293 [1010]), quando Orestes mostra a roupa do pai manchada de sangue e perfurada pelo punhal de Egisto como um testemunho [ou “prova certa”, *martirei*] do crime. Atena, ao abrir o tribunal, observa que cada partido deve trazer suas testemunhas (*marturia*) e provas (*tekmêria*) para evidenciar suas respectivas causas (*E.* 645 [485s.]); Aristóteles, como sabemos, em sua *Retórica*, reservou um local especial para os *tekmêria*, as provas ou sinais que evidenciam os *enthymemes* ou argumentos retóricos. Eles funcionam segundo uma lógica da evidência metonímica, como se fossem partes ou rastros do evento.¹³ Em seguida, na *Eumênides*, Apolo se apresenta como testemunha e advogado de Orestes (*kai marturêsôn êlthon*; *E.* 752 [576]). Nesta qualidade, ele também assume para si a culpa do assassinato de Clitemnestra, assim como afirma já ter purificado (*katharsios*) Orestes. No interrogatório a que as Fúrias submetem Orestes – em um modo que nada deixa a desejar quando comparado a um interrogatório em um tribunal de hoje em dia –, elas perguntam se ele havia sido convencido por alguém para cometer o homicídio. A resposta é: “Foi este deus que agora é minha testemunha” (*marturei de moi*; *E.* 775 [594]). Pouco depois ele afirma estar confiante na ajuda de seu pai. (“Tenho fé em meu pai; ele me ajudará.” *E.* 779 [598]). Neste diálogo, Ésquilo introduz um argumento central na disputa que desdobra essa lógica “patrilinear”: Orestes reconhece ser o assassino, mas nega que tenha sido injusto. Afinal ele não teria matado um parente ao matar a mãe. Neste ponto, ele pede que Apolo o apóie com seu testemunho (“depoimento”, *marturêson*, *E.* 793 [609]).¹⁴ O deus, afirmando falar em nome do pai (*patêr*, *E.* 808 [618]) Zeus, primeiro critica o modo como Clitemnestra matou o grande herói, Agamêmnon, que foi assim assassinado por uma mulher e de modo nada heróico, para em seguida introduzir seu argumento principal: “Aquele que se costuma chamar de filho não é gerado pela mãe – ela somente é a nutriz do germe nela semeado –; de fato o criador é o homem que fecunda;

ela, como uma estranha [*xenôî xenê*], apenas salvaguarda o nascituro quando os deuses não o atingem” (E. 868 ss. [658ss.]). Aqui Apolo chama ninguém menos que Atena – a juíza! – como prova e testemunha de sua argumentação a favor de Orestes. “Oferecer-te-ei uma prova cabal [*tekmêrion*] de que alguém pode ser pai sem haver mãe. Eis uma testemunha [*martus*] aqui, perto de nós – Palas, filha do soberano Zeus olímpico –, que não cresceu nas trevas do ventre materno” (E. 874ss. [662ss.]). O resultado desse argumento, que mais uma vez sela a aliança dos novos deuses em oposição às Fúrias (“estas virgens malditas” E. 99 [69], como Apolo as denomina), é o voto de Atenas, um voto antes de mais nada no partido dos homens: “Serei a última a pronunciar o voto e o somarei aos favoráveis a Orestes. Nasci sem ter passado por ventre materno; meu ânimo sempre foi a favor dos homens, à exceção do casamento; apóio o pai. Logo, não tenho preocupação maior com a esposa que matou seu marido, o guardião [*patros*] do lar” (E. 974ss. [734ss.]). Diante dessa evocação da lei paterna, o coro das Fúrias volta-se para sua mãe: “Ah! Noite negra, nossa mãe! Vês tudo isto?” (E. 986 [745]). Essa oposição entre lei solar-masculina e a (ausência de) lei da noite-feminina, vinculada à cena do julgamento e do testemunho, pode ser aproximada também de uma passagem em *Coéforas* (1265ss. [984ss.]), onde o testemunho é ligado à figura paterna, quando Orestes, ao final da peça, diz que o Pai, a saber, o Sol “estará presente [no dia de meu julgamento] como testemunha [*martus*] de que perseverei nesta vingança justa e fui até o cúmulo de eliminar a minha própria mãe”. Com relação ao argumento central da cena do julgamento na *Eumênides*, é importante lembrar que, segundo a *Teogonia* de Hesíodo, Atena tinha uma mãe, Métis, a Astúcia, que Zeus engoliu grávida, com medo de se repetir com ele o mesmo que ele fizera com seu pai, Cronos – fato lembrado ironicamente pelas Fúrias em *Eumênides*. Atena, “a de olhos glaucos”, *glaukôpin Athênên*, na expressão de Hesíodo, é aquela que vê com clareza¹⁵ e, portanto, pode testemunhar como juíza o crime de Orestes: o olhar e não a audição tem a absoluta precedência na cena patriarcal do testemunho. Apolo e Atena do lado de Zeus-Sol, em oposição às Fúrias-mães que cegam e castram com sua justiça “primitiva”. Se o argumento que afirma o não parentesco da mãe com seus filhos lembra mais uma astúcia (*mêtis*) do que um raciocínio lógico, ele faz todo sentido nesse primeiro tribunal. De modo contrário ao patricida Édipo (que se cega como castigo e é banido, torna-se *sacer*), o matricida Orestes é absolvido. Ao invés de ser banido e/ou sacrificado (ou seja, desdobrar a lógica do *homo sacer* que vai da sacralidade ao sacrifício), ele é como que “santificado”, reconhecido novamente como autoridade. As Fúrias, por sua vez, são integradas no círculo de fogo dos deuses Olímpicos e transformadas em Eumênides.

Testemunho da masculinidade

Esta apresentação da protocena do testemunho deverá permanecer como pano de fundo para o que se segue. É evidente que o conflito e as tentativas de compromisso entre a memória do mal e a purificação/perdão, assim como a relação sistêmica entre crime e castigo governam até hoje em grande parte a cena literária, não menos que a política. Diante da onipresença das guerras, genocídios e da lógica da vingança, poderíamos pensar que o falocentrismo (não só “olímpico”, mas também “iluminista”, na acepção adorniana deste termo) incorporou “em grande estilo” a memória do mal, tal como Zeus incorporara a astúcia e sente a necessidade de testemunhar sua masculinidade. O que *Eumênides* tem a ver com isso? Da cena trágica podemos derivar um modelo do testemunho como prova e evidência. Em *Eumênides*, a claridade dos olhos, a luminosidade irrefutável da prova são postas ao lado do argumento patrilinear e falocêntrico.¹⁶ A evidência da masculinidade estaria na origem da concepção do testemunho. Cabe então nos perguntarmos se ainda vale a pena testemunhar: testemunhar é frutífero?

Com esta pergunta permito-me dar um salto de alguns séculos, pois Walter Benjamin respondeu a ela de modo lacônico e direto em sua *Einbahnstrasse (Rua de mão única)*, de 1928. Nesta obra, ele escreveu sob a rubrica “Für Männer” (“Para Homens”) a seguinte frase: “Überzeugen ist unfruchtbar”.¹⁷ Ou seja, “convencer é infecundo”, sendo que *Überzeugen* também pode ser lido de modo analítico enquanto uma palavra-valise significando supergerar, supercriar, superprocriar, superfecundar. Nessa frase de Benjamin entrecruza-se, como Sigrid Weigel já teve a oportunidade de destacar,¹⁸ a sua filosofia da linguagem e da história, na qual ele critica uma visão instrumental da linguagem tal como ela é característica da modernidade, com uma reflexão sobre a criação intelectual que, no caso, é sexualizada. De resto, e isso que nos interessa aqui, *überzeugen* ainda carrega uma forte conotação jurídica, se levarmos em conta que, originalmente, esse termo ainda tinha o sentido de “convencer alguém no tribunal por meio de testemunhos”. Sendo que a partir do século XVIII *überzeugen* passou a significar “levar alguém a reconhecer com base em evidências que algo é verdade, correto, necessário”.¹⁹ “Überzeugen ist unfruchtbar” indica, portanto, não apenas que a linguagem (masculina) do convencimento e do testemunho é vazia, vã, como também que a linguagem da criação/fecundação (da super- ou sobrecriação) o é. Na verdade, esse espaço assombrado aberto pela poética do convencer, onde criação e “verdade dos fatos” embatem-se, é o próprio terreno onde o testemunho se dá. Benjamin está apresentando isso de um modo ao mesmo tempo crítico e irônico, sendo que nesse gesto ele está violando performativamente seu mote, uma vez que ele não apenas está escrevendo (e escrevendo um livro), mas também tentando convencer seu público que

“überzeugen ist unfruchtbar”. Sua escrita aporética novamente revela o vazio da linguagem do conhecimento. No testemunho, a citação (em termos literários e jurídicos: somos citados diante de um tribunal) desdobra a sua lógica de descontextualização, de descolamento: de disseminação. Benjamin, no mesmo *Rua de mão única*, formulou que “Citações no meu trabalho são como ladrões no caminho que irrompem armados para tomar a convicção [*Überzeugung*] do preguiçoso”.²⁰ Em um fragmento do *work in progress* de Benjamin sobre as passagens de Paris, lemos: “Escrever a história quer dizer, portanto, *citar* a história. No conceito do citar está implícito, no entanto, que o objeto histórico é retirado do seu contexto”.²¹ A testemunha citada no tribunal também cita a história, mas nesse momento mesmo ela a destrói e a recria, dando início a um processo potencialmente sem fim de escritura e disseminação. Poderíamos dizer que todo testemunho, enquanto “zeugen” (testemunhar e procriar), tende a se transformar em um “überzeugen” (convencer e supergerar) infrutífero.

Sem querer tentar escapar a essa lógica do convencimento (não podemos sair dela: apenas tentar suspendê-la...), permitam-me fazer outra citação. Tendo em vista essa reflexão benjaminiana, vale lembrar uma passagem surpreendente de Freud, que provavelmente está na origem da frase de Benjamin de *Rua de mão única* e permite estabelecer uma ponte não tão frágil, espero, com a análise que vimos acima, da *Eumênides*. Trata-se de uma nota do seu texto de 1909, *Bemerkungen über einen Fall von Zwangsneurose (Notas sobre um caso de neurose obsessiva)*, o famoso caso do “homem dos ratos”. Ao comentar que uma das características do neurótico obsessivo é a sua “necessidade de *incerteza*”, o que o leva a criar essa incerteza, ele destaca seu grande interesse pela questão da paternidade, pela extensão da vida e pela memória, e introduz a seguinte nota:

Ocorreu um grande progresso cultural/civilizatório quando as pessoas se decidiram a pôr o silogismo ao lado do testemunho [*Zeugnis*] dos sentidos e a passar do matriarcado para o patriarcado. — Figuras pré-históricas, nas quais uma figura menor senta-se sobre a cabeça de uma maior, apresentam a descendência do pai: a Atena sem mãe salta da cabeça de Zeus. Ainda na nossa língua significa o *Zeuge* [testemunha] diante do tribunal, aquele que atesta [*beglaubigen*] algo, a partir do modo de participação masculino no trabalho de procriação, e já nos hieróglifos a testemunha [*Zeuge*] é escrita com a imagem das genitálias masculinas.²²

Após a leitura da *Eumênides*, essa nota parece um comentário à tragédia de Ésquilo, apesar de, provavelmente, se tratar de um comentário ou diálogo não muito claro com Frazer ou Jung. O “grande progresso” saudado por Freud se deu em direção ao patriarcado e teria se dado concomitantemente à entronização da figura do testemunho. Desse conjun-

to de idéias seria, creio, lícito deduzir que esse testemunho patriarcal e falocêntrico seria aquele que se atém às regras “da evidência”, da *lei do olho*, e crê em uma “presença originária” total *atestável* (sendo que *testis*, testemunho, está presente neste último termo).

Essa nota de Freud, abrupta e deliciosamente impactante, pode ser lida como uma caixa de ressonância histórica. Não só Ésquilo e Benjamin fariam parte desse concerto, mas uma outra passagem, que se encontra no fundamento da mnemotécnica também ecoa esse *topos* e ratifica essa estreita comunhão entre testemunho e falocentrismo. Trata-se da famosa passagem do autor anônimo do tratado *Ad Herenium*, que aporta como exemplo central na sua mnemotécnica, na parte dedicada à teoria das imagens mnemônicas, o exemplo de uma imagem que deveria servir ao retor como escritura imagética de um caso. O caso exemplar que deve ser memorizado é o seguinte: “a acusação afirmou que o réu matou um homem utilizando veneno, que ele fez isso para se apropriar de uma herança e que existem várias testemunhas e pessoas cientes disso [*testes et conscios*]”.²³ A mnemotécnica é baseada na capacidade do orador de transformar as situações em imagens e colocar cada *imagines agens* em determinados *loci*, construindo uma escritura mnêmica. O autor anônimo destaca que, quanto mais inusitada for a imagem criada para traduzir a situação, mais facilmente ela ficará registrada na memória. Eis a sua imagem:

Se para facilitar a defesa nós quisermos nos recordar desse primeiro ponto, devemos depositar no nosso primeiro local uma imagem com todos os fatos: nós imaginaremos a vítima em questão doente, estendida sobre uma cama (isso se nós a conhecermos, caso contrário teremos de tomar uma outra pessoa, que não deve ser alguém de baixo calão, de tal modo que ela rapidamente venha à nossa memória); ao lado de sua cama nós colocaremos o réu segurando uma taça com a mão direita e com um texto [*tabulas*] na esquerda de cujo dedo anelar devem pender testículos de carneiro [*medico testiculos arietinos tenentem*]. Desse modo nós poderemos nos recordar das testemunhas, da herança e do envenenamento da vítima. [*Hoc modo et testium et hereditatis et veneno necati memoriam habere poterimus.*] A seguir nós arranjaremos do mesmo modo os outros pontos da acusação em locais sucessivos, segundo a sua ordem, e quando a qualquer momento nós quisermos nos recordar de um ponto, se as imagens estiverem cuidadosamente dispostas e as caracterizarmos bem, poderemos facilmente recordar daquilo que queremos.²⁴

A relação entre a imagem do testículo e a do testemunho é feita aqui pela via da analogia fonética: *testis* em latim significa tanto testemunho como testículo. Ou seja, tanto pela via do germânico encontramos a “poética” do testemunho desaguando no tema da fertilidade masculina, como pela do latim. Aqui também, como na tragédia grega, o testemunho está ligado à cena sublime do assassinato e à sua representação. É importante notar, com Avishai Margalit, que nas sociedades tradicionais as mulheres são excluídas das cortes enquanto testemunhas. Josephus afirma que nos tempos bíblicos isso ocorria, o

mesmo valendo para a “mulher romana”.²⁵ Isso tem a ver com uma hierarquia social e sexual da respeitabilidade, que pode ser revelada em fenômenos lingüísticos, como também Margalit observou ao notar que no hebraico bíblico existe “uma associação fortemente sugestiva entre as lavras” *Zehker* (memória) e *Zakhar* (masculino) e, por outro lado, *Isha* (mulher, esposa) e *Neshia* (esquecimento). Poderíamos também lembrar das figuras femininas do esquecimento da “volta ao lar” (*nóstos*) na *Odisséia*, Circe e Calypso.²⁶ Por outro lado, Margalit recorda ainda o fato de que o mandamento da memória hebraico *Yad Vashem*, que batizou o memorial e centro de pesquisas da Shoah de Jerusalém, significa em Isaías 56:5 um ato de suplementação da infertilidade. Nos versos em questão, promete-se um memorial ao pio eunuco (ou homem castrado). Deus construiria um memorial onde se escreveria o nome daqueles que não poderiam multiplicar suas sementes, testemunhando assim a passagem deles pela terra.²⁷ O universo semântico e cultural é diferente do grego, mas novamente percebemos a relação entre o testemunho (no caso, a memória testemunhal) e a masculinidade.

O modelo auricular do testemunho

Benveniste, o grande Crátilo do século XX – e ele recusaria esse elogio veementemente –, pode nos ajudar a lançar um pouco de luz sobre alguns desses entrecruzamentos.

Lendo Benveniste fica claro que o testemunho implica tanto uma proximidade, uma primeiridade (pensando em termos peirceanos), como, em outro sentido, uma capacidade de julgar. Isto não apenas em termos do testemunho jurídico contemporâneo. Desde a Antigüidade vinculasse testemunha e testemunho à *visão*. Benveniste recorda que também o sânscrito *vettar*, tem o mesmo sentido de testemunha (*témoïn*) e significa “o que vê, em gótico *weitwops*, participio perfeito [...] é aquele que sabe por ter visto; [...]. O grego *ístor* entra na mesma série”.²⁸ O autor cita um texto do Satapatha-Brahmana: “e o valor próprio dessa raiz **wid-* se esclarece na regra enunciada no Satapatha-Brahmana: ‘se agora dois homens disputam entre si (têm um litígio), um dizendo ‘eu vi’, o outro ‘eu ouvi’, o que diz ‘eu vi’, é nele que devemos acreditar”.²⁹ Benveniste ainda nota que originalmente *arbiter* significava também “testemunha” e apenas posteriormente assumiu o sentido de “árbitro”. Enquanto “o que vê” a testemunha se aproxima tanto dos paradigmas da historiografia como da cena do tribunal. Neste último sentido também o termo mantém ecos de sua origem em “*terstis*”, terceiro, enquanto instância para decisão em um julgamento entre duas partes. Benveniste destaca um outro parentesco semântico da noção de testemunha que pode nos ajudar a pensar melhor a situação do sobrevivente que veremos mais adiante. *Superstes*, como ele comenta, “não é somente ‘ter sobrevivido a uma desgraça, à morte’, mas também ‘ter passado por um acontecimento qualquer e subsistir muito mais além desse acontecimento’, portanto, de ter sido ‘testemunha’ de tal fato”.³⁰ Vale recordar também esta outra passagem: “Verificamos a diferença entre *superstes* e *testis*. Etimologicamente *testis* é aquele que assiste como um ‘terceiro’ (*terstis*) a um caso em que dois

personagens estão envolvidos; e essa concepção remonta ao período indo-europeu comum. Um texto sânscrito enuncia: ‘todas as vezes em que duas pessoas estão presentes, Mitra está lá como terceira pessoa’; assim o deus Mitra é por natureza a ‘testemunha’. Mas *superstes* descreve a ‘testemunha’ seja como aquele ‘que subsiste além de’, testemunha ao mesmo tempo *sobrevivente*, seja como ‘aquele que se mantém no fato’, que está aí presente”.³¹ Benveniste que não toca na proximidade e contaminação semântica entre os dois sentidos latinos de *testis*.³²

O “manter-se no fato” do *superstes* remete à situação singular do sobrevivente como alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte. Nosso *martir* moderno está mais perto desse sentido do que do testemunho como *testis*. O modelo do testemunho como *superstes* tem a audição e não a visão em seu centro. Pensar a história a partir dele significa aprender a diminuir o papel dado ao *ístor* do termo e se pensar em uma história mais auricular: aberta aos testemunhos e também ao próprio evento do testemunhar. Sem reduzir o testemunho a *meio*. O modelo do testemunho como *testis* é visual e corresponde ao modelo do saber representacionista do *positivismo*, com sua concepção instrumental da linguagem e que crê na possibilidade de se transitar entre o tempo da cena histórica (ou a “cena do crime”) e o tempo em que se escreve a história (ou se desenrola o tribunal). A crítica do testemunho que ocorre na psicologia e, especificamente na psicologia forense, parte desse paradigma visual ao pôr em questão a capacidade de percepção da cena, de seu armazenamento e da sua restituição.³³ Ao nos voltarmos para o paradigma do *superstes*, os valores são outros. Aqui pressupõe-se uma *incomensurabilidade* entre as palavras e essa experiência da morte; como veremos, um *topos* na bibliografia sobre o testemunho no século XX. Nessa cena do testemunho como *superstes*, o presente do ato testemunhal ganha a precedência. Creio, no entanto, que não se trata de simplesmente trocar um modelo pelo outro. Valorizar o paradigma do *superstes* não deve implicar uma negação da possibilidade do testemunho como *testis* (como, por exemplo, Giorgio Agamben o sugere)³⁴. Acredito que os caminhos da memória e do esquecimento do mal sofrido passam também pela construção da história e pelos julgamentos propriamente jurídicos. *O essencial, no entanto, é ter claro que não existe a possibilidade de se separar os dois sentidos de testemunho, assim como não se pode separar historiografia da memória*. Devemos aceitar o testemunho com o seu sentido profundamente aporético de exemplaridade possível e impossível, de singularidade que nega o universal da linguagem e nos remete “diante da lei”, “*Vor dem Gesetz*”, para lembrarmos Kafka, mas ao mesmo tempo exige e cobra essa mesma lei.³⁵ Ao invés de reduzir o testemunho ao paradigma visual, falocêntrico e violento (que tende a uma espetacularização da dor), e sem esquecer *testis* a favor apenas de *superstes*, minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento

complementa o outro, mas eles se relacionam também de modo conflitivo. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível, entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”. Se o “real” pode ser pensado como um “desencontro” (algo que nos escapa como o sobrevivente o demonstra a partir de sua situação radical), não deixa de ser verdade que a linguagem e, sobretudo, a linguagem da poesia e da literatura, busca esse encontro impossível. Vendo o testemunho como o vértice entre a história e a memória, entre os fatos e as narrativas, entre, em suma, o simbólico e o indivíduo, essa necessidade de um pensamento aberto para a linguagem da poesia no contexto testemunhal fica mais clara. Paul Celan remeteu insistentemente, no seu famoso discurso “Der Meridien” (de 22.10.1962), a essa idéia de um “encontro misterioso”, “*geheimnis Begegnung*”, que implica justamente a capacidade “trópica” da língua de unir e cortar pontos aparentemente isolados uns dos outros. “*Niemand /zeugt für den/ Zeugen*”, lemos no poema “Aschenglorie”, ninguém testemunha para quem testemunhou, para quem *vivenciou o invivível*. Mas o testemunho ocorre, “se dá” e é a prova e a manifestação desses encontros. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Testemunhar a guerra: o caso Jean Norton Cru

Lembrando duas expressões que se tornaram famosas nos últimos anos, respectivamente de Hobsbawm e de Shoshana Felman, podemos dizer que à “era das catástrofes” corresponde a “era dos testemunhos”. As catástrofes, na mesma medida em que explodem o referencial simbólico do Iluminismo, revelando seus ocos e contradições, geram um gigantesco acúmulo de dor e morte. O trabalho de luto das catástrofes do século XX deu uma nova dimensão ao trabalho da história, na mesma medida em que despertou novamente o interesse pela memória, em oposição ao modelo historicista da historiografia (monumentalista, como afirmou Nietzsche já nos anos 1870). Maurice Halbwachs e W. Benjamin foram dois dos primeiros teóricos da história a reagir a essa nova situação, após a Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, o conceito de testemunho só foi receber maior atenção após a segunda etapa da “Guerra dos 30” anos que marcou o século XX. Nesse sentido seria injusto, ao tratar da história desse conceito, deixar de fora a figura, raramente lembrada por muito tempo, mas nem por isso menos importante, de Jean Norton Cru. Ele representa uma exceção aqui. Jean Norton Cru nasceu em 1879, filho de uma mãe inglesa e de um pai pastor de origem camponesa. Na Primeira Guerra Mundial, ele retornou dos EUA, onde trabalhava como professor no Williamstown College, para lutar no exército francês, tendo estado no fronte, mais especificamente, na guerra de trincheiras, por dois anos e cento e

cinco dias. Ainda durante a guerra, desde 1915,³⁶ ele começou a se interessar pelos escritos testemunhais dos soldados. Seu ponto de partida é a dificuldade e a necessidade de escrever esses relatos. Em junho de 1916, em meio a Batalha de Verdun (que custou a vida de mais de 660 mil soldados) ele constata: “*Quiconque n’a jamais vu ce que je vois, ne s’en fera jamais une idée*”.³⁷ Sua luta vai se dar no sentido de estabelecer critérios objetivos para o julgamento dos testemunhos da guerra. Ele criticava a exploração comercial do sofrimento. Em uma carta de 1917, ele escreve: “*je considère comme un sacrilège de faire avec notre sang et nos angoisses de la matière à littérature*”,³⁸ com o que ele já percebia uma aporia que estaria na base de grandes debates estéticos após 1945. Após quase quinze anos de trabalho, ele publicou sua obra monumental, *Témoins*, em 1929, que contém um levantamento exaustivo e uma análise de cerca de 300 testemunhos da Primeira Guerra Mundial. Seu crivo se deu a partir do mote do testemunho como visão, como lemos em uma das epígrafes de seu livro (também utilizada em seu segundo livro, *Du Témoignage*, de 1930): “*Ah, comme toujours, ceux qui n’ont pas vu, comment peuvent-ils juger?*” Em outra epígrafe, no entanto, percebemos que essa vivência da guerra não é apenas visual, mas corpórea: “*Celui qui n’a pas compris avec sa chair ne peut vous en parler*”. Aquele que testemunha de modo autêntico a guerra é o militar do fronte: só ele viu e viveu o *perigo* na carne.³⁹ A classificação das obras testemunhais estabelecida por Cru continha os seguintes gêneros: o jornal (que é o gênero mais valorizado por ele, devido a sua “*exactitude fondamentale*”),⁴⁰ as memórias, as reflexões, as cartas (muito valorizadas e aproximadas do jornal) e, por último, também na sua hierarquia da exatidão, os romances. Estes são os mais propícios a difundir erros e lendas, os grande inimigos de Cru. Ele tende a valorizar mais o “*valeur documentaire*” do que o “*valeur esthétique*”⁴¹ das obras, sendo que o que é “*saisis sur le vif*”,⁴² como nas cartas e diários, tende a uma maior e mais desejada *proximidade*. Ele critica a tese de que a literatura teria uma verdade sintética superior à do jornal ou da carta. O que ele entende por proximidade, podemos perceber em outra epígrafe de 1930: “*Le combattant a des vues courtes... mais parce que ses vues sont étroites, elles sont précises; parce qu’elles sont bornées, elles sont nettes. Il ne voit pas grand-chose, mais il voit bien ce qu’il voit. Parce que ces yeux et non ceux des autres le renseignent, il voit ce qui est*”. Ao longo de *Du Témoignage* e de *Témoins*, a impressão que temos é justamente a de uma aproximação em *zoom* da paisagem dos campos de batalha. Ao invés da tradicional representação em grande plano das batalhas – que não podem ser realistas ou verdadeiras, segundo os critérios de Cru –, ele privilegia o soldado na sua solidão do fronte. Assim ele afirma-se contrário ao que denomina “paradoxo de Stendhal”, ao lembrar a figura soldado da *Cartucha de Parma*, Fabrice del Dongo, que não teria percebido estar em uma batalha, o que significaria que apenas os comandantes com a visão do todo poderiam ter a

visão do que é a guerra. Para Cru, apenas tratando o soldado como a realidade primordial da guerra ela deixará de ser uma abstração:⁴³ e poderá ser criticada. Essa “*guerre vue de près*” leva também a se iluminar os detalhes nada heróicos da vida material do soldado: “*le manger, le boire, les lettres, les colis, les poux, les rats, la pluie, la boue,*” etc.⁴⁴ Para ele, a grande história deve apreender a se ocupar das penas e angústias do combatente, uma lição que de fato foi ouvida pelos historiadores. Para Cru, o testemunho é um documento antes de tudo exato. Seu paradigma de fidelidade, positivista, é claro, entra em conflito, na medida em que exige exatidão e não-contradição, com o seu reconhecimento de que “*les faits psychologiques sont l’essence même de la guerre*”.⁴⁵ E ainda: “*Chacun sait qu’il est impossible au témoin de relater ce qu’il a fait et vu en restant scrupuleusement objectif. Il est homme et il est artiste, plus ou moins; la fidélité mécanique du cinématographe lui est donc interdite*”.⁴⁶ Por outro lado, ele defende a capacidade do soldado de relatar sua experiência estabelecendo uma diferença entre a experiência de um acidente (que é pontual, parcial e limita a qualidade de testemunho dos que o presenciaram) e, por outro lado, a guerra, que é marcada pela monotonia e repetição que permitem um registro detalhado.⁴⁷ Cru destaca que existe uma quantidade muito grande de testemunhos (e também um número razoável daqueles que ele considera excelentes testemunhos, vinte e nove) da Primeira Guerra Mundial. Ele atribui esse fato novo, em parte, à presença de muitos combatentes mais velhos que a média das guerras e também à presença de soldados mais intelectualizados.⁴⁸ Não tenho como fornecer aqui uma idéia mais clara da impressionante obra de Cru. Apesar de seu positivismo, ele tem uma visão detalhada de muitas das aporias do testemunho e, sobretudo, da complementaridade do trabalho do historiador com o autor desses relatos do fronte. Diferentemente de W. Benjamin, ele acredita em uma experiência derivada da guerra e está longe de desdenhar aquilo que o filósofo da República de Weimar denominou pejorativamente “uma inundação de livros de guerra” no seu famoso “O Narrador”. Mas, como Benjamin, na sua crítica de Ernst Jünger, Cru despreza a estetização da guerra.⁴⁹ Podemos hoje em dia olhar com desconfiança para muitas de suas hierarquias, mas sua obra permanece como um marco importante na história do conceito de testemunho e já apresenta muitas das idéias que foram posteriormente repensadas no contexto do pós Segunda Guerra Mundial.

Mas existe um elemento particularmente delicado na obra de Cru. Ultimamente, ela tem sido revalorizada também por revisionistas e negacionistas da Shoah, que vêm em seus argumentos uma arma contra os testemunhos dos campos de concentração. Esse tipo de instrumentalização da obra de Cru, evidentemente, ocorre de modo violento e invertendo seus argumentos principais, que justamente colocam o testemunho como uma espécie de profenômeno do estudo das guerras. Cru queria desmontar a grande tradição da história

militar nacionalista e épica. Por outro lado, essa apropriação também ocorre a partir dos “flancos” mais frágeis da argumentação de Cru, quando ele se torna inaceitavelmente positivista, por assim dizer. Pois sua crença na representação da guerra leva-o a afirmar também um perigoso critério negativo: assim como para ele “*la liberté de l’art a toujours été limitée par l’absurde*”⁵⁰ (o que é um absurdo em si e não valia desse modo restrito nem para Aristóteles e Horácio), para Cru, também o excepcional e o inacreditável não devem fazer parte da imagem da guerra.⁵¹ O que importava para ele eram os “casos gerais”. Ocorre que na guerra também pode ocorrer uma generalização do que fora dela é inacreditável. E aqui encontramos um limite da reflexão de Cru.

Testemunho e literatura

A questão do testemunho tem sido cada vez mais estudada desde os anos 1970. Para evitar confusões, devemos deixar claro dois pontos centrais: a) ao invés de se falar em “literatura de testemunho”, que não é um gênero, percebemos agora uma *face da literatura* que vem à tona na nossa época de catástrofes e que faz com que toda a história da literatura — após duzentos anos de auto-referência — seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “*teor testemunhal*” que marca toda obra literária, mas que aprendemos a detectar a partir da concentração desse teor na literatura e escritura do século XX. Esse teor indica diversas modalidades de relação metonímica entre o “real” e a escritura; b) em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação.

O conceito de testemunho concentra em si uma série de questões que sempre polarizaram a reflexão sobre a literatura: antes de qualquer coisa, ele põe em questão as fronteiras entre o literário, o fictício e o descritivo. E mais: o testemunho aporta uma ética da escritura. Partindo-se do pressuposto, hoje em dia banal, que não existe “grau zero da escritura”, ou seja, a literatura está ali onde o sujeito se manifesta na narrativa, não podemos deixar de reconhecer que, por outro lado, o histórico que está na base do testemunho exige uma visão “referencial”, que não reduza o “real” à sua “ficção” literária. Ou seja, o testemunho impõe uma crítica da postura que reduz o mundo ao verbo, assim como solicita uma reflexão sobre os limites e modos de representação.

A questão dos diferentes conceitos de “testemunho”:⁵² Na teoria literária, podemos perceber, nos últimos anos, grosso modo, dois grandes campos de discurso sobre o testemunho que têm se aproximado cada vez mais ultimamente. De um lado, a noção é pensada, no âmbito europeu e norte-americano, a partir da experiência histórica dessas regiões e países, de outro, o conceito de “testimonio” tem sido pensado a partir da experiência histórica e literária da América Latina. Antes de mais nada, os próprios eventos que estão na base dos discursos sobre o testemunho definem as características que cada um deles assume. Se, no primeiro âmbito, o trabalho de memória em torno da Segunda Guerra Mundial e da Shoah determina em boa parte as discussões, na América Latina, o ponto de partida é constituído pelas experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres, sendo que nos últimos anos também a perseguição aos homossexuais tem sido pesquisada. O testemunho latino-americano introduz objetos que foram também se tornando cada vez mais importantes, sobretudo nos EUA a partir das lutas pelos direitos civis e com a paralela expansão dos Estudos Culturais. Daí se perceber hoje em dia uma ampla utilização do conceito de testemunho, não apenas para se tratar de sobreviventes da Shoah, mas também para sobreviventes de outras guerras, de genocídios e para qualificar o discurso, ou contradiscurso, das mulheres, das minorias, dos soropositivos, etc. Mas o que eu gostaria de focar aqui é o momento anterior a esse encontro que tem ocorrido pela expansão dos Estudos Culturais e pela sua dissolução no discurso geral da academia.

Em cada uma dessas regiões, as tradições de pensamento que foram mobilizadas para se pensar os conceitos de “*testimonianza*”, “*testimony*”, “*témoïn*”, “*Zeugnis*” e, por outro lado, de “*testimonio*” levou a diferentes contornos da noção de testemunho: se, na Europa e Estados Unidos, a psicanálise e a teoria e história da memória têm desempenhado já há algum tempo um papel central, na América Latina, o “*testimonio*” era pensado a partir da tradição religiosa da confissão, da hagiografia, do testemunho bíblico e cristão no seu sentido de apresentação de vidas “exemplares”, da tradição da crônica e da reportagem.

A questão do testemunho foi discutida na Europa, de início, a partir da famosa frase de Theodor W. Adorno, em seu ensaio “Crítica Cultural e Sociedade”, de 1949: “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de porque hoje se tornou impossível escrever poemas”.⁵³ Adorno retomou essa questão em vários de seus textos, até a sua *Ästhetische Theorie (Teoria Estética)*, onde ele a discute ao tratar da poesia de Paul Celan. A perspectiva aberta por Adorno, que põe em discussão a própria possibilidade, tanto de se escrever poesia após Auschwitz, como o seu metadiscurso teórico, ainda constitui, até as publicações mais recentes, um ponto de vista frutífero e complexo, uma vez que, nele, teoria da representação, reflexão estética e ética se entrecru-

zam. Com essa abordagem já fica claro também em que medida a discussão na Europa e EUA sobre o testemunho partirá, na maioria das vezes, não apenas da Segunda Guerra Mundial, mas, especificamente, da Shoah: o assassinato de milhões de judeus perpetrado pelos nazistas.⁵⁴

O testemunho tem sido pensado, na Europa e Estados Unidos, tanto a partir de leituras que cruzam os discursos da teoria da literatura, da disciplina histórica e da teoria psicanalítica, como também dentro da onda de pesquisas dentro dos *estudos sobre a “memória”* que têm se intensificado muito nas últimas duas décadas, sob a influência das abordagens culturalistas. O discurso testemunhal é analisado, nesse contexto, como tendo a *literalização* e a *fragmentação* como as suas características centrais (e apenas à primeira vista incompatíveis). Ele é ainda marcado por uma tensão entre oralidade e escrita. A literalização consiste na incapacidade de *traduzir* o vivido em imagens ou metáforas. A fragmentação de certo modo também literaliza a psique cindida do traumatizado e a apresenta ao leitor. A incapacidade de incorporar em uma cadeia contínua as imagens “vivas”, “exatas”, também marca a memória dos traumatizados. A tradução desses “nós de memória” — desses momentos encapsulados ou enterrados em uma cripta, para falarmos com Abraham e Torok⁵⁵ — é o objetivo da terapia. O testemunho também é, de certo modo, uma tentativa de reunir os fragmentos do “passado” (que não passa), dando um *nexo* e um *contexto* aos mesmos. Do ponto de vista do testemunho como *superstes*, esse objetivo é sempre uma *Aufgabe*, ou seja, encontra-se no registro aporético sob o qual W. Benjamin pensou a tradução como *double bind*, como tarefa e desistência. Não existe *kátharsis* possível para essa experiência.

A cena do testemunho da Shoah: Ela foi pensada em primeiro lugar como uma cena de *tribunal*: aqui o testemunho cumpre um papel de justiça histórica e de documento para a história. Foi esse o sentido principal, sobretudo da produção de testemunhos no imediato pós-guerra, como foi o caso da importante obra de Primo Levi, *É isto um homem? A segunda cena* característica é mais individual e vê o testemunho como um momento de perlaboração do passado traumático. Aqui passamos a encontrar de modo mais evidente o testemunho como *superstes*. No teor testemunhal, encontramos esses dois elementos – o testemunho da história no sentido de *testis* e o testemunho da experiência, no sentido de *superstes* –, mas eles se apresentam em diferentes dosagens, variando conforme o autor e a “onda de memória” em que o testemunho foi feito. O testemunho possui um papel de aglutinador de um grupo de pessoas — antes de mais nada, em se tratando da Shoah, dos próprios judeus — que constroem a sua identidade a partir dessa identificação com essa “*memória coletiva*” de perseguições, de mortes e dos sobreviventes. Na “era das catástrofes” a identidade coletiva (e mesmo nacional) tende a se articular cada vez menos com

base na “grande narrativa” dos fatos e personagens heróicos e a enfatizar as rupturas e derrotas. Daí também a atualidade do conceito de testemunho para articular a história e a memória do ponto de vista dos “vencidos”. O testemunho funciona como o guardião da memória.⁵⁶ O risco da ênfase na memória coletiva (em oposição a outras comunidades de “memória coletiva”) é sucumbir no fundamentalismo da memória.⁵⁷ A ética da representação, nesse caso do fundamentalismo, pode levar a uma recaída na lógica do testemunho como uma guerra entre “provas e evidências” que não deixa mais espaço para o diálogo e para a transformação da tradição. A riqueza e o segredo da força da tradição do judaísmo advém justamente do fato de se ter compreendido que a memória só existe no duplo trilho do passado e do presente.

A literatura de teor testemunhal: a noção de “literatura de testemunho” é mais empregada no âmbito anglo-saxão. Aqui poderíamos pensar na importância dos grandes tribunais do pós-guerra (enquanto origem das ondas de testemunho), assim como em um diálogo com os estudos literários latino-americanos (onde o conceito de “*testimonio*” teve um importante papel desde os anos 1970).⁵⁸ No contexto de língua germânica, até os anos 1990, costuma-se falar mais de “Holocaust-Literatur”, antes da introdução do conceito de *Zeugnisliteratur* pela via tanto dos estudos da Shoah como da América-Latina. Não se procura normalmente nessa bibliografia definir de modo estrito qual seria a literatura de testemunho: de um modo geral, trata-se do *conceito de testemunho* e da forte presença desse elemento nas obras de sobreviventes ou de autores que enfocam as catástrofes (guerras, campos de concentração etc., predominantemente do século XX). Os autores estudados como fazendo parte do cânone testemunhal da Shoah (independentemente do fato de serem testemunhas primárias) são: Primo Levi, Paul Celan, Victor Klemperer, Aharon Appelfeld, Jorge Semprun, Jean Améry, Adam Czerniakow, Calel Perechodnik, Robert Antelme, Georges Perec, Charlotte Delbo, Ruth Klüger, Maurice Blanchot, Jean Cayrol, David Rousset, Art Spiegelman, entre outros. Com os estudos que realizam paralelos entre o testemunho da Shoah e o do Gulag, bem como com obras de (ou sobre) sobreviventes de outros genocídios e catástrofes, estabeleceu-se uma nova área dedicada ao estudo comparado dos genocídios.⁵⁹

O “testimonio” na América Latina: Na América Latina, o conceito de *testimonio* foi desenvolvido nos países de língua espanhola a partir do início dos anos sessenta. Diferentemente do que ocorre na reflexão sobre o testemunho da Shoah na Alemanha, na França ou nos EUA, na Hispano-América passa-se da reflexão sobre a *função testemunhal da literatura* para uma conceitualização de um novo gênero literário, a saber, a *literatura de*

“*testimonio*”. A “política da memória”, que também marca as discussões em torno da Shoah, possui na América Latina um peso muito mais de política “partidária” do que “cultural”: aqui ocorre uma convergência entre política e literatura. Dentro de uma perspectiva de luta de classes, assume-se esse gênero como o mais apto para “representar os esforços revolucionários” dos oprimidos, como afirmou Alfredo Alzugarat.⁶⁰ Eis porque Cuba terá um papel-chave na institucionalização desse gênero. Esse país assumiu a liderança de um movimento de revisão da história, que passou a ser recontada a partir do ponto de vista dos excluídos do poder e explorados economicamente. A revista *Casa de las Américas* teve um papel fundamental nesse processo. Foi ela que, em 1970, criou o “Premio Testimonio Casa de las Américas”.⁶¹ O centro cultural Casa de las Américas, que havia sido fundado no próprio ano da revolução, 1959, criara uma revista com a função de estabelecer uma “ponte de comunicação com os países irmãos do continente”.⁶² No artigo de Angel Rama, “Diez problemas para el novelista latinoamericano”, de 1964, o autor já detecta “uma forte tendência ao documentarismo, às formas da reportagem quase direta, [...] à literatura testemunhal, à autobiografia mais ou menos encoberta [...] Devemos notar, contudo – continua Rama – que essa inclinação para a narrativa autobiográfica e para o documental não são patrimônio exclusivo das revoluções, mas sim [...] de toda mudança social rápida, em todo mundo”.⁶³ O romance *testemunhal*, no entanto, é diferenciado – no contexto da teoria do *testimonio* – do *testimonio* como gênero que se institucionalizou em 1970. No início dos anos 70, o governo Allende, e a ditadura chilena a partir de 1973, também foram responsáveis pelo estabelecimento do gênero *testimonio* na América Latina. Nas atas do “Coloquio sobre la literatura chilena de la resistencia y del exilio”, publicada no n° 112 de janeiro-fevereiro de 1979 na revista da Casa de las Américas, encontramos passagens preciosas quanto à definição e historicização do gênero *testimonio*. Para Concha, após 1973, não se pode mais distinguir claramente entre o político e o literário: mas mesmo pensando assim ele deixa claro que não se deve confundir o testemunho enquanto atividade que pode ser encontrada em vários gêneros e a literatura de *testimonio* propriamente dita. Esta existe apenas no contexto da contra-história, da denúncia e da busca pela justiça. A *verdade* e a *utilidade* são, portanto, fundamentais na concepção de *testimonio*, e isso também vale de um modo geral para a Casa de las Américas.⁶⁴ O regime sandinista na Nicarágua também foi responsável, nos anos 1980, por um *boom* de testemunhos naquele país.

Na literatura de *testimonio*, a ênfase recai na testemunha como *testis*, terceiro elemento na cena jurídica, capaz de *comprovar*, *certificar*, a verdade dos fatos. Já aqui, na teoria do *testimonio*, em vez do acento na subjetividade e indizibilidade da vivência, destaca-se o ser “coletivo” da testemunha.⁶⁵ Evidentemente, o *ponto de vista* é essencial aqui, e o *testimonio* é parte da política tanto da *memória* como da *história*. Se esses dois âmbitos

(o da memória e da historiografia) devem permanecer unidos e comunicantes ao pensarmos o testemunho da Shoah, para evitarmos tanto a tabuização do evento como a sua catapultagem para fora do histórico, no *testimonio* percebe-se uma tendência para a simbiose entre essas duas formas de lidar com o passado. Pode-se falar também de uma *necessidade* de se testemunhar, tanto nos autores de testemunho da Shoah como nos de *testimonios*. Mas, no primeiro caso, tende-se a compreender essa necessidade não só em termos jurídicos, mas também a partir da chave do trauma, enquanto na literatura de *testimonio* a necessidade é entendida quase que exclusivamente em um sentido de necessidade de se fazer justiça, de se dar conta da exemplaridade do “herói” e de se conquistar uma voz para o “subalterno”.⁶⁶

Na definição de John Beverly, o *testimonio* é uma “narração (...) contada na primeira pessoa gramatical, por um narrador que é ao mesmo tempo o protagonista (ou a testemunha) de seu próprio relato. Sua unidade narrativa costuma ser uma ‘vida’ ou uma vivência particularmente significativa”.⁶⁷ Ou seja, o *testimonio* incorpora o “pacto autobiográfico” que afirma a coincidência entre o autor da narração e o seu protagonista. O testemunho é exemplar, *não-fictício* e é profundamente *marcado* pela oralidade. Para Miguel Barnet, como ele escreveu em 1970, com relação ao *testimonio*: “*La llamada ficción cada vez va perdiendo más consistencia*”.⁶⁸ Com relação à oralidade, já Jeremy Bentham (1748-1832), no seu *Rationale of Judicial Evidence*, estabeleceu uma clara distinção entre a deposição oral e a escrita.⁶⁹ Como Dulong recorda, o argumento de Bentham se baseia no fato de que “*la parole du témoin entraîne une adhésion plus forte que sa transcription*”, o que aumenta a “*force probante*” do testemunho, que se alimenta também da confiança na sinceridade do testemunho. Na nossa *era de negacionismos*⁷⁰ é essencial levar em conta essa força, e é dentro desse espírito que dezenas e dezenas de videoarquivos testemunhando as barbáries do século XX foram fundados nas últimas quatro décadas. Esse aspecto da oralidade é particularmente importante também no contexto do *testimonio*: essa literatura nasce da boca e não da escritura, de uma população explorada e na maioria das vezes analfabeta. O *testimonio* exige, normalmente, um mediador/compilador, como no caso de Elisabeth Burgos, que escreveu o *testimonio – exemplar* – de Rigoberta Menchu, sintomaticamente denominado *Mi llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*: o que demonstra que a figura do gestor costuma ser apagada do *testimonio*. Tudo se passa como se o jornalista, antropólogo ou sociólogo gestor fosse uma figura transparente e a sua escritura, literalmente agora, um “porta-voz” do testemunho.⁷¹ Para resolver a seu modo essa questão, Barnet vai utilizar o conceito de “relato etnográfico” – depois de passar pelos de “*novela realidad*” e de “*novela-testimonio*”⁷² – para caracterizar sua

obra fundadora, *Biografía de un Cimarrón* (1966), que apresenta a narrativa (em primeira pessoa) da história de Esteban Montejo, um ex-escravo que ele entrevistou nos anos 1960 com um gravador para recolher a “*fuentes viva*” de seu livro testemunhal.

A cena do “testimonio”: aqui prevalece a cena do tribunal. A função identitária do *testimonio* é fundamental: ele aglutina populações, etnias e classes em torno de uma mesma luta.

A literatura de “testimonio”: desde os anos 60, procura-se vincular a literatura de *testimonio* aos gêneros da crônica, confissão, hagiografia, autobiografia, reportagem, diário e ensaio.⁷³ O *testimonio* é pensado também como uma cria da literatura regionalista, que foi muito forte na literatura latino-americana da primeira metade do século XX, sendo que a “*novela testimonial*” seria uma espécie de irmã da literatura de *testimonio stricto sensu* enquanto narrativa em primeira pessoa e não-ficcional. A teoria do *testimonio* está bem exposta nos volumes organizados por René Jara, Hernán Vidal (1986), John Beverley e Hugo Achugar (1992).⁷⁴ *Testimonios* canônicos são os de Rigoberta Menchú, Miguel Barnet, Domitila Barrios de Chungara e Moema Viezzer, “*Si me permiten hablar...*” *Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia*. [1977]), Maria Esther Gílio (autora de *La Guerrilha Tupamara*, que instaurou o prêmio *testimonio* Casa de las Americas), Omar Cabezas (*La Montana es algo más que una inmensa estepe verde*) e Bermejo González (*Las manos en el fuego*).

O conceito de testemunho tornou-se uma peça central na teoria literária nas últimas décadas devido à sua capacidade de responder às novas questões (postas também pelos estudos Pós-coloniais) de se pensar um espaço para a escuta (e leitura) da voz (e escritura) daqueles que antes não tinham direito a ela. Daí também este conceito ter um papel central nos estudos de literaturas de minorias. Pode-se, de resto, estabelecer uma relação de proximidade entre este conceito e o de “*minorização*”, desenvolvido nos Estudos Culturais a partir da noção de “*littérature mineure*” de Deleuze e Guattari.⁷⁵ Se para estes autores nesta literatura “*tudo é político*”, o mesmo se passa com a literatura onde o teor testemunhal tem um local preponderante. Assim vemos também aumentar o papel desempenhado por este conceito nos estudos de literatura homossexual e nos “*gender studies*” de um modo geral, onde a escritura autobiográfica representa uma questão fundamental. O tema do testemunho também tem sido analisado com relação às artes plásticas, sobretudo nas discussões sobre o antimonumento e sobre a relação entre arte e memória.⁷⁶

Para concluir, quero observar que a tensão que habita a literatura, na sua relação dupla com o “*real*” e com o “*histórico*” – de afirmação e de negação –, também se encontra no coração do testemunho. Literatura e testemunho só existem no espaço entre as palavras e as “*coisas*”. Mas existe uma marca específica de como essa tensão se dá no testemunho:

“le témoignage a toujours partie liée avec la possibilité au moins de la fiction, du parjure et du mensonge”, afirma Derrida. “Cette possibilité éliminée, aucun témoignage ne serait plus possible et n’aurait plus en tout cas son sens de témoignage.” (1998, 28). Ou seja, o testemunho não é o literário – onde não existe a mentira mas apenas a “verdade estética”. O famoso “caso Wilkomirski”⁷⁷ deixou claro que no campo do testemunho as questões da autoria e da referência não podem ser tratadas nem de modo positivista nem hiper-relativista. Pierre Louÿs, nas suas *Chansons de Billitis* de 1895, pôde simular ser o tradutor dos versos de Billitis, que ele na verdade inventara, sem levantar a ira de ninguém (a não ser de um “fundamentalista” da filologia como Ulrich Wilamowitz-Moellendorf; mas Louÿs soube se vingar de sua resposta irada atribuindo ao próprio Wilamowitz-Moellendorf a “tradução” de uma fictícia edição alemã do mesmo volume)⁷⁸. Ele estava atuando no campo livre do estético. Louÿs e Wilkomirski encontram-se e devem ser pensados a partir de seus diferentes contextos. O conceito de testemunho permite hoje um acesso a uma série de questões que estão no centro do debate estético. Ele reintroduz uma reflexão sobre as fronteiras dos registros de escritura, nos aproximando dos “fatos” sem a ilusão do positivismo. Não por acaso a *Documenta XI* de 2002 foi predominantemente marcada por trabalhos que utilizavam o arquivo como metáfora principal. Algumas obras eram dificilmente discerníveis dos programas que assistimos na televisão, como jornais ou reportagens antropológicas. Isso prova, mais uma vez, que, de fato, vivemos numa “era de testemunhos”. O testemunho também funciona como um sistema de arquivamento do passado e sua força advém desse fato. Podemos pensar, diante da dissolução das fronteiras entre disciplinas, assim como entre os registros do ético, do estético, do político e dos restos do modo de pensar religioso, que o conceito de testemunho, com suas diferentes modalidades, permite focar nesta cena atual de modo concentrado, funcionando como um Alef borgiano. Se a estética da ilusão estava moribunda desde o “ataque” das vanguardas artísticas do início do século XX, a impressão que temos agora é que o espaço estético como um todo ficou abalado com as catástrofes daquele período e que se estendem até agora. A fratura do *als ob* (o “como se” ilusionista), no entanto, não significa que não saibamos mais o que é artístico e literário: na verdade, tendemos, antes, a não saber mais o que *não* o é. O indivíduo romântico – dilacerado entre a esfera pública e a sua individualidade – ainda podia ter como consolo sua tarefa quixotesca de reencantar o mundo. Mesmo se essa tarefa fosse vista com ironia, uma espécie de “consolo metafísico” moderno. Com a simbiose dessas esferas e a impossibilidade de levar esse sonho adiante, restou ao sobrevivente do século XX testemunhar as catástrofes. Nesse testemunho, não se trata mais, como no tribunal da *Eumênides*, de reforçar as energias míticas que habitam a cena do tribunal, mas sim de permitir se pensar para além da polaridade crime-vingança. No campo atual do testemunho da Shoah e do

testimonio, não existe lugar para a “culpa trágica” atávica e para a correlata essencialização do trágico que o arranca do chão histórico. O testemunho, com seu compromisso com o “real” e o “histórico”, duas categorias distintas e que marcam a duplicidade do *superstes* e do *testis*, pode indicar algumas pistas para aprendermos a lidar com esses novos jogos, não só de linguagem, mas de memória, que temos diante de nós.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Professor doutor do IEL-Unicamp.

¹ ÉSQUILO, *Prometeu acorrentado*, trad. Mario da Gama Kury, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, v. 268s.

² Cf. CHRÉTIEN, J.-L., *Saint Augustin et les actes de parole*, Paris, PUF, 2002; DELEHAYE, H. *Sanctus. Essai sur le culte des saints dans l'antiquité*, Bruxelles, Société des Bollandistes, 1927.

³ Cf. *Informazione e Tetimonianza*, *Archivio di Filosofia*, Organo dell' Instituto di Studi Filosofici, Padova, 1972; BROOKS, P. *Troubling Confessions. Speaking Guilt in Law and Literature*, Chicago e Londres, University of Chicago Press, 2000.

⁴ Cf. BALLINGER, P., “The Culture of Survivors. Post-Traumatic Stress Disorder and Traumatic Memory”, in: *History & Memory*, vol. 10, n. 1, spring 1998, pp. 99-132; LEYS, R. *Trauma: geneology*, Chicago, University of Chicago Press, 2000; LOFTUS, E. F. “The reality of repressed memories”, in: *American Psychologist*, 48:5 (May, 1993) 518-537.

⁵ Cf. BOSI, E., *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.

⁶ Cf. LAUB, D. e FELMAN, S., *Testimony: Literature, Psychoanalysis, History*. Londres, Routledge, 1991; CARUTH (org.), C. *Trauma. Explorations in Memory*, Baltimore e Londres, Johns Hopkins Univiresity Press, 1995; CARUTH, C. *Unclaimed Experience. Trauma, Narrative, and History*, Baltimore e Londres, Johns Hopkins Univiresity Press, 1996.

⁷ Cf. POLLAK, M. , “La gestion de l'indicible”, in: *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62/63, 1986, pp. 30ss; POLLAK, M. e HEINRICH, N. “Le témoignage”, in: *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62/63, 1986, pp. 3 ss.; FRIEDLANDER, S. (org.), *S. Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*, Cambridge, Londres, Harvard UP, 1992; LACAPRA, D. *History and Memory after Auschwitz*, Ithaca e Londres, Cornell U. Press, 1998; WINTER, J. e SIVAN, E. (orgs.), *War and Remembrance in the Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999; WHITE, H. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins UP, 1987; RUSEN, J. e STRAUB, J. (orgs.), *Die dunkle Spur der Vergangenheit. Psychoanalytische Zugänge zum Geschichtsbewusstsein*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1998; WIEVIORKA, A. *L'ère du témoin*, Paris, Plon, 1998; WIEVIORKA, A. *Déportation et genocide. Entre la mémoire et l'oubli*, Paris, Plon, 1992; WIEVIORKA, A. e MOUCHARD, C. (org.), *La Shoah. Témoignages, savoirs, œuvres*, Cercil/ Presses Universitaires de Vincennes, 1999.

⁸ GIBBS, R. “Zeugnis, Prophetie, Spuren”, in: *Zeugnis und Zeugenschaft: Jahrbuch des Einstein Forums 1999*, Akademie-Verlag, pp. 137-155; SELIGMANN-SILVA, M. “Catástrofe, história e memória em Walter Benjamin e Chris Marker: a escritura da memória”, in: *História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes*, org. por M. Seligmann-Silva, Campinas, Editora da Unicamp, 2003, pp. 391-417; RICOUER, P. 2000. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, Paris, Seuil, 2000.

⁹ Cf. DERRIDA, J., *Demeure. Maurice Blanchot*, Paris, Galilée, 1998; PENNA, J. C. “Este corpo, esta dor esta fome: Notas sobre o testemunho hispano-americano”, in: M. Seligmann-Silva (org.), *História, Memória, Literatura*, op. cit. 299-354; SELIGMANN-SILVA, M. “Literatura e Trauma: um novo paradigma”, in: *Rivista di Studi Portoghesi e Brasiliani III* (2001), Pisa e Roma, pp. 103-118.

¹⁰ Cf. BERG, N. (org.), *Shoah — Formen der Erinnerung*, München, Fink, 1996; WAJMAN, G. *L’objet du siècle*, Paris, Verdier, 1998; MESNARD, P. *Consciences de la Shoah. Critique des discours et des représentations*, Paris, Kimé, 2000.

¹¹ *Oréstia. Agamêmnon, Coéforas, Eumênides*, trad. Mário da Gama Kury, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 6 ed., 2003. Citamos cada uma das tragédias de Ésquilo indicando a sua inicial seguida do número dos versos segundo a tradução portuguesa e, entre colchetes, do número dos versos segundo a edição bilíngüe in: AESCHYLUS, *Agamenon, Libation-Bearers, Eumenides, Fragments*, trad. Herbert Weir Smith, Londres, Harvard University Press, 1999.

¹² BENVENISTE, É. , *O Vocabulário das Instituições Indo-européias. Volume II: Poder, Direito, religião*, trad. D. Bottmann, Campinas, Unicamp, 1995, p. 192. Em grego os termos correspondentes são *hierós* (= sacer) e *hágios* (=sanctum). Id., p. 193.

¹³ Na *Poética*, ele descreve, no capítulo XVI, os reconhecimentos onde fala do reconhecimento por meio de signos: como é o caso do que ocorre em *Coéforas*, quando Electra reconhece o irmão devido às suas pegadas em torno da tumba do pai (que são descritas como *tekmérion*, 266 [205]).

¹⁴ As Fúrias ironizam esse culto ao pai, lembrando que Zeus acorrentou seu próprio pai, Cronos, e pedem que os jurados levem isso em conta (*martiromai*, E. 844 [643]).

¹⁵ TORRANO, J., “A fundação mítica do tribunal do Areópago na tragédia *Eumênides* de Ésquilo”, in: *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 3, 2001, 7-23, aqui p. 18.

¹⁶ Cf. AZEVEDO, A. V. de, *A metáfora paterna na psicanálise e na literature*. Brasília: Edunb, 2001.

¹⁷ BENJAMIN, W., *Gesammelte Schriften*, org. por R. Tiedemann und H. Schweppenhäuser, Frankfurt a.M., Suhrkamp, vol. IV: *Kleine Prosa. Baudelaire-Übertragungen*, 1972, p. 87.

¹⁸ Cf. WEIGEL, S., “Zeugnis und Zeugenschaft, Klage und Anklage”, in: *Zeugnis und Zeugenschaft*: op. cit., pp. 111-35.

¹⁹ *Duden. Etymologie*, Mannheim, Duden Verlag, 1989, p. 829.

²⁰ Op. cit., p. 138.

²¹ *Gesammelte Schriften*, org. por R. Tiedemann und H. Schweppenhäuser, Frankfurt a.M., Suhrkamp, vol. V: *Das Passagen-Werk*, 1982, p. 595.

²² FREUD, *Freud-Studienausgabe*, Frankfurt/M., Fischer Verlag 1970. vol. VII, p. 91.

²³ *Rhetorica ad Herennium*, edição bilíngüe, trad. Theodor Nüsslein, Düsseldorf, Zürich, Artemis e Winkler, 1998, pp. 170 ss.

²⁴ Id., p.172s.

²⁵ AVISHAI, M., *The ethics of Memory*, Londres, Cambridge, Harvard University Press, 2002, p. 176. Cf. o artigo “Zeugen” do dicionário de Adelung (*Grammatisch-kritisches Wörterbuch von J.C. Adelung*, 1811), onde o verbo é definido tanto como “criar algo” como também afirma-se que o termo “em primeiro lugar é aplicado com relação ao pai. Ele só gerou [gezeugt] um filho. [...] Prestar testemunho [Ein Zeugniß ablegen] confirmar a verdade de um fato através da sua experiência. Uma mulher não pode gerar, não pode atestar. [Ein Weib kann nicht zeugen, kann keinen Zeugen abgeben.] [...] Tratou-se de uma derivação muito pobre quando Frisch e outros derivaram Zeuge e zeugen de ziehen [puxar] porque antigamente costumava-se puxar a testemunha pelas orelhas. [...]” Essa aparição da orelha como mero instrumento para se arrastar alguém diante do tribunal não deixa de ser ilustrativa dessa concepção falocêntrica (e violenta) de testemunho como *testis*. Devemos pensar aqui também na tradição de torturas tendo em vista a confissão nos tribunais de ontem e de hoje. A linguagem nesta cena é reduzida a mero instrumento, *meio* da prova, substituto da experiência, sem valor em si.

²⁶ Cf. WEINRICH, Harald, *Lethe. Kunst und Kritik des Vergessens*, München, C.H. Beck, 1997.

²⁷ AVISHAI, op. cit., pp. 21s.

²⁸ BENVENISTE, op. cit., pp. 174 s.

²⁹ Id., p. 175.

³⁰ Id., pp. 277s.

³¹ Id., p. 278.

³² Com relação a esse ponto, eis o que lemos em dois dicionários on-line. *Online Etymology Dictionary*: “TESTIS: (pl. testes), 1704, from L. testis “testicle,” a special application of testis “witness,” presumably because it “bears witness” to virility (cf. Gk. parastates, lit. “one that stands by;” and Fr. slang témoins, lit. “witnesses”). But Buck thinks Gk. parastatai “testicles” has been wrongly associated with the legal sense of parastates “supporter, defender” and suggests instead parastatai in the sense of twin “supporting pillars, props of a mast,” etc. *The American Heritage® Dictionary of the English Language (Fourth Edition. 2000)*: “The resemblance between testimony, testify, testis, and testicle shows an etymological relationship, but linguists are not agreed on precisely how English testis came to have its current meaning. The Latin testis originally meant ‘witness,’ and etymologically means ‘third (person) standing by’: the te- part comes from an older tri-, a combining form of the word for ‘three,’ and -stis is a noun derived from the Indo-European root st- meaning ‘stand.’ How this also came to refer to the body part(s) is disputed. An old theory has it that the Romans placed their right hands on their testicles and swore by them before giving testimony in court. Another theory says that the sense of testicle in Latin testis is due to a calque, or loan translation, from Greek. The Greek noun parastats means ‘defender (in law), supporter’ (para- ‘by, alongside,’ as in paramilitary and -stats from histanai, ‘to stand’). In the dual number, used in many languages for naturally occurring, contrasting, or complementary pairs such as hands, eyes, and ears, parastats had the technical medical sense ‘testicles,’ that is ‘two glands side by side.’ The Romans simply took this sense of parastats and added it to testis, the Latin word for legal supporter, witness.”

³³ Cf. DULONG, R., *Le témoin oculaire. Les conditions sociales de l’attestation personnelle*, Paris, EHESS, 1998, pp. 25ss.

³⁴ Cf. AGAMBEN, G., *Quel che resta di Auschwitz. L’archivio e il testimone*, Torino, Bollati Boringhieri editore, 1998.

³⁵ Penso aqui no texto de Kafka “Vor dem Gesetz”, que pode ser traduzido tanto como “diante da lei” como também como “antes da lei”, fora dela, sendo que este “fora” reproduz a estrutura psicanalítica da cripta, do encriptamento/recalcamento, do banimento para o interior. Cf. DERRIDA, J. “Fora. As palavras angulosas de Nicolas Abraham e Maria Torok”, trad. F. Landa, in: Fábio Landa, *Ensaio sobre a*

criação teórica em psicanálise. *Seguido de Fora de Jacques Derrida*, São Paulo, Unesp/Fapesp, 1999, pp. 269-319 e DERRIDA, J., “Préjugés. Devant la loi”, in: J.F. Lyotard e outros, *La Faculté de Juger*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1985, pp. 87-139.

³⁶ CRU, J. N., *Du témoignage*, Paris, Alia, 1997, p. 19.

³⁷ CRU, J. N. *Du témoignage*, Paris, Pauvert, 1967, p. 163.

³⁸ Id., p. 165.

³⁹ Id., In: op. cit. p. 26.

⁴⁰ Id., p. 87

⁴¹ Id., pp. 88s.

⁴² Id., p. 90.

⁴³ Id., p. 40.

⁴⁴ Id., p. 42.

⁴⁵ Id., p. 46.

⁴⁶ Id., p. 125.

⁴⁷ Id., p. 22. Esta reflexão faz lembrar os argumentos do *paragone* ou competição entre as artes, que se desenrolou do Renascimento ao século XVIII. Para G. E. Lessing, a poesia deveria representar ações (que se estendem no tempo) em oposição às artes plásticas, que deveriam se limitar à representação de corpos no espaço (e portanto só poderiam representar as ações de modo alusivo). (Cf. LESSING, G. E., *Laocoonte*, trad. M. Seligmann-Silva, São Paulo, Iluminuras, 1998). Com relação a esta diferença entre representação do acidente e da guerra, importa lembrar do conceito de “trauma cumulativo”, que desmontaria o argumento de Cru.

⁴⁸ Id., p. 24.

⁴⁹ Com relação a W. Benjamin e a Primeira GM. Ver, JAY, M., “Walter Benjamin, Remembrance and the First World War”, in: *Benjamin Studies*, vol. 1, n.1, 2002, pp. 187-208.

⁵⁰ CRU, *Du témoignage*, 1997, p. 105.

⁵¹ Id., p. 129.

⁵² A parte que se segue sobre o testemunho da Shoah e o “testimonio” retoma, com algumas modificações, um trecho de meu trabalho: “As literaturas de testemunho e a tragédia: pensando algumas diferenças”, in: Ettore Finazzi-Agrò e Roberto Vecchi (orgs.). *Formas e Mediações do Trágico Moderno. Uma Leitura do Brasil*. São Paulo, Unimarco, 2004, pp.11-40.

⁵³ “nach Auschwitz ein Gedicht zu schreiben, ist barbarisch und das frißt auch die Erkenntnis an, die es ausspricht, warum es unmöglich ward, heute ein Gedicht zu schreiben”. ADORNO, T. W. “Kulturkritik und Gesellschaft”, in: *Gesammelte Schriften*, Frankfurt/M., Suhrkamp, 1977, vol. 10, p. 30. Cf. TRAVERSO, E. “L’imperatif catégorique d’Adorno”, in: TRAVERSO, E. , *L’Histoire déchirée*, Paris, Cerf, 1997, pp. 123-143; SELIGMANN-SILVA, M., *Adorno*, São Paulo, PubliFolha, 2003, pp. 73-95.

⁵⁴ Como veremos, todo discurso que se dá programaticamente na chave da memória (e de sua política), tem uma tendência a ser um exercício de traçamento e construção da(s) identidade(s). A denominação “Shoah” impôs-se, substituindo o termo “Holocausto”, ao longo dos anos 1980 e sobretudo dos anos 1990. Essa substituição, de um termo que tinha conotações sacrificiais e constituía uma espécie de “explicação” do fato nomeado, por outro, em hebraico, significando catástrofe, destruição, evidente-

mente concentrou o foco da atenção nas vítimas judaicas dos nazistas. A recente inauguração em Berlim do monumento em homenagem aos judeus assassinados pelos nazistas, do arquiteto Peter Eisenmann, levantou novamente o debate em torno desta “hierarquia das vítimas”. Se, por um lado, é evidente que os judeus constituiram uma maioria dentre os que foram levados às câmaras de gás, nem por isso devemos seguir essa tendência (datada) de hierarquização das vítimas.

⁵⁵ Cf. ABRAHAM, N. e TOROK, M., *Cryptonymie — Le verbier de l’homme aux loups*, Paris, 1976.

⁵⁶ Cf. DULONG, op. cit., p. 185.

⁵⁷ Cf. MARGALIT, op. cit., p. 61.

⁵⁸ A noção de testemunho foi pensada na teoria da literatura européia e anglo-saxã a partir do *boom* de testemunhos que foi desencadeado por “ondas de memória”, muitas vezes deslanchadas por grandes processos, como o de Nuremberg e o de Eichmann em Jerusalém. Cf. WIEVIORKA, op. cit., 1998. Também o filme *Shoah*, de Claude Lanzmann, de 1985 e, posteriormente, o *Schindler’s List*, de Spielberg, foram responsáveis por novas ondas de testemunho e funcionaram como catalisadores para a criação dos arquivos de vídeotestemunhos de sobreviventes da Shoah.

⁵⁹ Cf., por exemplo, os dois volumes organizados por DABAG, M. e PLATT, K., *Genozid und Moderne, Bd.1, Strukturen kollektiver Gewalt im 20. Jahrhundert*, Leske, 1998 e *Genozid und Moderne, Bd.2, Erinnern, Verarbeiten, Weitergeben*, Leske, 2000.

⁶⁰ ALZUGARAT, A., “El Testimonio en al revista Casa de las Américas”, in: Hugo Achugar (org.). *En otras palabras, otras historias*, Montivideo, Universidad de la Republica, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Publicaciones, 1994, pp. 171-228, cf. p. 173.

⁶¹ Id., p. 182.

⁶² Id., p. 172.

⁶³ Id., p. 180.

⁶⁴ Id., p. 196.

⁶⁵ ACHUGAR, op. cit., p. 16.

⁶⁶ Cf. id., p. 7. A noção de subalterno é derivada da leitura de Gramsci feita por Gayatri Chakravorty Spivak. Cf. PENNA, op. cit.

⁶⁷ Apud ALZUGARAT, op. cit., p. 174. Cf. também o seu recente volume: BEVERLEY, J. *Testimonio. On the Politics of Truth*, Minneapolis, Londres, University of Minnesota Press, 2004; cf. ainda o volume coletivo GUGELBERGER (org.), G. M. *The real Thing. Testimonial Discourse and Latin America*, Durham e Londres, Duke University Press, 1996.

⁶⁸ BARNET, M., *La fuente viva*, La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1983, p. 13.

⁶⁹ Cf. DULONG, op. cit., p. 142.

⁷⁰ Cf. FINKIELKRAUT, A., *L’avenir d’une négation. Réflexions sur la question du génocide*, Paris, Seuil, 1982 e LIPSTADT, D. *Denying the Holocaust. The growing Assault on Truth and Memory*, Londres, Penguin Books, 1994.

⁷¹ BURGOS, E., *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, Barcelona, Seix Barral, 7 ed., 1997. Com relação à noção do tradutor como uma figura “transparente” — típica de uma certa “ideologia da tradução” que domina essa prática até nossos dias e que na historiografia implica a crença na “transparência”/“neutralidade” do historiador —, cf. o ensaio de VENUTI L. *The Scandals of Translation: towards an ethics of difference*, London/New York, Routledge, 1998.

⁷² BARNET, op. cit., p. 21.

⁷³ Cf. ALZUGARAT, op. cit., 177 ss.

⁷⁴ JARA, R. e VIDAL, H. (orgs.), *Testimonio y literatura*, Minneapolis, Institute for the Study of Ideologies and Literature, 1986; BEVERLY, J. e ACHUGAR, H. (orgs.), *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*, Lima/Pittsburg, Latinoamericana Editores, 1992.

⁷⁵ DELEUZE, G. e GUATTARI, F., *Kafka. Pour une littérature mineure*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1975.

⁷⁶ Cf. HOHEISEL, H.; BRODSKY, M.; KNITZ, A. e MOLINA, F. (orgs.), *A alma dos edifícios*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, 2004; YOUNG, J. *At Memory's Edge. After-Images of the Holocaust in Contemporary Art and Architecture*, New Haven/London, Yale UP, 2000; ASSMANN, A. *Erinnerungsräume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses*. München, C.H. Beck., 1999; BERG, op. cit.; BAER, U. (org.). 'Niemand zeugt für den Zeugen'. *Erinnerungskultur nach der Shoah*, Frankfurt/M., Suhrkamp, 2000; BORSODORF, U. e GRÜTTER, H. T. (org.), *Orte der Erinnerung. Denkmal, Gedenkstätte, Museum*, Frankfurt/ New York, Campus, 1999; BRODSKY, M. *Nexo. Un ensayo fotográfico*, Buenos Aires, La Marca, 2001.

⁷⁷ Refiro-me aqui à falsa autobiografia de Binjamin Wilkomirski (*Fragmentos. Memórias de uma infância 1939-1948*, São Paulo, Iluminuras, 1998), que afirmou ser judeu e sobrevivente de campos e concentração e depois foi desmascarado como um farsante. Cf. SELIGMANN-SILVA, M., "Os fragmentos de uma farsa", in: *Cult*, número 23, junho 1999, pp. 60-63. Recentemente, tive a oportunidade de assistir a seu longo vídeotestemunho, onde ele narra a sua pretensa epopéia (ele teria até passado e sobrevivido à câmara de gás). Seu testemunho, sintomaticamente, é o único que já vi, de sobreviventes que passaram pela Shoah quando crianças, que narra como se se tratasse de uma criança falando e tentando descrever (para adultos) suas impressões de um mundo incompreensível. Esse recurso retórico de Wilkomirski (que visa convencer: e funcionou muito bem no seu livro) desmascara-o como alguém que precisou inventar seu mundo, seu "como se" ficcional. O problema não é escrever uma ficção sobre Auschwitz (qualquer um com um pouco de talento pode fazê-lo): a questão que se põe é moral, devido a sua falsa postura diante da sociedade.

⁷⁸ Cf. VENUTI, op. cit. Tratei mais detalhadamente deste "caso Louÿs", confrontando-o com o Wilkomirski, em "O testemunho: entre a 'ficção' e o 'real'", in: *História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes*, org. por M. Seligmann-Silva, Campinas, Editora da Unicamp, 2003, pp. 375-390.

AS CONSTITUIÇÕES BURGUESAS E SEUS LIMITES CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

Vera Lúcia Vieira*

Resumo

O conservadorismo que caracteriza o século XIX europeu se manifesta no interior da Revolução Francesa, o que pode ser comprovado quando se analisam os preceitos da ordem legal que se institui constitucionalmente desde 1793. O conservadorismo das classes sociais que assumem a dominação na nova ordem social mantém, no discurso, o ideário radical do processo revolucionário francês. Mas a “aplicação” de preceitos como igualdade, liberdade e fraternidade, sob a égide de regimes autocráticos ou ditatoriais, consubstanciam a contradição entre o ideal de democracia e a legalidade liberal.

Palavras-chave

Conservadorismo; século XIX; constituições francesas; democracia.

Abstract

The conservatism that characterizes the European XIXth. Century arises in the interior of the French Revolution, what may be proved by the analysis of the legal order precepts, constitutionally instituted since 1793. The conservatism of the social classes which assume the dominance of the new social order maintains in the discourse, the radical ideology of the French revolutionary process. But the achievement of precepts like equality, freedom and fraternity, under the aegis of autocratic or dictatorial regimens, consubstantiate the contradiction between the ideals of democracy and the liberal legality.

Key-words

Conservatorism; XIXth. Century; French constitutions; democracy; French revolution; liberalism.

São inúmeros os estudos sobre o conservadorismo do século XIX que o situam a partir da emergência do movimento contra-revolucionário instaurado após as revoluções do trabalho, ou a partir do Congresso de Viena, em 1815. De fato, será no momento em que conseguem ter a França sob controle que os governos conservadores obtêm as concessões que caracterizarão o equilíbrio europeu durante os cem anos seguintes, sob a liderança da Inglaterra e da Prússia, enquanto grassa o nacionalismo na Itália, Alemanha e Grécia. Segundo Roger, nessa perspectiva, o Concerto Europeu que fixa o princípio da ajuda mútua entre as nações em caso de levantes revolucionários busca também combater as idéias que haviam emergido durante a Revolução Francesa. Pois esta havia dado à Europa a primeira experiência de governo democrático que, embora houvesse falhado, havia colocado novas idéias políticas em movimento e serão essas idéias que contribuirão para os levantes de 1830 a 1848.¹

O conservadorismo também tem sido analisado, não enquanto a tendência que caracteriza o século XIX, mas como umas das tendências que compõem a correlação de forças sociais vigentes nesse período. Em recente obra sobre história mundial, editado pela Dougal Littell, lê-se que três forças disputavam a supremacia na sociedade européia do século XIX.

Conservadores: usualmente ricos proprietários de terras e nobres, defendiam a monarquia. Em certos casos, como na França, os conservadores aprovaram uma monarquia constitucional. Liberais: na maioria constituída de líderes empresariais e comerciantes de classe média, que queriam mais poder para os parlamentos eleitos, mas apenas os parlamentos em que votavam os ricos e educados proprietários de terras. Radicais: favoráveis a mudanças drásticas visando estender a democracia ao povo como um todo. Eles acreditavam que o governo poderia implantar os ideais da Revolução Francesa. Isto ainda era uma idéia radical, mesmo após 30 anos da Revolução.²

Pontua-se que o conservador século XIX atingiu a sua radicalidade quando governos republicanos assumem o sufrágio universal (1848), que passa então a ser considerado a expressão da democracia³.

Várias questões aí se colocam. Uma delas nos remete à reflexão que Marx faz em sua crítica à Filosofia do Direito de Hegel:

(...) o elemento democrático (...) admitido apenas como elemento formal em um organismo estatal que é somente formalismo estatal (...), como um elemento “particular”, sua “forma racional” (passa a ser assumida não enquanto tal, mas como) a domesticação, a acomodação, uma forma na qual ele não mostra a peculiaridade de sua essência, ou seja, entra apenas como princípio formal.⁴

No entanto, um olhar mais apurado sobre a ordenação legal que se instaura já em 1795, no interior mesmo da Revolução Francesa, leva-nos a refletir que os preceitos desse conservadorismo que aí se configuram podem ser resgatados nas cartas constitucionais instituídas a partir do século XVIII. Suas características aparecem claramente nos textos constitucionais que consolidam, a partir de 1793, os interesses dos segmentos sociais que assumem a liderança do processo político e institucional, ou seja, a ordem *governamental*.

O termo conservadorismo tem sido tomado, usualmente, como uma tendência à manutenção da ordem existente das coisas ou a reforçar uma ordem que parece ameaçada.⁵ Embora alguns autores situem a origem da palavra conservadorismo na Idade Média, outros, como Andrew Vincent, consideram que

(...) o uso político mais evidente (do termo) é usualmente datado, assim como o liberalismo, no pós-Revolução Francesa. Na França, o termo foi inicialmente utilizado no periódico “Le Conservateur”, de Chateaubriand, em 1820. O periódico tinha por objetivo propagar idéias da restauração política e religiosa. Na Grã-Bretanha, o termo conservadorismo surgiu pela primeira vez no periódico “Quarterly Review”, em 1830. Em 1835, tornou-se a designação oficial do Partido Tory (partido político inglês).⁶

José Chasin confere a esse termo um significado mais preciso, quando indica que uma processualidade demonstra-se conservadora, não apenas quando se busca manter a situação vigente, mas quando a dinâmica social, em que se embatem contraditoriamente seus múltiplos nexos constitutivos, é resolvida aquém das potencialidades vigentes, tanto na especificidade, quanto na generidade. Para tanto, retoma as teses marxianas que situam não só o conservadorismo alemão em meados do século XIX ante a radicalidade aventada na França revolucionária, como o identifica no desenrolar dos acontecimentos ante a potencialidade inerente ao desenvolvimento das forças produtivas vigentes na época.⁷

Do ponto de vista da humanização societária, reconhece-se em Marx e Engels a denúncia radical a esse processo e a toda prática ou filosofia que, de alguma forma, corroborasse com os rumos que a história estava tomando. Assim como suas análises sobre a essencialidade de um processo que, contraditoriamente, alienava a humanidade da possibilidade de humanizar-se, ao mesmo tempo em que ampliava seu domínio sobre o conhecimento da natureza. Suas análises sobre esse período nos possibilitam entender também o conservadorismo inerente ao movimento operário no século XIX, apesar da radicalidade que os trabalhadores já haviam expressado no interior da Revolução Francesa.

É a partir de suas análises que se observa em que circunstâncias a radicalidade inerente aos interesses dos trabalhadores acabou por se subordinar aos interesses dos segmentos que consolidam sua dominação de classe. Pois é no interior desse conservadorismo

que os trabalhadores viram os ideais universais de liberdade e igualdade, pelos quais haviam também lutado, serem gradativamente reduzidos às dimensões que interessavam apenas àquela categoria social dominante e seus esforços de luta voltarem-se contra seus próprios interesses de classe.

Conforme é de conhecimento geral, a racionalidade do Iluminismo, que faz a crítica ao Antigo Regime, ao levantar a bandeira da igualdade e da liberdade, não resgata apenas a necessidade sentida pela burguesia de serem eliminados os obstáculos mercantilistas que impediam o crescimento e a modernização da Europa, tais como as restrições à liberdade de comércio internacional e mesmo nacional, a reforma tributária com a extinção dos privilégios, a organização da propriedade pela minimização da ingerência da Igreja Católica nas questões civis, a eliminação da servidão e conseqüente liberação da força de trabalho para o mercado manufatureiro e industrial que advém.

Resgata também, naquele momento revolucionário, os preceitos igualitários e comunitários dos desterrados. Preceitos estes de tradição milenar na Europa, construídos pelas seitas medievalistas, inculcados no interior de suas falas religiosas.⁸ Por esses ideais igualitários – politicamente explicitados durante a Revolução Francesa e teorizados no *Jornal A Tribuna do Povo*, editado por Babeuf, líder da Sociedade dos Iguais e um dos coordenadores da Conjuração dos Iguais que agitou a França em 1795 –, as terras deveriam ser comunais, a apropriação da produção deveria ser coletiva e a igualdade deveria significar o fim das desigualdades sociais. Essas idéias estão inscritas no *Manifesto dos Iguais*, segundo o qual, “*La naturaleza ha dado a todos los hombres el mismo derecho a gozar de todos los bienes, y sobre esta base proponían la expropiación inmediata de toda propiedad que pertenece a las corporaciones y enemigos del pueblo*”.⁹

Uma análise mais detalhada dos primeiros atos legais instituídos ainda no período de 1794, já prenunciam esse conservadorismo que se estenderá ao longo do século XIX. Se, por um lado, a Constituição de 1793 abole os privilégios feudais, institucionaliza o sufrágio universal, elimina a escravidão nas colônias francesas, proíbe a prisão por dívidas, institui a obrigatoriedade da educação pública gratuita, o aumento dos salários e o controle do aumento dos preços dos produtos básicos; por outro, consolida a apropriação privada em substituição às anteriores e promulga o primeiro ato republicano que colocará as mobilizações dos trabalhadores na ilegalidade, conforme veremos à frente.

Situa-se assim a essencial distinção entre a radicalidade iluminista aos olhos da burguesia e a radicalidade aos olhos da parcela operária já no período de Robespierre (1793-94). Dimensões de radicalidade que levaram à cisão os membros da própria Convenção, no período jacobino da revolução.

Michelet distinguia três tendências no interior do movimento jacobino:

“jacobinismo primitivo, conservador, o de Barnave de 1790; o jacobinismo misto de 1792, em que dominaram Brissot e os girondinos, e o jacobinismo de 1793”. O problema que se pôs, no coração do debate, não foi somente o problema político. “Esta terceira legião”, escreve Michelet, “convocada por assim dizer em nome da igualdade”: o problema da propriedade cristalizou as oposições. É exatamente o jacobinismo de 93, para retomarmos a expressão de Michelet que, associado ao partidarismo de Rousseau, suscita o ódio da contra-revolução e da tradição, na medida em que simbolizou a Revolução em toda a sua eficácia.¹⁰

Mas não será ainda no jacobinismo de 93 que a radicalidade a que se poderia chegar se situa. Esta é reconhecida em Babeuf¹¹ não apenas por suas denúncias às medidas que distanciavam o ideário apregoado da dinâmica social, mas também pelas mobilizações que liderou na clandestinidade, no interior da primeira onda conservadora advinda com o Golpe de 9 do Termidor. Será ele e sua organização que denunciarão as restrições ao recém-criado sufrágio universal e, contrariamente a Voltaire e Diderot, por exemplo, se colocará contra o mercado como expressão da liberdade econômica e pela extinção dos direitos de herança.

Ao guilhotinar líderes populares da Montanha e sem encontrar uma solução para a fome que grassava entre a população, principalmente em Paris, Robespierre perdeu o apoio das massas parisienses enquanto as discussões sobre a extinção da propriedade afastava os camponeses do interior do movimento jacobino, possibilitando assim o golpe do 9 do Termidor.¹²

Assim, em 1794, a Gironda assumiu novamente a condução do processo revolucionário, abolindo a Constituição de 1793 e a substituindo pela de 1795, que, entre outras coisas, limitava o direito de participação política apenas às categorias que poderiam comprovar renda ou bens.

Esse reducionismo conservador, que incorpora a lógica do capital à legalidade liberal conservadora, expressa-se na evolução dos preceitos legislativos da Constituição de 1795 e também nas subseqüentes.

A reconhecida influência da Revolução Francesa, particularmente nas esferas política e ideológica em todas as regiões do mundo que, de alguma forma, estiveram ligadas ao continente europeu, deve, assim, ser considerada a partir dessa guinada conservadora vigente já no século XVIII e não a partir do Concerto Europeu iniciado em 1815.

Marx sintetiza bem o caráter internacional e o desfecho conservador dessa Revolução e da Inglesa de 1648, quando pondera que elas

(...) não foram revoluções de tipo europeu. Não foram o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a velha ordem política; foram a proclamação da ordem política para a nova sociedade européia. Nelas triunfou a burguesia; mas o triunfo da burguesia foi então o triunfo de uma nova ordem social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincianismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome de família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. (...) Essas revoluções exprimiam ainda mais as necessidades do mundo de então, do que das partes do mundo onde tinham ocorrido, Inglaterra e França.¹³

A supressão da antiga ordem na França repercutiu nas mais diversas lutas sociais em curso em cada rincão do mundo ocidental, mas foi este ideário instituído em 1795 e já aventado em 1793, e não o radical, que fundamentou o pensamento de suas lideranças e alimentou o sonho, inclusive dos que se colocavam contra a ordem liberal excludente e injusta que se instaurava.¹⁴

A concepção de nação, as mudanças nos aparelhos administrativo e jurídico do Estado, as definições dos ideais, a própria reordenação das relações internacionais de poder no mundo serão realizadas sob a égide da liberdade, igualdade, segurança e propriedade indicados já a partir da Constituição Francesa de 1795. Parafrazeando José Chasin, a burguesia necessitava “criar” a democracia “na idéia”, mas garantir a sua *dominação* “na efetividade”.¹⁵

Efetivamente, não há como não considerarmos a radicalidade que possibilitou à burguesia francesa, apoiada na sublevação popular, romper, na essência, com o sistema feudal, o que ficará expresso na constituição de 1793. Mas, rompida a antiga ordem, a burguesia sequer assume também como obra sua a morte do rei, cunhando os anos de 93/94 como o período de Terror. Anos mais tarde, o fato de ter-se eximido dessa responsabilidade, facilitou a essa burguesia sua recomposição com a nobreza. Na consolidação de seu poder torna-se conservadora, inicialmente na França de 1795 e depois nos outros países europeus, e sua ação se voltará para conter os que a ameaçavam. Vai legitimar-se na legalidade, cujo corpo confere um significado particular aos direitos humanos, distanciando-os em muito dos preceitos universais propalados. O que, aliás, já se expressa nos termos que vão sendo acrescidos ao texto inicial da Declaração dos Direitos Humanos, que passam a ser direitos dos cidadãos e submetidos aos ditames da lei, cuja definição fica nas mãos da parcela das classes sociais privilegiadas, tanto economicamente, quanto por direitos institucionais e ainda por linhagem.

“Radicalidade” burguesa, portanto, que, já no primeiro momento em que se vê ocupando o espaço antes conferido ao clero e à nobreza de Versalhes, fixa as bases que consolidarão o conservadorismo ao longo do século XIX.

A permanência das desigualdades sociais, dos privilégios, tanto da nobreza quanto do clero, aos quais se somam novos contemplados – os funcionários públicos e os militares, observáveis desde os estertores da Revolução Francesa e ao longo do século XIX –, faz com que alguns autores, tais como Pilbeam (1995)¹⁶ se questionem sobre o que teria sido efetivamente revolucionário e o que não teria passado de mera retórica política.

A guinada conservadora em 1795

A análise da legalidade que expressa a correlação de forças dominantes no período de 1789 a 1793 tem merecido pouca reflexão dos autores, dando-se ênfase à escalada revolucionária rumo ao período cunhado como “Terror”. Por outro lado, a Constituição de 1793 vigorou por muito pouco tempo, praticamente meses, e o golpe de 1795 ocorre no momento em que se fazia necessário regulamentar sua aplicabilidade. No entanto, os embates que expressam as contradições entre os interesses de classe se exprimem nas primeiras legislações, a começar pela evolução dos preceitos da Declaração dos Direitos do Homem, que passam rapidamente a ser do cidadão. Vejamos um pouco dessa trajetória reducionista.

Nos primeiros artigos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 constava que

1º- os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem ser fundamentadas senão sobre a utilidade comum. 2º- a finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são: a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.¹⁷

Mantendo os princípios dessa declaração, a Constituição de 1793 fixava em seu artigo 25 que “A soberania reside no povo: ela é uma, indivisível, imprescritível e inalienável”,¹⁸ deixando claro o direito à resistência e à opressão não apenas em termos individuais, como também coletivos:

A resistência à opressão é a consequência de outros direitos dos homens (...) Há a opressão contra o corpo social, quando apenas um de seus membros é oprimido; há a opressão contra qualquer membro, quando o corpo social é oprimido.¹⁹

Identificava ainda a insurreição como um direito sagrado do povo e um de seus importantes deveres, em caso de violação se seus direitos pelo governante. “Quando o governante viola os direitos do povo, a insurreição é para o povo e para qualquer parte do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres”.²⁰ É a primeira legislação que prevê o sufrágio universal: “A eleição se faz pela maioria absoluta dos votos” e que reconhece a soberania do povo: “a população é a única base de representação nacional”.²¹

No entanto, a reação contra os interesses dos trabalhadores virá com o aprimoramento da Lei de Chapellier, que, promulgada pela reação termidoriana de 1794, proibia, no interior da liberdade de expressão, as greves e o direito de associação entre trabalhadores, sob pena de morte. Portanto,

(...) alegoria da liberdade – econômica e política, alusão abstrata à *sociabilidade perfeita* (...) que tem como suposto o *egoísmo racional* como *essência da sociabilidade* e que finca a *clivagem entre o público e o privado* (...) Em consequência, liberalismo e democracia se consubstanciam como formas particulares de liberdade – a primeira no interior da vida privada e a segunda, nas fronteiras da vida pública. A Constituição de 1793, que data a assim chamada democracia burguesa, (...) tem como fio condutor a divisão do homem em duas partes: *o cidadão da vida pública* e *o burguês da vida privada*, ao primeiro é conferida a graça dos direitos públicos universais, ao segundo o direito à consubstanciação de interesses econômicos particulares e desiguais.²²

Após o Golpe do 9 do Termidor, fixa-se a Constituição de 1795, que vai vigorar até o Golpe de Estado de Napoleão Bonaparte (18 Brumário de 1799). A guinada conservadora se expressa claramente nessa Constituição, que delimitará com clareza o perfil do liberalismo em substituição aos ideais de 1793.

Observa-se que, enquanto, no primeiro texto constitucional, o Estado é a própria sociedade, fixada pela soberania do povo, as disposições do segundo texto denotam a distinção entre o Estado e a sociedade civil, fixando-se assim um preceito que será assumido pelos teóricos que refletem sobre a questão, com exceção de Marx, conforme veremos adiante.

A começar pela organização do texto constitucional que trata, nos dois primeiros itens, dos direitos e deveres dos cidadãos. São considerados direitos do homem em sociedade “a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade”,²³ definidas nos seguintes termos:

A liberdade consiste em poder fazer o que não anula os direitos do outro (...) A legalidade consiste em que a lei é a mesma para todos, seja quem ela protege, seja quem ela pune. A legalidade não admite qualquer distinção de nascença, qualquer hereditariedade de poderes. (...)

A segurança resulta da colaboração de todos para assegurar os direitos de cada um. (...) A propriedade é o direito de usufruir e de dispor de seus bens, de seus rendimentos, do produto de seu trabalho e de sua indústria.²⁴

Todos os cidadãos passam a ser obrigados à defesa desses preceitos, não só porque é sobre a manutenção da propriedade que repousa a cultura das terras, de toda a produção, de todas as formas de trabalho e toda a ordem social, como também obriga a todo cidadão dar seus serviços à pátria e à manutenção da liberdade, da legalidade e da propriedade, todas as vezes que for chamado a defendê-las.²⁵

Excluída da nova carta, a soberania popular, o direito à sublevação, o direito de representação de todo o povo francês, subordina-se a necessidade do povo à legalidade e, como já alertara Danton a Robespierre: subordina-se tudo à lei e esta fixará os princípios da desigualdade.

Abandona-se assim a busca das “taras sociais” e a compreensão de seus princípios gerais na “organização da sociedade, da qual o estado é a expressão ativa, consciente e oficial” e restringe-se a busca de soluções na esfera restrita ao político.

A inteligência política é precisamente inteligência política porque pensa no interior dos limites da política. Quanto mais ela é viva e penetrante, tanto menos é capaz de apreender a natureza das taras sociais. O período clássico da inteligência política é a Revolução Francesa. Longe de perceber no princípio do estado a fonte das taras sociais, os heróis da Revolução Francesa, ao contrário, percebiam nas taras sociais a fonte dos males políticos.²⁶

Embora a Carta estabeleça que “A lei é a vontade geral, expressa pela maioria ou dos cidadãos ou de seus representantes”,²⁷ observa-se que a relação entre as contendas sociais e a legalidade deixa de ser expressa de forma objetiva e clara, em termos afirmativos, para ser colocada na forma negativa, isto é: define-se o que não pode ser feito, deixando implícito o que pode. Diz o texto em seu artigo 7: “O que não é defendido pela lei não pode ser impedido. Ninguém pode ser obrigado a fazer o que ela não ordenar”.²⁸ Assim, da negatividade se deduz a positividade e seus limites. Diz a Carta: ninguém pode ser preso, acusado, detido, a não ser conforme os preceitos legais.

O receio ao retorno do período que passava a ser reconhecido como “o Terror” se exprime nos artigos seguintes, que fixam a punição com o maior rigor para os que solicitassem, expedissem, assinassem ou executassem atos arbitrários, assim como define que ninguém poderia ser julgado sem apelação legal.²⁹

A questão do trabalho escravo é colocada em termos que poderiam ser considerados capciosos, não fora a expressão do ideário liberal que sustenta o preceito legal. Em primeiro lugar, não há um artigo em separado para essa questão e sequer o termo “escravidão” é

mencionado. Além disso, ao falar no mesmo item sobre o trabalho em geral e sobre o trabalho escravo, resulta o entendimento de que o trabalho é um direito de livre arbítrio do trabalhador, embora, mais uma vez, a direção legal fique apenas implícita. Neste sentido os artigos 15 e 16 declaram: “Todo homem pode engajar seu tempo e seus serviços; mas ele não pode se vender ou ser vendido; sua pessoa não é uma propriedade alienável”.³⁰

Se, na Constituição de 1793, o princípio da soberania era referido ao povo e à soberania popular, nesta, de 1795, tal preceito só é atinente ao cidadão: “A soberania reside essencialmente na universalidade dos cidadãos”³¹ e, além disso, fica expressamente desvinculada das pessoas físicas, mesmo que expresse as intenções de organizações. Tal restrição é colocada nos seguintes termos: “Nenhum indivíduo, nenhuma reunião particular de cidadãos pode se atribuir a soberania (...). Ninguém pode, sem uma delegação legal, exercer alguma autoridade, nem cumprir qualquer função pública”.³²

A subordinação das relações sociais à lei e sua supremacia sobre a sociedade é reforçada ainda mais no artigo 21, que declara que “A garantia social não pode existir se a divisão dos poderes não estiver estabilizada, se seus limites não são fixados, e se a responsabilidade dos funcionários públicos não estiver assegurada”.³³ No item relativo aos *Deveres*, a supremacia da legalidade, enquanto árbitro neutro ao qual todos devem obediência, é fixada nos seguintes termos: “As obrigações de cada um para com a sociedade consistem em defendê-la, servi-la, viver submetido às leis, e a respeitar suas organizações”.³⁴ E continua, a título de alerta, informando que ninguém é bom cidadão, nem bom filho, bom pai, irmão, amigo ou esposo e nem é um homem de bem se não for franca e religiosamente observador das leis. E quem a violar abertamente se declara em estado de guerra contra a sociedade, não é merecedor de sua benevolência ou estima.³⁵

Delineia-se, assim, o sentido preciso dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. A necessidade da burguesia de tomar o poder político, destruir os privilégios anteriores e elevar ao mercado internacional a livre concorrência, resulta na garantia à *igualdade de oportunidades de acesso aos recursos e às benesses do Estado*; na preservação do *direito à propriedade* – livre dos domínios medievais; no ordenamento de uma justiça com os parâmetros militares-estatais que lhe garantissem a segurança necessária à consolidação da nova ordem. A *fraternidade* será assumida apenas em seguida, no período napoleônico, como justificativa para a guerra movida contra a Europa, ou seja, de libertação dos povos oprimidos pelas monarquias e também em nome da defesa das “fronteiras naturais” da França.

A isso se acrescentam as restrições à livre expressão e manifestação dos trabalhadores, consideradas ameaçadoras à ordem pública. “Reduccionismo” que já era pressagiado por Danton ao afirmar, nos debates com Robespierre, que a lei garantiria as condições da desigualdade.

Segundo Gauthier, “a Constituição de 1795 rompeu com a teoria política do direito natural declarado, estabelecendo uma aristocracia dos ricos, e reduziu a idéia geral de propriedade apenas aos bens materiais. A militarização da sociedade e do governo daí resulta”.³⁶

Constatação semelhante a que chega Hobsbawm, quando afirma que “o burguês liberal clássico de 1789 (...) não era um democrata, mas sim um devoto do constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários”.³⁷

Será esse ideário dos girondinos de 1795 que vai se expandir para a Europa do século XIX, caracterizando o conservadorismo na ordenação política e que já expressa o caráter persecutorio de uma burguesia que via em qualquer manifestação do “povo” o espectro do período robesperiano, durante o qual entendia que fora colocada em risco a consolidação de uma ordenação política que atendesse a seus interesses. Tais direitos se consubstanciam como os princípios da nova legalidade, que deixa de ser apenas francesa para se estender ao mundo ocidental, juntamente com a ordenação legal norte-americana.

A sucessão de golpes manterá a ordem legal constituída nos mesmos termos fixados em 1785 até 1804, quando então a Carta de Napoleão o declara Imperador, cujo exercício de poder passa a ser exercido com os Grandes Dignitários do Estado, ou seja, os senadores e os conselheiros de Estado,³⁸ que, por sua vez, presidem um colégio eleitoral. De tal forma que,

(...) de 1795 a 1799, não é mais o tema da democracia que possibilita e presta contas desta fase da Revolução, é o da república (...). Brumário marca o retorno do Antigo Regime, mas ao preço da edificação de um poder executivo que se coloca acima de qualquer controle do país. O sólido edifício administrativo e institucional criado e fortalecido entre 1799 e 1804 será somente conhecido como o instrumento deste executivo.³⁹

A composição do governo imperial com a burguesia e a nobreza de linhagem, assim como a fixação de novas regras para a institucionalização de uma nova nobreza togada, delinea-se ao longo dessa Constituição, que define claramente o perfil do governo pelo alto e se manterá até as rebeliões de 1848.

A Constituição de 1804 fixa que o Senado é composto por príncipes franceses, por titulares de grande dignidade, por 24 membros escolhidos pelo Imperador, indicados pelo Colégio Eleitoral de Departamento e por cidadãos que esse mesmo Imperador julgue conveniente elevar a essa dignificação.⁴⁰

A militarização do governo se expressa na composição do Poder Legislativo, ou seja, o Conselho de Estado, que reúne tanto o Senado quanto o Colégio Eleitoral. Compõem este Colégio Eleitoral “grandes oficiais, comandantes e oficiais da legião de honra do Departamento no qual tem fixado seu domicílio” (Artigo 99/1804).

Quando se restauram os Bourbons no poder, em 1815, já estava explícita a tônica do próximo período, isto é, a articulação entre a burguesia e a nobreza, ante a ameaça dos desterrados/trabalhadores/operários, assim como haviam sido fixados os preceitos do conservadorismo que expressam a nova ordenação européia.

Concomitantemente à gestação da ordem burguesa que assumirá a condução do poder político, observa-se a explosão populacional que adensa as cidades onde se aglutinam os operários que vivenciam o aumento da exploração de seu trabalho, concomitante ao aumento da riqueza das nações. Estes mantêm o ímpeto revolucionário do movimento que recém-vivenciaram, mas as sublevações do século XIX – que se iniciam, geralmente, com as mobilizações operárias contra as arbitrariedades dos monarcas e a permanência de imposições feudais aos camponeses – se vêm confinadas, em sua diversidade, ao reducionismo dos “direitos humanos” em conformidade com os preceitos fixados pela burguesia. Conforme o sintetizou Chasin, a partir das análises de Marx e Engels: “ao proletariado, ainda sem consciência de si, resta ficar à extrema esquerda da burguesia, pressionando sobre a ilharga desta”.⁴¹

Conforme veremos a seguir, do ideário da primeira fase da Revolução Francesa, apenas os relativos à propriedade privada se concretizarão. Dos outros dois, restará a pilhéria, pois que consolidados conforme a lógica liberal. Daí que do indicador de “democracia”, que esse conjunto de preceitos deveria consubstanciar, restará, a partir de 1848, apenas o sufrágio universal, que, a partir de 1852, cumprirá o triste papel de referendar o imperador, configurando o traço bonapartista que caracteriza o período.⁴²

Discutindo a função real que a “representação” adquire no Estado moderno, em que se consolida a separação entre o Estado e a sociedade civil, Marx constata, criticando Hegel:

A garantia *para os eleitores* transformou sub-repticiamente, numa *garantia contra os eleitores*, contra a sua *autoconfiança*. (...) A “consciência pública” deveria chegar à “existência” como “*universalidade empírica*” dos pontos de vista e pensamento dos *muitos*. Agora esses “pontos de vista e pensamentos” devem dar, *previamente*, uma prova ao *governo* de que eles são “seus pontos de vista e pensamentos”.⁴³

Em outro texto do mesmo autor, essa percepção dos limites da democracia colocada pelos sufrágio universal é corroborada: “O sufrágio universal apenas pareceu sobreviver um momento para fazer o seu testamento pelo seu próprio punho e letra aos olhos do mundo inteiro e poder declarar, em nome do próprio povo: ‘Tudo o que existe merece perecer’”.⁴⁴

Em suas análises sobre o movimento contra-revolucionário alemão de 1848, no qual Marx, segundo Chasin “expôs a universalidade do capitalismo”,⁴⁵ esse autor pondera que

(...) era preciso que a burguesia reivindicasse sua parte no domínio político. (...) Para alcançar seu fim tinha que poder debater livremente seus interesses, suas opiniões e os negócios do governo. A isto denominou “direito à liberdade de imprensa”. Tinha que poder se associar sem embaraços. A isto chamou de “direito de livre associação”. Tinha também que reivindicar liberdade religiosa e assim por diante, conseqüência necessária da livre concorrência. E antes de março de 1848 a burguesia (alemã) estava no melhor dos caminhos para ver a efetivação de todos os seus desejos.⁴⁶

Os golpes de Estado que se sucedem, ainda no século XVIII, na França dos anos subsequentes à reação Termidoriana de 1785, explicitam bem a guinada reacionária que caracterizou esse processo. O golpe do 18 do Frutidor (setembro de 1797), o golpe do 22 do Floreal (4 de maio de 1798), culminando com o 18 de Brumário de 1799, que incorpora Napoleão Bonaparte no Triunvirato detentor do poder político. Com ele, a racionalidade filosófica iluminista consolida-se definitivamente na lógica liberal que se exprime com clareza no Código Civil. O próprio ato de substituição das Constituições por um código, no qual a dinâmica do Estado é explicitada nos preceitos sobre a burocracia, evidencia a lógica que dá continuidade ao conservadorismo e já prenuncia a racionalidade técnico-empresarial que predominará no século seguinte.

Sob a presidência pessoal de Napoleão, esse Código teve sua redação a cargo da comissão de legislação do Conselho de Estado presidida pelo segundo cônsul da República e submetida à apreciação, tanto do Tribunal de Cassação, quanto do Tribunal de Apelação, que constituíam o corpo jurídico francês na época.

Cinco grandes princípios norteiam a sua redação: unidade do direito (aplicação única a todos os habitantes do mesmo território), unidade de fonte jurídica (apenas uma autoridade teria competência para legislar), caráter completo do direito (todos os novos litígios deveriam ser regulados pelo mesmo direito) e evolução do direito (o direito deve se adaptar às mentalidades que mudam).⁴⁷

Este se tornará o primeiro de uma série de textos jurídicos e uma retrospectiva dos itens que o compõem indicam de forma concisa e clara qual é a preocupação do momento e a que

interesses atende: regular as relações contratuais sobre bens e propriedade. Trata dos “Bens”, como se caracterizam, compra, venda, hereditariedade, etc... Os terceiro e quarto itens esclarecem inúmeras questões relativas ainda à propriedade, particularmente aquisição e direitos. No primeiro item definem-se os direitos de cidadania e quem é considerado como tal, assim como as circunstâncias em que se pode perder essa condição. É nesse item que encontramos os direitos da família e, em especial, os relativos às mulheres.

Como se observa, a ordem pública cuidaria, doravante, dos direitos privados, todos voltados para o mercado gerador da riqueza e, como tal, serviriam de modelo para a organização dos direitos civis no mundo ocidental.

Nos anos seguintes, serão editados, complementarmente, os códigos de procedimentos civis, o Código de Comércio, o Código Penal e o Código de Instrução Criminal, dentre outros.

A influência do código de Napoleão foi prenunciada por ele mesmo: “Minha verdadeira glória não é a de haver vencido quarenta batalhas; Waterloo apagará a lembrança de tantas vitórias; o que ninguém esquecerá, o que viverá eternamente, é meu código civil”.⁴⁸

A primazia dos aspectos jurídicos administrativos no trato das questões do Estado substitui a preocupação em esclarecer questões sobre representação e legitimidade, que nas outras havia suscitado tantas contendas. A lógica do liberalismo conferida agora aos assuntos do Estado se apresenta também no trato com os investimentos públicos, de que nos serve de exemplo uma parte do Programa de Trabalhos Públicos de 1807. Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, dadas as circunstâncias, observa-se o tom majestático do Imperador, que imita a realeza confundindo as intenções do governante com as do povo e as da nação:

Tenho muitos canais a fazer: o de *Dijon* a Paris, o de *Rhin* a *Saône* e ao *Escault*. Estes três canais poderão ser prolongados quando quisermos. Minha intenção é, independentemente dos fundos arrecadados sobre os lucros do Estado, procurar fundos extraordinários para esses três canais. Para isso gostaria de vender o canal de *Saint-Quentin*, cujo produto da venda seria empregado para acelerar as obras do canal de *Escault*, eu gostaria de vender o canal do Orleans, cujo produto da venda serviria para acelerar os trabalhos do canal de *Bourgogne*; enfim venderia o canal do *Lanquedoc*, o produto da venda seria empregado na construção do canal do *Rhin* ao *Saône*.⁴⁹

Investe-se na coisa pública saneando-a e, nessa condição, tornada atrativa ao mercado, é vendida com o intuito de arrecadar recursos para novos investimentos públicos, no caso, os canais necessários ao escoamento dos fluxos na malha urbana. Quanto ao povo, particularmente os mendigos, continua o governante:

Considero igualmente de grande importância e uma grande idéia gloriosa a extinção da mendicância. É necessário que antes de 15 de dezembro o senhor tenha conseguido grande parte da reserva e fundos das comunas, fundos necessários para a construção de 60 ou 100 casas para extinção da mendicância. Que sejam demarcados os lugares onde serão construídos e (*onde será*) analisado o regulamento. Não vá me pedir mais três ou quatro meses para obter informações. O senhor tem auditores jovens, engenheiros de pontes e açudes instruídos, providencie tudo com rapidez e não se deixe atrapalhar com a burocracia.⁵⁰

Assim, a partir desse século, compete ao governo fazer a mediação entre o capital e o trabalho, providenciando medidas para minimizar as condições de exclusão inerente ao capitalismo: constroem-se casas para abrigar os mendigos.

Concomitantemente, a correlação de forças internacionais, no interior da riqueza experimentada pela Europa, resultante do desenvolvimento industrial,⁵¹ fará emergir como prioritária a resolução dos problemas que afetam a “nação”. Organizá-la, libertá-la ou manter o equilíbrio entre elas, constitui a principal preocupação, não apenas dos governantes, mas também afetará as lutas dos trabalhadores.

Conforme o historiador Jean Tulard, “em 1811 (...) o Grande Império estava sendo esboçado pela Grande Nação. Sempre a supremacia da França”.⁵²

A Constituição de 1848 vai consolidar, tanto os preceitos já legalizados nesse período, quanto expressará o receio cada vez maior da burguesia em fazer concessões que viessem a fortalecer o poder de intervenção dos trabalhadores. Resultará daí que a pressão exercida por esses trabalhadores através das sublevações populares, dentre as quais a Primavera do Povo tornou-se a mais emblemática,⁵³ será resolvida no âmbito restrito à esfera do político. Abolem-se as diferenças apenas no plano político, deixando que elas continuem a existir no plano civil. Consolida-se assim a sociabilidade específica do capital, na qual a “esfera da politicidade aparece como sucedâneo da natureza genérica própria ao ser social, que se encontra cindida e estranhada do modo estranhado como se dá a própria interatividade”.⁵⁴

Nessa Constituição aparecem, pela primeira vez, formalmente, os termos democracia e fraternidade, juntamente com o preceito que delimita o conceito de nação, quando se indica, em seu preâmbulo, que a República francesa é democrática, una e indivisível, que tem por princípio a liberdade, igualdade e a fraternidade, tendo por base a família, o trabalho, a propriedade e a ordem pública.⁵⁵

Quanto à propriedade privada, além de reafirmar os artigos das constituições anteriores, decide, como cláusula pétrea: “A confiscação dos bens não poderá jamais ser restabelecida”.⁵⁶

Os preceitos que distinguem o homem comum dos “homens de bem” (ou seja, de *bens*), ficam claros no item VII desse documento que, embora afirme que todos os cidadãos devem amar a Pátria, servir à República e defendê-la com sua própria vida, restringe a participação nas responsabilidades do Estado apenas aos que possuem fortuna.⁵⁷

Configura-se assim a natureza abstrata da comunidade política e da figura que nela tomam os indivíduos – o cidadão.

No estado político (...) os indivíduos encontram-se cindidos entre cidadãos - membros da comunidade política – e homens – membros da sociedade civil, indivíduos privados. Logo, os indivíduos levam uma dupla vida, como ser comunitário e como ser privado. O ser privado, que é o indivíduo real e ativo, inserido nos problemas e contradições postos pelo modo de produção parece, sob o entendimento político, como ser carente de verdade, em contraposição ao cidadão, membro da comunidade política (...). Daí Marx apontar que o “patamar político” é inferior ao “patamar da altura humana” e por a política como fase transitória para a emancipação humana, dado que é uma emancipação parcial, meio para a “emancipação humana geral, enfim, para a emancipação radical”.⁵⁸

Aos cidadãos compete ainda poupar recursos advindos do trabalho, ser fraternais uns com os outros, observar as leis morais e as leis escritas que regem a sociedade, com o que contribuirão para o bem comum, para a família e para o indivíduo. Por outro lado, a República deve proteger o cidadão em sua pessoa, sua família, sua religião, sua propriedade, seu trabalho; garantir-lhe instrução e assegurar assistência aos necessitados, seja integrando-os em trabalhos conforme seus recursos e, na falta destes e da família, as condições necessárias à sobrevivência.⁵⁹

Os preceitos liberais que norteiam as sociedades se consubstanciam conforme a autocracia, que impõe os limites à participação social. Assim, embora essa Carta fixe o sufrágio universal,⁶⁰ acaba por limitar a democracia ao direito de voto quando, contraditoriamente institua o sufrágio universal, mas limitou as responsabilidades do Estado à exclusividade de direitos de cidadania aos proprietários de bens e fortunas.

O mesmo diapasão se observa na redação dos artigos que retomam a liberdade de associação e manifestação que constavam da Constituição de 1783, mas que fora cerceada pela Carta de 1785 e totalmente eliminada pela de 1804. Seu enunciado se faz da seguinte forma:

(...) os cidadãos têm o direito de se associar, de se reunir em Assembléias pacificamente e sem armas e de manifestar seus pensamentos verbalmente, pela imprensa ou através de outrem. O exercício destes direitos não terá por limite mais que os direitos ou a liberdade do outro e a segurança pública. A imprensa não pode, em nenhum caso, ser submetida à censura.⁶¹

Em seus artigos, denota-se que a manutenção do princípio que o trabalho é de livre arbítrio do trabalhador é uma das muitas afirmativas que demonstram o distanciamento entre o que se enuncia e o que a ordem legal implantará de fato, pois isolada das circunstâncias reais que são postas para os trabalhadores.

Chasin, em seu prefácio ao texto de Marx intitulado *A burguesia e a contra-revolução*, resgata suas análises sobre

(...) a participação política como *médium* de uma *virtual efetivação social*, que é *posta para além dos marcos da política e do estado político* (...). No que se refere à vida efetiva, é precisamente o Estado político que contém (...) em todas as suas formas *modernas* as exigências da razão. E ele não fica nisso. Ele supõe por toda a parte a razão como realizada. Mas, por toda parte também, ele cai na contradição de sua determinação ideal com seus pressupostos reais.⁶²

O exemplo mais contundente que a história da França legou ao mundo foi a série de acontecimentos que colocaram no topo do poder político desse país, por maioria de votos em sufrágio universal, Carlos Luis Napoleão Bonaparte, em 20 de dezembro de 1848. Menos de três anos depois, no mesmo mês, em 1851 o estado de sítio era anunciado nos cartazes de Paris, nos seguintes termos, conforme o autor:

Em nome do povo francês, o presidente da República decreta: art. 1. A Assembléia Nacional está dissolvida; 2. O sufrágio universal está restabelecido. A lei de 31 de maio está revogada. 3. O povo francês está convocado para seus comícios. 4. O estado de sítio está decretado em toda a extensão da primeira divisão militar. 5. O conselho de estado está dissolvido. 6. O ministro do interior está encarregado da execução do presente decreto. (...) Ao mesmo tempo Paris fica sabendo que 15 representantes do povo, invioláveis, haviam sido presos em suas casas, de madrugada, por ordem de Luís Napoleão Bonaparte.⁶³

Referindo-se ao golpe de Estado, Victor Hugo denuncia as arbitrariedades que se abatem sobre o país a partir daí: as prisões, os massacres, os cerceamentos, as mentiras, as vilanias, as arbitrariedades. Referindo à megalomania que se expressa nos atos desse golpista, esse autor demonstra como Napoleão se arroga o papel de Providência Divina, na qualidade daquele que detém todos os direitos e que vê seus atos serem justificados por se destinarem a salvar o país de um mal maior: o perigo vermelho. Conforme suas irônicas palavras:

E este velhaco diz à França que a salvou! De quem? Dela mesma! Antes dele a Providência só fazia tolices; o bom Deus o esperou para pôr tudo em ordem; enfim, ele chegou. Há 36 anos havia na França toda sorte de perniciosidades: esta “sonoridade”, a tribuna; este alarido, a imprensa; esta insolência, o pensamento; este abuso gritante, a liberdade; ele veio, e no lugar a

tribuna colocou o senado; no lugar da imprensa, a censura; no lugar do pensamento, a inépcia; no lugar da liberdade, o sabre. e em nome do sabre, da censura, da inépcia e do senado, a França está salva. (...) Nesse país de França, onde não se podia esbofetear um homem, esbofeteia-se o povo!⁶⁴

Referendado no poder após o golpe pelo plebiscito, o libelo de Victor Hugo é o testemunho do conservadorismo que se abate sobre o país, onde a fragilidade da burguesia a faz se esconder atrás das forças armadas para não ter que enfrentar quaisquer mudanças que alterassem a ordem vigente. Mesmo que fantasmagóricas, conforme o denuncia o autor.

Votaram realmente e incontestavelmente em favor do senhor Bonaparte: os funcionários, o tolo, o voltariano-proprietário-industrial-religioso (...) Esses homens, esses líderes que 1848 aterrorizou e aliou, tinham (...) achado essas palavras: religião, família, propriedade. Exploravam, com essa vulgaridade hábil que basta quando se fala ao medo, certos lados obscuros do que chamavam socialismo. Tratava-se de salvar a religião, a propriedade, a família. Segui a bandeira, diziam. A turba dos interesses apavorados se precipitou.⁶⁵

Temerosos da perda de seus bens e propriedades, enredados com os espectros das sublevações populares ante a continuidade da fome, da miséria e das péssimas condições de vida, principalmente nos grandes centros urbanos, em que se mantinha revolta contra as arbitrariedades das autoridades, essa burguesia legitima o cerceamento ao regime republicano e a instauração da ditadura. Conforme V. H., os obstáculos à consolidação desse ideal democrático republicano eram quatro: “o exército permanente, a administração centralizada, o clero funcionário, a magistratura inamovível”.⁶⁶

Luis Bonaparte fez mais do que matar as pessoas. Ele amesquinhou as almas. Apoucou o coração dos cidadãos. (...) Que miséria, essa felicidade dos lucros e das ambições que se saciam no auge do 2 de dezembro! Meu Deus, vivamos, façamos negócios, especulemos com a ações do zinco ou das estradas de ferro, ganhemos dinheiro; é ignóbil, mas é excelente; um escrúpulo de menos, um luís a mais, vendemos nossa alma a essa taxa!⁶⁷

As denúncias desse autor às contradições da burguesia que exercia sua liderança no pacto ao cerceamento aos direitos que não fossem os de seu próprio interesse, resgata a justificativa à repressão à livre expressão de interesses e direitos dos sublevados.

Que! Estes mesmos que tinham medo do bicho-papão vermelho e das balelas do conluio vermelho em 1852; esses mesmos que acharam esse crime bom porque, segundo eles, salvou do perigo suas rendas, seus borderôs, suas caixas, suas carteiras, esses mesmos não compreendem que o interesse material flutuando sozinho seria apenas um triste destroço no meio de um imenso naufrágio moral, e que é uma coisa abominável e monstruosa dizer: tudo está salvo, menos a honra!⁶⁸

Le Goff, refletindo sobre os conceitos de progresso e a reação contra-revolucionária na Europa do século XIX, incorpora as ponderações de René Rémond, que, em texto publicado em 1968, diagnosticou, a partir de 1851, um “corte entre as duas França que podem ser provisoriamente rotuladas de direita e esquerda”. Na medida em que

(...) se reconhecem na aceitação ou na rejeição da obra da Revolução (...) Segundo eles, em toda a história política da França na transição do século XIX para o século XX, pode-se distinguir três variedades de direita: os ultra, vinculados à Restauração e aos preceitos da contra-revolução; os conservadores e liberais, calcados no orleanismo, e uma terceira, que se coloca como um amálgama de elementos heterogêneos sob o signo do nacionalismo de que o bonapartismo observa um percurso (...) A primeira é reacionária, a terceira é uma mistura de espírito reacionário e de um certo “progressivismo”, a segunda é, acima de tudo, conservadora, mas há entre as três tendências ‘trocas, inferências; coligações.⁶⁹

Essa legislação será adotada por inúmeros países europeus e americanos, exercendo uma profunda influência na constituição dos estados nacionais a partir do século XIX. Conforme os autores, só na Europa ele servirá de modelo, principalmente, à Bélgica, vigorando até os dias de hoje. Também o código holandês, o italiano (1868), o espanhol e o português, que o estendem à América Latina. Nos Estados Unidos, a Califórnia o incorpora.⁷⁰

Expressam-se assim os ideais (anti) revolucionários que se expandem da França a todo o continente europeu e à América Latina com a afirmação do conceito de nacionalismo, do modelo de organização do aparato estatal e dos códigos legais, todos nos termos da política liberal.

Esse ideário exercerá influência intelectual e política sobre a América, justificando a nova dominação que se institui com os processos de independência, sendo considerado por alguns autores fator significativo para os impulsionar, principalmente a partir da invasão da Península Ibérica por Napoleão.⁷¹

Embora muitos analistas considerem que os movimentos descolonizantes têm bases ideológicas no Iluminismo e na Revolução Francesa, nas idéias de liberdade e igualdade, o que se observa é que esses preceitos são incorporados já em sua forma conservadora, isto é, na ordenação reacionária que se institui a partir de 1795, quando passam a ficar restritos à legalidade instituída pela Carta girondina consolidada nos anos seguintes. As condições vigentes nas colônias, particularmente as latino-americanas, no século XIX, prenunciam, assim, o distanciamento que se verificará entre o discurso e a prática, no que tange a consecução dos preceitos de igualdade e liberdade, transformando tal ideário em um mero proselitismo, de tal forma inculcado no pensamento político que vige até os dias de hoje.

Também o movimento operário inglês e europeu, emergindo nesse momento, sofrerá os impactos dessa onda conservadora. A tensão entre as lutas pela hegemonia política e a emergência de uma nova hegemonia econômica – advinda da Inglaterra, as mutações nas relações de trabalho inerentes à industrialização com seu rápido desenvolvimento tecnológico, o adensamento urbano/fabril –, subordinarão a luta dos trabalhadores não apenas porque a ordem política se articula pelo alto, sem sua participação direta, mas também porque suas lutas se confundirão com as lutas pela unificação ou de defesa nacional. Isso apesar da vigência do ímpeto revolucionário que as caracterizarão em alguns momentos.

Nesse sentido, as sublevações do século XIX, que se iniciam geralmente com as mobilizações operárias contra as arbitrariedades dos monarcas e a permanência de imposições feudais aos camponeses, resultam na ampliação dos direitos humanos na medida das necessidades da burguesia, quando não desembocam na defesa da nação. Concretamente, tais lutas consolidarão os preceitos do liberalismo nos moldes preconizados pela burguesia com as necessárias concessões à nobreza e às monarquias remanescentes. E a mesma França que à época da Revolução de 1789 já havia indicado à Europa as possibilidades da radicalidade rumo à humanização, *pari passu* ao desenvolvimento técnico e científico, fornecerá os motes para o refreamento na implantação desses ideais, inclusive no interior do movimento dos trabalhadores/operários.

O século XIX se caracteriza por um período de lutas de toda ordem. De um lado, o caráter mundial da Primavera dos Povos, que expressa os interesses “populares”, incluindo-se aí os trabalhadores e setores de classes médias baixas. Na França, esse movimento derruba a monarquia e re-proclama a República. Conforme Aloísio Teixeira, nesse país o movimento foi derrotado pela instituição do sufrágio universal que elege, no ano seguinte, com o voto dos camponeses – ainda a maior parte da população –, um gabinete conservador. Em outros países lutava-se ou pela unificação, ou pela instauração de regimes republicanos, ou ainda pela expansão de impérios, dentre outras intenções.⁷²

Embora esse também seja o século da expansão do operariado, categoria que rapidamente se constitui na maior parcela da população europeia e que vive em condições de miserabilidade absoluta. Mesmo o contraponto ao ideário reacionário e liberal, que se manifesta pelo desenvolvimento de um pensamento crítico que consubstanciará a tendência das lutas populares em geral, e dos trabalhadores em particular, manifesta esse reducionismo. São os casos, por exemplo, do movimento cartista inglês do qual emergem as organizações sindicais (*trade union*), e o desenvolvimento das organizações socialistas e das fundações das cooperativas de ajuda mútua na Europa.

Conforme DUBY, caracterizaram-se as manifestações do século XIX como um movimento em cadeia iniciado por insurreições nos Estados europeus já instituídos e/ou em formação.⁷³ À semelhança de Milão e Veneza, cuja tônica é a unificação italiana, Hungria e Áustria também lutam pela abolição da servidão, enquanto explode o descontentamento alemão contra o governo absolutista de Frederico Guilherme IV da Prússia. A burguesia prussiana, embora industrialmente mais avançada que a França, não era tão combativa. O movimento contra o despotismo iniciou-se com as manifestações operárias de Colônia, em março do mesmo ano, pelo "direito ao trabalho", à semelhança da petição francesa, estendendo-se, a seguir, para Berlim. Na sequência, o levante pela independência na Hungria conseguiu a aprovação das "leis de março", que aboliam a servidão e promoviam uma série de reformas políticas de interesse dos liberais, até ser engolido pelo exército russo em 1849. Este país, aliás, segue percurso semelhante, ainda mais tardiamente, pois apenas em 1861 a servidão será abolida, sob o domínio do czar Alexandre II.

Marx atesta que foi o receio com os levantes dos operários que levou a burguesia alemã a manifestar de forma mais clara seu conservadorismo, ao firmar as alianças com a nobreza e promover, através do Parlamento de Frankfurt, as reformas necessárias a seu próprio desenvolvimento sem abalar os alicerces do poder monárquico.

(...) sem fé em si mesma, sem fé no povo, rosnando para os de cima, tremendo diante dos de baixo, egoísta em relação aos dois lados e consciente de seu egoísmo, revolucionária contra os conservadores, conservadora contra os revolucionários, desconfiada de suas próprias palavras de ordem, frases em lugar de idéias, intimidada pela tempestade mundial, mas dela desfrutando; (...) assim se encontrou a burguesia prussiana, depois da Revolução de março (1848), ao leme do Estado prussiano.⁷⁴

Especificidade que se reproduz nas diferentes regiões europeias, ao longo do século XIX, onde a burguesia irá gestar a consolidação de seu poder político ainda em mãos de uma aristocracia já fragilizada. Mas que, ante o crescimento do movimento dos trabalhadores/operários que poderia vir a assumir a liderança na correlação de forças sociais, opta por articular-se (em vez de continuar a contrapor-se) com a nobreza, resultando daí o conservadorismo, que se manifesta também na implementação das idéias liberais que caracterizam o século.

Consolida-se assim o refluxo do caráter revolucionário que vai caracterizar as lutas sociais europeias, embora com as palavras de ordem do período jacobino.

Essa contradição aparece bem no desencadear do já citado processo revolucionário austríaco, quando, após a dissolução da guarda nacional por Fernando I, em 13 de maio de 1848, os operários organizam maciças manifestações de rua e a burguesia aproveita-se

dessa circunstância para, numa composição com a nobreza, forçar a abdicação do Imperador em favor do jovem Francisco José, seu sobrinho. A seguir emenda a Constituição, substituindo a exclusividade de direitos políticos à aristocracia (pela vigência da Câmara Alta) pelo voto censitário (e não pelo sufrágio universal) “facultado” também aos operários.

A sublevação nacionalista nas regiões italianas constitui um outro exemplo dessa interpenetração entre os interesses dos trabalhadores e os da composição burguesa. Desencadeada pela insurreição da Sicília em 1849, com uma rebelião do povo contra a dinastia dos Bourbons, representada pelo rei Fernando II, culmina com a proclamação da independência em abril do mesmo ano, sem que se processasse a tão aspirada unificação, que só será alcançada em 1861. Dessa rebelião, os mais derrotados foram os trabalhadores e camponeses sob o comando de Mazzini, Garibaldi e seus companheiros, em decorrência, segundo os historiadores, das divergências internas no movimento e da desconfiança em relação ao papel do Piemonte sob o comando do rei Carlos Alberto. Mazzini (1805-1872), embora líder dos trabalhadores e camponeses, expressa esse nacionalismo em suas proposições sobre as nações, conceituadas como uma divisão natural da raça humana, uma comunidade moral a ser consolidada sob a liderança da Itália, através da unificação espiritual ou fraterna da humanidade em uma federação de repúblicas mundial. Quando funda o Movimento da Jovem Europa, pela liberdade, igualdade e humanidade, expressa assim suas concepções:

Nós, abaixo-assinados, homens de progresso e de liberdade, crendo na igualdade e fraternidade dos homens, na igualdade e fraternidade dos povos, crendo que a humanidade é chamada a realizar um progresso contínuo, sob o império da lei moral e universal, o desenvolvimento livre e harmonioso de suas próprias faculdades, convencidos de que cada homem e cada povo têm uma missão particular, convencidos enfim, que a associação de homens e povos deve reunir a proteção do livre exercício da missão individual à certeza de que tudo é feito em vista do desenvolvimento da missão geral, nós que antes nos reunimos em associações nacionais livres e independentes, núcleos primitivos da Jovem Itália, da Jovem Polônia e da Jovem Alemanha, reunidos em assembléia, firmamos esta ata de fraternidade válida hoje e sempre para tudo que diga respeito ao fim geral.⁷⁵

Como se pode observar – no interior das contradições entre o conservadorismo e o progressivismo, entre o internacionalismo econômico e os nacionalismos políticos ou no debate sobre a relação indivíduo/coletividade levado a cabo pelo liberalismo –, as bandeiras dos trabalhadores que serão consolidadas pela nova ordenação de forças sem ruptura restringem-se àquelas que interessavam também à burguesia. Nessa lógica insere-se, por exemplo, a abolição da servidão, dadas as necessidades da nova ordem capitalista em curso e dada a ampliação do direito de voto que garantirá, de fato, à burguesia ampliar sua

representação parlamentar através dos mecanismos constitucionais. Todos esses ideais sob os auspícios da fraternidade, equivocadamente imputada às bandeiras revolucionárias francesas, conforme já o demonstrava Jules Michelet no início do século XIX.⁷⁶

Sob a égide da igualdade de todos perante a lei, manifestas as desigualdades pelo mérito e não mais por nascimento (mas mantidas e justificadas, é evidente), o século XIX implantou os preceitos do liberalismo calcado na defesa dos direitos naturais, liderado por Locke e pelos elaboradores da Declaração dos Direitos Humanos e do cidadão, segundo a qual ao governo competiria afirmar os direitos à vida, à liberdade e à propriedade. Implantou também os preceitos do liberalismo utilitarista “que mesclavam seu racionalismo ao empirismo inglês, exigindo do governo a prova utilitarista da promoção de ações que resultassem no “maior bem para o maior número”.⁷⁷

O ideário do liberalismo nessa sua forma mais conservadora adquirirá, dessa maneira, diferentes contornos, nas diferentes vertentes que assumirá nesse capital em sua internacionalização, garantindo o arcabouço teórico que justifica a correspondente ordenação política. A herança dessa vertente conservadora do liberalismo será assumida em muitas especificidades históricas, como sua forma mais radical, como é o caso das formações dos Estados nacionais latino-americanos, o que desarma a perspectiva superadora do sócio-metabolismo do grande capital e de suas formas políticas.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em abril/2005

Notas

* Professora Doutora do Departamento de História do Programa de Pós-Graduação da PUC-SP. Coordenadora do Centro de Estudos de História Latino-Americana (CEHLA).

¹ LOCK, R. et alli, *Word History Patteers Of Interaction*, Mc Dougal Littell, Boston, 2004, p. 595.

² “In the first half of the 1800s, three forces struggled for supremacy in European societies. Conservatives: Usually wealthy property owners and nobility – argued for protecting the traditional monarchies of Europe. In certain cases, as in France, conservatives approved of constitutional monarchies. Liberals: Mostly middle-class business leaders and merchants – wanted to give more power to elected parliaments, but only to parliaments in which the educated and the landowners could vote. Radicals: Favored drastic change to extend democracy to the people as a whole. They believed that governments should practice the ideals of the French Revolutions. This was still a radical idea, even 30 years after the Revolution. BECK, R. B. et alli, *Word History Patteers of Interaction*, Boston, Mc Dougal Littell, 2004, p. 608.

³ CÂNEDO, L. B. (org.), *O SUFRÁGIO UNIVERSAL e a invenção da democracia*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005. Sufrágio considerado universal, mas que não contemplava as mulheres.

⁴ MARX, C. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2005, p. 130.

⁵ COSER, D., “Conservatism”, in: GIDDENS, A., *Política, Sociologia e Teoria Social*, São Paulo, Unesp, 1998, p. 118.

⁶ “The more overt political use is usually dated, like liberalism, after the French Revolution.(...) In France the term was first coined in Chateaubriand’s journal, *Le Conservateur*, in the 1820s. This periodical was designed to propagate ideas on clerical and political restoration. In Britain, the term first occurred in the *Quarterly Review* journal in 1830. By 1835 it became the more official designation for the Tory Party”. VINCENT, A., *Modern Political Ideologies*. USA, Blackwell Publishers Ltda, 1996, p. 54.

⁷ CHASIN, J., “A redescoberta do pensamento de Marx”, in: MARX, C., *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo, Ensaio, 1989.

⁸ LE GOFF, J., *História e Memória*. São Paulo, Editora da Unicamp, 1990.

⁹ COLE, G. D. H., *Historia del pensamiento socialista*, vol. I, Fondo de Cultura Econômica, México, 1974, p. 28.

¹⁰ MICHELET, J., apud: SOBOUL, A., “Utopia e Revolução Francesa”. In: DROZ, J. (org), *História Geral da Sociologia*, vol. 1, Lisboa, Horizonte Universitário, 1976, p. 277.

¹¹ SOBOUL, A., “Utopia e Revolução Francesa”. In: DROZ, J. (org), *História Geral da Sociologia*, vol. 1, Lisboa, Horizonte Universitário, 1976.

¹² Conforme os autores que se tornaram referência clássica no estudo da Revolução Francesa, a questão da propriedade na França desse período, embora conduzida pela burguesia urbana, tem sua força de pressão no camponês, maior parcela da população francesa, cuja aspiração no período é a obtenção do título de propriedade do domínio ao qual estava vinculado desde tempos imemoriais, sem mais direitos ou garantias, a não ser os deveres medievais de servidão. A esse respeito ver, por exemplo, Albert Soboul, Jacques Lefebvre, Michel Vovelle, François Furet, etc.

¹³ MARX, C., *Revolução e contra-revolução*. São Paulo, Cadernos Ensaio, 1989, p. 43.

¹⁴ Neste artigo, não nos aprofundaremos sobre essas repercussões, pois isso demandaria, por exemplo, analisar o ideário dos socialistas utópicos em contraposição às análises de Marx e Engels sobre o período.

¹⁵ CHASIN, J.. In: MARX, C., op. cit., p. 43.

¹⁶ PILBEAM, P. M. “European Society In Revolution”, in: *Themes in Modern European History*, Capítulo 10.

¹⁷ *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* 1789, Artigo 1º.

¹⁸ “*La souveraineté réside dans le peuple; elle est une et indivisible, imprescriptible et inaliénable*”. *Constituição de 1793*, artigo 25/1793.

¹⁹ “*La résistance à l’oppression est la conséquence des autres droits de l’homme (..) (rodapé “Il y a oppression contre le corps social, lorsqu’un seul de ses membres est opprimé ; il y a oppression contre chaque membre, lorsque le corps social est opprimé”*. *Constituição de 1793*, Artigos 33 e 34.

²⁰ “*Quand le gouvernement viole les droits du peuple, l’insurrection est pour le peuple, et pour chaque portion du peuple, le plus sacré des droits et le plus indispensable des devoirs*”. *Constituição de 1793*, artigo 35.

²¹ “*La nomination se fait à la majorité absolue des suffrages“(..) La population est la seule base de la représentation nationale*”. *Constituição de 1793*, artigos 24 e 21.

²² CHASIN, J., *Miséria brasileira:1964-1994*. Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 205.

²³ *Constituição de 1795*, artigo 01.

²⁴ “*La liberté consiste à pouvoir faire ce qui ne nuit pas aux droits d’autrui.. (...) L’égalité consiste en ce que la loi est la même pour tous, soit qu’elle protège, soit qu’elle punisse. L’égalité n’admet aucune distinction de naissance, aucune hérédité de pouvoirs. (...) La sûreté résulte du concours de tous pour assurer les droits de chacun. (...) La propriété est le droit de jouir et de disposer de ses biens, de ses revenus, du fruit de son travail et de son industrie*“. *Constituição de 1795*, artigos 2,3,4 e 5.

²⁵ “*C’est sur le maintien des propriétés que reposent la culture des terres, toutes les productions, tout moyen de travail, et tout l’ordre social (...) e tout citoyen doit ses services à la patrie et au maintien de la liberté, de l’égalité et de la propriété, toutes les fois que la loi l’appelle à les défendre*” . *Constituição de 1795*, artigos 8 e 9. Item : “Deveres”.

²⁶ CHASIN, J., “Para a Crítica da Razão Política”. In: *Revista de Filosofia/Política/Ciência da História*, Tomo III, Política, Santo André, Estudos e Edições Ad. Hominen, 2000, p. 94.

²⁷ “*La loi est la volonté générale, exprimée par la majorité ou des citoyens ou de leurs représentants*“. *Constituição de 1795*, artigo 6.

²⁸ “*Ce qui n’est pas défendu par la loi ne peut être empêché. Nul ne peut être contraint à faire ce qu’elle n’ordonne pas*“. *Constituição de 1795*, artigo 7.

²⁹ *Constituição de 1795*, artigos 08, 09, 10 e 11.

³⁰ “*Tout homme peut engager son temps et ses services; mais il ne peut se vendre ni être vendu; sa personne n’est pas une propriété aliénable*“. *Constituição de 1795*, artigo 15.

³¹ “*La souveraineté réside essentiellement dans l’universalité des citoyens*“. *Constituição de 1795*, artigo 16.

³² “*Nul individu, nulle réunion partielle de citoyens ne peut s’attribuer la souveraineté (...). Nul ne peut, sans une délégation légale, exercer aucune autorité, ni remplir aucune fonction publique*“. *Constituição de 1795*, artigo 17 e 18.

³³ “*La garantie sociale ne peut exister si la division des pouvoirs n’est pas établie, si leurs limites ne sont pas fixées, et si la responsabilité des fonctionnaires publics n’est pas assurée*“. *Constituição de 1795*, artigo 21.

³⁴ “*Les obligations de chacun envers la société consistent à la défendre, à la servir, à vivre soumis aux lois, et à respecter ceux qui en sont les organes*“. *Constituição de 1795*, artigo 3.

³⁵ “*Nul n’est bon citoyen, s’il n’est bon fils, bon père, bon frère, bon ami, bon époux.. - Nul n’est homme de bien, s’il n’est franchement et religieusement observateur des lois.. - Celui qui viole ouvertement les lois se déclare en état de guerre avec la société - Celui qui, sans enfreindre ouvertement les lois, les élude par ruse ou par adresse, blesse les intérêts de tous: il se rend indigne de leur bienveillance et de leur estime*“. *Constituição de 1795*, artigos 3, 4, 5, 6 e 7. Item: “Deveres”.

³⁶ “*La Constitution de 1795 romppait avec la théorie politique du droit naturel déclaré, établissait une aristocratie des riches, et réduisait l’idée générale de propriété aux seuls biens matériels. La militarisation de la société et du gouvernemen s’ensuivit*” (rodapé : GAUTHIER, F., « La Déclaration hors la loi ». In: VOVELLE, M., *L’Etat de la France pendant la Revolution (1789-1799)*, Editora La Découverte, Paris, 1988, pg. 420.

³⁷ HOBBSAWM, E., *A Era das Revoluções: Europa, 1789-1848*, RJ. Paz e Terra. 1977, p. 77.

³⁸ *Constituição de 1805*, artigo 35.

³⁹ “ce n’est plus le terme de démocratie qui permet de rendre compte de cette phase de la Révolution, c’est celui de république (...) Brumaire a empêché le retour de l’Ancien Régime, mais au prix de l’édification d’un pouvoir exécutif qui se place au-dessus de tout contrôle du pays. Le solide édifice administratif et institutionnel créé ou renforcé entre 1799 et 1804 sera purement conçu comme l’instrument de cet exécutif” (GUIOMAR, 1988, p. 472) rodapé, GUIOMAR, J.-Y., « La démocratie? » in :VOVELLE, M., *L’Etat de la France pendant la Revolution (1789-1799)*, Editora La Découverte, Paris, 1988, pg. 472.

⁴⁰ “Le Sénat se compose: des princes français ayant atteint leur dix-huitième année; des titulaires des grandes dignités de l’Empire; des quatre-vingts membres nommés sur la présentation de candidats choisis par l’empereur sur les listes formées par les collèges électoraux de département; des citoyens que l’empereur juge convenable d’élever à la dignité de sénateur”. *Constituição de 1804*, artigos 18 e 45.

⁴¹ CHASIN, J., “Marx no Tempo da Nova Gazeta Renana”, in: MARX, C., *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo, Cadernos Ensaio, 1989, p. 28.

⁴² CLAUDIN, op. cit.

⁴³ MARX, C., *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2005, p. 138 – grifos e aspas do autor.

⁴⁴ MARX, C., *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, Editora Avante, Lisboa, 1982, p. 26.

⁴⁵ CHASIN, J. In: MARX, Carl, 1987, p. 31.

⁴⁶ CHASIN, id., p. 39.

⁴⁷ Centre National de la Recherche Cientifique. Disponível em <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Gallica&O=NUMM-87199>.

⁴⁸ “Ma vraie gloire n’est pas d’avoir gagné quarante batailles ; Waterloo effacera le souvenir de tant de victoires ; ce que rien n’effacera, ce qui vivra éternellement, c’est mon Code Civil”. Napoléon Bonaparte. Disponível em: http://www.thucydide.com/realisations/comprendre/code_napoleon/code0.htm.

⁴⁹ Carta de Napoleão a seu Ministro do Interior, novembro de 1807, in: VOILLIARD O. et alli: *Documents D’histoire: 1776-1850/1850-1896*, A. Colin, 02 volumes, 1968.

⁵⁰ Carta de Napoleão a seu Ministro do Interior, novembro de 1807, in: VOILLIARD O. et alli: *Documents D’histoire: 1776-1850/1850-1896*, Editora A. Colin, 02 volumes, 1968.

⁵¹ O século XIX consolida a Inglaterra como o mais avançado parque industrial e, apesar de excluída da Europa pelo Bloqueio Continental e proibida de importar, ainda será a grande fornecedora de produtos ao mais amplo mercado interno da Europa: a França, seguida de perto pela Bélgica e, após uma geração, pela Europa Central. HOBBSAWM, E., *A Era das Revoluções: Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.

⁵² “En 1811, (...) le Grand empire avait été esquissé para la Grande Nation. Toujours la suprématie de la France”. TULARD, J., *Napoléon : le pouvoir, la nation, la légende*. Librairie Générale Française, Paris, 1997, p. 40.

⁵³ CLAUDIN, F., *Marx, Engels y la Revolucion de 1848*, México, Siglo XXI Editores, 1985.

⁵⁴ CHASIN, op. cit., 2000, p. X.

⁵⁵ “La République française est démocratique, une et indivisible” . E que: « Elle a pour principe la Liberté, l’Égalité et la Fraternité. Elle a pour base la Famille, le Travail, la Propriété, l’Ordre public (...) Toutes les propriétés sont inviolables. Néanmoins l’État peut exiger le sacrifice d’une propriété pour cause d’utilité publique légalement constatée, et moyennant une juste et préalable indemnité’. *Constituição de 1848*, Item II e artigo 11.

⁵⁶ “*La confiscation des biens ne pourra jamais être rétablie*”. Constituição de 1848, artigo 12.

⁵⁷ “*Les citoyens doivent aimer la Patrie, servir la République, la défendre au prix de leur vie, participer aux charges de l’État en proportion de leur fortune*” (Item VII).

⁵⁸ CHASIN, op. cit., 2000, pp. X e XI.

⁵⁹ “*ils doivent s’assurer, par le travail, des moyens d’existence, et, par la prévoyance, des ressources pour l’avenir ; ils doivent concourir au bien-être commun en s’entraidant fraternellement les uns les autres, et à l’ordre général en observant les lois morales et les lois écrites qui régissent la société, la famille et l’individu. (...) La République doit protéger le citoyen dans sa personne, sa famille, sa religion, sa propriété, son travail, et mettre à la portée de chacun l’instruction indispensable à tous les hommes ; elle doit, par une assistance fraternelle, assurer l’existence des citoyens nécessiteux, soit en leur procurant du travail dans les limites de ses ressources, soit en donnant, à défaut de la famille, des secours à ceux qui sont hors d’état de travailler*”. Constituição de 1848, Itens VII e VIII.

⁶⁰ “*L’élection a pour base la population (...) Le suffrage est direct et universel. Le scrutin est secret*”. Constituição de 1848, artigos 23 e 24.

⁶¹ “*Les citoyens ont le droit de s’associer, de s’assembler paisiblement et sans armes, de pétitionner, de manifester leurs pensées par la voie de la presse ou autrement. L’exercice de ces droits n’a pour limites que les droits ou la liberté d’autrui et la sécurité publique. La presse ne peut, en aucun cas, être soumise à la censure*”. Constituição de 1848, artigo 8.

⁶² CHASIN, J., in: MARX, C., 1989, p. 17 – grifos de Chasin.

⁶³ HUGO, V., *Napoleão – o Pequeno*, São Paulo, Ensaio, 1996, p.14.

⁶⁴ Ibid, p. 35.

⁶⁵ Ibid, pp. 142 e 195

⁶⁶ Ibid, p. 172.

⁶⁷ Ibid, p. 186.

⁶⁸ Ibid, p. 186.

⁶⁹ LE GOFF, J., *História e Memória*. Editora da Unicamp, São Paulo, 1990, p. 261.

⁷⁰ LYCOS, *Histoire de France et d’ailleurs*. Disponível em: <http://membres.lycos.fr/histoiredefrance/articles/evenementstextes/CodeNapoleon.htm>; O Código inspira também a Grécia, a Bolívia, o Egito. Em 1960, mais de 70 estados diferentes haviam modelado suas próprias leis ao Código Civil. in: Centre National de la Recherche Cientifique. Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Gallica&O=NUMM-87199>

⁷¹ COGGIOLA, O. (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo, Edusp, 1990.

⁷² Na Alemanha e no Império Austro-Húngaro, ainda sob a regência dos Habsburgos, a derrota adveio da intervenção do exército, com o apoio das tropas russas. Ainda conforme Aloísio Teixeira, uma das dificuldades de caracterizar o conjunto desses movimentos era que se davam em contextos distintos e também assim eram suas motivações. Na França, lutava-se pela República. Na Alemanha e Itália, pela unificação e pelo Estado nacional. No Império austríaco (e em toda a Europa), contra os Habsburgos, “cujo despotismo tornava o vasto império multinacional um verdadeiro ‘cárcere dos povos’”. Além disso, as guerras continentais das quais decorreu a constituição do Império Alemão (1864-1871), a guerra da Criméia (1854-1856), as guerras pela unificação a Itália (1864-1871); a guerra civil americana (1861-1865). TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro, Record, 2002, pp. 19, 23 e 24.

⁷³ Em 1848 ocorrem sublevações na Sicília, em Palermo, Nápoles, Estados Pontificais, Parma, Turin, Milão, Veneza. Na França, o célebre movimento parisiense. Nas regiões germânicas de Berlim, Stuttgart, Viena, Colônia, Hesse, Boêmia. Na Hungria, Budapeste é palco de uma revolução no período de 48-49, enquanto na Inglaterra o cartismo se renova, promovendo manifestações na maior parte dos condados ingleses. DUBY, G. *Atlas Histórico*. Madrid, Editorial Debates, 2002, p. 83.

⁷⁴ MARX, op. cit., p. 45.

⁷⁵ “Berne, 15 abril de 1834”. In: VOILLIARD, O. et alii, *Documents d'histoire: 1776-1850/1850-1896*, Editora A. Colin, 2 volumes, 1968.

⁷⁶ MICHELET, J., *História da Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; FURET, F. et alii, *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

⁷⁷ GRESPLAN, J., *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo, Contexto, 2003.

**OLHANDO PARA OS DOIS LADOS DO CANAL DA MANCHA:
POLÊMICAS E REVISIONISMO NA HISTORIOGRAFIA
DA REVOLUÇÃO INGLESA**

*Modesto Florenzano**

Resumo

Nosso propósito, neste escrito, é mostrar o paralelismo, cronológico e temático, existente nos revisionismos historiográficos das revoluções inglesa e francesa; e sugerir que, ao contrário do que se poderia imaginar, é a historiografia da Revolução Inglesa que apresenta o revisionismo mais antigo e mais radical.

Palavras-chave

Revisionismo; historiografia; revolução; liberalismo; conservadorismo; marxismo.

Abstract

The purpose of this paper is to put in evidence the chronological and thematic parallels that can be found in the historiographical revisionism of English and French Revolution. On the other hand, it is suggested that the historiography of English Revolution is the first in revisionism and the most radical.

Key-words

Revisionism; historiography; revolution; liberalism; conservatism; marxism.

Também da historiografia da Revolução Inglesa, pode-se dizer o que disse, com muita propriedade, o historiador François Furet da historiografia da Revolução Francesa, em um livro de 1986: “[seu] desenvolvimento é comparável ao desenvolvimento da própria Revolução: atravessada de contradições e de batalhas espetaculares, como se o caráter teatral do evento tivesse sido legado a seus historiadores, única parte não dividida de uma herança conflituosa”.¹ Pois, quase quinze anos antes, mais precisamente em 1972, assim o historiador Lawrence Stone descrevia, num prefácio, o que se passava com a historiografia da Revolução inglesa: “Este é um campo minado, onde se produziram grandes batalhas, cheio de armadilhas e emboscadas, defendido por estudiosos ferozes preparados para lutar por cada palmo do terreno”.²

Ora, das polêmicas que tiveram lugar no interior dessas duas historiografias, a partir da década de 1950 e logo conhecidas como revisionistas,³ enquanto as que marcaram a historiografia da Revolução Francesa, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, foram e são bastante conhecidas entre nós, não ocorre o mesmo, lamentavelmente, com as que marcaram, igualmente, e talvez até mesmo de maneira ainda mais contundente a historiografia da Revolução Inglesa. Em outras palavras, apesar de mais radical e pioneiro, o revisionismo inglês – por razões muito variadas (e que não saberíamos como tratar aqui) – foi e é muito menos visível e barulhento e, conseqüentemente, muito menos reconhecido do que o revisionismo francês.

Tome-se como exemplo Furet e Stone – que não é exagero considerar como os nomes mais importantes de ambos os revisionismos (o que não significa dizer, muito pelo contrário, que tenham as mesmas posições e concepções): enquanto o primeiro tornou-se uma figura bastante conhecida entre nós, o mesmo não se pode dizer do segundo. De Furet, falecido em 1997, há, entre outras obras (como o *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*), duas edições em português de *Pensando a Revolução Francesa*, de 1978, seu livro mais importante em termos da história do revisionismo da historiografia francesa. Mas, de Stone, falecido em 1999, somente em 2000 publica-se, e pela primeira vez entre nós, um livro de sua numerosa obra, com a tradução de *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*, de 1972, texto que – é o que se pretende demonstrar – ocupa um lugar saliente e estratégico no importante e rico revisionismo da historiografia da Revolução Inglesa.⁴

Nesse livro, de 1972, Stone assim resumia seu balanço da polêmica travada entre historiadores anglo-americanos sobre “as origens sociais da Revolução Inglesa”:

Pode-se afirmar com segurança que nenhuma controvérsia histórica nos últimos cinquenta anos atraiu tanta atenção...[e] o terreno do desacordo parecia ser o mais abrangente possível: desacordo sobre a definição dos termos usados para explicar os fenômenos em questão; desa-

cordo sobre o que aconteceu; desacordo sobre o modo como aconteceu; desacordo sobre as conseqüências do que aconteceu. Uma tal ausência de terreno comum é verdadeiramente rara e sua manifestação pareceu colocar em dúvida o direito do historiador de ser visto como um pesquisador empírico que fundamenta sua investigação sobre a razão e a prova”.⁵

Ora, em 1972, o revisionismo francês ainda estava em seu começo e muito devedor da contribuição iniciada, como se sabe, pelos historiadores anglo-americanos A. Cobban e G. Taylor, e incorporada, sem ser explicitada, no livro conjunto de Furet e Richet, de 1965, que inaugura a revisionismo francês, o qual, naquela altura, resumia-se basicamente a isso.⁶

A polêmica ocorrida na historiografia da Revolução Inglesa teve início na década de 1950, mais precisamente em 1953, quando o historiador conservador H. Trevor-Roper lançou um contundente ataque à interpretação do historiador socialista R. H. Tawney sobre “a ascensão da *gentry*”, vista como uma classe social empreendedora capitalista e principal protagonista e beneficiária da Revolução de 1640. Para Trevor-Roper, a *gentry* – embora fosse a principal protagonista da Revolução – era uma classe social que nada tinha de capitalista, que, ao contrário, não passava de uma pequena nobreza em decadência enfurecida e com um programa político voltado para o passado.

A polêmica foi se ampliando e aprofundando ao envolver outros historiadores dos dois lados do espectro político (como o conservador J. P. Cooper à direita e o marxista C. Hill à esquerda) e dos dois lados do Atlântico (como os norte-americanos J. Hexter e P. Zagorin). Polêmica que, nas palavras de Stone (ele próprio a primeira vítima a ser atacada por Trevor-Roper),

(...) logo se tornou uma espécie de espetáculo de gladiadores acadêmicos sem direito a interva-lo. Os anais acadêmicos registram bem poucos ataques mais brutais do que aquele em que Trevor-Roper demonstrava os exageros e os descuidos do meu primeiro artigo sobre o declínio da aristocracia elisabetana... o debate foi conduzido com uma ferocidade que não somente fez apelo ao sadismo existente em nós, como também o dotou de armas perigosas.⁷

Mas, o que se quer aqui é – mais do que reproduzir o brilhante resumo oferecido por Stone – chamar a atenção para o paralelismo cronológico e para o que se nos afigura como mais do que uma simples coincidência que existe entre o ponto de partida do revisionismo francês e o inglês; mais precisamente, o que se quer sugerir é que, talvez, tenha sido o último que inspirou e contribuiu para desencadear o primeiro; ou seja, que, mesmo sem ter como provar que o historiador conservador inglês A. Cobban conhecia (ao produzir em 1955, o seu *The myth of the French Revolution*, texto fundador do revisionismo da historiografia da Revolução Francesa) a tese do historiador, igualmente conservador e seu

conterrâneo, Trevor-Roper sobre a *gentry*, publicada em 1953 (que podemos considerar, igualmente, como o texto fundador do revisionismo da historiografia da Revolução Inglesa) –, é irresistível e muito plausível imaginar que isso tenha, de fato, ocorrido.

Note-se que em seu panfleto Cobban fazia com a burguesia francesa o mesmo que Trevor-Roper fizera com a *gentry* inglesa, ou seja, invertia o caráter e o significado de seu comportamento revolucionário, o qual, de grupo social progressivo e capitalista, passava a regressivo e anticapitalista. De sorte que se Cobban não se inspirou em Trevor-Roper, resta o fato de que houve uma interessante coincidência temática entre os dois e que, seja como for, é possível sustentar, com toda legitimidade, que o início do revisionismo na historiografia da Revolução Inglesa teve início dois anos antes do que o revisionismo na historiografia da Revolução Francesa.

Por outro lado, não deixa também de ser interessante notar que o ano de 1965 é um ano importante na história dos dois revisionismos. Enquanto, na França, Furet e Richet publicavam sua *La Révolution Française*, apresentando, entre outras novidades e heresias (do ponto de vista da historiografia marxista, então dominante), a idéia da derrapagem, ou seja, que a revolução sofreu um acidente de percurso (com a entrada em cena das massas, a revolução escapa ao controle dos notáveis, os quais, dada a incapacidade do Estado do Antigo Regime de se reformar, viram-se obrigados a recorrer à revolução...), na Inglaterra apareciam um artigo e um livro, que também recorriam, mais explicitamente ainda, à mesma metáfora automobilística para criticar a interpretação de esquerda da Revolução Inglesa.

O artigo, de autoria do historiador conservador G. R. Elton, remetia já no próprio título àquela imagem: *An High Road to Civil War?* e o livro de autoria de Peter Laslett afirmava:

Quando se verificam acidentes nas estradas, compreende-se que se procurem as causas de longo prazo, mesmo as 'recônditas', assim como os erros dos condutores envolvidos... Mas não se segue que, quanto mais dramático for o acidente, e mais importante forem as conseqüências, mais profundas deverão ser as causas e mais provável será tratar-se do clímax de um 'processo' perene. Ora, é natural, embora não seja justificável, supor que grandes acontecimentos têm grandes causas... Não deixa de ser compreensível que os historiadores tenham reservado um século inteiro, de 1540 a 1640, para as causas da Guerra Civil, e todo o período de 1640 a 1688, ou mesmo 1625 a 1714, para a 'Revolução inglesa'. Mas o que é verdadeiro também poderá ser trivial, o que talvez seja a razão por que a discussão desta pretensiosa questão já se tornou enfadonha.⁸

Isso quanto ao caráter pioneiro do revisionismo inglês. Quanto ao seu caráter mais contundente e radical, basta lembrar duas coisas. Em primeiro lugar, que o revisionismo inglês ousou chegar aonde o revisionismo francês não chegou, ou seja, negar a própria existência da Revolução Inglesa. Com efeito, em 1986, Jonathan Clark, um historiador revi-

sionista conservador, um *tory* ultra-radical, convencido de que as grandes teorias da mudança social “tiveram origem fora do campo acadêmico” e, portanto, fora do assim chamado mundo científico (juntando nessa acusação os *whigs*, os liberais, os marxistas e a odiada “geração de 68”) e convencido, igualmente, de que o conceito de “revolução inglesa” é uma invenção historiográfica, afirmou:

Na realidade, podemos mesmo nos perguntar se a Inglaterra experimentou alguma vez uma revolução, nos termos colocados pelas ciências sociais, nos anos quarenta do século XVII, em 1688, em 1714, ou até mesmo sob o mais recente impacto da indústria (...) tanto com relação à monarquia quanto com relação à estrutura social, a resposta revisionista à questão “quando foi a Revolução Inglesa” é a resposta desconcertante: não houve revolução.⁹

Em segundo lugar, que no mesmo ano da publicação do livro de Clark, Stone escrevia um novo capítulo à segunda edição de *Causas da Revolução Inglesa*, no qual, à luz de tudo o que fora publicado nos últimos 14 anos sobre o tema, reavaliava o seu próprio trabalho (sustentando – não sem regozijo – o quanto ele continuava, no geral, válido) e avaliava a nova produção, constatando – talvez, não sem uma certa perplexidade – o quanto o revisionismo continuava atacando a todo vapor e o quanto ele próprio estava no centro desse ataque. “Nos últimos quatorze anos uma quantidade enorme de tinta – e sangue (e em boa parte do meu) – foi derramada pelos historiadores ‘revisionistas’ empenhados em reescrever a história política da Inglaterra dos inícios do século XVII de acordo com um modelo consensual das relações entre Coroa e Parlamento”.¹⁰ De fato, Stone, para dar um único exemplo, foi tão atacado pelo historiador conservador G. Elton que o historiador J. Plumb chegou a afirmar que “Sua [de Elton] *endless denigration of Lawrence Stone... diminishes him, not Stone*”.¹¹

Com muita perspicácia, Stone notou que alguns desses trabalhos revisionistas eram

(...) uma adaptação, no contexto de outro século, da velha tese do historiador Lewis Namier sobre a política inglesa de meados do século XVIII e cujas insuficiências os historiadores se empenharam em mostrar nestes últimos quatorze anos. Assim, a história “revisionista” da política no século XVII tem caminhado na direção oposta da história “revisionista” da política no século XVIII... os revisionistas jogaram fora a criança junto com a água do banho, e, conseqüentemente, produziram uma interpretação histórica completamente equivocada.¹²

Com *Causas da Revolução Inglesa*, Stone, que já era um historiador consagrado (graças ao seu *The Crisis of the Aristocracy 1558-1641*, publicado em 1965 – note-se a coincidência – e acolhido como uma obra-prima; uma resenha na *Rivista Storica Italiana* chegou a saudá-lo como um novo Marc Bloch!)¹³ e radicado nos Estados Unidos (em

Princeton, universidade na qual ficou até se aposentar; ele que, era inglês de origem, formado em Oxford, universidade onde também havia iniciado sua carreira docente), foi alvo do que se poderia chamar de um verdadeiro fogo cruzado.

Pela esquerda, Stone, embora também elogiado (por Hobsbawm, que reconhece os “resultados excelentes” dos procedimentos metodológicos empregados no livro; e por Anderson, que considera a “obra admirável na sua sobriedade e poder de síntese, é de longe o melhor estudo de conjunto da época”)¹⁴, tem sido criticado por suas concepções liberais e revisionistas; no livro, Stone, ao mesmo tempo que se definia como liberal, criticava a interpretação marxista da Revolução Inglesa.

E, pela direita, era criticado exatamente pelos motivos expostos na citação de P. Laslett, isto é, por acreditar e valorizar as classes sociais e o conflito entre elas, por ser sensível à economia e às forças impessoais da história – em suma, por praticar o que seria uma “história total” – e, *il va sans dire*, por ser um liberal radical que sempre avaliou a Revolução Inglesa como um fenômeno historicamente benéfico e positivo. Em suma, Stone, ele próprio um revisionista, embora não de direita, visto pela esquerda e pela direita como uma espécie de neo-*whig* (distante e crítico tanto dos historiadores conservadores quanto dos marxistas), tornou-se, a partir do início da década de 1970, uma espécie de alvo crítico preferencial do revisionismo, sobretudo do revisionismo conservador, que é o dominante e o mais radical.

Em 1978, ou seja, apenas seis anos depois do aparecimento do livro de Stone, eis que o revisionismo de direita já contabilizava um número considerável de trabalhos, os quais procuravam negar todos os pressupostos brilhantemente formulados e empregados por Stone em seu livro. (Alguns desses trabalhos saíram em um fascículo especial da revista norte-americana *Journal of Modern History*, em 1977.) Resumindo, esses trabalhos recusam os fatores de longa duração para explicar o início da Revolução e da guerra civil inglesa, considerando-os teleológicos; minimizam os contrastes políticos e ideológicos nos parlamentos e na sociedade na época dos primeiros reis Stuart; tratam os fatores que levam ao colapso do regime como meramente contingentes; insistem no predomínio dos valores mais tradicionais; concedem uma atenção privilegiada às dimensões localistas e particularistas: e, por último e não menos importante, reabilitam a narrativa e recusam as explicações estruturais.¹⁵

É, sem dúvida, este último aspecto que motivou Stone a publicar na revista *Past & Present*, de 1979, o artigo “O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”, pois, nas suas palavras, esse retorno à narrativa não deixa de representar o “fim da tentativa de produzir uma coerente explicação científica da mudança no passado”.¹⁶ Isto pelo lado da direita.

Do lado da esquerda, antes de tudo o mais, registre-se uma espécie de resposta crítica de Hobsbawm, em 1980, na mesma revista *Past & Present*, ao artigo de Stone sobre a narrativa. E, o que é mais importante, uma polêmica muito especial – pelo tom polido e respeitoso – com o historiador marxista Ch. Hill, e intermitente, pois, da parte de Stone, começa já com a publicação de seu livro de 1972 e “termina” com o artigo de 1985, “The Bourgeois Revolution of Seventeenth-Century England Revisited” (na mesma revista, onde se lê: “Agora, Hill e eu concordamos que a Revolução Inglesa não foi causada por um claro conflito entre ideologias e classes feudal e burguesa... que a *gentry* parlamentar não tinha a intenção consciente de destruir o feudalismo; mas que o resultado final, primeiro o da derrota da realeza, e, segundo, o da consolidação de tal derrota na Revolução Gloriosa, quarenta anos mais tarde, foi decisivo”). Entre as respostas de Hill menciona-se o notável ensaio “Uma Revolução Burguesa?”, de 1980; notável, entre outras coisas, porque é uma defesa muito meditada e conjunta (note-se que Hill agradece a Hobsbawm e a Thompson pela leitura e comentários que fizeram ao rascunho do texto) de suas concepções marxistas.¹⁷

No mesmo ano de 1965, em que, pelo lado direito do espectro teórico-histórico, se reabria o debate sobre a natureza e o caráter da Revolução Inglesa do século XVII, também pelo lado esquerdo – ou melhor, no interior da esquerda – abria-se uma violenta polêmica, esta de caráter ainda mais abrangente, pois englobava todo o passado do país com o alentado e luminoso ensaio do socialista (e naquele momento ainda marxista) Edward P. Thompson, *As peculiaridades dos Ingleses*, em resposta aos ensaios *Origins of the present crisis* e *The English working class*, dos marxistas P. Anderson e Tom Nairn, de 1964.¹⁸

É digno de nota que, enquanto P. Anderson, em nome de um materialismo histórico mais duro e puro (mas na visão de Thompson dogmático, afrancesado e equivocado), considerava, entre outras críticas, que “o legado ideológico da Revolução [Inglesa do século XVII] foi quase nulo”, Thompson sustentava o contrário, isto é, a riqueza e importância daquela experiência revolucionária. Stone, por sua vez, em um ensaio de 1980, *The Results of the English Revolutions of the Seventeenth Century*, publicado no mesmo volume que contém o importante ensaio já mencionado de Hill (“Uma Revolução Burguesa?”), expressou uma concepção, ele que se considerava um weberiano e liberal agnóstico inglês, muito parecida com a de Thompson, como se pode ver por esta afirmação: “na perspectiva da história mundial dos últimos quinhentos anos, o principal legado da Revolução à posteridade foi um reservatório imensamente rico de idéias que iriam ecoar e re-ecuar através das idades e durante as revoluções americana e francesa”.¹⁹

A réplica, violenta, de Anderson ao ensaio de Thompson, ao ficar sem resposta por parte deste e de qualquer outro, encerrou o debate, o qual foi, sem dúvida vencido pelo último, tal a sua superioridade intelectual em termos de escrita e, sobretudo, de visão, experiência e domínio da história inglesa.

Como quer que seja, a polêmica sobre a especificidade da história inglesa também permite mais uma aproximação com a historiografia da Revolução Francesa, pois, também nesta última houve, no final da primeira metade do século passado, uma crítica no interior da esquerda, com o livro de Daniel Guérin sobre a luta de classes entre “*bourgeois et braves*”, na Revolução Francesa.²⁰ Com sua tese sobre uma possível alternativa revolucionária socialista *avant la lettre*, ainda que insustentável, Guérin, para ser desmentido, estimulou Albert Soboul a investigar os *sans-culottes*²¹ para mostrar que estes não eram e não podiam ser portadores de tal alternativa.

Curiosamente, é no exato momento em que a historiografia de esquerda da Revolução Francesa vive o seu auge, na passagem dos anos 1950 para 1960, que começa o questionamento revisionista, primeiro com Cobban (1955) e depois com Furet e Richet (1965). Uma vez iniciado, o revisionismo na historiografia da Revolução Francesa não mais se deteve e não poupou nenhum dos componentes do edifício construído pela historiografia revolucionária.

Como acabamos de ver, o mesmo aconteceu, *mutatis mutandis*, com a historiografia da Revolução Inglesa. Contudo, o revisionismo, conservador e de direita, na historiografia da Revolução Inglesa, apesar de todo o seu volume impressionante, de todo o seu brilhantismo e contundência, não conseguiu desbancar de cena a historiografia, clássica e/ou revisionista, de esquerda e ocupar sozinho, como fez o revisionismo conservador e de direita francês, todo o palco, impondo a mais avassaladora hegemonia. Na Inglaterra, os historiadores do campo progressista, isto é, que vêem a revolução como um fenômeno histórico positivo, continua(ram) a apresentar pesquisas e interpretações, senão na mesma quantidade, sem dúvida com a mesma qualidade dos historiadores do campo adversário.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em abril/2005

Notas

* Professor Doutor do Departamento de História da FFLCH-USP.

¹ Trata-se de *La gauche et la révolution au milieu du XIXe siècle – Edgar Quinet et la question du Jacobinisme 1865-1870*. Paris, Hachette, 1986, p. 7.

² No prefácio, de 1986, a *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Tradução, apresentação e glossário de Modesto Florenzano. Bauru, Edusc, 2000, p. 33.

³ Como é sabido, esse termo foi consagrado no interior dos partidos social-democratas – sobretudo o alemão e o russo – da segunda internacional, nos fins do século XIX, para caracterizar as propostas que se afastavam, adaptavam ou reinterpretavam o que constituía a ortodoxia marxista; no caso das revoluções francesa e inglesa, é comumente empregado para indicar a reação à interpretação dominante, que no primeiro caso, com as figuras de Georges Lefebvre e Albert Soboul, era de caráter jacobino-socialista-marxista e, no segundo, com as figuras de Trevelyan, antes, e Tawney e Hill depois, era de caráter predominantemente *whig*-socialista-marxista.

⁴ As traduções francesa e italiana do livro são de 1974 e 1982, respectivamente. Sobre o autor, veja-se o belíssimo necrológio “Lawrence Stone 1919-1999”, do historiador Theodore K. Rabb, publicado no *The Times Literary Supplement*, de 2 de julho de 1999, e minha Apresentação, na tradução brasileira, pp. 11-26.

⁵ STONE, L. *Causas da Revolução Inglesa*, op. cit., p. 78.

⁶ Existe um consenso de que o revisionismo da Revolução Francesa começa com o texto de Cobban, apresentado e publicado em 1955; por outro lado, também se reconhece a importância exercida pelos artigos do historiador norte-americano G. Taylor, publicados entre 1960-1965, sobre o caráter da economia e da riqueza da França imediatamente antes de 1789. De toda maneira, não há ainda, salvo engano, um estudo que trate sistematicamente do problema do início do revisionismo francês e da contribuição que ele recebeu da historiografia anglo-americana. Veja-se, contudo, sobre isso, o livro de HOBBSAWM, E. *Ecos da Marselhesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁷ STONE, op. cit., p. 78.

⁸ LASLETT, P. *O mundo que nós perdemos*. Lisboa, Cosmos, 1975, pp. 227-8; o artigo de Elton encontra-se em *From the Renaissance to the Counter-Reformation*. H. C. CARTER (org.). Nova York, Randon House, 1965.

⁹ CLARK, J. *Revolution and Rebellion. State and Society in England in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*. Cambridge University Press, 1986, pp. 23, 38 e 71.

¹⁰ STONE, L., op. cit., p. 275-6.

¹¹ *The Making of an Historian. The Collected Essays of J. H. Plumb*. Athens, The University of Georgia Press, 1988, p. 371.

¹² STONE, op. cit., p. 165-6.

¹³ ANDERSON, P. em *Linhagens do Estado Absolutista* (Afrontamento, Porto, 1984), em uma nota de pé de página, assim se refere ao livro de Stone: “é o mais profundo estudo de tese existente sobre as metamorfoses de uma nobreza européia nesta época”, p. 51. Outra prova da consagração de Stone como historiador, em particular do seu livro *Causas da Revolução Inglesa*, nos é dada pelo historiador francês Roger Chartier, o qual, em seu *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*, inspira-se largamente no livro de Stone e afirma: “se, seguindo L. Stone considerarmos as revoluções (a inglesa do século XVII e a francesa do XVIII) não como um puro acidente, produto de circunstâncias aleatórias, nem como uma absoluta necessidade cujo momento e modalidades estariam logicamente inscritas em suas próprias causas – que lugar é preciso dar aos fatores culturais que, no seio das condições, tornam pensável e desejável uma ruptura tão radical?”.

¹⁴ A frase de Hobsbawm foi extraída de “La Rivoluzione”, *Studi Storici*, 1976, vol. 1, p.20, e a de Anderson, do livro já citado na nota anterior, p. 158.

¹⁵ Seguimos aqui a Pietro Adamo, em seu belíssimo artigo “L’interpretazione Revisionista della Rivoluzione Inglese”, *Studi Storici*, 1993; reunir e ler os textos desses autores, que aqui nem mesmo mencionamos, constituirá um dos momentos da pesquisa.

¹⁶ *Revista de História*, IFICH-UNICAMP, n. 2/3, 1989; trata-se, salvo engano, do único escrito de Stone, até o aparecimento de *Causas da Revolução Inglesa*, traduzido para o português.

¹⁷ O ensaio encontra-se traduzido, infelizmente com não poucas falhas, pela *Revista Brasileira de História*, n. 7 de 1984; faz parte desta pesquisa procurar as demais respostas dadas por C. Hill às críticas recebidas de Stone; bem como a releitura da polêmica com Hobsbawm sobre a narrativa.

¹⁸ O ensaio de Thompson, originalmente publicado em *The Socialist Register*, em 1965, e depois republicado em *The poverty of theory and other essays*, em 1978, foi traduzido, juntamente com outros escritos, em uma bela edição da Editora Unicamp, organizada por Antonio Luigi Negro e Sergio Silva, intitulada *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*, Campinas, 2001. Já o de Anderson, publicado na *New Left Review*, e republicado pelo autor em *English Questions*, em 1992, ainda aguarda tradução em português.

¹⁹ POCOCK, J. G. A. (org.). *Three British Revolutions 1641, 1688, 1776*, Princeton University Press, 1980.

²⁰ GUÉRIN, D. *A Luta de Classes em França na Primeira República, 1793-1795 (Bourgeois et Bras Nus)*. Lisboa, Presença, 1977 (1ª edição 1946).

²¹ SOBOUL, A. *Les Sans culottes parisiens en l’na II. Mouvement populaire et Gouvernement révolutionnaire, 2 juin 1793- 9 thermidor na II*. Librairie Clavreuil, 1958.

**HISTÓRIA E REVOLUÇÃO.
O DEZOITO BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE,
DE KARL MARX, E NAPOLEÃO, O PEQUENO,
DE VICTOR HUGO: UM CONTRAPONTO***

*Izabel Andrade Marson***

Resumo

O artigo analisa as interpretações que Karl Marx e Victor Hugo apresentaram – em suas obras *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *Napoleão, O Pequeno* – para o golpe de Estado perpetrado por Luís Napoleão Bonaparte (2/12/1851). Tem por objetivo ressaltar as mediações entre História e Política registradas na argumentação daqueles historiadores.

Palavras-chave

Política; revolução; historiografia; Karl Marx; Victor Hugo.

Abstract

*The article analyses the interpretations given by Karl Marx and Victor Hugo – presented in their works *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* and *Napoleon The Little, respectively* – concerning the “*coup d’état*” performed by Louis Bonaparte (2/12/1851). It aims to emphasize the mediations between history and politics, as registered in the argumentation of those historians.*

Key-words

Politics; revolution; historiography; Karl Marx; Victor Hugo.

A complexidade do ambiente político e intelectual que deu origem à revolução de 1848 na França ficou privilegiadamente registrada na problematização, nos argumentos e nos pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram Marx no preparo da obra *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, uma análise particularmente elucidativa dos eventos ocorridos naquele país entre 1848 e 1852. O inegável multifacetamento desse texto explica a atenção que vem despertando em estudiosos de vários campos das ciências humanas, pois o livro constitui, ao mesmo tempo, um testemunho, uma peça argumentativa tecida na trama da luta política de seu tempo, e, especialmente, uma reflexão teórica e crítica sobre a política liberal, as concepções burguesas sobre a história e sua instrumentalização no jogo político.

Dessa forma, esse é um texto de particular importância para os historiadores, na medida em que, além da narrativa-testemunho dos acontecimentos que precederam e sucederam o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 e das proposições políticas nele imbricadas, enseja a abordagem de várias questões historiográficas, dentre as quais vou tangenciar três: o debate historiográfico mais amplo ao qual o livro esteve relacionado; a polêmica política, teórica e metodológica específica em que esteve imbricado, na qual se destaca a crítica de Marx aos princípios e métodos praticados pelos políticos e pela historiografia liberal francesa na interpretação dos episódios de 1851, aqui representada pelo trabalho *Napoleão, O Pequeno*, de Victor Hugo; e, no reverso dessa crítica, o apontamento das mediações entre história e política inscritas em *O Dezoito Brumário*.

No que diz respeito ao primeiro problema, lembro a complexa circunstância política e historiográfica em que o livro foi escrito, pois ele coincide com o despontar de muitas obras e interpretações sobre o tema *revolução*, representativas de correntes historiográficas diversas – dentre as quais se destacam o romantismo, o positivismo, o historicismo e o socialismo –, obras criadas por políticos e intelectuais, a exemplo dos franceses Guizot, Thierry, Michelet, Tocqueville, Proudhon e Comte, do alemão Leopold von Ranke e dos ingleses Thomas Carlyle e Thomas Macaulay, apenas mencionando os mais proeminentes. Dentre outras problemáticas, afloravam nesse momento: a partilha de território entre especialidades que comporiam as ciências humanas, exatas e as artes; a definição de qual seria o estatuto da história (se ciência, arte, política ou todas essas possibilidades); o delineamento dos objetos e metodologias específicos do campo da história, referências necessárias ao ofício de historiar; e a precisão dos objetivos e significados pragmáticos do conhecimento histórico.

A segunda e terceira questões pressupõem que o referido texto de Marx possibilita a retomada de uma das facetas do debate político e historiográfico em curso, pois, embora tenha tido uma divulgação muito restrita no momento de sua primeira edição (1852), o livro

testemunha uma discussão que focava particularmente os significados do golpe de Estado de 1851, e envolvia políticos e intelectuais liberais e socialistas – a exemplo de Victor Hugo, na obra já mencionada, Proudhon, em *La Révolution sociale démontrée par le coup d'État* (também de 1852), e mesmo Tocqueville e Michelet – discussão mencionada por Marx no prefácio da segunda edição de *O Dezoito Brumário*, lançada quase 20 anos mais tarde, em 1869. Nessa possível polêmica, vou abordar o contraponto entre Marx e Hugo, um escritor já consolidado no momento em que *O Dezoito Brumário* foi escrito, e, também, um privilegiado porta-voz daquela prática historiográfica liberal de matiz republicana que Marx tanto ironiza. Esse contraponto possibilita, por um lado, explicitar a análise de Hugo sobre o contexto histórico que instaurou a República e sobre o golpe de Estado em particular; e, por outro, sistematizar o diagnóstico crítico feito por Marx dos princípios políticos e métodos da historiografia liberal.¹

Embora *O Dezoito Brumário*, publicado em maio de 1852, em Nova York, preceda (em meses) o *Napoleão, O Pequeno*, devo principiar pelo texto de Hugo, pois, além de veicular a interpretação mais difundida sobre o golpe de Estado ao longo de todo o século XIX, creio que esse autor e sua obra exemplificam com muita objetividade o interlocutor e as teses com as quais Marx parece polemizar. Nesse sentido, *Napoleão, O Pequeno*, nos auxilia a compreender a argumentação apresentada no livro de Marx e a discussão, ao mesmo tempo política e historiográfica, cristalizada nas duas obras.

Napoleão, O Pequeno e o crime do 2 de dezembro²

Será uma narração completa do infame evento de 1851 (...). Este relato do 2 de dezembro conterá, fora os fatos escandalosos que ninguém ignora, um grande número de fatos desconhecidos (...). Vários destes fatos foram vistos, tocados, atravessados pelo autor (...) Para todo o resto o autor procedeu a uma verdadeira informação judicial; fez-se, por dizer, o juiz de instrução da história; cada ator do drama, (...) veio depor diante dele; em todos os fatos duvidosos confrontou dizeres e, quando necessário, as pessoas. Em geral, os historiadores falam com os fatos mortos (...) Esse autor, foi com os fatos vivos que ele falou. (...) certamente, o autor não é mais “imparcial” (...) como se tem o hábito de dizer quando se quer louvar um historiador. Imparcialidade, estranha virtude que Tácito não tem. (...) O homem indignado não mente.³

Redigida no exílio e publicada em Bruxelas em agosto de 1852, ou seja, oito meses após o golpe, na forma de um drama trágico, a obra de Hugo narra eventos recentes que precederam o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, perpetrado pelo então presidente da recém-instalada república francesa de 1848, Luís Napoleão Bonaparte; e a repressão – uma carnificina – realizada nos dias seguintes por soldados embriagados e corrompidos pelo

dinheiro, contra a resistência organizada por deputados republicanos que integravam a Assembléia Nacional, grupo do qual Hugo fazia parte, mas, também, contra a “população inofensiva de Paris” e das províncias: “na quinta feira 4 de dezembro de 1851, a população inofensiva de Paris, a população não engajada no combate foi metralhada sem aviso prévio e massacrada com o simples objetivo de intimidação (...)”.⁴

Ao mesmo tempo em que narra os acontecimentos, o autor faz uma avaliação dos atos praticados pelos principais personagens com o intuito de incriminar o golpe, seu autor e cúmplices como traidores da nação – por terem violado as determinações da Constituição; como malfeitores, por terem corrompido muitos cidadãos, e o exército, como assassino por ter massacrado, detido e exilado homens inocentes e verdadeiramente patriotas. Ao denunciar o crime e “retirar a máscara” de seus autores e da interpretação que conferiram aos acontecimentos, o livro pretendeu ser uma peça política, uma denúncia que visava despertar a consciência do conjunto da nação francesa – os homens de negócios, os soldados, os camponeses:

A França não deve aderir a esse governo pelo consentimento da letargia; em certas horas, em certos lugares, dormir é morrer (...). Aos olhos da França, aos olhos da Europa, o 2 de dezembro ainda está mascarado. Esse livro nada mais é que a mão que sai da sombra e lhe arranca a máscara.⁵

Segundo ele, a nação havia sido iludida pelo comportamento dissimulado do governante e por suas artimanhas políticas, dentre as quais se destacava o discurso que identificava seus atos com o socialismo; reiterava a necessidade de preservar a ordem ante a ameaça de um “conluio vermelho”⁶ e, principalmente, assinalava a semelhança entre o desempenho político de Luís Napoleão e o de seu tio, Napoleão Bonaparte, teses de grande ressonância junto aos soldados e camponeses, que Hugo procura invalidar:

Ah, a França divaga. É preciso de algum modo acordar esta nação (...) falar com o soldado que tem uma gravura do Imperador na sua choupana e que vota em qualquer coisa por causa disso. Esse povo é bom e honesto. Compreenderá. Sim, camponês, eles são dois, o grande e o pequeno, o ilustre e o infame, Napoleão e Napoleão.⁷

Desempenhando o papel de historiador, o dramaturgo pretendeu, portanto, instruir um processo e demonstrar o quanto a nação estivera iludida ao conceder ao criminoso e seus cúmplices 7.500.000 votos no plebiscito instaurado em 20 de dezembro de 1851, um procedimento que ignorara o crime e absolvera os réus. Privilegiando um acontecimento (o golpe/crime) que congregou um pequeno período de tempo (dez. 1848-dez. 1851) e alguns episódios – a posse e o juramento do presidente (20/12/1848); o próprio golpe (2/12/51); a

jornada/resistência de 4 de dezembro de 1851; e o plebiscito que referendou o ato de Luís Napoleão (20-21/12/1851) –, Vitor Hugo projeta dois sentidos contraditórios para esse fato e para seus desdobramentos: ele teria configurado, simultaneamente, um crime e um marco significativo do progresso humano.

Assim, retomando-se o primeiro desses significados, o golpe constituía um delito (ao mesmo tempo político e comum), um ato “inesperado” de traição, perjúrio, saque aos cofres públicos, seqüestro, deportação, fuzilamento, massacre e assassinato, que contrariava o estágio de desenvolvimento e civilização característicos da nação francesa e do século XIX. A figura do criminoso/traidor, em especial, é construída com dados mencionados em testemunhos de alguns partidários (que acentuam seus vínculos com o socialismo e com a preservação da ordem, teses que Hugo contesta); mas também e sobretudo, de adversários, dentre eles o autor do texto, que reiteradamente projetam a imagem de um golpista e corruptor desde sempre. Hugo também recorre ao passado para demonstrar a afinidade entre o comportamento de Luís Napoleão e o de personagens históricos reconhecidamente “maus” – o duque de Alba, Carlos X, Henrique VIII, César Bórgia, Maquiavel. Dessa aproximação emerge uma imagem uniforme do réu : um homem dissimulado, quieto, arditoso, vulgar, pueril, teatral, “mas não um idiota, alguém que sabe o que quer e que agia apostando no inesperado”. Um dos objetivos mais expressivos de Hugo é marcar a diferença entre a “pequenez” política e moral de Luis Bonaparte (um vetor dos interesses e práticas remanescentes do passado absolutista – do jesuitismo e do corporativismo militar)⁸ e “a grandeza” (na maior parte de seus atos) de Napoleão Bonaparte, que pretendeu reedificar o império do Ocidente e tornar a Europa sua vassala. Explica que “O que tornou o homem pequeno em grande fora o ardid e o dinheiro”. Porém, embora recuse a existência de uma identidade entre o sobrinho e o tio, Vitor Hugo não deixa de reconhecer algumas semelhanças entre eles, por exemplo, a ambição e a recorrência aos golpes de Estado: “o certo é que O Dezoito Brumário é um crime cuja mancha sobre a memória de Napoleão foi aumentada com o 2 de dezembro (...) mas é falso que Luís Bonaparte seja idêntico a Napoleão”.⁹

Mas, por outro lado, para Hugo, o fato signatário do crime também resguardava sentidos reveladores do progresso inevitável da história quando impulsionada pela sábia intervenção divina. Dessa forma, ao mesmo tempo que espelhava um conflito intrínseco à natureza humana (o livre curso de vícios: a ambição, a dissimulação) e à natureza física (um obstáculo que se antepusera ao curso natural do progresso, que símile a “um rio que corre” o removeria), sinalizava conquistas franqueadas por Deus à humanidade. Assim, apesar de ilegítimo e criminoso, o ato de Luís Bonaparte veiculara importantes revelações históricas

e políticas para a sociedade de seu tempo: a tragédia vivida pela nação francesa – símile à paixão de Cristo – atingira duramente o prestígio do império e da monarquia, suprimira os preconceitos e receios ainda existentes contra a democracia e a república:

Então não vedes que isso é uma quimera? Não vedes que o 2 de dezembro não é senão uma imensa ilusão, uma pausa, um tempo de parada, uma espécie de pano de fundo por detrás do que Deus, esse maquinador maravilhoso, prepara e constrói o último ato, o ato supremo e triunfal da revolução francesa! (...) Graças a 1848, a República (antes sempre remetida a 1793 e ao terror) não aterroriza mais; graças a Luís Bonaparte o império não fascina mais. O futuro se tornou possível. São os segredos de Deus.¹⁰

A narrativa e interpretação de Vitor Hugo sobre os acontecimentos de 1848-1852 denotam princípios e metodologia que já haviam sido tratados com particular ironia por Marx, meses antes, em *O Dezoito Brumário*. Os princípios acentuam o movimento inevitável da história em direção ao progresso, porém, predominantemente acionado por figuras (representativas de forças) exteriores à vontade dos homens e que imperavam sobre eles: a natureza, a incontornável linearidade do tempo, simultaneamente repetitivo (quando remetido à cronologia) e cumulativo (quando identificado com o progresso da civilização), e a providência divina:

Essa política de resistência é uma política funesta. Esta luta do homem contra Deus é necessariamente vã. (...) O que deverá ser, será; é preciso que o que deve cair caia, o que deve nascer nasça, o que deve crescer cresça; mas, criai obstáculos a essas leis naturais e o tumulto sobreviverá. Coisa triste essa desordem que foi chamada ordem. Obstrui a veia e tereis a doença, entravai o rio e tereis inundações, barrai o futuro e tereis revoluções.¹¹

Por sua vez, a metodologia associa procedimentos afinados com os mencionados pressupostos: a narrativa em forma de um drama trágico referenciado especialmente nas mazelas humanas e nos desígnios divinos. A instrução de um processo e um julgamento articulando depoimentos devidamente aproveitados segundo as opiniões do historiador, juiz soberano. Uma periodização politizada, que configura meticulosamente o fato histórico, recortando episódios bastante pontualizados. A construção de uma trama que projeta alguns personagens centralizadores das ações, onde “no centro está o homem, o malfeitor e seus cúmplices”, condutores da narrativa e dos acontecimentos. E a recorrência a passagens do evangelho e à história da humanidade para neles reconhecer situações ou figuras exemplares – boas ou más – que auxiliem na elucidação dos enigmas e personagens do presente, ou seja, para comprovar ou não a repetição histórica, princípio que, combinado com a idéia de progresso, é aceito sem maiores dificuldades. Nesse procedimento, portan-

to, está pressuposto que, dada a imutabilidade dos traços da natureza física, humana e das determinações divinas, grandes fatos e personagens podem se repetir parcial ou integralmente em recorrentes e sucessivas tragédias.

O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte

Victor Hugo [no *Napoléon, le Petit*] limita-se à investiva mordaz e sutil contra o responsável pelo golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito aparece em sua obra como um raio caído de um céu azul. Vê nele apenas o ato de força de um indivíduo. Não percebe que engrandece, ao invés de diminuir, esse indivíduo, atribuindo-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história do mundo. Eu, pelo contrário, demonstro como a luta de classes na França criou as circunstâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói.¹²

Também escrito “sob a pressão imediata dos acontecimentos”, o texto de *O Dezoito Brumário* constituiu originalmente um conjunto de artigos – sobre os eventos que ocorreram na França até o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 – preparados para um semanário político a ser publicado em Nova York por Joseph Weidemayer, a partir de 1º de janeiro de 1852. Todavia, a história do golpe descrita por Marx terminou integrando o primeiro número de uma publicação mensal lançada em pequena tiragem, ainda em 1852 – de título *Die Revolution* –, que substituiu o projeto original de Widemayer. Ela vinha problematizar as concepções dos republicanos franceses sobre o golpe de Luís Bonaparte, concepções sistematizadas, pouco tempo depois, nos pressupostos, na periodização, na metodologia e na interpretação apresentados por Vitor Hugo no *Napoleão, O Pequeno*.

Nesse sentido, Marx recusa as explicações centradas privilegiadamente no comportamento de Luís Napoleão e alguns cúmplices, na vontade da providência divina ou no curso natural dos tempos. Recusa também a percepção do golpe de Estado como um ato “inesperado” que tomara a nação de surpresa e colocara “um enigma” para os contemporâneos:

Não é suficiente dizer, como fazem os franceses, que a nação fora tomada de surpresa. Não se perdoa a uma nação ou a uma mulher o momento de descuido em que o primeiro aventureiro que se apresenta as pode violar. O enigma não é solucionado por tais jogos de palavras; é apenas formulado de maneira diferente. Não se conseguiu explicar ainda como uma nação de 36 milhões de habitantes pode ser surpreendida e entregue sem resistência ao cativo por três cavalheiros de indústria.¹³

Negando leituras que dissimulavam efetivas responsabilidades políticas historicamente engendradas, Marx substituiu “o enigma” criado pelos republicanos por um problema – o inegável apoio da esmagadora maioria do eleitorado a Luís Bonaparte – e por uma

interpretação que contemplou vários fatores. Destacou as convicções políticas de indivíduos e das classes e partidos que integravam a sociedade francesa, enfocando particularmente os republicanos, seu culto à Constituição e apego à ordem. Retomou as experiências e estratégias das revoluções burguesas do passado, em especial a Revolução Francesa de 1789, para contrapor-las ao presente. E recortou uma temporalidade mais extensa, que abarcou um número expressivamente maior de acontecimentos, e o desempenho de todos os segmentos políticos e sociais que integravam a França naquele momento.

Valorizando os interesses e a luta entre as classes como razões impulsionadoras do percurso da história, interpretou os episódios de dezembro de 1851 como uma batalha da guerra civil iniciada em fevereiro de 1848, na qual toda a sociedade estava envolvida, e como etapa na confecção de um projeto de República, símile da Monarquia, que deveria ser gerenciado pelas frações mais conservadoras da burguesia francesa. As explicações sobre o golpe de 1851 apontaram as afinidades políticas e a atuação conjugada, nos momentos que antecederam a ação de Luís Bonaparte, entre os signatários do golpe e quase todos os grupos políticos que compunham a sociedade francesa.

Nesse sentido, sinaliza que havia entre o golpista, seus parceiros, os republicanos de vários matizes e os monarquistas, uma afinidade de opinião em torno da defesa da propriedade, da família, da religião e da ordem; do apoio à República burguesa contra a República social, esta última considerada por Marx como o único projeto verdadeiramente revolucionário. Segundo ele, esse projeto havia sido percebido pelo operariado de Paris no decorrer dos acontecimentos que levaram à queda da monarquia, em fevereiro de 1848, e à instalação de um governo provisório no qual esses operários haviam conseguido ocupar um inédito espaço político.

Enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ante a visão das amplas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a discussões sérias sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia, que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da monarquia de julho caíram por terra. (...) À monarquia burguesa de Luís Felipe só pode suceder uma república burguesa, ou seja, enquanto um setor limitado da burguesia governou em nome do rei, a burguesia governará agora em nome do povo. As reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos, a que se deve pôr um paradeiro (...).¹⁴

Dessa maneira, Marx delega a responsabilidade do golpe e da violência nele imbricada aos grupos que – sob a alegação de que era preciso proteger a qualquer custo a Constituição que se encaminhava na Assembléia e debelar os “inimigos da sociedade”, organizados no “partido da anarquia, do socialismo e do comunismo” – se alinharam no “partido da

ordem” para derrotar o proletariado de Paris nas jornadas de junho de 1848 – a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpemproletariado, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural:

Enquanto os republicanos burgueses se entretinham na Assembléia, em criar, discutir e votar essa Constituição, fora da Assembléia, Cavaignac mantinha o estado de sítio em Paris. O estado de sítio foi a parteira da Assembléia Constituinte em seus trabalhos de criação republicana. Se a Constituição foi subseqüentemente liquidada por meio de baionetas, é preciso não esquecer que foi também por baionetas, e estas voltadas contra o povo, que teve que ser protegida no ventre materno e trazida ao mundo.¹⁵

Marx se singulariza a Hugo também na sinalização dos marcos que periodizam os eventos. Enquanto o dramaturgo-historiador centra sua atenção nos episódios de dezembro de 1851, a exposição de Marx minimiza o “fato/golpe” recuando os marcos, integrando-o num longo processo, ampliando o leque dos acontecimentos a serem tratados e os personagens envolvidos, projetando e centrando sua atenção nas ocorrências de fevereiro a junho de 1848. Portanto, no lugar dos dois únicos momentos anotados por Hugo (o período anterior e posterior ao golpe) registra três grandes fases, valorizando expressivamente as duas primeiras.

O primeiro período, considerado como o mais importante pelo historiador, abrangia os meses de fevereiro a maio de 1848 – ou o “Prólogo da revolução” – momento em que a resistência ao governo de Luís Felipe superou em muito as expectativas inicialmente restritas a uma reforma eleitoral e em que o proletariado de Paris anunciou um insuspeitado projeto de revolução social:

(...) o período de fevereiro (...) pode ser chamado o prólogo da revolução. Seu caráter foi oficialmente expressado pelo fato de que o governo por ele improvisado apresentou-se como um governo provisório (...) Nada e ninguém se atrevia a reclamar para si o direito de existência ou de ação real. (...) Não podia ser de outra maneira. O objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral, pela qual seria alargado o círculo dos elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubado o domínio exclusivo da aristocracia financeira. (...) porém, quando o povo levantou as barricadas, a Guarda Nacional manteve uma atitude passiva, o exército não ofereceu nenhuma resistência séria e a monarquia fugiu, a república pareceu ser a seqüência lógica. Cada partido a interpretava a seu modo. Tendo-a conquistado de armas na mão, o proletariado imprimiu-lhe a sua chancela e proclamou uma república social. Indicava-se, assim, o conteúdo geral da revolução moderna (...).¹⁶

No segundo período – de 4 de maio 1848 a fins de maio de 1849, momento de atuação da Assembléia Nacional Constituinte – foi redigida a nova Constituição e com ela fundada uma República burguesa ou, em outros termos, tiveram lugar os fatos “em que se reduziu os

resultados da revolução à escala burguesa”, ou seja, uma associação de classes derrotou e expurgou a almejada revolução social defendida pelo proletariado de Paris. Foi a conjuntura da Insurreição de Junho de 1848, quando “do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio”. Nessa circunstância, não relatada por Hugo em seu texto, a violência autorizada por todas as outras classes, dentre elas “os intelectuais de prestígio”, atingiu um segmento particularizado:

A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpemproletariado organizado em guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória e quinze mil foram deportados sem julgamento.¹⁷

O período que antecedeu ao golpe, de maio de 1849 a dezembro de 1851, quando se instaurou a República Constitucional ou Assembléia Nacional Legislativa, coincide com o momento em que, dadas as divergências de interesses e de leituras sobre como deveria ser o funcionamento da República burguesa, os grupos alinhados no “partido da ordem” (os republicanos pequeno-burgueses democratas, o partido republicano burguês e os monarquistas, que já haviam afastado o partido proletário) se hostilizaram e acabaram por a se excluir da cena política, abrindo espaço para o domínio dos monarquistas e franqueando a ascensão de Luís Bonaparte.

Marx localiza o ponto nodal dos conflitos entre os partidos que haviam derrotado o proletariado, nas diferentes concepções existentes entre eles sobre quais deveriam ser os poderes e direitos da Assembléia Nacional e do Executivo (investido no presidente Luís Bonaparte) e, sobretudo, a qual dessas instituições caberia a hegemonia no governo. Também deixa claro que, além dos discordantes interesses de classe, a disputa pelo poder naquela circunstância se assentou em um outro lugar: o próprio texto da Constituição recém-estabelecida. Em seu entender, o texto constitucional alocara o poder político em duas instâncias que se excluía mutuamente – a Assembléia e o Presidente –, ou seja, a Constituição possuía “duas cabeças”:

O domínio exclusivo dos republicanos burgueses durou apenas de 24 de junho a 10 de dezembro de 1848 (...). Resumiu-se na elaboração da Constituição republicana e na proclamação do estado de sítio em Paris. A nova Constituição era, no fundo, apenas a reedição, em forma republicana, da Carta Constitucional de 1830 (...) Esta Constituição (...) era, contudo, como Aquiles, vulnerável em um ponto; não no calcanhar, mas na cabeça, ou, por outra, nas duas cabeças em que se constituiu: de um lado, a Assembléia Legislativa, de outro, o presidente. (...) De um lado estão setecentos e cinquenta representantes do povo, eleitos por sufrágio universal e reelegíveis; (...) constituem uma Assembléia Nacional que desfruta de onipotência legislativa,

decide em última instância sobre as questões de guerra, de paz, de tratados comerciais, possui, só ela, o direito de anistia e, por seu caráter permanente, ocupa perpetuamente o prosicênio. Do outro lado está o presidente, com todos os atributos do poder real, com autoridade para nomear e exonerar seus ministros (...), com todos os recursos do Poder Executivo em suas mãos, (...). Tem atrás de si todo o poder das Forças Armadas. Goza do privilégio de (...), suspender a Guarda Nacional, destruir (...) os conselhos gerais, cantonais e municipais eleitos pelos próprios cidadãos. (...) Assim, enquanto a Constituição outorga poderes efetivos ao presidente, procura garantir para a Assembléia Nacional o poder moral.¹⁸

Portanto, entre 1849 e dezembro de 1851, o poder efetivo do presidente eleito por sufrágio universal – apoiado nas Forças Armadas e nos grupos monarquistas – foi gradativamente se impondo ao poder moral da Assembléia e eliminando, através de pequenos golpes sucessivos, um a um, os grupos republicanos. No entendimento de Marx, quando comparado à revolução de 1789, acontecia ali um processo revolucionário, porém invertido:

Na primeira revolução Francesa, o domínio dos constitucionalistas é seguido do domínio dos girondinos e o domínio dos girondinos pelo dos jacobinos. Cada um destes partidos se apóia no mais avançado. Assim que impulsiona a revolução o suficiente para se tornar incapaz de levá-la mais além, e muito menos de marchar à sua frente, é posto de lado pelo aliado mais audaz que vem atrás e mandado para a guilhotina. A Revolução move-se, assim, ao longo de uma linha ascensional.

Com a revolução de 1848 dá-se o inverso. O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno-burguês democrático. É traído e abandonado por este a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho. O partido democrata, por sua vez, se apóia no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição, os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apóiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trombolhões os republicanos burgueses e atira-se, por sua vez, nos ombros das Forças Armadas. Imagina manter-se ainda sobre estes ombros militares quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas (...) A revolução move-se, assim, em linha descendente.¹⁹

No processo de desenvolvimento desse confronto teriam então ocorrido sucessivas exclusões que desvaneceram as ilusórias expectativas constitucionais das classes que se haviam unido contra o proletariado, em especial aquela que pressupunha a inviolabilidade da Constituição e de sua guardiã, a Assembléia Legislativa, e que estipulava impreteríveis eleições presidenciais e o definitivo final de mandato de Luís Napoleão para o segundo domingo de maio de 1852.

A politização imbricada nesses marcos é inegável e também resguarda a preocupação do autor em apurar responsabilidades republicanas no golpe de Estado. Se o objetivo de Hugo fora inocentar esse partido, instituindo o processo do crime político e humano prati-

cado por um indivíduo (Bonaparte) e seus cúmplices contra uma surpreendida nação francesa, o de Marx foi relatar o desempenho/compromisso dessa sociedade no processo histórico de exclusão de um projeto revolucionário e da classe que o defendia, o proletariado de Paris. Se Hugo pretendia retirar as máscaras do traidor e de seus cúmplices, Marx, por sua vez, esclarece os subterfúgios dos democratas republicanos e de seus aliados para encobrir o processo revolucionário em curso, dentre eles a recorrência a personagens do passado na confecção de uma farsa política que obscureceu as vivências revolucionárias no presente.

Lembramos então, rapidamente, as célebres assertivas que iniciam o texto de *O Dezoito Brumário*: a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos; homens e acontecimentos não se repetem, a não ser como farsa; a recorrência ao passado, prática costumeira na vivência das revoluções burguesas, se constituía numa artimanha política, ao mesmo tempo instituidora de grandes imagens para suprir a pequenez de seus objetivos e glorificadora de efetivas revoluções encobertas.

Hegel observa (...) que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-51 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do *Dezoito Brumário*. (...) Mas, por menos heróica que se mostre hoje esta sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade. (...) A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; (...) de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez. (...).²⁰

Concluindo esta reflexão, gostaria de destacar como, embora partilhem alguns objetivos, princípios e procedimentos na configuração de seus textos – a instrumentalização da História como argumento para condenar o desempenho de Luís Napoleão e “enterrar sua memória”²¹; a recorrência a figuras apanhadas na literatura; a confecção de um drama-tragédia para fundamentar uma denúncia e apurar responsabilidades; a crença em expectativas promissoras em relação ao futuro e ao progresso, dentre outras –, em virtude das diferenças de pressupostos e de convicções políticas, Hugo e Marx sinalizam maneiras específicas de abordar o passado e fundamentar projetos inscritos na luta política para a qual suas obras foram criadas.

Nesse sentido, Hugo singulariza as acusações e projeta indivíduos, circunscreve o tempo e as responsabilidades, tece uma acusação e uma sentença, caricaturiza os personagens do presente espelhando-os nos mortos bons ou maus do passado para detectar ou

não possíveis repetições, e exacerba a linguagem do drama de maneira a quase transfigurá-lo em uma farsa. Por sua vez, Marx desdobra o tempo, os eventos e as responsabilidades e faz da ironia um eficiente recurso para sistematizar uma acusação que é também uma crítica e um esclarecimento. Em *O Dezoito Brumário*, a linguagem especialmente irônica esclarece dimensões pouco divulgadas de uma tragédia bem mais ampla, que o drama de Hugo não pretendeu documentar.

Nesse partilhamento de recursos utilizados para a confecção do texto, o contraponto mais expressivo para o historiador se situa no ato de tornar a história um eficiente argumento da política. Enquanto Hugo recorre aos personagens do passado para ressaltar o quanto sobreviviam, ou não, no presente e, através deles, valorizar uma revolução plenamente realizada, a revolução burguesa, Marx inverte os significados desses procedimentos: acentua as historicidades e recusa as conjurações dos mortos como farsas que obscureciam proposições efetivamente inovadoras, para sinalizar uma inédita revolução, a revolução social do século XIX. Por isso reitera que, naquele momento, a política revolucionária cobrava o abandono da “veneração supersticiosa do passado”, condição *sine qua non* para que a classe operária e suas lideranças buscassem “sua poesia” no futuro e concretizassem a revolução social ansiada não apenas por eles, mas, também e particularmente, pelo próprio historiador.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Este trabalho integra pesquisa financiada pelo CNPq.

** Professora Doutora do Departamento de História do IFCH/Unicamp.

¹ Uma instigante reflexão abordando especialmente as concepções políticas de Hugo e Marx foi publicada por Raymundo Faoro, em “O séquito de Napoleão”. Folhetim. *Folha de S. Paulo*. 13/3/1993.

² HUGO, V., *Napoleão – O Pequeno*. Tradução Márcia M. de Aguiar, São Paulo, Ensaio, 1996. O livro – que, dado seu sucesso, teve três edições em 1852 – precedeu e incorporou parte de *A história de um crime*, outra obra de Hugo sobre o mesmo tema (embora destacando a resistência republicana ao golpe de Luís Napoleão) publicada, também em 1852, pouco tempo depois do *Napoleão - O Pequeno*.

³ Texto particularmente elucidativo dos paradigmas metodológicos do historiador Hugo, no qual anunciou o preparo de *A história de um crime*, livro referenciado por Jean-Claude Fizaïne no histórico que acompanha a edição francesa (de 1987) do *Napoléon, Le Petit*.

⁴ *Ibid.*, p. 83.

⁵ *Ibid.*, p. 18-19.

Proj. História, São Paulo, (30), p. 137-150, jun. 2005

149

⁶ “Não é ele que faz socialismo, é o tempo (...) O que Bonaparte fez (o crédito fundiário, as estradas de ferro, a diminuição da renda) outros Imperadores também fizeram. (...) O ponto de partida do socialismo é a educação, é o ensino gratuito e obrigatório, são as luzes”. Para Hugo, o “conluio vermelho” era uma invenção para justificar o golpe, uma “assombração da Carochinha ressuscitada; o ogro do velho Perrault travestido de socialista”. Ibid., p. 59, 113.

⁷ Ibid., p. 64.

⁸ Ibid., p. 57.

⁹ Ibid., p. 30,62.

¹⁰ Ibid., p.170; 205.

¹¹ Ibid., p. 110-11.

¹² MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In: *Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni et al. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. Prefácio do autor à 2a. edição, p. 325.

¹³ Ibid., p. 333.

¹⁴ Ibid., p. 334. Grifos originais.

¹⁵ Ibid., p. 341. Grifos originais.

¹⁶ Ibid., p. 333-34.

¹⁷ Ibid., p. 334.

¹⁸ Ibid., p. 338-340.

¹⁹ Ibid., p. 345-346. Grifos originais.

²⁰ Ibid., p. 329-330.

²¹ “Napoleão III foi notavelmente sem sorte nas suas relações públicas. Ele foi suficientemente infeliz para unir contra si os mais poderosos talentos polêmicos de seu tempo, e as investidas combinadas de Karl Marx e Victor Hugo são suficientes, sozinhas, para enterrar sua memória, sem contar o espírito não menos mordaz de alguns talentosos jornalistas.” HOBBSAWM, E. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 119.

O COMUNISMO HISTÓRICO: ALGUMAS NOTAS (1917/1991)

*Lincoln Secco**

Resumo

O comunismo como teoria é importante para o debate marxista. Este artigo trata do assim chamado comunismo histórico ou socialismo realmente existente na forma como ele existiu depois da Revolução Russa. Para historiadores, as práticas dos partidos comunistas são igualmente importantes.

Abstract

Communism as a theory is important for the Marxist debate. This article investigates the so called historical communism or really existing socialism as it took place after Russian Revolution. For historians the actions of the communist parties are equally important.

Palavras-chave

Revolução Russa; comunismo; socialismo; marxismo; revoluções.

Key-words

Russian Revolution; communism.; socialism; marxism; Revolutions.

O “socialismo real” e o “comunismo histórico” foram expressões cunhadas para conceituar as práticas dos partidos comunistas tais quais elas ocorreram, e não como apareceram em teoria. Muita tinta se gastou na definição do modo de produção dominante na formação social soviética ou se os partidos comunistas eram mesmo comunistas. Essas discussões são importantes, mas, para o propósito do historiador, basta que aceitemos que o comunismo cuja história conhecemos é o daqueles partidos que assumiram o poder numa parte considerável do mundo e aboliram oficialmente a propriedade privada dos meios de produção. Ou o do movimento comunista inspirado naquela parte do mundo que se dizia socialista (para o caso dos partidos comunistas que não estavam no poder, mas se achavam parte do exército mundial da revolução).

Para a História, esse é o comunismo que importa. Ele foi o produto de um evento de grandes proporções: a Revolução Russa de 1917. E com conseqüências de longa duração. Suas tarefas e conquistas econômicas foram grandes. Imediatamente, partidos fiéis ao “grande outubro vermelho” surgiram na Europa e na América. Ainda antes de 1920, o comunismo gerou partidos organizados em países como Alemanha, Hungria, Países Baixos, EUA, Bulgária, Áustria, Dinamarca, Finlândia e até em países periféricos, como Grécia, Argentina e México. Desde 1920, os partidos se multiplicaram pelo resto da Europa, da Ásia e da América. Na África, o comunismo demorou mais a se implantar (com a exceção talvez da Argélia) e, em alguns países, nunca existiu partido comunista.

O comunismo foi dominante na esquerda revolucionária entre 1917 e 1956 (quando Krushev leu o relatório dos crimes de Stalin ao XX Congresso do PCUS) ou 1961, data mais importante porque gerou o primeiro cisma significativo no movimento comunista internacional: a ruptura entre União Soviética e China. Como o disse Hobsbawm, aquela era a segunda vez em que dez dias abalaram o mundo. Da primeira vez, foram os dez dias de outubro de 1917, descritos por John Reed. Da segunda, foram os dez dias de 1956, quando se pôs fim ao comunismo como movimento internacional centralizado na União Soviética.¹ O Deus ficou nu, para usar a expressão do escritor comunista norte-americano Howard Fast, autor de *Spartacus*.²

De toda maneira, o comunismo histórico só acabou para efeitos práticos em 1991 (fim da União Soviética). Antes disso, na esquerda revolucionária (ou em uma esquerda que não era liberal), não houve cismas e heresias de importância prática, especialmente no período da Internacional Comunista (1919-1943). As duas rupturas importantes posteriores à Segunda Guerra não foram de partidos, mas de Estados: Iugoslávia e China, por razões que eram mais nacionais do que propriamente e apenas ideológicas. O trotskismo, que tentou ser a alternativa revolucionária ao comunismo, no período da Internacional Comunista, só teve algum papel em poucos países de escassa importância global, como o Ceilão,³

que, aliás, só organizou um partido comunista em 1942. Uma excelente bibliografia⁴ dos escritos trotskistas mostra que a sua literatura política foi imponente só enquanto Trotski estava na União Soviética (o pico de publicações foi o ano de sua expulsão do Partido, 1927). Outro ano significativo foi 1937, sob a atmosfera dos processos de Moscou. O trotskismo, até mesmo como literatura política, adormeceu, e só depois de 1968 registram-se mais de cem títulos por ano. Como fenômeno eleitoral, ele nunca existiu. O mesmo se pode dizer (e com mais saliência) daquela corrente que se desenvolveu nos dois primeiros decênios do século e que, depois disso, desapareceu: o comunismo dos conselhos.

O comunismo teve que disputar, onde não chegou ao poder pela força das armas (suas ou da União Soviética), mais com as forças conservadoras, evidentemente, e, no campo da esquerda, com o velho socialismo liberal e nacional (ou socialdemocrata) do que com seus críticos de ultra-esquerda (*gauchisme*) – estes, aliás, pouco afeitos a disputas eleitorais.

Comunistas versus socialistas

Quando os comunistas formaram seus partidos, o socialismo nacional ou liberal predominante sentiu o impacto inicial. Mas logo se recuperou. Porque os comunistas (salvo exceções, como Brasil e Portugal) surgiram de dentro de partidos socialistas constituídos e concorreram com eles nas eleições (onde havia). E quase sempre separadamente, porque alianças eleitorais foram logo interdidas pela Internacional Comunista (IC). A oposição ao comunismo numa área socialista e democrática (além daquela anticomunista e de direita) foi uma realidade constante. Mesmo na União Soviética. Nas únicas eleições livres sob o regime soviético, para a Assembléia Constituinte, a oposição de caráter socialista democrático (mencheviques e socialistas revolucionários) obteve a maioria dos votos.⁵

O comunismo não estava destinado a ser um fenômeno eleitoral e de massas, e sim a formar pequenas vanguardas de revolucionários profissionais. Onde ele adquiriu apoio de massas, isto foi acidental. Como na Itália, depois da Segunda Guerra, que combinou a tradição do velho movimento socialista, a eficiência de uma organização leninista e a autoridade moral de uma espécie de igreja católica secular.⁶

Inicialmente, o crescimento do número de membros comunistas foi pequeno, ao menos até o início da Segunda Grande Guerra. A Internacional Comunista (IC) tinha 887.745 adeptos em 1921 (excluindo o PCUS) e chegou a 1.200.000 em 1939, às vésperas da Guerra. Já a Internacional Comunista dos Jovens (exceto o Komsomol soviético) teve melhor desempenho: em 1928, tinha 127.000 adeptos e atingiu 746.000 em 1939.⁷ Ou seja, não eram tão

poucos, mas evidenciavam duas coisas: seu poder de atração e pressão residia somente no poderio do Estado Soviético (real e simbólico); seu impacto inicial foi sensível, mas seu crescimento foi menor do que o esperado no período anterior à Guerra.

As eleições demonstravam isso. Eles só eram eventualmente mais fortes do que os socialistas na Bulgária (17,9% dos votos em 1920, contra 5,43% dos socialistas) e na Tchecoslováquia (13,2% dos votos em 1925, contra 8,9% dos socialistas) ou disputavam em relativa igualdade na Alemanha (16,9% dos votos em 1932, contra 20,6% dos socialdemocratas), na Finlândia (14,8% dos votos em 1922, contra 25,1% dos socialistas) e na França (9,7% em 1924, contra 17,2% dos demais socialistas). Nos demais países europeus, o comunismo não existia como força eleitoral considerável. E mesmo nestes países anteriormente apontados, era bastante tímido seu apoio eleitoral, com a exceção, talvez, da Alemanha de 1932 (citada) e da França no ano de 1936, sob a tática de Frente Popular, quando os comunistas obtiveram 18,3% do eleitorado e os socialistas, 19,3%.⁸

O comunismo inexistia eleitoralmente em todo o extremo norte da Europa, nas Ilhas Britânicas e nas Penínsulas do sul do continente. Ou seja, sua força concentrava-se na União Soviética e na Alemanha, e tinha alguma influência na Finlândia, bastante próxima da Rússia, na França, onde a maioria dos socialistas presentes no Congresso de Tours optou pela adesão à IC, e no movimento operário radical da Itália, especialmente em Turim. Ainda assim, o PC da Itália só obteve 4,6% dos votos nas eleições de 1924.

Pode-se argumentar que os partidos comunistas eram máquinas para tomar o poder e não para disputar eleições. Quem leu as memórias de Jan Valtin⁹ (*Do fundo da noite*) não pode deixar de ter essa impressão. Nesse caso, precisaríamos medir sua força em número de militantes organizados. Ricard Julius Herman Krebs, verdadeiro nome de Jan Valtin, era um marinheiro de Hamburgo (Alemanha). Militante comunista e membro do NKVD (a polícia política da URSS), ele foi preso pela Gestapo (a polícia política nazista). Trabalhou como agente duplo até escapar da cadeia e ir para os Estados Unidos. Depois da Guerra, dedicou-se à literatura e à luta contra o comunismo. O seu livro, originalmente escrito em inglês (*Out of the Night*), foi editado no Brasil em 1942 e 1947. Em 1967, a obra reapareceu com o curioso título de *O espião que abalou o III Reich*. Mas agora, já no bojo de uma ação editorial anti-comunista, promovida sob o regime ditatorial de 1964.

No leste da Europa, os comunistas eram em número considerável para aqueles países de populações pequenas. Na Bulgária, eles eram 35.000 e, na Iugoslávia, 60.000 no ano de fundação (1919). Na Tchecoslováquia, um país de maior nível de desenvolvimento, eles eram 170.000 (1922) e, na Finlândia, 40.000 (1921). Na Europa Ocidental, os comunistas só eram numerosos naqueles países (poucos) onde também eram bem votados. Na França, eram 131.000 em 1921, número que quase triplicou até 1937. De toda maneira, se considerar-

mos a população, os comunistas franceses eram mais fracos do que os tchecos e eslova-
cos, entre os quais conseguiram, em 1925, algo como 13,2% dos votos, contra 8,9% dos
socialistas. Nas eleições seguintes, a situação se inverteu, mas, ainda assim, comunistas e
socialistas equilibravam-se em seu fraco (mas não desprezível) desempenho eleitoral.

Havia uma correlação entre a força militante dos partidos comunistas e suas votações.
Exceto na Itália, onde o partido nasceu com 70 mil militantes e tinha fraco apoio eleitoral,
isso pode ser exemplificado pelos dois países mais industrializados da Europa e que conta-
vam com a maior classe operária em termos percentuais. Na Grã Bretanha, apenas 5 mil
comunistas estavam no partido em 1922. Dois anos depois, obtiveram 0,33% dos votos. Em
1935, tiveram 0,1%. Na Bélgica, os 517 comunistas obtiveram 0,39% dos votos em 1925. Em
ambos os países, a classe operária votava maciçamente no Partido Trabalhista e nos socialis-
tas, respectivamente. O agente do Comintern, Jan Valtin, teve enorme dificuldade de achar
uma sede do partido comunista na Antuérpia. Em alguns países, o partido era tão insignificante
que, mesmo na legalidade, como na Inglaterra, era preciso procurá-lo muito bem.

Além disso, o número de comunistas decresceu em quase todos os países europeus
na virada dos anos 20 para os 30. Como se sabe, entre 1921 e 1923, a IC aplicou a tática de
frente única contra os seus inimigos políticos principais, os fascistas. Essa política, prop-
ugnada por Lênin, encontrou séria resistência no interior dos próprios partidos comunis-
tas, que eram as seções nacionais da IC, particularmente os ocidentais, como o italiano.
Comunistas em Holanda, Inglaterra, Alemanha e alhures já se colocavam contra alianças
bem antes disso ou até mesmo pregavam o abstencionismo eleitoral. O III e o IV Congres-
sos da IC confirmaram, em suas teses, a tática de alianças políticas. Tentou-se até mesmo
um acordo entre a II Internacional (socialista), a III Internacional (comunista) e a Internacio-
nal dois e meio (basicamente, austro-marxista). Na Conferência de Berlim (2 a 5 de abril de
1922), compareceram alguns dos líderes máximos da esquerda européia: R. Macdonald,
Vandervelde, Longuet, Zinoviev, Bukharin, Otto Bauer e Max Adler. A chamada conferência
das três internacionais foi a única do gênero e não teve efeitos políticos significativos.

O V Congresso da Internacional Comunista ainda manteve, genericamente, a tática
definida anteriormente, mas nele já apareciam elementos de “denúncia” da socialdemocra-
cia. Zinoviev, alto dirigente do governo soviético, lançou a idéia de que os socialdemocra-
tas eram a “*mão esquerda da burguesia*” ou, simplesmente, uma “*ala do fascismo*”.¹⁰ O IX
pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC) adotou as posições de
Stalin em fevereiro de 1928, fato que ficou conhecido como a *viragem* na política da IC. Essa
política de isolamento é que fez despencar os efetivos da IC em algumas seções nacionais.

Além das crises internas na IC e na União Soviética, dos expurgos e defecções, a crise
econômica abalou os partidos e a ascensão do fascismo arrebatou setores da classe operá-

ria e destruiu os partidos comunistas em Itália e Alemanha. Nesse momento, eles não passavam de 10 mil pessoas, em média, em Polônia, Iugoslávia, Áustria, Itália, Bélgica, Grã-Bretanha, países nórdicos, Luxemburgo, Holanda e Suíça. Muitos deles diminuíram brutalmente depois do *tournant* do PCUS em 1928, que lançou os comunistas no isolamento político total. Entre 1928 e 1932, os comunistas iugoslavos caíram de 3.000 a 200; na Dinamarca, de 1.341 a 400. Na Noruega, eram 98 mil (1921) e caíram a menos de 3 mil (1932). Na Suíça, caíram de 7 mil (1921) a 3 mil (1928) e, na Suécia, de 14 mil (1921) a 6 mil (1929).

Os partidos comunistas que se mantiveram numerosos foram aqueles que tinham razões internas em seus países para ter alguma importância. A França tinha um Partido de grande apoio militante e eleitoral nos anos 30. A Espanha viria a ter um movimento comunista de importância em função da sua política na Guerra Civil (1936/1939) e do apoio soviético. Mas, nesse decênio, a maioria dos partidos recuperou parte de suas forças, especialmente depois da adoção da tática de frente única antifascista em 1935, quando a IC retirou os comunistas do isolamento e lhes indicou alianças com liberais e socialistas contra os fascistas. Até em países marginais para a IC, como Grécia, Inglaterra e países nórdicos, os comunistas voltaram a crescer, ainda que de forma tímida. Na verdade, às vésperas da Guerra, só restavam dois partidos comunistas de massas com mais de 300 mil membros efetivos: o espanhol e o francês. O alemão havia sido dizimado, diminuindo em seis vezes o seu tamanho em menos de quatro anos. O finlandês, como o italiano, só voltaria a ter uma base de massas no final da Guerra. Uma longa noite começava para os comunistas.

Recuperação

Do ponto de vista geográfico, a História do Partido Comunista Francês é um fluxo seguido de um refluxo. Entre 1921 e 1936, data da vitória do Front Populaire, a força está em Paris e em sua periferia. Durante a Guerra, ela se estende pelo centro do território francês. Uma incidência vasta e central. Só nos anos 70, e mais acentuadamente nos anos 80 e 90, é que o comunismo encolhe muito, como veremos mais adiante.¹¹ Para se ter uma idéia, na mesma época (1945), o socialismo francês contava com 335 mil aderentes. A tendência a um encolhimento do Partido Comunista não foi isolada. Já nos anos 50, os socialistas franceses diminuía, chegando, em 1962, a 91 mil aderentes.¹² Entretanto, seus votos aumentaram depois.

Esse fenômeno particular de crescimento do comunismo repetiu-se durante a Guerra na maior parte do mundo. Dois movimentos se conjugaram: o do aumento quantitativo ou intenso e a ampliação geográfica.

O comunismo só existia como força eleitoral em poucas regiões da Europa. Na América Latina, ele não existia, fosse como força eleitoral, fosse como força militar. Mesmo no Brasil, onde foi mais imponente nos meios militares, nunca conquistou a maioria dos oficiais. Na Ásia, ele não passava de uma força teórica no Japão e de uma minoritária e derrotada força militar na China. Isso mudou durante a Guerra. Por sua estrutura centralizada, disciplinada e adaptada à luta clandestina (e também, reconhecemos, por sua fé inabalável), os comunistas resistiram com muito mais facilidade do que os socialdemocratas, propensos a fazer política só em movimentos de massas legalizados. Além disso, a vitória do Exército Vermelho deu-lhes o prestígio necessário para conquistar grande parte da opinião pública, o que lhes garantiu também a participação em vários governos de coalizão em França, Itália, Bélgica, Áustria, Dinamarca, Noruega, Luxemburgo, Finlândia e Islândia.

Foi assim que todos os partidos comunistas cresceram, em número de membros e em votos, a partir de 1945. Na Europa Ocidental, esse movimento foi nítido: a Áustria, apesar de nunca ter tido um partido comunista forte, viu o seu número chegar a 150 mil (1948), embora os resultados eleitorais continuassem pífios, como em Suíça, países nórdicos e ilhas britânicas. Mas até em países onde esse resultado beirava só os 10%, como Grécia, Noruega, Luxemburgo, Holanda e outros, já se detectava um aumento considerável. Só na Grã-Bretanha, o comunismo não apresentou nenhum resultado (em parte pelo sistema distrital puro adotado naquele reino). Mas, mesmo lá, houve aumento de inscrições no partido (47.513 em 1944).

A extensão ocidental mais significativa do comunismo se deu naqueles países onde ele já tinha uma tradição eleitoral e sindical: Itália, Finlândia e França. E o ganho da Itália foi compensado pela perda permanente da Espanha. Na Finlândia, onde os comunistas nunca ameaçaram o poder estabelecido por eleições, eles eram 150 mil, em 1946, e atingiram 21,6% dos votos em 1951. Na Itália, o comunismo causou um impacto estupendo: de apenas uns 5 mil homens e mulheres enfiados na resistência ao fascismo, em 1943, eles passaram a ser cerca de 2 milhões e meio uns cinco ou seis anos depois, com 19% dos votos (1946) somados aos 21% dos socialistas. Essa votação foi crescente até os anos 70. Na França, o ano de 1947 assinalou 907.785 comunistas e, pouco antes, 26,2% dos votos válidos. Essa situação legitimou a entrada de ministros comunistas em vários governos surgidos no pós-guerra: Islândia, Finlândia, França e Itália.

Entretanto, esses resultados eram exagerados. De fato, o comunismo se expandira eleitoralmente no Ocidente, *ma non troppo*. O início da Guerra Fria assinalou o fim do idílio entre socialistas e comunistas, dividiu a Europa em duas áreas controladas pelos EUA e pela União Soviética e derrubou parte do apoio da opinião pública aos partidos identificados com o lado socialista. Entre o fim da Guerra e o início dos anos 50, os resultados se

estabilizaram muito abaixo daqueles anteriormente citados. Na Áustria, os comunistas caíram daqueles 150 mil a menos de 30 mil; na Bélgica, caíram a 40% do que eram; na Dinamarca, diminuíram de 75 mil a 21 mil; na Finlândia, diminuíram a um terço do total anterior; e algo semelhante ocorreu em Holanda, Luxemburgo e Noruega.

Ora, os dados de números de membros e de votos demonstram que a fidelidade comunista só se manteve de forma duradoura e significativa na França e na Itália, e, de modo menos importante, na Finlândia. Alhures, o comunismo só teve alguma importância eleitoral (efêmera) em países periféricos, como Brasil e Chile, mesmo assim muito longe dos resultados de seus congêneres europeus.

O Bloco Socialista

O comunismo demonstrou sua força onde estava no poder, evidentemente. Na China, por causa de uma guerra popular prolongada, que tornou os comunistas a única força militar com intenção, aos olhos do povo, de enfrentar decididamente o inimigo japonês, o comunismo se tornou mais uma força armada nacionalista do que revolucionária *stricto sensu*. Assim também na Iugoslávia. Não por acaso, esses dois países romperam com a União Soviética, porque, ao se tornarem forças nacionais, não podiam mais servir de correia de transmissão para a política exterior soviética.

No restante do chamado bloco socialista, os partidos comunistas cresceram em número de membros e apoio. Isso é real e concreto. Não se tratava apenas de ditaduras sem apoio popular. Se o comunismo teve aumento de apoio na Europa ocidental, não é de se duvidar que esse apoio tenha existido também a leste do Elba. Mas os países comunistas eram os mais atrasados da Europa e a representação política comunista era mais dos camponeses do que dos operários.

Entre os países do novo bloco socialista, a Tchecoslováquia era o mais industrializado: 42% de sua população economicamente ativa, em 1930, estavam empregados na indústria e 14% em comércio e transportes. Já Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia e Iugoslávia tinham mais da metade de sua população economicamente ativa na agricultura. No caso desses três últimos, o índice beirava os 80%.¹³ O novo partido albanês tinha só 22,6% de operários (1948) e 67,3% de camponeses. O Partido Operário búlgaro, 25,91% operários (junho de 1947), 43,8% de camponeses, 16,17% de empregados e 14,13% de artesãos. Já o PC tcheco tinha 58% de operários (março de 1946). O Partido Operário polaco tinha 64,7% de operários (dezembro de 1946) e o PC húngaro, 42,6% de operários (setembro 1946). O PC romeno tinha 44% de operários (setembro de 1947).¹⁴ Esses dados importam pouco, na

medida em que eram intelectuais muitos dos quadros dirigentes, mas também servem para mostrar que aqueles partidos eram muito mais populares que seus opositores dentro e fora de seus países.

O apoio popular era expresso nas votações. Nas eleições realizadas em 1945, as Frentes Populares, formadas pelos comunistas e seus aliados, obtiveram sempre mais da metade dos votos válidos. Não queremos aqui discutir o argumento de que essas eleições não eram válidas em termos de democracia liberal. Com o decorrer dos anos, ninguém mais acreditava nessas eleições. O escritor colombiano Gabriel Garcia Marques deixou um relato sobre a opinião que alguns alemães orientais tinham a respeito dessas consultas eleitorais.¹⁵ Em geral, elas deixaram de ser livres quando o apoio da opinião pública diminuiu em toda a Europa e a chamada Guerra Fria começou para valer. Desde então, a Europa estabilizou-se em uma área comunista e outra capitalista e liberal. Perto da União Soviética, a Finlândia (no Velho Mundo) ainda mantinha-se liberal. E, no Ocidente, só a Itália e a França tinham zonas vermelhas consideráveis, e aquela mais do que esta. Espanha e Portugal mantiveram-se capitalistas, mas não politicamente liberais.

Depois da Guerra e da consolidação das chamadas Democracias Populares, o número de membros dos partidos comunistas permaneceu alto na Europa Central e do Leste e cresceu entre 1955 e 1965. Nota-se que esse apoio suposto aos partidos comunistas era maior em países como Alemanha Oriental e Tchecoslováquia (ver a tabela):

População e membros do Partido Comunista¹⁶ no Leste Europeu

País	População (em milhões)		Comunistas	
	1955	1965	1955	1965
Bulgária	7,46	8,17	0,42	0,58
Tchecoslováquia	13,03	14,11	1,45	1,68
Alemanha Oriental	18,00	17,18	1,45	1,75
Hungria	9,65	10,10	0,80	0,60
Polônia	27,01	31,30	1,34	1,73
Romênia	17,04	18,98	0,54	1,38
Total	92,14	99,84	6,00	7,72

Fonte: J.F. Brown. *The new Eastern Europe*. New York, Praeger, 1968, p. 290.

Obviamente, essas estatísticas eram oficiais. Supondo que eram corretas, ainda assim, elas revelavam pouco do que seria um apoio consciente aos regimes comunistas. Em regimes de partido único e economias controladas pelo Estado, uma parte das pessoas entrava no partido para fazer carreira.¹⁷ É o que se diz a respeito do presidente da Polônia, democraticamente eleito após o fim do socialismo naquele país: Alexandre Kwasniewski. Diferentemente da velha guarda de comunistas, ele entrou no partido nos anos 70. Não por uma crença em ideais comunistas, mas para fazer carreira.¹⁸ Parte significativa dessa geração adquiriu o comunismo como técnica social, para conquista e manutenção do poder. Assim, tornou-se indiferente para os novos *mass media* da Rússia o fato de que seus dois presidentes da fase pós-comunista tenham sido membros do partido (Yeltsin e Putin). Agora, eram liberais!

Dispersão

O comunismo era um fenômeno europeu à época de seu surgimento. Todos os partidos comunistas do Velho Mundo, à exceção do Partido do Trabalho da Albânia, já estavam formados até 1930. O último deles foi o da Islândia. Na Ásia, alguns partidos acompanharam cedo a onda européia: Mongólia, China, Japão, Indonésia e Coreia formaram seus PCs nos anos 20. Mas o resto do extremo Oriente não. A Índia teve logo um Partido (1925), e, no Oriente Médio, só a Palestina. A Turquia teve seu partido também mais cedo (1922). Ainda antes, o Irã (1920), bem antes da Síria (1930) e do Iraque (1932). Nos demais países muçulmanos, o comunismo formou-se depois dos anos 30. Em alguns casos, nunca se formou convenientemente, como em Kwait, Líbia e Yemen. Na África, o comunismo só se organizou no norte, Egito, o pioneiro (1921), e Tunísia e Marrocos – mesmo assim, depois de 1934. Na parte meridional, a República da África do Sul teve seu partido desde 1921. Esse partido, que tinha somente mil membros na data de sua fundação, tornou-se um potencial partido de massas na segunda metade do século, quando integrou o Congresso Nacional Africano e mergulhou na luta contra o *apartheid*. Os demais países asiáticos e do norte da África criaram agremiações comunistas só depois da Guerra. Mas muitos deles nunca tiveram um agrupamento independente. Ocorre que, no bojo da descolonização, os grupos nacionalistas revolucionários substituíram-nos em suas tarefas políticas e, quando no poder, muitas vezes, instalaram ditaduras internamente anticomunistas. No restante da África, os comunistas nunca se organizaram em partido oficial, exceto em Argélia, Lesoto, Madagascar, Nigéria, Réunion, Senegal, Tanzânia e naqueles já citados. Todos esses surgiram a partir de

fins dos anos 50. Só o Sudão formou seu partido em 1946. Tchad, Somália, Botsuana, Ghana, Kenya, Mali, a África portuguesa toda, a Swazilândia, Níger, Guiné, Camarões e Congo Brazaville não tinham PCs formais nos anos 60.

Na Oceania, os comunistas formaram-se muito cedo (1920) em Austrália e Nova Zelândia. A exemplo da América do Norte, com EUA (1919), México (1919) e Canadá (1921).

América Latina (dados eleitorais)

Na América Latina, a geografia política era semelhante à da Europa, apenas com algum atraso em poucos países. O comunismo se organizou cedo na América do Sul: Argentina (1918), o México (1919), Chile (1921), Uruguai (1921) e Brasil (1922). Esses partidos comunistas se influenciaram reciprocamente ou, como no caso do Brasil, receberam uma limitada influência do pioneiro, o Partido Comunista da Argentina.

Ainda assim, o subcontinente era, naquela época, uma extensão cultural da França, da Grã-Bretanha e, em menor medida, da Espanha. Por isso, a implantação do comunismo foi uma transposição de um fenômeno europeu. Não desejamos, com isso, corroborar a tese da planta exótica, de que os comunistas foram agentes estrangeiros que nada tinham a ver com a cultura latino-americana. Em primeiro lugar, é discutível afirmar se havia (ou há) uma cultura latino-americana sem diferenças internas. Em segundo lugar, se essa cultura existiu, toda ela, incluindo a das classes dominantes, era determinada pelas modas da Europa Ocidental (de França e Grã-Bretanha). E em termos políticos e ideológicos, muito mais da França, antes que os Estados Unidos ditassem os rumos do continente. A América do Norte foi mais influente na parte central e, depois, também no sul. De toda maneira, até 1930, quase todos os países do continente tinham partidos estruturados e filiados à IC. Somente Porto Rico, Guadeloupe, Martinica, Paraguai, Venezuela e República Dominicana não o tinham. E talvez alguma colônia menor do Caribe ou das Antilhas. Todos eles também cresceram no pós-guerra, a exemplo dos europeus. Em 1947, entretanto, só Brasil, Chile e Cuba tinham partidos com mais de 50 mil membros. A Argentina, com uma população bem menor do que a brasileira, tinha uns 30 mil, o que revela alguma força de seu partido. Até 1957, esse número triplicou, caindo um pouco em 1963.

Entre 1947 e 1963, todos eles decresceram, à exceção da Argentina, Colômbia, Venezuela e Cuba (mas depois da tomada do poder pela guerrilha). Enfim, embora esses dados não sejam inteiramente exatos, mas apenas indicativos, os comunistas latino-americanos diminuíram de 375.500 em 1947, quando regrediu o prestígio soviético da Guerra, para 197.500 no início da Guerra Fria, quando, regra geral, aumentou a perseguição a eles. Volta-

ram a crescer lentamente a 214 mil, em 1957, e a 260.750, em 1963.¹⁹ Em muitos países, como El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Equador e Costa Rica, o partido praticamente não existia e não passava de algumas dezenas ou centenas de pessoas.

Declínio

A virada dos anos 60 para os 70 assistiu ao fim do comunismo (ou socialismo real) como pólo de atração ideológico. Nos anos 50, enquanto dissidentes ou antigos fascistas ainda eram levados a campos de trabalho forçado, havia também jovens militantes tecendo loas ao novo sistema. Mas, depois dos anos 60, ninguém mais pensava nos Estados do Leste Europeu como modelos de desenvolvimento social. Especialmente, aqueles que viviam na Europa Ocidental. Depois da invasão da Tchecoslováquia (1968), o sistema estagnou-se. Embora também seja preciso reconhecer (como o fez o próprio Vaclav Havel) que não houve mais práticas disseminadas de assassinatos de dissidentes.²⁰

Foram cinco os fatores que virtualmente tenderam a derrubar o comunismo como movimento mundial coordenado pela União Soviética.

1. A ruptura entre China e União Soviética (1961) e os conflitos fronteiriços de 1969 criaram a primeira heresia significativa no movimento, apoiada por um grande país que deteria, a partir de 1964, armas nucleares.
2. As revoltas de 1968, em França, Tchecoslováquia, EUA, México, Brasil e outros lugares, criaram movimentos de extrema esquerda que contribuiram para minar o apelo comunista à juventude.
3. A crise do petróleo mergulhou os países capitalistas na crise econômica e, no médio prazo, enfraqueceu tanto a esquerda socialista quanto a comunista, permitindo o aumento do apoio público ao liberalismo e às políticas de cortes de impostos e de benefícios sociais para as classes trabalhadoras.
4. A revolução microeletrônica e a globalização deixaram a União Soviética para trás. O planejamento central de Estado demonstrou-se incapaz de gerar a inovação tecnológica. Assim, o socialismo de Estado deixou de ser paradigma de técnica social de desenvolvimento até mesmo para países atrasados.

5. A crise social e urbana erodiu a base da solidariedade de classe. As cidades perderam sua função de sediar os grandes atos públicos e a política regrediu à mera participação eleitoral, baseada numa cultura individualista e consumista.

Nos anos 70, a derrota norte-americana no Vietnã, as revoluções em Portugal, Nicarágua, Granada, Afeganistão e a ascensão do movimento operário no estado de São Paulo, no Brasil, pareciam inclinar a política mundial à esquerda. Mas era só o último fôlego desse tipo de movimento. Além disso, nenhum dos movimentos sociais foi dirigido por partidos comunistas. Todos declinaram. Só o movimento operário brasileiro ainda se manteve influente por vinte anos ou mais, levando o Partido dos Trabalhadores ao governo federal.

No início dos anos 70, só os partidos comunistas da África do Sul, o marxista da Índia (mas esse não mais vinculado ao PCUS), regionalmente concentrado em Bengala Ocidental, o da França, o da Itália e, em menor medida, o da Finlândia e o do Japão (300 mil membros em 1970, mas numa população muito grande)²¹ ainda podiam ser qualificados como forças políticas consideráveis – com exceção dos partidos no poder. Acrescentar-se-ia o Partido Comunista da Indonésia, que chegou a ser o maior da Ásia (excluindo-se o chinês), com 3 milhões de adeptos.²² Mas esse partido foi destruído pelo golpe militar que depôs o governo nacionalista de Sukarno. Vinte anos depois, só os dois primeiros continuaram partidos de massas (agora na companhia do PC da Rússia, fora do poder, mas com grande apoio popular), enquanto os demais se mantiveram como forças meramente eleitorais e declinantes.

Nenhum deles se assemelha, em termos eleitorais, às forças da socialdemocracia europeia, como é o caso da Suécia. Ali, no início dos anos 1970, a socialdemocracia tinha 900 mil filiados, o que significava mais de 10% da população total do país!²³ Mesmo na Finlândia e na França, onde os comunistas se aproximaram dos socialistas nas disputas eleitorais, a distância entre ambos cresceu. O partido francês viu seu apoio eleitoral se dividir por dois, nos trinta anos gloriosos do capitalismo ocidental. E por quatro, se tomarmos como parâmetro os resultados do início do novo século.

Comunismo hoje?

Na nova conjuntura do início do século XXI, os comunistas se defrontam com dois fatores para os quais visivelmente não foram preparados: o primeiro é a abrangência do consenso democrático liberal. O segundo é a falta de qualquer centro diretivo que dê unidade internacional ao movimento comunista.

A hegemonia internacional do capitalismo está hoje baseada na democracia formal interna dos países ocidentais. Não era assim antes e é possível que deixe de sê-lo no futuro

(mas, quanto a isso, nada podemos dizer agora). Quando os comunistas se tornaram forças respeitáveis, foi porque combateram regimes despóticos em toda parte. Eles foram historicamente forjados para aquele tipo de luta. As supracitadas memórias de Jan Valtin são instrutivas a esse respeito. Mais de 800 páginas acerca da estrutura subterrânea do comunismo internacional, da estrutura paralela formada pela GPU (a polícia secreta soviética), longas descrições de greves, motins, lutas de rua, de barricadas, espionagem, perseguições políticas, etc. mas nenhuma descrição de uma campanha eleitoral. De fato, uma boa parte dos comunistas não estava preparada para a disputa eleitoral e menos ainda para a eventualidade de ter que governar dentro dos limites e das regras da democracia formal burguesa. Não significa que não fossem partidos democráticos ou que não tenham lutado por essa democracia formal. Apenas que a História mostra que nenhum partido comunista conquistou sozinho o governo em eleições livres em áreas não controladas por tropas soviéticas. Na única eleição que disputou, o Partido Bolchevique teve, em 1918, menos da metade dos votos do partido de Kerenski.²⁴

Os partidos socialistas, trabalhistas e socialdemocratas parecem ter descoberto sua fórmula: moderar seu discurso e limitar suas diretrizes programáticas nos marcos do capitalismo. Mas isso seria muito pouco para comunistas que, um dia, tentaram ou sonharam com uma revolução. O eurocomunismo, nos anos 70, representou uma certa moderação dos comunistas para fins eleitorais e de “governabilidade” dentro das “regras do jogo”. Ele surgiu na Itália, espalhou-se por setores dos partidos europeus e teve ampla adesão na Espanha (mas não em Portugal) e em partidos extra-europeus, como o japonês e o brasileiro. Na prática, alguns dos partidos que sobraram adotaram a moderação daqueles anos e foram além, modificando o nome e a ideologia, como o sueco e o italiano depois de 1989. O italiano disputou e ganhou eleições, mas já não era comunista.

Salvo em países muito marginais, como o Nepal, os comunistas não tiveram senão participação minoritária em governos eleitos, como em alguns países ocidentais antes da Segunda Guerra Mundial (Chile) e depois dela (Itália, França, Islândia, Finlândia). Nessa ocasião, flertaram até mesmo com governos pouco democráticos, como a dinastia Somoza, na Nicarágua, e a ditadura de Batista, em Cuba, mas também com governos nacionalistas, como o de Jacobo Arbenz, na Guatemala, e, bem mais tarde, os de Sukarno, na Indonésia, de João Goulart, no Brasil, e de Salvador Allende, no Chile. Mesmo assim, sua participação em eventuais governos eleitos continuou a ser marginal, como na França, a partir dos anos 80, e na África do Sul, com a ascensão de Nelson Mandela. Em Portugal, onde os comunistas tiveram larga influência nos governos provisórios que se sucederam à Revolução dos Cravos (1974/1976), eles não foram eleitos. E quando disputaram eleições, não chegaram a obter uma votação importante. Alguns anos depois, sua votação cresceu um pouco, mas

para se reduzir drasticamente nos anos 90. Normalmente, os comunistas conseguiram essa participação em regimes parlamentaristas. Eles tinham uma percentagem dos votos que os tornavam o fiel da balança para sustentar moderados governos socialistas que possuíam maiorias parlamentares frágeis.

O segundo fator é a ausência de qualquer organização internacional centralizada e disciplinada por algum Estado poderoso. No início do decênio dos 60, 81 partidos comunistas compareceram a uma conferência em Moscou. Naquele momento, aprofundava-se o fosso que iria separar o partido soviético e o chinês. Hoje, nenhuma conferência reuniria tantos partidos com o nome de “comunista”. Não porque alguns deles tenham nascido com outro nome, como os da Albânia ou da Polônia, mas porque o mudaram com o propósito de abandonar ao menos parte de seu passado, como o fizeram em Itália, Suécia, Polônia e Brasil, por exemplo.

Qualquer partido que faça, hoje, um congresso, recebe as visitas oficiais de outros. Mas cada um deles tem um passado de fidelidade internacional distinta (pró-Albânia, China ou União Soviética, quando não passaram pelas três). Não expressam mais nenhum acordo suficiente para formar uma ação internacional comum. Essa ação, hoje, só existe em encontros pluralistas, formados por partidos de ideologias tão distintas quanto opostas, e não só por partidos, mas também por organizações não-governamentais, sindicatos, igrejas, guerrilhas e mesmo governos de orientações ideológicas diversas. Esse é o caso do Fórum Social Mundial. E mesmo as tentativas de organizações partidárias supranacionais, como o Fórum de São Paulo, reúnem partidos muito diferentes e com um acordo mínimo sobre o que eles combatem. Não sobre qual tipo de sociedade defendem.

Ora, há futuro para o comunismo?

Entre o fim do decênio dos 1970 e o início dos anos 1980, o demógrafo Emmanuel Todd arriscou-se a prever. Previu o fim da União Soviética e o do comunismo francês. Em seu livro *La chute finale*, sustentou que a União Soviética desmoronaria num futuro próximo devido à baixa produtividade e ao nacionalismo.²⁵ Noutro livro, ele fez uma previsão mais curiosa. Anteviu o fim do Partido Comunista Francês como força eleitoral no ano 2055!²⁶ O surpreendente é que, salvo alguma recuperação próxima, o comunismo francês quase deixou de ser uma força eleitoral em 2002, embora ainda conte com umas duas dezenas de deputados, o suficiente para se manter como grupo parlamentar. Mas a votação de seu candidato a presidente foi pífia.

Historiadores não costumam acertar previsões, por isso preferimos responder apenas parcialmente àquela questão (“há futuro para o comunismo?”). Pensemos no Brasil. Em 2002, comemoraram-se os 80 anos de fundação do comunismo brasileiro. Mas, no mesmo instante, havia pelo menos três forças políticas com alguma autoridade para fazê-lo: o

antigo partido que manteve a sigla original (PCB) não tem nenhuma representação parlamentar ou de qualquer tipo; o partido que manteve o nome (Partido Comunista do Brasil – PC do B) não tem governadores ou prefeitos em cidades importantes, não dirige nenhuma central sindical ou algum conjunto de sindicatos significativos, embora tenha uma pequena representação parlamentar; o Partido Comunista Brasileiro que se reciclou, mudando o nome (PPS), mas com a maioria dos membros do antigo partido, sacrificou todos os seus princípios originais, não é mais comunista e não pareceu ganhar nenhuma grande influência na vida nacional por isso. Nenhum deles sequer sonha, num futuro previsível, em chegar ao governo como partido (pois sempre há a hipótese de se alugar a legenda a algum aventureiro bem popular).

No resto da América Latina, exceto Cuba, todos os PCs estão à deriva. Não são mais máquinas revolucionárias para a tomada do poder. E não o são porque não há mais nenhuma engrenagem internacional da qual eles possam fazer parte. Na Itália, os comunistas eram 2 milhões de filiados²⁷ no imediato pós-guerra, reduziram-se a vários partidos pequenos e a um maior: o Partito della Sinistra, que nada mais tem de comunista. Em Portugal, o partido consegue, como alhures, no máximo, ser o fiel da balança em composições que garantam maiorias parlamentares para a formação de governos socialdemocratas ou socialistas.

De fenômeno europeu, o comunismo está marginalizado a uma franja do extremo Oriente: um grande país, a China, e dois de nenhum significado econômico: Coreia do Norte e Vietnã. As guerrilhas que se consideram esquerdistas e que ainda tentam tomar o poder, na Colômbia ou no Nepal, nas Filipinas ou no Peru, não são comunistas (no sentido aqui empregado), quando não passam de grupos armados de forte identificação nacional, como a guerrilha do Timor Leste, a qual derrotou a ocupação Indonésia, ou com forte identidade étnica ou religiosa (como o Partido dos Trabalhadores do Curdistão). Nesse caso, nenhum deles teve um partido comunista estruturado por trás, sendo substituídos por grupos separatistas de vaga definição ideológica, como na Irlanda do Norte e no País Basco (na Europa) ou no Sri-Lanka e em outros países de menor importância global.

O comunismo não empolga, da mesma forma que antes, os movimentos de massas. E não dirige revoluções armadas. Em geral, na segunda metade do século XX, esse papel coube (e ainda cabe) mais a facções dos exércitos profissionais ou a movimentos guerrilheiros do que a partidos, com as exceções de praxe (China, Vietnã). Não significa dizer que partidos comunistas não têm mais papel algum a desempenhar: é provável que o tenham na Índia (especialmente, em Bengala Ocidental) e na África do Sul, e que sejam algum incômodo para as classes dominantes até mesmo na França ou no Japão, onde o partido tem

alguma representação parlamentar. Mas não há (e dificilmente haverá) movimento comunista internacional com um único centro e nem segundo o modelo centralizado, com revolucionários profissionais em tempo integral. Esse tipo de comunismo desapareceu.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Professor Doutor do Departamento de História da FFLCH/USP. Agradeço a Ligia Kyamasato por suas apreciações.

¹ HOBBSAWM, E. *Interesting Times*. Londres, Penguin Books, 2002.

² FAST, H. *O Deus nu*. Rio de Janeiro, Saga, 1959, p. 46.

³ HOBBSAWM, E. *Revolutionaries*. Londres, Phoenix, 1994, p. 4. Este artigo usa ampla pesquisa de dados recolhidos principalmente por três autores: Branko Lazitch e François Fejtö e, em menor medida, Rollie Poppino (todos citados mais adiante).

⁴ LUBITZ, W. (ed). *Trotsky Bibliography*. München-Nova York-Londres-Paris, K.G. Saur, 1982, 458 p.

⁵ CLAUDIN, F. *A oposição no socialismo real*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, p. XI.

⁶ HOBBSAWM, *Interesting Times*, op. cit., p. 128.

⁷ LAZITCH, B. *Les partis communistes d'Europe 1919-1955*. Paris, Les Iles d'Or, 1956, p. 43.

⁸ Ibid. Várias páginas. Muitos dos dados seguintes foram retirados desta obra.

⁹ Pseudônimo de E. Krebs, um ex-comunista alemão que se tornou agente duplo no interior da Gestapo e, depois, da CIA. Sua obra, *Out of the night*, foi traduzida em várias línguas. VALTIN, J. *Do fundo da noite: memórias de um famoso espião e agitador alemão*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942, 785 páginas. Para mais detalhes acerca das relações entre literatura sobre marxismo e sua recepção, veja-se: CARONE, E. *O Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1982.

¹⁰ CLAUDIN, F. *A crise do movimento comunista*, São Paulo, Global, 1985, p. 143.

¹¹ LE BRAS, H. e TODD, E. *L'invention de la France. Atlas anthropologique et politique*. Paris, Hachette, 1981, p. 352.

¹² PHILIP, A. *Les socialistes*. Paris, Seuil, 1967, p. 174.

¹³ BORSI, E. *A formação das democracias populares da Europa*. Lisboa, Avante, 1981, p. 27

¹⁴., Ibid, pp. 54-9

¹⁵ GARCIA MARQUES, G. *De viaje por los países socialistas. 90 días en la cortina de hierro*. Bogotá, Editorial la Oveja Negra, 1982, p. 45.

¹⁶ Nem sempre o Partido Comunista conservava esse nome. Tinha outras denominações na Alemanha Oriental, Polônia e Albânia (que não aparece na tabela).

¹⁷ Em alguns países socialistas, partidos não comunistas eram oficialmente admitidos, mas sem nenhum poder político real.

¹⁸ ASH, T. G. *Hystory of the present*. Londres, Penguin Books, 2000, p. 225.

¹⁹ POPPINO, R. *International communism in Latin America: a history of the movement 1917-1963*. Londres-Nova York, Macmillan, 1966, p. 231.

²⁰ HAVEL, V. *Ensaio políticos*. S.l., Bertrand, 1991, p. 219.

²¹ FEJTŐ, F. *Dictionnaire des partis communistes et de mouvements revolutionnaires*. Belgique, Casterman, 1971. Este e alguns dados anteriores foram retirados desse livro.

²² KILROY-SILK, R. *O Socialismo a partir de Marx*. Lisboa, Ulisséia, 1974, p. 256

²³ D'ALMEIDA, P. "Le Parti Ouvrier Social-Démocrate Suédois". In: Vários autores, *Qu'est-ce que la social-démocratie?* Paris, Seuil, 1979, pp. 107-112.

²⁴ CANFORA, L. *Togliatti e i dilemmi della politica*. Bari, Laterza, 1989, p. 80.

²⁵ LAQUEUR, W. *O fim de um sonho. As raízes do fracasso da União Soviética*. São Paulo, Best Seller, s.d., p. 157.

²⁶ TODD, E. *Le fou et le prolétaire*. Paris, Robert Laffont, 1979, p. 218.

²⁷ Vários Autores. *PCI: teoria, política, organización*, México, D.F., Ediciones de Cultura Popular, 1977, p. 93.

BERNSTEIN E O “MÉTODO ALEMÃO”. ESTRATÉGIA GRADUALISTA NA CONTROVÉRSIA SOBRE REFORMA E REVOLUÇÃO DA II INTERNACIONAL

Valerio Arcary*

Resumo

Durante a última década do século XIX, as seções da II Internacional avançavam eleitoralmente – em especial na Alemanha – com a utilização da legalidade e com a ampliação do direito de voto. O SPD – partido da socialdemocracia da Alemanha – possuía influência sobre dezenas de jornais diários e se apoiava em uma ampla rede de associações mútuas, culturais, educativas e recreativas. Foi nesse marco – um período de prosperidade prolongada do capitalismo em expansão – que se precipitou o debate sobre a época histórica, o balanço da estratégia dos partidos com programas inspirados no marxismo e as possibilidades de conquista de reformas sob regimes democrático-liberais. Entrou para a história como a polêmica Bernstein, e foi o grande questionamento sobre a revolução no campo da tradição marxista do início do século XX.

Palavras-chave

Revisionismo; II Internacional; luta de classes; socialdemocracia; marxismo.

Abstract

During the late XIX century's decade, the sections of the Second International were experiencing an electoral growth – mainly in Germany – using legality and profiting from the democratization of the right to vote. The SPD – German Social-democratic Party – had influence over dozens of daily newspapers, and was supported by a network of solidary, cultural, educational and recreative associations. It was in this context – a period of long capitalist expansion and prosperity – that the debate on the issue of historical epoch, the evaluation of the Marxist party's strategy, and the possibilities of gaining reformist concessions under liberal democratic regimes began. This debate is historically known as the Bernstein polemic, and it was the greatest discussion over revolution inside the marxist tradition in the beginnings of the XX century.

Key-words

Revisionism; Second International; class struggles; social democracy; marxism.

A queda da Comuna de Paris tinha selado a primeira fase do movimento operário europeu e o fim da Primeira Internacional. A partir de então começou uma nova fase. As revoluções espontâneas (...) os combates nas barricadas, depois dos quais o proletariado recaía de cada vez no seu estado passivo, foram então substituídos pela luta cotidiana sistemática, pela utilização do parlamentarismo burguês, organização das massas, união entre a luta econômica e a luta política, união do ideal socialista à defesa persistente dos interesses quotidianos imediatos. (...) O partido social-democrata alemão tornou-se representante, o campeão e o guardião deste novo método.¹

Há cem anos atrás, a revolução russa de 1905, a primeira revolução política do século XX, repercutiu intensamente na Alemanha, onde a “controvérsia Bernstein” não tinha se encerrado. Embora derrotado nos congressos do SPD, Eduard Bernstein não poderia ser mais claro sobre o que considerava a duplicidade hipócrita da direção da Internacional e da sua seção alemã – quando reivindicava a prática política do partido de defesa do programa mínimo, em oposição aos postulados teóricos do programa máximo, reafirmados no congresso de Stuttgart de 1898. Quando o Estado alemão iniciou sua corrida imperialista, a maioria da socialdemocracia herdeira de Marx aderiu a uma interpretação evolucionista da história, uma estratégia gradualista de transformação da sociedade e um programa reformista do capitalismo. O resultado desse processo foi o apoio das seções da II Internacional a seus respectivos Estados no trágico agosto de 1914.

Bernstein era muito consciente da duplicidade de atitudes do partido porque, se, nos congressos do SPD suas teses teóricas eram condenadas, na vida prática de intervenção, em todas as esferas – fosse a sindical, eleitoral ou parlamentar –, eram cada vez mais hegemônicas as conclusões políticas que resultavam como consequência do debate doutrinário que ele tinha provocado. Era também consciente das forças nas quais se apoiava e da verdadeira dimensão de sua influência. A assim chamada ala revisionista do SPD tinha quatro grandes componentes: a) a tendência politicista de Vollmar, influente dirigente na Baviera, precursor da votação dos orçamentos provinciais e das coligações eleitorais com os partidos burgueses, defensor dos governos de coalizão à la Millerand e Jaurès; b) a tendência aparelhista de Auer, o secretário de organização do partido, na sua maioria quadros profissionalizados, ex-operários, preocupados com a política prática – atraída pelo empirismo – e defensora acima de tudo da unidade do aparelho, conservadora do “método” do partido alemão, ou seja, da utilização da legalidade a qualquer preço; c) a tendência nacionalista, abertamente pró-imperialista, dirigida por Heine, defensora da militarização e das aventuras coloniais,

entusiasmada com a potência exterior do Reich, e da conquista de um novo lugar para a “civilização alemã” no disputado mercado mundial; d) a última componente era a tendência sindical, os dirigentes profissionais do aparelho sindical, que contribui com sua influência para engrossar com os grandes batalhões da vanguarda organizada as forças do reformismo, movida por uma oposição aos princípios marxistas e pelo cepticismo, senão desconfiança à revolução, e será ela que cumprirá o papel decisivo como pressão sobre a velha direção de Bebel e Kautsky, e, finalmente, levará o partido à capitulação. Nas palavras de Bernstein:

*En la misma Stuttgart, en que según Klara Zetkin se había dado el golpe de gracia a la “bersteiniada”, inmediatamente después del congreso los social-demócratas establecieron un acuerdo electoral con la democracia burguesa para las elecciones del Consejo comunal, y el ejemplo fue seguido en otras ciudades de Wurtemberg. En el movimiento sindical, un sindicato tras otro van introduciendo la asistencia a los desocupados (...) y se declaran a favor de la institución de oficinas de colocación paritarias, compuestas por empresarios y trabajadores, al mismo tiempo que en algunos grandes centros del partido, como Hamburgo y Elberfeld, socialistas y sindicalistas se disponen a fundar cooperativas de consumo. **Por doquier se lucha por las reformas, por el progreso social, por la conquista de la democracia; en todas partes se estudian las particularidades de los problemas cotidianos.***²

Entre as idéias teóricas predominantes durante a polêmica do final do XIX e início do século XX destacava-se, na Internacional, a fórmula da dialética de derrotas e vitórias cunhadas por Kautsky. O tema condensa uma questão vital da discussão marxista sobre a transição ao socialismo, porque nela se manifestam as apreciações diferentes sobre a época histórica e a situação política concreta, ou seja, avaliações tanto sobre as perspectivas de crise do sistema como sobre a correlação de forças. A seguir, um extrato de um ensaio de Kautsky sobre o materialismo histórico:

*Ciertamente nuestro partido no registra únicamente victorias sino también derrotas. Esas serán tanto menos desanimadoras cuando más habituados estemos a elevar nuestra mirada por encima de los límites locales y temporales, para considerar nuestro movimiento en su conjunto tal y como es desde hace dos generaciones y en todas las naciones. **El irresistible y rápido progreso del proletariado en su conjunto, pese a algunas derrotas muy duras, se hace tan evidente que nada puede poner en duda la seguridad de su victoria.***³

No SPD, era corrente a concepção de que o capitalismo, inexoravelmente, caminharia de crise em crise, para uma catástrofe final. As crises do capital e o fortalecimento do proletariado fundamentavam as certezas sobre a inevitabilidade do socia-

lismo. Esse fatalismo objetivista, supostamente inspirado em Marx, ficou conhecido como a teoria do colapso. Nesses termos, referia-se Bernstein ao prognóstico de que uma crise estava por vir:

De acuerdo con esta concepción, tarde o temprano una crisis comercial de enorme fuerza y extensión, por la miseria que genera, encenderá tan apasionadamente los ánimos contra el sistema económico capitalista, convencerá tan eficazmente a las masas de la imposibilidad de organizar, bajo el dominio de este sistema, las fuerzas productivas para el bien común, que el movimiento orientado contra él tomará una fuerza irresistible y ante sus embates éste se derrumbará irremediamente (...) De este modo se propagó entonces en la social-democracia la convicción de que esta vía de desarrollo era una ley natural inevitable: la gran crisis económica universal como vía ineludible hacia la sociedad socialista.⁴

Ao mesmo tempo em que desenvolvia a sua cruzada contra o prognóstico de uma crise final, defendendo que se trataria de uma hipótese marxista superada pela história, Bernstein dialogava com o SPD argumentando que a revolução só seria necessária como um ato em legítima defesa da... democracia. Não se pode negar que o fazia com uma coerência notável:

*No se trata de renegar del llamado **derecho a la revolución**, derecho meramente especulativo que **ninguna constitución puede tomar en cuenta y que ningún código del mundo puede prohibir**, y que seguirá existiendo hasta que la ley natural, obligándonos a renunciar al derecho de respirar, nos obligue a morir. **La decisión de situarse en el terreno de las reformas afecta tan poco este derecho no escrito e imprescriptible, como la creación de leyes que regulen las controversias personales y la propiedad afecta el derecho de legítima defensa. Pero ¿es actualmente la socialdemocracia algo distinto de un partido que tiende a la transformación socialista de la sociedad a través de las reformas democráticas y económicas?**⁵*

Bernstein foi o primeiro a se levantar contra uma avaliação que se reproduzia congresso após congresso, em uma referência ritual, mais como doutrina do que como análise que orientava a ação. O pioneirismo de Bernstein se manifesta tanto nas conclusões políticas quanto nas premissas teóricas. Era consciente de suas responsabilidades como apóstata: estava decidido a estabelecer as premissas de uma nova teoria para o socialismo contemporâneo. A ruptura com a estratégia da revolução social o levou a buscar um novo fundamento para a luta por liberdade e igualdade, que irá encontrar em uma fusão eclética entre marxismo e a ética de Kant. Esse caminho foi percorrido uma e outra vez pelas diversas escolas do reformismo do século XX, sempre que a situação adversa na luta de classes e ou a pressão ideológica do liberalismo alimentou o cepticismo em relação à crise do sistema. Na perspectiva da histó-

ria, entretanto, ele se agiganta em relação aos seus herdeiros. Não só pela sua legendaria probidade pessoal, mas, também, porque não hesitou em romper com o SPD durante a guerra e, junto a Kautsky e outros, fundou o USPD, cuja maioria, posteriormente, viria a aderir à Terceira Internacional, enquanto ele voltava ao SPD. Eis como Angel, um dos seus biógrafos o apresenta:

Pour le rebelle, le socialisme ne découle plus de l'analyse du capitalisme et de ses contradictions, de la découverte en son sein de forces qui en permettent le renversement et le remplacement. Il faut donc lui rendre une base éthique, revenir aux principes éternels que Marx avait désacralisés en les ramenant à des catégories historiques. Kant affirme l'existence du droit absolu comme critère des actions humaines alors que Marx le récuse en faisant "des rapports sociaux le fondement de la morale dominante". Le socialisme, d'après l'ui, prend appui sur un jugement d'ordre moral. Ainsi on doit et on peut réveiller en chaque individu, quelle que soit son origine sociale, le sentiment éthique. "En effet, la morale est, dans une grande mesure, une puissance capable d'action créatrice". Il justifie son socialisme en ces termes : "Mais précisément cette aspiration à l'égalité et à la justice est, dans la mesure où les forces idéologiques entrent en ligne de compte au sein du mouvement, l'élément permanent qui survit à toutes les modifications doctrinales et dans lequel il ne cesse de puiser des forces nouvelles". La bourgeoisie plus compréhensive et généreuse que jadis se montre moins hostile au socialisme. (...) Quant à la revendication kantienne d'égalité basée sur l'impératif catégorique, les marxistes l'estiment dirigée contre le féodalisme dont elle abolit les normes. Ils y voient moins un souci éthique que le but d'assurer la pérennité des rapports sociaux basés sur la production et l'échange des marchandises. La seule égalité concevable pour eux se limite à l'abolition des classes. (...) Que l'individu s'amende et la société s'améliorera. Cette idée, si courante chez les contemporains allemands de la Révolution française, sera considérée par les révisionnistes comme la condition préalable à toute transformation sociale. Si pour Marx la philosophie kantienne est la "théorie allemande de la Révolution française dans les conditions arriérées de l'Allemagne" (...) pour Bernstein l'inclination éprouvée envers les enseignements du sage de Königsberg s'explique par le profond libéralisme qui les inspire.⁶

Bernstein partia da idéia de acumulação de forças gradual e ininterrupta do movimento operário, acumulação de organização, sindical e política, e também eleitoral, para fundamentar uma estratégia gradualista de passagem ao socialismo respeitando os limites dos regimes democrático-eleitorais:

De este modo, es altamente probable que a partir del progreso del desarrollo económico no debamos asistir ya, en general, al surgimiento de crisis comerciales de naturaleza semejante a las anteriores, y que debamos arrojar por la borda todas las especulaciones según las cuales ellas serían el detonante de la gran revolución social (...) Por lo tanto, la socialdemocracia no puede ansiar ni confiar en el cercano derrumbe del sistema económico existente si lo piensa como el producto de una espantosa gran crisis comercial. Lo que ella debe hacer,

y ésta es una tarea a largo plazo, es organizar políticamente a la clase obrera y formarla para la democracia y la lucha en el estado por todas las reformas conducentes a elevar a la clase obrera y a transformar al estado en el sentido de la democracia.⁷

Ou, ainda mais claro, ressaltando que a deflação dos meios de subsistência era, possivelmente, o mais importante fator na neutralização do impacto político das crises econômicas, tornando improvável uma grande hecatombe que ameaçasse os alicerces políticos da dominação burguesa:

El breve esbozo de las interpretaciones marx-engelsianas de las crisis económicas, que ofrecemos al comienzo de este capítulo, junto con los hechos irrefutables que lo acompañan, bastarán sin duda para comprender que el problema de las crisis no es del tipo de los que se puedan liquidar categóricamente con un par de réplicas acreditadas. Lo único que podemos hacer nosotros es establecer cuáles elementos de la economía moderna favorecen las crisis y cuáles acaso las contrarrestan. Pero un juicio apriori acerca de la relación recíproca final de ambas fuerzas o sobre los desarrollos de tal relación, es imposible. Excepto que se produzcan sucesos externos e imprevistos que provoquen una crisis general – y, como ya vimos, esto es siempre posible –, no hay razón suficiente para deducir, en base a motivos puramente económicos, que tal crisis sea inminente. Los fenómenos de depresión de carácter local y parcial, son inevitables; en cambio, no lo es una paralización general, dada la organización y extensión actual del mercado internacional y dada especialmente la expansión de la producción de medios de subsistencia. Este último fenómeno tiene importancia particular para nuestro problema. Quizás nada haya contribuido tanto a atenuar las crisis económicas o a impedir su agravamiento como el derrumbe (...) de los precios de los medios de subsistencia.⁸

Época progressiva do capital, ausência de crises sérias, nova estratégia evolucionista do longo prazo, prioridade da tática por reformas. O tempo como medida da estratégia, o tempo longo e uniforme das reformas, mas sempre uma percepção do tempo que definia a possibilidade de mudanças quantitativas ou qualitativas, e assim determinava os ritmos da política. Mas a discussão estava ainda longe de se esgotar. Bernstein irá se deter, portanto, na verificação histórica de algumas conclusões centrais do legado de Marx e questioná-las para assim *derrubar a hipótese estratégica da necessidade de uma revolução política que abra o caminho para uma revolução social*. Um por um, os alicerces da teoria serão desafiados: a) primeiro, o sujeito social: se para Marx existiria uma tendência à homogeneização e a um crescente fortalecimento do peso social do proletariado, que sob o impulso dos avanços da industrialização elevaria o seu papel estratégico no interior da sociedade e concentraria nas suas mãos uma capacidade crescente de paralisação dos setores vitais da vida econômico-social, Bernstein opôs uma análise de um proletariado (entendido como aqueles que vivem do seu trabalho e não de renda) como *uma massa mais heterogê-*

nea que o peuple de 1789 (argumento posteriormente sempre revisitado pelo reformismo contemporâneo); insistiu que o nível de vida exerce uma influência maior do que a origem de classe na definição das inclinações políticas e da consciência de classe; finalmente, negou ao proletariado um protagonismo revolucionário, porque ainda não estaria maduro, nem social, nem política, nem moralmente para a conquista do poder, como podemos conferir neste trecho:

También el marxismo reconoció, distinguiéndose en esto de los partidos demagógicos, que la clase trabajadora no había alcanzado la madurez indispensable para su emancipación, y que para tal fin no existían ni siquiera las premisas económicas adecuadas. Pero, a pesar de esto, se apegó insistentemente a una táctica que daba casi por descontada la realización de ambas premisas. Si recorremos la publicidad marxista, nos encontramos con algunos pasajes (...) según los cuales parecería que toda la civilización, la inteligencia y la virtud se encuentran sólo en la clase obrera, hasta el punto que no se logra comprender por qué no deben tener razón los socialrevolucionarios y los anarquistas más radicales. Es natural que a este planteamiento le corresponda la orientación constante de toda la actividad política hacia la espera de la inminente catástrofe revolucionaria, ante la cual la actividad legal parece como (...) un expediente meramente momentáneo.⁹

Angel, que escreveu uma excelente biografia do pensamento político de Bernstein, se refere assim ao tema do sujeito social:

Il est erroné de croire à l'élan révolutionnaire des couches laborieuses. Marx lui-même rappelle dans le "Le 18 Brumaire..." que le prolétariat aime les expériences qui le dispensent de procéder à la refonte totale du vieux monde. Pourquoi Bernstein ne serait-il pas sceptique à l'égard de la mission historique de cette classe alors qu'elle-même doute de ses forces et de ses compétences ? Il se refuse à revendiquer pour elle l'exclusivité du pouvoir. "Prétendre que la transformation socialiste de la société peut être que l'oeuvre de la seule classe ouvrière, c'est méconnaître gravement les faits". Elle "n'est pas encore assez développée pour assumer la domination politique". Il faut noter ici la franchise de l'auteur qui, s'adressant à un public prolétarien, refuse de céder à la démagogie. Il compte d'ailleurs sur le soutien des travailleurs d'élite dont il prétend bien connaître la mentalité. "Seuls des intellectuels qui n'ont jamais eu de liens intimes avec le véritable mouvement ouvrier peuvent porter sur cette question des jugements différents". Il faut faire preuve de réalisme et prendre les ouvriers tels qu'ils sont. "Moins ignares et miséreux que jadis, mais nullement dépourvus de préjugés et de faiblesses, ils possèdent les vertus et les vices qu'impliquent les conditions économiques et sociales qui sont les leurs". Ils n'ont donc pas encore atteint le niveau intellectuel et moral nécessaire à l'instauration du socialisme.¹⁰

b) segundo, a concepção de história, em particular o lugar da luta de classes. Aonde Marx tinha afirmado a dialética entre as tarefas e os sujeitos sociais, e destacado a primazia dos segundos sobre as primeiras, Bernstein defendeu a centralidade dos

meios sobre os fins e da moral sobre a política. Disso resulta um curioso paradoxo: o apóstata que acusa Marx de resíduos de utopismo revolucionarista, o que atribui à herança de hegelianismo (uma de suas cruzadas era contra a dialética), confessou, sem pudores, que os novos fundamentos do socialismo deveriam ser éticos e desvinculados de qualquer necessidade histórica. Bernstein é consciente de que a sua ruptura tem fundamentos metodológicos irreconciliáveis com o marxismo:

Un sentido parecido tenían también los artículos de Rosa Luxemburg que a pesar de todo, son lo mejor que se ha escrito en mi contra, desde el punto de vista metodológico, cuando me objetaba que, de acuerdo con mi modo de pensar, el socialismo dejaría de ser una necesidad histórica objetiva y adquirirla un fundamento idealista. Aunque la argumentación presenta algunos bandazos lógicos, (...) capta sin embargo el meollo de la cuestión en la medida en que yo no sólo no hago depender, en realidad, la victoria del socialismo de su “necesidad económica inmanente”, sino más bien no considero ni posible ni necesario darle un fundamento meramente materialista.¹¹

Daí que a antinomia reforma e revolução surgisse quase nos termos de uma escolha voluntária, um dilema moral, em que os dois caminhos teriam vantagens e senões, sendo o primeiro o mais conveniente, porque não só menos custoso, socialmente, como mais apropriado diante do progresso da civilização:

La consecuencia de todo esto es que se ha renunciado en principio a afrontar un problema de fondo: ¿qué podemos esperar de la acción legal, y qué de la revolucionaria? Es evidente que sobre este problema existen serias divergencias. Pero se acostumbra indicar dichas divergencias con el hecho de que la ley o el camino de las reformas legales es más larga, mientras que la de la violencia revolucionaria es más rápida y radical. Pero esto es válido sólo bajo ciertas condiciones. (...) En general, puede decirse que la vía revolucionaria (siempre en el sentido de violencia revolucionaria) actúa más rápidamente cuando se trata de eliminar una serie de obstáculos que presenta una minoría privilegiada al progreso social. Su fuerza está en su lado negativo. La actividad legislativa constitucional, en este aspecto, actúa normalmente en una forma más lenta. Ordinariamente su camino es el del compromiso, de la transacción con los derechos adquiridos y no el de la destrucción. Pero es más fuerte que la revolución cuando el prejuicio, el horizonte limitado de las masas obstaculiza el progreso social, y ofrece mayores ventajas cuando se trata de crear una serie de estructuras económicas durables, en otros términos, para los fines de la acción político-social positiva. En los períodos de actividad legislativa pacífica, el intelecto es el que domina al sentimiento; en la revolución el sentimiento es el que domina el intelecto. Pero si el sentimiento es a menudo un pésimo guía, el intelecto es un motor pesado. Si la revolución peca por su precipitación, la actividad legislativa cotidiana peca por su lentitud. La actividad legislativa actúa como fuerza metódica, la revolución como fuerza elemental. Cuando una nación ha alcanzado un ordenamiento político

*en que el derecho de la minoría poseedora no constituye ya un serio obstáculo para el progreso social, en que las tareas negativas de la acción política ceden su lugar a las positivas, la apelación a la revolución violenta se convierte en hueca palabrería.*¹²

As formas políticas democráticas do Estado Moderno surgem, assim, como uma conquista da civilização e do peso social do proletariado, de sua luta sindical (EUA e Inglaterra) e políticas (Alemanha, França), e flexíveis e elásticas a ponto de permitir um avanço acumulativo de forças e conquistas crescentes. O Estado interpretado como instrumento de progresso, expressão de uma consciência, de uma identidade e de uma cultura nacional, aparelho que não deve ser deslocado, mas conquistado para ser utilizado pela razão a serviço dos interesses públicos. Mas, atenção, Bernstein *não ignorava, nem diminuía a luta de classes*. Reconhece não somente a sua existência como força motriz histórica, mas defende a sua legitimidade política: o que estava sendo questionado era se a dinâmica do desenvolvimento capitalista exacerbaria os conflitos de classe, empurrando os trabalhadores para ações revolucionárias, ou se a sua integração social, resultado da sua luta e expressão de suas vitórias na luta por reformas, não teria tornado *politicamente desnecessária e historicamente superada* a perspectiva da revolução política. Em coerência, mais do que a urgência de uma nova metodologia de ação, assume a necessidade de um novo programa histórico, e defende *a centralidade da democracia*, como *novo paradigma civilizatório* dos socialistas. Sua originalidade histórica consiste justamente na elaboração de uma *nova teoria política*, da qual decorre uma nova estratégia de poder, que será um ponto de referência obrigatório em quase todas as controvérsias marxistas fundamentais do século XX: *a teoria dos campos progressivos*. Essa será a sua herança ideológica mais duradoura.

Em que consiste? Em uma formulação que nos é hoje muito familiar, mas cuja elaboração é de Bernstein de forma pioneira. Assim como julgava com extrema severidade a imaturidade do proletariado e alimentava incontida esperança nas possibilidades de acordos com a burguesia liberal, com a qual propunha que os trabalhadores constituíssem uma frente, Bernstein considerava a aristocracia (os *junkers*) uma classe parasitária do Estado, que à frente da administração, do exército e da diplomacia, eram uma ameaça permanente às liberdades cívicas e à paz. Os campos de classe, como linha demarcatória e divisor de águas da interpretação da centralidade do conflito político na sociedade, eram deslocados pela principalidade da defesa da forma de um regime político que corresponderia aos interesses do progresso da civilização. À renúncia de uma estratégia socialista correspondia outra: a defesa do campo progres-

sivo da democracia com a burguesia liberal contra o campo reacionário dos *junkers*. A democracia como meio de luta pelo socialismo e como a forma de realização do socialismo:

*La socialdemocracia no tiene un instrumento mejor para apoyar este proceso que situarse sin reticencias, aun a nivel doctrinal, en el terreno del sufragio universal y de la democracia, con todas las consecuencias que esto implica para su táctica. Prácticamente, es decir en sus actuaciones, la socialdemocracia en el fondo siempre lo ha hecho. Muchas veces no lo han hecho y aún hoy día no lo hacen sus representantes literarios en sus declaraciones (...) La dictadura de clase, por el contrario, pertenece a un nivel de civilización más atrasado, y aun prescindiendo de la racionalidad y la factibilidad de la misma, sólo una recaída en el atavismo político puede evocar la idea de que el paso de la sociedad capitalista a la sociedad socialista debe realizarse forzosamente de acuerdo con las formas evolutivas de una época que no conocía o que conocía sólo de manera imperfecta los actuales métodos de propagación y de conquista de las leyes y que carecía de los órganos adecuados para tal fin.*¹³

O campo da democracia passava a ser pensado como sendo estrategicamente o campo dos trabalhadores: estava excluída a possibilidade de *incompatibilidades* entre os interesses de classe e os limites da democracia para a conquista do poder político. Tudo era uma questão de tempo, e poderia ser superado através de uma política de alianças. Nem os interesses nacionais alemães (os interesses do império germânico) eram incompatíveis com os interesses dos trabalhadores. Tampouco o mercado era visto como um obstáculo para a transição ao socialismo. Enfim, todos os obstáculos à construção de uma frente permanente e orgânica com a burguesia liberal eram relativizados. O campo da democracia se impunha, assim, sobre os interesses de classe. O endereço último da teoria dos campos progressivos, como se sabe, foi a trágica votação dos créditos de guerra em 1914. Menos de dois anos depois do Congresso da Segunda Internacional em Basiléia, quando, de forma unificada, os socialistas tinham votado uma resolução comum condenando a ameaça de guerra e tinham conclamado a uma campanha de mobilização do movimento operário contra as posições beligerantes de cada um de seus respectivos governos, a esmagadora maioria do SPD apoiou os esforços militaristas do imperialismo alemão. Fizeram-no, é certo, com o apoio da maioria da classe trabalhadora. O que não absolve em nada a responsabilidade moral, mas explica a decisão política.

Essa teoria política dos campos progressivos tem como fundamento uma análise de época, da qual resulta um pensamento historicamente etapista, que será reivindicado pelos bernsteinianos na França: tanto Millerand quanto Jaurès o invocarão para justificar a presença do partido operário, pela primeira vez, em um governo de

coalisão; também na Rússia, os mencheviques, que defenderão a colaboração da socialdemocracia com a burguesia em uma frente contra a autocracia czarista; e desde então estará presente no centro da polêmica de estratégia, sempre que, pela evolução das circunstâncias políticas, os conflitos vieram a assumir uma forma policlassista: o campo de Kerensky contra Kornilov em 1917, o campo de Chiang Kai-shek contra a invasão japonesa, o campo da República na Espanha contra Franco, o campo dos aliados contra o nazi-fascismo, o campo da oposição burguesa contra a ditadura no Brasil, os exemplos seriam inesgotáveis.

Bernstein não se preocupava com a política de intervenção do SPD, em geral, que considerava adequada às circunstâncias históricas, à exceção da recusa da maioria dirigente em perseguir como uma estratégia permanente a constituição de um bloco político-eleitoral com a burguesia liberal, a exemplo do que fazia o partido na Baviera. A tradição política marxista anterior não desconhecia, nem desprezava a existência de diferenças no interior das classes dominantes. É bem conhecida, por exemplo, a posição da socialdemocracia alemã, e de Marx, durante a guerra franco-prussiana de 1870, quando depositou *apoio militar* à resistência contra a invasão bonapartista. Mas Marx nunca se considerou em um campo político com o Reich contra a França, ao contrário, o conselho geral da Internacional o encarregou de redigir os seus manifestos, e nesses, Marx sublinhou as suas diferenças irreconciliáveis contra as ambições anexionistas na Alsácia e Lorena, além de alertar incansavelmente para o perigo de uma aliança com o Czar, e para o perigo de uma nova guerra. Essa posição de Marx foi recordada pela maioria da bancada parlamentar do SPD para votar os créditos de guerra em 1914, como se Marx tivesse alguma vez aceito que os interesses da Alemanha se confundiam com os interesses da classe trabalhadora alemã de forma indissolúvel. Como se poderá confirmar em fragmentos na seqüência, os considerandos de Marx são muito mais complexos: “Se a classe operária alemã permite que a guerra atual perca o seu carácter estritamente defensivo e degenera em uma guerra contra o povo francês, o triunfo ou a derrota será sempre um desastre”.¹⁴

Mais claro ainda, neste outro fragmento, o critério de estrita unidade no campo militar, preservando a independência política, ou seja, delimitando-se do campo de Bismarck, e uma análise simplesmente visionária do perigo de uma política de anexações, que seria a semente de uma nova guerra, mas com um custo histórico muito superior. Infelizmente, Marx estava certo. O cemitério de Verdun e seu meio milhão de sepulturas ficam na Alsácia:

Qualquer que seja o desenvolvimento da guerra de Luis Bonaparte com a Prússia, dobraram já em Paris os sinos pelo Segundo Império. Acabará como começou: como uma paródia. Mas não esqueçamos que foram as classes dominantes da Europa que permitiram a Luis Bonaparte representar durante dezoito anos a farsa cruel do Império restaurado. **Por parte da Alemanha, a guerra é uma guerra defensiva, porém quem colocou a Alemanha no transe de ter que defender-se? Quem permitiu a Luis Bonaparte desencadear a guerra contra ela? A Prússia! Foi Bismarck quem conspirou com o mesmíssimo Luis Bonaparte, com o fim de esmagar a oposição popular dentro de seu país e anexar a Alemanha à dinastia dos Hohenzollern (...)** A influência preponderante do czar na Europa tem raízes em sua tradicional influência sobre a Alemanha (...). Por acaso os patriotas teutões crêem realmente que o melhor modo de garantir a liberdade e a paz na Alemanha é obrigar a França a lançar-se nos braços da Rússia? Se a sorte das armas, a arrogância da vitória e as intrigas dinásticas **levam a Alemanha a uma espoliação do território francês, diante dela só se abriram dois caminhos: ou converter-se a todo custo em um instrumento aberto da expansão russa ou, após breve trégua, preparar-se para outra guerra “defensiva”, não uma dessas guerras “localizadas” de novo estilo, mas uma guerra de raças, uma guerra contra as raças latinas e eslavas coligadas.**¹⁶

O mesmo critério foi o de Lenin, em uma frente militar com Kerensky contra Kornilov em agosto de 17: uma estrita unidade militar com o chefe do governo provisório contra a ameaça bonapartista, sem sacrificar a independência política dos trabalhadores. Em ambas as circunstâncias, nem Marx, nem Lenin buscaram uma frente com um campo progressivo, mas foram obrigados, diante da pressão dos acontecimentos, a um alinhamento transitório e instável, imposto pelo confronto militar. Mas não defendiam uma frente política de colaboração de classes. O mais importante a destacar é que a teoria dos campos progressivos passou a ser a bíblia teórica da defesa da política de colaboração de classes no século XX, ainda que, por variadas razões, Bernstein quase não seja mais reivindicado:

*La esencia de la política menchevique fue sintetizada años después por Trotsky al afirmar que la “línea de demarcación entre el bolchevismo y el menchevismo” consistía en que éste buscaba conformar “un frente común de colaboración política com el enemigo de classe”. Frente a la teoría de los campos del menchevismo, Lenin y Trotsky plantearon una teoría opuesta. El haber adoptado, cada uno por su lado esta segunda teoría, es lo que explica su profunda unidad en 1917 y el hecho de dirigir conjuntamente la Revolución de Octubre, superando sus divergencias anteriores. Para ellos, la división fundamental de la sociedad rusa es, como sostiene el marxismo ortodoxo en clases (...) El eje de su política es el desarrollo de la lucha de classes hasta la conquista del poder.*¹⁶

No entanto, o tema teórico é complexo. Talvez esteja entre os mais difíceis da teoria política do marxismo. Quando e em função de quais critérios, em um confron-

to político ou militar entre facções burguesas, ou entre bandos de classes proprietárias enfrentados, o marxismo deve eleger um campo progressivo, mesmo nos limites de uma limitada unidade na ação ou uma conjuntural resistência militar? Por exemplo, estiveram certos os internacionalistas reunidos em Zimmerwald quando denunciaram o apoio dos partidos francês e alemão aos créditos de guerra, e recusaram-se ao alinhamento com qualquer dos dois campos, porque ambos seriam regressivos? E, simetricamente, na Segunda Guerra Mundial, não estiveram errados os marxistas que se recusaram, antes da invasão da URSS por Hitler, a uma frente militar contra o nazifascismo, que seria um campo progressivo, o campo do regime democrático contra o campo da barbárie?

Como esse tema é vital, vale a pena conferir este balanço brilhante de Perry Anderson sobre a questão dos critérios de progressividade, tomando como exemplo histórico a comparação da política de Trotsky contra o nazismo na Alemanha antes de 33 e a Segunda Guerra Mundial, quando um acerto ou erro nessa questão decisiva foi certamente dramaticamente importante. A questão permanece atual, já que envolve a discussão sobre a unidade na ação com as frações burguesas em torno da defesa, quando ameaçados, mas também da conquista de espaços e direitos democráticos, ou seja, a utilização de consignas e reivindicações democráticas contra os limites da república democrático burguesa:

Os escritos de Trotsky sobre o fascismo representam a única análise directa e desenvolvida do Estado Capitalista moderno, em toda a obra do marxismo clássico. Qualitativamente superiores a tudo o que Lenine produziu, tratam contudo de um regime que veio a verificar-se ser uma forma atípica do Estado burguês do século vinte, apesar da importância histórica que foi o seu surgimento nessa altura. Para teorizar a especificidade do Estado fascista como o mais mortal inimigo de qualquer classe operária, teve Trotsky, obviamente, de fornecer elementos de uma contra-teoria do Estado democrático-burguês, para estabelecer o contraste entre os dois. Assim, existe um maior volume de análise nos seus escritos sobre a democracia burguesa do que nos dos seus predecessores (...) Em particular, atendendo a que os seus ensaios sobre a Alemanha sublinharam a imperativa necessidade de conquistar a pequena-burguesia para uma aliança com a classe operária (citando o exemplo do bloco contra Kornilov, na Rússia), os seus ensaios sobre a Frente Popular em França deixam de parte as organizações tradicionais da pequena-burguesia local, o Partido Radical (...) A mesma transformação é evidente nos seus artigos sobre a Guerra Civil de Espanha embora acompanhada de outras características e algumas correções. **Depois, no começo da Segunda Guerra Mundial, Trotsky condenou o conflito internacional como sendo uma mera repetição inter-imperialista da Primeira Guerra Mundial, na qual a classe operária não deveria optar por qualquer dos lados – apesar do carácter fascista de um e do carácter democrático-burguês do outro.** Justificou-se esta posição pela afirmação de que, fosse como fosse, já que todo o mundo imperialista

se deteriorava, encaminhando-se para uma situação de desastre econômico nos anos trinta, a distinção entre as duas formas de Estado capitalista tinha deixado de ter importância prática para a classe operária. **Os erros desta evolução teórica parecem evidentes. Os próprios primeiros escritos de Trotsky sobre a Alemanha constituem a melhor refutação dos seus escritos posteriores sobre a Guerra. Obviamente, uma vez que a URSS foi atacada pela Alemanha, Trotsky teria alterado a sua posição sobre o conflito mundial. Mas o catastrofismo econômico que parece ter originado os erros da sua fase final foi uma constante da Terceira Internacional, após Lenine, e teve a sua autoridade última, como vimos, em Marx.**¹⁷

Consultemos o que nos diz Draper, um dos mais interessantes marxólogos norte-americanos em sua obra clássica sobre os critérios de Marx sobre progressividade:

*In a book published in 1860, Herr Vogt, Marx had to rediscuss his views on “the relationships among the aristocracy, bourgeoisie and proletariat”, for an ignorant critic had written as if Marx merely wanted to “drive the aristocracy from power”. No, was the reply, that would be “the most ordinary bourgeois liberalism” and nothing more. And he cited a em umber of passages from his published writings in which he had linked the overthrow of the aristocracy and the bourgeoisie’s accession to power with the historical process leading to the overthrow of the bourgeoisie itself. (...) “Therefore in countries where the aristocracy in the Continental sense... must first be ‘driven out of power’, there is lacking, in my opinion, the first premise of a proletarian revolution, namely, an industrial proletariat on a national scale”. Let us tie this up with a question we have only touched on up to now: **the force of the label progressive**. For Marx this label never achieved the all-sanctifying power it later had in some parts of the socialist movement; above all **he did not assume that progressive meant to be supported politically**. He could write, “Rent of land is conservative, profit is progressive”, without suspecting that this might be thought to imply support of the profit system. (...) It was quite possible for Marx to recognize that A is “progressive as against” B in some specific context, within the terms of a given analysis, **without equating such a judgment with the programmatic determination that A is historically progressive in the basic relations of an era (...)** **The criterion is: does the ground still have to be leveled “on which alone a proletarian revolution is possible”?** (...) **Have the socioeconomic conditions already been attained that make proletarian socialism historically possible for the first time?**¹⁸*

A citação é longa, mas ajuda a esclarecer que, para Marx, o critério do que seria progressivo foi sempre entendido como relativo à dinâmica da época histórica, ou seja, progressivo ou regressivo (no sentido de degenerativo), são conceitos indivisíveis de uma apreciação da atualidade ou não da revolução proletária, em outras palavras, são *uma medida da política* que se apóia necessariamente em uma avaliação das *temporalidades históricas*. Mas uma medida indispensável porque os conflitos na sociedade não se resumem aos conflitos de classe. E sempre que isso ocorre, e ocorre sempre, é necessária a referência da progressividade.

Estabelecido esse critério elementar, podemos compreender sob uma nova luz, por exemplo, quase tudo que Marx e Engels escreveram sobre Ásia e América Latina. Nosso continente era talvez uma terra quase incógnita na cultura do século XIX, e só ocasionalmente a atenção de Marx se voltou para ele. Em geral, a maioria dos seus textos sobre a colonização analisam o processo do ponto de vista das repercussões da conquista sobre a sociedade europeia, e não o inverso, ou seja, do ângulo do impacto da cobiça e voracidade do incipiente capitalismo comercial sobre as culturas e civilizações pré-colombianas. Essa poderia ser uma das razões de alguns mal-entendidos, que atribuem a Marx preconceitos eurocentristas. Creio que o mesmo poderia ser dito, para o essencial, sobre os seus escritos sobre a Ásia, em especial o sempre citado trabalho sobre a Índia, e o papel do imperialismo inglês. Que considerassem o desenvolvimento do capitalismo progressivo, não significou, contudo, que anistiassem o processo de conquista e colonização e seus agentes dos crimes e genocídios cometidos contra as populações nativas ou contra os africanos escravizados. A seguir, alguns trechos pouco conhecidos, em que a denúncia do saque e da rapina se unem a uma sincera admiração histórica pelas façanhas das culturas azteca e andinas:

El descubrimiento de las comarcas auríferas y argentíferas en América, el exterminio, esclavización y soterramiento en las minas de la población aborigen, la incipiente conquista y saqueo de las Indias Orientales, la transformación de África en un coto reservado para la caza comercial de pielesnegras, caracterizan los albores de la era de producción capitalista. Estos procesos idílicos constituyen elementos fundamentales de la acumulación originaria. El trato dado a los aborígenes alcanzaba los niveles más vesánicos, desde luego, en las plantaciones destinadas exclusivamente al comercio de exportación, como las Indias Occidentales, y en los países ricos y densamente poblados, entregados al saqueo y el cuchillo, como México y las Indias Orientales. Pero tampoco en las verdaderas colonias se desmintió el carácter cristiano de la acumulación originaria. (Das Kapital, t. 1. Publicado en setiembre de 1867, MEW, p. 779, 781.) “En México encontramos dinero, pero ningún peso; en Perú pesos, pero ningún dinero. El oro, en el lenguaje figurado de los peruanos, era las lágrimas lloradas por el Sol (...). Sin el uso de las herramientas o la maquinaria, familiar a los europeos, cada individuo (en el Perú) habría podido hacer bien poco pero, actuando en grandes masas y bajo una dirección común, se les puso en condiciones de obtener resultados, gracias a una perseverancia infatigable, etc...El dinero que aparece entre los mexicanos (aunque predomina el trueque y la propiedad oriental de la tierra), es un medio circulante regulado, de diferentes valores. Consistía en cañones de plumas, transparentes, que contenían polvo de oro; en pedazos de estaño, cortados, en forma de T, y en saquitos de cacao en los que había un emunero especificado de granos. “¡Oh, dichosa moneda”, dice Pedro Mártir (De Orbe Novo), “que ofrece al género humano un brebaje gustoso y nutritivo y hace a sus poseedores inmunes al flagelo infernal de la avaricia, ya que no se le puede enterrar ni conservar largo tiempo!”¹⁹

Se a época fosse reformista, isto é, se ainda fosse possível para o capitalismo, à escala da economia internacional, como sistema mundial, oferecer um horizonte de desenvolvimento para toda a sociedade, ainda que com desigualdades (como é próprio da natureza de uma economia de mercado), então, nesse marco, as reformas seriam não só plausíveis como perenes e sustentadas, e não estando colocada a atualidade da revolução proletária, em consequência, a radicalização das liberdades de classe no interior da democracia seria o centro do programa mínimo e corresponderia, apropriadamente, um lugar de propaganda ao programa máximo. Nesse sentido, a identificação de um sistema econômico-social como caduco ou progressivo é sempre uma caracterização relativa, e não implica nem pressupõe, um bloco político permanente de colaboração de classes, ou seja, um campo comum (a não ser quando se precipita uma guerra, como no caso da guerra contra o escravismo nos EUA, em que se impunha um *campo militar* com Lincoln contra os secessionistas, o que, de novo, não seria o mesmo que um bloco político).

Um fenômeno social, uma posição política, uma lei do parlamento ou um bloco militar em uma guerra e, portanto, também a necessidade ou não de uma frente política, etc. seriam assim *progressivos contra o outro*, de acordo com a natureza do maior ou menor *amadurecimento objetivo* dos sujeitos sociais. *Os tempos históricos governavam as suas apreciações dos processos políticos*. Essa parece ser a leitura mais próxima da posição de Marx. A posição de Bernstein inverteu metodologicamente os termos da questão para chegar à teoria dos campos progressivos: *os tempos da política passaram a governar por cima da apreciação dos processos históricos*. O império do presente, o pior dos impressionismos, passou a ser a medida da avaliação das perspectivas da época. À sua maneira, contudo, não se pode negar uma coerência de método em Bernstein: quando inicia a sua revisão contestando a caracterização de época, vai ao centro da polémica. E por isso o afã de fundamentar com inesgotáveis estatísticas as indicações de um novo período de sustentado crescimento econômico e industrial na Alemanha, que contrariavam os prognósticos de crise iminente e a não confirmação da tendência histórica à pauperização.

Por último, merece ser examinada a concepção de Bernstein sobre necessidade histórica (e suas relações com a liberdade humana, expressão de uma vontade consciente, e com o acaso). Ele a renegava, e acusava o marxismo nesse terreno de ser um calvinismo sem deus, e sustentava, como já vimos, a necessidade de fundamentar um projeto socialista em um imperativo moral que deveria se expressar através do Direito, em uma evolução e aperfeiçoamento da democracia. E reivindicava Marx, quando insistia que os fins, ou seja, a perspectiva do poder, pouco lhe interessava,

porque a época das revoluções tinha se encerrado para sempre nos países avançados com o triunfo da democracia (a defesa da via “inglesa”) e porque o mais importante eram os meios, isto é, a luta mais imediata pelas reivindicações. O resto... o resto eram resíduos blanquistas dos quais o jovem Marx nunca teria se desembaraçado:

Aunque la mentalidad blanquista no se puso de manifiesto nunca con tanta claridad y sin rémoras como en la circular de la Liga de los comunistas de marzo de 1850, con sus instrucciones precisas sobre el modo en que, con ocasión de la inminente reanudación revolucionaria, los comunistas debían concentrar todas sus fuerzas en el objetivo de la revolución permanente. Cualquier análisis teórico sobre la naturaleza de la economía moderna, cualquier conocimiento sobre el nivel objetivo del desarrollo económico de Alemania, que con todo estaba muy atrasado, aun respecto al de la Francia, sobre la que Marx escribía en ese mismo período que la lucha del trabajador industrial contra la burguesía industrial no es más que un hecho parcial, y cualquier posibilidad de comprender la realidad económica, se esfuma ante un programa que ni siquiera un perfecto revolucionario de club hubiera podido trazar en términos más ilusorios. Lo que Marx, seis meses después echaba en cara a Willich-Schapper, lo habían proclamado el y Engels en ese texto; sustituyen las relaciones reales con la mera voluntad como fuerza motora de la revolución.²⁰

O recurso polêmico habilidoso não consegue esconder as “más” intenções de amálgama político. O que definiu historicamente o blanquismo não foi a defesa da revolução, mas a defesa do *putch*, ou seja, da revolução como uma operação militar de vanguarda que prescinde da participação e apoio político de massas. Não se pode negar a Bernstein, contudo, alguma razão *histórica* no balanço. Embora, como é óbvio, de uma conclusão histórica correta sobre a precocidade do prognóstico de iminência de uma revolução proletária em 48, não decorre que para todo o sempre estivesse enterrada a perspectiva das revoluções sociais anticapitalistas. Aí o pulo já é demasiado grande, como a história depois demonstrou. Nesse sentido o *erro teórico* de Bernstein é mais sério do que o fato de Marx e Engels terem se equivocado em um *vaticínio político*. Marx de fato sempre foi muito cuidadoso em esboçar as linhas mais concretas do que seria um governo dos trabalhadores e a passagem ao socialismo. Identificou na Comuna a primeira realização histórica e fugaz de uma república operária, reconheceu nela a primeira forma da ditadura do proletariado, mas foi sempre prudente em relação às formas que poderia assumir um processo de transição, e seus pudores eram simétricos à ousadia dos primeiros pensadores da causa socialista que apresentavam utopias idiossincráticas e irreconciliáveis entre si. Insistia na necessidade de um governo dos trabalhadores e de uma revolução política para con-

quistá-lo, e pouco mais, a não ser indicações, como a crítica aos proudonistas e blanquistas da Comuna, que no lugar de fazer refém o arcebispo de Paris deveriam ter se apropriado das reservas do Banco de França...

Mas, em geral, sempre insistiu na idéia geral de que o socialismo seria a passagem do reino da necessidade para o da liberdade. Sobre esse tema da necessidade e a sua relação com a igualdade e liberdade, sempre compreendidos como conceitos relativos, ou seja, inseparáveis e indivisíveis, vale conferir esta passagem de Plekhanov, em um texto polêmico contra Bernstein:

Explicando as palavras de Hegel. “A necessidade só é cega na medida em que não é compreendida”, Engels afirmava que a liberdade consiste “no domínio exercido sobre nós e sobre a natureza externa, domínio fundado no conhecimento das necessidades inerentes à natureza”. Engels desenvolveu este pensamento de forma suficientemente clara para aqueles que estão ao corrente da doutrina de Hegel, à qual ele se referia. Mas o mal consiste precisamente em que os kantistas modernos só fazem “criticar” Hegel, sem, contudo estudá-lo. Não conhecendo Hegel, não podiam tampouco conhecer Engels. **Eles faziam, ao autor de Anti-Durhring, a objeção que não há liberdade onde há submissão à necessidade (...)** Mas a filosofia de Marx (...) não se diferencia, entretanto, da teoria de Hegel na questão que nos ocupa, a saber, a da relação entre a liberdade e a necessidade. Todo o problema reside em saber o que é preciso entender exatamente por necessidade (...). Uma necessidade, por assim dizer condicional. É preciso que respiremos, se queremos viver, é preciso usar um medicamento se nos queremos livrar de uma doença e assim por diante (...). Se nos colocamos sob o ponto de vista da “crítica neokantista” de Marx, **é preciso admitir que, nesta necessidade condicional, existe também um elemento de submissão. O homem seria mais livre se pudesse satisfazer suas necessidades sem dispendar nenhum esforço. Ele se submete à natureza, mesmo quando a obriga a servi-lo. Mas esta submissão é a condição de sua libertação: submetendo-se à natureza, aumenta com isto seu poder sobre ela, ou seja, sua liberdade.** Seria o mesmo no caso onde a produção social estivesse organizada de forma racional. Ao se submeter às exigências da necessidade técnica econômica, os homens poriam termo a este regime insensato que faz com que sejam dominados por seus próprios produtos, ou seja, **aumentariam formidavelmente sua liberdade. Aqui também sua submissão tornar-se-ia a fonte de sua libertação.** E não é tudo. Afeitos à idéia de que o pensar está separado do ser por um abismo, os “críticos” de Marx só conhecem uma única nuance da necessidade: utilizando ainda uma vez os termos de Aristóteles, eles representam a necessidade unicamente como uma força que nos impede de agir segundo nosso desejo e que nos obriga a fazer o que é contrário a ele. Tal necessidade está, com efeito, em oposição à liberdade e não pode deixar de pesar sobre nós. Mas é preciso não perder de vista, tampouco aqui, que uma força que se apresenta ao homem como força exterior de coerção indo de encontro a seu desejo, pode, em outras circunstâncias apresentar-se a ele sob aspecto totalmente diferente.²¹

Essa fórmula expressava condensadamente duas idéias: a superação da escassez pela abundância; e a superação das classes e do Estado e, portanto, também da polí-

tica como poder de administração das pessoas e dos bens ou, em outras palavras, a indivisibilidade da igualdade e da liberdade como o sentido último da causa socialista. Também nesse terreno o socialismo moral e jurídico de Bernstein significava uma profunda ruptura, porque se fundamentava na defesa da fraternidade humana e na solidariedade, como valores constitutivos de uma ordem civilizatória superior.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutor em História Social pela USP e professor do Cefet/SP.

¹ LUXEMBURGO, R. *A Crise da Social Democracia*. Lisboa, Presença, 1974, pp.10-13.

² BERNSTEIN, E. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia*. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982, p. 255 (grifo nosso).

³ KAUTSKY, K. “El desarrollo economico y la voluntad”. In: ZAPATERO, V. (org.). *Socialismo y etica: textos para un debate*. Madrid, Editorial Debate; Bogotá, Editorial Pluma, 1980, p. 225 (grifo nosso).

⁴ BERNSTEIN, E. op. cit., p. 256 (grifo nosso).

⁵ BERNSTEIN, E. op. cit., p. 257 (grifo nosso).

⁶ ANGEL, P. *Eduard Bernstein et L'évolution du socialisme allemand*, Paris, Marcel Didier, 1961, pp.195-7 (grifo nosso).

⁷ BERNSTEIN, E. op. cit., p. 257 (grifo nosso).

⁸ Ibid., pp. 73-75 (grifo nosso).

⁹ Ibid. (grifo nosso).

¹⁰ ANGEL, op. cit., p. 234 (grifo nosso).

¹¹ BERNSTEIN, op. cit. p. 266 (grifo nosso).

¹² Ibid., pp. 269-270 (grifo nosso).

¹³ Ibid., p. 221.

¹⁴ MARX, K., 1980, volume 2, p. 54.

¹⁵ MARX, K. “Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana” In: *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, volume 2, pp.60-1.

¹⁶ MORENO, N. “La traicion de la OCI(u)” In: *Panorama Internacional*. Bogotá, 1982, p. 7.

¹⁷ ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto, Afrontamento, 1976, pp.153-4. (grifo nosso).

¹⁸ DRAPER, H. *Karl Marx's theory of revolution*. Nova York, Monthly Review Press, 1978, pp. 284-5. (grifo nosso).

¹⁹ ["Em um livro publicado em 1860, *Herr Vogt*, Marx teve que rediscutir seus pontos de vista sobre 'as relações entre aristocracia, burguesia e proletariado', pois um crítico ignorante escrevera sobre Marx como se ele meramente quisesse 'remover a aristocracia do poder'. 'Não', foi a resposta, isto teria sido 'o mais medíocre liberalismo burguês', e nada mais. E citou um grande número de passagens retiradas de seus escritos publicados, nas quais ele estabeleceu conexão entre a deposição da aristocracia e o acesso da burguesia ao poder, com o processo histórico que conduziria por si só à retirada da aristocracia do poder. 'Conseqüentemente, nos países onde a aristocracia no sentido continental... precisa em primeiro lugar *ser removida do poder*, estará faltando, em minha opinião, a primeira premissa da revolução proletária, nomeadamente, um proletariado em escala nacional'. Vamos amarrar isto com a questão que, até agora, apenas tocamos: a força do rótulo *progressivo*. Para Marx, este rótulo nunca atingiu o poder todo-santificador que mais tarde chegou a ter em algumas partes do movimento socialista, e acima de tudo, *ele não assumiu que progressivo significava ser politicamente suportado*. Ele podia escrever que "O aluguel de terra é conservador, o lucro é progressivo", sem suspeitar que isto poderia ser compreendido como indicando um suporte do sistema de lucro. (...) Para Marx, era perfeitamente possível reconhecer que A é 'progressivo em relação a B', em um contexto específico, no âmbito dos termos de uma dada análise, sem equiparar tal julgamento à determinação programática de que A é historicamente *progressivo* nas relações básicas de uma era. (...) O critério é: o terreno ainda precisa ser nivelado 'se nele somente uma revolução proletária é possível'? (...) Já foram atingidas as condições sócio-econômicas que fazem, pela primeira vez, o socialismo proletário historicamente possível?" (grifos nossos). DRAPER, H. *Karl Marx's theory of revolution*. Nova York, Monthly Review Press, 1978. pp. 284-5. Tradução de Ricardo. Ver MARX, K., e ENGELS, F. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Dietz Verlag, Berlin, 1953, pp. 718-721. Escrito entre agosto de 1857 y junho de 1858. In: *Materiales para la Historia de America Latina, Cuadernos de Pasado y Presente* 30, Córdoba, Siglo XXI, 1974, pp. 24-43.

²⁰ BERNSTEIN, E. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia*. Trad. Irene del Carril e Alfonso García Ruiz. México, Siglo XXI, 1982, p. 135 (grifo nosso).

²¹ PLEKHANOV, G. *Os Princípios fundamentais do Marxismo*. São Paulo, Hucitec, 1978, pp.72-3. (grifo nosso).

A IDEALIZAÇÃO DO PODER PTOLOMAICO*

*Ettore Quaranta***

Resumo

Na formação do chamado Império Lágida, a característica principal é a existência de monarquias fortes, entre as quais a egípcia (334 -31 a.C.), que ocupa papel de relevo por encontrar-se no centro de vários protetorados, os quais domina e explora. Existe nessas monarquias uma idealização do poder.

Abstract

During the formation of the Lagida Empire, the main characteristic is the existence of strong monarchies. Among them, the Egyptian one is noteworthy since it is in the midst of several protectorates which the Egyptian monarchy dominates and explores. There is in these monarchies an idealization of power.

Palavras-chave

Império; idealização; poder; Lágida.

Key-words

Empire; idealization; power; Lagida.

A partir de uma associação entre a Monarquia e a Vitória guerreira, procuraremos compreender a Monarquia na tradição grega e no Oriente tentando analisar o significado da sua principal base ideológica, que era o culto ao soberano. Ainda que deixemos de lado as explicações sucintas sobre os vários atributos da Realeza, como o diadema, o cetro e o anel, entre outros,¹ que possuem uma série de significados, merecem certa lembrança por simbolizar demais a Realeza Helenística. É a associação do poder monárquico com a Vitória, a velha Nike dos gregos, companheira de Zeus, e muito representada nas Artes. Com suas asas protege o seu mortal favorito, que se distingue principalmente na guerra, por merecer esse favor divino, e não tanto devido aos seus dotes particulares.² É antes de tudo uma Vitória guerreira, nascida da epopéia de Alexandre e, dessa forma, propagou-se por todo o mundo helenístico.³ E são os dotes guerreiros que o Filadelfo poeta do rei Teócrito põe em relevo no seu Elogio a Ptolomeu (vv. 85-105), apesar de atribuir ao rei os feitos de seus generais. Assim como o Idílio XV, talvez, no fundo, seja apenas um canto à Vitória pelo êxito obtido na primeira guerra síria de 276, o que explica a chegada – ou talvez a partida – dos soldados vitoriosos, se seguimos as conseqüências da interpretação de Glotz.⁴

Por mais que o mundo grego fosse ligado ao sistema “democrático” da pólis e considerasse a realeza como própria dos bárbaros, particularmente do Império Aquemênida, a cultura grega proporcionou elementos para a aceitação geral desse regime no período helenístico. Além de pertencer à realidade dos primeiros tempos da Hélade, tal regime foi de certa forma idealizado pela poesia épica e pela tragédia, participantes eternos da educação helênica, na qual a todo momento surgem as figuras majestosas dos monarcas micênicos ou troianos, que se apresentam aos gregos aureolados de glória.⁵

Aristipo de Cirene (435-356), discípulo de Sócrates, que antes de tudo procura o equilíbrio do hedonismo, dirige calorosos elogios aos tiranos de Siracusa, mas é para essa cidade que parte o próprio Platão, na tentativa de transformar Dionísio, o jovem, no rei-filósofo, talvez naquele “rei-pastor” que aparece no “Político”, cuja principal missão é uma grande “tecitura” de todos os temperamentos humanos, parecendo já prever a grande heterogeneidade social a que se dirigia o século seguinte. Mas é óbvio que a experiência de Platão na Sicília, que serve para ilustrar, entre 367 a 361, a tentativa dos filósofos de transformar a dura realidade, frustrou-se não só ali como em toda parte, fazendo com que os interesses políticos e econômicos ocupem o primeiro plano nas futuras monarquias helenísticas, apesar de toda a educação filosófica e da boa vontade de muitos soberanos.

Assim, talvez por razão de oportunismo, as monarquias fortalecidas do século III em diante procurarão uma base ideológica que, facilmente, será encontrada, talvez de forma interesseira, no cinismo e no estoicismo: o cosmopolitanismo cínico diretamente aplicável à *oikouménē*, onde o cidadão tem o mundo todo como pátria e não apenas seu torrão de

origem⁶ que o obriga, senão a um amálgama apressado com o bárbaro, pelo menos à sua aceitação num novo mundo heterogêneo, mas unificado pelo Helenismo⁷. E já que o monarca helenístico reina sobre os mais diversos povos, há necessidade de uma tal visão de mundo que transcenda a pólis e que equilibre todos os seres com a Razão, acima de todos os particularismos. Mas é o estoicismo que aperfeiçoa todas essas questões, muitas vezes apenas de leve tocadas pelos cínicos, pois sua extrema idealização da Razão Divina, que só se releva aos sábios depois da busca incessante, se projeta como um modelo exemplar no regime monárquico helenístico, e proporciona ao soberano, através do aconselhamento dos sábios a *basilikèn epistémen*.⁸

Mas será a divinização real que se constituirá na base de aceitação do poder monárquico, principalmente dos reinos orientais, devido aos antigos cultos aos seus soberanos nativos, embora também não tenha recebido o repúdio da mentalidade grega. Isso porque desde há muito os gregos associavam o humano ao divino, desde a época dos reis micênicos, e estavam normalmente acostumados a prestar honras divinas aos heróis mortos que, idealizados, estavam a um passo da divinização. E no período helenístico, havendo intensa fermentação religiosa, em que o fator divino aparece em todos os elementos como os astros, a água e o vinho,⁹ o que não é inédito na cultura grega, intensifica-se a associação entre a divindade e o humano, ou melhor, degrada aquela ao nível deste.¹⁰ Tal associação era muita interessante aos fins políticos dos monarcas, que visavam, antes de tudo, uma extrema aceitação e daí unificação monárquica, para o que era necessária uma propaganda desse antigo culto entre as massas.¹¹

O rei passa a exercer a principal das virtudes, que é a ajuda à Humanidade, tornando a monarquia apenas “o nobre ato de servir”, como dizia Antígono Gônatas, e essa ajuda à Humanidade torna-se sinônimo de divindade, o que, por sua vez, conduz à glória do monarca.¹² Seguindo ou não esse profundo pensamento estóico, a maioria dos monarcas dedicou-se à *philanthropía*, pelo menos no que se refere à ajuda às cidades gregas. Assim, em uma época de extrema perturbação política e adaptações sociais e econômicas, alguns mortais que acumulam grande poder político e militar podem, de forma segura e clara, ajudar populações famintas cujo território sofreu devastação natural ou de algum bárbaro, ou mesmo de outro conquistador grego.¹³

Mas não é apenas em situações de extremo perigo que atuam os monarcas helenísticos como benfeitores da população grega das cidades, pois tornar-se-ão os verdadeiros sustentáculos do Helenismo, não só protegendo-o contra a aniquilação dos bárbaros,¹⁴ o que já seria muito, mas também na edificação de obras públicas como teatros e ginásios que serviram, antes de tudo, para a educação da juventude grega. É por isso que as novas cidades helenísticas tornam-se os novos centros da cultura helênica que acabam por atrair

não só elementos da elite nativa como também de todo o mundo grego, elementos esses atraídos não pela carreira das armas ou pelo progresso econômico, mas pela realização cultural, que era possível nessas cidades protegidas pelo *basileüs* helenístico.¹⁵

Assim, são freqüentes as titulaturas lisongeiros ao rei como Evergétis, Benfazejo, Sóter, Salvador, ou até mais próxima da divinização como Epifânios, além de outras¹⁶.

Todas essas titulaturas vêm de cidades gregas situadas, muitas vezes, longe dos reinos helenísticos, pois, desde que a Monarquia se torna uma realidade de fato, através da base do direito divino, essas cidades gregas forçosamente se adaptam por conveniência política,¹⁷ já que não podiam dispensar a ajuda e a proteção dos grandes monarcas. E a maioria delas faz como Atenas: sacrifícios feitos pelos seus jovens efebos a todos os benfeitores da cidade, reis ou particulares.

Para Tarn, seguindo Wedland, tais cultos estão longe de um verdadeiro sentimento religioso, pois, na verdade, advêm da conveniência política de ambos os lados: da cidade, que recebia proteção e favores do rei, não como um chefe estrangeiro, mas como uma divindade que poderia impor suas leis de forma natural e sabia que, assim, seus atos, com certeza, continuariam após sua morte, e isso numa cidade livre onde jamais um chefe estrangeiro poderia se impor simplesmente como tal.

Mas é bem possível que pelo menos uma parte da massa popular pudesse acreditar na legitimidade do poder divino do rei, já que a época apresenta um vazio religioso com a esterilidade espiritual a que chegou a antiga religião olímpica.¹⁸ E também devido àquilo que W. S. Ferguson chama de caráter “theopoético” dos gregos¹⁹ que tornava deus o herói depois da morte. Tal autor não crê que o culto ao soberano na época helenística se originou simplesmente do culto ao herói, já que a apoteose deste era apenas depois da morte e não em vida. Está aí um problema difícil de resolver quando observamos o culto ao soberano através do prisma da cultura grega, pois a grande chave parece ser o culto ao herói.

Assim, apesar de toda aceitação da Monarquia pelos gregos, aceitação essa propiciada pela sua própria cultura, o endeusamento em vida – comprovadamente, para muitos casos – não tem base segura na cultura grega, já que toda a projeção das qualidades olímpicas em seres mortais não os tornava, necessariamente, divinos. Mas tudo não deve, necessariamente, ser simplificado pela “conveniência política” de Tarn e Wendland. O que realmente havia era a apoteose do herói morto, esta sim é ilustrada no texto do Idílio XV, nas suas referências a Ptolomeu I e Berenice, que estão mortos e por isso estão entre os olímpicos. Arsínoe viva é comparada a Helena, mas não é chamada de deusa. Podemos dizer que Teócrito se mantém fiel a essa noção helênica, pois não há, em nenhum momento

de sua obra, em qualquer dos idílios, a identidade precisa entre deus e ser humano que ainda respire entre os mortais, seja este médico de talento, um poeta, Ptolomeu Filadelfo ou Hierão II, embora nada impeça que chovam comparações ao modo próprio dos gregos.²⁰

Sem dúvida, parece ter sido Ptolomeu Filadelfo o primeiro a receber honras divinas em vida, junto com sua irmã Arsínoe. Embora todas as fontes comprovem tal fato e realmente tenha ocorrido o endeusamento em vida dos soberanos, iniciado discretamente pela corte, nunca Filadelfo o exigiu de seus súditos, assim como o fez Antíoco Epifânios. Quando seu pai, Ptolomeu Sóter, instituiu o culto oficial de Alexandre no Egito e em seus domínios, tal fato, além da ambição de ser o legítimo continuador do grande macedônio, cujo corpo fora trazido para Alexandria, nada mais parecia indicar. Mas a partir do momento em que Filadelfo e Arsínoe se esforçam a todo custo para a canonização de Sóter e Berenice,²¹ chamando-os *Theoi Sotéres*, automaticamente tornam-se filhos de deuses e recebem a denominação de *Adelfòs-Adelfè-Theoi*. A partir de 273-270 a.C. completa-se a divinização, com sua participação no cerimonial do culto de Alexandre, além da grande canonização de Arsínoe depois de sua morte em 270.²²

Como lembram Cerfaux e Tondriau,²³ não se deve exagerar a falta de sinceridade dos sacerdotes nativos para com os Ptolomeus, pois parecem tê-los aceitado como substitutos dos antigos faraós, pelo menos na primeira fase da dinastia. Mas sabemos que não havia um decalque entre o rei tipo grego helenístico e o faraó egípcio, pois enquanto o primeiro encarna a própria Lei, é um *nómos émpsykhos*, o segundo é a apoteose da Vida, uma personificação de Osiris, que, pelos ritos do nascimento e da entronização, recebera “*le fluide magique*” das divindades, o que o torna o ponto de ligação entre os homens e os deuses.²⁴ Do ponto de vista nativo sobre o culto à Realeza, o rei poderia afirmar-se perante os egípcios desde que continuasse a respeitar a existência da *ghè hierá* e continuasse a fazer doações aos templos.

Mas, independentemente das diferentes concepções, da diversidade de princípios, os Lágidas souberam tirar proveito desse culto e lhe dedicaram uma importância enorme. Se não havia uma exigência sobre os súditos, de adorá-los em vida, como faziam muitos elementos cortesão, os enormes gastos do Estado com sacrifícios de touros e manutenção geral dos templos criava um ambiente propício que atingia principalmente o nativo. A população grega era levada a sacrifícios sem fim aos reis mortos, sabendo que os soberanos vivos receberiam deles as mesmas honras posteriormente, e, como lembra Ferguson, por que esperar a morte do receptor para adorá-lo, se o mesmo merecia gratidão e essa era a essência do culto?²⁵

O culto do soberano se mantém principalmente nas regiões do Oriente,²⁶ e ali serve como sustentáculo ao poder monárquico autocrático, próprio do Oriente, mas também

herdeiro da especulação grega. Nunca desaparece ou se anula completamente no Egito helenístico, nem mesmo depois da perda do domínio das cíclades ou quando o país vive momentos inflacionários sob o esmorecimento causado pelas revoltas nativas. Na verdade, serviu mesmo como um paliativo para encobrir as fraquezas cada vez mais acentuadas de um Executivo agonizante. Os dois poderes, segundo a comparação de Claire Préaux,²⁷ seriam como os dois lados de uma ampulheta: enquanto o poder real se enfraquece devido aos inúmeros problemas sociais e econômicos do Egito, o poder religioso da Monarquia aumenta pelo excesso das representações do culto divino a, por exemplo, um Neos Diônisos, como se chamava Ptolomeu IV Filopátor (221-203), quando sabemos a que condições a batalha de Ráfia, de 217, apesar da vitória, havia conduzido o Egito quanto às exigências sociais dos nativos. No Egito Helenístico, o culto ao soberano ainda terá um certo fulgor na época da grande Cleópatra, devido ao amparo de dois representantes de Roma – por ironia do destino, como nos lembram Cerfaux e Tondriau.²⁸ Mas, no momento da conquista romana, está presente no episódio que Otávio arrebatara o Egito e nada mais faz do que seguir o romano e apossar-se do trono imperial.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em março/2005

Notas

* Sobre a idealização do *krátos* helenísticos, que repõe o governante na atmosfera da idade do Bronze, quando as próprias divindades iam à guerra, baseamo-nos para as nossas considerações, em autores antigos como o poeta Teócrito, da época de Ptolomeu II Filadelfo, em Luciano (125-190 a.D.) entre outros. Quanto à bibliografia, no recente trabalho de Paul Veyne, *L' Empire Gréco-Romain*. Paris, Édition du Seuil, 2005 e nos autores que de uma forma ou outra ainda têm grande peso sobre nossa visão do mundo helenístico: ROSTOVITZ, M. *The social and economic history of the Hellenistic World*. Oxford, at the Clarendon Press, 1953, ed. rev. TARN, W. W. *La civilisation hellénistique*, trad. francesa. Paris, Payot, 1936 e seu *Alexander the great*, Cambridge, at the University Press, 1951; MURRAY, G. *Five stages of greek religion*, London, Watts, 1946; PRÉAUX, C. *Le monde hellénistique*, Paris, PUF, 1979; entre outros.

** Professor Doutor do Departamento de História da PUC-SP.

¹ Cf. CHAMOUX, F. *La civilisation Hellénistique*. Paris, Arthaud, 1985, pp. 233 e ss.

² No entanto, é um privilégio que pode ser perdido, o que explica o culto extremo que o período helenístico dedicou à Fortuna. Cf. MURRAY, G. "The failure of nerve". In: *Five Stages of Greek Religion*. Londres, Watts, 1946, pp. 132 e ss.

³ Roma, no início do século III, portanto na época do texto das Siracusanas, transforma Hercules Magno em Hercules Victor e levanta templos a Bellona Victrix, a Juppiter Victor e à própria Victoria. Cf. HEURGON, J., *Roma y el Mediterráneo Occidental hasta las guerras públicas*. Barcelona, Editorial Labor, 1971, pp. 244-245.

⁴ GLOTZ, G. Les fêtes d'Adonis sous Ptolémée II. *Revue d'Études Grecques*. 33, n. 152, 1951, p. 221.

⁵ CHAMOIX, op. cit., pp. 227-228.

⁶ DIÓGENES LAÉRCIO VI, 2.

⁷ Cf. TOUCHARD, J., *História das idéias políticas*. Trad. port. Lisboa, Europa-América, 1970, v. II, pp. 404 e ss. onde rebate a coincidência entre o Cinismo e o Cosmopolitanismo cínico.

⁸ TARN, W.W. acredita que houve uma generalização muito grande da preferência dos estoicos pela monarquia, devido à estreita amizade entre Zenão e Antígonos Gônatas, pois aqueles não propuseram monarquia, mas muitos outros regimes políticos e chegaram a servir de base à oligarquia romana e ao principado da época de Augusto. Isso explica a absorção da ideologia pela classe dominante, conforme o momento, pois é sabido que Antígonos Gônatas, ao contrário do que se poderia esperar, recusou qualquer tipo de divinização, servindo-se para isto do próprio estoicismo, ou por crença sincera na doutrina, ou para não ferir a tradição dos macedônios do não endeuamento dos seus reis, embora estes pudessem ser endeuados nas cidades gregas e asiáticas. Cf. as observações de W.W. TARN. *Alexander, the Great*, op. cit., pp. 417 e ss. e também *La civilisation Hellénistique*. Paris, Payot, 1938, p. 53, onde se observa um certo maniqueísmo em relação à doutrina estoica, utilizada conforme o momento.

⁹ MURRAY, op. cit., p. 160.

¹⁰ FERGUSON, W. S., "Deification". In: *Cambridge Ancient History*. Cambridge, At the University Press, volume VII, p. 18.

¹¹ É o que observamos na novela de Euhemerus de Messênia, "a Inscricao Sagrada", do inicio do século III a. C., que se tornou muito popular no mundo grego, e que foi logo traduzida para o latim. O que transparece de forma muito nítida nessa obra, por trás das aventuras românticas nas ilhas fantásticas, é a presença do divino no humano e a certeza de que todos os deuses foram antes heróis humanos que faleceram. Euhemerus pertencia ao círculo político de Cassandro, que exercera poder militar sobre os atenienses. Cf. FERGUSON, J., "Euhemerus". In: *Utopias of the Classical World*. Londres, Thames and Hudson, 1975, pp. 104 e ss.

¹² Cf. PLÍNIO, *História Natural*, II, 7, 18: "Deus est mortali iuvare mortalem et haec ad aeternam gloriam via".

¹³ Ptolomeu I recebe um culto especial de Rodes e de todo o Arquipélago porque salvara essas regiões contra Demétrios, mas Atenas cultua Demétrius porque a protegera de Cassandro. Toda a Jônia rende um culto a Antíoco porque a preservara dos gauleses. Cf. TARN, W. W., *La civilisation...* op. cit., pp. 54-55. As doações de trigo às cidades famintas são freqüentes, como as várias que Hierão II da Sicília faz a Rodes depois de seus terremotos. Cf. ROSTOVTZEF, M., *The social and economic history of the helenistic world*. V. 8, pp. 651 e ss.

¹⁴ Papel assumido e continuado por Roma, o que explica o culto dirigido à "deusa Roma" por algumas cidades gregas. Cf. TARN, W. W., *La civilisation...* op. cit., p. 56.

¹⁵ É o que, de certa forma, explicará o grande desenvolvimento científico da ciência, por si própria descompromissada com o pensamento filosófico, de resultados teóricos de longe alcance, embora sem nenhuma aplicação prática.

¹⁶ A última, Epifânios, fora de forma geral utilizada, mas não assumida como no caso de Ptolomeu (203-181), no endeuamento comum de todos os soberanos, já que a única diferença entre estes e as divindades

olímpicas é que vivem entre os homens e são visíveis, conforme o canto dos atenienses a Demétrius. As inscrições honoríficas de Ptolomeu Epifânios, de 196 a.C., na Pedra de Roseta, exageram na busca de títulos para o soberano, que deve ser visto como um homem-deus. Cf. MURRAY, G., op. cit., pp. 156 e ss., onde apresenta as inscrições a partir de Dittenberger, *Insc. Orientis Graeci*, 90.

¹⁷ Cf. FERGUSON, op. cit., pp. 15-16.

¹⁸ Cf. TARN, W. W., *La civilisation...* op. cit., p. 54 e Cf. MURRAY, op. cit., pp. 123 e seg.

¹⁹ FERGUSON, op. cit.

²⁰ Luciano de Samosata (125-190), já na era cristã, coloca-se de forma mordaz contra a divinização de mortais. Talvez por viver em uma época em que tal religião é aproveitada por adutores, também se coloca assim, de forma crítica, atacando a divindade de Alexandre de “poder criar deuses”, as festas divinas realizadas por Ptolomeu Auletes e as pretensões de Nero, cuja voz “é mais agradável que a das Musas”. Vê o ridículo de “um qualquer colocar-se uma pele de leão e segurar uma maça para tornar-se Heraclés” (O Cínico 12). Mas, por outro lado, aceita a comparação com os deuses, não a divindade em si, mas a exaltação das qualidades reais (Sonho ou vida, 8). Cf. TONDRIAU, J., *Lettres d'Humanité*, 5, 1947 e DELATTE, L., “Caelum ipsum petimus stultia”. In: *Antiquité Classique*, 4, 1935.

²¹ Cf. TEÓCRITO, *Elogio de Ptolomeu*, vv. 121-124.

²² Para sustentar o novo culto à deusa Arsínoe, Filadelfo dirigiu a ele o produto da “apómoira”, imposto sobre o produto das vinhas, correspondente à sexta parte da produção, antes recolhido pelos sacerdotes egípcios. O Estado, de forma geral, gastava muito na manutenção dos tempos. Cf. ROSTOVITZ, *The Social and Economic...* op. cit., p. 283. Teócrito tem razão quando diz, no seu Elogio a Ptolomeu, vv. 106-109: “O ouro na rica casa (de Ptolomeu) não é inútil, como a riqueza das formigas que sempre fitando o amontoa, mas muito, oferecido como primícias entre outros dons, tem as gloriosas mansões dos deuses”.

²³ *Un concurrent du Christianisme, le culte des souverains dans la Civilisation Gréco-Romaine*. Tournai, Desclée, “L'Égypte Ptolémaïque”, pp. 191-227. Essa obra, apesar do título, não traz contribuições, pois apenas repete pontos comuns, embora tenha seu mérito como a centralização de todos os problemas a respeito do tema.

²⁴ Nas regiões selêucidas, talvez tenha sido mais fácil a identificação entre o endeuamento tipo grego e o tipo asiático, pois já havia muito tempo, antes de Alexandre, que os monarcas estavam deixando de ser divindades, mas representantes delas, isto é, escolhidos pelo deus-Luz Ahuramazda, do qual recebia a glória hvareno que o distinguia dos outros homens, talvez devido à evolução de uma teoria política sobre o Estado. Cf. FERGUSON, op. cit., p. 14. Ali, as forças cósmicas estavam substituindo os antigos ídolos, fazendo com que não a pessoa do soberano, mas sua “psykhé”, seu “dáfmon-fravashi”, recebesse a “proskínesis” e sem dúvida foi o que ocorreu na divinização de Alexandre e, talvez por isso, o conquistador tenha julgado natural exigir tal culto das cidades gregas.

²⁵ Cf. FERGUSON, op. cit., p. 16.

²⁶ No Ocidente, especialmente a Sicília, apenas os tiranos de Siracusa, Dionício (403-367) e Dion (408-353) recebem louvores divinos, não da cidade como um todo, mas de alguns partidários políticos. No idílio “dedicado” a Hierão II, Teócrito nem toca no problema.

²⁷ PRÉAUX, Claire, *L'Économie royale des Lagides*. Bruxelles, 1939, p. 47, citada por CERFAUX, L. e TONDRIAU, J., op. cit.

²⁸ Cf. CERFAUX, L. e TONDRIAU, J., op. cit., p. 227.

POLÍBIO E O IMPERIALISMO ROMANO

*Breno Battistin Sebastiani**

Resumo

Este texto constitui uma análise historiográfica a respeito da teoria de Políbio sobre a relação da Segunda Guerra Púnica e da constituição romana do período com o início e o desenvolvimento subsequente do processo de imperialismo romano.

Palavras-chave

Políbio; Segunda Guerra Púnica; Constituição Romana; Imperialismo Romano.

Abstract

This text is an historiographical analysis concerning Polybius' theory about the connection between Second Punic War and Roman constitution, on the one hand, and the beginnings and following developments of Roman imperialism's process, on the other.

Key-words

Polybius; Second Punic War; Roman Constitution; Roman Imperialism.

Ao iniciar suas *Histórias*, Políbio delimita no próêmio seu objeto de estudo:

(...) pois quem dos homens é tão vil ou leviano que não desejaria conhecer como e devido a que tipo de constituição em cinquenta e três anos incompletos quase todo o mundo habitado caiu submetido a um único poder, o romano, fato nunca antes ocorrido; e quem ainda é tão apaixonado por algum outro espetáculo ou lição que os tomaria por algo mais útil do que esta experiência?”¹

Todo o seu trabalho é constituído pelo relato da formação de um único poder (*μίαν ἀρχήν*), processo (porque sucessão cronológica de acontecimentos – *οὐχ ὅλοις πεντέκοντα καὶ τρισὶν ἔτεσιν*) nunca até então ocorrido (*ὁ πρότερον οὐχ εὕρισκεται γεγονός*). O historiador constata a singularidade de um processo histórico² não apenas porque se centra em um único agente condicionante, no caso, o poderio romano, mas também porque é algo singular dentro da extensão cronológica abarcada por sua erudição.

A singularidade do processo em questão assenta precisamente na grandiosidade de seu significado: um único poder, de maneira particular e devido a uma constituição específica, conseguiu sobrepor-se a toda a *οἰκουμένη* ao longo dos anos 219-168 a.C. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é investigar sinteticamente como (*πῶς*) e devido a qual constituição (*τίνι γένει πολιτείας*) configurou-se o poderio romano (*μίαν ἀρχήν ... τὴν Ῥωμαίων*) da maneira enfocada por Políbio. Para tanto, é necessário, previamente, apontar o início cronológico do processo em questão, a fim de que seja possível identificar o preciso e indispensável momento sem o qual todo o posterior encadeamento de ocorrências não teria possibilitado a delimitação de tal processo como objeto historiográfico. A partir dessas considerações, faz-se necessário destacar que este estudo constitui uma análise historiográfica centrada nas construções teóricas de Políbio, análise na qual a pesquisa histórica é desenvolvida enquanto aporte para a compreensão do pensamento do historiador.

Esse processo, nunca antes ocorrido, possui um início cronologicamente demarcado para o historiador: “a centésima quadragésima olímpíada será o começo cronológico de nossa obra”.³ Para Políbio, portanto, os anos de 220-217 a.C. constituem o início factual de sua narrativa:

(...) depois desses tempos,⁴ (...) a história tornou-se algo material, as ações na Itália e na Líbia se interligaram às na Ásia e na Grécia, e a referência a elas se fez com um único fim. Por isso apontamos o início de nossa obra a partir desses tempos. Pois na guerra supra-citada,⁵ tendo os romanos vencido os cartagineses e julgado que levaram a cabo a parte maior e mais importante rumo a um projeto global, em seguida pela primeira vez resolveram estender as mãos sobre as restantes e atravessar com exércitos para a Grécia e regiões da Ásia.⁶

A Segunda Guerra Púnica é tratada como marco inicial de uma época em que três continentes passaram para um único domínio. É o agente empreendedor que a levou a um fim único (*πρὸς ἓν τέλος*), fazendo com que os eventos ocorridos em todas as partes do mundo habitado se interligassem (*συμπλέκεσθαι*). Sendo assim, a Segunda Guerra Púnica é instituída por Políbio como o preciso momento do qual depende toda a série de acontecimentos que configuram o processo de formação do poderio romano subsequente. Compreender seu desenvolvimento constitui a investigação sobre como (*πῶς*) Roma foi capaz de submeter todo o mundo habitado.

Dos quatro cenários⁷ em que essa guerra se desenvolveu (Espanha, Itália, Sicília e África), somente a Itália não contribuiu para o aumento do poderio romano: desde a chegada de Aníbal, em 218 a.C., até seu retorno para a África, em 204 a.C., os romanos, apesar de perigosamente ameaçados pela proximidade do cartaginês após o desastre de Canas em 216 a.C. e as contínuas defecções dos povos da Itália em favor do invasor, não adquiriram propriamente acréscimo de poderio, uma vez que já eram senhores de toda a Itália ao sul do Pó, mas tão-somente enfrentaram o inimigo, seguindo principalmente uma estratégia defensiva, sob a liderança de Fábio Máximo (diretamente de 215 a 213 a.C., indiretamente até 205 a.C.), que lhes assegurou o domínio da Itália.⁸

Com relação à Sicília, a tomada de Siracusa por Marcelo, em 212 a.C., a destruição de praticamente todo o exército cartaginês no local, devido a uma peste, e o imenso butim conquistado garantiram a posse da ilha para os romanos. Mas é na Espanha e na África que têm lugar as mais significativas conquistas romanas, em termos estratégicos.

Durante sete anos (218-211 a.C.), até serem massacrados à traição, os irmãos Públio e Cneu Cipião não só conseguiram evitar que os cartagineses mandassem reforços para a Itália, via Espanha, como também ampliaram consideravelmente o domínio romano na região.⁹ Em 210 a.C., Públio Cipião, futuro Africano, é enviado como *pruatus cum imperio* e realiza duas campanhas de decisiva importância estratégica: a tomada de Nova Cartago (209 a.C.), principal base operacional e fonte de recursos dos cartagineses na península, e a batalha de Ilipa contra Asdrúbal (206 a.C.), estrategicamente tão importante quanto a de Zama, uma vez que assinala o fim do domínio cartaginês e o início do romano na Espanha, configurando com isso a virada na guerra por meio da retomada definitiva da ofensiva por parte dos romanos,¹⁰ retomada já sinalizada na própria escolha de Cipião para comandar tropas na região: o comando proconsular delegado a Cipião constituía claramente uma crítica à política de Cláudio Nero (sucessor de Públio e Cneu Cipião) na Espanha,¹¹ fundamentada em estratégias defensivas e sob forte inspiração de Fábio Máximo.¹² Enquanto a estratégia do grupo ligado a Fábio Máximo visava tão-somente a expulsar Aníbal da Itália, sem o enfrentar fora da península, o grupo dos Cipião buscava destruir Aníbal e, se possível, a

própria Cartago. Comandar a Espanha significava o primeiro passo para auferir grande quantidade de riquezas, alianças e reservas de homens, minando definitivamente as bases de apoio de Aníbal na Europa.

Na África, os romanos venceram a guerra (Zama, 202 a.C.) enfrentando um Aníbal já desgastado pelos muitos anos em campanha e garantindo, por meio da batalha decisiva, o domínio incontestado de todo o Mediterrâneo ocidental.

É a partir desse momento, quando Roma controla já um *imperium* que lhe serve como base operacional e fonte de recursos em quantidade muito superior à de seus potenciais adversários, que a *urbs* tem condições de empreender a marcha rumo ao Mediterrâneo oriental, com vistas ao domínio da *οἰκουμένη*. É precisamente esse, portanto, o momento delimitado por Políbio como o responsável por todo o encadeamento subsequente de eventos que levaram à manutenção e acumulação de poder romano sobre todo o mundo habitado. O início do processo são os dezessete anos da Segunda Guerra Púnica; o fim desta, por sua vez, configura o momento em que Roma já possui abundância superior de recursos em relação a seus vizinhos do Mediterrâneo, bem como plena capacidade de expansão militar. Porém, coloca-se a questão: especificamente, quem, dentro da *urbs*, é o responsável por tamanha empresa? A resposta implica o estudo da constituição romana no período (*τίμι γένει πολιτείας*), a fim de que se tenha, paralelamente à sinopse da guerra, a identificação dos poderes que conduzem o processo em questão.

A análise da constituição romana é significativa para Políbio, uma vez que se enquadra num dos princípios mais caros à construção de seu projeto historiográfico. A constituição romana é pensada como causa de um processo, ou seja, marco referencial a partir do qual todas as mudanças recebem uma identificação e um início, e podem ser convertidas em objeto de estudo (VI, 2, 8-10).

A constituição romana representa o momento de mudanças mais significativo, uma vez que, sendo a maior das causas relativamente ao específico exame do sucesso ou seu oposto em qualquer situação, determina não só as ocorrências que lhe são imediatamente conseqüentes, mas também aponta para os fins conformados por essas ocorrências. Por outras palavras, a constituição romana do período e a Segunda Guerra Púnica representam os dois fenômenos que, na ótica de Políbio, são os responsáveis pela sucessão de acontecimentos que caracterizam a formação, a manutenção e o acúmulo de poderio romano sobre a *οἰκουμένη*.

Específica relativamente ao seu funcionamento, a constituição romana apresenta também outra peculiaridade, o fato de, no entender de Políbio, apresentar-se como a melhor, justamente por haver superado o momento mais crítico de sua época. Esse momento (VI, 11, 1-2), recortado pelo historiador, é precisamente aquele que se seguiu à batalha de Canas, a

mais significativa derrota romana na Segunda Guerra Púnica, quando tudo parecia perdido e já nas mãos de Aníbal. Operando com precisão a melhor escolha (*ἀρίεσις*), conforme apontado em VI, 2, 8-10, Políbio identifica o momento mais fecundo para poder emitir juízos a respeito da superioridade da constituição romana em relação a outras que estudou:¹³

Ele [Políbio] inseriu a discussão a respeito da constituição romana imediatamente após sua narrativa da batalha porque acreditava ser devido essencialmente à excelência da constituição de sua república que os romanos foram capazes de reerguer-se tão rapidamente dessa derrota esmagadora e conquistar a maior parte do mundo habitado em pouco mais de cinquenta anos depois de Canas.¹⁴

O passo que interessa diretamente ao objetivo deste estudo é precisamente aquele em que Políbio descreve as instituições romanas e as relações de poder entre elas (VI, 12-8). Sendo impossível resumir a descrição polibiana, apresenta-se a tradução completa do excerto.

Os cônsules, presentes em Roma quando não conduzem exércitos, são os chefes de todos os negócios públicos. Pois todos os magistrados restantes lhes são subordinados e obedecem, exceto os tribunos; também introduzem embaixadas no Senado. Além disso, apresentam as deliberações mais urgentes e executam toda a gestão dos decretos. E quantas coisas, dentre as relativas aos negócios comuns, devem ser realizadas por meio do povo, a eles convém ponderar e reunir assembleias, propor decretos e executar o que bem pareça à multidão. A respeito da preparação da guerra e de toda situação de combate, têm um poder quase autocrático, pois lhes cabe dispor os aliados como bem lhes pareça, instituir tribunos militares, alistar soldados e escolher os mais aptos. Além disso, são soberanos para punir os subordinados quando em combate. Têm poder para gastar do tesouro público quanto decidirem, acompanhados por um questor que cumpre prontamente o que decidirem. De modo que alguém de fato diria, quando observasse esta magistratura, que o Estado é simplesmente monárquico e real (...).

O Senado possui, primeiramente, autoridade sobre o tesouro público, pois controla igualmente toda a receita e a despesa. Com efeito, os questores não podem contrair nenhuma despesa para fins particulares sem decreto do Senado, exceto para os cônsules; da despesa mais importante e maior dentre todas as outras, a qual os censores contraem para as construções e preparativos públicos de cinco em cinco anos, o Senado é controlador, e devido à sua importância nasce o consenso entre os censores. Do mesmo modo, quantas injustiças na Itália necessitem de pública investigação, digo traições, conjurações, envenenamentos e assassinatos dolosos, todas competem ao Senado. Além disso, caso algum indivíduo ou cidade na Itália necessite de reconciliação, ou – por Zeus – de punição, de socorro ou proteção, tudo isso é de competência do Senado. E se para alguns povos fora da Itália for necessário enviar alguma embaixada reconciliatória, para fazer sugestões, ou – por Zeus – para dar ordens, para receber algo ou para declarar guerra, essa decisão é do

Senado. Do mesmo modo também quanto às embaixadas chegadas a Roma, conforme é preciso tratar e responder a cada uma, tudo isso é tratado no Senado. Nada do que foi dito é de competência do povo. Isto posto, se alguém residir em Roma na ausência dos cônsules, a constituição lhe parecerá de fato aristocrática. Disso estão persuadidos muitos gregos e igualmente muitos reis, uma vez que quase todos os seus negócios são capitaneados pelo Senado.

A partir disso, quem não procuraria qual então é a parte que resta ao povo no Estado, estabelecida a autoridade do Senado, em sua maior parte relativa ao controle de toda a despesa e receita, e a potência autocrata dos cônsules comandantes a respeito dos preparativos de guerra, e o poder autocrático quando em combate? Ora, resta uma parte também ao povo, a mais significativa: da honra e da punição somente o povo é chefe na constituição, únicas coisas que mantêm dinastias e constituições, e em suma toda vida humana. Pois entre aqueles a quem sucede não ser conhecido por nenhuma distinção ou empregá-la mal, se dela possuidores, entre eles nada é capaz de regular racionalmente os encargos; pois como de fato seriam igualmente honrados bons e maus? Então o povo julga muitas vezes a respeito de multas, quando é considerável o tamanho da injustiça, e sobretudo relativamente àqueles que detêm magistraturas ilustres. E somente o povo atribui a pena de morte. A respeito dessa sua função há algo digno de elogio e memória: pois para os passíveis de condenação à morte, caso sejam condenados, lhes é dada permissão para abandonar ostensivamente a cidade, residindo voluntariamente em exílio, mesmo que ainda reste uma tribo sem votar dentre as escolhidas para fazê-lo. Para os que se retiram, há segurança entre os napolitanos, prenestinos, tiburinos e nas outras cidades com as quais os romanos possuem alianças para tal fim. E o povo confere magistraturas aos dignos delas; o que, na constituição, é a mais bela recompensa à excelência. Possui também a autoridade a respeito da aprovação de leis e, o mais importante, é ele quem decide da paz ou da guerra. E a respeito de alianças, reconciliações e acordos, é ele quem ratifica cada um desses e confere ou não validade. De modo que, novamente, a partir disso de fato alguém diria que o povo exerce a maior influência, e o Estado é democrático.

Então está dito de que modo se distinguem as partes da constituição quanto à forma de cada uma; agora se tratará sobre o modo pelo qual cada uma das partes pode, desejando, opor-se e colaborar umas com as outras. Pois o cônsul, uma vez possuindo dito poder, quando parte com exércitos, parece ser autocrata quanto à realização de planos, mas ainda precisa do povo e do Senado, e sem eles não se basta para levar ações a termo. Pois é claro que é preciso sempre enviar provisões aos exércitos: sem a decisão do Senado nem trigo nem vestimentas nem soldo poderiam prover os exércitos, de modo que se tornariam inertes os empreendimentos dos comandantes, desejando o Senado prejudicá-lo e causar-lhe empecilhos. E também depende do Senado a realização ou não das intenções e projetos dos comandantes; pois ele tem o poder de

enviar outro comandante quando acabar o ano, ou prorrogar o comando em exercício. O Senado também tem a capacidade para tornar pomposo e amplificar, ou obscurecer e diminuir os sucessos dos comandantes; pois os chamados triunfos entre os romanos, em meio aos quais sob a vista se leva aos cidadãos, por parte dos comandantes, as evidências dos feitos, não podem organizá-lo, como convém, imediatamente, nem realizá-lo se o Senado não assentir nem der os recursos para tanto. Também lhes é muito necessário ter o povo em vista, mesmo que se encontrem muito afastados de casa: pois o que faz válidos ou não os tratados e termos, como acima eu disse, é o povo. Quanto ao mais, saídos do cargo devem prestar contas de seus feitos ao povo. Por isso de modo algum é seguro para os comandantes negligenciar as intenções do Senado ou da multidão.

O Senado, por sua vez, o qual possui o poder mais importante, primeiramente necessita ser útil à multidão quanto aos assuntos comuns e ajudar o povo; quanto às mais completas e maiores investigações e punições dos que lesam a constituição, às quais se segue a pena de morte, não as pode concretizar, se o povo não ratificar em prévia deliberação. Igualmente a respeito do que concerne ao Senado: pois caso alguém proponha uma lei ou cancelando algum atributo do Senado conforme o costume ou destruindo sua dignidade e prestígio ou, por Zeus, provocando perda de recursos, tudo isso deve o povo decidir mesmo não sendo soberano. Se um dos tribunos se opuser, o Senado não pode levar a termo nenhuma das resoluções, nem reunir-se nem fazer propostas – os tribunos sempre ajudam a fazer o que parece bem ao povo e sobretudo visam sua decisão –, por isso graças ao que foi dito o Senado receia a multidão e é útil ao desígnio do povo.

Igualmente por sua vez o povo tem obrigações para com o Senado, e deve visá-lo em público e em particular. Pois sendo muitos os empreendimentos promovidos pelos censores por toda a Itália para as construções e preparativos de obras públicas, os quais ninguém enumeraria facilmente, muitos rios, portos, jardins, minas, terras, em suma tudo quanto caiu sob o império dos romanos, tudo isso deve ser organizado pela massa, e quase, por assim dizer, interligados um a um por compras e trabalhos relacionados; pois alguns declaram junto aos censores as ofertas, outros lhes comunicam, outros afiançam os declarantes, outros dão recursos para o Estado para tanto. O Senado tem autoridade sobre tudo o que foi descrito; pois pode passar o tempo e, ocorrido um imprevisto, ser flexível e, se em seguida ocorrer algo insustentável, encerra a empresa. Em muitas coisas o Senado lesa grandemente ou ajuda os que lidam com bens públicos: pois o retorno de cada empresa volta para ele. Além do que, dele saem os juízes do povo e das relações públicas e particulares, todas que contêm grandes acusações. Por isso muitos, ligados à boa-fé dele e receando a incerteza do assunto, com circunspeção fazem objeção e oposição às decisões do

Senado. Semelhantemente com relação aos projetos dos cônsules, dificilmente estes opõem resistência em público e em particular, porque quando em campanha todos estão sob o poder do Senado.

Sendo tal a competência de cada uma das partes para prejudicar e cooperar umas com as outras, sucede que em todas as circunstâncias mantém-se forçosamente a coesão entre elas, de modo que não se encontra melhor organização do que a desta constituição. Pois quando algum perigo comum, ameaçando de fora, os constringe a pensar e trabalhar em conjunto, tal e tamanha sucede ser a força do Estado de modo a não negligenciar nada do que é necessário, coisas que, a respeito do acontecimento, sempre todos emulam em intenções no mesmo instante; e sucede também não abandonarem depois da ocasião nada já determinado, em público e em particular cooperando cada um para a realização do fato. Por isso a especificidade de Estado o torna irresistível e o faz atingir tudo o que foi determinado. Quando, por sua vez, tendo dissipado os perigos externos, os romanos passam seu tempo em felicidade e abundância devido a empreendimentos bem-sucedidos, tendo tirado partido da felicidade, voltam-se para a transgressão e para o orgulho, bajulando-se e amolecendo, fato que ama ocorrer, é então principalmente neste momento que o próprio Estado fornece o remédio. Pois quando uma das partes querela transgressivamente e manda mais do que o necessário, é claro que, nenhuma sendo auto-suficiente, conforme o recente relato, nenhuma das partes se infla nem ambiciona muito, podendo o plano de cada uma ser entravado pelos das outras (...).

A constituição romana é por excelência, na visão do historiador, o fator maximamente responsável pela configuração do poderio romano subsequente. Porém existe um problema histórico na descrição de Políbio: sua teoria é bastante idealizada, porque marcada por influências da Filosofia grega, bem como do pensamento corrente entre os membros do círculo dos Cipiões, e não leva à conclusão pelo predomínio político da *nobilitas* sobre as outras instituições. Segundo Walbank,¹⁵ se, por um lado, Políbio emblematiza a primeira vez em que uma teoria política grega foi utilizada para interpretar as realidades do mundo romano, por outro, “a doutrina da constituição mista o cegou de modo extraordinário em relação à elaborada tessitura da vida política que ao longo deste período assegurou o domínio dos *nobiles*”.

A teoria de Políbio é questionável exatamente porque, de fato, a *nobilitas*, o restrito círculo de indivíduos que quase hereditariamente controlava o acesso às magistraturas e as decisões do Senado durante a República, mantinha o poder político-militar em suas mãos, transformando a participação popular em instrumento manipulável de legitimação de suas decisões.

Nessa época, Roma era basicamente governada por uma oligarquia de cunho aristocrático e quase hereditário. Na média república e na república tardia, não era usual alguém vencer uma eleição para o consulado se um seu parente não tivesse sido ao menos senador,

e uma proporção substancial de cônsules era descendente de anteriores cônsules ou pretores. Apenas alguns membros de um pequeno número de famílias tinham proeminência política por longos períodos e exerciam influência excepcional. Frequentemente, essa influência era percebida dentro de intrincadas redes de relacionamentos. Era uma sociedade na qual o menos poderoso procurava, constantemente, o mais poderoso, em busca de assistência e proteção (não só em termos legais); uma sociedade em que havia um forte senso de obrigação criado pela obtenção de um favor, ambos entre iguais (entre quem a *amicitia*, “amizade”, poderia significar algo entre a afeição pessoal e a relação essencialmente política), e entre desiguais, como patrão e cliente – isso sem falar de numerosas outras relações, tais como entre proprietário de terra e arrendatário, credor e devedor.

A grande proeminência política dessas famílias se fazia presente na medida em que seus membros, aí incluídos tanto seus descendentes quanto aqueles a elas ligados por laços de *amicitia* ou clientela, ocupavam com certa frequência as mais altas magistraturas, o que atribuía ao grupo grande honra e prestígio. Nesse contexto, a política era principalmente a expressão da competição pessoal, na qual cada um procurava ultrapassar os outros na aquisição de honra e poder para si próprio e para sua família. Os meios para essa honra e poder eram a manutenção das altas magistraturas, do *status* e do prestígio resultante, além do intensificado papel nas deliberações do Senado que estava aberto para aqueles que obtiveram tal *status*; e os meios para alcançar tal magistratura – e, para algumas famílias, os meios para a quase hereditariedade na ocupação do poder – permaneciam no desenvolvimento e na exploração de uma rede de relações sociais através da qual os votos podiam ser controlados.¹⁶ Por outras palavras, o estabelecimento de relações acarretava poder, mas, para estabelecer tais relações, também era necessário que já se possuísse poder, uma vez que a regra era o menos poderoso procurar o mais poderoso. Havia, entretanto, outros meios para se possuir uma rede de relações: por via hereditária.

Uma explicação foi buscada para a importância do parentesco como conexão social, combinado com a sugestão de que *amicitia*, no sentido de “amizade” política ou aliança entre pessoas de elevado *status*, era também uma relação frequentemente transmitida de uma geração para a próxima. Concluiu-se que as principais famílias formavam grupos ou “facções”, que estavam em forte acordo, frequentemente por várias gerações. Famílias assim associadas se sustentariam umas às outras e explorariam seus recursos sociais para seu mútuo benefício na competição com outros grupos rivais.

Para a manutenção do poder desses grupos proeminentes, era necessário não só que os rivais fossem anulados, como também a participação popular. A ambição aristocrática e a competitividade eram as maiores características da vida política, e o sistema de patronagem e vínculo social baseado no parentesco e na mútua obrigação eram as maiores fontes

de poder político e importantes contribuintes para a restrição (embora não nulificação) dos elementos populares na estrutura constitucional. O principal meio para exercer essa restrição estava ligado aos processos de votação. Embora, em situações ocasionais de grande entusiasmo, o julgamento pessoal dos votantes pudesse ser decisivo, em geral, as eleições eram fortemente influenciadas – e a independência política das assembleias era significativamente restringida – por forças consideravelmente maiores do que aquelas das preferências e limitações puramente constitucionais, forças que foram criadas pelas vantagens de uma elaborada rede de relações sociais.

O fim último da ambição política era o acúmulo de prestígio, freqüentemente devido a ações no campo militar. Os magistrados exerciam considerável poder em matérias de importância pública (sem apoio de funcionários civis profissionais) por um ano inteiro. Isso pode ser aplicado para um vasto leque de áreas, e freqüentemente envolvia comandos de um exército romano em campanha – o qual, no *éthos* fortemente militarista da sociedade romana, era uma poderosa fonte de glória individual e prestígio, e por isso o comando era objeto de considerável ambição. Os sucessos políticos e militares contribuía para a *dignitas* do indivíduo. Grandes realizações acarretavam-lhe *gloria*, que consistia na aclamação de seus próprios pares e em vasta popularidade.¹⁷

A manutenção do poder político-militar por parte da *nobilitas* conduziu à formação do processo de formação do poderio modernamente chamado de imperialismo romano, que, para ser compreendido pela ótica de Políbio, deve ser analisado a partir da combinação dos estudos sobre a constituição que o conforma, bem como sobre a maneira (*πῶς*) partindo da qual esse processo foi levado a cabo.

A Segunda Guerra Púnica transformou de fato a *urbs* numa potência imperialista. Até o final do século III a.C., Roma ocupava territorialmente apenas a Itália, e na balança de poder da bacia do Mediterrâneo, Cartago exercia um temível contrapeso. Após a derrota de Aníbal, contudo, Roma tornou-se senhora do Mediterrâneo ocidental e esse equilíbrio de poder foi definitivamente rompido. A partir da Segunda Guerra Púnica, todas as guerras e conquistas empreendidas por Roma podem ser ditas conseqüências de uma política oligárquica que percebeu quanto era economicamente vantajoso atrelar seu poder e prestígio à dominação sobre outros povos.

Entre as leis Licínias-Sêxtias e a Primeira Guerra Púnica, a sociedade romana sofreu duas significativas transformações em suas estruturas: acentuação da diferenciação econômica e crescimento acelerado da população.¹⁸ Devido a isso, no século III a.C., a estrutura da sociedade estava fortemente marcada por um sistema de estratificação em que pesavam não só os privilégios de sangue, mas também a propriedade de terras, a influência política no Senado e a capacidade pessoal.¹⁹ As principais mudanças da sociedade ocorre-

ram já no próprio século III a.C.: a *nobilitas* acentuava seu caráter oligárquico, formava-se uma camada de comerciantes, empresários e banqueiros ricos, decaía o campesinato itálico, a mão-de-obra escrava era utilizada na produção, e a população da Itália era integrada na organização política romana. As raízes dessas transformações estavam em parte na Segunda Guerra Púnica. Depois dessa guerra, a aristocracia reforçou sua posição de domínio.²⁰

Numa época de transformações, apenas o Senado apresentava as condições de estabilidade e de práticas requeridas pela situação, em matéria de política externa e de administração provincial.²¹ Do mesmo modo que a oligarquia senatorial se fortaleceu com a Segunda Guerra Púnica, assim também ocorreu com o poder militar, que foi se acumulando nas mãos de poucos comandantes. No decorrer do século II a.C., agravaram-se as transformações iniciadas durante a Segunda Guerra Púnica, levando à formação, em Roma, de forte poder militar pessoal.

Juntamente com a análise das instituições romanas, a partir do relato de Políbio, pode ser depreendido que, ao longo da passagem dos séculos III-II a.C., as mudanças operadas na distribuição de poderes dentro do Estado advieram principalmente de necessidades inerentes à sua marcha de expansão político-territorial, e não apenas de postulados teóricos que conduzissem a essa redefinição de esferas de competência. Por outras palavras, é o processo de imperialismo do período que obriga o Estado a redimensionar sua capacidade de administrá-lo, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento paulatino dessas reformas também contribui para alentar projetos imperialistas. A guerra nutre a política e vice-versa. Tomando-se como exemplo a magistratura do consulado e suas relações com o Senado romano, destacadas por Políbio em sua análise da politeia romana, é possível perceber a indissociabilidade das esferas política e militar. O cônsul convocava os comícios centuriados e comandava o exército. Se empreendesse uma guerra com sucesso, contribuía para o aumento do prestígio do grupo no Senado que o sustentava. Numa época em que a disputa política entre os vários grupos oligárquicos se acirrava, um comando competente somava preciosos pontos para o grupo a quem pertencia o comandante. E quanto mais prestígio um determinado grupo possuísse, mais poderosamente exercia sua influência no Senado, que detinha o comando supremo sobre a política externa e o envio de recursos para um comandante em exercício. Fechava-se, assim, o círculo prestígio político / influência no Senado / manutenção do comando / sucesso militar / prestígio político.

Para Políbio, marcadamente influenciado pela visão idealizada do círculo dos Cipiões que frequentou desde que veio como refém da Grécia em 167 a.C., o equilíbrio de poder entre o consulado (as magistraturas, de modo geral), o Senado e o povo teriam forjado a necessária coesão da sociedade romana para sobreviver a catástrofes da proporção da derrota em Canas. Assim, a Segunda Guerra Púnica representaria o momento em que o

poderio romano se amplia e consolida por meio da aquisição de recursos materiais e humanos que vão permitir, nos anos seguintes, o contínuo exercício do poder expansionista liderado pela *urbs* responsável pela submissão de praticamente toda a *οἰκουμένη* quando da derrota macedônica em Pidna (168 a.C.). Porém, um olhar sobre o desenvolvimento do processo histórico em questão leva à percepção de que, apenas com a consolidação, ao longo do século III a.C., do poder político-militar nas mãos de um grupo de pensamento homogêneo, foi possível utilizar a estrutura constitucional romana bem como a Segunda Guerra Púnica como mecanismos para o acúmulo de poder, prestígio e recursos advindos da submissão de praticamente todo o mundo conhecido.

Do historiador que presenciou o nascimento e os primeiros passos do imperialismo romano, restou um relato cujas circunstâncias e subjacente cultura historiográfica levaram ao entrelaçamento de uma guerra a um sistema constitucional como instrumentos de análise para a explicação de um fenômeno histórico entendido como processo.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em junho/2005

Notas

* Professor de Língua e Literatura Grega do DLCV/FFLCH-USP.

¹ Pol., I, 1, 5-6. Em III, 1, 4 Políbio expõe em que categorias analíticas baseará seu estudo: maneira, temporalidade e motivação (*como, quando e por que todas as partes conhecidas do mundo habitado passaram para o império romano*). Todas as traduções são de responsabilidade do autor.

² A possibilidade de assinalar a Políbio a pesquisa historiográfica como resultado da análise de um processo histórico foi analisada por Hammond, 1948, p. 116, ao tratar dos temas caros ao historiador: “depois de Tucídides, Políbio teve a mais profunda intuição dentre todos os historiadores clássicos a respeito do processo histórico e da correlação de eventos em base universal”. HAMMOND, M. “Ancient imperialism: contemporary justification”. *HSCPh* 68, 1948, pp. 105-161.

³ Pol., I, 3, 1. Os quase cinquenta e três anos mencionados por Políbio em I, 1, 5-6 e VI, 2, 3 vão do início da Segunda Guerra Púnica (219/18 a.C.) até a batalha de Pidna (168 a.C.), por meio da qual a Grécia passou para domínio romano. Cf. VON FRITZ, K. *The theory of the mixed constitution in antiquity. A critical analysis of Polibius' political ideas*. Nova York, Columbia University Press, 1954, p. 33.

⁴ Guerra dos Aliados, Guerra da Cele-Síria e Guerra Anibálica. Cf. Pol., I, 3, 1-3 e III, 1, 1, onde as nomeia *ἀρχάς* de sua obra.

⁵ A Segunda Guerra Púnica (219-202 a.C.).

⁶ Pol., I, 3, 4-5.

⁷ A descrição polibiana da Segunda Guerra Púnica se desenvolve ao longo dos livros III-XV.

⁸ A descrição cronológica dos eventos na Itália pode ser encontrada em SCULLARD, CAH2, VIII, pp. 47-56. *The Cambridge Ancient History*. Ed. by A. E. Astin, F. W. Walbank F. B. A., M. W. Frederiksen, R. M. Ogilvie. 2^a ed. Cambridge, Cambridge University Press, v. VIII: "Rome and the Mediterranean to 133 B. C.", 1989, reimp. 2000 (CAH2).

⁹ Cf. SCULLARD, CAH2, VIII, p. 57.

¹⁰ Cf. SCULLARD, 1936, p. 23. SCULLARD, H. H. "A note on the battle of Ilipa". *JRS* 26, 1, 1936, 19-23.

¹¹ HALLWARD CAH, 1954, p. 84 e SCULLARD, 1951, p. 66. *The Cambridge Ancient History*. Ed. by S. A. Cook, F. E. Adcock, M. P. Charlesworth. Cambridge, Cambridge University Press, v. VIII: "Rome and the Mediterranean. 218-133 B.C.", 1928, reimp.1954. (CAH). SCULLARD, H. H. *Roman politics. 220-150 B.C.* Oxford, Clarendon Press, 1951.

¹² HALLWARD, op. cit., p. 83.

¹³ Cf. POL., VI, 43-56.

¹⁴ VON FRITZ, 1954, p. 44. VON FRITZ, K. *The theory of the mixed constitution in antiquity. A critical analysis of Polybius' political ideas*. New York, Columbia University Press, 1954.

¹⁵ WALBANK, F. W. *Polybius*. Los Angeles & Berkeley, University of California Press, 1972.

¹⁶ ASTIN, CAH2, VIII, pp. 168-169. *The Cambridge Ancient History*. Ed. by A. E. Astin, F. W. Walbank F. B. A., M. W. Frederiksen, R. M. Ogilvie. 2^a ed. Cambridge, Cambridge University Press.

¹⁷ ATKINS, CHGRPT, p. 482. *The Cambridge History of Greek and Roman Political Thought*. Ed. by C. Rowe, M. Schofield, S. Harrison, M. Lane. Cambridge, Cambridge University Press, 2000 (CHGRPT)

¹⁸ ALFÖLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa, Presença, trad. Maria C. Cary, 1989, P. 45

¹⁹ Ibid., p. 47.

²⁰ Ibid., pp. 56 e 59.

²¹ HOMO, L. *Les institutions politiques romaines. De la cité a l'État*. Paris, Albin Michel, 1950, p. 124.

DESCONSTRUINDO A TEORIA DA GUERRA PREVENTIVA

Paulo-Edgar Almeida Resende*

Resumo

O foco deste texto é a guerra preventiva, argumento básico da política externa estadunidense desde o século XIX. No primeiro plano está a intervenção no Iraque. O autoproclamado *destino manifesto* tem servido de bordão para autolegitimar o intervencionismo dos EUA no mundo, com seu privilegiado *american way of life*. Torna-se atual, transcendendo a política doméstica, a análise de Max Weber, ao imbricar a ética calvinista e o espírito capitalista. A presença tentacular dos Estados Unidos no mundo atual, do ponto de vista econômico, tecnológico, militar, tem justificativa religiosa, expressa na direção de realização de vocação, traduzida em cruzada do eixo do bem contra o eixo do mal. Ressalte-se, todavia, que esse amplo domínio não caracteriza posição hegemônica. No delineamento do sistema mundial, são antepostas a Teoria Realista e a nova Teoria do Direito Internacional. Manifestações da *opinião pública mundial* ou da *multidão* apontam para protagonismos mais amplos de uma nova subjetividade política contra a guerra, a favor de novas formas de vida.

Palavras-chave

Guerra preventiva; fricções; destino manifesto; cruzada; capitalismo; calvinismo; poder econômico-tecnológico-militar; terrorismo de Estado; pontos de culminância; insurgências.

Abstract

This study focusses on preventive war, North American foreign policy's basic argument since 19th century. In the foreground of our investigation it is the intervention in Iraq. The self-declared manifest destiny has helped to self-legitimate the US interventionism in the world with its privileged american way of life. Max Weber's analysis linking calvinist ethic and capitalist spirit becomes present, transcending the internal policy. From economic, technological and military point of view, the tentacular presence of United States in nowadays world has religious apology, and express itself as a vocation, a crusade of the good against the evil, that has to be achieved. We emphasize, however, that this wide rule does not mean hegemony. In the outlining of the world system, two theories are set: the Realist Theory and the new Theory of International Law. Manifestations coming from world public opinion or from the multitude point to wider protagonists, towards a new political subjectivity against war and favourable to new ways of life.

Key-words

Preventive war; manifest destiny; economic; technological and military power; state terrorism; insurgencies.

O estudo da guerra leva-nos a referências múltiplas, perpassando diferentes ênfases.¹ A *visão cataclísmica* carrega as tintas da guerra, pintando-nos o terror, a irracionalidade, a catástrofe, o absurdo, a dano de toda a humanidade. Com a revolução termo-nuclear, todos serão vencidos, não haverá vencedores. Se a guerra é concebida como meio, visando a determinado fim, o meio passa a ser o próprio fim no uso político da guerra, sem utilidade para ambas as partes em litígio. Anula-se a política em nome da lógica do absurdo, pela mútua destruição.

A *visão escatológica* está centrada na positividade da guerra, etapa para a realização do grande desígnio do Estado, nos moldes da *teoria do decisionismo*, elaborada sob medida para a doutrina nazista.² Ou teoria da *guerra preventiva*, legitimada pelo *destino manifesto* da tradição política estadunidense. Ou teoria da *guerra revolucionária*, na vertente marxista, dada a vocação universal do proletariado.

A *concepção objetiva*³ parte da situação de competição, em que se confrontam interesses e posições.

A *concepção subjetiva*⁴ está atenta à percepção que se tem de determinada situação objetiva que redunde em conflito.

Em obra das mais polêmicas dos últimos tempos, Samuel Huntington,⁵ dando nova versão ao mundo bipolar, no pós-guerra-fria, parte da distinção de *guerras de linha de fratura*, com características distintas das *guerras comunitárias* em geral. Estas são limitadas: Grupo A luta com Grupo B, sem que os grupos C, D e E tenham interesses ou percepções em jogo. As *guerras de linha de fratura* têm a ver com a expansão dos meios de transporte e comunicação, suscitando a internacionalização dos conflitos. A migração criou diásporas em terceiras civilizações. Desenvolvem-se redes internacionais para prestação de apoio, e o conflito encontra condições de prolongar-se, passa por processos de intensificação, expansão, contenção, interrupção e raramente de solução. No *choque das civilizações*, Europa e Estados Unidos se juntam ou serão destruídos. O pano de fundo da ideologia de Huntington é o petróleo, pólo de aglutinação de grandes interesses econômicos ocidentais, que se compõem enquanto o *eixo do bem*. É o combustível da guerra contra fanáticos, terroristas, territorializados do outro lado, o lado do *eixo do mal*.

Interpretações de maior complexidade vão na direção de que o real concreto está sujeito a múltiplas determinações, o que vale sobremodo no caso da guerra.⁶ As guerras são várias, em diferentes conjunturas, a dizer-nos que interesses e percepções desconstroem e repõem teorias a cada virada histórica. Tendencialmente, revigora-se a percepção de que todas têm mais diretamente a ver com Tântos do que com Eros, o que se exacerba quando os litigantes têm ao alcance da mão ogivas nucleares. Gaston Bouthoul⁷ fundou o Instituto Francês de Polemologia para estudar a guerra como fenômeno social.

O esforço de compreensão da guerra preventiva do governo dos Estados Unidos no Iraque causa relativo desconforto ao analista, no entrecruzar de descritivismos e doutrinanismos.

O volume de informações disponíveis, pela quantidade, leva à proliferação de construção de enfadonhos e múltiplos cenários pelos especialistas em leitura pela internet, cujo mérito não vai além do detalhismo. Os abundantes dados, facilmente coletados, são problematicamente processados, com carência de distanciamento crítico, par a par com sofisticada engenharia realista, especializada em construção de cenários, a partir da Teoria dos Jogos.

Numa das pontas do doutrinamento predomina a suspeição de a cobertura pelos meios de comunicação ser meticulosamente filtrada, sob controle oficial, o que tem relativa procedência. Outrossim, *a priori*, dispensam-se dados ou eles servem apenas para comprovar a tese do imperialismo, sem referência ao processo em que se desdobra e se redefine o dinâmico capitalismo no âmbito mundial.

Proponho, neste texto, ter como foco principal a *guerra preventiva* – tradição de governos estadunidenses – com rápido referencial histórico sobre o que tem sido a guerra na modernidade. Enquanto meio privilegiado para se chegar a tratados de paz, o *post-bellum* dos Congressos de Paz se situa no campo semântico de vitória *tout court*, de cujas cinzas emerge o Direito Internacional. No meio acadêmico, o tema da guerra busca luzes e, não poucas vezes, encontra trevas. A racionalidade linear da história, de um lado, o voluntarismo, de outro, podem ser apontados como o problema que desafia o analista.

Modalidades de guerra

Embasado em carga histórica, sumario a trajetória de modalidades de guerra, em nome do Imperium Universal, ou da Raison d'État, ou da Raison du Systhème, ou do Império sem Roma. Do ponto de vista da análise acadêmica, farei menção especial ao *Realismo* e ao *Direito Internacional*.

Na história de cada Estado nacional, o pêndulo da guerra é recorrente, seja pelos atos de conquista de mais território ou de domínio econômico, seja pelos atos de libertação do jugo colonial. Os pais-da-pátria têm sua bravura fixada em bronze, cantada em hinos. A fabricação da Europa, e antes dela da cristandade, supôs a substituição seqüencial da violenta Pax Romana pela não menos violenta Pax Cristã medieval. Na modernidade, o Congresso de Vestfália e os acordos de Utrecht (séculos XVII-XVIII) substituíram o Imperium universal cristão pela mais ou menos secular Raison d'État, base sobre a qual se erigirão, mundo afora, violentíssimos impérios coloniais. No século XIX, o Congresso de Viena estabeleceu, pela Raison du systhème, o Concerto Europeu, forma unilateral de

dominação do mundo pela montagem da sociedade internacional européia, a partir da derrota de Napoleão e cujo epílogo foi a guerra franco-alemã e seus desdobramentos no século XX, com a nova guerra dos 30 anos (1914-1944). Por seu turno, o Tratado de Versalhes, e a Pax de Yalta, somados, não resultaram senão na *sui generis* Guerra Fria, na bipolaridade.

Diluído o Império Soviético, afirmam-se polaridades difusas, ou melhor, afirma-se o domínio econômico, tecnológico e militar dos EUA, mas carente de hegemonia. Impõe-se o *hard power*, sem o devido respaldo no *soft power*.⁸ Emerge então o que já foi proposto como o Império sem Roma⁹ de um lado, e a sociedade internacional em movimentos de resistência ao Sistema, do outro.

O realismo político

Pilar das escolas do realismo político, Karl Philip Gottfried von Clausewitz¹⁰ é nome obrigatório para falar de guerra no meio acadêmico, ao lado de Sun Tzu,¹¹ Tucídides,¹² Maquiavel,¹³ Hobbes,¹⁴ Carl Schmitt.¹⁵ Para Clausewitz, guerra é instrumento racional da política de Estados. É simples *continuação da política por outros meios*. A intenção política é o fim, a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independentemente do fim. Os agentes das relações internacionais são os Estados, entidades vivas e racionais no gozo da soberania, cujo interesse é o da autopreservação, e da ampliação do poder relativo. As divergências com os demais Estados resolvem-se, em última instância, pelo mecanismo da guerra. Custos e riscos têm de passar pelo crivo da racionalidade, cotejada com irracionalidades. No cálculo complexo de imponderabilidades, denominadas por ele *fricções*, a guerra é um autêntico camaleão. Modifica sua natureza em cada caso concreto, a ser enfrentado com táticas e estratégias *ad hoc*. Alcançado o *ponto de culminância* da guerra real, a superação dos limites, com novos ataques, gera vulnerabilidades.

A releitura de Clausewitz por Raymond Aron¹⁶ valoriza sobretudo os *pontos de culminância*, equacionados tática e estrategicamente com o interesse do Estado, entendido do lado da ampliação da segurança, não propriamente da ampliação da estrutura de poder. A guerra se apresenta como mecanismo de equilíbrio na balança de poder, meio de proteção dos Estados ameaçados.

Desdobramento da obra pioneira de Clausewitz, a escola realista encontra terreno fértil sobretudo nos EUA, com Edward Hallet Carr, Hans J. Morgenthau, Henry Kissinger, Kenneth Waltz. Do lado europeu, além do destaque de Raymond Aron, a escola inglesa de Charles Manning, Martin Wight, Hedley Bull, Fred Northedge. Grosso modo, todos eles, a

partir da concepção do mundo de múltiplos Estados soberanos, a força militar é instrumento imprescindível para a manutenção da paz – *se vis pacem, para bellum*. Sendo o sistema de *equilíbrio de poder* o mecanismo regulador do conflito, a força maior de um Estado suscita a aliança dos demais.

O Direito Internacional

A perspectiva da *peace by peaceful means*, explanada por Johan Galtung¹⁷, contrapõe-se à tese realista em pontos específicos. Coloca-se em relevo a ética em política e não os interesses em jogo, em primeiro lugar, unilateralmente. A conjuntura internacional é entrevista em percurso de efetivação gradual, mesmo que lentamente, do Direito Internacional, elo imprescindível para a reflexão em torno de relações não hierarquizadas entre os povos. Não se postula a relação linear entre Política Internacional e Direito Internacional. Divisa-se a consolidação da Política Internacional com base em percepções e valores que informam o Direito Internacional, sujeito ao acidentado trajeto de guerra e paz.

No momento mesmo em que se modifica a cartografia mundial, com a emergência, na modernidade, dos Estados nacionais, a *prima ratio* dos ajustes de interesses se faz por cimeiras, de cujo bojo saem tratados – *ex post bella*, é bem verdade – que são a fonte primária à disposição de legisladores do Direito Internacional. Os grandes fóruns mundiais, mencionados acima, são marcos que não podem ser infra-avaliados, em que pesem os fracassos do Tratado de Versalhes, assinado na Conferência de Paz em Paris (1919), que previu o Pacto da Sociedade das Nações, após a 1ª Guerra Mundial e o não menos frágil Tratado Geral de Renúncia à Guerra de 1928 (Acordo Brian-Kellog).

A Carta de São Francisco (1945), criando a ONU, assinada solenemente na presença do presidente Harry Truman dos Estados Unidos, revigora a convicção, em bom número de analistas, de que se efetiva gradualmente o *itinerário* multilateral das negociações internacionais.

Cabe atualizar a própria concepção do Direito Internacional Público diante do múltiplo protagonismo na realidade contemporânea a suscitar o pluralismo jurídico. Na perspectiva tradicional, presente ainda hoje em manuais defasados, padrão século XIX, o Direito Internacional se reduz a sistema de normas e princípios jurídicos que regulamentam relações entre Estados. Na atualidade, para luminar da disciplina no Brasil, Guido Fernando Silva Soares¹⁸, tal definição é por demais estreita, ao não contemplar um dos grandes destinatários de suas normas, a pessoa humana; nem situações particulares de outros sujeitos de Direito Internacional Público, que não apenas os Estados. Grandes temas da globalidade deman-

dam a proteção internacional da pessoa humana nas vertentes de direitos humanos/direito de refugiados/direito humanitário/direito de asilo – e proteção internacional do meio ambiente.¹⁹

A guerra preventiva dos EUA no Iraque

Tendo como moldura tais fóruns mundiais, seus êxitos e fracassos, temos referencial para refletir sobre caso espinhoso: a intervenção de iniciativa estadunidense no Iraque. Não se trata apenas de fatos, ao defrontar-nos com tal conjuntura, mas sobretudo do modo como nós os torneamos, sujeitos a versões, que reescrevem a história a todo momento.

Na compreensão das relações internacionais na modernidade, a referência ao terror é pista obrigatória, com sinalizações à direita e à esquerda. É uma tática de insurgência de origem diversa, compatível com amplo espectro ideológico. Citemos emblematicamente o terror na revolução Francesa; na Rússia no século XIX; no pós '68 com o Baader-Meinhof na Alemanha; o Sendero Luminoso no Peru; o terrorismo individual do Unabomber nos EUA. No presente, na Colômbia – o grupo paramilitar AUC – Autodefensas Unidas de Colômbia – à direita, visa à manutenção do *status quo*, tido como ameaçado pelas FARC – Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia, que reiteram há décadas ações de desestabilização da ordem vigente. Na Espanha, o terrorismo basco, e na Irlanda do Norte respondem a um processo de terrorismo original, a partir de unilateralismos institucionalizantes de Madrid e Londres, forma recorrente de formação violenta de Estados nacionais, com quebra forçada de autonomias locais e regionais, a favor do centralismo burocrático.

Se o terrorismo for identificado a manifestações cuja característica básica for a insurreição descentralizada, no caso de nos referirmos às suas vertentes não estatais, com apelo à violência fora de parâmetros legais ou paralegais, a impressão que fica é a de um didatismo que foge à complexidade de uma rede conceitual, em cujo fluxo teremos de lidar com categorias como guerra, guerra civil, terrorismo, rebeliões, movimentos revolucionários, legalidades e ilegalidades no uso da força. Ao estatizarmos a guerra a partir da atribuição legal do uso exclusivo da força em política externa às forças armadas nacionais, em anteposição a terrorismo, uso da força por fora de atribuições legais, excluir-se-ia, portanto, do foco analítico o terrorismo estatal, tão recorrente, por fora de atribuições legalmente previstas.

Se o que se propõe é a análise do denominado terrorismo islâmico, lado a lado às razões apresentadas pelos EUA para a intervenção no Afeganistão e no Iraque, há, do lado estadunidense, precedentes emblemáticos que nos possibilitam caracterizar o terrorismo estatal lá e cá, agora e antes. Há relatos não suficientemente comprovados, mas tampouco contestados, de o Departamento de Defesa e a Cia,²⁰ terem forjado ataque a navio da

marinha americana no golfo de Tonkin, episódio que foi apresentado como motivo para a intervenção no Vietnã do Norte. Igualmente, há longa história intervencionista de governos dos Estados Unidos na América Latina em apoio a golpes militares, práticas de tortura, extermínio de opositores. Lado a lado ao 11 de Setembro, como justificativa apresentada para a intervenção no Oriente Médio, as reservas petrolíferas aí existentes são fundamentais para respaldar o modelo de desenvolvimento ocidental e, em particular, o da economia estadunidense. O revide ao 11 de setembro serviu para muitos analistas como forma de explicitar a *política de segurança energética*, recoberta ideologicamente pelo *neo-conservadorismo*. O fim da Guerra fria traz o debate tenso entre FBI e NSC, entre CIA e National Security Agency. Diante de grupos de interesse envolvidos, o *defense industry overhang*²¹ – capacidade excedente de material militar do complexo industrial do tempo da bipolaridade no contexto da segurança internacional – passa pelo processo de reconversão/atualização/redução sob o crivo da reduzida legitimação interna e externa das atuais iniciativas estadunidenses no campo da defesa.

A intervenção no Iraque é assumida como etapa de remodelação do Oriente Médio. O *eixo do bem*, alocado no *Ocidente Cristão*, enfrenta o *eixo do mal*, este com a co-participação de Síria, Irã e Coreia do Norte. Os *muhahidin* anti-comunistas no Afeganistão foram financiados durante a guerra fria para combater o comunismo e a presença da URSS na região. Com o advento do Talibã no poder, a al-Qaeda se propõe batalha entre muçulmanos e os *globais*. Na chamada nova cruzada, o antes aliado ocidental Osama Bin Laden passa à condição de terrorista. O mesmo com relação ao despótico Saddam Hussein, apoiado pelo secretário de defesa dos EUA na guerra Iraque/Irã. Passou logo após a ser identificado como responsável por terrorismo de estado contra população indefesa.

O calendário trágico do destino manifesto e as intervenções preventivas

Ao nos defrontarmos com valores, estamos diante de longos processos de sedimentação. Quando se fala em *eixo-do-bem* e *eixo-do-mal*, como bordão legitimador da presença dos EUA no Iraque, cremos que a reconstituição do processo ganha sentido, na tentativa de encontrarmos a lógica da intervenção, com a precaução de admitirmos que o campo de percepção de uma guerra se imbrica com o campo de batalha, ainda mais quando o *pool* entre CNN e Pentágono se impôs unilateralmente como componente tático.

Na mescla de *conservadorismo puritano* e *messiânico tradicional*, com o sofisticado *neo-conservadorismo* atual, o calendário da política advinda do *Doutrina Monroe*, anunciada pelo presidente James Monroe, em 1823, encontrou versão teologicizada, logo após cunhada de Destino Manifesto. Nesse veio, o presidente Mc Kinley, em 1898, teria tido

visão, em que Deus lhe ordenara a ocupação das Filipinas para civilizar seu povo. No Corolário de Theodore Roosevelt, invocou-se para os EUA o poder de polícia internacional sob forte tradição imperialista com roupagem antiimperialista. A ambigüidade entre o protetor e o dominador²² se intensificou e se expandiu no decorrer do século XX. A *defesa do mundo livre* tem sido o bordão de tropas estadunidenses pelo mundo, em ocasiões distintas, e por diferentes razões, como no caso das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, do Vietnã, e agora no Afeganistão, no Iraque...

Na América Latina, após a Segunda Guerra Mundial, preventivamente, diante de suposta ameaça comunista atéia ao continente cristão-católico, enumeraram-se apoios explícitos e recorrentes de governos estadunidenses a generais sanguinários, a desvelar o sentido da tese de *defesa do mundo livre*. Em 1954, a Guatemala é libertada do coronel de esquerda Arbens, instaurando-se no poder militares de extrema-direita. Na Nicarágua, aliança com a dinastia Somoza. No Haiti, a convivência com Duvalier. Na República Dominicana, com Trujillo. Em Cuba com Fulgêncio Batista. No Cone Sul, a Operação Condor²³ articulou a diplomacia de caça às bruxas nas ditaduras militares de Chile, Argentina, Uruguai e Brasil. Foram cometidas, de modo associado com órgãos de segurança dos EUA, dezenas de mortes, desaparecimentos e torturas. A deposição de Allende contou com a participação direta dos Estados Unidos, e foi a trágica *avant première* da Operação Condor.²⁴

Na busca de legitimidade de tal intervencionismo, não me parece aleatório recordar o suposto e naturalizado *asiatismo*, tematizado por K. Wittfogel em seu clássico *Oriental Despotism, a Comparative Study of Total Power*, ou a *teoria do clima de Montesquieu*,²⁵ certamente leituras inspiradoras da obra do douto Samuel P. Huntington,²⁶ *Choque de Civilizações*. Vale dizer, não é postura isolada de George W. Bush a *geopolítica do eixo-do mal*, situado ora na Ásia, ora no Hemisfério Sul, e com alta dose de pragmatismo, o que não impede alianças em determinadas conjunturas, para logo após redundar em conflito. Em 1980, Saddam Hussein foi depositário do apoio estadunidense na guerra entre Iraque e Irã. O atual secretário de defesa do governo George W. Bush, Donald Rumsfeld, na época assessor do presidente Ronald Reagan (1981-89), fez duas viagens de apoio ao Iraque em 1983 e 1984. A prioridade era a de proteger instalações militares estadunidenses e poços de petróleo em todo golfo Pérsico, embora pesassem na ONU acusações de Saddam Hussein fazer uso de armas químicas na guerra contra o Irã..

Ao Afeganistão, é enviado o bem treinado pela CIA, Osama Bin Laden, na luta contra a União Soviética. Atualmente, no Paquistão, é valorizada a aliança estratégica com o

ditador Pervez Musharraf, por razões de segurança. Graças à postura do governo paquistanês contra Al-Qaeda; o credo democrático é deixado de lado, embora sempre lembrado no caso da Cuba de Fidel Castro.

Historicamente, portanto, a segurança nacional dos Estados Unidos da América é de pauta pragmática, militarista e religiosa, com preocupação unilateral dos poderes executivo e legislativo de reafirmar a soberania nacional, valores tradicionais, seu modelo de democracia e sobretudo interesses bem concretos. O *american way of life* sobrepõe-se ao diálogo de povos com percepções alternativas de mundo. As mediações diplomáticas de órgãos multilaterais como ONU são desejadas ou dispensadas segundo as circunstâncias.

A leitura da mensagem ao Congresso – *State of Union Address* – de 2002 reafirma a estratégia das *preventive actions*, delineadas por George W. Bush na Academia Militar de West Point no mesmo ano. Advoga-se o direito de limitar a soberania de outros países, em nome da salvaguarda e da promoção de valores e interesses estadunidenses.

Para citar de modo aproximado cifras, que a cada dia são revistas, em 2004, 18 mil homens estariam no Afeganistão, 120 mil no Iraque, 1,4 milhão de tropas distribuídas internamente e pelo mundo, morte de 1.100 soldados americanos e mais de 13 mil civis iraquianos, gastos militares astronômicos, com graves repercussões não apenas na economia estadunidense. Aviões Spitfire e P51, empregados na Segunda Guerra, custavam US\$ 350 mil, enquanto o avião de caça empregado na Guerra do Iraque custa US\$ 30 a 40 milhões. O míssil Tomahawk, lançado de terra ou mar, US\$1,5 milhão, e centenas deles já foram lançados sobre Bagdá. Navio-porta-aviões do tipo Nimitz custa 4 bilhões de dólares. Acrescentem-se radares, satélites, sensores eletromagnéticos, óticos, acústicos e térmicos e gastos com a tropa. Para o ano fiscal de 2005, o orçamento militar alça a cerca de meio trilhão de dólares, cerca de 2,5 vezes dos orçamentos militares somados das quatro mais importantes potências europeias – Alemanha, França, Reino Unido e Itália; cinco vezes a despesa militar anual da China e sete vezes a do Japão.

Fundamentalismo protestante + neo-conservadorismo

A imbricação do *teo-conservadorismo* e do *neo-conservadorismo*, este ilustrado, aquele obscurantista, indica-nos pista para a compreensão da ideologia que perpassa tal política externa, que consagra o unilateralismo, a política externa à margem de órgãos colegiados internacionais – autêntico terrorismo de Estado –, o que não nos permite falar de isolacionismo, dada a presença dos EUA na cena mundial.

A Doutrina Monroe, anunciada pelo presidente James Monroe em 1823, é a primeira versão do esforço para exercer o controle sobre as Américas, explicitada com maior vigor

pelo Corolário de Theodore Roosevelt, que invoca para os Estados Unidos o poder de polícia internacional. Na coletânea de aforismos, atribuídos a formuladores da política externa, o reiterado apelo ao *destino manifesto*, cunhado no século XIX, dá sentido a manifestações diplomáticas e não diplomáticas no século XX e começo do atual. Credita-se a Theodore Roosevelt o lema: *Speak softly and carry a big stick, you will go far*. Com George W. Bush, em dupla com seu vice-presidente Dick Cheney, poder-se-ia atribuir-lhes algo do gênero: *Speak loudly and carry a big stick, you will go far*. O *Deus quer assim*, de Urbano 2º em 1095, quando a Europa era convocada a reconquistar a Terra Santa dos infiéis, iniciando as Cruzadas, é frase atualizada de George W. Bush ao falar de *cruzada* do eixo-do-bem contra o eixo-do-mal, após o 11 de setembro de 2001, referência posteriormente substituída por *guerra ao terror*. Com essa mesma tônica, atribue-se a Madeleine Albright a afirmação peremptória: *voamos mais alto e enxergamos o que é melhor para o mundo*; Donald Rumsfeld, à frente da Secretaria de Defesa, pontifica: *quem não está conosco está contra nós*.

O governo George W. Bush opera a complexa mistura do conservadorismo tradicional do protestantismo fundamentalista, com o neo-conservadorismo. Este último encontra seus *think tanks* em órgãos como o American Enterprise Institute, em Washington, Institute Hudson, Heritage Foundation. A singularidade de G.W. Bush é o de ter assegurada a união entre as duas correntes. Durante o primeiro mandato, os fundamentalistas foram representados pelo secretário da Justiça, John Ashcroft, os neoconservadores por Paul Wolfowitz, no cargo de subsecretário da Defesa, especialista em estratégia militar. Para Francis Fukuyama, famoso pelo seu polêmico texto *Fim da História*,²⁷ os neo-conservadores não querem defender a ordem vigente, a hierarquia, a tradição e a visão pessimista da natureza humana. Idealistas, otimistas, estão convencidos do valor universal do modelo democrático americano. Criticam o *Estado de Bem-Estar social*, nos governos dos presidentes Kennedy e Johnson, e mesmo da presidência republicana de Nixon. Postam-se contra o realismo diplomático de Henry Kissinger. Criticam o relativismo cultural e a moral dos anos 1960, cujo legado conduz ao desprezo da civilização ocidental. Dão apoio incondicional ao Estado de Israel. Revistas como *National Review*, *Commentary*, *The New Republic*, o semanário *The Weekly Standard*, pertencente ao grupo Murdoch, a rede de televisão Fox News garantem a difusão vulgarizada do sofisticado pensamento neo-conservador. São páginas editoriais, como as do *Wall Street Journal*, que se abrem ao militarismo neo-conservador. São internacionalistas, que não postulam o retorno da América sobre si mesma, dizendo não à *realpolitik* – Henry Kissinger é o antítipo. Mas também dizem não aos internacionalistas como Woodrow Wilson, Jimmy Carter ou Bill Clinton.

Ajuda-nos a acompanhar essas sinuosidades ideológicas a complexa herança recebida do não menos complexo iluminismo europeu, cujas propostas de modernidade passaram pelo crivo da historiadora norte-americana Gertrude Himmelfarb.²⁸ Os estadunidenses abrigam em seu arcabouço cultural valores herdados, mas redefinidos de *modo sui generis*, e a grande proveito. Há distanciamento do *iluminismo francês* de paixão pela razão, como forma de transformação social mais radical. O pano de fundo predominante no *Federalist*, nos 85 artigos redigidos por Hamilton, Madison e John Jay, é o *iluminismo britânico*. Não o iluminismo de filósofos, no sentido francês, mas filósofos morais como Adam Smith ou David Hume. A natureza humana é tematizada como geradora de verdades humanas. Gertrude Himmelfarb detecta em tal discurso, a ser praticado, sentido moral, um sentido comum, universal. Não choque de razão e religião, ao contrário dos franceses. A razão escolhe o caminho. A religião reforça o caminho escolhido. Os EUA são culturalmente uma *nação moral*, da esquerda à direita, em que razão e religião estão juntos.

Com tal carga ideológica de excepcionalidade, que os torna únicos, diferentes, superiormente inspirados por destino, os EUA estão historicamente em oposição sistemática a acordos multilaterais, que tentam construir princípios básicos de convivência internacional. Recusam ratificar a Convenção Internacional de Proteção à Criança, o Acordo sobre Eliminação de Formas de Discriminação da Mulher. Não assinaram a Convenção de Combate às Minas Anti-pessoais. Recusaram os principais pontos do acordo sobre meio ambiente, o Protocolo de Kyoto. Opuseram-se à adoção do Estatuto do Tribunal Penal Internacional e buscam sabotá-lo com acordos bilaterais de imunidade para cidadãos estadunidenses.

O negativo de tal empáfia estetiza-se na atitude da soldada Lynndie England, humilhando prisioneiros iraquianos em Abu Ghraib, apontando metralhadora imaginária para a fila de iraquianos nus, cobertos com capuzes de plástico. E a prisão de Guantânamo, em que os direitos humanos, reclamados de Cuba, têm aí uma cláusula de exceção.

O predomínio da potestas sobre a auctoritas

A presença político-militar dos EUA no mundo tem se caracterizado pelo crescente exercício do *hard power*, sem maior atenção para o alerta de Joseph Nye,²⁹ que registra o déficit de *soft power*. Vale dizer, registra-se o descompasso de excessivo exercício da *potestas* econômica, tecnológica e militar, com desatenção para o exercício da *auctoritas*, enquanto busca da hegemonia pelo respeito democrático a valores, símbolos, opinião pública mundial, em adiantada fase de constituição.

A excepcionalidade dos EUA, em tal óptica, caracteriza-se pela Pax Americana: no terreno estratégico-militar, por fora de consenso mais amplo, respaldado nos tabuleiros do

Direito Internacional, do protocolo diplomático, do comércio – sem protecionismos agrícolas, a dano de países menos desenvolvidos –, da economia, com porcentagem do PNB de ajuda externa das mais baixas dentre países desenvolvidos; da legitimidade jurídica, da ética – feita de solidariedade, de horizontalidade e de opinião pública – em vez da moral da predestinação subordinante.

Tal Pax, toda feita de Victoria, que se exaure no esforço bélico, não caracteriza posição hegemônica. Faz com que tradicionais parceiros atenuem a confiabilidade do guarda-chuva da OTAN, caso de Alemanha e de França, de Espanha. Dificuldades são criadas pela opinião pública ao adesismo de príncipes sauditas, da monarquia jordaniana e do governo egípcio. A contrapelo, flui historicamente a concepção pré-jurídica de estabelecimento de uma política externa de intervencionismos e de guerras preventivas.

Não obstante, temos de admitir que os Estados Unidos encontram em si mesmos corretivos, como sua decisiva presença em duas guerras mundiais do século XX, seu Plano Marshall de recuperação da Europa Ocidental e fortes contrapesos à abrangência da pretensão da conhecida política do *big stick*. Nos anos 1960, John F. Kennedy recrutou, na Universidade de Harvard, intelectuais que delineassem um consenso centrista, de coloração socialdemocrata. Noam Chomsky, pesquisador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, não está só no meio acadêmico ao criticar o *establishment* e a mídia dos EUA, desde 1969 com o livro *American Power and the New Mandarins*. Para ele, a imprensa estadunidense só considera genocídio e crimes contra a humanidade se cometidos pelo inimigo.

A herança da Guerra do Golfo

Bush pai deixou ao filho a hipoteca da guerra inconclusa da Guerra do Golfo, a primeira guerra contra o Iraque. E o fim da presença militar estadunidense nas terras de Abraão, pai do monoteísmo judaico, cristão e islâmico, está longe de ter cronograma previsível. Onde se inventou a roda e a matemática, gira a contabilidade de grandes interesses nas reservas petrolíferas do país, haja vista o *affaire Bustani*.

O embaixador José Maurício Bustani, atual chefe da missão brasileira em Londres, experimentou na carne o poder discricionário da grande potência. Foi reconduzido por aclamação à direção da OPAQ, com apoio de EUA e de Rússia. Mas John Bolton, secretário de Estado dos EUA para assuntos de desarmamento do primeiro governo de G.W.Bush, segundo declarações do diplomata brasileiro, arquitetou sua retirada do posto. Foi-lhe solicitada a assinatura em branco de relatórios sobre inspeções dentro dos EUA, sem que

tivessem sido feitas. Ainda segundo o relato de Bustani, ele teria recusado passar informações sobre outros países. Em todos os organismos que se dizem internacionais, multilaterais, o chefe da administração e do orçamento é sempre estadunidense. Os Estados Unidos financiam 22, 25% de organismos como a ONU, em segundo lugar o Japão, com 10,21%. Os dois juntos somam metade do orçamento. Segundo declarações de Bustani à imprensa, queriam lhe impor que fossem tidos como confiáveis o bastante para impedir reais inspeções em seus territórios, ao mesmo tempo em que cobravam dele eficiência nas inspeções nos demais países. Bustani foi o primeiro dirigente de uma organização do sistema da ONU a ser demitido no curso de seu mandato. Recentemente, o Tribunal da OIT lhe fez justiça.

Resta que, como diz Paul Kennedy, o poderio bélico dos EUA não garante segurança. Os inimigos dos EUA recorrem a métodos não convencionais: antraz enviado pelo correio, esporos letais no ar e na água, bombas no metrô são recursos possíveis. O que nos conduz ao desafio teórico de reformular a teoria da guerra, nas pegadas de John Burton. Substitui-se a interpretação da bola de sinuca, fundada no *power politics* pela *cobweb*³⁰ (teia de aranha). Os inúmeros confrontos possíveis, por fora da rigidez e da visibilidade dos demarcados recintos de guerra, esparramam-se em teia fina, frágil, ora invisível, portanto surpreendente.

A doutrina Bush – a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA – apresentada ao Congresso se resume em dois pontos fundamentais: 1. Os EUA não permitirão que outro país desafie sua superioridade militar. Mas cabe dizer, a respeito, que o país hoje está ameaçado não pelos países mais fortes, como ocorria na Guerra Fria, mas pelos mais fracos, em surpreendente combinação de radicalismo com tecnologia. 2. Os EUA não confiam apenas em sua capacidade de reação. Têm de impedir que seus inimigos ataquem primeiro. Esses dois pontos implicam retirada das decisões político-militares norte-americanas de organizações internacionais, caso não ratifiquem a ação. E, ao mesmo tempo, deve ser mencionada a crise doutrinária no campo da defesa, de reduzida legitimidade interna e externa, o que nos revela a fragilidade com que se afirma o poder imperial, antiga versão na atualidade.

Os impérios também perecem

Em suma, os EUA emergiram no século XX com a veledade de ocupar, tardiamente, o pódio esvaziado do antigo *império em que o sol não se punha*, como pretensos herdeiros da antiga metrópole britânica.

O fluxo internacionalista, que possa se opor ao *americanismo* estreito de uma nação, que se autodenomina América, como se abrigasse todo o continente, conta com êxitos e

fracassos. Emblematicamente, mencione-se o fracasso do moderado idealismo do presidente Woodrow Wilson, decretado pelo Congresso. Mais recentemente, aliados tradicionais – França, Alemanha em destaque – opuseram-se à guerra preventiva, com amplo respaldo na emergente opinião pública mundial.

A este cenário, poder-se-ia acrescentar o estímulo aos eventuais rivais de recorrer a métodos assimétricos de defesa, ao se sentirem agredidos. O *eixo do mal* opta por guerra irregular, obscura, imprevisível. Os insurgentes no Iraque desconcertam as Forças Armadas estadunidenses, visto que, excetuada a causa comum da expulsão dos interventores estrangeiros, não visibilizam alvos precisos, não se mostram orientados por liderança localizável, o que leva analistas mais apressados a falar de insurgência niilista. Pelos atentados praticados, a hipótese menos tendenciosa detecta causas diversas entre partidários sunitas do Baath, minoritários no país, lutando para impedir o domínio da maioria xiita. Há curdos, a reclamar lugar ao sol, subdivididos em inúmeros Estados. Mas o que parece se impor é a lógica que leva os insurgentes a compartilhar o objetivo de libertação do país da presença estrangeira, tão mal explicada perante a opinião pública mundial.

Na contracorrente de fluxos da *hard* política estadunidense, tornam-se atuais as previsões de Paul Kennedy.³¹ O autor aponta como causa de declínio das grandes potências do passado, o desgaste gradual de sua economia, produzido pela necessidade de elevadíssimos gastos militares e diplomáticos, a fim de manter sua posição de poder. Embora nenhum cientista político admita curta duração para o atual superpoder norte-americano, vale a lição revelada pela história, na clássica expressão de Jean-Baptiste Duroselle,³² de que todas as políticas imperiais têm determinado prazo de validade, os impérios também perecem. Há fricções crescentes e inevitáveis. E a impressão que fica é a de que os Estados Unidos da América, acolitados pelo antigo e hoje subserviente império britânico, tenta reverter a capital do domínio para Washington. Advém daí a fragilidade de a grande potência econômica, tecnológica, militar, com seu indiscutível *hard power* ter ultrapassado o *ponto de culminância* de que nos fala o insuspeito Karl Phillip Gottfried von Clausewitz. Carente de *soft power*, o governo dos EUA se mostra incapaz de se impor hegemonicamente aos próprios aliados tradicionais em ocasiões cruciais, como no caso de França e Alemanha. Há o limite ético, pautado no Direito Internacional, que a emergente opinião pública mundial levanta em praça pública contra os EUA, de ter sido ultrapassado, e que sensibiliza governos. Mas há também, além do parâmetro ético da legitimidade e da legalidade internacional, a transgressão do limite prático, que relembra o fracasso no Vietnã, e que assombra estrategistas oficiais. Registra-se a eficácia da força e da intimidação como ferramentas da insurgência à base da *teia de aranha (cobweb)*, teia fina, frágil, mas que tem sua força na invisibilidade da trama. A racionalidade da guerra, cuja expectativa é a da vitória do mais

forte, calculada nos cenários construídos pelas teorias realistas dos jogos, vê-se superada. Assim, no Vietnã, agora no Iraque, protagonismos de alta complexidade embaralham fios e cartas de construtores de cenários. A nova forma de guerra saiu fora do controle de governos no contexto da mundialização, do Império sem Roma, porque sem hegemonia.

A subjetividade discricionária das soberanias nacionais encontra limites crescentes.³³ A legitimidade de ampla gama de manifestações encontra no novo Direito Internacional esboço não desprezível de legalidade à base de pluralismo jurídico na sociedade contemporânea.³⁴ E a conjuntura internacional leva mais longe. A opinião pública mundial ou a multidão, na heterogeneidade de suas redes múltiplas, entrecruza-se em um movimento de movimentos pela paz. Haja visto Seattle, Porto Alegre e a recorrente condenação da guerra no Iraque.

O fato novo é que, das rachaduras, e as há, do mundo de *conformação arbórea*, com alguns troncos e muitos galhos, emerge a Sociedade Internacional de *conformação rizomática*³⁵, com crescentes movimentos de resistência ao Sistema, na perspectiva da paz por meios pacíficos, da aceitação humana de sua humanidade. São as ervas daninhas das relações internacionais, com fluxos de sociabilidade, *insurgências* que se antepõem não apenas ao *terrorismo de Estado*, à direita, mas ao jogo político tradicional das esquerdas. A *multidão*,³⁶ em suas múltiplas manifestações *altermundialistas* do Maio de '68, de Seattle, de Porto Alegre, de oposição à guerra no Iraque, configura subjetividades políticas, conectadas de modo não homogêneo a novas formas de vida.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em maio/2005;

Notas

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Relações Internacionais, coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (NACI) da PUC-SP; membro do GACINT-USP e do Instituto de Estudos de Economia Internacional.

¹ RAPOPORT, A. Um prefácio à arte da guerra de Clausewitz. In: *Documentação e atualidade política*, n.13, abr/jun, 1983.

² SCHMITT, C. *La notion de la Politique*. Paris, Calmann-Levy, 1989. Na sua *teoria do decisionismo*, rente a seu comprometimento com o regime nazista, o Estado é centro de decisão por excelência. Detém e concentra poderes, com a possibilidade de fazer a guerra, por fora da normatividade jurídica, que o tornaria impotente para a rápida tomada de decisão diante do inimigo. O forte traço nazista na obra de Schmitt é estudado pelo filósofo Yves Charles ZARKA, *Un Détail Nazi dans la Pensée de Carl Schmitt*. Paris, PUF, 2005.

- ³ BOULDING, K. *Conflict and Defense*. Nova York, Harper & Brothers, 1962.
- ⁴ BURTON, J. W. *Conflict and Communication*. Nova York, MacMillan, 1969.
- ⁵ HUNTINGTON, S. P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva, s/d.
- ⁶ GRAPIN, J. e PINATEL, J.-B. *A Guerra Civil Mundial*. Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1977.
- ⁷ BOUTHOU, G. *O Fenómeno Guerra*. Lisboa, Estúdios Cor, 1966.
- ⁸ NYE JR., J. S. *The Paradox of American Power. Why The World's Only Superpower Can't Go It Alone*. Nova York, Oxford University Press. 2002.
- ⁹ HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001.
- ¹⁰ CLAUSEWITZ, C. von. *Da Guerra*. 2 ed., São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- ¹¹ SUN TZU. *A Arte da Guerra*, vol. 207. Trad. do francês por Sueli Barros Cassal. P. Alegre, L&PM Pocket, 2005.
- ¹² THUCYDIDE. *Histoire de la Guerre du Péloponnèse*. L.I., Paris, Les Belles-Lettres, 1962.
- ¹³ MAQUIAVEL, N. *Arte da Guerra e Outros Ensaios*. 3 ed., Brasília, Editora da UnB, 1987.
- ¹⁴ HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- ¹⁵ SCHMITT, C. *Théologie Politique*. Paris, Gallimard, 1988.
- ¹⁶ ARON, R. *Pensar a Guerra: Clausewitz*, 2 vols. Brasília, Editora da UnB, 1986.
- ¹⁷ GALTUNG, J. *Peace by Peaceful Means. Peace and Conflict, Development and Civilization*. Londres, Sage Publications, s/d
- ¹⁸ SOARES, G. F. S. *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo, Atlas, 2002, p. 21.
- ¹⁹ MATTOS, A. M. *Direito, Soberania e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro, Destaque, 2001. Em sua obra, páginas 145 e seguintes, o autor se refere à Diplomacia Ambiental dos EUA, focada na Pan-Amazônia. De acordo com o plano do Comando Sul do Pentágono, militares dos EUA se colocariam na defesa da preservação das florestas tropicais, através da criação e manutenção de parques florestais internacionais, junto às fronteiras dos países da área.
- ²⁰ FREITAS, J. de. *Folha de S. Paulo*, 20 de março, 2003, A5.
- ²¹ Termo empregado para designar excedente produtivo da indústria de defesa estadunidense. Especialistas da área de segurança apontam o *overhang* pela existência de arsenal militar superior a necessidades de segurança em tempos de paz, com capacidade industrial bélica em nível elevado, sujeita a interesses da rentável indústria bélica.
- ²² HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 196.
- ²³ CONY, C. Heitor. e LEE, A. *O Beijo da Morte*. São Paulo, Objetiva, 2003.
- ²⁴ Cf. *Folha de S. Paulo*. 28 de maio de 2004. Transcrição de conversa telefônica do presidente Richard Nixon com o seu secretário de Estado, Henry Kissinger. "*Nixon: Como você sabe, nossas mãos não aparecem neste caso. Kissinger: Nós não o fizemos. Quero dizer, nós os ajudamos... criamos as melhores condições possíveis.*" Moniz Bandeira faz descrição respaldada em fontes primárias em sua obra *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

²⁵ O tom paródico do autor de *Cartas Persas*, deixa o intérprete no dilema ao ler *Do Espírito das Leis*, 3a. parte, do livro 14, Cap. II - “Os povos das regiões quentes são tímidos... os das regiões frias são corajosos”.

²⁶ HUNTINGTON, op. cit.

²⁷ FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Nova York, Free Press, 1992.

²⁸ HIMMELFARB, G. *The Roads to Modernity: The British, French, and American Enlightenments*. Alfred A. Knopf.

²⁹ NYE JR., op. cit., 2002.

³⁰ BURTON, J. *World Society*. Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

³¹ KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1.500 – 2000*. Nova York. Random House, 1987.

³² DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*. Paris, Armand Colin, 1992.

³³ LAFER, C. “Prefácio”. In: ALVES, J. A. L. *Os Direitos Humanos como Tema Global*. São Paulo, Perspectiva, 1994, p. XXIII.

³⁴ Vale aqui retomar o destaque à obra citada do jurista Guido Fernando Silva Soares.

³⁵ São metáforas que valorizo em alguns de meus textos, colhidas nas obras de Gilles Deleuze, retrabalhadas por Michel Foucault, Michael Hardt, Antônio Negri, não muito a gosto dos internacionalistas-realistas, que os relegam ao campo da retórica.

³⁶ Multidão em sentido distinto de massa (homogênea) e de povo (militante de partido). Ver NEGRI, e HARDT, op. cit., pp. 417 e ss.

NO ENTRE GUERRA, A SITUAÇÃO DOS INTEGRALISTAS NA IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS*

Giselda Brito Silva**

Resumo

O período entre guerras constitui um contexto permeado por ideologias nacionalistas, assentadas na idéia de um Estado forte organizado sob uma perspectiva político-doutrinária, na qual se misturava política e religião. Essa perspectiva foi defendida por vários grupos, entre eles os integralistas no Brasil. Alguns projetos totalitários que se expandiam na Europa, através dos casos de Mussolini (1923) e Hitler (1933), eram considerados exemplos de projetos políticos destacados como modelos de Estado forte, todavia personificados por líderes militares e mais agressivos do que Plínio Salgado, que, ao contrário desses, investiu numa revolução pacífica e espiritual. Segundo alguns historiadores, esses dados são relevantes para se compreender a implantação do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, e a conseqüente retirada do integralismo do campo político.

Palavras-chave

Integralismo; entre guerras; Estado Novo.

Abstract

The period between the wars created the possibility for the growth of nationalistic ideologies, based on the idea of a strong State organized by the political and doctrinarian perspective in which politics and religion were mixed. This perspective was defended by various groups, among whom were the integralists of Brazil. Some totalitarian projects which thrived in Europe such as those of Mussolini (1923) and Hitler (1933) were considered examples of political projects cited for being models of the strong State, however, personified by military leaders, more aggressive than Plínio Salgado who, contrary to these, launched a pacific and spiritual revolution. According to some historians, these are important considerations in order to understand the building of the "Estado Novo" under the leadership of Getúlio Vargas and the consequent demise of integralism from the political landscape.

Key-words

Integralism; Estado Novo; between the wars.

Sobre a situação dos integralistas no Estado Novo, registra Nelson Werneck Sodré: “Nos primeiros dias, admitiu-se que aquilo seria o triunfo do integralismo, bando grotesco que se fantasiava de camisa verde. O poder era deles supunha-se”.¹ Decerto que o integralismo, com suas atividades e propagandas ideológicas sintonizadas com um projeto de crítica à liberal-democracia e em defesa de um Estado forte, propiciou os planos do Estado Novo com base ideológica e teórica centrada em idéias autoritárias.

Entretanto, não podemos afirmar, categoricamente, que o Estado Novo foi a concretização do ideal integralista. Apesar de alguns pontos em comum, o Estado Novo não era a implantação do Estado Integral propagado pelo movimento, nem Getúlio Vargas era o Chefe Nacional, mas, sim, Plínio Salgado, a quem os integralistas prestavam juramento de obediência e fidelidade. O fato de terem sido proibidos de atuar e de a AIB (Ação Integralista Brasileira) ter tido os seus núcleos fechados, bem como de alguns indivíduos terem sofrido repressão pela insistência na manutenção das atividades, é representativo de que o Estado Novo e o integralismo não eram a mesma coisa, tendo este sido obrigado a adaptar-se aos propósitos do novo Estado.

Em 1937, o Estado autoritário que vinha sendo construído pelas práticas discursivas e pela reorganização e atuação de uma polícia política, produzindo informações sobre o perigo das ideologias externas que invadiam o país, se consolidou com Getúlio Vargas declarando à nação que:

Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimem ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações em torno de objetivos subalternos (...) as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o esforço do poder central. Isto já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935 (...) o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas à Nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa.²

Os trechos supracitados são partes dos pronunciamentos utilizados por Vargas na implantação do Estado Novo. São declarações nas quais o representante do Estado colocava-se como “*saneador*” de uma grande ameaça que se espalhava pela nação através da ação dos inimigos, num primeiro momento apontados entre os comunistas.

Entretanto, apesar de alguns trechos enfatizarem os comunistas como os inimigos mais destacados, inicialmente identificados como a ameaça mais visível, como figuras subversivas que “ameaçavam ferozmente a unidade nacional”, note-se que os trechos destacados estendem a outros grupos a imagem de inimigos. A afirmação de que “tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimem ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais”, em nossa análise e interpretação, tem mais ligação com os integralistas do que com os comunistas. Observe-se que falar de velhos partidos sob novo rótulo, mantendo-se à sombra de ambições pessoais, não é referência à atuação dos comunistas, uma vez que estes foram proibidos de atuar como organização, através da ANL, logo após 1935. Passando, a partir daí, a agir na clandestinidade. Já a expressão “a degenerescência dos partidos em clãs facciosos” pode ser entendida como indicativo da percepção de que as facções de esquerda e de direita eram as duas correntes políticas mais destacadas no período.

Consideramos que também o trecho “as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições”, pode ser identificado como um discurso voltado para os integralistas, haja visto que as formações partidárias surgidas naquele momento em todo o mundo, refratárias aos processos democráticos, eram definidas como de tipo nazifascista. Não podemos deixar de lembrar que, naquele contexto, alguns indivíduos integralistas eram considerados adeptos dos movimentos fascistas europeus ou simpáticos a eles.

Todos os trechos acima destacados estão permeados por um discurso de alerta contra as ideologias externas que se disseminavam no país e, neles, a ação do Estado é apresentada como medida saneadora dos grupos que atuavam em prol daquelas ideologias. Como era esse novo Estado? O Estado Novo é uma instituição ou *dispositivo*, no dizer de Pierre Bourdieu,³ que ganha vida e é apresentado como *um sujeito* capaz de agir, de realizar a proteção nacional e de combater os seus inimigos, legitimando sua atuação intervencionista através das ações e dos discursos dos próprios adversários, identificados e combatidos pela polícia política. Os discursos que diagnosticavam os males, anunciados pelo presidente, passaram a ganhar nova dimensão. Algumas palavras expressam claramente a ação do Estado Novo como agente: “o Governo Federal *intervirá* nos Estados...”; “o Estado *reorganiza* as finanças...”; “o Estado *criará* leis...”. Alguns verbos evidenciam o novo caráter do Estado autoritário, intervencionista e participativo. Através deles, o Estado se coloca como preparado para funcionar e atuar como agente saneador dos males então diagnosticados.

Para Mônica Vellozo, o discurso *estadonovista* se consolidou dentro de uma postura de implantação de um momento inovador, reconstituído para efetuar o avanço do país,

antes impedido pelas práticas liberais e invalidando seus princípios. Os discursos do novo Estado centravam-se, principalmente, numa proposta de resgate das idéias de 1930, repelidas por causa dos conflitos que teriam marcado o período de 1930 a 1937. A desqualificação do liberalismo tomou, assim, o centro dos novos discursos, contrapondo-se, frontalmente, o projeto estadonovista às propostas liberais.⁴

É interessante refletir que os novos discursos eram veiculados como se fosse o novo Estado falando, personificado numa figura gloriosamente destacada pelas suas lutas desde 1930. Dos discursos de alerta e de temor, em que se procurava definir e identificar os perigosos e inimigos da pátria, partiu-se para discursos centrados na defesa do novo projeto e na nova ação da instituição recém-criada objetivando ser a saneadora de todos os males. Ao presidente Getúlio Vargas, como agente do Estado Novo, coube a competência de uma série de ações. O Estado Novo tomou o lugar de agente do discurso, um agente de efeitos sociais. Não era mais a vontade de um indivíduo ou de um grupo, negando uma posição de interesses, mas, sim, a vontade de uma sociedade cuja proteção era encargo do Estado forte que fora constituído.⁵ O Estado Novo era apresentado como um agente da construção nacional e, para tanto, deveria ser forte, intervencionista, responsável pela determinação da ordem e regulador das relações sociais.⁶

Getúlio Vargas veiculou discursos que produziram sentido entre diversos grupos, dando-lhes um caráter de unidade e coesão nacional, finalizando por centralizar o poder e os vários interesses em torno de sua imagem de mito político. Sob sua liderança, o Estado Novo foi colocado como um agente da proteção e do desenvolvimento nacionais, como a expressão de um regime que buscava uma postura *unificadora*, ou centralizadora, e a implantação de um *regime de paz*, dentro de um aparato repressor. Nos primeiros discursos de Getúlio Vargas, pode-ser observar o investimento dessa imagem do novo Estado:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro, à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil. Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade.⁷

Depois de implantado o Estado Novo, Getúlio Vargas pronunciou discursos tranquilizadores em defesa da ordem, ressaltando que o novo regime teria vindo para sanar os males existentes: “Soldados do Brasil: o momento de apreensão já passou (...) o Brasil está de pé,

vigilante e disposto a tudo empenhar na conquista do seu destino imortal”.⁸ Ao considerarmos que esses pronunciamentos foram feitos num clima de instabilidade política e ideológica, em que havia grande temor do comunismo, do integralismo e de outros “males”, podemos entender os efeitos de sentido que tais discursos passaram a alcançar entre as classes sociais.

A construção de um “consentimento social” para o golpe, materializado pela produção de sentido dos discursos, ficou mais visível e dizível depois de 1935. Naquele momento, os discursos produzidos pelo governo, destacando as ameaças à nação, nos quais se procurava apontar quais eram os grupos adeptos de ideologias externas, adquiriam materialidade de sentido entre vários grupos.

Trata-se de um período marcado por lutas, nas quais os comunistas, inicialmente, e, depois de 1936, os integralistas, sobretudo nos Estados em que atuavam de forma violenta contra as forças do governo e em constantes conflitos com os comunistas, promoveram momentos de pânico na população. Em vários deles, houve trocas de tiros, resultando, muitas vezes, em feridos e, em alguns episódios, aconteceram mortes dos dois lados contendores.

Como a figura do comunista era a mais temida e identificada como a representação do grande mal, quase todos os episódios eram identificados como tendo partido deles, enquanto os integralistas eram colocados no plano da defesa, embora também estivessem envolvidos na desordem e na agitação. Alguns policiais chegaram a compará-los aos dois lados de uma “mesma moeda”, por incorporarem modelos de ideologias externas e facciosas.⁹

Segundo Priscila Perazzo, a idéia de uma constante ameaça comunista que incidiria sobre a unidade da Nação significando a infectabilidade do estrangeiro, isto é, um perigo internacional, permitiu ao Estado trilhar os caminhos do autoritarismo, pois a luta anticomunista se prestou como um dos fatores de legitimação para as suas práticas centralizadas e repressivas.¹⁰ Também seriam os comunistas que ocupariam o lugar-chave das relações entre os integralistas e Getúlio Vargas.

Na visão de alguns historiadores, memorialistas, depoentes e de outros, o golpe do dia 10 de novembro de 1937 foi obra dos integralistas, articulados com Getúlio Vargas e contou com o apoio dos militares, como reflexo da luta anticomunista. Do lugar em que interpretamos a situação dos integralistas na trama de implantação do Estado Novo a sua articulação no golpe de 1937 representou mais do que uma luta anticomunista, eles foram objeto de temor do governo e, depois de 1935, avançaram com uma força maior que os comunistas. Entendemos, no entanto, que a participação do chefe integralista e de alguns líderes do movimento nos planos do golpe do Estado Novo também deve ser compreendida como uma estratégia política dos mentores do golpe.

Aquele instante foi interpretado como um momento de grande complexidade das relações entre Getúlio Vargas e o chefe dos integralistas. Percebendo com mais detalhes a postura do governo em relação aos integralistas, entre 1936 e 1937, conclui-se que as relações entre eles se davam em meio a um clima de instabilidade, marcadas pelos conflitos entre os integralistas e alguns governos estaduais. Em âmbito nacional, havia um clima de ameaça proveniente dos ataques integralistas na Bahia, em Minas Gerais e em outros estados. Essas notícias chegavam a Pernambuco interpretadas como o avanço de um movimento muito perigoso. A isso se somavam os discursos antiliberais e revolucionários dos integralistas. As participações do chefe integralista e de outros integralistas nos planos do golpe do Estado Novo devem ser entendidas como um jogo político das estratégias políticas do governo de Getúlio Vargas para neutralizar qualquer possível problema com os integralistas, que constituíam um grupo nacionalmente representativo.

Nossa interpretação parte da constatação de que, além de neutralizar a força dos integralistas, incorporando-os nos planos do Estado Novo, o governo também vinha, de forma indireta, atuando num processo de construção da imagem subversiva deles, haja visto que não havia uma declaração aberta e formal da subversão dos integralistas formulada por Getúlio. Porém, os fatos relativos aos conflitos com os governos da Bahia, de Minas Gerais, da Paraíba e de outros estados, divulgados pela imprensa e oficialmente registrados pelas ações policiais, favoreciam os discursos sobre as ameaças à nação propagados por Vargas.

O golpe do Estado Novo obedeceu também a um plano construído sobre os efeitos do reconhecimento da existência de ameaças à nação por parte de ambos os lados, efeitos fundamentados na comprovação objetiva dos discursos através das ações policiais que diariamente arquivavam provas de subversão. Também é importante não perder de vista as estratégias da fala de Getúlio que, tanto em 1935 como em 1937, procurou vincular as ações do Estado à vontade nacional, colocando-se como representante legítimo da defesa do povo, dos símbolos nacionais e da nação. Dessa forma, quando anunciou, através do programa radiofônico *Hora do Brasil*, o novo regime, por um discurso que vinculava o projeto do Estado Novo como uma necessidade para a proteção da sociedade contra inimigos evidentes e, utilizando-se de categorias pejorativas e de estereótipos que identificavam os *desordeiros e perigosos inimigos* entre vários grupos, todos eles associados a um grande inimigo já definido: o comunista. Com isso, o governo buscava entrelaçar fatos do contexto com os discursos já pronunciados para alcançar o efeito de sentido dos discursos que propagavam o novo regime.

Vargas produziu, portanto, com a ação policial, materialidade de sentido ao seu discurso, que se empenhava em divulgar o nível de perigo que invadia o país por todos os lados.

Depois de 1935, tanto os comunistas como os integralistas ofereceram as ferramentas discursivas e as justificativas necessárias para a ação repressiva do governo. Em vários momentos, mesmo antes de 1937, observamos os investigadores nas buscas e apreensões efetuadas nos núcleos dos estados em que o movimento vinha sendo proibido de atuar, a exemplo da Bahia. Naquelas buscas, seus símbolos eram apreendidos como prova da produção de novos símbolos, construídos fora dos que representavam a “verdadeira” identidade nacional. A bandeira integralista e o retrato de Plínio Salgado foram citados como exemplos da existência de um movimento que procurava mudar ou desviar os valores patrióticos ligados aos símbolos nacionais mais importantes: a bandeira do Brasil e o retrato do Presidente da República. Depois de 1937, esses símbolos foram usados para ridicularizar a imagem do novo inimigo.¹¹

As diversas ocorrências policiais representavam um conjunto de dados que colocam em discussão o lugar do integralismo nos planos do golpe do Estado Novo. Dentre elas destacamos: buscas e apreensões de símbolos dos integralistas nos estados em que havia conflitos; posturas dúbias do governo em relação aos integralistas no campo dos discursos políticos; construções diárias de uma contrapropaganda para combater os inimigos do regime, estendidas aos integralistas; ações policiais construídas objetivamente no cotidiano policial da imagem subversiva dos integralistas. Segundo Barbosa Lima Sobrinho: “era preciso criar dois terrores: o terror comunista e o terror do fascismo. Só assim se abriria margem para a continuação de Getúlio Vargas”.¹² O clima de ameaça entre a esquerda e a direita é muito citado entre os memorialistas desse período. Também Paulo Pinheiro Chagas rememora que:

Criou-se um clima de tumulto no país, além dos intuitos comunistas, os integralistas viviam marchando pela cidade. O integralismo estava no apogeu. Tanto que em 1938 tentou um golpe contra o Getúlio (...) diante das considerações de que as lutas entre a direita e a esquerda no Brasil punham em perigo a democracia, e que o forjado Plano Cohen era uma manobra comunista, a Constituição de 37 era apresentada como uma forma de se evitar que a esquerda ou a direita do país assumissem as rédeas do poder.¹³

Para José Américo, no entanto, como veremos com mais detalhes adiante, “Getúlio apoiou-se no integralismo”.¹⁴ A influência dos integralistas, naquele período, foi um fato marcante às vésperas do golpe de 1937. Entretanto, compreendemos que Getúlio envolveu os integralistas para neutralizar suas forças, incorporando um compromisso com os mesmos para facilitar seus propósitos de acabar com as atividades do movimento no país, após a instauração do novo poder. São muitas as contradições que envolvem a participação dos integralistas no golpe do Estado Novo, e elas também podem ser percebidas sob outro

ângulo. Segundo a maioria dos depoentes e memorialistas, e também segundo alguns historiadores, o elo de ligação entre o governo e os integralistas fora feito por Francisco Campos, personagem de grande destaque nos planos e na Constituição de 1937:

Eu acredito que o mentor do golpe tenha sido o Chico Campos. O Agamenon era um homem muito mais de ação. O Chico Campos era um homem de planejar, era um homem para fazer a Constituição, tinha mais cultura, era um pensador. Ia lá à tardinha numa hora de pouca gente, encontrava-se com o dr. Getúlio, e algumas vezes levava o Góis [...] naturalmente, o dr. Getúlio está conversado com o Dutra a esse respeito, não podia deixar o Dutra de fora.¹⁵

A figura de Francisco Campos nos planos do golpe do Estado Novo merece um estudo à parte. Trata-se de um personagem que, aparentemente integralista, depois do golpe se posiciona a favor dos decretos de Getúlio Vargas. Os vários apelos de Plínio Salgado, após o dia 10 de novembro de 1937, solicitando que ele intercedesse pelos integralistas junto ao governo federal, diante do qual tinha muita influência por causa de sua colaboração nos planos e na organização da Constituição do Estado Novo, pareciam não ter efeito.¹⁶

Esses dados indicam que, entre 1933 e 1937, Vargas e os integralistas não eram tão aliados quanto se convencionou afirmar. O fato de as idéias em defesa de um Estado forte, nos moldes fascistas, e o aproveitamento da luta anticomunista nos planos de golpe e novo governo de Getúlio, não nos possibilita afirmar que o Estado Novo tenha representado a efetivação dos ideais integralistas.

É significativa a quantidade de documentos policiais sobre as atividades integralistas no país, resultante dos registros da vigilância, do controle e da repressão que se abateu sobre eles em Pernambuco e em outros estados do Brasil. Tais documentos nos oferecem uma possibilidade de reinterpretar o lugar dos integralistas no golpe do Estado Novo e sua situação, na clandestinidade, depois de 1937. Longe de se sentirem parte da nova situação, eles compreenderam, de imediato, segundo as palavras de Plínio Salgado, que estavam fora do poder político:

Fiquei completamente convencido de que estávamos aliados desde o primeiro dia. Não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou para os integralistas. Entretanto, era um movimento e eram homens que tudo fizeram pela nação e que sempre foram leais para V. Excia. nos momentos mais difíceis. Os integralistas iam continuar sob essa forma (entendemos se referir à Associação Cultural na qual a AIB fora transformada) *conforme lhe prometeram os responsáveis pela situação*.¹⁷

Antes e depois do Estado Novo, foi evidente a ameaça que os integralistas representaram para Vargas no cenário político nacional. Agamenon Magalhães, grande defensor da nova ordem, em seu jornal de propaganda do Estado Novo, *A Folha da Manhã*, reproduziu os discursos do governo sobre as atividades integralistas antes de 1937:

Toda a originalidade do Estado Novo, disse o chefe do governo nacional, reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos. A democracia era o comunismo em luta com o integralismo, era um regime aberto a todas as soluções e a todos os imprevistos. Era o Estado ausente... O Brasil precisa de ordem e orientação (...) O Estado Nacional foi a salvação Nacional...¹⁸

Aqui não se nega a participação de alguns líderes contribuindo ideológica e politicamente para a implantação do Estado Novo. O principal alicerce discursivo dos integralistas, utilizado num processo do interdiscurso por Vargas, foram as críticas à liberal democracia e a defesa de um Estado forte. Ao propagar a falência dos regimes liberais, no contexto entre guerras, em que se destacaram as crises dos regimes liberais e a ascensão dos totalitários, os integralistas, juntamente com os intelectuais de extrema direita, propiciaram as condições de possibilidade dos discursos de Getúlio. Defendemos que as alianças políticas mantidas antes do golpe entre o chefe integralista, Getúlio e outros não representaram uma posição que tinha sido aprovada pelos integralistas, pois muitos deles não gostavam do presidente Vargas, achavam-no traiçoeiro e perigoso:

Meu pai criticava muito o Getúlio, exatamente porque o Getúlio usava arma de dois gumes. Getúlio foi de uma perspicácia política... ele bafejava um pouco o Partido Comunista e um pouco o partido integralista para se equilibrar no poder, quando ele sentiu que houve a revolução de trinta e cinco aqui em Pernambuco, um movimento armado de ideologia comunista, ele começou a temer o partido comunista e por temer o partido comunista ele se aproximou do partido integralista, hoje tornou o partido comunista proscrito no país, então o que foi que aconteceu, deportou o líder maior e hoje está bafejando o integralismo, cuidado com ele, vai fazer a mesma coisa (...) acabar com o integralismo (...) e foi o que aconteceu.¹⁹

Entendemos ser preciso esclarecer que a articulação do integralismo no golpe do Estado Novo foi um ato de alguns indivíduos, não se podendo afirmar que os integralistas apoiaram o golpe. Em Pernambuco, no dia seguinte ao golpe, as correspondências entre os núcleos eram muito tensas e não havia a euforia afirmada por alguns analistas do período. Em outros estados, os integralistas já eram indivíduos fora da cena política. A participação de Plínio Salgado nos planos do golpe, intermediada por Francisco Campos, fora o resultado de um momento estratégico para ambos. Os depoimentos dos que presenciaram o momento nos levam a interpretar tal união como a única opção pensada pelo chefe integra-

lista, dado que havia, segundo a percepção dos mesmos depoentes, falta de capacidade em Plínio Salgado para ele mesmo dar o golpe em Getúlio. Segundo Jeová Motta, Francisco Campos foi o principal responsável pela participação dos integralistas no golpe:

Impõe-se que vocês se aliem a Getúlio, para enfrentar isso. Vocês não devem ter medo desta aliança. Ela é necessária e não é perigosa porque sem ela vocês não vão ao poder; e não é perigosa porque é uma aliança em que vocês são a organização, e o seu aliado não é organização é desorganização. Dessa aliança quem leva a melhor são vocês.²⁰

As declarações do próprio Plínio Salgado, em depoimento ao DOPS, esclarecem alguns mistérios, embora não todos, sobre a participação do integralismo no golpe de 10 de novembro:

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de 1939, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia de Ordem Política e Social, onde se achava o Dr João Carneiro da Fonte, 5º delegado auxiliar, comigo escrivão de seu cargo ao final assinado, compareceu DR. PLINIO SALGADO (...) já qualificado em separado (...) sabendo ler e escrever e declarou que preliminarmente ele declarante, quer deixar consignado que não é contrario ao regime vigente por quanto colaborou na sua implantação desde princípios de setembro de 1937, sendo uma das primeiras pessoas a quem o Sr. Presidente da República confiou, por intermédio do Dr. Francisco de Campos, o exame de texto da carta constitucional, outorgada em dez de novembro, fato esse que se deu na residência do Dr. Amaro Lanare, ex-secretário da fazenda do Estado de Minas e com o conhecimento do mesmo, que desde essa ocasião, em encontros que sucederam com o Dr. Francisco Campos, com o Sr. Presidente da República, com o General Eurico Gaspar Dutra, com o capitão Felinto Muller, chefe da polícia do distrito federal, com o General Newton Cavalcanti, comandante da vila militar, o declarante estudou a situação brasileira, imersa na mais franca demagogia esquerdista, e a ameaça iminente de um surto do bolchevismo e, impressionado por tudo quanto lhe era relatado, e atendendo ao pedido que lhe era feito, prontificou-se desinteressadamente a dar o seu apoio à obra de salvação nacional em que estavam empenhadas as classes armadas; que, tendo depois conferenciado com o Sr. Presidente da República, em casa do Dr. Renato da Rocha Miranda, o declarante colheu excelente impressão do apelo patriótico que lhe fazia o Sr. Presidente e fiel aos compromissos que então assumiu, sem nenhum pedido de compensação em cargos e posições, mas apenas mediante a promessa de se dar aos integralistas, no Estado Novo, de que estavam sendo os precursores, os apóstolos e os baluartes, uma situação de dignidade, o declarante passou a manter-se em colaboração com o General Gaspar Dutra, por intermédio do General Newton Cavalcanti, que então comandava a vila militar, colaboração essa que teve início oficial desde a noite em que o capitão Felinto Muller, declarando tomar a iniciativa por inspiração do Sr. Presidente da República, ...²¹

Nesse documento, Plínio Salgado declara, oficialmente, aos representantes da polícia do DOPS de São Paulo, que Getúlio Vargas o havia convidado para dar apoio ao golpe de 1937, sob o pretexto de uma ameaça grave à nação pelos comunistas. O documento é muito

representativo do lugar do integralismo no golpe, pois se trata de um depoimento dado à polícia de Getúlio Vargas, citando o nome do mesmo, que envolve o próprio inquisidor. Donde concluímos que ele deixa pouca margem para dúvidas.

Naquele período, foi divulgada nos jornais uma carta, datada de 28 de janeiro de 1938, publicada apenas em 1939, na qual Plínio Salgado reafirmou em forma de apelo seu depoimento. Pelo documento, Plínio Salgado não nega que sabia dos fatos de 1937, do apoio que os integralistas deram ao golpe e dos que estavam dispostos a dar. Através daquela carta, Plínio Salgado se declarou conhecedor de um plano constitucionalista que deveria ser outorgado num golpe de Estado, no mês de setembro de 1937. Na carta, Plínio Salgado afirmou que “as relações entre o Integralismo e o Presidente da República sempre foram, pela força da própria doutrina do Sigma, as de respeito do primeiro pelo segundo e de acatamento do segundo pelo primeiro”. Ainda, segundo as palavras de Plínio Salgado, Getúlio Vargas reconhecia a ajuda integralista na “campanha nacionalista, anticomunista e antiregionalista”. O chefe integralista destacou as afinidades entre o projeto do Estado Novo e o integralismo e conclui sua carta referindo-se, com pesar, à situação do integralismo depois de 1937.²² Os trechos acima evidenciam o apoio dado ao golpe e a quebra de alianças entre a AIB, Getúlio Vargas e o Estado Novo.

Depois de instalado o Estado Novo, a transformação da AIB na Associação Brasileira de Cultura, em 11 de novembro de 1937, dia subsequente ao golpe, pareceu a alguns que Getúlio Vargas estava sendo complacente com os integralistas e que eles haviam sido integrados ao novo regime, conforme se pode verificar em vários depoimentos. Entretanto, o controle, lógica da suspeição e a repressão, juntamente com as determinações legais que atingiam em cheio os adeptos do integralismo, demonstram que eram outros os planos de Vargas para eles. Entendemos que, ao convidar Plínio Salgado para apoiar o golpe, Getúlio procurava retardar um confronto mais direto com os integralistas logo nos primeiros momentos de implantação do Estado Novo.

O Estado Novo foi implantado na nação através de um golpe articulado por um “revolucionário vitorioso”, conforme se definia o próprio Getúlio Vargas, que se efetivou no cotidiano com o apoio de um projeto político de cunho autoritário, idealizado por indivíduos intelectualmente importantes, e das forças armadas, apesar de essas últimas terem recebido o crédito de personagens centrais da trama.²³

Entretanto, dada a devida atenção aos discursos políticos e às ações policiais que serviram de suporte ao projeto do Estado Novo, e ao apoio de grupos importantes, especialmente os militares, entendemos que uma das maiores forças da articulação e implantação do Estado Novo residiu na estrutura policialesca da época, representada pelas Delegacias de Ordem Política e Social nos estados. Através dessa estrutura, o Estado Novo

foi sendo construído com os discursos e ações sobre os “inimigos da Nação” e se constituiu como um regime de governo baseado no controle e na repressão dos grupos e indivíduos, fossem de esquerda ou de direita, qualquer um podia ser inimigo do regime, sendo daí caracterizado como o Estado Autoritário brasileiro do período entre guerras.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em abril/2005

Notas

* Este texto é uma versão modificada de um item de nossa tese de doutorado, defendida em 2002 no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, intitulada *A Lógica da suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco no Estado Novo*.

** Professora Doutora do Departamento de História da UFRPE

¹ SODRÉ, N. W. *Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 161.

² “Proclamação ao povo brasileiro”. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol III, Rio de Janeiro, s/d., pp. 20, 22 e 23.

³ BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. pp. 83-86.

⁴ VELLOZO, M. “Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual”. In: OLIVEIRA, L. et al. *Estado Novo: ideologia e poder*, 1982. pp. 82-104.

⁵ Sobre os agentes do Estado, Pierre Bourdieu diz que “ao atribuímos, como faz o mau funcionalismo, os efeitos de dominação a uma vontade única e central, ficamos impossibilitados de apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e às expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma estenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido”. Cf. BOURDIEU, op. cit., p. 86.

⁶ PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990. pp. 19-41.

⁷ VARGAS, op. cit., op. 37-38.

⁸ *Ibid.*, p. 116.

⁹ Segundo Domenach, na medida do possível, tentar-se-á ligar os grupos de adversários declarados a uma só categoria, destacando que a propaganda hitlerista procurava apresentar os conspiradores democratas, plutocratas e bolchevistas contra a Europa, quando em número insuficiente, associados a outros grupos pra dimensionar a força dos adversários. Para o autor, trata-se de um método de contaminação, mediante o qual um partido sugere que as divisões dos adversários não passam de artifícios destinados a enganar o povo e, além disso, procura destacar os erros cometidos pelos adversários nessas manobras. Em numerosas vezes, os integralistas foram associados aos comunistas enquanto expressões de *ideologias exóticas* externas que, embora se apresentassem em lados opostos, eram, na percepção dos adversários políticos de

ambos, formas idênticas de representação de totalitarismos no território nacional. Os conflitos de rua, em que ambos estavam envolvidos, eram tomados como formas de identificação de agitadores e desordeiros. Cf. DOMENACH, J.-M. *A propaganda política*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

¹⁰ PERAZZO, P. F. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. p. 41.

¹¹ A propaganda dos adversários é desmontada nos elementos simbólicos e constitutivos, isolados, classificados para serem combatidos. Despojados dos seus instrumentos verbal e simbólico, que os tornavam impressionantes, são reduzidos a aspectos contraditórios e ridicularizados ou desmoralizados. Para Domenach, ridicularizar os adversários, quer imitando seu estilo e sua argumentação, quer atribuindo-lhes zombarias e pequenas histórias cômicas, é uma forma muito importante de contrapropaganda. Cf. DOMENACH, op. cit., 82-84. As buscas e apreensões nos núcleos, mais o material de propaganda que era apreendido, antes de 1937, das atividades integralistas, deram ao governo os objetos simbólicos da A.I.B. para uma utilização confrontando-os com os símbolos nacionais. Outra forma muito utilizada pelo governo, era mostrar as contradições existentes entre os discursos dos integralistas sobre a ordem e as atividades de conflitos públicos destes com os comunistas.

¹² SOBRINHO, B. L. “Depoimento”. Cf. LIMA, V. da R. (coord.). *Getúlio: uma história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro, Record, 1986, p. 129.

¹³ CHAGAS, P. P. “Depoimento”. Cf. LIMA. op. cit., p. 129.

¹⁴ AMÉRICO, J. “Depoimento”. Cf. LIMA, p. 129.

¹⁵ PEIXOTO, A. “Depoimento”. Cf. LIMA, p. 127.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ SALGADO, P. *O Integralismo Perante a Nação*, Rio de Janeiro, Liv. Clássica Brasileira, 1950, p. 118.

¹⁸ MAGALHÃES, A. *Folha da Manhã*. Recife, 21 de julho de 1939. p. 3.

¹⁹ RODRIGUES, I. “Entrevista”. Recife, 03 de setembro de 2001.

²⁰ MOTA, J. “Depoimento”. Cf. LIMA. op. cit., p. 110.

²¹ “Termo de Declarações de Plínio Salgado”. *Getúlio Vargas Confidencial*, 1939.02.04. Rolo 19, doc. 0073 a 0081. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

²² SALGADO, op. cit., p.118.

²³ CAMARGO, A. et al. *O golpe silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1989, p. 14.

MULHERES EM AÇÃO: REVOLUÇÕES, PROTAGONISMO E PRÁXIS DOS SÉCULOS XIX E XX

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti*

Resumo

Este artigo traz como premissa a análise da condição feminina ao longo do século XIX e XX, enfatizando categorias como revoluções, protagonismo e práxis e movimento de mulheres que projetaram mudanças no *status quo* e nas agendas de políticas públicas específicas nacionais e internacionais. Enveredar pela abordagem da militância ressalta ainda que, a princípio, os vínculos eram mais fortes no que se refere à questão do trabalho, depois ganhando caráter mais político e fundamentado.

Palavras-chave

Mulheres; história; revolução; trabalho; família.

Abstract

This article is based on the analysis of women condition during the 19th and 20th centuries. It emphasizes categories such as revolutions, protagonism, praxis and women's movement which projected changes in the status quo and in public policies agendas in the national and international scenery. As the militancy is approached, it is noted that in the beginning, strong links in women's movement were originated by labor issues which later on, acquired a political and well-founded character.

Key-words

Women; history; revolution; labor; family.

A grande revolução deste século não foi o marxismo, foi o feminismo.
Perry Anderson.
A teoria feminista reconceitualiza a conexão entre o ser e o pensar.
Catherine MacKinnon.

Considerações iniciais

Ao longo do “breve século XX”, as mulheres travaram batalhas por seus direitos e pela garantia de melhores condições de vida e trabalho. Por esse fato, menciona-se frequentemente que o século que se inicia será o das mulheres, tão rápida e significativa foi a evolução de sua condição nas últimas décadas do XX, em especial, porque o combate deixou de ser específico e vinculado somente à questão de sexo, mas se configurou como um fator de preocupação em âmbito mundial. Ainda existem muitas controvérsias e caminhos a serem percorridos, mas há uma concordância de que a temática gênero se sobrepôs, tanto na área acadêmica quanto no que se refere às políticas públicas específicas.

De uma luta, primordialmente, travada para “sair” do espaço privado, ocupar lugares públicos e a cidadania de direito, o processo histórico vivenciado nesse período foi ritmado pelo enfrentamento e pela busca das mulheres em adquirir os direitos dos quais estavam privadas e para construir uma dinâmica, uma práxis diferente da pretendida anteriormente, uma ordem exclusivista e de minorias ocultadas. A “politização do privado” descortina-se como pauta e agenda, e não mais como um dos silêncios da esfera doméstica que caracterizavam os finais do século XIX e a primeira metade do XX.

Para melhor abranger a especificidade que assume para a mulher a vivência da atividade laboral - seja ela em casa ou na indústria, ou qualquer outro local -, torna-se proeminente buscar reconstruir a trama e as articulações mais amplas que englobam essa relação, no âmbito social e econômico, que orientam o processo e as formas de absorção dessa força de trabalho.

Acompanhando o processo de inserção da mulher nas práticas e nas experiências sociais, a agenda e a ação feministas vêm sofrendo inclusões e exclusões ao longo do último quartel do século XX, configurando-se sobremaneira o *empowerment* – termo usado pelas agências internacionais para promover o desenvolvimento e ações que fomentem os Direitos Humanos das mulheres como sujeitos históricos.

Convencionou-se denominar esse período de segunda onda feminista,¹ levando-se em consideração que a primeira etapa está relacionada com as manifestações em prol dos direitos da mulher e de participação política do século XIX. Afinal, a primeira metade do século XX foi de intensa turbulência política, devido à erupção das duas guerras mundiais

e dos movimentos ideológicos que abalaram o velho continente, com repercussão nas Américas do Norte e do Sul. Paralelamente, aconteceu um processo revolucionária na Rússia (1917), que transformou os rumos do século inteiro.

A segunda fase do feminismo foi profundamente matizada e reconhecida por marchas políticas e pronunciamentos radicais, podendo-se inferir que configurava a fase mais contestadora do movimento. Feministas foram às ruas – depois de um prolongado hiato – pedindo igualdade no sentido liberal-libertário.

As teóricas mais conhecidas – em âmbito internacional – daquela fase foram as norte-americanas Kate Millet e Susan Brownmiller, além da australiana Germaine Greer. As ativistas Gloria Steinem e Betty Friedan indicaram caminhos e se destacaram como exemplos acadêmicos.

Os debates intelectuais ocorridos oscilavam entre as propostas liberais e as linhas mais ortodoxas do marxismo. Aqui merece referência Shulamith Firestone, feminista marxista que buscou enfatizar em suas pesquisas a condição feminina dentro da perspectiva dialética das relações sociais e econômicas, bem como sua utilidade no sistema capitalista global. Por isso, é imprescindível discorrer sobre as diversas teorias e práticas desenvolvidas no período, indo ao encontro de uma maior compreensão das propostas e das divergências existentes dentro do próprio movimento, tanto na práxis quanto no discurso.

Tomando-se essa precaução, enveredar por algumas referências teóricas que respaldem a análise sobre a condição feminina é mais do que evidente, levando-se em consideração categorias e conceitos da historiografia contemporânea que procuraram compreender e trazer à tona não só o aporte feminista, mas sua configuração social para o olhar sobre a História recente.

Uma das contribuições relevantes para a investigação da História Social é valer-se de categorias relacionais, expostas nas obras de Margaret Mead, Joan Scott, Eleni Varikas, Michelle Perrot, acrescentando-se, sobretudo, uma já relevante produção historiográfica brasileira, responsáveis pela construção de análises e investigações a partir da alquimia entre classe, raça, gênero e geração.

Se as atitudes características que consideramos tradicionalmente como femininas – a passividade, o nervosismo e uma tendência a querer bem às crianças – podem tão facilmente fazer parte do caráter masculino numa tribo e, em outra, serem afastadas pela maioria, tanto dos homens como das mulheres, nada mais nos autoriza a supor que tais aspectos do comportamento são ligados a um sexo. (...) Os documentos provam que muitos, se não a totalidade, dos traços que qualificamos de masculinos ou femininos estão tão superficialmente ligados ao sexo quanto às vestimentas, os modos, o penteado, etc., que dada sociedade, em momentos diversos, atribui a um ou a outro dos sexos.²

Nesse sentido, é importante ponderar o modo como as mulheres foram incorporadas como meios de produção desde os primórdios da era industrial. Aqui, fazemos uso da obra marxiana ao descrever e analisar os efeitos da apropriação pelo capital da força de trabalho feminina e infantil, na fase de implantação do capitalismo. Enfatizamos, ainda, os efeitos da extensão da relação direta de exploração capitalista sobre as mulheres, redefinindo formas de diferenciação social entre os sexos e influenciando na modificação da estrutura da força de trabalho.

Karl Marx aborda para esse assunto a seguinte premissa: “de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se, imediatamente, em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador sem distinção de sexo e idade sob o domínio direto do capital”.³ Sendo assim, o emprego da população feminina e de crianças, como membros da força de trabalho suplementar, tem como consequência direta à queda do salário médio.

Revolução, trabalho e mulheres: pauta do século XIX

Depois de meados do século XIX, tanto a mulher quanto outros membros da família foram integrados no mercado de trabalho, possibilitando um aumento substantivo na força de trabalho disponível. Todavia, isso também impôs uma nova dinâmica dentro do próprio sistema de produção, elevando o grau de exploração da classe trabalhadora e sinalizando um momento singular do processo histórico contemporâneo.

Tal fato pode ser observado em relato de Ann Egglely, mineradora de 18 anos que trabalhava nas minas da Inglaterra e que revela muito da condição de trabalho e das nuances de um cotidiano repleto de discriminação.

Eu realmente não sei como soletrar o meu nome. Nós acordamos às 4:00, algumas vezes às 4:30 h. Iniciamos o trabalho assim que descemos às minas. Nós encerramos os trabalhos após as 16 ou 17:00 h. Nós trabalhamos o tempo inteiro, exceto as horas de lanche, e às vezes, nem temos tempo para comer. Eu sou gradadora (quem empurra a vagonete) e tenho feito isto por muito tempo. Eu sei que as vagonetes são muito pesadas e o trabalho é muito duro para mim. O suor é abundante sempre. À noite, estou muito cansada. É muito comum, ao chegarmos em casa, não termos forças para tomar banho e vamos direto para a cama. Normalmente, adormecemos na própria cadeira. Meu pai vive dizendo que é uma desgraça meninas trabalharem nas minas, mas, infelizmente, não temos outra coisa a fazer. Eu trabalho há onze anos nas minas. As garotas estão sempre cansadas. Eu fiquei doente duas vezes neste inverno, com fortes dores de cabeça.

(...)

Nós nem sempre temos bebidas e comida suficiente, mas temos uma boa ceia. Eu sei que meu pai acorda às duas horas da manhã para trabalhar e não retorna antes das 16:00h. Nós trabalhamos constantemente 14 horas por dia, exceto aos sábados. Nós usamos calças e, nas mudanças de minas, nossos sapatos ficam amarrados na cintura. As garotas nunca trabalham nuas da cintura para baixo. Os homens não nos insultam nas minas. A conduta das garotas nas covas é inconstante. Eu nunca freqüentei uma escola. O máximo que fiz foi ir a uma escola de domingo, mas tive que abandoná-la.

Ao abandoná-la, pensei como era ruim desperdiçar meus finais de semana. Aproveito os domingos para andar e respirar ar fresco. Eu nunca aprendi nada. Nunca vou à Igreja ou à Capela; não há igrejas ou capelas em Gawber, a mais próxima fica a mais de uma milha. Nunca ouvi que um bom homem virá para o mundo, representando o filho de Deus e será responsável pela salvação dos pecadores. Ninguém me conta nada sobre Cristo. Meu pai e minha mãe nunca me ensinaram a rezar. Eu não sei rezar. Eu nunca rezei.⁴

Como pode ser destacado do trecho acima, o movimento de mulheres se associava e se mesclava com as diversas expressões dos movimentos sociais que se fundaram nesse período em toda a Europa e nos Estados Unidos: a luta por redução na jornada de trabalho, salários, condições de vida e de trabalho infantil e direito de organização.

Na verdade, a militância e a organização do movimento de mulheres estavam completamente embriagadas pelas manifestações amplas sob responsabilidade das representações trabalhadoras. Qualquer abordagem sobre gênero e história traz à tona as transformações marcantes do século XIX, pois a sociedade industrial capitalista implicava e impunha uma nova racionalidade, uma nova ordem.

Sua instauração supõe não só transformações econômicas e tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo, novas disciplinas. No entanto, o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história.⁵

Após a Comuna de Paris (1871), as manifestações feministas ganharam voz através da militante Clara Zetkin, quando – ao participar do Congresso de Fundação da II Internacional – proclamou:

Não é o trabalho feminino enquanto tal, através da competição com o trabalhador masculino, que abaixa os salários, mas a exploração da mulher trabalhadora pelo capitalista, que se apropria de seu trabalho. Assim como o trabalhador masculino é subjugado pelo capitalista, assim é a mulher pelo homem e assim ela permanecerá enquanto for economicamente dependente.⁶

Com um discurso radical e bastante comprometido com as bandeiras dos próprios movimentos operários, a socialista Zetkin foi uma das pioneiras no movimento feminista internacional, editando, inclusive, uma revista que defendia abertamente os direitos de igualdade e emancipação das mulheres, a *Die Gleichheit (A Igualdade)*. Foi delegada em inúmeros congressos e compôs a Socialdemocracia alemã. Em seus panfletos e conferências, estampava a causa feminista sob a perspectiva comunista e analisava a relação entre classes sociais e a situação contraditória vivenciada por mulheres da burguesia e do proletariado.

A busca pela construção do socialismo levantou manifestações até então inexistentes dentro dos movimentos sindicais e trabalhistas. As organizações esboçavam, nesse momento, os perfis de combate e as linhas-mestras de seus esforços, especialmente o direito ao voto feminino.

O intenso crescimento das marchas sociais, em pleno século XIX, também recrudesciu o despontar do feminismo, trazendo em seu seio os primórdios do espírito de democracia moderna e que, até então, somente haviam sido registrados como “gestos ou escritos feministas”.⁷ Até mesmo o que se denomina feminismo pré-1789, no período da França Revolucionária – abrangendo todos os aspectos da emancipação das mulheres e incluindo qualquer luta ou manifestação projetada para elevar seu *status* social, político e econômico – não pode deixar de ser pensado a partir da interpretação relacional e conjuntural, pois se trata de um período intenso e conturbado, de avanços econômicos e progressos que se fundem a muitos protestos e rebeliões.

Ainda partindo dessa perspectiva vivenciada em pleno florescer dos movimentos de reivindicação social presentes nos séculos XVIII e XIX – de exclusão social e inacessibilidade à educação e às condições melhores de vida e de trabalho –, cumpre ressaltar que a participação da mão-de-obra feminina na estrutura ocupacional, nas formações sociais capitalistas decorre, principalmente, das exigências do aparato produtivo em determinadas conjunturas ante as variações cíclicas da economia (expansão e retração).

Em períodos de crise econômica, quando a força de trabalho cresce em ritmo acelerado, ao passo que a procura diminui pronunciadamente,

Os trabalhadores tendem a desenvolver, acentuar ou reorientar as auto-representações recíprocas, subdividindo-se, discriminando-se e reintegrando-se em grupos profissionais, raciais, sexuais, religiosos. Acentuam-se, pois, certas manifestações contingenciais da consciência, como os preconceitos, que dividem internamente as classes, em contraposição com sua posição estrutural e seu destino. (...) Em épocas normais, entretanto, quando se verifica certo equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho, os trabalhadores são levados a abandonar ou atribuir menos importância às auto-representações recíprocas.⁸

Já no que concerne novamente à abordagem marxista sobre a questão do trabalho feminino, surge uma outra vertente, que é a de considerar que essa força cumpre, no mercado de trabalho, papel semelhante ao desempenhado pelo exército industrial de reserva, no qual a maior parte das mulheres está inserida, assim como todos os indivíduos que compõem as camadas excluídas. Outra suposição está relacionada às mulheres que permanecem fora do mercado de trabalho, na condição de donas-de-casa. Resta a dúvida se deverão ser incluídas ou não nessa categoria.

A abordagem sobre o mundo do trabalho traz o papel disciplinar exercido dentro da esfera familiar e social, pois “longe de destruir a família, (a industrialização) tenta reforçá-la para usá-la para seus próprios fins, não sem aumentar as contradições e tensões internas”.⁹ De fato, para compor o quadro a partir do qual a força de trabalho feminina se situa no mercado, tendo em vista os aspectos abordados, torna-se proeminente apontar a manipulação da condição de sexo na organização do próprio campo do trabalho.

Fatores como sexo, idade e raça/etnia se constituem em critério seletivo para a participação no mercado de trabalho, operando segundo as necessidades e conveniências do modo como se realiza o processo produtivo. Através desse tipo de manipulação, no que se refere à desvalorização da força de trabalho de mulheres, negros e pessoas mais velhas, também se almejam as diferenciações internas entre os trabalhadores, possibilitando, inclusive, distintas vivências no ambiente socioeconômico concreto e real.

A condição de sexo acaba por permitir salários diferenciados entre trabalhadores que realizam uma mesma tarefa, levando as mulheres a ocupar cargos e funções inferiores e de menor prestígio e remuneração, bem como criando maiores dificuldades para a profissionalização e promoção desse grupo social.

Ao acompanhar essa tendência analítica, é possível identificar estudos mais dirigidos ao caso brasileiro, que confirmam, a partir de dados quantitativos, a manutenção da condição de sexo do indivíduo como critério de seletividade na incorporação ao trabalho. Um exemplo desse tipo de investigação nas áreas das Ciências Humanas é o estudo desenvolvido por Eva Blay sobre o trabalho doméstico de mulheres. De acordo com a autora, “todas as formas de trabalho, sobretudo o industrial, são altamente seletivos. A incorporação das mulheres brasileira é reduzida e, nos postos qualificados, ela é quase excepcional”.¹⁰

Outra pesquisadora que também examina o trabalho doméstico é Margareth Benston, partindo do pressuposto de que essa atividade, além de incluir o cuidado de crianças, constitui uma grande quantidade da produção socialmente necessária e que “numa sociedade baseada na produção de mercadorias, não é freqüentemente considerado um verda-

deiro trabalho”. Ademais, acrescenta ainda que “numa sociedade na qual o dinheiro determina o valor, as mulheres constituem um grupo que trabalha fora da economia monetária”,¹¹ sendo por essa razão um grupo marginalizado socialmente.

De um lado, a participação da mulher na força de trabalho não depende exclusivamente dos mecanismos internos da produção capitalista. Outros fatores que dizem respeito à articulação entre o trabalho na produção social e o trabalho doméstico são fundamentais na caracterização do trabalho feminino e fornecem elementos para o entendimento da dupla determinação de classe e de sexo a que estão submetidas as trabalhadoras. Por outro lado, a inserção das mulheres no mercado de trabalho só muito recentemente tem redefinido papéis e padrões culturais tidos como seculares. Mesmo quando elas exercem o trabalho extradoméstico, continuam sendo as responsáveis pelos encargos da vida privada.

Tendo essa noção como premissa, a inserção feminina no mundo do trabalho produtivo está intimamente associada à sua situação de classe (condições políticas e econômicas) e à sua posição no contexto familiar (se de filha, esposa ou mãe).

Apesar de a historiografia conchamar as ações feministas para muito antes da eclosão dos movimentos sociais do século XIX, é difícil detectar anteriormente uma ação concreta e conscientizadora de uma vontade das mulheres por melhores condições de trabalho e vida. Com exceção de alguns pensadores – Diderot, Voltaire e Montesquieu –, que traziam em suas fundamentações a idéia de que a mulher era importante como agente de mudanças e como vanguarda revolucionária.

Onda revolucionária e expansão de fronteiras: Mulheres em ação

Precisamos desembaraçar-nos das velhas tradições, dos hábitos ultrapassados, para então ir em frente. O movimento feminista deu apenas o primeiro passo nessa direção. É necessário que se fortaleça para dar o segundo passo. O direito de voto e a igualdade civil podem ser reivindicações justas, mas a emancipação real não começa nem nas urnas nem nos tribunais. Começa na alma de cada mulher. A história nos ensina que em todas as épocas foi por seu próprio esforço que os oprimidos se libertaram de seus senhores. É preciso que a mulher aprenda essa lição: que a sua liberdade se estenderá até onde alcance seu poder de libertar-se a si mesma.

Emma Goldman, 1921.

Compreende-se o surgimento de diferentes manifestações sociais, justamente pós-Revolução Industrial, delineando uma nova configuração dentro do contexto social e econômico que impõe inesperadas formas de adaptação e reação para esse processo revolucionário. Por essa razão, mais do que simplesmente analisar a relação das mulheres com o mundo do trabalho e a emergente necessidade de se adequar à trama capitalista, o aparecimento de

movimentos sociais que expressassem as inquietações e as insatisfações ante o modo de viver e produzir, em destaque a cobrança de impostos revigorada na “primavera dos povos”, havia a necessidade de buscar os propósitos da França revolucionária: liberdade, igualdade e fraternidade. A solidariedade feminina – integrante dos próprios movimentos sociais que se espalhavam pelo território nacional –, ganha força e divulgação através da imprensa especializada.

A Mensageira, periódico de circulação nacional, trouxe a lume as questões levantadas pelas organizações e associações de mulheres – feministas ou não – e que solicitavam união e força para os novos rumos sociais almejados pelo sexo feminino.

Não é só para si que as mulheres trabalham, sustentando-se sempre, atirando-se uma após outra na estrada do progresso, fazendo sobressair toda a obra feminina, toda iniciativa, virtude e ciência feminina; é para a sociedade inteira, para o advento da justiça na ordem social. (...) Fazei-vos solidárias em tudo quanto exista em outra mulher de bom e de belo, fazendo brotar daí uma sociedade nova, em que os próprios homens não ousarão mostrar-se mais adversários das mulheres, em que a igualdade se tornará causa natural.¹²

A partir da constituição dos movimentos sociais que acompanham o processo histórico dos séculos XIX e XX, podemos adentrar na parte conceitual e teórica que delinea a própria categoria analítica. Afinal, quando se leva em consideração que o movimento social não é somente uma prática, mas também um esforço teórico de compreensão e análise da trama social no qual está inserido, é preciso ir além da simples e mera descrição.

Termo elucidativo, criado em 1840 para designar o movimento operário europeu e, posteriormente, sendo uma das bases teóricas do pensamento marxista, o movimento social é tido como uma organização racional da classe trabalhadora através de suas variadas expressões, tais como sindicatos e partidos. Todavia, é somente em pleno efervescer dos anos 90 – cento e cinquenta anos depois, com a crise do socialismo real e da queda do muro de Berlim –, que a expressão ganha novas capacidades interpretativas, referindo-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que, neste momento, organizadas espontaneamente na esfera da cultura.

Protagonistas do feminismo contemporâneo: os novos movimentos sociais

De um aspecto restrito no século XIX, a categoria se transmuta e oscila entre a determinação econômica e o papel ativo da cultura na constituição de sujeitos históricos, entre o ser racional e o ser espontâneo dos protagonistas da transformação social, sendo a partir dos últimos anos do século XX chamados de “novos movimentos sociais”.¹³

As contribuições que se multiplicaram nos finais dos anos 60 foram sem igual, especialmente dentro do próprio movimento feminista, de orientações diversas e nas marés da contracultura, exigindo maior atenção às injustiças sexuais.

Ao percorrer as experiências históricas elencadas ao longo de todo o século XX, é possível detectar que um dos grandes braços dos movimentos sociais era justamente o de mulheres. Isto porque combatiam em duas frentes, procurando conquistar direitos e participando dos grandes movimentos de emancipação social e política em nível mundial.

Ao acreditarem no poder libertador, na força de suas reivindicações e na possibilidade da construção da cidadania social, o movimento também acabava por impor um ritmo muito particular e específico aos combates e às bandeiras das mulheres.

Da russa Alexandra Kollontai, primeira mulher a integrar um governo, em 1917, e escritora de *As bases sociais da questão da mulher*, à norte-americana e negra Rosa Parks, que em 1955 recusou-se a ceder o lugar a um branco em um ônibus do Alabama, deflagrando o movimento dos direitos civis, ou a Djamilia Boupacha, heroína de guerra da independência argelina, ou a tantas outras, cujos nomes foram silenciados, mas cujas ações se tornaram inesquecíveis – exigindo inclusive uma revisão historiográfica – as mulheres – em distintos países e movimentos – pretenderam dar fim à exclusão social e ao “dever ser” a elas inculcado através das representações culturais, econômicas e políticas. É bem verdade que o panorama salientava um ambiente *sui generis* e que, a cada momento, também cobrava novas abordagens sobre temas vinculados à exclusão social, seja de sexo, geração, raça ou religião.

A opressão não poderia ser vista somente como algo vinculado à divisão dos sexos, indo mais além de um aparente atraso da ampliação dos preceitos de liberdade e justiça sociais. Entretanto, “a intimidade que sempre tiveram com as revoluções raramente as recompensou, e foi ao lutarem por seus próprios direitos que elas efetivamente alcançaram suas maiores vitórias”.¹⁴

Uma outra vertente bastante assinalada como preceptora do ideário feminista está vinculada à concepção de “mística feminina”, explorada por Betty Friedan, em seu livro de mesmo nome. A ruptura causada pela obra e proposição da psicóloga é tão marcante nos anos 60, ao enveredar pelo universo de mulheres de camadas mais abastadas da sociedade norte-americana em um estudo sobre o “mal sem nome”, ou seja, a não utilização de todas as capacidades dessas mulheres. “Ricas, tendo recebido educação universitária ou treinamento profissional, elas não se sentem felizes sendo só as verdadeiras mulheres que a sociedade exigia delas”.¹⁵

Não obstante, essa obra, juntamente com *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, foram as duas grandes referências para o feminismo no mundo e no Brasil. Esse último foi

considerado o primeiro trabalho de filosofia feminista que distinguiu as diferenças sexuais biológicas e as categorias socialmente impostas de gênero. Ambos foram elencados na lista obrigatória das mulheres que procuravam mudanças e novas possibilidades de atuação na esfera social e cultural. Mas o livro de Beauvoir somente extrapola os meios acadêmicos quando Friedan, em 1963, lança a *Mística Feminina*.

Com base nessas duas referências para o movimento feminista, que surge com força nas décadas de 60 e 70, organizações trazem à tona o que se convencionou chamar de movimento feminista pós-moderno. Um dos exemplos para os Estados Unidos foi a criação, em 1966 da National Organization of Women (NOW).

Uma leitura feita a partir do pensamento friedaniano foi elaborada por Heleieth Saffioti,¹⁶ pesquisadora feminista brasileira que afirmava ser a “mística feminina” um dos componentes da ideologia patriarcal que orientava as relações cotidianas entre homens e mulheres, no trabalho, na vida familiar, na comunidade e na política. A expressão acima trabalhada acaba por modelar uma concepção estereotipada da mulher, contraposta ao perfil de homem, cuja base se insere em um conjunto de símbolos, conceitos, mitos e identidade feminina na sociedade em que vive, além de orientar as relações estabelecidas entre homem/mulher.

No âmbito cotidiano, ocupa um sentido real e contribuiu para a reprodução e recriação de uma mística social mais ampla, na medida em que leva a mulher a internalizar o papel social que lhe é atribuído, bem como as desigualdades sociais dele decorrentes, aceitando-os como naturais e não culturais. No entanto, essa interpretação não pode ser considerada como exclusiva para a compreensão do processo de marginalização e exclusão social da mulher, mas torna-se essencial para desvendar e desconstruir símbolos, normas, padrões e perfis que trazem a inferiorização e a desvalorização como sujeitos históricos responsáveis pelos seus próprios atos e produtores de sua própria consciência.

Representações dos anos rebeldes no Brasil

Ainda a partir das premissas de Betty Friedan, outra proposta foi elaborada em 1971, por Rose Marie Muraro.¹⁷ Em plena vigência do AI-5 (Ato Institucional), a feminista viabilizou a vinda da norte-americana ao Brasil para o lançamento de *A mística feminina*, escandalizando a imprensa e parte da “sociedade machista”. Entretanto, a semente foi lançada para a proliferação de fóruns e debates sobre questões específicas da mulher.

O movimento feminista tinha ação bastante restrita e eficaz até os anos 70, quando ativistas, intelectuais e organizações não-governamentais, em sua maioria anglo-européias,

deram início a uma nova abordagem, questionando o papel do homem como sujeito de teorias liberais e marxistas. Na mesma época, lésbicas feministas levantavam suas bandeiras através da contestação no que se refere à normatividade patriarcal do heterossexismo.

A militância feminista, em sua expressão moderna, enfrentava um processo formador e conscientizador, além de insuflar grandes manifestações políticas ocorridas nos anos 60, nas marchas pelos direitos civis no Sul dos Estados Unidos, nos verões do “faça amor não faça a guerra”, nas comunas, com o advento da pílula anticoncepcional e nas demonstrações pacifistas fora e dentro dos Estados Unidos contra a presença militar norte-americana nos conflitos da ex-Indochina e Vietnã.

O movimento feminista foi, em parte, um subproduto da participação da mulher em todos esses eventos, que se tornaram momentos históricos pelos seus múltiplos e duradouros efeitos. Nesse sentido, o feminismo efetivamente marca o processo vivido ao longo do século XX e determina, inclusive, a partir dos anos 70, uma das formas de libertação, rompendo o isolamento e o silêncio até então dominantes, juntamente com os movimentos de negros, ecologistas, homossexuais e minorias étnicas, que se organizaram em torno de sua especificidade e se completaram na busca da superação das desigualdades e injustiças sociais.¹⁸

Na égide da modernidade, o movimento feminista – organização de mulheres em torno de problemas específicos de sua condição e experiências sociais – se legitima ao tentar eliminar as barreiras tradicionais de uma sociedade patriarcal marcada por discriminações. Juntamente com os passos do movimento libertário de 1968, a segunda geração de feministas amplia as reivindicações e contesta a supremacia do “macho branco” e sua pretensão de representar o universal, a totalidade da composição social.

No Brasil, sua maior expressão se deu no período de intensas transformações socio-culturais que permearam os anos 60, fazendo aflorar o feminismo, alcançando representatividade e força. Concretamente, tornou-se um movimento de politização e conscientização, não somente nas causas das mulheres, mas um intenso movimento social, tornando políticas e públicas as relações que se estabeleciam restritamente no domínio privado.

Passa a se ver relações de poder fazendo um tema político relevante. Por outro lado, não só relevou o problema das relações assimétricas – desiguais – entre homens e mulheres para o espaço político. É que a própria forma de intervenção do feminismo como organização política é muito inédita trazendo formas de participação política e de democracia participativa que se verificou nos movimentos homossexuais, estudantis e da contracultura. Esta é a importância mundial do feminismo. No caso do Brasil é interessante destacar que a maior parte dos grupos feministas foi originado e organizado por mulheres de classe média muitas delas com experiência de esquerda na época da ditadura militar.¹⁹

Cada um com suas formas próprias de organização e autonomia, acabaram dando lugar à busca de uma nova sociedade. Porém, todos traziam em suas frentes um cunho político muito forte, abrindo arenas para diálogo, em especial o feminismo, cujo objetivo maior era romper com os modelos tradicionais, além de caracterizar-se pela auto-organização em suas múltiplas frentes. “Os pontos de vista e as iniciativas são válidos não porque se originem de uma ordenação central, detentora de um monopólio da verdade, mas porque são fruto da prática, do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres”.²⁰

A potencialidade de fazer uma história de mulheres, enveredando por suas experiências e práxis, acaba por impor um exame crítico e refinado dos muitos trabalhos já elaborados e publicados até o presente momento. Isso porque, nesses enredos, as mulheres eram somente mais um dos personagens de uma linhagem oficial e positivista do processo histórico, elegendo-se heroínas em grandes teorizações que deixavam de perceber a trama e ações desses sujeitos.

É relevante, antes de qualquer coisa, inscrevê-las como agentes sociais no próprio percurso do fazer História. Todavia, isso implica uma “redefinição e alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto a atividades públicas e políticas”.²¹

Tomando a base da análise de Joan Scott, temos que essa nova perspectiva metodológica requer não somente uma nova história das mulheres, mas, sobretudo, uma nova história. Entrementes, um referencial teórico de caráter feminista consiste na busca de novos conhecimentos e tendências que não reproduzam inversamente as categorias do sistema ideológico de dominação vigente, buscando a ruptura com esses artificios e avançando tanto na teoria quanto na prática da investigação social.

Tendo em vista essa assertiva, torna-se crucial elaborar críticas aos estereótipos universais para ultrapassar definições e valores tidos como inerentes à natureza feminina. O exercício de construção e desconstrução, num movimento dialético do pensar o campo social e histórico, indicam mais do que uma nova tendência da historiografia contemporânea; apontam para uma revisão das ferramentas e das análises das diversas temporalidades que envolvem o processo histórico.

Aos poucos, a produção e fixação de tendências feministas na produção acadêmica, principalmente a partir da segunda metade da década de 90, torna-se irrevogável e acelera o ritmo de recuperação da presença, dos papéis e das percepções das mulheres sobre e na história.

O incremento dos estudos e das investigações de cunho feminista, efetivamente, demonstram os resultados alcançados pela historiografia mais recente, em especial a produção científica daquelas(es) pesquisadoras(es) que fomentavam a expansão do conhecimento acerca da presença e representações femininas em sociedades ao redor do mundo.²²

Um exemplo dessa tendência foi – em paralelo com a criação de concursos acadêmicos que estimulavam a produção e a divulgação científica – também abrir espaços para linhas editoriais diferentes do que já estava estabelecido.

Não existia nada escrito sobre a mulher. Nem no Brasil e nem em língua portuguesa. Só teses universitárias. Existia apenas um livro da Carmem da Silva, *A arte de ser mulher*, editado pela Civilização Brasileira. Ela era famosa e escrevia para a revista *Cláudia* (...) era lida pelas universitárias nos anos 60 e pelas donas de casa nos anos 70. Olha só por que transformação a mulher brasileira passa de 65 a 75.²³

A Editora Rosa dos Tempos inaugurou, em plena década de 90, uma linha voltada aos temas emergentes e relacionados às condições de vida das mulheres brasileiras, dando maior ênfase às áreas de Humanidades e Ciências Sociais. Apesar de inovadora e ousada, a editora representou o resultado do conhecimento do movimento feminino e feminista, que ganhava novas cores desde a década de 70, trazendo praticamente duas décadas de empenho, expressões e novas abordagens, especialmente dentro das Ciências Humanas e Sociais.

Perfilaram nos catálogos nomes de feministas internacionalmente famosas e que serviam de base para a ampla discussão promovida já nos primórdios dos anos 90, com grande destaque aos lançamentos acadêmicos e que também acabavam se tornando modelos de estratégias comerciais.

De romances a análises elaboradas e reconhecidas como sucesso acadêmico, perfilaram nomes como Carol Gilligan, Nancy Chodorow, além de brasileiras, através da Coleção Arte de ser Mulher, uma série de livros focalizando tudo

(...) o que você precisa saber sobre o seu corpo e sua vida, desde esclarecimentos sobre a sexualidade até a releitura da história do ponto de vista da mulher. (...) A Editora Rosa dos Tempos convidou os mais importantes grupos e autores – do Brasil e de outros países – para escrever sobre cada assunto.²⁴

Atenção renovada diante de um novo panóptico²⁵ também se fortalecia como signatário das ambigüidades e das contradições advindas do próprio movimento de mulheres em geral.

As discordâncias sobre a teoria feminista engendram interpretações extremamente diversas das lições a serem tiradas da história das mulheres. Essas discordâncias emergem como as mais importantes uma vez que a história das mulheres parece estar mudando da história do feminismo para a história feminista.²⁶

O aparecimento, após a segunda metade do século XX, do que se denominou “feminismo radical” e das múltiplas referências à liberação da mulher, tornou-se um dos pilares não só para compreender os movimentos sociais das décadas de 60 e 70, como também matizou a ação política e conscientizadora das exigências listadas.

Com base em seu caráter político e ideológico, o feminismo trazia uma visibilidade às condições e às experiências das mulheres em todo o mundo. Temas relevantes que afetavam diretamente o domínio masculino, a cultura dominante e as disciplinas tradicionais ganharam uma dimensão até então inusitada: aborto, violação, violência e equidade no campo de trabalho foram redefinidos e colocados na agenda política nacional e internacional.

De radicais à visibilidade de “vozes diferentes”

A aparição do feminismo radical e do movimento de libertação da mulher no final dos anos 60 e princípio dos 70 teve uma relevância essencial na forma de definir política e movimentos sociais, assim como uma profunda mudança nos valores culturais do mundo ocidental.

O feminismo chamado de radical surge na América do Norte no final da década de 60 e ganha conotações expressivas, dependendo do país e das expressões desenvolvidas. No caso norte-americano, por exemplo, o movimento radical está intrinsecamente vinculado ao movimento anti-racista.

O caráter político das relações homem-mulher, além da idéia de que todo ser humano também é um ser político, ampliaram espaços de lutas, tais como meios de comunicação, debates acadêmicos, confirmando a idéia de que a experiência das mulheres se considera válida e é um campo de estudo a ser ampliado, além de avançar na agenda política nacional e internacional sobre as reais causas da exclusão e falta de liberdade e justiça sociais. O feminismo também foi convertido, em ampla escala e por direito próprio, em objeto de análise política, ocupando investigações acadêmicas, sendo tema recorrente de um número cada vez mais crescente de publicações e eventos específicos.

Da mesma maneira, o feminismo preparou uma análise endógena, além de propiciar uma larga análise acadêmica e política, começando pelas próprias ativistas do movimento, que abriram campos de investigação, criaram núcleos e grupos de estudos, aumentando o número de publicações e eventos.

É correto afirmar que o termo “radical” acabou sendo amenizado nos anos subsequentes, pois, com o passar do tempo, as idéias radicais tinham impactos expressivos na elaboração de políticas públicas, principalmente no caso brasileiro, incrementando ainda mais uma enorme quantidade de teorizações, publicações e debates feministas que mapearam as duas décadas de maior efervescência e que também foram responsáveis pela busca da unidade dentro do próprio movimento.

De radical a uma nuance relativista, o feminismo foi um movimento social ativo, orientado para a promoção constante da mudança social em prol da inclusão de sujeitos históricos relegados e destituídos de um efetivo exercício em favor da cidadania social. Em essência, sua configuração e suas manifestações foram se moldando com o intuito de responder às transformações da sociedade e de outras expressões sociais com os quais tinham proximidade, como é o caso das idéias progressistas socialistas e dos “verdes”.

Para elucidar essa assertiva anterior, podemos retomar Eric Hobsbawm, quando afirma que, desde a década de 1960, já se configurava uma nova esquerda.²⁷

Vários dos movimentos que se consideram parte da esquerda tendem a se concentrar em questões muito específicas. O movimento feminista é um exemplo importante, pois em teoria dispõe de uma ampla base e, no entanto, tem um programa muito limitado, mesmo no que se refere às questões de interesse das mulheres. Os ecologistas são outro exemplo. Esses movimentos pertencem ao que se poderia chamar de espectro da esquerda.²⁸

Na atualidade, o movimento acompanha uma tendência contemporânea de criação de uma comunidade global, assumindo um caráter internacional, de forma que as idéias e as práticas se entrelacem rapidamente, apesar das diferenças regionais e dos vários contextos políticos e sociais nos quais são geradas.

Partindo da premissa de que a contribuição do feminismo radical foi uma das forças ativas para a mudança mental e social que se instalou nos anos 60 e 70, pode-se buscar referendar suas origens, com base, predominantemente, na visão holística do mundo social, político, econômico, psicológico e cultural. Ademais, indicava a existência de um opressivo dualismo de gênero como um fator comum que tendia a avançar na constituição de uma sociedade mais justa.

A idéia de que a ação de liberação patrocinada pelo movimento feminista iria alcançar as esperanças revolucionárias de mudanças sociais mais amplas, atingindo todos as classes, sexo e etnias, também foi responsável por momentos de grande controvérsia. Isso se deve ao fato de que a experiência herdada e vivenciada pelas mulheres em relação à limitação de “igualdade de direitos”, da marginalização dentro dos movimentos esquerdistas e predominantemente dominados por homens, acaba sinalizando mais do que uma frente de batalha.

A busca de conscientização e de maior visibilidade das inquietações do movimento de mulheres trazia à tona lemas como acesso à educação e participação efetiva e irrestrita na esfera política como fundamentos da própria mudança social.

Apesar de algumas distinções de ordem conceitual, o feminismo foi idealizador de um processo sem antecedentes na práxis social: a idéia de que os indivíduos criam mecanismos de transformação social através de complexos processos de socialização (aprendizagem, identidade e experiência) com os quais se pode aprender e analisar na interação com a sociedade. Tal observação induz a uma reflexão geral por parte dos grupos excluídos e marginalizados, no que se refere à construção de uma sociedade alicerçada na liberdade e justiça social. Por isso, a eclosão de representações femininas e feministas no último quartel do século XX foi considerável e abraçou bandeiras além da própria liberação das mulheres e das representações organizativas.

Já o que se salienta para a terceira fase do feminismo é a idéia que foi originada de maneira mais difusa com a publicação do trabalho de Carol Gilligan, intitulado *In a Different Voice*, no ano de 1993, que emprestou contornos ideológicos específicos à expressão “somos diferentes”. Entrementes, as assertivas da autora centraram-se na celebração das diferenças, privilegiando a natural superioridade da mulher em relação ao homem, trazendo premissas da teoria biológica/cultural para as relações de gênero.

Gilligan traz novas abordagens sobre as relações existentes entre os sexos, especialmente neste livro, quando afirma que

A moral imperativa que surge repetidamente nas entrevistas com mulheres é um sinal de preocupação e demonstra a necessidade de aliviar os verdadeiros e os explícitos problemas deste mundo. Para os homens, a moral imperativa significa um impulso de respeitar os direitos dos outros e, assim, proteger os direitos humanos e o direito de ter uma vida completa. A insistência do cuidado feminino é mais autocrítico do que protetor, enquanto os homens valorizam a não-interferência.

Desenvolvimento para ambos os sexos significaria a integração de direitos e de deveres através da descoberta dos complementos para suas visões. Para as mulheres, essa integração vem através do entendimento da lógica psicológica das relações. Esse entendimento acalma o potencial autodestrutivo de uma moral autocrítica, indicando a necessidade de todas as pessoas (inclusive elas mesmas) de cuidados (...) Para os homens, o reconhecimento através da experiência e da necessidade de responsabilidade mais ativa no “tomar cuidado” corrige a indiferença potencial de uma moral sem interferências e desvia a atenção da lógica para as conseqüências das escolhas. No desenvolvimento de um entendimento ético, as mulheres vêem a violência gerada na desigualdade, já os homens, vêem a limitação da concepção de uma justiça cega pelas diferenças da vida humana.²⁹

Às linhas construídas por Carol Gilligan, se juntaram Nancy Chodorow,³⁰ Jane Flax, Zilha Eisenstein e outras feministas francesas, que suavizaram o discurso neo-esquerdista das norte-americanas e se aproximavam com veemência da psicanálise, trazendo um caráter mais interdisciplinar e menos combativo.

As teóricas feministas estavam intrinsecamente vinculadas a uma vertente inovadora, que buscava elaborar metodologias que incorporassem emoção e subjetividade ao processo do conhecimento científico, até então restrito às nuances da objetividade, neutralidade axiológica e racionalidade, dissociadas dos enfrentamentos e das experiências cotidianas e fenomenológicas vividas por esses sujeitos históricos.

A aproximação com novas abordagens e metodologias não só era percebida como um marco revolucionário, mas também trazia um cunho de revisão e de construção/reconstrução da história das mulheres a partir de suas práticas. Nesse sentido, pode-se dizer, consoante Rose Marie Muraro, que era

Um conhecimento que não se afastava do concreto e do vivido, integrando-se com o geral e o abstrato, já seria em si essencialmente ético, pois, por definição, a ética é o cuidado do coletivo dentro da vivência individual. A ética só existe como disciplina separada dentro de um sistema competitivo baseado na destruição do interesse do outro em benefício do interesse próprio.³¹

A atração das acadêmicas norte-americanas pelo discurso (simbólico) feminista francês foi uma longa e produtiva paixão. As teorias de Lucy Irigaray, Hélène Cixous e Julia Kristeva influenciaram o pensamento feminista norte-americano por quase duas décadas.

As estudiosas norte-americanas reinterpretaram as diferenças, abraçaram o imaginário, o sublime e a “*écriture féminine*” – aquela que desafia a ordem simbólica patriarcal –, a “*jouissance*” e o falocentrismo do desejo lacaniano. Com essa nova perspectiva e tendência historiográfica – especialmente europeia –, o feminismo transcende os limites da contemporaneidade e se autodenomina teoria pós-moderna. Acrescente-se ainda a influência, também francesa, da filosofia do desconstrucionismo (Jacques Derrida), da teoria da economia de trocas simbólicas e morte (Jean Baudrillard), das construções do poder, verdade e conhecimento (Michel Foucault) e do fim das grandes narrativas (J. J. Lyotard).

As obras do filósofo francês Michel Foucault, especialmente *Microfísica do Poder* e *A História da Sexualidade* se transformaram em cânones das interpretações pós-modernistas e sinalizavam novas fronteiras a serem percorridas pelo feminismo acadêmico. Foucault – pensador original no que tange as teses sobre conexões entre poder, verdade e resistência, ainda que tenha tomado de empréstimo idéias de F. Nietzsche (1844-1900), como hierarquias e princípio de renovação através da destruição – passou a ser o referencial maior.

Somente após a sua morte Michel Foucault (1926-84) foi nomeado um dos maiores inspiradores das teses sobre relações de gênero, de dominação e dos estudos da sexualidade. Aqui, é necessário lembrar que a agenda pública do feminismo pautou sua ação e organização – ao longo de todo o século XX – no ativismo combativo do pensamento marxiano e marxista.

Considerações finais

Do espaço privado, onde suas lutas e esforços tinham uma limitação – muito bem planejada e auferida pela ordem vigente – às arenas globais públicas e de grande expressão coletiva, como as mídias e os debates abertos em prol de novos rumos de políticas públicas nacionais e internacionais. Ademais, observar a organização original (a partir dos anos 60), que confrontava diretamente a velha ordem social sem mediações ou metas, as representações organizativas femininas e feministas foram modelando novos contornos para a trama social brasileira.

As revoluções não acontecem simplesmente quando se usam armas e a violência, mas um lento processo de mudanças nas condições de vida e de trabalho das mulheres, tanto em âmbito nacional como internacional, vem se desenhando desde meados do século XIX, ocupando espaços, ganhando adeptos/simpatizantes, bem como incorporando categorias relevantes na práxis das Ciências Humanas e Sociais.

Atualmente, pode-se deparar com uma agenda cheia de responsabilidades na construção de uma nova cidadania e liberdade, na qual as mulheres participam e tomam as rédeas de sua própria atuação diante dos enfrentamentos cotidianos. Aliás, isso também ressignificou o próprio conceito de cidadania³² e formas de pensar/fazer dentro de uma estrutura social que expressava mais do que relações de raça e classe.

De indivíduos isolados e de pouca articulação aos movimentos e agrupamentos de força regional e nacional, transformando-se em exponenciais “grupos de pressão” em relação aos direitos humanos fundamentais, apesar de sua escalada ser iniciada sempre com bandeiras que exigiam “direitos específicos da mulher”.

O cenário constitui o motor e o panorama de um crescente processo de conscientização, reivindicação e efetiva ação coletiva e solidária promovida por mulheres organizadas no Brasil do último quartel do século XX. Isso porque o ofício do historiador está prenhe de descobertas e de reconstruções, especialmente quando envereda pela história contemporânea brasileira e defronta-se com um vasto campo “arqueológico”, encoberto por um discurso oficial e de muitos “silêncios”.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Doutora em História pela Universidad de Leon, Espanha. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador, BA. Integrante da ANPUH e da comissão de Humanidades da Fapesb (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia).

¹ GARDINER, J. e GLENN, E. N. Second wave. *Feminist Studies*, Summer 2001, Vol. 27; LERNER, G. Rethinking the second wave. *The Nation*. New York, 14/10/2002.

² MEAD, M. Sex and Temperament in three primitives societies. Apud FRIEDAN, B. *La Femme mystifiée*. Volume I. Genève, Gonthier, 1964, p. 154.

³ MARX, K. *O Capital*. Livro I. Volume 1, Capítulo XIII. São Paulo, Civilização Brasileira, p. 449.

⁴ BOWDITCH, J. e RAMSLAND, C. *Voices of the Industrial Revolution*. Michigan, University of Michigan, 1989, p. 755. (tradução livre da autora).

⁵ PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 53 e 187.

⁶ THONNSSEN, W. *The rise and decline of the Women's Movement in German Social Democracy*. London, Pluto Press, 1973, p. 17.

⁷ PERROT, M. e FRAISSE, G. Introdução: ordens e liberdades. I: DUBY, G. e PERROT, M. *A história das mulheres – século XIX*. São Paulo, Afrontamento, 1991, vol. 4, pp. 9-12.

⁸ IANNI, O. *Raças e classes no Brasil*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1972, p. 63.

⁹ PERROT, op. cit., p. 61.

¹⁰ BLAY, E. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978, p. 285. Para complementar esta abordagem ver também MADEIRA, F. e SINGER, P. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos Cebrap*, nº 13. São Paulo, 1973. Ver também CUNHA, M. C. da. Editorial. *Mulherio*, nº 1, 1981, p. 6.

¹¹ BENSTON, M. The political economy of women is liberation. *Monthly Review*, number 4, setembro 1969, p. 12

¹² PIERRE, P. A solidariedade feminina. *A Mensageira*, nº 35. São Paulo, 15 de dezembro de 1899, pp. 207-8.

¹³ Aqui cabe um intervalo para trazer exemplos do que se denomina atualmente “novos movimentos sociais”. Na Europa, a partir da proposta de Clauss Offe (1985), tais experiências poderiam ser também nomeadas por outros inúmeros designativos: novos movimentos de protesto, nova política, novo populismo, neo-romantismo, apolítica, comportamento político não-ortodoxo, política desordenada, além da própria terminologia.

“Os movimentos têm gerado também estruturas alternativas de poder local, particularmente junto às classes populares, sendo por isto incluídos na maioria das propostas e planos administrativos, governamentais ou não, que estejam preocupados com a questão dos processos de gestão democrática”. GOHN, M. da G. M. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 13.

¹⁴ BESSIS, S. Mulheres em movimento: Cem anos de feminismo. *Correio da UNESCO*, ano 28, nº 8, agosto de 2000, p. 18.

¹⁵ MURARO, R. M. *A mulher no terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1995, p. 173.

¹⁶ SAFFIOTI, H. A mística feminina na era da ciência. *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1975, p. 287.

¹⁷ Quatro anos depois, Muraro teve dois livros proibidos pela Lei Falcão, como sendo de caráter pornográfico – *A mulher na construção do mundo futuro* e *Libertação sexual da mulher*. Nesse mesmo período, em parceria com a jornalista Cidinha Campos e da feminista Heloneida Muraro, montou a peça de teatro *Homem não entra* (1975) e que, apesar do sucesso dentro do público feminino, suscitou críticas severas e protestos. “A peça foi ótima porque ela era uma verdadeira sessão de análise coletiva, porque a Cidinha fazia perguntas ao público e as mulheres respondiam a verdade só porque os homens não estavam lá (...) uma peça inteligente que levantava questões muito profundas da alma da mulher”. Ver TOSCANO, M. e GOLDENBERG, M. *A revolução das mulheres. Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1992, p. 33.

¹⁸ Quando se traz a abordagem sobre minorias excluídas, deve-se ter em conta a noção de que se trata de uma definição sociológica e não numérica; evidentemente, no caso das mulheres, a configuração que se encontra está muito distante da idéia de minoria estatística. A condição minoritária do gênero feminino não é um reflexo da composição demográfica da população, mas, sobretudo, a partir do modo como as relações sociais – expressando valores – acabam por definir a distribuição de prestígio, legitimidade e poder que matizam a organização dos vínculos entre homens e mulheres, somados a outros critérios de classificação social.

¹⁹ GREGORI, M. F., conselheira nacional dos Direitos da Mulher. Entrevista realizada por Regina Cunha Lima. *O Feminismo hoje no Brasil e no mundo. WMulher*. São Paulo, 2001.

²⁰ ALVES, B. M. e PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 9.

²¹ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Mulher e Educação. Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, IE/UFRGS, vol. 15, n. 2, julho/dezembro de 1990, p. 6.

²² Um trabalho teórico que vislumbra a questão dos estudos de mulheres e estudos americanos foi desenvolvido por Ann Cacuollos, professora da Universidade de Atenas – sobre a teoria feminista norte-americana – utilizando vertentes filosóficas e a base de Judith Butler. Ver CACOULLOS, Ann. *Feminist ruptures in women’s studies and american studies. American Studies International*, oct. 2000, vol. 38, n. 3, p.89-100.

²³ MURARO, R. M. *Memórias de uma mulher impossível*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2000.

²⁴ Panfleto e folder da Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1998. Essa tendência é confirmada, não obstante, pela Plataforma Política Feminista. Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília, 6 e 7 de junho de 2002, p. 2, quando retrata a seguinte citação: “8. A luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir sobre quando ter ou não ter filhos resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade: os direitos sexuais e os direitos reprodutivos”.

²⁵ Os estudos de Foucault expressam uma possibilidade de interpretação, baseada na construção do Panóptico de Bentham: “é visto, mas não vê; objeto de uma informação, mas nunca sujeito de uma comunicação”. Ou ainda, para explicitar melhor a função desse elemento que pode ser utilizado como “máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos” a ver o que não pode ser visto. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1995, pp. 177-180.

²⁶ FOX-GENOVESE, E. Culture and consciousness in the intellectual history of european women. *Journal of Women in Culture and Society*, vol. 12, n. 3, 1987. Ver também, da mesma autora, os textos Para além da irmandade. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ, 1992; Placing women’s history in history. *New Left Review*, n. 133, London, 1982.

²⁷ Vale a pena retomar um trecho da coordenadora geral do SOS Corpo, a socióloga Maria Betânia Ávila, quando afirma que: “No Brasil, o movimento feminista se organizou ainda sob o regime militar, e está, desde a sua origem, envolvido no processo de democratização do país. Nesse contexto, havia uma clara distinção entre esquerda e direita e o movimento feminista se situou, historicamente, no campo da esquerda. Isso significa que sua perspectiva de luta sempre foi a de transformação social, e que, assim como os partidos de esquerda, tem tido que repensar os novos caminhos para transformar a sociedade”. ÁVILA, M. B. Alianças e parcerias do movimento de mulheres. *Democracia Viva*, nº 2, São Paulo, fevereiro de 1998, pp. 25-31.

²⁸ HOBBSAWM, E. *O Novo século*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 110.

²⁹ GILLIGAN, C. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 34.

³⁰ Uma das obras mais importantes de Nancy Chodorow foi escrita na área da psicanálise, quando faz uma leitura da maternidade a partir das teorias freudianas. Ver *Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1990. Neste item vale a pena sinalizar que as duas autoras – Carol Gilligan e Nancy Chodorow – foram das primeiras feministas estrangeiras a serem traduzidas e divulgadas amplamente pela Editora Rosa dos Tempos, seguindo a linha editorial definida desde sua inauguração.

³¹ MURARO, R. M. *A mulher no terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1995, p. 196.

³² A reestruturação do conceito de cidadania diz respeito à construção de novos campos de direitos, como direitos reprodutivos e direitos sexuais, e de novo sentido de responsabilidade social para as mulheres e para os homens. Implica, portanto, novos pactos de convivência e, no âmbito simbólico, uma redefinição dos perfis de cidadã e de cidadão. “A partir de uma perspectiva analítica mais ampla, o conceito de cidadania faz referência a uma prática conflitiva vinculada ao poder, que reflete as lutas acerca de quem poderá dizer o que, ao definir quais são os problemas comuns e como serão abordados. Tanto a cidadania como os direitos estão sempre em processo de construção e mudança”. Ver JELLIN, E. *Ante, de, en, y? Mujeres, derechos humanos. Red entre mujeres*. Lima, 1994, p. 26.

GUERRA DE CANUDOS – AS PRÉDICAS EM DEBATE

*José Maria de Oliveira Silva**

Resumo

Desde o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a Guerra de Canudos tem sido interpretada por vários historiadores sob o ângulo do milenarismo e do messianismo de Antônio Conselheiro. Neste artigo analisamos o debate sobre *As Prédicas*, de Antônio Conselheiro, manuscrito do beato, e como sua doutrina cristã refletia os anseios políticos e religiosos do sertanejo.

Palavras-chave

Antônio Conselheiro; milenarismo; messianismo; Guerra de Canudos.

Abstract

*Since the book *Os Sertões*, by Euclides da Cunha, the Canudos War has been interpreted by several historians by the angle of Millenarism and Messianism developed by Antonio Conselheiro. This article focuses on debates about the *Prédicas*, Antônio Conselheiro's manuscript, and how his christian doctrine reflected the political and religious yearnings of the people who lived in the northwest area.*

Key-words

Antônio Conselheiro; millenarism; messianism; Canudos War.

*Sou filho do Bom Jesus Conselheiro, teu tiro vira água. És Belzebu, eu sou do
Conselheiro. Tua pólvora vira carvão e tua bala alcanfô.
(Patuá carregado por um conselheirista na batalha)¹*

Após a repressão violenta e a destruição de Belo Monte, as autoridades eclesiásticas e governamentais pintaram o povo canudense de várias formas: como jagunço, ignorante, bandido, bárbaro, fanático religioso, inimigo.

Antes mesmo do final da guerra, ouvindo alguns prisioneiros em sua estada na terra baiana, Euclides da Cunha escreveu dois artigos sobre a Vendéia brasileira, publicados no jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, em 14 de março e 17 de julho de 1897. A comparação com o levante dos camponeses da França revolucionária, analogia que pensa em levar às últimas conseqüências, antecipava as páginas de *Os Sertões*.² Via nos dois movimentos o mesmo fanatismo religioso, o mesmo domínio das “almas ingênuas e simples” pelos reacionários monarquistas, o *mesmo heroísmo mórbido* eram expressos pelo *chouan* crente e pelo *tabaréu* fanático.

A versão de Euclides da Cunha sobre o movimento de Canudos, alicerçada numa abordagem racionalista e elitista da cultura, expressava uma atitude de repulsa da dimensão espiritual de conselheiro e da Comunidade. Leitor da obra de Renan sobre os primórdios do cristianismo,³ Cunha criou todo um simbolismo sobre Belo Monte e o messianismo ali existente. Local do paraíso terrestre, a Canã Sagrada ou Jerusalém de Taipa, como dizia, abrigava um líder *às avessas*, um *gnóstico bronco*, um *paranóico, bárbaro, fanático*. Do mesmo modo, como positivista e anticlerical, satirizava os ritos, as crenças, as pregações milenaristas sobre o fim do mundo e as invectivas contra os maçons, republicanos, judeus e protestantes, os quais, para o beato, representavam motivo de profunda preocupação para a sobrevivência da Igreja no Sertão.

Na abordagem de Cunha, ficção e realidade se interpenetram. Isso porque a documentação que explora para criar o imaginário milenarista é quase inexistente. Consta de alguns versos apócrifos que teria localizado na região sobre a profecia do fim do mundo, do Relatório suspeito de Frei Monte Marciano (sobre as barrancas de leite e mel em Canudos) e de fatos passados ligados ao sebastianismo político no episódio de Pedra Bonita.

A idéia do milênio sempre foi relacionada a um período na vida humana em que os sofrimentos darão lugar a um mundo de paz e harmonia, quando o homem terá fartura, felicidade e liberdade durante mil anos. Os movimentos milenaristas buscam a restauração de um tempo perfeito ou mesmo o regresso à terra perfeita, onde não haveria o sofrimento, a insegurança e a morte. Nesse sentido, aquela idéia é associada a uma Nova Era, a um Novo Reino perfeito na terra. O milênio é antecedido por uma série de fenômenos que destruiriam o mundo pagão.

Do ponto de vista cristão, o milênio se constitui numa interpretação alegórica e não literal das profecias relativas ao reino messiânico, com base no Apocalipse de São João, no Novo Testamento. Escrito num estilo figurado e simbólico, a doutrina do milênio afirma que os justos reinarão com Cristo durante mil anos, constituindo o Reino Messiânico ou o Paraíso Terrestre. No final do milênio, a vinda do Anti-Cristo interromperia esse reinado e, após uma nova perseguição aos justos, Cristo retornaria para a segunda ressurreição e o Juízo Final de toda a humanidade.

A crença numa mudança radical da ordem social e a instauração imediata do milênio foi partilhada por vários movimentos de revolta – como os seguidores de Munzer, anabatistas, *diggers* – ocorridos na Europa, a partir do século XIII. O milenarismo revolucionário da Idade Média atraiu significativamente as pessoas que viviam à margem da sociedade, sem qualquer organização nas comunidades, nas aldeias ou corporações, como os camponeses sem terra, jornaleiros, trabalhadores sem qualificação, pedintes e vagabundos. Jean Delumeau observa que toda concepção milenarista tinha uma preocupação com a vida material: o reino dos santos significava, sobretudo, o fim do sofrimento, das doenças, da miséria, da desigualdade e da exploração do homem pelo homem.⁴

A elaboração de uma tipologia do messianismo no Brasil (e em outras partes do mundo) aparece no estudo clássico de Maria Isaura Pereira de Queiroz.⁵ É central em seu trabalho a caracterização da sociedade tradicional a partir do conceito de *anomia*, abrangendo este uma série de desequilíbrios, desde a má administração política, a Justiça falha, até a violência do mundo sertanejo. O messias que lidera o grupo – que não é visto sob o signo do fanatismo – é uma espécie de líder carismático (no sentido weberiano), cujo papel é realizar sobre a terra o paraíso prometido.

A interpretação de Euclides da Cunha, entretanto, não estava deslocada da opinião dos contemporâneos. A imprensa, desde o início, manifestou-se contra a figura *misteriosa* do beato, que atraía atrás de si a multidão, pregando contra xales de *merinó*, botinas e pentes usados pelas mulheres e mostrando a necessidade de jejum de carne e de doces nas sextas e sábados. As narrativas mais esplêndidas da época sobre sua vida acentuavam traços de como o novo santo – chamado por alguns como Santo Antônio Aparecido, Santo Antônio dos Mares, Bom Jesus –, em nome de Deus, fazia grandes milagres por onde andava. A imprensa, ao explorar essa dimensão religiosa e divulgar lendas, crenças e profecias, quase sempre com um nítido sentido de ridicularização das ações dos beatos no meio das populações, contribuía para o processo de divulgação de suas idéias. Como afirma uma das notícias sobre Conselheiro:

(...) sabe rezas muito fortes, como a oração de S. Marcos, e da cabra preta e outras que o tornam invulnerável;
Que vive sem comer nutrindo-se apenas com ervas e manjar que os anjos lhe trazem à noite, quando se recolhe à Igreja do povoado, onde habita;
Que em certas horas ouve-se fora um concerto de vozes harmoniosas e que essas vozes são a de muitos arcanjos que descem do céu para saudá-lo;
Que é essencialmente milagroso, tendo sempre pão fresco no povoado embora não haja padaria no arraial, e peixe muito bem pescado no Vasa-barris;
Que dá vistas a cegos, cura paralíticos e ressuscita os mortos de três dias, com já tem acontecido muitas vezes. Escarra dentro d'água e a água se torna cristalina;
Que não há quem o ataque no seu reduto, porque quem quer que a isto se atreva, cai logo fulminado...⁶

No começo de sua vida de peregrino, em meados de 1870, era comum dependurar um oratório de cedro com a imagem de Cristo nos galhos de árvores, diante do qual as pessoas se ajoelhavam e rezavam. Usando uma túnica de zuarte, trazendo consigo seu cajado – símbolo de seu comando sobre o povo – e, com “voz clara e palavra eloqüente”, como um venerável patriarca do Antigo Testamento, Conselheiro pregava num “tom suave” os preceitos cristãos. Seguindo o exemplo do padre Ibiapina, costumava rezar o ofício de madrugada, antes mesmo de começar as obrigações diárias, orando no almoço as jaculatórias e no fim da tarde o rosário, seguido das pregações. Alguns padres aceitavam que Conselheiro ensinasse em suas capelas ou igrejas, mesmo depois do arcebispo da Bahia ter proibido suas prédicas para o povo.

No entanto, analisando *As Prédicas*, vemos que nem as pregações de Conselheiro reproduziam o estilo amedrontador das missões que penetravam nos sertões, anunciando, a todo momento, o próximo fim do mundo, nem, do ponto de vista religioso, ele poderia ser tomado como um *gnóstico* ou herético em relação a fé cristã.

Coube a Ataliba Nogueira publicar as *Prédicas*,⁷ com objetivo de revisar a história de Canudos ao traçar um retrato do peregrino como um “pregador leigo”. Rejeitando os elementos messiânicos e milenaristas propagados pela tradição euclidiana e o imaginário popular, o escritor católico baiano assim comenta a atuação de Conselheiro,

Não faz milagres nem qualquer os seus entusiastas admiradores lhe atribuem a prática de qualquer milagre. Não usurpa funções sacerdotais, nem de médicos, nem de farmacêuticos. Não é curandeiro. Não lhe chamam Bom Jesus. Não se inculca enviado de Deus. Não é profeta. Apenas prega a doutrina dos evangelhos e a da tradição da igreja católica romana. É pregador leigo como muitos outros da história da Igreja e como hoje é até recomendado pela Igreja.

Embora não se deva aceitar sua abordagem na totalidade, sob pena de despojarmos não só a natureza messiânica da religião popular, como também o carisma desempenhado por Conselheiro no sertão, evidenciados pela literatura popular e erudita, essa revisão contribuiu para que novas análises estabelecessem um elo entre o líder religioso (*messias religioso*) e o defensor dos espoliados e oprimidos sertanejos (*messias político*).

A leitura de Edmundo Moniz das *Prédicas* é um exemplo desse fato. Primeiro por desconsiderar, como Nogueira, qualquer relação mais efetiva entre o discurso religioso das *Prédicas* e os livros *Horas Marianas* e *Missão Abreviada*, que o peregrino carregava consigo. Segundo, por enfatizar problemas sociopolíticos da região como responsáveis pela guerra e o conhecimento por Conselheiro de Thomas Morus e da obra *Utopia*, citados nas *Prédicas*, como elementos de sua concepção de uma nova sociedade igualitária. Comentando algumas passagens do manuscrito, Moniz ressalta que a visão euclidiana de que se tratavam de *pobres papéis* é totalmente falsa. O beato tinha conhecimentos profundos do Antigo e do Novo Testamento, da Filosofia cristã, interpretando, a seu modo, a *Bíblia*. Não há também, em nenhuma passagem do manuscrito, promessas de um “reino de delícias” ou uma “religiosidade difusa e inconsequente de um turbado mental”, como acreditava Cunha.⁸

Na verdade, hoje sabemos que o escritor de *Os Sertões* não tivera conhecimento, antes de escrever sua obra, do manuscrito do líder espiritual de Canudos.⁹ A descoberta das *Prédicas*, que contêm os sermões e a doutrina religiosa de Conselheiro, coube a João Pondé, que integrava a comissão médica da 4ª. Expedição Militar como estudante de Medicina. Ao findar a guerra, no dia 5 de outubro de 1897, Pondé encontrou dois livros no santuário onde vivia o beato: um do professor Pedro Braga, *Lições de Patologia Cirúrgica*, que provavelmente pertencia a Manuel Quadrado, médico da comunidade, e outro, identificado como manuscrito de Conselheiro. Posteriormente, o estudante deu o manuscrito a Afrânio Peixoto, que o transferiu para Euclides da Cunha. Em nenhum momento a autenticidade do documento foi questionada por estudiosos da obra.

Divididas em quatro partes, as *Prédicas* contêm vinte e nove meditações sobre as dores de Nossa Senhora, dez sermões sobre os mandamentos, textos extraídos e comentados da Sagrada Escritura, e, por fim, as prédicas de circunstância sobre temas diversos, incluindo aí o discurso sobre a República.

A piedade austera, o culto das Sagradas Escrituras, a oposição à imoralidade dos costumes, ao lado de críticas ao casamento civil, à República, à separação entre Igreja e Estado, bem como a condenação do protestantismo, da maçonaria e do judaísmo aparecem naquelas páginas. Não há qualquer pregação, por outro lado, de profecias milenaristas, como as divulgadas por Euclides da Cunha.

Em 1947, Teófilo de Andrade, de maneira inédita, tornava pública uma parte das *Prédicas* (o discurso sobre a República), acentuando ainda mais o caráter político das pregações de Conselheiro, como sendo de “tendências monárquicas e anti-republicanas”.¹⁰

Segundo vários depoimentos, Conselheiro tinha o costume de encher páginas e páginas de seu manuscrito quase que diariamente, ou então ditar a Leão da Silva, seu secretário, a sua doutrina e os sermões. Nos textos copiados, utilizava como fontes, além da Bíblia, dois outros livros: *A Missão Abreviada*, que servia de meditação, e *Horas Marianas*, devocionário largamente usado na época contendo cultos pelas almas, salmos de penitência, matinas, vésperas e outras preces.

Certas passagens da *Missão Abreviada*, escrita pelo padre oratoriano Manuel José Gonçalves Couto, revelavam uma “visão sombria da natureza humana corrompida pelo pecado”.¹¹ Repleto de imagens moralizadoras e visões sobre o inferno e o final do mundo, o livro defendia uma piedade austera, a aceitação dos sofrimentos, a prática de jejuns como meios para a salvação do indivíduo. Autores como Nertan Macedo e Vamireh Chacon apontam no livro a influência jansenista.¹²

Estudioso das *Prédicas*, Fiorin compara determinadas passagens da *Missão Abreviada* transcritas por Conselheiro, para identificar o *discurso* deste como muito próximo aos ensinamentos daquela obra. Segundo ele, a ênfase sobre a salvação, na visão conselheirista é individualista. A figura de Cristo, agente histórico por excelência, é o único ser capaz de remir a humanidade. O indivíduo procura imitar o Cristo, resignado ante todos os sofrimentos enviados por Deus e arrependido de seus pecados. Traduzindo para o plano das relações sociais, a prática religiosa da comunidade implicaria também uma aceitação pura e simples das estruturas sociais, mesmo sendo elas opressoras e marginalizadoras. Dessa maneira, o homem aceita o seu lugar no mundo esperando pelo paraíso futuro.

Segundo Fiorin, a concepção de salvação conselheirista revela uma teologia conformista, que legitima as diferenças sociais e de classe existentes na sociedade. Ainda, idêntica à ética cristã, ela é teocrática, Deus como poder e rei sobre este mundo, cosmopolita e hierarquizante ao reconhecer o papel da Igreja como instituição na ordem temporal.

Fundamentando-se numa concepção da ideologia como sistema de idéias (*cosmovisão*), mostra que os dogmas pregados por Conselheiro não se desviam dos parâmetros da ortodoxia católica e sua concepção teológica é a mesma oficializada pelo Concílio de Trento e pelo Concílio Vaticano I:

Toda a ética do Conselheiro, diz, está plenamente de acordo com sua visão de mundo. Ele não pretende qualquer mudança nos usos e costumes, porque tem uma visão estática da ordem social. O beato preconiza uma ética passiva, feita de conformismo e resignação. Tudo o que há

no mundo é produto da vontade de Deus, não cabendo ao homem fazer qualquer mudança. Qualquer tentativa de alteração é interpretada como rebeldia às determinações divinas. Isso demonstra claramente que o Conselheiro não é um revolucionário, mas é profundamente conservador.¹³

No entanto, ao inserir o *discurso* conselheirista no interior da ortodoxia tridentina e reduzir sua ação na comunidade aos aspectos da ideologia religiosa – medo do inferno, sentimento do pecado, valorização do sofrimento, esperança no reino celeste – e justificadora da exploração do homem pelo homem, Fiorin não desvenda plenamente outras práticas comportamentais, em que há a passagem da passividade (como ocorre entre os canudenses) para a protagonização da própria história. Como explicar esse salto? Como entender a revolta, essencialmente política, ao enfrentar o Estado republicano, ante a pregação do dever de obediência e submissão aos poderes constituídos como depositários da autoridade de Deus?

Esse outro nível das práticas cotidianas de resistência ao invasor evidencia que a vida do sertanejo não se resumia a uma resignação passiva, englobava especificidades não captadas pela análise do discurso.

Com uma perspectiva diferente sobre o papel social da religião, Alexandre Otten mostra que a Cristologia de Conselheiro – se bem que incorpore elementos da *Missão Abreviada*, como a idéia de expiação dos pecados ante um *Deus irado e temível* e, por extensão, uma visão conservadora de aceitação dos sofrimentos terrenos – é significativamente distinta das posturas daquele breviário. O aproveitamento de trechos da Bíblia e a exaltação do amor de Deus-Pai com relação ao pecador, nas *Prédicas*, dão-lhe outra visão sobre a imitação de Cristo. A seu ver, Conselheiro deixa de lado a “espiritualidade intimista” proposta naquele livro, para uma atuação evangélica autêntica de transformação da ordem social e criação de uma “Igreja santa, convertida e pura, pronta a acolher a vinda do Senhor”.¹⁴ Ao invés de alienante, a religiosidade em Canudos ajudaria o oprimido a superar a opressão (e não apenas suportá-la), oferecendo respostas para os problemas da alma e do corpo.

Segundo Otten,

Em muitos pontos o Conselheiro se distingue da Missão. A imitação de cristo feita pelo Conselheiro não é uma peregrinação interior, mas a sua identificação com Cristo pobre e humilhado o leva aos pobres e miseráveis dos sertões. A contemplação da paixão de Cristo não é por si mesma caridade, mas o leva à caridade prática. Sustenta famílias pobres, dá o último que tem pelos necessitados. Com a sua vida de penitência não visa apenas a reparação dos pecados do indivíduo, mas denuncia a ruína da sociedade sertaneja. O pecado não fere, apenas

Deus e coloca em perigo a salvação da alma, mas na explicitação dos dez mandamentos o beato dirige o olhar dos seus seguidores aos estragos que os pecados causam à convivência e ao bem-estar dos homens. O empenho pela salvação se exterioriza e cria comunidade de Canudos.¹⁵

Até então, antes da comunidade, a alienação centrada na idéia de um Deus distante, juiz ameaçador, levava o sertanejo a práticas penitenciais, à fuga do mundo e atitudes como fatalismo, passividade, resignação, se preparando para a vida após a morte. Agora, ele rompe as amarras da alienação, quando busca realizar coletivamente os ideais da sociedade cristã. Renasce aí a crença na igualdade dos homens e um profundo sentimento da justiça divina que modificam aquelas atitudes, liberando as *forças contestadoras* da opressão. Através do líder religioso – messias ou profeta –, cria-se uma nova identidade: os que se sentiam excluídos, despossuídos, explorados vêm-se pela pregação carismática como “filhos de Deus, como povo eleito chamado para uma vida nova”.¹⁶

Embora as condições materiais de existência fossem precárias em todo o sertão, os seguidores de Conselheiro, como no texto do Evangelho de Lucas, não diziam que os bens eram de propriedade individual, mas que tudo era comum. A apropriação dos bens necessários ao consumo das famílias e a caridade enfatizada pela religiosidade popular sustentavam a ideologia igualitária de socialização da produção, excluindo a possibilidade de miséria entre as pessoas. Com isso, Canudos estabeleceu, com êxito, um sistema próprio de produção econômica e partilha dos bens semelhante ao das primeiras comunidades cristãs. Nestas, como afirma Lacroix, a comunhão dos bens era feita de acordo com o “princípio comunista a cada um segundo suas necessidades” (Atos dos apóstolos IV, 34-35; como também em outras passagens do Novo Testamento: Atos dos Apóstolos II 42-47, IV 32; Lucas XIV, 33; XVIII; Marcos X, 17-26).¹⁷

Esse aspecto igualitário, por outro lado, relaciona-se com a concepção de pobreza defendida por Conselheiro nas *Prédicas*: “pobreza na comida, pobreza no vestido, pobreza no deserto, pobreza na cidade, pobreza de dia, pobreza de noite, eis como vemos as criaturas mais santas que viram séculos” (AC, p 44). Nessa perspectiva, o dinheiro (seja monárquico ou republicano) tende a sufocar a palavra do Evangelho, constituindo-se num perigo para a salvação. É um privilégio ser pobre quando do Julgamento Final. A pobreza é tida como valor positivo, a primeira bem-aventurança (em Mateus e Lucas) do Discurso evangélico, para se alcançar a “plenitude escatológica”.¹⁸

Além disso, é manifesta, na doutrina religiosa do beato, uma *concepção providencialista da história*, no sentido de que o poder político ao qual se deve obediência foi instituído por Deus, com a finalidade determinada de proceder o Bem e afastar o Mal. Segundo Conselheiro, fora em cumprimento de uma ordem divina que a princesa Isabel libertara o

povo do estado “mais degradante” que caracteriza o ser humano – a escravidão; muito embora, com esse decreto, ela estivesse se indispondo com as forças que viviam em função daquele sistema.

Expressando a posição tradicional da Igreja Católica ante o problema político, tal atitude ajustava-se à teoria do direito divino dos reis e à idéia de monarquia hereditária, como aparecem nas *Prédicas* (AC, pp 564 e 567/568), em defesa do poder monárquico. Nesse caso, seja ele temporal (do pai ou do príncipe) ou espiritual (do pontífice), o poder tem sua legitimidade emanada da onipotência divina. Nas palavras de Conselheiro:

Quem não sabe que o digno príncipe senhor Dom Pedro 3 tem o poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil? Quem não sabe que o seu digno avô o senhor Dom Pedro 2, de saudosa memória, não obstante ter sido vítima de uma traição a ponto de ser lançado fora do seu governo, recebendo tão pesado golpe, que prevalece o seu direito e, conseqüentemente, só sua real família tem poder para governar o Brasil? (AC, p 568).

Utilizando o mesmo argumento do Evangelho – “Dá a Deus o que é de Deus, dá a César o que é de César” (AC, p. 617), valoriza, em primeiro lugar, o poder religioso, reconhecendo a autonomia e a legitimidade da Igreja católica. A afirmação de Cristo ia muito além do reconhecimento de poderes diferenciados, pois denotava que, para o cristão, o temporal não tem a mesma importância, uma vez que o Reino de Deus não é deste mundo. No sentido weberiano, essa posição expressava um dos traços da religião profética e carismática, que, em sua busca de salvação, é essencialmente *apolítica*, sendo indiferente ao mundo temporal, ou *anti-política*, desenvolvendo, a partir desses elementos, uma rejeição radical do mundo político.¹⁹

Na visão de Conselheiro, a República era contrário à lei da natureza, à lei eterna de Deus e as novas medidas tomadas pelo governo – entre as quais, a separação entre Igreja e Estado – arrastavam o cristão para a heresia e violação da fé. Ante a possibilidade de *destruição* da Igreja católica por maçons, republicanos, protestantes, cada vez mais presentes no meio sertanejo, o espírito religioso dos adeptos do Bom Jesus e as hostes inimigas do *Anticristo* se chocam. De um lado, o povo de Belo Monte, com a sua *verdadeira igreja* – constituída por santos e convertidos na defesa da lei de Deus –, e, de outro, o mundo cego, corrompido pelos pecadores, incrédulos e impenitentes²⁰.

Essas idéias mostram a grande importância das *Prédicas* na revisão da história de Canudos. Estão aí os elementos de uma identidade religiosa e política da ação dos canudenses e de seu líder na resistência à invasão do Estado. É significativo que, nos depoimentos de sobreviventes, como os de Pedrão e Ciríaco, as figuras política e religiosa Conselheiro se mesclam:

Não era contra a Igreja Católica. Acatava os padres, respeitava os sacramentos, jamais oficiou uma cerimônia qualquer que fosse privativa de um clérigo. Não se considerava um enviado dos céus. A quem se ajoelhava para tomar-lhe a bênção, dizia: “levanta-te, que Deus é outra pessoa”. Só pregava o bem, só fazia o bem. Construiu as melhores igrejas da região, combateu o roubo, a mentira, o homicídio, impediu que vivessem juntos os casais não casados na Igreja. Mandava chamar um padre para batizar, casar, confessar a gente do arraial. Mentira que ele fosse tolerante com o amor livre. Jamais empunhou um fuzil ou um revólver, por acesa que a luta estivesse. Sua arma era o rosário. Sim era contra a República. Talvez, porque o novo regime separou a Igreja do Estado. Nunca pensou em rendição, pois não reconhecia o governo que mandara atacar Canudos. Enquanto fosse vivo, mandou anunciar, o dinheiro da República não correria no Arraial. Não correu. Das presas da guerra só permitia que se utilizassem as armas. Dinheiro, mantimentos, demais pertences, tudo era jogado no mato. Conselheiro não queria sua gente com coisas dos “incrédulos”. Às vezes o povo tinha se matar a fome com “cabeça-de-frade”, embora o inimigo houvesse abandonado na estrada uma quantidade enorme de charque. Não importava. Antes a fome que botar a boca comida da República. (...) Conselheiro era um bom.²¹

Esses depoimentos, ao mesmo tempo em que apresentam a figura humana de Conselheiro com qualidades superiores, como uma pessoa boa, piedosa, defensora dos valores cristãos, introduzem uma leitura diferenciada sobre a religião da comunidade, contestando a idéia de fanatismo político e religioso atribuída a seus membros.

E a seu povo sertanejo, de coração “generoso, benévolo, caridoso”, Conselheiro dedicou as palavras finais das *Prédicas*, prevendo o seu fim próximo.

Retomo-as, aqui, sob forma de poema:

Adeus povo,
Adeus aves,
Adeus árvores,
Adeus campos,
Aceitai a minha despedida,
Que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós,
*Que jamais se apagarão das lembranças deste peregrino.*²²

Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio de 2005

Notas

* Professor do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe e pesquisador do Gepec – Grupo de Estudos e Pesquisas em Exclusão Social e Cidadania. Pós-Doutorado em Ciências Sociais no CRBC/EHESS (Paris).

- ¹ DANTAS, P. *Capitão jagunço*. 5 ed., São Paulo, Global, 1982, p. 104.
- ² CUNHA, E. da, *Os Sertões*. 27 ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1968. Id., *Canudos e Inéditos*. Introdução de Olímpio de Souza Andrade. São Paulo, Melhoramentos, 1967.
- ³ RENAN, E. *Marco Aurélio e o Fim do Mundo Antigo*. 2 ed. Porto, Livraria Lélío & Irmão, 1946.
- ⁴ DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. São Paulo, Companhia das Letras, 1978, pp. 205-238.
- ⁵ QUEIROZ, M. I. P. de Q. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Dominus/Edusp, 1965. Consultar também: Id., “Reformes et Revolution dans les Societés Traditionnelles”. In: *Histoire et Ethnologie des mouvements messianiques*. Paris, Antropos, 1968.
- ⁶ A *Notícia*. Aracaju: II (338), 6 de maio de 1897.
- ⁷ NOGUEIRA, A. J. C. *Antônio Conselheiro: revisão histórica*. 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, p. 41 (1ª ed.: 1974).
- ⁸ MONIZ, E. *A Guerra Social de Canudos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 250.
- ⁹ As *Prédicas* e os *Discursos* de Antônio Conselheiro foram publicadas por Ataliba Nogueira. NOGUEIRA, A. J. C., op. cit., ed. cit. Na citação do manuscrito, utilizamos a sigla AC, seguida da numeração original das páginas do caderno. O manuscrito, datado de 12 janeiro de 1897, conta 628 páginas numeradas. Uma outra obra manuscrita de Conselheiro, datada de 24 de maio de 1895, publicada recentemente pertenceu ao historiador José Calasans. Segundo ele, o próprio Conselheiro teria copiado o Novo Testamento, traduzido pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo, nas 554 páginas e comentado os Evangelhos, nas 252 restantes. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20 e 21 de julho de 1974. Consultar: GALVÃO, W. N. e PERES, F. da R. *O Breviário de Antônio Conselheiro*. Salvador, EDUFBA/Odebrecht, 2002.
- ¹⁰ ANDRADE, T. “Um inédito de Antônio Conselheiro”. In: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1947.
- ¹¹ MACEDO, N. *Memorial de Vila Nova*. 2 ed., Rio de Janeiro, Renes, Brasília, INL, 1983, p. 17 (1ª ed.: 1964).
- ¹² Id., *Antônio Conselheiro. A Morte em vida do beato de Canudos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Renes, 1978. CHACON, V. *O Humanismo Brasileiro*. São Paulo, Summus/Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1980.
- ¹³ FIORIN, J. L. *A Ilusão da Liberdade Discursiva. Uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP. São Paulo, mimeografado, 1980, pp. 117-118. Ver também: Id. “O Discurso de Antonio Conselheiro”. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 5 de junho de 1980.
- ¹⁴ OTTEN, A. A Influência do Ideário Religioso na Construção da Comunidade de Belo Monte. *Luso-Brazilian Review*. University of Wisconsin System, 30 (2), p. 85, 1993. Ver também: Id. *Só Deus é Grande. A Mensagem Religiosa de Antônio Conselheiro*. São Paulo, Loyola, 1990.
- ¹⁵ Id. “A Influência do Ideário Religioso na Construção da Comunidade de Belo Monte”, op. cit., pp. 84-85.
- ¹⁶ Id., *Ibid.*, p. 77.
- ¹⁷ LACROIX, J.-I. *A Utopia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996, pp. 29 e 45.
- ¹⁸ MARA, M. G. (org.). *Riqueza e Pobreza no Cristianismo Primitivo*. São Paulo, Loyola, 1992, pp. 20-21 (1ª ed.: 1980).

¹⁹ WEBER, M. “A Psicologia Social das Religiões Mundiais”. In: *Ensaíos de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964, p. 386 (1ª edição: 1946).

²⁰ OTTEN, A. “A Influência do Ideário Religioso na Construção da Comunidade de Belo Monte”, op. cit., p. 86.

²¹ CARNEIRO, L. “Os Conselhos de Antônio Conselheiro”. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1/6, 5 de dezembro de 1953.

²² Apud NOGUEIRA, A., op. cit., p. 182.

TRANSFORMAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PENSANDO MÍDIA, GUERRA E CULTURA

Giulia Crippa*

Marco Antônio de Almeida**

Resumo

Reflexão sobre as relações entre formas de experiência, conhecimento e política. Considerações históricas sobre a construção material e cognitiva de uma ordem de inscrição da experiência e do conhecimento. O impacto das novas tecnologias de informação e comunicação na transformação dessa ordem e algumas de suas implicações no mundo contemporâneo.

Palavras-chave

Sociedade da informação; mídia; espaço público; cultura; guerra.

Abstract

Some reflections about forms of experience, knowledge and politics. An historical view on material and cognitive construction of an inscriptional order of experience and knowledge. The impact of new technologies of information and communication in transforming this order and some of its implications in contemporary world.

Key-words

Information Society; Media; Public Space; Culture; War.

Confio mais no meu julgamento do que nos meus olhos.
Diderot.

I

Em 1936, quando a expansão dos regimes nazista e fascista deixava a atmosfera europeia cada vez mais pesada, Walter Benjamin escrevia que a arte da narrativa estava em extinção, porque as ações da experiência estavam em baixa: a imagem do mundo exterior e do mundo ético passavam por grandes transformações. Seu raciocínio partia do princípio de que a experiência era a fonte de todas as narrativas. Existiriam, para ele, dois tipos básicos de narradores: o sábio da aldeia, o camponês sedentário que acumulou a experiência do tempo e cristalizou a sabedoria do passado; e o viajante, o marinheiro ou comerciante que adquiriu sua experiência pelo deslocamento, trazendo a sabedoria encontrada em terras distantes. Esses dois “tipos ideais” de narrador se interpenetraram no sistema corporativo medieval, que reunia, trabalhando juntos na mesma oficina, o mestre sedentário e os aprendizes migrantes – sem esquecer que cada mestre também havia sido um aprendiz ambulante antes de se fixar.¹ Desse modo, o mundo do trabalho representado pelo sistema corporativo conjugava dois tipos distintos de saber/experiência: aquele proporcionado pela reflexão sobre a própria história e aquele proporcionado pelo contato com o outro.

Como observa Leandro Konder,² podem ser distinguidas duas modalidades de conhecimento na obra benjaminiana: *Erfahrung*, o conhecimento obtido através de uma experiência que se acumula, que se prolonga – o conhecimento do sujeito integrado à comunidade, que dispõe de critérios que lhe permitem sedimentar as coisas com o tempo, e *Erlebnis*, a vivência do indivíduo privado, isolado, que assimila às pressas impressões fortes, vivendo em permanente estado de *choque*. A grande transformação que Benjamin detectava, e que coincidia com a morte do narrador, era a progressiva preponderância da *Erlebnis* sobre a *Erfahrung*. E ele a ilustrava com o exemplo da mudez dos soldados que retornavam da Primeira Guerra Mundial, incapazes de narrar sua experiência: “Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes”.³

O gigantesco conflito de 1914 a 1918 provocou a morte de cerca de dez milhões de pessoas, e ficou conhecido como a “Grande Guerra”. O conflito seguinte, entre 1939 e 1945, obrigou à revisão desse título para Primeira Guerra Mundial, ao quadruplicar ou quintuplicar o número de mortes. Se o choque provocado pelo impacto da Grande Guerra fora suficiente para emudecer os soldados que retornaram dos campos de batalha, que dizer desse segundo conflito? Numa perspectiva cara a diversos autores frankfurtianos, poderia-

mos dizer que a *Erfahrung* é praticamente vencida pela *Erlebnis*, e a instituição ideológica por eles denominada indústria cultural joga um papel fundamental nesse processo. Caricaturizando, o sábio da aldeia é substituído pelo tolo da mídia.

Exagero? É possível que sim, mas como dizia Max Weber a respeito de sua postura como pensador social: “Exagerar é minha profissão”. Assim, assumiremos o exagero como hipótese de trabalho inicial para tentar refletir acerca de alguns aspectos ideológicos que se constituem hoje em torno de determinados conceitos-chave ligados aos processos contemporâneos de globalização: informação, cultura(s), democracia, imperialismo, guerra. Consideramos, entretanto, que conectar as formas de experiência/saber possível na contemporaneidade à indústria cultural não é submeter ou condicionar mecanicamente as primeiras à segunda, e sim buscar problematizar e captar as nuances da relação.

Nesse sentido, fazemos eco à perspectiva de Rodrigues:

A globalização tem ainda uma outra conseqüência cultural notável, a de alargar e amplificar indefinidamente o quadro de experiência e do sentido das atividades e dos particularismos culturais. O sentido da experiência decorre do quadro que delimita suas formas. Um mesmo gesto, uma mesma palavra, uma mesma imagem, um mesmo acontecimento adquirem sentidos diferentes consoante o contexto em que ocorrem. O atual alargamento exponencial do contexto da experiência abre um horizonte praticamente ilimitado de sentidos, acabando assim uma mesma manifestação cultural por adquirir tantos sentidos quantos os quadros de referência em que é situada.⁴

Embora concordemos com a idéia de uma ampliação dos quadros de experiência e dos sentidos culturais, nossa atenção se voltará prioritariamente para uma série de procedimentos midiáticos – que no velho jargão de esquerda poderíamos denominar “imperialismo cultural” – que buscam restringir ou disciplinar ao máximo os quadros de referência em que essas experiências e sentidos culturais possam ser interpretados.

Rodrigues distingue o domínio da comunicação da esfera da informação. É possível transmitir mensagens informativas nos processos comunicacionais, embora isso não seja condição para a comunicação, da mesma forma que é possível transmitir informações sem criar ou reforçar laços sociais. Poderíamos dizer que ele vincula a comunicação à *Erfahrung*, enquanto a informação se encontraria no domínio da *Erlebnis*. Retomemos o raciocínio de Rodrigues: “A performatividade dos dispositivos telemáticos, em vez de anular a heterogeneidade dos sentidos da experiência e as diversidades culturais, exarceba-as. Ao amplificar suas manifestações e ao conferir-lhes uma visibilidade planetária, produz novos tipos de territórios culturais”.⁵ Concomitantemente, são produzidos discursos, técnicas e estratégias de *controle* e *disciplinamento* desses espaços.

Aqui, evocamos o pensamento de Foucault diante do fenômeno. Benjamin, embora tenha vivido muito antes de Foucault, nessas passagens do *Narrador* antecipa um tema que será desenvolvido pelo próprio Foucault em alguns momentos, o da necessidade de reflexão “exemplar”, ou seja, que dê exemplo de conduta na ordenação do comportamento humano. Benjamin capta isso através da análise de um fenômeno artístico, a obra de Leskow; Foucault, por sua vez, busca a gênese dos “modos de produção” desses valores “exemplares” e das atitudes que se espera gerar a partir deles – o processo de disciplinamento. No ensaio, Benjamin se refere aos mecanismos que identificam o público com os narradores ideais do sábio e do viajante, que aparentam uma perda em sua capacidade de expressão do que é a tradição e do que é a mudança, a diferença, pois a mídia revelou-se um poderoso meio de disciplinar a compreensão do mundo, filtrada por uma formatação dos meios disponíveis, que desempenham a tarefa de alinhar diferenças na fragmentação repetida.

Por outro lado, a noção benjaminiana de notícia revela uma carência de estruturas narrativas que permitam uma participação real do espectador em relação aos acontecimentos, através do próprio formato jornalístico das notícias. Isso torna os “casos exemplares” (retirados de suas narrativas próprias, realçados e reduzidos em função dos tempos reguladores da informação dessa natureza) absolutos, desencadeando uma conflagração com conceitos elaborados para a plataforma de discussão de uma modernidade iluminista, na base dos quais se observa o desempenho de uma possível opinião pública. Para compreender melhor a gênese histórica dessa situação, propomos, aqui, um percurso que visa a identificar a relação entre registros/suportes de informação com a formação de conhecimentos cujos critérios se tornam cada vez mais distantes da aspiração universalista de um iluminismo alimentado pelo livro impresso.

II

Ao longo dos últimos cinco séculos e meio, a partir da invenção dos caracteres móveis tipográficos, foi possível transformar o mundo no que ele é hoje. Até o século XIX, tudo que os homens consideraram, de alguma maneira, relevante, digno, necessário ou, simplesmente, útil, transferiu-se em registro de alguma natureza: foi transformado em livro e foi colocado à disposição de um número cada vez maior de pessoas, foi transformado em gravura, cuja reprodução também permite um alcance maior do que uma imagem pintada ou esculpida. No século XIX, outras formas de registro renovam a possibilidade de ampliar a memória e de transformar o conhecimento: jornais e revistas, cujo princípio de informação (novidade, brevidade, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre as notícias) reflete o princípio de fragmentação da cidade moderna, privando o leitor da experiência direta do acontecimento que narrativas anteriores permitiam. A informação de jornais e

revistas acentua seu momento de ruptura na modernidade porque não entra em uma tradição sedimentada de transmissão: através das grandes tiragens, a idéia de “informação” se concretiza, substituindo a “relação” na qual o relator/narrador assume a experiência na sua vida, “doando-a” aos ouvintes. A informação, a partir do século XIX, é um produto definitivamente urbano, que remove os aspectos simbólicos ligados aos cultos e às tradições.

O registro fotográfico se realiza na metade do século XIX, a imagem em movimento do cinema na virada do século. O século XX inventa o registro fonográfico, as fitas magnéticas e, finalmente, o registro digital: a concepção da noção de Informação se transforma. Afasta-se cada vez mais da associação com o livro, com a narração, com o espaço da biblioteca, torna-se cada vez mais fragmentária, em sua face televisiva ou jornalística, ou cada vez mais especializada, na divisão dos saberes científicos, transformando, assim, os códigos culturais do conhecimento. Há, no processo de transformação da informação, uma fusão parcial com os problemas da comunicação de massa e da mídia – enquanto a informação preocupa-se cada vez menos, em seus aspectos tecnológicos, com a necessidade de constituir uma memória pensada e teorizada para além das necessidades das economias e do mercado.

A informação, como fluxo de dados organizados que permitem solucionar os problemas, se afasta dos modelos tradicionais idealizados e em parte realizados ao longo dos últimos quinhentos anos pelas instituições produtoras e conservadoras de saberes, como as universidades, as bibliotecas, os gabinetes e museus, que entrelaçaram sua existência com a constituição de uma esfera pública, definindo, aos poucos, os parâmetros de educação, de bibliotecas públicas, de museus e de arquivos como lugares determinantes para a noção de cidadania e de participação na vida pública. Paradoxalmente, a enorme quantidade de informação disponibilizada pelos atuais suportes tecnológicos é, muitas vezes, de acesso difícil ou, em alguns casos, reflete exigências de uma classificação do conhecimento em fase de mutação. O historiador vive em um mundo que o obriga a se perguntar quem determina a natureza do que é informação, para que e a quem serve e quais são seus mecanismos de funcionamento, especialmente quando lida com a ótica de uma sociedade globalmente definida como “Sociedade da Informação”, para operar uma distinção orgânica da chamada “Sociedade Industrial”, mas que nessa definição encontra deslocamentos de sentidos que já inquietavam os principais pensadores da modernidade iluministas, como a possibilidade de formação da “opinião pública” lugar de produção intelectual distinto do mais amplo e genérico “público”, que se torna consumidor de produtos de uma indústria cultural de massa. A primeira se constitui em uma dialética entre intelectuais e autoridade que, determinando os instrumentos “pedagógicos” para a apreensão, armam a estrutura do espaço público.⁶ Por outro lado, assiste-se, ao longo dos últimos dois séculos, à constitui-

ção de uma noção que identifica bens imateriais, a “Info-esfera”, em que ao conjunto material do conhecimento dirigido ao sujeito do agir político se substitui um não bem identificado “fluxo” de informação norteado pelo direito individual de responder a pesquisas mercadológicas.⁷ Para que uma análise dos fenômenos atuais adquira consistência, torna-se necessário buscar alguns indicadores que revelem a natureza da informação que alimenta as estruturas e os sistemas existentes nas várias épocas. De que maneira os “registros” materiais influenciam o acesso à informação, de que natureza é esse acesso? Os instrumentos essenciais de acesso à informação na modernidade não representam, simplesmente, os elementos que participam da ordem do saber: a realização de uma escrita altamente abstrata, como a alfabética, significou a possibilidade de realizar uma “comunicação cumulativa” que se revelou essencial para o ordenamento científico do Ocidente. Uma expressão que apresenta oscilações de significado é o conceito de “fluxo de Informação”, que implica uma dinâmica essencialmente ligada a essa desmaterialização do objeto portador da informação, inserido em uma “ordem” digital. Fluxo, porém, se insere na semântica da impermanência voluntária, da provisoriedade que se torna subentendida ao próprio processo de informação. O fluxo, nesse sentido, é uma dinâmica que favorece a dispersão de memória, pois a ênfase se coloca no movimento e não na permanência. Uma discussão à parte deveria ser aberta, na medida em que o elo entre informação e memória não corresponde mais, necessariamente, a uma exigência prioritária.

III

A escrita modificou, desde seu aparecimento, as formas do pensamento e da expressão. A prensa de caracteres móveis, por sua vez, teve efeitos diversificados e imensos. O antigo *logos*, fundamentado em um procedimento dialético, se opõe à escrita, é antinômico em relação a ela, pois seu registro decreta a “morte” da voz do autor. O registro escrito transcende, nesse sentido, seu destinatário legítimo. Dessa maneira, se realiza a transformação do *logos* em perturbação teórica, que se configura no espaço político com um nome específico: democracia. O escrito torna-se órfão, na medida em que perde seu “lugar” de fala e sua relação com seus receptores, correspondendo a uma política sem *arqué*.

Rancière afirma que

(...) democracia não é um modo particular de governo. Ela é, bem mais radicalmente, a forma de comunidade repousando sobre a circulação de algumas palavras sem corpo nem pai – povo, liberdade, igualdade... –, que determinam a esfera própria de sua manifestação, afastando qualquer relação “natural” entre a ordem das palavras e a das condições.⁸

Desenha, assim, a democracia enquanto regime da escrita. A escrita torna-se, ao mesmo tempo, regime errante, cuja legitimidade nenhuma voz garante, e textura da lei, imutabilidade do que a comunidade partilha. Em última análise, o poder de relegar/anular/enaltecer os resultados da palavra, científico, literária, intelectual, artística e popular ainda cabe àqueles que a manipulam, selecionam, tornam inteligível para discussão ampla ante da tomada de decisões. Em suas linhas teóricas, essas afirmações fundamentariam a possibilidade de constituição de uma opinião pública, resultante de uma interpretação libertária sobre sua extensão possível.

Em primeiro lugar, a circulação da textualidade impressa levou a Renascença italiana para um patamar europeu. Permitiu a implementação da Reforma protestante e levou, por outro lado, a uma reformulação do catolicismo. Permitiu a implantação do capitalismo moderno, que levou à exploração do planeta, além de provocar a transformação de estruturas tanto familiares quanto da política. Pensemos, por exemplo, no surgimento do conceito de “infância”, como algo diferente da divisão entre criança e adulto. A criança no mundo medieval participa da vida comunitária sem se diferenciar em seus atos e posturas: as vestimentas, a linguagem, as próprias brincadeiras, a participação no mundo do trabalho não se diferenciam dos adultos. Neil Postman⁹ afirma que o material impresso que se difunde no Ocidente é um elemento necessário para qualificar o conceito de infância. Aos poucos, assiste-se à diferenciação do material produzido para crianças e adolescentes, que materialmente, nas estantes das bibliotecas, encontra colocações específicas, delineando os degraus de um conhecimento que se desenrola para o mundo dos adultos. As estruturas sociais se organizam, através da escolarização, de maneira a fornecer um percurso formativo ligado ao meio impresso. Aos poucos, a infância define-se também em seus elementos exteriores, como as vestimentas ou as diversões, qualificadas de maneira diferente. Para Postman, o aparecimento da mídia eletrônica recoloca, novamente, a indistinção entre o mundo dos adultos e a infância, pois não há como separar uma informação qualificada como “infantil” daquela “adulta”. Isso torna as crianças pequenos adultos e, por outro lado, infantiliza os adultos.

Desde o fim da Idade Média assistia-se a uma diminuição na qualidade formal dos livros, devido à expansão da formação universitária, geradora, desde o século XIII, de um público maior de leitores estudiosos. Os custos de produção puderam ser consideravelmente reduzidos pela utilização do papel, ao invés do pergaminho, desde meados do século XV, mas a resposta para essa demanda de material de leitura se concretiza somente na informação impressa. Esta torna rapidamente o conhecimento muito mais acessível, e hoje em dia não há qualquer dúvida de que o crescimento do número de leitores e o aumento do nível de educação determinaram o contexto que permitiu a invenção da impressão.

A revolução provocada pelos caracteres móveis, todavia, como todas as revoluções, encontrou seus oponentes: o enorme aumento das tiragens permitiu uma propagação de informação até então desconhecida, que abriu caminho às idéias “democráticas”, já que a educação deixou de ser privilégio de uma pequena elite para se tornar, em princípio, acessível a todas as pessoas. Esta tendência representava um perigo para os autores conservadores que, embora estivessem abertos às idéias humanistas, continuavam a apoiar o tradicional sistema feudal de valores.

Estudos estatísticos mostram que no, começo do século XVII, o interesse pela leitura cresceu consideravelmente entre várias camadas da população: não só surgiram novos títulos no mercado, como também aumentou com rapidez o nível de produção das obras literárias.¹⁰ Essa evolução acompanhou a crescente tendência de secularização e a redução da oferta de escritos de caráter religioso que dominaram até então. Esse processo de transformação produziu inseguranças em teólogos de orientação conservadora, em humanistas e artistas, que passaram a considerar os livros como material inútil e um luxo supérfluo. A quem afirmasse que os livros eram registros permanentes e imutáveis da experiência e dos conhecimentos humanos, era recordado o seu caráter efêmero.

Enquanto a população duplicou entre 1500 e 1600, a produção de livros cresceu, em média, dez vezes na Europa, e, no ano de 1600, Barnaby Rich queixava-se de um dos grandes flagelos da época, a grande quantidade de livros, que “encheram o mundo de tal maneira que este já não têm capacidade para digerir o excesso de material inútil que todos os dias é lançado”. Robert Burton, em 1621, escreve, em sua *Anatomy of Melancholy*: “Já temos um enorme caos e uma confusão de livros. Estamos subjugados por eles, doem-nos os olhos de ler e os dedos de passar as folhas”.

Goethe, já no final do século XVIII, comentando as obras de Shakespeare, ainda observa de maneira crítica o hábito de seu próprio tempo em relação à publicação de livros: a arte de imprimir existia há mais de cem anos antes de Shakespeare: apesar disso, os livros eram ainda olhados como sagrados, como se pode ver pelas encadernações usadas na época, e assim eram prezados e estimados pelo poeta; no entanto, ele acreditava que se editava tudo, de qualquer maneira, sem respeito pela encadernação ou pelo conteúdo de um livro.

Talvez o resultado ainda hoje reconhecido desse processo de transformação na estrutura do conhecimento ligada ao suporte de informação impresso seja a *Encyclopédie*, que propõe a divulgação de um saber capaz de abranger todos os campos considerados necessários para o homem moderno, desde princípios filosóficos até sua o conhecimento científico e técnico. A sociedade que se constitui ao longo do século XIX desenvolve sua experiência a partir do espírito iluminista, colocando-se como sua herdeira. Privilegiando a

noção de progresso, isolando-a, em detrimento da perspectiva iluminista mais ampla pela visão política construída através de sua releitura da Antiguidade grega, o século XIX sacrifica a autonomia da razão, tornando-a instrumental.¹¹

À *Natura Artifex* substitui-se ao *Deus Artifex*, mas o Iluminismo não deve ser identificado com a ideologia da ciência positiva, cada vez mais anti-humanista. Ao Iluminismo pertence o interesse crescente de entender os fenômenos pelo crivo da ciência, participando, assim, da criação da visão de mundo da modernidade. Por outro lado, é no Iluminismo que se fundamenta a figura do homem de ciência envolvido em uma busca coletiva, reconhecida pelo Estado e pelo público culto, mobilizando, assim, através da concessão de recursos financeiros, a opinião pública. É geral e consensual uma tendência a considerar a primazia da razão, alimentada pelo sistema de Informação, como responsável pelo progresso técnico, e da liberdade para pensar e viver como base para continuar no processo.¹² Em geral há uma tendência na direção de formas de acesso à informação que, com os pressupostos da “democracia” da escrita, se voltam para a inclusão política: desde a segunda metade do século XVII as disposições em matéria de tornar públicas de maneira ampla as bibliotecas se manifestam. De um lado, o processo se orienta, portanto, para uma vertente de inclusão social através da política, resultado de certa tendência iluminista. Por outro lado, o processo é marcado pela seleção e classificação de um conhecimento legítimo e legitimador, pois orientar o acesso público não significa tornar todo saber legítimo: a ordem que se estabelece como base para estruturar a Informação se torna ordem da verdade no horizonte de consenso entre os poderes instituídos e instituidores e os públicos leitores.

O final do século XVIII amplia os horizontes de acesso à informação, com a abertura dos arquivos públicos, sempre na direção de transformar os *Arcana Imperii* em participação em um Estado oriundo da valorização do homem produtivo em detrimento da aristocracia. O quadro ideal que se desenha encontra, todavia, alguns obstáculos em sua realização. De fato, o impulso iluminista fundamenta uma concepção de Estado-Nação que reconhece a necessidade de seu fortalecimento interno, em geral, na necessidade de implementar um sistema educativo coerente com a base ideológica de um novo projeto de sociedade definido pelo direito natural e pela liberdade.

O movimento intelectual do século XVIII se beneficia, portanto, da circulação de uma informação impressa que encontrava seus limites na censura mais ou menos rigorosa. As camadas sociais envolvidas nesse movimento abrangem a burguesia abastada e setores cada vez mais amplos de proletariado urbano envolvido no processo de modernização industrial. O século XIX revela, aos poucos, as crescentes contradições das noções de progresso, especialmente com a aventura imperialista iniciada nas décadas de 1880 e 1890 e destinada a se encerrar tragicamente na eclosão da Primeira Guerra.

A este momento associa-se uma série de produtos urbanos destinados a redefinir a noção de “opinião pública”: uma tecnologia de reprodução da realidade, a fotografia, um novo formato de informação, a imprensa e os jornais, que removem a experiência coletiva da narração, substituída pelo estranhamento da *Erlebnis*. A multidão, protagonista a partir do século XIX, não se configura em termos de opinião pública, mas se organiza, instituindo e constituindo valores culturais orientados para uma cultura de massa. Benjamin identifica essa cultura de massa com a própria multidão, afirmando que nenhum outro objeto se impôs com mais autoridade à consciência daqueles encarregados, pelas letras, de formar a opinião pública, os pensadores e letrados: a leitura torna-se cada vez mais, em amplos extratos sociais, um hábito, e a massa começa a se organizar como público. A aspiração, bem pouco iluminista, à representação da multidão que funda a realidade humana da modernidade capitalista, é resumida por Baudelaire: “Esta massa aspirava a um ideal que fosse digno dela e de sua natureza... um deus vingador ouviu suas preces, e Daguerre foi o seu profeta”.¹³

IV

A comunicação e a informação sempre desempenharam, portanto, um papel central na constituição da sociedade e da cultura ocidental – apenas se tornaram mais visíveis em função da “espetacularidade” das novas tecnologias¹⁴. Refletir acerca desse papel é, portanto, estratégico para entender os rumos contemporâneos dessa sociedade. Uma das formas de encaminhar essa reflexão é recuperar o conceito de *Esfera Pública*, na forma pela qual foi cunhado por Jürgen Habermas.¹⁵

Para Habermas, um dos traços importantes do período pós-feudal de expansão do capitalismo financeiro mercantil é o duplo sistema de trocas engendrado pelo comércio pré-capitalista: troca de *mercadorias* e troca de *informações*. Esse duplo sistema de trocas irá desenvolver uma ampla rede horizontal de dependências, que não se deixam mais ordenar nas relações verticais do sistema feudal apoiadas nas formas de economia doméstica fechada. As bolsas, o correio e a imprensa irão, de certa forma, institucionalizar contatos permanentes de comunicação baseados nessas redes horizontais, mas que, nesse momento, ainda estão restritos aos interesses das corporações profissionais. Vale lembrar que é a mesma rede que, segundo Benjamin, proporciona o compartilhamento da experiência (*Erfahrung*) e aciona a possibilidade da narração dessa experiência.

Esses elementos de intercâmbio do sistema de trocas pré-capitalista aparecerão com toda força no período de constituição dos Estados Nacionais modernos. Para se desenvolverem, demandam garantias políticas mais seguras – resultando em esforços políticos e militares objetivados numa administração e num exército permanentes. É essa atividade

estatal continuada que garante a permanência dos contatos no intercâmbio das mercadorias. Esse poder público define, negativamente, o que é privado, num sentido estrito: pessoas privadas são as que estão excluídas da participação no poder público.

A imprensa passa a desempenhar um papel importante nesse processo. A troca de informações não se desenvolve apenas em relação às necessidades do intercâmbio comercial, apesar de a ele estarem intrinsecamente ligadas – as próprias informações transformam-se em mercadorias. As novas autoridades exerceram um peso maior nesse processo, ao se servirem da imprensa para tornar conhecidos os decretos e as portarias, tornando-a portanto útil aos interesses da administração. O alvo do poder público passou a constituir-se então, autenticamente num “público”. A autoridade dirige sua comunicação ao “público”, portanto, em princípio, a todos os súditos; só que, geralmente, ela não atinge, assim, o “homem comum”, mas, quando muito, as camadas cultas. Junto com o moderno aparelho de Estado surge uma camada burguesa que assume uma posição central no que se entende por “público”, uma camada que não pode ser assimilada à corte e que possui, muitas vezes, interesses antagônicos aos do Estado.

Desse modo, essa zona de contato administrativo contínuo transforma-se numa zona “crítica” também, no sentido de que exige crítica de um público pensante. Esse “público” acaba por modificar a função do instrumento com cuja ajuda a administração já tinha tornado a sociedade uma coisa pública em sentido estrito: a imprensa. A imprensa passa então a ser o fórum onde esses juízos públicos se expressam, configurando uma “opinião pública” diante da qual o poder público deve se legitimar. A esfera pública burguesa é a esfera das pessoas privadas reunidas em um “público”. São pessoas que não governam e cujas reivindicações ao poder público se dirigem contra o princípio de dominação vigente. O público burguês, através da opinião pública, contrapõe-se a essa dominação propondo “princípios de controle” por meio de critérios de razão e na forma de leis às quais essa dominação estaria submetida. Esse espaço demanda, portanto, uma “competência cultural/comunicacional” de seus participantes, capazes de expressar suas razões e defendê-las num debate de idéias.

Entretanto, o que Habermas está chamando de “público”, na verdade, é apenas uma parcela bastante limitada da população, que em sua maioria era analfabeta e pauperizada, vivendo no limite da subsistência, incapaz de ter um acesso, mesmo que modesto, ao mercado de bens culturais. É aqui que entra um outro conceito importante, que é o de “vulgarização”. Não se trata do significado que normalmente atribuímos ao termo. Era antes um projeto de formação dos indivíduos, de educação, de ampliação de suas capacidades e conhecimentos, tornando-os aptos a defenderem seus pontos de vista e debate-

rem no espaço público. Para preencher os imensos espaços entre as elites intelectuais e o povo, muitos militaram pela vulgarização, principalmente a científica e a cultural. Os que sabiam procuravam tornar o conhecimento acessível àqueles que não sabiam.

Não iremos entrar em todos os aspectos e polêmicas que cercam as discussões em torno dessa concepção, que dariam tema para diversas outras reflexões. O que nos interessa é destacar o papel central que os meios de comunicação e informação exerceram na constituição desta sociedade e desta cultura. Entretanto, embora a ampliação da oferta de bens comunicacionais e informacionais se relacione com o avanço paralelo dos mecanismos de educação formal, de um lado, e de representação política democrática como o voto, de outro, sempre foi vista com bastante desconfiança pelos pensadores sociais de plantão. Por quê?

Em linhas gerais, retomando o viés iluminista presente na concepção de espaço público de Habermas, esperava-se que os indivíduos atuassem num espaço livre de coerções, onde seriam capazes de expor e debater seus argumentos a partir de uma interlocução sem hierarquias e fundada no diálogo racional. Ora, com a transformação da mídia num grande negócio movido a dinheiro dos anunciantes e a interesse dos proprietários dos meios de comunicação, deixa de existir esse fórum democrático visualizado por Habermas. Além disso, o conteúdo das informações veiculadas por esses meios está longe de atingir os objetivos do processo de formação preconizado pela *vulgarização* no sentido que Habermas empresta ao termo, que assume agora o sentido negativo que usualmente lhe damos: o rebaixamento do conhecimento, a transformação das idéias em chavões e fórmulas prontas, a banalização dos grandes temas da experiência humana.

Nesse sentido, o desagrado da Escola de Frankfurt em relação à cultura de massa não estava, portanto, no fato de ela ser democrática, mas, justamente, no fato de ela não ser considerada como tal – para os frankfurtianos, a noção de uma cultura popular vinculada à cultura de massa era em si ideológica. A indústria cultural propagava uma cultura falsa, não-espontânea e reificada, no lugar da realidade. Mensagens de conformismo e resignação eram a tônica de seus produtos. A visão prevalecente na Teoria Crítica sobre os processos de integração social e de socialização é profundamente pessimista, ao considerar esses processos sociais básicos, em termos globais, como uma forma de violência social, através da qual é concretizada a submissão dos indivíduos. Essa violência social estaria presente tanto nas instâncias tradicionais de socialização, como a família e a escola, quanto nas novas instâncias da indústria cultural.

Fica comprometida, assim, a noção de espaço público como o local de mediação entre o Estado e a sociedade, lugar do confronto de idéias e opiniões esclarecidas. O desenvol-

vimento do mercado e sua intrusão na vida cultural fizeram com que a “fabricação da opinião” se tornasse o modelo dominante e o cidadão se tornasse muito mais um consumidor de notícias do que de informações, de comportamento emocional e aclamatório.

Uma das críticas que se tem feito ao modelo de esfera pública de Habermas é que ele é uma concepção espacial e dialógica. Baseia-se na idéia de que os indivíduos se reúnem em locais compartilhados e dialogam uns com os outros, como participantes iguais em conversa face a face. O problema, contudo, é que essa concepção tem pouca relação com os tipos de ação e comunicação que se tornaram comuns hoje em dia – o que não invalida a petição de princípio dos ideais subjacentes à análise habermasiana, mas que a complica sensivelmente. Há uma lacuna no pensamento de Habermas em relação às formas modernas de sociabilidade propiciadas pelos meios de comunicação, sobre as quais vale a pena nos determos um pouco. O desenvolvimento dos Meios de Comunicação de Massa (MCM) teve um grande impacto no processo de autoformação, antes limitado a um “conhecimento local”, às interações face à face. Com o desenvolvimento dos MCM, o processo de formação do *self* torna-se mais e mais dependente do acesso às formas mediadas de comunicação. O desenvolvimento da mídia também produz novas formas de experiência, desligando a capacidade de experimentar a capacidade de vivenciar. Não se trata de experiências “irreais”, mas de experiências que possuem uma realidade de outra natureza. Desse modo, os indivíduos procedem a uma seleção/filtro das experiências mediadas, esforçando-se para dar sentido aos fenômenos que desafiam sua compreensão. Mas, muitas vezes, ocorre um “curto-circuito” provocado por esse deslocamento simbólico, pela dificuldade em relacionar as experiências mediadas aos contextos práticos da vida cotidiana. Se, até recentemente, o alcance dos dispositivos midiáticos era relativamente delimitado pela fronteira dos espaços culturais concretamente identificados (o que levava à confusão entre os domínios da informação e da comunicação), hoje a autonomização das duas esferas se dá pelo desenvolvimento das novas tecnologias. É possível obter-se hoje um saber do mundo independente dos atos comunicacionais (exemplo: informação que pode ser obtida pela mídia de eventos distantes, como a primeira Guerra do Golfo, o conflito da Bósnia ou o combate contra o “Eixo do Mal”).

V

Pouco antes da primeira Guerra do Golfo, Noam Chomsky observava que, nas sociedades ocidentais “livres”, uma atividade fundamental era a “fabricação do consentimento”. Ou seja, em sociedades nas quais o governo não podia controlar a população pela força, deveria ser capaz de controlar a sua capacidade de se manifestar. Esse controle não se dá pela censura – pelo menos a censura direta, já que, convém lembrar, estamos em países

“livres” —, mas pela diminuição do universo cognitivo das pessoas, pela limitação do espectro dos pensamentos “pensáveis”, reduzidos a uma área muito limitada. Os demais pensamentos, para Chomsky tornam-se “*unthinkable thoughts*” (pensamentos impensáveis):

Durante a guerra do Vietnã, por exemplo, você podia ser um “falcão”, e acreditar que, se os Estados Unidos usassem mais violência, teriam condições de vencer; ou podia ser uma “pomba”, dizendo que, mesmo que usássemos mais violência, provavelmente não conseguiríamos vencer, e que, além do mais, a guerra estava ficando muito sangrenta, o que você achava incômodo. No entanto, “falcão” ou “pomba”, você não podia dizer que era errado que os Estados Unidos vencessem, não podia dizer que os Estados Unidos estava atacando o Vietnã do Sul — quando o fato de os Estados Unidos terem invadido, atacado e virtualmente destruído o Vietnã do Sul era tão óbvio quanto o de que os Russos invadiram o Afeganistão. Este pensamento não podia ser pensado. Só se podia pensar que os Estados Unidos estavam defendendo aquele país, e não atacando e destruindo.¹⁶

A primeira intervenção no Golfo Pérsico e, posteriormente, no Afeganistão são atualizações do mecanismo descrito por Chomsky em relação ao Vietnã. Os episódios de 11 de setembro, entretanto, acentuaram ainda mais esse processo de disciplinamento das consciências, essa tentativa de confinamento dos “pensamentos pensáveis” a um molde único. Por outro lado, a queda das torres gêmeas acrescentou novos ingredientes ao processo. O impacto imagético desse ato terrorista — perfeitamente conectado à lógica da “sociedade do espetáculo” — gerou, por sua vez, uma intensa produção de imagens destinada a reverter o abalo causado ao “Império”. Como bem observou Eugênio Bucci,

O entretenimento, indústria de ponta do espetáculo globalizado, passou a dar o tom da retaliação americana. Shows de música, especialistas em filmes de ação, tecnologias de videogame passaram a confeccionar a identidade, a significação, a coreografia e a indumentária da vingança do império. O jornalismo, o discurso supostamente encarregado dos relatos factuais, viria a reboque — ao menos no que dependesse da vontade e das iniciativas de Bush.¹⁷

É público e notório que, de fato, houve um extremo cerceamento à imprensa, no sentido de limitar e controlar o fluxo de informações a respeito do incidente e, posteriormente, da invasão do Iraque. A renúncia de John Brady Kieling, conselheiro político das embaixadas americanas, que deixou o cargo denunciando as ações de manipulação da opinião pública e a distorção de dados da inteligência por parte do governo já falaria por si. Como bem observou Bucci, não se trata apenas de denunciar a manipulação da comunicação de informações como arma de guerra, e sim percebê-las como instâncias imbricadas:

O senso comum, enfim, acredita que a guerra é uma coisa — e que a comunicação em torno dela é outra, ainda que subordinada àquela primeira. Acontece que a guerra, em nosso tempo, é, ela

mesma, um ato de comunicação. (...) Nesse mundo, a verdade – aparentemente jornalística – é processada não mais no trabalho nervoso das redações comprometidas com o interesse público, mas na indústria global do entretenimento. A verdade jornalística, nos tempos atuais, tem bem pouco da velha idéia de verdade e tem muito menos de jornalismo independente. Ela se reduziu a um componente do espetáculo e está aí na cena pública a disputar a atenção das platéias com rivais nada comedidos, como a pornografia, a indústria do lazer ou os desenhos animados, rivais que, muito frequentemente, são seus sócios.¹⁸

Um lugar-comum do atual credo neoliberal é o de elogiar a propagação das novas tecnologias de informação e comunicação, que constituiriam uma “Sociedade da Informação” na qual o acesso à informação e ao conhecimento do mundo seria democraticamente distribuído. Obviamente, existiriam alguns problemas para a realização dessa utopia, mas que seriam contornados pelo barateamento dos equipamentos, pela expansão do mercado global e por políticas de “inclusão digital”. A concentração e o acesso às informações deixariam, portanto, de ser apanágio das grandes corporações e dos Estados, chegando finalmente aos indivíduos. Não é, entretanto, o que pensa Aníbal Ford:

“Todavia, se as concentrações de poder têm cada vez mais informação sobre a sociedade e sobre os indivíduos, estes têm cada vez mais informação sobre o mundo. O que sucede é que ambos são fenômenos densos e fortes, porém assimétricos. Enquanto a informação sobre a sociedade avança, através de sofisticados e perigosos sistemas de formalização – toda tipificação significa amputação de variáveis – sobre grandes massas de população, a informação sobre o mundo que se concede à cidadania está cada vez mais caótica, suja e turbulenta.”¹⁹

Esse sistema midiático cumpriria, para Ignacio Ramonet, o papel de aparato ideológico da globalização: “É o sistema que, em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido de nosso cérebro, o programa para que aceitemos a globalização”.²⁰

Um dos pontos fundamentais da construção desse “Pensamento Único” é reforçar sempre a idéia de que só existiria um modelo único de sociedade democrática, baseada nos princípios da civilização ocidental cristã, da qual, grosso modo, os Estados Unidos e seus aliados seriam os guardiães e disseminadores. Em tempos do “politicamente correto”, as diferenças culturais e sociais seriam respeitadas, desde que se submetessem a esses ideais democráticos universais. Todos os que contestassem esses valores (ou que desse modo fossem descritos ao público) seriam claramente “bárbaros”, “incivilizados”, e, por essa desqualificação, sancionariam automaticamente intervenções que visassem “garantir a democracia”.

Não espanta, portanto, a comoção gerada pelo episódio de 11 de setembro – genuína e legítima em diversos aspectos, mas fortemente distorcida em outros. Como observa o filósofo Francis Wolff:

Compreende-se assim como era fácil, para alguns, interpretar o 11 de setembro, ataque surpresa de um movimento terrorista pan-islâmico, como um ataque da barbárie contra a civilização. O ataque parece inserir-se nos três sentidos da palavra *bárbaro*: massacre em massa (em tempo de paz) perpetrado em uma espécie de arcaico auto-sacrifício humano, animado por um ódio inexprimível pela Cidade e pela Modernidade, já que atingiu as torres-símbolo da modernidade, na cidade que simboliza a Cidade, Nova York.²¹

Para o filósofo francês, quando qualificamos um ato de bárbaro (sejam as mutilações rituais, sejam os extermínios em massa), estamos, em suma, delimitando uma prática que é a redução da idéia de humanidade a uma essência – e, portanto, assinalando *a impossibilidade de lidar com a humanidade em sua diversidade*. Já a civilização seria o oposto disso:

Em compensação chamaremos de “civilizações” os momentos históricos, os espaços geográficos, as áreas culturais que permitem a coexistência, tanto de fato como de direito, de vários povos, sociedades ou culturas – ou que permite até que se interpenetrem e compreendam reciprocamente. Uma civilização é, portanto, a simples possibilidade formal da diversidade das culturas.²²

O que decorre do raciocínio de Wolff é que, independentemente da riqueza ou pobreza científica, técnica, econômica ou até da sofisticação de seus costumes, uma cultura só pode ser considerada “civilizada” quando é capaz de tolerar a diversidade de crenças e práticas (excetuando, é claro, aquelas claramente bárbaras). Nesse sentido, uma verdadeira “civilização” é sempre mestiça, tolerante e plural, ao contrário de uma cultura “bárbara”, centrada e fechada sobre si mesma. Assim, ao longo da história, culturas as mais diversas já foram portadoras tanto da idéia de civilização como da idéia de barbárie.²³

Não seria abusivo, portanto, qualificar certas formas de pensamento ocidental – consideramos particularmente o ideário fundamentalista conservador norte-americano – como uma cultura “bárbara” nos termos propostos por Wolff. A dificuldade em lidar com a diferença, com o “outro”, passa pela sua desqualificação/estigmatização. Seja pelos epítetos primários como “O grande Satã” ou o “O Eixo da Mal”, seja por construções um pouco mais sofisticadas como “os inimigos da democracia”. O sistema midiático cumpre seu papel nessa operação, tanto no plano “jornalístico” como no “ficcional”, através da indústria do entretenimento. Atuando em rede, as diversas instâncias midiáticas procuram delimitar as fronteiras dos “pensamentos pensáveis” segundo Chomsky, estereotipando, em diversos

níveis de sofisticação, a figura do “outro” visto como “bárbaro”. Considerados conjuntamente, esses procedimentos contribuem para minar a possibilidade de se obter uma ação comunicativa na esfera pública, no sentido habermasiano, porque impedem o reconhecimento do “outro” como interlocutor legítimo. Tanto no caso das produções jornalísticas como no das obras de ficção, o processo é ainda mais insidioso, porque lança mão de procedimentos que dialogam com o plano do inconsciente, procedimentos que procuram colonizar o Imaginário das pessoas.

A veracidade dos acontecimentos é, hoje, ligada principalmente à testemunha das imagens repetidas obsessivamente. Como diz Susan Sontag, porém, “parece mais plausível que uma narrativa demonstre uma eficácia maior do que uma imagem”,²⁴ em uma dialética entre notícia e imagem em que a única referência se torna sinalizada pela legenda, que nos jornais ilustrados pela primeira vez se torna obrigatória. A imagem, multiplicada midiaticamente, todavia, se desconecta de sua cadeia seqüencial de acontecimentos, tornando-se “fato extremo”, exemplar, graças à moldura isolada e enaltecida que já pertence ao domínio subjetivo da fotografia.

Repetida exaustivamente, a imagem da queda das duas torres do WTC adquire as feições míticas de anjos metálicos, os aviões, derrubados pelo pecado, e da torre de Babel do progresso das forças modernizadoras destruída pelas forças malignas. A interpolação de uma história relativa, ligada aos processos reais de dominação imperialista do Ocidente na Ásia e na África, com seu rastro de mortos em guerras e destruições sucessivas não pertence a uma esfera da experiência ocidental que se realiza narrativamente, pois se insere no domínio simbólico do “outro”, do distante, do exótico que compõe, ao longo de pouco mais de um século, o cerne ideológico da supremacia ocidental em termos de progresso e modernização. Balzac, em seu *Pai Goriot*, nos oferece uma das mais ricas parábolas sobre a presença/ausência do outro. Em uma cena antológica, à pergunta se ele continuaria comendo laranjas, oriundas da China, mesmo sabendo que para cada laranja morre um chinês, Goriot responde que ele conhece as laranjas, enquanto os chineses são entidades abstratas, desconhecidas, nunca vistas, e que, na realidade, poderiam muito bem não existir. Essa relação com o outro se transforma, nas seqüências despersonalizadas de uma linguagem fotográfica que ilustra o tratamento reservado aos presos nas bases militares americanas, em uma série de objetos novamente repetidos, em que a despersonalização bem conhecida do efeito das torturas (indivíduos despojados de sua identidade, de suas vestimentas, corpos dobrados em posturas antinaturais) é limitada por uma estranha forma de censura: enquanto o rosto das vítimas, inchado e sangrento, se mostra deformado e anônimo (os nomes nunca aparecem nas legendas), toda a violência imagética se revela na “castidade” imposta à cobertura póstuma das genitálias, consideradas ofensivas, quando

expostas em uma mídia voltada para a família. Como dizer que o crime cometido é a exposição aos nossos olhares, não do fenômeno da tortura em si, mas de sua revelação plena e total em nossas telas. A nudez dos corpos torturados, mutilados, desumanizados é, paradoxalmente, o elemento considerado ofensivo aos nossos olhos, o elemento que desloca interpretação pornográfica da violência: censurar a nudez tornaria as imagens aceitáveis e, por metonímia, a tortura visualmente aceitável. Ao mesmo tempo, todavia, a infâmia resulta realçada, pois é considerado ato pornográfico o desnudamento do corpo, realizado e registrado, e somente na formatação definitiva eliminado.

Para Susan Sontag,

(...) a consciência do sofrimento que se acumula em um elenco seletivo de guerras travadas em terras distantes é algo construído. Sobretudo na forma como as câmeras registram o sofrimento explode, é compartilhado por muita gente e depois desaparece de vista. Ao contrário de um relato escrito (...) uma foto só tem uma língua e se destina principalmente a todos.²⁵

Somente a formação de uma frente de opinião pública, que surge a partir de denúncias que relatam, de forma narrativa, os acontecimentos, pode levar a mudanças expressivas, mas ela se torna irrealizável na medida da dissolução da própria esfera pública:

Fotos que todos reconhecem são, agora, parte integrante dos temas sobre os quais a sociedade escolhe pensar, ou declara que escolheu pensar. Essas idéias são chamadas de “memórias” e isso, no fim das contas, é ficção. Em termos rigorosos, não existe o que se chama de memória coletiva (...). Toda memória é individual, irreproduzível (...) o que se chama de memória coletiva não é uma lembrança, mas algo estipulado (...). As ideologias criam arquivos de imagens comprobatórias.²⁶

Explicitando a história da representação da violência, perceberemos que ela está presente ao longo de todas as épocas: pensemos na *Ilíada*, ou, mais visualmente, na escultura do *Laocoon*, ou ainda, na Idade Média, a construção da piedade através das cenas de martírio, voltadas para as emoções populares. Às vésperas da invenção da fotografia, Goya realiza, entre 1810 e 1820, uma série de gravuras, “Os desastres da guerra”, publicadas em número de três somente em 1863. Essas gravuras são indissoluvelmente ligadas às suas “legendas”, verdadeiros comentários da experiência *evenementielle* direta do autor. A fotografia desloca, aos poucos, o imobilismo ainda “artístico” devido ao tempo de impressão da chapa para o retrato “despojado” permitido pelos tempos do instantâneo tecnológico da Kodak: o efeito da realidade se manifesta na captura, que se quer casual, do momento. Se, anteriormente, a função da representação da violência imagética se voltava para a busca de uma “verdade moral”, na construção das imagens de natureza jornalística não se

apela para a constituição de uma opinião pública politicamente motivada, pois cada indivíduo se orienta para uma observação que, também, se despoja de seu valor de verdade para substituí-lo com a “realidade” veiculada pelo objeto.

No plano das indústrias do entretenimento, especialmente no cinema, num terreno dito “ficcional”, esse trabalho de construção e modelagem do imaginário exerce-se de diversas formas. Pode implicar tanto o apagamento da memória traumática (a eliminação das torres gêmeas do cenário de diversos filmes – por exemplo, *O Homem Aranha*), como a revisão histórica da presença dos Estados Unidos nos conflitos dos “países em desenvolvimento” (especialmente no caso do Vietnã, levada a cabo por filmes como *Fomos Heróis* – que vai na contracorrente de obras como *Apocalypse Now* e *Full Metal Jack* – ou de *Falcão Negro em Perigo*, para o caso africano), assim como a construção de narrativas históricas ou puramente ficcionais que seriam metáforas dos acontecimentos contemporâneos e funcionariam como reforço de determinadas idéias e estereótipos (é o caso de *Cruzada*, de Ridley Scott, de *Mestre dos Mares*, de Peter Weir ou da saga de George Lucas *Guerra nas Estrelas*).

O caso de Ridley Scott parece exemplar de como Hollywood pode ser cooptada pelo esforço de guerra contemporâneo. O diretor que revolucionaria o cinema de ficção científica com *Alien* (1979) e *Blade Runner* (1982) e reeditaria o *road-movie* em tons feministas com *Thelma & Louise* (1991), aparentemente converteu-se à visão norte-americana dominante na era Bush. Com *Cruzada*, Ridley Scott completa o que poderíamos chamar de uma “Trilogia do Império”, iniciada com *Gladiador*, em 2000, seguida de *Falcão Negro em Perigo*, de 2001. Os três filmes podem ser lidos como apologias mais ou menos disfarçadas do império norte-americano. Uma aproximação desse gênero mereceria um detalhamento e análise mais aprofundada dos filmes em seu conjunto, para não parecer uma leitura ideologizada e simplificadora. Feita a ressalva, entretanto, é possível estabelecer em linhas gerais a maneira como Scott traça paralelos entre a situação contemporânea e as narrativas das quais se ocupa. No primeiro filme, ele aborda as dificuldades “internas” do império romano (corrupção, lideranças “fracas”, necessidade de recuperar antigos ideais). Os Estados Unidos são evocados sub-repticiamente como o sucessor e sucedâneo desse império na contemporaneidade. No segundo filme, os Estados Unidos é retratado como o libertador de africanos miseráveis que logo se revelam selvagens mal-agraçados – a alusão é tão óbvia que não merece comentários. Finalmente, em sua última obra, o império norte-americano emerge metaforicamente como condutor da nova “guerra santa” que se impõe.

Gladiador retrata a decadência a partir de uma perspectiva moral do império, encarnado na figura de Cômodo, por volta de 180 d.C.: a Germânia tem que ser mantida sob controle, mas não há referência sobre por que isso se torna um problema. O filme se concentra em

uma interpretação ideológica da decadência do império, que remete à “história cristã”, na perspectiva do vencedor justo e moralmente consciente da injustiça que, todavia, se torna catarse coletiva ao definir o espaço do herói individualista como salvador da pátria imoral: a ideologia reacionária aparece no espaço de ação do herói, que busca justiça (ou vingança) pela morte da família por ordem do imperador, e que não reconduz a nenhuma historicidade possível, mas ao salvador da pátria, ameaçada por fora (pelos “bárbaros” germânicos), enquanto nenhuma referência explícita aparece ao espaço cristão, a não ser a soma de valores morais atribuídos ao herói: pai de família, que apesar de sua origem provinciana se identifica com o Império romano nas crenças e valores simbolizados pelo velho Marco Aurélio. No entanto, nada se especifica sobre o conjunto de valores, que, aos poucos, se revelam no herói: força física, desejo de vingança, frieza no planejamento da guerra, que leva ao justo destino da queda do tirano e ao ato de libertar os gladiadores de seu destino de escravos, como máxima aspiração coletiva. No parque temático romano, o herói já entra em um reino dos mortos que recompensa plenamente seu sacrifício, pois é no além que se junta à família: o paraíso, em tempos de espetáculo, se torna recompensa familiar de uma volta a um tranqüilo passado de senhor rural pouco afeito às guerras, mas que sabe vencê-las quando chamado pelo destino.

O mote inicial de *Cruzada* é a famosa frase do Papa Urbano 2º conclamando os cristãos a libertar Jerusalém: “Deus quer assim!” Eventualmente, poderiam ter sido ditas por George Bush 2º, que se declarou “cristão renascido” em 1999 e que, após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, chamou inicialmente a contra-ofensiva norte-americana de “cruzada”, rebatizando-a posteriormente de “guerra ao terror”. O filme se passa durante a trégua celebrada pelo cristão Balian de Ibelin e o sultão Saladino entre a segunda e a terceira cruzadas, em 1187, no período turbulento posterior à morte do rei de Jerusalém, Balduíno 4º. Chama inicialmente a atenção a escolha dos atores que interpretam os bem-intencionados cavaleiros Balian e seu pai, que eram franceses originalmente e são transformados em ingleses. O próprio episódio específico escolhido por Scott também é singular, caracterizando-se como um momento de exceção em um período que dura de 1095 a 1291. Chama a atenção, principalmente, a forma maniqueísta de trabalhar essa situação no filme. Assim como aconteceu em *Gladiator*, Scott insiste em fazer dos vilões caricaturas exageradas e desprezíveis. Em *Cruzada*, os vilões são os radicais que assessoram Saladino e os corruptos afrancesados que cercam a corte de Balduíno, e que põem tudo a perder – no caso, uma frágil paz que poderia modificar as relações futuras entre Oriente e Ocidente. Todas essas “licenças históricas” vêm embaladas na estética do espetáculo, tão cara à indústria do entretenimento, que faz do épico um parque temático da Idade Média, com várias cenas de

batalhas espetaculares, onde até o sangue jorra estilosamente. Na grande batalha final por Jerusalém, um ataque noturno de bolas de fogo é filmado como se fosse um moderno bombardeio de Bagdá pelas bombas “inteligentes” dos norte-americanos.

Os exemplos retirados do mundo jornalístico e do mundo ficcional servem para demonstrar como o mundo contemporâneo coloca à disposição dos indivíduos uma gama inédita de recursos simbólicos que tanto *estendem* como *limitam* seu potencial de compreensão da realidade e de si mesmos. Dessa forma, para garantir a própria integração, a sociedade não pode ficar restrita à regulação da apropriação/distribuição de recursos, devendo estender seu controle sobre os níveis simbólicos das ações – as esferas que constituem o sentido e a motivação do agir: “Nos sistemas complexos, a capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica não só se generaliza em toda a sociedade, mas se move também em direção ao indivíduo”.²⁷ No passado, o pertencimento era pensado em termos de um grupo; agora o indivíduo é o ponto terminal dos processos de regulação. Além disso, a intervenção social se dá também sobre o terreno das motivações individuais e sobre a própria estrutura biológica.

Aos poucos se reduz a distinção entre produção e reprodução; na verdade, agora, a reprodução é objeto de intervenção social e caminhamos para o paradoxo de uma “produção da reprodução” (vide as políticas demográficas, intervenções nos campos da escolástica/socialização e da manipulação genética). Assim, muitos conflitos se movem no rumo da apropriação do sentido contra aparatos distantes e impessoais, que fazem da “racionalidade instrumental” sua base e sobre ela impõem a identificação (pensemos nas manifestações antiglobalização de Seattle, Gênova, no Fórum Mundial, etc.). Ou seja, os movimentos antagonistas (como os denomina Melucci) não se dirigem exclusivamente ao processo produtivo, mas buscam atingir instâncias que o ultrapassam – questões que envolvem as identidades culturais, a natureza, as relações sexuais e afetivas, etc. Uma das dificuldades decorrentes desse processo é que os novos atores, na medida em que não construíram ainda uma linguagem própria, sejam obrigados a utilizar velhas linguagens, assentar-se sobre símbolos e memórias do passado. Em alguns momentos esse processo gera uma ambigüidade, visto que os novos fenômenos muitas vezes pouco têm em comum com a tradição utilizada para tentar defini-los (do ponto de vista da linguagem e das categorias).

Cabe às esquerdas hoje repensar essas questões dentro de um marco efetivamente civilizatório, que respeite a pluralidade e a democracia. Como resume bem Gabriel Cohn:

Meu argumento de base, aqui, é que a esquerda não pode abrir mão de sua posição original, segundo a qual é praticamente possível e eticamente imperativo intervir de modo racional nos processos históricos em curso e buscar influenciar o seu desenlace em nome de alguns princí-

pios, principalmente os da igualdade e do livre e universal desenvolvimento das capacidades. Cabe talvez lembrar, nesse ponto, a conclusão a que chegou o sociólogo alemão Helmut Dubiel ao analisar o “luto da esquerda” após a derrocada do socialismo de feitiço soviético: “À esquerda cabe agora a tarefa de civilizar o capitalismo”. Não é preciso ir tão longe, mas a questão central foi enunciada.²⁸

Dessa forma, refletir acerca do papel da mídia e do sistema de informações global é fundamental e estratégico para redefinir os marcos simbólicos, a linguagem e os conceitos capazes de nortear ações identificadas com os princípios civilizatórios, democráticos e socialistas.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Giulia Crippa é historiadora, doutora em História Social pela USP, professora do curso de Ciências da Informação e Documentação da FFCLRP-USP.

** Marco Antônio de Almeida é sociólogo, doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor do curso de Ciências da Informação e Documentação da FFCLRP-USP.

¹ BENJAMIN, W. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Obras escolhidas vol. I*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

² KONDER, L. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

³ BENJAMIN, op. cit., p. 198.

⁴ RODRIGUES, A. D. “Para uma genealogia da globalização do discurso da experiência”. In: PRADO, J. L. A. e SOVIK, L. (orgs.). *Lugar Global e Lugar Nenhum: ensaios sobre democracia e globalização*. São Paulo, Hacker, 2001, p. 63.

⁵ Id., *ibid.*, p. 64.

⁶ TORTAROLO, E., *L'Illuminismo – Ragione e dubbi della modernità*. Roma, Carocci, 1999, pp. 196-212.

⁷ DEBRAY, R. *Lo Stato Seduttore – Le rivoluzioni mediologiche del potere*. Roma, Sisifo, 1994, oferece, nas páginas 82 e 83 uma tabela de comparação abrangente entre monarquia feudal e sociedade da informação em relação à ampliação ou redução da esfera pública.

⁸ RANCIÈRE, J. *Políticas da escrita*. São Paulo, Editora 34, 1995, p. 9.

⁹ POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro, Graphia, 1999, pp. 34-50.

¹⁰ EIZENSTEIN, E. *A revolução da cultura impressa – Os primórdios da Europa moderna*. São Paulo, Ática, 1998, pp. 17-108.

¹¹ MARCUSE, H. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo, Unesp, 1999, pp. 71-104.

¹² TORTAROLO, op. cit., pp. 63-88.

- ¹³ Em BENJAMIN, W. *Angelus Novus – Saggi e frammenti*. Torino, Einaudi, 1962, p. 123. Vale lembrar que a fotografia é dotada de algumas características que a tornam única: ela é o registro do real, no sentido de representar a coisa como ela é, e é testemunha do real, ou seja: alguém estava presente quando foi tirada. Porém, ela é parcial no olhar, remetendo à subjetividade da escolha do quadro e da imagem.
- ¹⁴ THOMPSON, J. B.. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998; WOLTON, D. *Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre, Sulina, 2003.
- ¹⁵ HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- ¹⁶ CHOMSKY, N. “Entrevista”. In: BEIRÃO, N. (ed.). *América: depoimentos*. São Paulo/ Rio de Janeiro, Companhia das Letras/ Videofilmes, 1989, p. 46.
- ¹⁷ BUCCI, E. “O olhar mutilado”. In: NOVAES, A. (org.) *Civilização e Barbárie*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 234.
- ¹⁸ Id., *ibid.*, pp. 239-242.
- ¹⁹ FORD, A. “O contexto do público”. In: MORAES, D. de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro, Record, 2003, p. 94.
- ²⁰ RAMONET, I. “O poder midiático” In: MORAES, D. de (org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro, Record, 2003, p. 246.
- ²¹ WOLFF, F. “Quem é bárbaro?”. In: NOVAES, A. (org.) *Civilização e Barbárie*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 25.
- ²² Id., *ibid.*, p. 41.
- ²³ Wolff exemplifica com a Andaluzia do século X, onde coexistiam as culturas judaica, muçulmana e cristã, que considera muito mais civilizada que a época dos reis católicos, que expulsaram judeus e árabes da Espanha. O “contra-exemplo” seria a Europa do século XX, que mesmo tendo sido portadora da idéia de “civilização”, foi o cenário, quando não o agente, dos genocídios mais bárbaros da história.
- ²⁴ SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 102.
- ²⁵ Id., *ibid.*, p. 21.
- ²⁶ Id., *ibid.* p.73.
- ²⁷ MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001, p. 71.
- ²⁸ COHN, G. “Esquerdas e nova civilização”. In: PRADO, J. L. A. e SOVIK, L. (orgs.). *Lugar Global e Lugar Nenhum: ensaios sobre democracia e globalização*. São Paulo, Hacker, 2001, p. 46.

VEJA E A COBERTURA DO “11 DE SETEMBRO”: A LEGITIMAÇÃO DA GUERRA IMPERIALISTA *

Carla Luciana Silva**

Resumo

Este artigo propõe analisar a cobertura jornalística da revista *Veja* sobre os ataques de 11 de setembro ao World Trade Center e suas conseqüências políticas. Essa cobertura se enquadra no “*modelo de propaganda*”, repetindo a forma como a “*mídia principal*” trata a política interna e externa estadunidense. A exemplo da grande imprensa mundial, os textos de *Veja* reproduzem as publicações oficiais. A análise das matérias da revista mostra como sua cobertura reproduziu a lógica imperialista, destacando as diferentes formas discursivas que buscavam convencer sobre essa posição, apresentada como a única possível de ser aceita naquele momento.

Palavras-chave

Veja; hegemonia; imperialismo; 11 de setembro.

Abstract

This paper intends to analyse Veja's news cover of September 11th attacks against World Trade Center and its political consequences. This news cover suits in the "advertising model", reproducing the way media in general treats the internal and external US politics. As do the world press in general, Veja's texts reproduce the official publications. The analysis of those texts shows how the magazine reproduces imperialist logic, with special attention being payed to the different discursive forms that tried to convince the reader about this position, presented as the only way things could be accepted at that time.

Key-words

Veja magazine; Hegemony; Imperialism; September-eleven.

A grande imprensa tem sido majoritariamente submissa e acrítica com relação aos interesses do governo norte-americano, reproduzindo a lógica expansionista e imperialista, ajudando a consolidar o suposto direito dos EUA de intervirem pela força, para combater o “comunismo”, o “terrorismo” ou qualquer outra resistência que aquele país considere como “perigo” à sua dominação.¹ A imprensa tem um papel específico, que é o da sistemática propaganda no sentido da manutenção “de um mundo de má distribuição de renda e de importantes conflitos de interesse de classe”.²

Esses mecanismos não são evidentes, nem mesmo para a maioria dos pesquisadores. A busca pela informação pelo leitor, mesmo aquele com senso crítico, acaba se deparando com dados que têm aparência de verdade e são assumidos como tal. Existe algum nível de crítica à imprensa no senso comum, mas há um alto grau de credibilidade com relação às notícias internacionais, levando à idéia de que “pelo menos” elas seriam mais confiáveis, tendo em vista o maior distanciamento com relação às realidades em questão.

A imprensa propagandística utiliza-se de “filtros” aos quais são submetidas previamente as publicações: porte, propriedade e orientação para os lucros da mídia de massa;³ licença da propaganda para fazer negócios;⁴ concentração em fontes de mídia de massa;⁵ bateria de reações negativas e os fiscais de cumprimento⁶; anticomunismo como mecanismo de controle.⁷ Como resultado final, esse modelo “traça as rotas pelas quais o dinheiro e o poder são capazes de filtrar as notícias adequadas para serem impressas, marginaliza as opiniões contrárias e permite que o governo e os interesses privados dominantes transmitam suas mensagens ao público”.⁸ Assim, as notícias sobre tudo aquilo que envolva os Estados Unidos e suas relações externas já chegam filtradas. São envolvidos os agentes do processo de disseminação do capital, as multinacionais, transnacionais, a indústria armamentista, os interesses nos recursos naturais, enfim, tudo que diga respeito à acumulação capitalista e aos conflitos intra-imperialistas.

Há recursos discursivos recorrentes: a classificação das vítimas em “merecedoras” e “não merecedoras”, buscando “concentrar nas vítimas das potências inimigas e esquecer as vítimas de nossos amigos”; o tratamento dado a nações “amigas” ou não.⁹ A escolha das fontes leva à prévia seleção daqueles que terão direito à voz e da forma como isso deve aparecer. Há também a desvinculação dos aspectos econômicos envolvidos nos conflitos políticos,

(...) dado o singular papel que desempenham as indústrias de armamento e de petróleo na economia estadunidense, como fatores dinamizadores em tempos de crises e como grandes pilares de sua hegemonia mundial nas esferas geopolítica, comercial e, mais indiretamente, monetária e financeira.¹⁰

Ao observarmos os posicionamentos da imprensa dos Estados Unidos a partir desse modelo, as semelhanças com as posições assumidas pela revista *Veja* não podem ser vistas como coincidência. A revista reproduz o mesmo modelo e, muitas vezes, os mesmos textos,¹¹ as mesmas capas, as mesmas reportagens. A cobertura do 11 de setembro mostra a forma distintiva do tratamento dado aos conflitos internos e à interferência norte-americana, gerando separação das “vítimas”, dos “culpados” e da própria história. O “mundo árabe” oculta o papel econômico do petróleo, enfatizando apenas os atentados e a guerra de Bush no Afeganistão.

O interesse midiático: mais um espetáculo

A quantidade de material publicado por *Veja* relacionado aos ataques de 11 de setembro é fora do comum. A tabela abaixo nos dá dimensão da expressividade da cobertura do tema, relacionando as cinco primeiras edições, em que a cobertura teve a seqüência de seis capas ininterruptas.

Tabela 1 – O 11 de setembro em *Veja* (total de páginas)

	1.Editorial	2.Capa	3.Cartas	4.Opinião	5.Páginas Amarelas	6.Matérias	7.Cobertura total 11 set	8. N. de páginas da revista
19/09	1	1	2	3	3	62	72	144
26/09	1	1	2	3	3	63	73	152
3/10	1	1	2	3	3	53	63	152
10/10	0	1	1	3	0	42	47	156
17/10	0	1	2	2	0	39	44	176
24/10	0	1	1	1	0	26	29	176
Total	3	6	10	14	9	285	328	956

Observações:

São tabuladas as ocorrências em que se tratou do tema “11 de setembro” nas diferentes seções de *Veja* logo após os atentados, em número de páginas. A coluna 3 se refere a cartas de leitores da revista; a coluna 4 se refere às seções Ponto de Vista, Em foco ou outras; A coluna 6 se refere a matérias específicas sobre o tema; a cobertura total é a soma das colunas 1+2+3+4+5+6; a coluna 8 se refere ao total de páginas da revista (inclui publicidade e matérias sobre outros temas).

Mais de 30% da revista, durante seis semanas seguidas, foi dedicada ao tema. Mas a análise nos mostra que muito pouco havia de informação, em proveito de reprodução de matérias preconceituosas e pró-imperialistas. Para Arbex Jr. *Veja* ganharia “o grande troféu do preconceito contra o Islã, de parcialidade no tom das ‘reportagens’ e de percepção colonizada pelos interesses estratégicos da Casa Branca”.¹² Luiz Magalhães avalia:

(...) tudo bem que o semanário da Editora Abril tenha como um de seus mais caros valores a economia de mercado. Nada contra. Também não há nenhum problema no fato de a revista acreditar na “justiça” e na ampla mobilidade social do capitalismo. É o direito dos acionistas da empresa que edita *Veja*. A família Civita, proprietária da Abril, acredita nesses valores há muito tempo e tem o direito de compartilhar com os seus leitores as suas graves preocupações com a ameaça que paira sobre os EUA e “todo o mundo ocidental”. Nada disto, portanto, incomoda. O que incomoda na *Veja* é a editorialização das reportagens que apresenta aos seus leitores. Não basta o editorial. É preciso convencer o público de que *Veja* tem razão. Sempre.¹³

Muito do que foi dito e visto sobre os atentados foram pura *desinformação*, pois importava preencher páginas e tempo com aqueles fatos que abalaram o mundo apenas na aparência, pela mera repetição de imagens. Ao mesmo tempo em que havia um interesse comercial da mídia em vender, houve um interesse mais amplo do Departamento de Estado estadunidense em desinformar, fazendo com que a mídia reproduzisse sua propaganda, abrindo espaço para a aprovação de todos os seus atos.

A existência de Bin Laden e dos atentados acabaram sendo algo positivo para a política externa estadunidense, como disse Dowbor, “se Bin Laden não existisse, seria necessário inventá-lo”.¹⁴ Foram muitos os lucros dos Estados Unidos com os atentados: a legitimidade conquistada por Bush, que de “impostor”, passa a ser visto como “estadista”; a globalização, pois o movimento antiglobalização torna-se alvo prioritário da repressão e criminalização dos movimentos sociais; o petróleo, pois forjou-se “o pretexto para uma intervenção em grande escala na região, certamente impensável até 11 de setembro”;¹⁵ a geopolítica, consolidando uma estratégia de longa data de deslegitimação da ONU; a indústria armamentista, que ganha evidente novo fôlego com as novas investidas do império.

Os atentados foram um bom negócio midiático também para *Veja*. Segundo editorial:

Nunca um assunto estampado na capa de VEJA atraiu tanto a atenção dos leitores quanto os atentados terroristas a Nova York e Washington. Com exceção do número de lançamento da revista, em setembro de 1968, a edição da semana passada ultrapassou todos os recordes históricos de procura nos pontos-de-venda do país. Mais de 400.000 exemplares foram vendidos nas bancas. A edição esgotou-se no fim de semana. Em muitas capitais, no sábado à tarde já não se podia mais achar VEJA. Com isso, a circulação total da revista (...) ultrapassou a casa de 1,3 milhão de exemplares.¹⁶

A revista diz se orgulhar de ter conseguido “*informar com exatidão e analisar com profundidade e sem rodeios as reais dimensões da tragédia que mudou o curso da história mundial*”.¹⁷ Desejava com isso consolidar a posição de uma nova-nova ordem, baseada na superficialidade apresentada como “profundidade”. Se colocava no papel de “um porto seguro de informações exatas e análises da grave situação de guerra em que a ousadia sem limites do terror colocou o planeta”.¹⁸ Embora, efetivamente, muitas páginas tenham sido publicadas, poucas informações são de fato apresentadas, prevalecendo a apologia, reprodutora do discurso do Pentágono.

A análise a seguir buscará mostrar as linhas gerais da cobertura da revista. Perceberemos a prática comum do modelo de propaganda de uma forma mais explícita, em que afirmações que causaram polêmica mesmo nos EUA, em *Veja* aparecem como indiscutíveis, apresentando os EUA como vítima absoluta.

A “guerra justa” e a mudança da ordem mundial

Na capa da primeira edição após 11 de setembro, enunciava-se: O IMPÉRIO VULNERÁVEL. As manchetes sensacionalistas anunciavam a tônica da interpretação da revista: “os americanos prometem acabar com os países que abrigam terroristas”; “a perícia dos pilotos suicidas”; “Ocidente x Oriente: choque de civilizações”; “o medo da recessão mundial”. A revista firmaria seu credo no editorial: “o que incomoda o terror”:

O verdadeiro alvo visado pelos terroristas que atacaram Nova York e Washington na semana passada não foram as torres gêmeas do sul de Manhattan nem o edifício do Pentágono. O atentado foi cometido contra um sistema social e econômico que, mesmo longe da perfeição, é o mais justo e livre que a humanidade conseguiu fazer funcionar ininterruptamente até hoje. Não foi um ataque de Davi contra Goliás. Nem um grito dos excluídos do Terceiro Mundo que, de modo trágico mas efetivo, se fez ouvir no império. Foi uma agressão perpetrada contra os mais caros e mais frágeis valores ocidentais: a democracia e a economia de mercado.¹⁹

A própria revista proclama o que considera os “valores supremos” e “mais justos” que até hoje a humanidade teria logrado alcançar: o capitalismo sob hegemonia dos EUA. Define quais são os responsáveis pelos atentados e interpreta quais seriam suas supostas motivações:

O que realmente incomoda a ponto da exasperação os fundamentalistas, apontados como os principais suspeitos da autoria dos atentados, não é só a arrogância americana ou seu apoio ao Estado de Israel. O que os radicais não toleram, mais que tudo, é a modernidade. É a existência de uma sociedade em que os justos podem viver sem ser incomodados e os pobres têm

possibilidades reais de atingir a prosperidade com o fruto de seu trabalho. Esse é o verdadeiro anátema dos terroristas que atacaram os Estados Unidos. Eles são enviados da morte, da elite teocrática, medieval, tirânica que exerce o poder absoluto em seus feudos. Para eles, a democracia é satânica. Por isso tem que ser combatida e destruída.²⁰

O agente amalgamador de toda a pregação é a modernidade capitalista, que supostamente garante aos que trabalham – retomando a ética protestante em desuso – usufruírem seus frutos. A democracia é convocada ao final, como acessório dissociado das relações sociais de exploração e reduzida a um ato individual.

ESTE MUNDO NUNCA MAIS SERÁ O MESMO. Esta é a manchete em página dupla, com fundo azul, dando destaque à foto das duas torres gêmeas do WTC, abrindo a cobertura. A explicação aponta a ameaça que representaria para o mundo os atentados contra a potência norte-americana: “depois dos atentados de Nova York e Washington, mudam o conceito de terrorismo e a forma com que o terror será combatido, enquanto os americanos descobrem que também são vulneráveis”.²¹ Isso justificaria uma alteração completa no “andamento do mundo”, cuja regra vigente seria a nova ordem instaurada por George Bush, mantendo, entretanto, conformidade com o que vimos sobre a década de 1990:

Dez anos atrás, depois do colapso da União Soviética, o presidente George Bush, pai de George W., anunciou uma nova ordem mundial, cuja base era o triunfo dos valores americanos e da democracia liberal. Parecia que o derradeiro desafio da humanidade era promover o comércio global.²²

O apoio à “guerra contra o terrorismo” e a escolha do Afeganistão como alvo não foi unânime como *Veja* quis fazer parecer. Muitas manifestações contrárias foram sistematicamente ignoradas. A revista não teve dúvidas, desde o início, da necessidade de guerra e, enfaticamente, para ela, “o momento pertence aos guerreiros”.²³ Uma guerra dessa natureza, sem um adversário claro, só poderia sustentar-se pela definição mais ampla possível dos inimigos, mesmo que para isso tivesse que utilizar métodos “antigos”: “a vitória não virá num único ataque, afirma Samuel Berger, presidente do Conselho de Segurança Nacional do governo Bill Clinton. É preciso desencadear uma guerra fria ao terror”.²⁴ Ou seja, começava a ficar mais explícita a continuidade das práticas da guerra fria, e, para que ficasse claro, a revista explicava que “como Israel, os Estados Unidos estão ansiosos para demonstrar que os ataques sempre serão defendidos”.²⁵ A guerra vaga é justificada por resposta a uma ofensa aos “valores superiores”, legitimando-se na prática do terror de Estado do governo israelense, o que passa a ser visto como razão definitiva.

O inimigo era apresentado como invisível e poderia estar em qualquer lugar, agindo sorrateiramente. Daí a necessidade de encontrar um culpado visível, que justificasse o ataque, no que a imprensa teve papel fundamental, convencendo e mobilizando a “opinião pública”. Assim, logo que o Secretário de Estado Collin Powell definiu Osama Bin Laden como o principal suspeito, *Veja* explicou que haveria dificuldades, pois a luta seria contra “o atraso”: “ataques aéreos não seriam decisivos naquele país arruinado por mais de duas décadas de guerra civil e pela insana política que retornou aos costumes medievais implantados pelo Taliban”.²⁶

Criando a “opinião pública”

A “opinião pública” é utilizada para justificar a amplitude do ataque projetado: “diante do horror da destruição em Nova York, é improvável que o governo ou a opinião pública fiquem satisfeitos com uma simples retaliação aqui ou ali”.²⁷ O apoio deveria ser de todos, indiscriminadamente, pois “com o fim das ideologias e depois dos atentados, **o planeta** está agora obcecado pela segurança”.²⁸ Anuncia-se que os Estados Unidos dariam prioridade aos aliados “que os ajudem na manutenção da ordem”, e critica-se veladamente: “nesse tipo de questão, o Brasil geralmente fica de fora”.²⁹ Mais uma vez, a lógica do império é justificada.

Veja citava as palavras do presidente dos EUA avaliando os agressores como “covardes que não mostram a cara”.³⁰ Em seguida, lançou dados sobre a espionagem norte-americana, que aparecem como naturais, não se aplicando a lógica da “covardia”:

(...) os americanos gastam 30 bilhões de dólares por ano em inteligência, e só a CIA, o serviço de espionagem, tem 2.000 agentes no exterior. O sistema caríssimo de vigilância eletrônica por satélites é capaz de fazer fotos tão detalhadas que se podem identificar pontas de cigarros jogadas fora pelos guerrilheiros no Afeganistão.³¹

Não se comenta a dupla incoerência de que com todos esses gastos a “inteligência” não tenha sido capaz de impedir os atentados; nem que esses espões agem covardemente. Importava que essa seria uma “guerra suja e longa”.³²

A necessidade de provas para justificar o ataque ao Afeganistão tornava-se dispensável, mesmo que causasse algum incômodo no mundo diplomático. O dever de apresentação de algo plausível levou Tony Blair a tornar públicas as supostas provas de envolvimento da rede Al Qaeda e de Bin Laden. Absolutamente nada de concreto foi descrito. Mas se acrescentava que “a imprensa americana e a CNN” teriam registros de depósitos bancá-

rios de membros da rede terrorista, e teriam gravado um diálogo telefônico entre “dois terroristas ligados a Osama Bin Laden” em que “ambos comemoravam o sucesso dos atentados”.³³ Assim, uma reportagem, que sequer apresenta algo de concreto, suprimiria a necessidade de comprovação. Para concluir, a revista citou uma entrevista de Colin Powell no NYT, em que ele disse que “mesmo que as provas de participação do terrorista nos atentados não fossem conclusivas, os americanos teriam o direito de caçá-los, pelo seu passivo de crimes contra os Estados Unidos e contra a civilização”, ao que completou a revista: “que a caçada seja bem-sucedida – e não esmague apenas a cabeça do monstro, mas também seus tentáculos”.³⁴ Dispensavam-se provas, justificava-se a “caçada”, tendo como fontes falas do governo da Inglaterra, dos Estados Unidos e da CNN, substitutos de qualquer posição contrária. Duas semanas depois, o editorial continuava com o mesmo tema, assim definindo a situação mundial:

Há sensação de que a ousadia do terror em atacar o palco mais cosmopolita do mundo, Nova York, e o centro nervoso da defesa dos Estados Unidos, o Pentágono, tirou o planeta dos eixos – e ele ainda não voltou à normalidade. Os efeitos traumáticos dessa nova ordem podem ser sentidos não apenas nas altas esferas da política e da diplomacia mundiais, mas no cotidiano das pessoas. As duas edições passadas de VEJA e a que agora chega às mãos dos leitores refletem esse clima de mudança permanente.³⁵

O objetivo de “dar sentido aos fatos”, demanda a guerra para “colocar o planeta nos eixos”, afirmando inclusive que haveria “uma questão da qual quase todo mundo fugiu: a existência de guerras justas, de batalhas que precisam ser lutadas, um conceito que o próprio Vaticano reafirmou na semana passada”.³⁶ Portanto, o Vaticano, alvo de críticas freqüentes pela revista, serviu para justificar a guerra, remontando inclusive às Cruzadas medievais, na idéia de “guerra justa” contra os infiéis, que devia ser lutada a qualquer preço.

Ligações perigosas: Bush e Bin Laden, parceiros no petróleo

A ação imperialista estadunidense no Oriente Médio visando o controle das reservas de petróleo é ocultada pela revista. O interesse dos grupos que sustentam Bush é inegável, e foi o fundamento da invasão do Afeganistão e da satanização de Bin Laden, mas isso não foi sequer questionado, ocultando que:

Os grandes grupos na região incluem Chevron Texaco, Exxon Móbil, BP, PLC e Halliburton. O maior investidor é British Petroleum, o que explica em boa parte o entusiasmo de Blair de fazer os militares ingleses lutar contra Bin Laden e sobretudo acompanhar as entradas norte-americanas na região.³⁷

A aproximação dos EUA com países como Quirquístão, Cazaquistão e a Geórgia, segundo *Veja*, se restringia a dizer que “o comportamento dos EUA no cenário internacional é que os novos amigos que o país vem fazendo (...) acabarão tomando o espaço econômico de países como México, Argentina ou Brasil, que vinham se esforçado há tempos para atrair investimentos americanos”. Ainda “segundo esse raciocínio, a derrocada do comunismo tinha deixado vários dos ex-Estados soviéticos à deriva”, mas agora, “ter um inimigo para dividir com os EUA virou um grande negócio”.³⁸ *Veja* não diz que

(...) a família Bush tem as empresas de petróleo como principal base de apoio político”, e se o Afeganistão tem importância reduzida com relação ao petróleo, sua invasão permitiria “a pretexto de combater o terrorismo (...) instalar as bases nos países limítrofes: Quirquístão, Usbequistão, Azerbaijão e outras repúblicas soviéticas”.³⁹

Portanto, é “um país cuja localização geográfica é vital, justamente por ser a região de passagem entre o Oriente Médio e a Ásia Central”.⁴⁰

Há que lembrar as ligações de Bin Laden com a CIA em ações do “tráfico de drogas do Triângulo Dourado (Afeganistão e Paquistão), [que] concretizaram-se na Ásia Central, no Cáucaso e nos Balcãs”, tendo servido o aparelho militar controlado pela CIA na região como catalisador da desintegração da União Soviética. O governo Clinton foi cúmplice de várias dessas organizações, inclusive os *freedom fighters*, de Bin Laden, conforme indicam documentos oficiais. Mais que isso, “há evidências de que a CIA nunca cortou vínculos com a Rede Militante Islâmica”.⁴¹ Michael Moore levantou em suas obras recentes várias comprovações das ligações entre as famílias Laden e Bush⁴²

Há muitas outras fontes que permitiriam pelo menos contestar essas posições da revista. Mas em *Veja*, sua posição aparece como sendo a verdade inabalável. Não há espaço para o contraditório. Os interesses empresariais e as ligações entre governo e grupos “terroristas” eram de conhecimento público, e facilmente se transformariam em matéria jornalística. Mas *Veja* optou por desviar a questão, chamando a atenção apenas para a necessidade de “amigos dos EUA”, talvez até colaborarem na guerra, para deles receber contratos.

Os “inimigos desprezíveis” da “civilização”

Embora não tenham sido apresentadas provas, houve a definição dos culpados por parte do governo estadunidense e de *Veja*. O fato de que Bin Laden teria se rejubilado com os atentados e de que houve algumas manifestações no Oriente Médio, também nesse sentido, foram suficientes para a atribuição de culpa, até porque o seu passado já o condenaria por isso. Tudo que pudesse ser associado com os culpados oficiais passou a ser visto como inimigo: “afegãos”, “árabes”, “islamismo”, entre outros. Sempre essas definições são taxativas, dispensando uma conceituação historicamente fundamentada, o que pode ser visto nas palavras usadas para classificar os “inimigos”: “homem das cavernas”,⁴³ “muçulmanos fanáticos”,⁴⁴ “caçados como trogloditas pré-históricos”,⁴⁵ “fundamentalistas”,⁴⁶ “moram numa toca”,⁴⁷ “terrorista notório”,⁴⁸ “fascismo islâmico”.⁴⁹ Nesse sentido, o “chefão do terrorismo”⁵⁰ é também definido como “dono de uma mente privilegiada” e coordenador de uma “corte de fanáticos”.⁵¹

Sem esclarecer a origem da informação, *Veja* definiu quais seriam as intenções do grupo de Bin Laden:

Os objetivos dessa multinacional sinistra são, num primeiro instante, a derrubada, nos países muçulmanos, de todos os governos considerados pró-ocidentais. Depois todas essas nações se uniriam num grande império governado exclusivamente pelos dogmas do Corão. Essas idéias fazem de Osama Bin Laden, idealizador e chefe da Al Qaeda, uma personalidade tão delirante quanto o ditador nazista Adolf Hitler ou o ratinho Cérebro do desenho animado, aquele que acorda todas as manhãs com a obsessão de dominar o mundo.⁵²

O império dos EUA inventa impérios de papel como inimigos. O problema estaria na formação de um “império”, associando o inimigo a Hitler.

Depois de traçar tal quadro e diante da impossibilidade de sustentá-lo, restava desmoralizar Bin Laden, comparando seus planos aos de um personagem de desenho animado. Também com esse sentido, criticava que “os mulás controlam a vida social, política, militar e econômica do país. Definem comportamentos, estabelecem quem são os inimigos e amigos do país”.⁵³ Perceba-se que foi justamente em razão de os EUA estarem definindo seus inimigos naqueles que os criticavam por definirem padrões de comportamento para o mundo e serem imperialistas que *Veja* comprou sua causa, apoiando de forma incontestante o padrão estadunidense.

A forma como foi definido que o mulá Mahamed Omar seria um dos líderes da Al Qaeda também é elucidativa do tratamento dado a esses inimigos. *Veja* diz que o “chefão gosta de sentar ao volante de um carro parado e brincar de motorista. Com a boca, simula o ronco do

motor e o som da buzina, do jeito que fazem crianças de 6 anos: roam, bibi, fonfon”.⁵⁴ A fonte dessa “informação” seria o seu ex-médico, refugiado no Paquistão, “cujo nome não foi divulgado porque isso ajudaria a identificar seus familiares no Afeganistão”.⁵⁵ A definição sobre “um dos mais intrigantes personagens do momento”, como se tratasse de alguma telenovela, mostrava que esse “fanático religioso” que “conduziu um país miserável a um conflito militar com os Estados Unidos é um doido varrido”.⁵⁶ Nessa formulação, não seriam os EUA a invadir o Afeganistão, e sim os afegãos que conduziriam o país à guerra.

Justificando a dificuldade em descobrir previamente a ação inimiga, a revista explicava que “para um homem-bomba na Palestina basta enrolar explosivos em torno da cintura e procurar vítimas indefesas entre os israelenses”.⁵⁷ Uma suposta facilidade para morrer dos palestinos, os contrapunha aos “indefesos israelenses”. E prossegue com muita precisão: “há notícias de que Bin Laden está particularmente irritado com o apoio de Washington a Israel”.⁵⁸ A propaganda se completa dizendo que ele teria acabado de “Destruir com seu atentado insano as reservas de simpatia mundial em relação ao povo palestino. Pode-se até dizer que a partir de agora os americanos devem mostrar-se mais compreensivos diante da brutal reação israelense ao terrorismo islâmico”.⁵⁹ O verbo dever pode expressar uma hipótese como também uma obrigação, uma exigência. Não está claro qual o sentido de sua utilização aqui, mas indica que haverá mais ação militar israelense contra o povo palestino, com apoio estadunidense, e exige-se a anuência de todos, pois “as reservas de simpatia” para com os palestinos estariam destruídas. Conclui a revista alertando que “o que os fundamentalistas não suportam em Israel”, é “o fato de o Estado judeu ser a presença ocidental mais perto de suas mesquitas”,⁶⁰ explicando o que a ocidentalidade significaria: “princípios básicos, notadamente a liberdade política e individual”.⁶¹

Para definir as “vítimas merecedoras”, *Veja* apresenta a ação dos muçulmanos,

(...) pelo menos sua minoria radical: Tem uma disposição fanática para matar e morrer e se em num ódio incontrolável contra os Estados Unidos, em sua opinião, um país satânico. Em sua visão, atacar o demônio americano garante ao fiel um lugar de honra no paraíso. Como se pode lidar com terroristas cujo objetivo é retornar ao século VIII? Eles não fazem exigências, não pedem dinheiro para libertar reféns, só querem ver sangue.⁶²

Diante disso, um Bin Laden (irracional e sanguinário) é transformado no “inimigo número 1 da América” ou ainda “um outro pesadelo produzido pelo mundo islâmico”.⁶³ O fato de ele ter recebido treinamento militar dos EUA aparece como “ironia”, e não como consequência da política de intervenções em nações soberanas justificadas pela fúria expansionista estadunidense. Depois de discorrer rapidamente sobre as práticas de Bin Laden e da Al Qaeda, a revista sintetiza: “mesmo se não for responsável pelo ataque infame ao World Trade

Center e ao Pentágono, Osama Bin Laden tem uma folha corrida que justifica sua fama e as novas terríveis suspeitas que agora pesam sobre ele”.⁶⁴ Ou seja, ainda que pudesse ser inocente mereceria ser castigado. Seu currículo permitiria acusá-lo de qualquer coisa, exatamente a mesma argumentação, com quase as mesmas palavras de Collin Powell, citadas anteriormente.

Os afegãos, por sua vez, são mostrados como pessoas que “vivem como animais”, seriam o “país que mais produz refugiados no mundo”.⁶⁵ Esse é um raro momento em que se comenta a questão dos refugiados afegãos, vítimas dos ataques dos EUA. *Veja* se excede e menciona que “toda ajuda humanitária oferecida (...) tem se revelado incapaz de evitar as cenas trágicas que fazem parte do cotidiano dos acampamentos”.⁶⁶ Nada diz sobre a forma dessa ajuda, que jogava alimentos envoltos em panfletos pró-EUA, condenada até por ONGs como a Médicos sem Fronteiras, que a considerou uma “manipulação inadmissível da ajuda humanitária: seria muito mais generoso não os matar, não bombardear as instalações militares, ministérios ou centros de comunicação”.⁶⁷ *Veja* reproduzia o cinismo da “ajuda humanitária” que segue os mísseis.

Os sauditas, de forma geral, foram definidos como “pobres pés-sujos, gente ignorante e fanatizada por seus líderes religiosos”.⁶⁸ A revista justifica de antemão represálias contra tais “bárbaros”: “agora, de novo, muita gente nos países muçulmanos está ficando do lado errado. Do lado, inevitavelmente, do perdedor”.⁶⁹ Mais uma vez, repete que há “um lado certo”, que fica evidente quando esboça uma crítica aos “ricos”, que não seriam “tão manobrados”, mas que “teriam perdido suas fortunas, seu estilo de vida e até seu país caso os Estados Unidos não os salvassem da gula territorial do iraquiano Saddam Hussein. No entanto, eles esqueceram disso”, e veriam em Bin Laden um “defensor da causa árabe contra os americanos maus”.⁷⁰ Para se justificar, refere-se à Guerra do Golfo como se ela tivesse sido planejada por Hussein, e não tivesse nada a ver com a expansão estadunidense para o controle do petróleo da região.

O mercenarismo reaparece na imagem projetada sobre os afegãos. A corrupção, denunciada em outros momentos, é aqui estimulada. Para *Veja*, convenientemente, seriam corrompidos apenas os miseráveis que se vendem, eliminando o problema moral para os que corrompem à força de dinheiro e bombas. Ao tratar da “reconstrução” do Afeganistão, quando apenas iniciavam os ataques terrestres, além de informar que Collin Powell “combinau com os paquistaneses como será o futuro governo do Afeganistão”, mais uma vez passando por cima da ONU, sem questionamento da revista, explicou que

A CIA está tentando conquistar o apoio dos chefes tribais patanes para essa solução. Não é tão difícil quanto parece, pois tradicionalmente eles lutam por quem paga melhor ou tem maior chance de vencer. Os americanos apostam que é apenas questão de acertar o preço e os pródios afegãos entregarão Osama Bin Laden e seus terroristas.⁷¹

Argumento semelhante seria usado em 2003, quando da nova investida no Iraque pelos EUA, em que se disse que os estadunidenses seriam recebidos com festa pela população local. Nada disso se revelou verdadeiro, e Bin Laden não foi entregue pelos afegãos, mesmo sendo apenas uma “questão de preço”.

Para *Veja*, qualquer questionamento passa a ser suspeito de “antiamericanismo”, expressão que serve muito bem para não entrar no mérito da questão. Até mesmo a autorização para utilização pela CIA de métodos ilegais de tortura é considerada como “barreiras éticas suspensas em nome da necessidade de derrotar o terrorismo”,⁷² como uma dificuldade a mais a ser superada: “o desafio agora é fazer com que os agentes voltem a pisar na lama e produzir resultados. Mesmo que seja à moda antiga. A moda antiga é a dos golpes de Estado, dos assassinatos e chantagens”.⁷³ Portanto, essas medidas são plenamente justificadas pela revista.

A caracterização do inimigo não estaria completa sem a recorrência ao antigo “perigo comunista”, o que *Veja* faria na matéria de cinco páginas na qual define Bin Laden como “o Che Guevara do Islã”. Inicialmente, apresenta seu histórico e biografia mostrando que há muito tempo planejava uma ação grandiosa contra os EUA. É descrito como um herói do Oriente Médio, “assim como o revolucionário comunista, o terrorista tem seu rosto e frases estampados em pôsteres e camisetas”.⁷⁴ Tirando essa associação, nada mais é dito que vincule os dois personagens. Olhando porém a manchete e as fotografias mostrando pôsteres, livros e fitas sendo vendidos com a imagem de Bin Laden, a revista procurar produzir a associação com o “comunismo”.

O terrorismo que serve aos Estados Unidos

Não sem propósito, *Veja* se eximiu de definir, apesar de tantas páginas publicadas, o que é o terrorismo. É de 1998 a definição mais clara que encontramos em suas páginas, quando se referia à Palestina:

Ato de violência política ligado a uma causa bem identificada e provida de certa racionalidade. (...) Pode-se classificar como terrorista toda a atrocidade contra civis – mas isso também é amplo demais para uma definição. Essas questões, contudo, parecem ter ficado bizantinas com

a substituição do terrorismo clássico, ideológico e bem localizado territorialmente por uma nova forma, errática e letal, ligada quase sempre a razões indecifráveis. (...) O objetivo do terrorismo dos anos 90 é quase sempre o próprio terror. Não se pretende libertar a Palestina ou obter a independência do País Basco – só provocar um ato quase de ira divina.⁷⁵

A primeira parte da definição remete ao terrorismo “clássico”, à qual se contrapõe a segunda, que remete ao “fundamentalismo”, do “terror pelo terror”, o que permite eliminar qualquer racionalidade dos atos, inclusive negando-lhes o sentido político de que se revestem, como a libertação palestina.

No entanto, como apontou Chomsky, qualquer definição mais séria de terrorismo obri-garia a enquadrar os Estados Unidos:

Vale lembrar – particularmente por se tratar de um dado que foi sistematicamente ocultado – que os EUA são o único país que já foi condenado por terrorismo internacional pela Corte Mundial e que já vetou uma resolução do Conselho de Segurança que exigia que eles respeitassem as leis internacionais.⁷⁶

O mesmo autor diz que nos manuais militares estadunidenses “define-se como terror a utilização calculada, para fins políticos ou religiosos, da violência, da intimidação, da coerção ou do medo”.⁷⁷ Ou seja, a definição dos próprios EUA corresponde à sua prática nos países que têm subjugado ao longo do século XX.

Essas questões são totalmente ocultadas por *Veja*. Esse ocultamento é fortemente respaldado pela ideologia, criada pela própria revista (como mais um inimigo) do “antiame-ricanismo”. O “fundamentalismo” dos próprios Estados Unidos jamais é questionado. O jornalista norte-americano Scowen, ao discutir a questão, cita uma fala do presidente Truman a respeito da bomba atômica que é auto-explicativa: “agradecemos a Deus por [a bomba] ter vindo a nós em vez de nossos inimigos; e oramos para que Ele nos guie para usá-la à Sua maneira e com Seus propósitos”.⁷⁸ E o autor conclui que “sob as mesmas circunstâncias, Bin Laden não usaria outras palavras”.

E os emissores das Armas Biológicas?

Não poderíamos deixar de fazer referência à chamada Guerra Biológica, que seria su-postamente levada a cabo pelos “terroristas afegãos”, instaurando o

(...) pânico, a insegurança, a desordem: Para as autoridades americanas, esse novo ataque terrorista foi tão desconcertante como os dos aviões, ocorrido há um mês. Agentes do FBI foram morar nas sedes regionais dos correios. Em uma semana de trabalho, não divulgaram nenhuma descoberta importante.⁷⁹

A matéria foi destacada na capa, com a fotografia de um bombeiro vestido com uma roupa de proteção parecendo um traje de astronauta, com as manchetes:

ANTHRAX. O MAL INVISÍVEL: a guerra covarde com bactérias pode estar apenas começando; detector de metais na Praça de São Pedro, metralhadoras na Torre Eiffel e mísseis para proteger usinas nucleares na Europa; o terror nos correios transtorna a economia e o estilo de vida nos EUA; a tensão entre israelenses e palestinos abre outro front da guerra.⁸⁰

A reportagem estranha o fato de que “é a primeira vez que o terrorismo recorre com sucesso às armas biológicas”.⁸¹ Aqui se remete ao inimigo indefinido, sendo subentendida a culpa dos terroristas. Uma onda de histeria formou-se em relação ao antraz, o pó químico criado em laboratório que pode levar à morte em minutos. Mas muito pouco foi elucidado sobre ele, apenas que não há indícios de vínculos desses atos com a rede Al Qaeda. Pelo contrário, há fortes indícios de que se tratou de um movimento da ultradireita estadunidense, que nada mais fez do que usar armas químicas que o seu país já tinha utilizado em ataques militares, mesmo contra populações civis. Depois de fomentado o pânico, o tema foi silenciado. Não se falaria mais nisso, sem maiores explicações.

O eixo natural do mundo versus o “antiamericanismo”

Para consolidar sua posição, a revista diz que “trata em profundidade da questão do antiamericanismo, fenômeno complexo, multifacetado mas real”, que seria

O uso político que foi feito desse sentimento pelos tradicionais adversários dos Estados Unidos e pelos inconformados com a dispersão do estilo de vida americano pelo mundo. A reportagem de fundo mostra que a manipulação demagógica do antiamericanismo tentou transformar a vítima em culpada pelo atentado terrorista.⁸²

Veja também propõe que qualquer questionamento histórico da responsabilidade dos EUA pelo terrorismo seria um ato de “adversário da civilização” similar ao terrorismo. Propaganda que o mundo “deve voltar ao eixo natural”,⁸³ isto é, com os EUA no centro. A situação seria especial, referindo-se a supostos “bem intencionados” que, habituados a uma automática reação antiamericana, “não conseguem conceber uma situação na qual a superpotência seja vítima”; essas pessoas seriam “bem intencionados e mal informados”.⁸⁴ A propaganda pró-estadunidense de *Veja* ainda apela para uma suposta “independência”: “informar” que “um país agredido tem o direito de revidar”.⁸⁵ Sem outras formas para justificar a guerra, recai em um discurso ideológico desistorizado, desconectando a conjuntura de todo o passado. A revista já havia indicado aos movimentos de “oposição à globa-

lização (...) ambientalista, de minorias, das ONGs e sindicatos”, que eles deveriam englobar em suas lutas “o Islã como fonte de preocupação para a paz mundial”.⁸⁶ Agora a tônica era de indignação pela “reação antiamericana”, publicando uma fotografia de mais de uma página com a legenda: “face americana. Jovens franceses quebram um McDonald’s no interior do país no ano passado: a antiglobalização mira nos Estados Unidos”.⁸⁷ Uma imagem mostra pés pisando na bandeira dos EUA, e define essa atitude como doentia e contagiosa: “o vírus anti-EUA”. E assim escrevia:

(...) em tempos de paz, o antiamericanismo no Ocidente é uma postura inofensiva, adotada por gente que veste jeans, toma Coca Cola, come hambúrguer e manda os filhos para os parques da Disney World. Nas conversas dessas pessoas, os americanos são descritos como senhores do mundo mas superficiais, imersos numa cultura consumista e tosca quando comparada aos supostos refinamentos do estilo europeu.⁸⁸

Portanto, o pensamento mundial teria que se unificar diante da situação.

As manifestações contrárias à guerra são reduzidas ao “antiamericanismo” de uma classe média que gostava mesmo de consumir as benesses do mundo do consumo. Assim caricaturizadas as manifestações anticapitalistas, *Veja* admite que “em tempos de paz” seriam compatíveis com o sistema. Agora, exigia uma postura mais “responsável”:

Nos dias que se seguiram ao assassinato de milhares de trabalhadores, predominantemente americanos, mas também de dezenas de outras nacionalidades, no ataque terrorista às torres gêmeas em NY, o uso político dessa ideologia perdeu a inocência de que habitualmente se reveste. Mal se contaram os mortos nos atentados e já viajava pelo mundo a idéia de que os EUA foram, em última análise, os causadores da tragédia que se abateu sobre eles. Por mais graves que tenham sido os erros e até os crimes cometidos pelos americanos em sua expansão imperial no decorrer do século que se encerrou, as críticas de que foram alvo em demonstrações pelas capitais do mundo na semana passada eram elas próprias um atentado ao bom senso.⁸⁹

Para explicar esse posicionamento, a revista faz um histórico do que teria sido a intervenção no século XX dos EUA, mas, de fato, elabora uma metanarrativa ficcional. Assim destaca que “foram os caipiras da América que em três oportunidades no século que passou salvaram a refinada civilização européia do caos”.⁹⁰ E prossegue: “antes que século acabasse, os americanos liquidaram, sem violência, outro regime bárbaro, o comunismo soviético”.⁹¹ *Veja* esqueceu que havia dito que o “comunismo caiu sozinho”, e também não há maiores explicações sobre esse papel estadunidense na derrubada do comunismo, embora é óbvio que não se trata de referência ao Kosovo, Timor, América Central ou aos embargos a Cuba e Iraque.

Veja diz ainda que, certamente, “não atraem simpatia” alguns “problemas” como a negação em assinar o tratado de Kioto pelos EUA, mas ressalta que “é um tapa na diplomacia mundial o governo americano levar criminosos de guerra a tribunais internacionais, como fez recentemente com o ex-presidente da Iugoslávia”.⁹² Além de não haver comentários sobre os “crimes dos EUA”, passa em branco o fato de esse país se recusar a aderir ao Tribunal Penal Internacional para julgar crimes de guerra. E como fonte dessas considerações, citava “o inglês Bryan Appleyard, autor de um artigo sobre o tema publicado pelo jornal londrino *The Sunday Times* e reproduzido no Brasil pelo jornal *O Estado de São Paulo*”, que reduzia “o antiamericanismo a um problema de Londres e Paris, sendo resultado de um pouco de irracionalidade, modismo e ignorância mesmo”. A partir daí, *Veja* completa que “pode-se acrescentar um outro ingrediente, a inveja pura e simples. (...) Os americanos são hoje os mais inteligentes, mais educados e cultos povos do planeta”.⁹³ A uma fonte casual, criticando o suposto irracionalismo europeu, se reduz toda e qualquer manifestação anticapitalista. Mesmo que existissem “erros passados” dos EUA, pois “não existem impérios inocentes”, esses “não deveriam pairar sobre eles como uma condenação perpétua. Ao menos na hora do luto”.⁹⁴ Segundo, caberia aos Estados Unidos definirem, enfim, o que seria feito. *Veja* se antecipa para sugerir um “reordenamento mundial”:

Ainda é cedo para saber se os atentados de 11 de setembro aos Estados Unidos também vão produzir um reordenamento qualquer ou se tudo voltará a ser como antes quando o trauma passar. A sensação que se tem depois de quase um mês dos atos terroristas é de que o mundo continua fora do seu eixo natural. Alguma coisa se alterou no mecanismo que rege as coisas.⁹⁵

Claro que, para *Veja*, esse “eixo natural” somente poderia ser os EUA à frente do processo de “livre mercado”.

Os rápidos e os lentos: legitimando a direitização

Qualquer contestação era apresentada como “antiamericanismo”, portanto, inaceitável. Aqueles que se colocavam contra a postura belicista estadunidense eram vistos como impatriotas, “do lado errado”: a revista vestia a camisa do “ou estão conosco ou com os terroristas”. Estamos diante do progressivo processo de direitização dos Estados Unidos, que não é discutido por *Veja*. A revista participa de uma verdadeira campanha, que teve como foco a indignação com as manifestações pela paz; a exaltação à conversão de “esquerdistas”; e de ofensas diretas aos intelectuais que questionaram as motivações dos atentados.

Ao noticiar, ainda que vagamente, as manifestações pela paz, o mesmo estilo adjetivado foi utilizado, considerando os questionamentos uma “obtusidade moral”. Inicialmente se dizia que havia uma “confusão conceitual”, pois “a guerra (a resposta americana à agressão, que possivelmente nem terá o formato de um confronto convencional) é colocada no mesmo nível que o terrorismo, quando não é considerada pior ainda”.⁹⁶ O que é um argumento sério, pois não há justificativa para fazer guerra contra uma nação na medida em que os ataques foram realizados por um grupo, é deixado fora de questão:

O uso de crianças inocentes, de artistas cabeça oca e de ingênuos em geral não obscureceu um fato: no estado de embotamento moral propiciado por tal inversão de valores, praticamente desapareceram as manifestações de pesar, como exigiria o mais elementar sentimento de humanidade, pelas mais de 6.000 pessoas imoladas na fúria terrorista.⁹⁷

A postura generalizada nos EUA após os ataques de 11 de setembro foi a negação de qualquer possibilidade de questionamento das motivações dos atos terroristas, pelo menos na imprensa. Mas existiram vozes dissonantes, que de antemão foram tratadas pela mídia como traidores, levando a muitos casos de demissões ou retratações públicas. A supervalorização do fato, como no dado impreciso e duplicado do número de vítimas, busca atingir o sentimento do senso comum. *Veja* reproduziu essa mesma apologia, chegando a afirmar que “nasce uma nova geração”, formada por universitários que estariam “contrariando uma velha tradição que os colocava na faixa dos críticos implacáveis do governo”.⁹⁸

Em perfeita sintonia com a guinada direitizante nos EUA, *Veja* prepara matéria para dizer que “surpreendentemente”, as “universidades mais críticas como Berkeley e Harvard” tiveram postura “a favor de uma ação militar contra os autores dos atentados terroristas”.⁹⁹ Uma pesquisa em Harvard teria mostrado que “69% dos alunos aprovariam uma investida militar contra os terroristas” e que “quatro entre dez estudantes se alistariam numa unidade militar caso o governo precisasse deles”. Mas, ressaltava a revista, o jornal dos estudantes lamentou “o fato de que foram poucos os alunos que se disseram prontos para vestir uma farda”.¹⁰⁰ O importante é a seqüência de caracterização do *campus*, informando que ali “as primeiras feministas queimaram seus sutiãs”, “os *hippies* fumaram seus primeiros cigarros de maconha”, e coisas do tipo, para definir a universidade como um local contestador e de um “esquerdismo acadêmico”, tendo sido “declarada área livre pelos intelectuais”.¹⁰¹ Esses estudantes, inclusive, participaram de movimentos contra “a globalização”, mas agora teriam percebido a “nova ordem”, como disse o aluno que “entenderia as ‘razões de estado’ de uma lei antiterror que limitasse as liberdades civis”.¹⁰²

Produzidos os estudantes belicistas, tratava-se de desqualificar os professores resistentes.¹⁰³ Destacam-se intelectuais como Edward Said, Susan Sontag e Noam Chomsky. *Veja* diria que

A batalha das palavras envolve dois lados: os rápidos e os lentos. Os rápidos são aqueles que captaram as dimensões da mudança provocada pelos ataques. Perceberam que noções perfeitamente aceitáveis no mundo pré-ataques não se aplicavam mais depois deles. Os lentos, tanto conservadores quanto liberais, não assimilaram e continuam a rodar o mesmo programa mental que tinham antes.¹⁰⁴

Entre os “lentos” estaria Edward Said, “o mais conhecido intelectual palestino”, apresentado como um caso clássico de “confusão” gerada pela nova situação. Segundo a revista, “escrevendo no piloto automático, afirmou que o 11 de setembro se transformou numa enorme propaganda em benefício de Sharon”. *Veja* corrige: “Errado. Bush falou na semana passada. Pela primeira vez, na eventual criação de um Estado palestino, o tipo de assunto que provoca apoplexia em gente como Sharon”,¹⁰⁵ e completava:

Quem achava que a religião muçulmana seria lançada na vala comum do terrorismo (com reações de horror entre a esquerda, de gáudio para os direitistas lentos) ficou sem ter o que falar diante das insistentes loas tecidas pelo presidente caipira à fé dos seguidores do profeta Maomé. Você, caro leitor, está condoído pela sorte dos pobres afegãos que agora engrossam as fileiras dos refugiados? Donald Rumsfeld, o super-falcão do Departamento de Defesa, também ficou de “coração partido” e lá se foram 320 milhões de dólares dos EUA para ajudar os flagelados afegãos.¹⁰⁶

A revista não deixa espaço para o leitor pensar, e reitera de forma irônica que os “pobres afegãos” estariam sendo atendidos pela “ajuda humanitária”, após terem seu país arrasado pelos mísseis estadunidenses. O problema maior seriam as “flexibilidades” dos “lentos” que poderia levá-los a questionar as atitudes do Império. É também por isso que ela narra um episódio que envolveu Rod Dreher, colunista do *New York Post*, e Susan Sontag. Segundo *Veja*, “tantas manifestações de flexibilidade não bastaram para impressionar a escritora Susan Sontag, que insistiu com todas as letras que o atentado foi uma consequência direta das ações e alianças americanas”. Diante disso, Dreher escreveu que gostaria de atravessar a ponte do Brooklyn, em NY, de pés descalços sobre cacos de vidro, até o apartamento de Sontag, agarrá-la pelo pescoço, arrastá-la ao WTC e fazê-la repetir o que havia escrito diante dos bombeiros que trabalharam nos escombros dos prédios.¹⁰⁷

Assim deviam ser tratados os que discordavam do consenso por essa imprensa. Esse fechamento parece remeter ao tratamento dado ao leitor de *Veja*, pois se a revista deixou entrever a existência de um debate verdadeiro, o fez de forma a desqualificar os contestadores.

Como constatou Peter Scowen,

“Relativismo moral” e “dúvidas” não serviam; o patriotismo exacerbado e cego estava na ordem do dia. Questionar os Estados Unidos e seu governo ou examinar as causas primárias era, de alguma forma, falta de “clareza”; insistir na condição quase sagrada do país era considerado pensar claramente.¹⁰⁸

Isso indica que a posição de *Veja* seguia exatamente a mesma posição patriota dominante nos EUA, como se observa em matéria que envolveu o lingüista e analista Noam Chomsky. A crítica partiu do jornalista Christopher Hitchens, que “foi para a briga com um artigo no qual metralhou o chamado relativismo moral dos intelectuais para os quais, de maneira bem resumida, ‘os Estados Unidos estão colhendo o que plantaram’”.¹⁰⁹ Ele acusou de “cretinos morais” e “estúpidos” aqueles que não viam que os Estados Unidos também “fazem a coisa certa”. Segundo *Veja*,

(...) seus mísseis têm endereço certo: o lingüista Noam Chomsky e sua turma. Ícone da esquerda e último refúgio dos preguiçosos (todo mundo bate a sua porta quando quer uma crítica invariável a qualquer iniciativa do governo americano), o professor ficou patentemente ao lado dos lentos.¹¹⁰

Segundo a reportagem, Chomsky:

Não mudou seu discurso em nada, insistindo em equiparar os atentados suicidas que pulverizaram quase 6.000 pessoas nos Estados Unidos ao bombardeio de uma fábrica de remédios no Sudão, desfechado em 1998 a mando do então presidente Bill Clinton, numa desastrosa tentativa de punir colaboradores de Osama Bin Laden. Chomsky sustentou, delirantemente, que o bombardeio provocou “milhões” de mortes – depois reduziu para “dezena de milhares” e disse que eram vítimas da falta de remédios que teriam sido produzidos caso Clinton não tivesse bombardeado a fábrica. Para se ter uma idéia da discrepância, o ataque americano em si não matou ninguém.¹¹¹

Por uma contorção, o ataque estadunidense “desastrado” continua justificado pela revista. Outras fontes não citadas por ela mostram que o ato contra a fábrica sudanesa tem exatamente as mesmas características de um atentado terrorista, ou seja, um míssil, disparado a 1,6 mil quilômetros de distância, contra uma fábrica que produzia remédios para malária e outras doenças do tipo numa nação totalmente arrasada por uma guerra civil onde grassava a fome e a miséria, como a própria revista teve oportunidade de mostrar em momentos anteriores, como já vimos. Chomsky e outros analistas, efetivamente, apontavam em muitos milhares as vítimas indiretas daquele ato, ao mesmo tempo em que enunciavam

a inexistência de relação entre Bin Laden e a fábrica bombardeada, tampouco de produção de armas químicas. Mas ao leitor de *Veja* foi vetado o acesso a esses dados “irrelevantes”, com a revista repetindo a fala oficial estadunidense de que foi um ato contra o terrorismo.

Veja havia noticiado brevemente o “engano” do bombardeio, atribuindo-o aos problemas internos do governo Clinton, em plena ameaça de *impeachment*, que teria levado a destruir a fábrica de remédios pela alegação de que ali existiria a fabricação de gases venenosos.¹¹² As suspeitas, segundo a revista, eram de que ali “funcionava, clandestinamente, um laboratório de armas químicas. Como evidência, o governo americano disse ter em seu poder amostras do solo da fábrica”, e que ela “funcionava com investimentos do saudita Osama Bin Laden, elevado pelos Estados Unidos à condição de Satânico Dr No – como no filme de James Bond – do terrorismo”.¹¹³ Embora mostre brevemente as manifestações de repúdio por parte dos sudaneses e informe o fato de que o local foi totalmente disponibilizado para investigações, já naquele momento a postura foi de total desprezo da revista pelas vítimas e pelas decorrências do ato. Afinal, *Veja* perfilava no combate ao “terrorismo” e a fábrica poderia ser uma ameaça; essas seriam portanto “vítimas merecedoras”. Não houve tampouco cobrança de desculpas ou de reparação às vítimas.¹¹⁴

Dois anos antes do 11 de setembro ocorreram ataques a embaixadas dos EUA na África, quando Osama Bin Laden foi acusado de ser o responsável, mas naquele momento *Veja* dizia que “suspeitar automaticamente de que grandes atentados terroristas tenham origem no Oriente Médio passou a ser não só preconceituoso como tolo desde que um americano da gema explodiu um edifício público em Oklahoma, com 168 mortos”.¹¹⁵ Essa avaliação, pertinente em 1998, não seria sequer lembrada em 2001. Importava agora uma mensagem tranquilizadora, para legitimar a ação do terror de Estado. Por isso, na cobertura, além de menosprezar Chomsky, citava Salman Rushdie: “Devemos concordar no que importa: beijar em lugares públicos, sanduíches de bacon, roupas decotadas, literatura, generosidade, água, uma distribuição mais equânime dos recursos do mundo, filmes, música, liberdade de pensamento, beleza e amor”.¹¹⁶ Essa era a mensagem final, como um soma, uma droga tranquilizante do “admirável [novo] mundo” de *Veja*. A suposta vitória das forças “civilizadoras” foi comemorada pela revista. Sarcasticamente, publicou uma reportagem no final de 1998 onde, junto à manchete, aparece uma fotografia de homens esfarrapados mortos e um soldado da Aliança do Norte armado, que põe a bota sobre o rosto de um talibã morto estirado no chão: “ONDE ESTÃO OS FEROS GUERREIROS DO AFGANISTÃO?”.¹¹⁷ Na seqüência, a revista dizia que, diante da continuidade da guerra, seria quase certo que logo pegariam Bin Laden, e que seria importante possuir dados sobre o seu DNA, pois “é difícil identificar uma pessoa morta por bomba”.¹¹⁸ E já adiantava que a única

saída seria a identificação através de sua mãe, ao que, ironicamente pergunta: “como reagirá quando a CIA bater à porta de seu palácio pedindo ajuda para identificar o corpo do filho?”.¹¹⁹ E assim encerra a matéria, novamente mostrando que o tratamento a essas vítimas (no caso de Laden, projeção de que seria vítima) nem de longe se compara àquele que “o mundo todo” teria “a obrigação” de dar às vítimas do WTC.

Essa foi a tônica geral dessa cobertura, marcada pela repetição das mesmas idéias que buscavam legitimar uma mesma ação: a expansão imperialista estadunidense. O tom era monocórdio, com o uso de imagens chocantes, manchetes garrafais, reproduzindo um sensacionalismo muito marcante. Algum tempo depois, a revista tentaria reescrever sua posição, passando a criticar aqueles que fizeram sensacionalismo e defenderam acima de tudo os EUA. Buscava assim relegar ao esquecimento seu próprio posicionamento. Simplesmente assume uma nova posição e passa a ser crítica da antiga, como se não fosse antes defendida por ela mesma.

Recebido em março/2005; aprovado em junho/2005

Notas

* Este artigo é parte modificada de um capítulo da tese de doutorado. SILVA, C. *Veja: o indispensável partido neoliberal. 1989 a 2002*. Doutorado em História. UFF, Niterói. 2005.

** Professora do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Mestre e doutora em História.

¹ Discutimos a noção de “perigo” enquanto uma construção histórica em: SILVA, C. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros. 1931-34*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

² HERMAN, E. S. e CHOMSKY, N. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo, Futura, 2003. p. 61.

³ Trata-se da “limitação da propriedade da mídia com algum alcance substancial devido à necessidade de um grande investimento” (Cherman e Chomsky, op. cit. p. 64), os interesses empresariais se colocam na própria produção e distribuição do material jornalístico.

⁴ São os inegáveis poderes dos anunciantes com relação ao órgão de imprensa, que se recusam a anunciar aquilo que vá contra a sua lógica de venda. Esse é um mecanismo que permite controlar, de várias formas, inclusive, a fala dos adversários.

⁵ “A mídia de massa é levada a um relacionamento simbiótico com as poderosas fontes de informação pela necessidade econômica e pela reciprocidade de interesse” (Id., p. 77), o que leva a reduzir o leque de fontes, e o que é pior, utilizar fontes previamente controladas e programadas por órgãos governamentais. As fontes oficiais possuem também os seus “especialistas financiados” que se difundem nos órgãos de imprensa nas colunas de opinião, com o aval de algumas universidades e fundações que repetem sempre as “palavras autorizadas”.

⁶ Essas baterias seguem a mesma lógica e possuem órgãos especializados para denunciar sempre que a mídia se desvirtuar, mesmo que por alguns instantes, da lógica do consenso. Eles agem ou por processo judiciais, ou por ações de “monitores” com interesses específicos. São institutos ou centros de mídia que agem como *think tank*.

⁷ O filtro final é a ideologia do anticomunismo, à qual dedicaremos maior atenção adiante. É necessário considerar que a publicação de Herman e Chomsky foi escrita ainda no contexto da Guerra Fria, mas isso não invalida a constatação dessa ideologia ainda hoje.

⁸ Id. p. 62.

⁹ Id., p. 91.

¹⁰ GIORDANO, E. La representación de los conflictos bélicos em la información económica. *Voces y culturas*, n. 17, Madri, 1º sem 2001, p. 78. Tradução livre.

¹¹ Embora isso não seja apontado nas reportagens, exceto nos créditos fotográficos. *Veja* utiliza os serviços internacionais da Associated Press, Agence France Presse e Reuters.

¹² ARBEX Jr. J. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo, Casa Amarela, 2003, p. 69.

¹³ MAGALHÃES, L. A. “Terror e preconceito - O que incomoda na revista *Veja*”. *Observatório da Imprensa*. 19 set de 2001. www.obsertavorioidaimprensa.com.br.

¹⁴ DOWBOR, L., EUA: novos rumos? In: DOWBOR, L.; IANNI, O. e ANTAS JR. R. M. (orgs). *Estados Unidos: a supremacia contestada*. São Paulo, Cortez, 2003. p. 45.

¹⁵ ARBEX Jr., op. cit., p. 63.

¹⁶ Um porto seguro para o leitor. *Veja*. Carta ao leitor. 26/9/2001, p. 31. “Carta ao leitor” é a forma com que *Veja* se refere ao seu editorial.

¹⁷ Id. (grifos meus).

¹⁸ Id.

¹⁹ “O que incomoda o terror”. Carta ao leitor. *Veja*. 19/9/2001. p. 9 (grifos meus).

²⁰ Id. (grifos meus).

²¹ “Este mundo nunca mais será o mesmo”. *Veja*. 19/9/2001, pp. 46 e 47.

²² “A descoberta da vulnerabilidade”. *Veja*. 19/9/2001, p. 50.

²³ Id., p. 52.

²⁴ Id., p. 53.

²⁵ Id.

²⁶ *A descoberta...* op. cit..

²⁷ Id.

²⁸ Id. (grifos meus).

²⁹ Id.

³⁰ Id., p. 54.

³¹ Id.

- ³² “A guerra será suja e longa”. *Veja*. 26/9/2001. p. 44.
- ³³ “Os tentáculos de Bin Laden”. *Veja*. 10/10/2001, pp. 44 e 45.
- ³⁴ Id., p. 48 (grifos meus).
- ³⁵ “A permanência da notícia”. Carta ao leitor. *Veja*. 3/10/2001. p. 31 (grifos meus).
- ³⁶ Id. (grifos meus).
- ³⁷ DOWBOR, op. cit., p. 44.
- ³⁸ “Os novos amigos dos EUA”. *Veja*. 17/10/2001, p. 106.
- ³⁹ DOWBOR, op. cit., p. 43.
- ⁴⁰ ARBEX, op. cit., p. 63.
- ⁴¹ CHOSSUDOWSKY, op. cit., pp. 14 e 15.
- ⁴² MOORE, M. *Stupid White men: uma nação de idiotas*. 4 ed. São Paulo, Francis, 2003. *Cara, cadê o meu país?* São Paulo, Francis, 2004
- ⁴³ “O cerco aos homens das cavernas”. *Veja*. 10/10/2001. p. 36.
- ⁴⁴ Id.
- ⁴⁵ Id., p. 37.
- ⁴⁶ “O que querem os fundamentalistas”. *Veja*. 10/10/2001, p. 51.
- ⁴⁷ “Os tentáculos de Bin Laden”. *Veja*. 10/10/2001. p. 47.
- ⁴⁸ Id.
- ⁴⁹ “A ratoeira está armada”. *Veja*. 3/10/2001, p. 46.
- ⁵⁰ “Os tentáculos...”, op. cit., p. 43.
- ⁵¹ “A ratoeira está armada”. *Veja*. 3/10/2001. p. 49.
- ⁵² “Os tentáculos...”, op. cit., p. 46.
- ⁵³ “O vírus anti-EUA”. *Veja*. 3/10/2001, p. 56 (grifos meus).
- ⁵⁴ “O Mulá Bibi Fonfon”. *Veja*. 17/10/2001, p. 60.
- ⁵⁵ Id.
- ⁵⁶ Id. A explicação para essa “doideira” seria ele “ter encravado no cérebro fragmentos do míssil soviético que arrancou seu olho direito, em 1989”. P. 61.
- ⁵⁷ “A descoberta da vulnerabilidade”. *Veja*. 19/9/2001, p. 56.
- ⁵⁸ Id., p. 57.
- ⁵⁹ Id., p. 58 (grifos meus).
- ⁶⁰ Id.
- ⁶¹ Id.
- ⁶² Id., p. 57.
- ⁶³ “O inimigo número 1 da América”. *Veja*. 19/9/2001, p. 68.

⁶⁴ Id., p. 72.

⁶⁵ “Vivendo como animais”. *Veja*. 17/10/2001, p. 78.

⁶⁶ Id., p. 80.

⁶⁷ *Desde el cielo la generosidad envenenada. Lanzar misiles y comida al mismo tiempo no es ser generoso, como pretende Bush, es ser cínico*. Jordi Raich, CCS. Analista de Médicos Sin Fronteras. www.msf.org.br/mhome.asp (20/11/2001).

⁶⁸ “Do lado errado de novo”. *Veja*. 17/10/2001, p. 86.

⁶⁹ Id., p. 90 (grifos meus).

⁷⁰ Id.

⁷¹ “A luta olho no olho”. *Veja*. 24/10/2001, p. 58 (grifos meus).

⁷² “Os espiões voltam à lama”. *Veja*. 17/10/2001, p. 98.

⁷³ Id., p. 100 (grifos meus).

⁷⁴ “O Che Guevara do Islã”. *Veja*. 26/9/2001, p. 62.

⁷⁵ “O horror inesperado”. *Veja*. 12/8/1998, p. 49.

⁷⁶ CHOMSKY, N. *11 de setembro*. 3 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002. p. 49. O autor discute também a lei de definição de terrorismo nos EUA, que permitiria também enquadrar o país na mesma.

⁷⁷ CHOMSKY, N. “A arma dos poderosos”. *Cadernos Le Monde Diplomatique*, n. 3., janeiro de 2002. p. 6.

⁷⁸ SCOWEN, P. *O livro negro dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 2003. p. 151.

⁷⁹ “O mal invisível”. *Veja*. 24/10/2001, p. 48.

⁸⁰ Capa. *Veja*. 24/10/2001.

⁸¹ Id., p. 50.

⁸² Id.

⁸³ “A tragédia reordena o mundo”. *Veja*. 10/10/2001, p. 92.

⁸⁴ “Quando a guerra é justa”. *Veja*. 3/10/2001. p. 65.

⁸⁵ Id., p. 66.

⁸⁶ “A descoberta da vulnerabilidade”. *Veja*. 19/9/2001, p. 58.

⁸⁷ “O vírus anti-EUA”. *Veja*. 3/10/2001. p. 58 e 59.

⁸⁸ Id., pp. 56-7.

⁸⁹ Id. (grifos meus).

⁹⁰ Id., p. 63. Esses momentos seriam: a I e II Guerras Mundiais e o Plano Marshall.

⁹¹ Id.

⁹² “O vírus anti-EUA”, op. cit., p. 62.

⁹³ Id., p. 63 (grifos meus).

⁹⁴ Id. O luto americano deveria ser respeitado. Mas quando se referia a vítimas afegãs, eram tratadas como um dado a mais a ser contabilizado: “a morte de civis não é apenas um dano colateral de péssima repercussão, mas pode ser o início de uma incansável rixa com a família do morto”. O míssil e o barbudo. *Veja*. 17/10/2001, p. 55.

⁹⁵ “A tragédia reordena o mundo”. *Veja*. 10/10/2001, p. 92 (grifos meus)..

⁹⁶ “Quando a guerra é justa”. *Veja*. 3/10/2001. p. 64.

⁹⁷ Id. (grifos meus). O número oficial de mortos nos atentados ficou em torno de 3.000.

⁹⁸ “Nasce uma nova geração”. *Veja*. 10/10/2001, p. 77.

⁹⁹ Id.

¹⁰⁰ Id., p. 77.

¹⁰¹ Id., p. 78.

¹⁰² Id..

¹⁰³ Ver: SCOWEN, op. cit., capítulo 1.

¹⁰⁴ “Intelectuais em guerra”. *Veja*. 10/10/2001, p. 84 (grifos meus).

¹⁰⁵ Id.

¹⁰⁶ Id. (grifos meus).

¹⁰⁷ Id. (grifos meus).

¹⁰⁸ SCOWEN, op. cit., p. 19. O autor comenta com maiores detalhes a perseguição a Sontag.

¹⁰⁹ “Intelectuais em guerra”, op. cit., p. 84.

¹¹⁰ Id. (grifos meus).

¹¹¹ Id., p. 85.

¹¹² Deu a louca no império. *Veja*. 26/8/1998. A reportagem, de dez páginas e capa, dedica um quadro – 55 linhas – ao atentado, aqui chamado de “ataque”. O restante foi dedicado ao caso Levinsky-Clinnton. A reportagem foi publicada na seção “Sexo”.

¹¹³ “Desmanche moral”. *Veja*. 2/9/1998, p. 48.

¹¹⁴ As investigações e auditorias internacionais mostraram que não houve qualquer indício de produção de armas no local. Cf. SCOWEN e CHOMSKY, que apontam as fontes comprobatórias.

¹¹⁵ Em busca do autor. *Veja*. 19/9/1998, p. 53. Mesmo assim, há uma fotografia de Bin Laden com a legenda: o milionário por trás da rede do terror. p. 52.

¹¹⁶ “Intelectuais em guerra”, op. cit., p. 58.

¹¹⁷ “Onde estão os ferozes guerreiros do Afeganistão?”. *Veja*. 5/12/2001, p. 49 e 50.

¹¹⁸ “Procura-se o DNA dos Laden”. *Veja*. 5/12/1998, p. 53.

¹¹⁹ Id.

ENTREVISTA

A GUERRA EM SURDINA DE BORIS SCHNAIDERMAN Uma entrevista e algumas interferências

Antonio Pedro Tota*
César Campinani Maximiano**
Adriano Marangoni***

Boris Schnaiderman, ucraniano de nascimento e brasileiro por adotar a nacionalidade, é bastante conhecido no meio acadêmico e literário pelas primorosas traduções de Tostoi, Dostoievski, entre outros da literatura russa, e responsável pela criação do curso de Língua e Literatura Russa da Universidade de São Paulo (USP). Boris nasceu na Ucrânia no mesmo ano em que eclodiu a Revolução Russa. Mas há um lado do professor Boris Schnaiderman que não é tão conhecido como sua produção acadêmico-literária. Ele foi um soldado que lutou nos campos de batalha europeus durante a Segunda Guerra Mundial e registrou experiência de combatente num livro ficcional chamado Guerra em surdina, que teve várias edições, a última pela editora Cosac & Naify.

Boris Schnaiderman – Eu vim ao Brasil com 8 anos, em 1925. Meus pais saíram legalmente da União Soviética – naquele tempo isso era muito difícil, mas houve um curto período em que se conseguia. Nós viemos com passaporte soviético. Ficamos primeiro no Rio de Janeiro e, depois de alguns meses, viemos para São Paulo. Meu pai era comerciante e, por isso, não se dava bem com o sistema, o que é natural. Porém, no período da nova política econômica (NEP), ele se virou bem, tanto é que lá vivemos muito bem. Vivíamos até em condições privilegiadas, pode-se dizer. Lembro-me, por exemplo, da fome na Rússia, mas também me lembro que, em casa, passávamos bem.

Na Ucrânia, morávamos em Odessa, que apesar de ucraniana é uma cidade tipicamente russa. Pelo menos era assim, naquela época. Não sei como é hoje. Eu ouvia ucraniano na

rua, mas ucraniano, para mim, era algo completamente estranho. Viemos para cá. Os primeiros anos foram difíceis, pois tínhamos grandes dificuldades financeiras. Estudei no Mackenzie. Quando eu tinha 17 anos, meu pai resolveu mudar-se de novo para o Rio de Janeiro. Por certa imposição de meus pais, eu fiz o curso de Agronomia. Eu não queria estudar agronomia, mas, naquela época as famílias faziam questão que os filhos – como eram de famílias de emigrados – tivessem uma ocupação que se considerasse e fosse viável. Porque, por exemplo, fazer faculdade de filosofia era considerado “perfumaria”.

Formei-me Engenheiro Agrônomo em 1940. Para registrar o diploma, deveria me naturalizar e fazer o serviço militar. Foi difícil essa naturalização porque tínhamos poucos recursos. Então, eu mesmo fiquei andando por repartições para cuidar disso. A minha naturalização saiu e eu precisava ainda fazer o serviço militar. Eu queria ir para a guerra, e não fui como voluntário, fui convocado. Mas eu queria ir para a guerra de qualquer maneira e fiz tudo para isso acontecer porque eu poderia fazer linha de tiro. Lá em casa não se entendia muito essa diferença, então eu me alistei no exército. Alistei-me diretamente no exército porque ali eu sabia que iria para a guerra. Quando era para preencher os formulários, uma vez por ano, no dia dos reservistas, todos os reservistas tinham que comparecer e preencher esses formulários. Então, perguntava-se: “Que língua você conhece?”. Eu afirmava que sabia inglês, francês, ou seja, sabia de tudo. “Sabe datilografia?”. “Sei, eu sou um bom datilógrafo”. Que nada, eu parecia que catava milho...

Eu arranhava um pouquinho o inglês e o francês. Então, fui convocado. Fiz o serviço militar no exército e morava em Copacabana. Meu quartel era em Campinhos, perto de Cascadura. Levantava de madrugada, às 4hs da manhã, e entrava no quartel às 7hs. Lá eu fiz o curso de sargento. Era evidente que eu seria convocado. Fui convocado quase às vésperas do embarque para me incorporar à FEB.

As condições históricas levaram Boris Schnaiderman e cerca de outros 15 mil combatentes a enfrentarem os nazistas nos campos de batalha da Itália. O total do contingente da FEB era de cerca de 25 mil soldados e 67 enfermeiras.

Quem passa pelo aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, pode admirar o monumento aos pracinhas, onde estão os restos mortais dos que tombaram nos combates. Esses soldados haviam participado da Força Expedicionária Brasileira, que lutou na Itália em 1944 e 1945. Os soldados brasileiros mortos na guerra haviam sido enterrados no cemitério de Pistóia, na Itália, mas foram trasladados em 1960 para o atual sítio.

A FEB, Força Expedicionária Brasileira, era um corpo do exército brasileiro que lutou ao lado do exército americano na Segunda Guerra Mundial contra as forças alemãs. A FEB foi criada num complicado contexto diplomático, político e militar na

primeira metade da década de 1940. Essa situação envolveu o Brasil e os Estados Unidos em difíceis negociações tendo como pano de fundo a guerra que se desenrolava na Europa e no Pacífico.

Quando os exércitos nazistas invadiram a Polônia, no início de setembro de 1939, e a França e a Inglaterra declararam guerra à Alemanha, todos sabiam que havia começado a Segunda Guerra Mundial. Em especial os Estados Unidos de Roosevelt. Na verdade, desde antes da guerra, Roosevelt estava preocupado com a segurança do continente Americano. Sabia que a rápida recuperação da Alemanha acabara atraindo a simpatia de alguns governos latino-americanos. E os Estados Unidos olhavam com crescente preocupação o aumento da influência da Alemanha em países como o Brasil, por exemplo. Aqui a situação parecia mais grave aos olhos dos policy makers americanos, pois a população brasileira contava com significativa porcentagem de imigrantes vindos dos países do Eixo. Eram os italianos localizados em São Paulo, os alemães no sul e os japoneses espalhados pelo campo, principalmente do estado de São Paulo. Esses grupos representavam uma boa parcela da população brasileira que poderia ser “usada” pelo Eixo. E, como se não bastasse, a imprensa americana taxou de fascista o Estado Novo instaurado em novembro de 1937 pelo exército e por Getúlio Vargas.

As relações comerciais entre o Eixo e o Brasil também eram outra fonte de preocupação dos americanos. Os alemães e italianos ofereciam uma política de compensações, ao invés da utilização de marcos e liras na compra de armamentos. Um exemplo foi o acordo entre o Brasil e a Itália, de compra de submarinos italianos em 1936-38, pagos com algodão e outros produtos brasileiros. O mesmo estava acontecendo com armamentos alemães que o exército brasileiro estava comprando. Os Estados Unidos não podiam permitir que o Brasil se transformasse num mercado exclusivo dos alemães e italianos.

A modernização do Brasil, que vinha sendo posta em prática desde a Revolução de 1930, poderia ser reforçada nessa conjuntura. O governo Vargas soube tirar proveito dessa situação e iniciou negociações com os Estados Unidos buscando auxílio para a implantação de indústria de base, em especial a siderurgia. O governo dos Estados Unidos estava interessado em bases navais e aéreas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil para proteger o flanco sul do continente americano. Por essa razão, setores do governo estavam inclinados a negociar com o governo brasileiro. No entanto, os chefes militares dos Estados Unidos achavam a via diplomática muito demorada e elaboraram um plano de invasão da região Nordeste do Brasil.

Qual era a importância estratégica do Nordeste brasileiro? Desde 1939, o exército americano e os marines estavam preocupados com a costa do Atlântico sul. Natal, por exemplo, fica a cerca de 1.750 milhas marítimas da costa da África, o que, no cálculo dos

estrategistas norte-americanos, poderia ser facilmente atravessado por um força européia inimiga, ou seja, a Alemanha hitlerista. Ou, em caso da entrada dos Estados Unidos na guerra, Natal poderia servir de “trampolim” para os aviões que levariam tropas e provisões para a África e dali para a Europa. O plano de invasão foi feito paralelamente às negociações diplomáticas. No começo de 1941, a Marinha, o corpo de marines e o Exército uniram seus estrategistas e apresentaram um projeto para uma ação conjunta das três forças, com auxílio da aviação. A operação geral recebeu o nome de Joint Basic Plan for the Occupation of Northeast of Brazil. O plano de “assalto pelo mar” foi batizado de Rubber Plan. Salvador, Recife, Belém do Pará e a ilha de Fernando de Noronha eram os alvos. Mas Natal e o aeroporto de Parnamirin eram as prioridades.

Em poucas palavras, os planejadores consideravam imprescindível e vital o controle do Nordeste brasileiro na expectativa de uma guerra global. O que realmente aconteceu em dezembro de 1941, quando o Japão atacou a base americana de Pearl Harbor no Havaí e a Alemanha e a Itália declararam guerra aos Estados Unidos. O Brasil deveria aliar-se aos EUA pela via diplomática ou, se necessário, forçando-o.

A entrada dos Estados Unidos na guerra foi seguida pela reunião de todos os países americanos no Rio de Janeiro, no começo do ano de 1942. Nessa reunião, encabeçada pelos Estados Unidos, firmou-se o compromisso de que todos os países do continente americano romperiam relações diplomáticas com os países do Eixo, ou seja, a Alemanha, a Itália e o Japão. Com exceção da Argentina e do Chile, todos honraram o acordo. O rompimento de relações diplomáticas com o Eixo reforçou o caminho diplomático. Mesmo os militares americanos acabaram aceitando a ação diplomática como forma de resolver o problema. Por isso, eles pediram ao Departamento de Estado que atuasse junto ao presidente Vargas no sentido de obter uma autorização para o desembarque de tropas na região de Natal. Depois de demoradas negociações, o Brasil concordou, com a condição de ajuda material para as nossas forças armadas e suporte para a construção de uma usina siderúrgica. Alguns setores americanos relutavam em aceitar as exigências dos brasileiros, por duas razões: em primeiro lugar, os comandantes americanos achavam que armas não eram suficientes para garantir a segurança dos aeroportos contra as organizações de quinta-colunas existentes ou uma provável invasão alemã e, por isso mesmo, eles não acreditavam que haveria tempo de o Brasil pedir ajuda das forças americanas; em segundo lugar, e politicamente mais grave, os americanos temiam que os brasileiros pudessem usar as armas contra eles.

Se o Brasil era visto com desconfiança por alguns generais americanos e o próprio secretário de Estado Cordell Hull, o mesmo não acontecia com o embaixador Jefferson Caffery, que aconselhava ao presidente Roosevelt oferecer assistência às necessidades

brasileiras. Além disso, o olhar do Alto Comando americano voltava-se para o teatro de operações europeu, mais do que o Pacífico Sul, pois essa era estratégia prioritária concertada pelos aliados, ou seja, combater a Alemanha em duas frentes. Atacar o norte da África, dominar o Mediterrâneo e atrair as forças alemãs na Itália, Grécia e Balcãs para o sul europeu, seria, de forma indireta, uma maneira de desviar a atenção das operações para abrir uma frente no norte da Europa (Normandia). Essa estratégia tinha como objetivo impedir que as experientes divisões nazistas na região mediterrânea fossem deslocadas para a defesa das linhas francesas, belgas e alemãs.

Mas os brasileiros queriam mais. Ou seja, aproveitar a oportunidade da conjuntura da guerra e construir um país moderno. No cálculo do governo brasileiro, se, durante o conflito, o país exercia o papel de fornecedor de matérias-primas e bases para o esforço de guerra dos americanos, não via como reverter essa situação de “quase colônia” senão participando diretamente dos combates. Só assim, pensava o governo brasileiro, nós poderíamos, depois da guerra, ser vistos como um país adulto, moderno e reconhecido como potência regional.

Essa idéia ganhou força depois que submarinos alemães começaram a afundar navios brasileiros, já em fevereiro de 1942. Cerca de 750 brasileiros morreram em 7 meses de ataques a 19 de nossos navios. Entre outubro e novembro, vários militares e o próprio ministro do exterior, Oswaldo Aranha, amadureciam a idéia de uma participação efetiva do Brasil na guerra. A idéia acaba ganhando apoio do general Góes Monteiro, chefe do Estado Maior das Forças Armadas e do general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra. Os jornais começaram a apoiar fortemente a idéia de enviarmos soldados para combater os regimes totalitários na Europa.

Com as bases de Natal prontas, o “Trampolim da Vitória”, como ficou conhecido o conjunto de aeroportos e bases navais da capital potiguar, já estava enviando soldados, navios e aviões para desembarcar no norte da África. Para os brasileiros essa operação era como uma primeira chance de sua participação no conflito. Manifestações de rua exigiam a entrada do Brasil na guerra.

Boris Schnaiderman – Houve todo aquele movimento dos estudantes de pedir a guerra, quebra-quebra de lojas de alemães, italianos e japoneses. Confronto horrível. Previa-se claramente que iríamos para a guerra, principalmente com o afundamento de navios e todas aquelas coisas. Agora, eu tive uma grande surpresa com o ambiente que encontrei no quartel, porque eu estava iludido com todo aquele movimento, ou seja, os estudantes pedindo guerra nas avenidas. Porém, aquilo não alcançou o povo, o povo simples. A maioria da população brasileira, que apoiava Getúlio Vargas, achava que não tínhamos

nada com a briga, acreditava que isso era obra do Osvaldo Aranha. O grande inimigo era o Osvaldo, considerado americanófilo, e não o alemão. A minha experiência era a de que, entre o povo simples, havia isso: um grande sentimento antiamericano. Então, depois que fui convocado e embarquei, tive uma evidência ainda maior disso. Nós, os que tínhamos convicção de ir à guerra, éramos bem poucos, porque, daqueles estudantes que foram às ruas pedir pela guerra, poucos embarcaram, muito poucos. Aliás, isso o César mostra muito bem em sua tese. Foram muitos candidatos, mas poucos foram à guerra.

Trincheiras da Memória – brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945. Tese defendida por César Campinani Maximiano, na Universidade de São Paulo em 2004.

“As diferenças de vieses existentes na reprodução de experiências de guerra pelos mais diversos meios – diários, poesias, entrevistas, livros – só existem a partir do tipo de experiência que os participantes enfrentaram no campo de batalha, e não em função de sua natureza documental. Tal experiência foi vivenciada em diversos níveis e aspectos. Mesmo os oficiais combatentes experimentaram a guerra sob um ponto de vista diferente dos soldados aos quais se incumbia o trabalho árduo.... Alguns capitães de infantaria da FEB expunham-se aos mesmos riscos que seus homens e chegaram a tomar parte em assaltos a posições inimigas, outros permaneceram abrigados nos postos de comando pelo decorrer da guerra, o que foi afirmado tanto por soldados rasos como pelo comandante de Infantaria Divisionária, general Zenóbio da Costa.”

Boris Schnaiderman – Nós, que fomos para frente de batalha, éramos bastante aproveitados em serviços como, por exemplo, cálculo de tiro. Eu fui calculador de tiro. Como calculador de tiro, eu me vi com uma tarefa para a qual não estava nem um pouco preparado; nem de longe, porque, quando eu tinha feito o curso de sargento, todo o nosso treinamento, todo o ensinamento que recebíamos era de acordo com as normas do exército francês. Então, quem calculava o tiro era o capitão, comandante da bateria de tiro, auxiliado por um tenente. Os sargentos tinham funções imediatas como, por exemplo, comandar uma peça de tiro, ou seja, um canhão. No Brasil, durante a fase de treinamento, aprendemos a desmontar um canhão com rapidez e, normalmente, tornávamos a montá-lo. Mas quando fomos convocados, isto é, quando fomos para a Itália, a realidade era outra. Recebemos um armamento completamente diferente do que havíamos visto no Brasil. Não era desmontável e nem ia em lombo de cavalo, como nos campos de treinamento brasileiros. Os canhões eram puxados por grandes caminhões, chamados de tratores, e o cálculo de tiro não ficava sob a responsabilidade do capitão. Aliás, perdão, ficava sob a responsabilidade do capitão, mas ele não executava os cálculos, que eram executados por sargentos e cabos, que faziam seus

cálculos com o uso de réguas específicas. Agora, eu não usava régua de cálculo, porque era controlador vertical... isto é, calculava o deslocamento do tubo-alma, que era o tubo do canhão, na vertical. Eu ficava calculando e fazendo o meu trabalho com a carta da região, onde estavam marcadas as curvas de nível. Fazia os cálculos baseado nas curvas de nível do mapa da região. Era este o meu trabalho. Porém, quando chegamos à Itália, ficamos inativos por muito tempo.

Eu fazia parte do primeiro escalão. Nós saímos do Rio de Janeiro em 2 de julho de 1944 e chegamos a Nápoles em 16 de julho. Não sabíamos para onde íamos. Somente na véspera é que tivemos a notícia de que íamos tomar um navio e iniciamos uma viagem muito atribulada. Não foi brincadeira não. Mais de cinco mil homens no navio, recebendo uma alimentação com a qual eles não estavam acostumados. Muitos se alimentavam somente de maçãs, porque em toda refeição havia distribuição dessa fruta. Então, havia gente que só comia maçã porque não conseguia comer outra coisa, ficava enjoada com o balanço do navio.

6:30 da manhã de julho de 1944: o navio americano General Mann partia do porto do Rio de Janeiro. Eis como o comandante da FEB, General Mascarenhas de Moraes, descreveu a partida: “Do corcovado, circundado de bruma, emergia o Cristo Redentor, fitando seus fiéis que para outras terras partiam com o objetivo de, ombro a ombro com seus aliados, defenderem o rico patrimônio da civilização cristã”. No dizer de Frank McCann, esta era a segunda vez que soldados do Brasil atravessavam o Atlântico com objetivos militares. A primeira havia sido em 1648, na luta contra os holandeses em Angola, na África

O General Mann fez a viagem sob forte escolta: destróieres brasileiros, vários navios de guerra da marinha americana, em especial os cruzadores. O próprio navio estava armado de pesados canhões.

Depois do primeiro escalão seguiram outros. No dia 3 de outubro, o mesmo navio que havia levado o grupo de soldados em que se achava o sargento Boris Schnaidernan entrou no Mediterrâneo e, três dias depois, os soldados podiam ver, no horizonte, um fio de fumaça saído de um monte. Era o famoso vulcão Vesúvio. A maioria dos brasileiros que estava no navio jamais tinha visto um vulcão. Na verdade, a maioria jamais tinha viajado de navio ou saído do Brasil.

Na manhã de 6 de outubro, o grande navio americano de transporte de tropas General Mann atracou no porto de Nápoles. Os soldados estavam ansiosos para deixar a embarcação, depois de mais de 15 dias no mar, mas a ordem para desembarcar não vinha. No dia seguinte, começaram a atracar nas proximidades muitas embarcações de

pequeno porte. Os americanos chamavam essas embarcações de Landing Craft Infantry ou LCI. Somente na noite de 9 de outubro grandes colunas de soldados começaram a ser acomodadas nos pequenos navios que partiram para o norte. Embora a maioria não soubesse, o destino era Livorno, situada pouco menos de 20 horas de viagem de Nápoles. Foram quase dois dias de um verdadeiro inferno para os soldados. Soldados, oficiais, cabos, sargentos, todos, ou quase todos, sem distinção de origem social ou hierárquica se igualavam nos enjôos que sentiam com os navios balançando violentamente no mar bastante revolto no começo do outono europeu. As embarcações mergulhavam a proa nas ondas e os marinheiros americanos pareciam não se importar com todo aquele movimento, enquanto os soldados brasileiros vomitavam toda a ração enlatada que tentavam comer. Raul da Cruz Lima Júnior, então capitão da 2ª Companhia do 9º Batalhão de Engenharia de Combate dá uma idéia de quão “incômoda” foi essa pequena viagem: “Após a primeira inspeção, constatamos que a situação era muito mais séria: a tropa inteira punha os ‘bofes para fora’. No meio de cada compartimento, que era o menor possível, havia um enorme camburão e, às suas bordas, agarravam-se, em várias colunas, os pobres enjoados, que tinham que fazer um esforço enorme, contendo-se para não sujar o companheiro da frente que estava na vez de ‘jogar a carga no mar’. À noite, com o navio fechado por causa do black out, o ambiente tornou-se insuportável até mesmo para a guarnição do navio que tinha participado do desembarque no sul da França”.

Os soldados só se acalmaram quando as LCI, rebatizadas pelos brasileiros de Lança a Comida Inteira, atracaram na cidade portuária de Livorno, completamente destruída pelos alemães, e puseram os pés em terra na madrugada do dia 12, dia da América. Assim foi o desembarque do 2º escalão da FEB, a Força Expedicionária Brasileira, no cenário da guerra européia.

Boris Schnaiderman – Não conseguíamos nos acostumar com aquela comida. A maioria sentia falta do feijão e do arroz. Era uma situação muito difícil. Em alto mar, todos os dias fazíamos exercícios de salvamento. Aliás, avisavam: “Postos de combate”. Nós tínhamos que nos dirigir para o local designado para o embarque nos barcos de salvamento. Na verdade, quando se dava o sinal “Postos de combate” poderia ser exercício ou realidade. Vivíamos uma situação constantemente tensa. Tensão aumentada quando víamos os aviões voando sempre por cima do navio. Depois que atravessamos o estreito de Gibraltar, o navio passou a navegar em ziguezague porque, no caso de ataque de um submarino, seria mais difícil navegando em ziguezague e acompanhando o litoral. Íamos próximo do litoral de Marrocos e da Argélia. Foi, enfim, uma situação muito difícil, muito tensa, principalmente

porque havia muita gente vomitando. Até que chegamos a Nápoles. Chegando lá, tomamos o trem e depois ainda caminhamos a pé até a cratera de um vulcão extinto – aí nós ficamos em uma cidade próxima de Nápoles. Ficamos lá por um tempão.

E lá ficamos esperando pelas armas, que não chegavam. Não fazíamos nada, nada. Ficávamos completamente inativos. De repente, o comando decidia que tinha que fazer a ronda noturna. Sem armas, sem nada, o indivíduo ficava caminhando sozinho entre as barracas. Aquelas barracas todas iguais proporcionavam uma dificuldade até para se achar o seu próprio abrigo.

Acredito que talvez tenha sido um erro o Exército Brasileiro não ter levado os canhões de treinamento que usáramos aqui no Brasil. Porque, naquele tipo de guerra que fazíamos nas montanhas, aqueles canhões seriam muito úteis. Até os inimigos usavam aquele mesmo tipo de canhão, que era o 75, o canhão do tipo do exército francês da Primeira Guerra Mundial. Passamos um bom tempo lá. Acho que ficamos mais de duas semanas na cratera do vulcão, praticamente sem fazer nada. Depois fomos deslocados para o norte de Roma. Fomos de caminhão, com os negros americanos – a divisão negra americana é que fez o nosso transporte. Fomos transportados até um lugar que ficava 90 quilômetros ao norte de Roma, em Tarquínia, que é um dos pontos centrais da região dos antigos etruscos.

Ficamos novamente umas duas semanas. Somente ao final de nossa estadia é que recebemos armamentos. Eu fiquei completamente perplexo, porque aqueles mesmos soldados que falavam mal da guerra e não queriam ir para o campo de batalha ficavam loucos de alegria quando chegaram as armas, porque acabava com aquela inatividade forçada; aquilo era uma coisa horrível... Não se sabia o que se estava fazendo ali. Então, recebemos o armamento e já nos deslocamos para Vada, perto de Pisa. Aqui já se estava mais perto da linha de frente, pois se ouvia o canhoneio e já se sentia a proximidade dos combates. Lá houve alguns exercícios com os próprios americanos que ficavam acantonados ao lado do nosso acampamento e tivemos umas poucas aulas de instrução, dadas por um capitão nosso, mas, pelo que se percebeu, ele não acreditava muito que sargentos e cabos pudessem calcular tiros. Porém, aprendemos mesmo somente em ação. Tudo havia sido modificado em relação ao treinamento que tivemos aqui.

Foi tudo modificado. O que não se modificava era a bela burocracia do exército, na qual ficava um soldado registrando sempre o que eles chamavam de “folhas de alteração”, averiguando se o indivíduo bebeu ou não bebeu, se chegou bêbado ou não no quartel. Se houvesse a comprovação dessa conduta, o exército já entrava em ação. Havia, num certo sentido, mais preocupação com a parte burocrática do que com o treinamento.

Ou melhor, ainda, havia a preocupação burocrática e disciplinar. Por exemplo, cada unidade tinha o que se chamava de *galinheiro*, que era um cercado onde ficavam os soldados que transgrediam os regulamentos. Por menor que fosse a falta, como, por exemplo, sair sem licença, lá ia o transgressor para o *galinheiro*.

A comparação que você faz com o exército americano demonstra que, lá, era muito diferente. Lá havia mais comunicação e camaradagem entre oficial e subalterno. Falo da minha experiência pessoal, que foi na artilharia. Na infantaria, era diferente. Inclusive, numa ocasião, fui destacado para uma unidade de infantaria e percebi que, lá, o tipo de relacionamento era diferente. Porém, o nosso relacionamento com os oficiais era muito diferente daquele que víamos no exército americano. Neste a gente via uma camaradagem maior que no exército brasileiro. Pelo que eu li, inclusive na tese do César, no exército americano a grande diferença era que, lá, o grande número de convocados era muito maior que o número de soldados que entrava nas fileiras. A proporção de civis era muito maior. Isso acarretou uma diferença muito grande no exército americano. Eu li isso em mais de uma fonte, inclusive na tese do César.

Uma diferença marcante, que vale mencionar, era a relação entre brancos e negros. Lembro-me que eu conversava com os americanos e eles afirmavam que nós convivíamos melhor com as diferentes raças. E, muitas vezes, eles diziam que nós estávamos com a razão, mas que, para eles, negro não é gente. Sobre a divisão negra americana, a 92^a, eles afirmavam que os negros não eram soldados, que iriam apanhar dos alemães, o que seria uma tristeza.

Era uma coisa muito entranhada. Lembro-me que me dava muito bem com os sargentos americanos, que eram pessoas ótimas no trato cotidiano, mas, quando se chegava nessa questão de relação com outras raças, eram horríveis.

O que, no jargão militar, é conhecido por “batismo de fogo”, isto é, o primeiro contato com o fogo inimigo, foi experimentado de diferentes maneiras pelos soldados brasileiros.

Logo de início, a FEB foi enviada para combater em um setor montanhoso, ao norte da cidade de Pisa. A guerra em montanhas exigia muita resistência física da parte dos soldados: em primeiro lugar, todo combatente carregava consigo uma carga pesada de suprimentos de todos os tipos, que deveria ser levada montanha acima nas operações de guerra. Uma vez que os inimigos, alemães e fascistas, que defendiam a República Social Italiana (instituída na cidade de Saló após a rendição do Exército Real Italiano aos Aliados em 1943), encontravam-se entrincheirados em bem construídos abrigos subterrâneos localizados próximos às cristas das montanhas que a FEB deveria conquistar, a tarefa de atacar era muito mais difícil do que a de defender.

Um grupo de soldados alemães instalados no cume de uma elevação conseguia avistar uma tropa atacante, avançando em campo aberto, com muita antecedência. Os soldados Aliados eram alvos fáceis para as potentes armas que os alemães e italianos utilizavam para a defesa das elevações. As metralhadoras alemãs podiam, literalmente, cortar um corpo humano ou uma árvore ao meio, devido a sua alta cadência de fogo. Além das armas automáticas, os Aliados sofriam muito com o fogo dos morteiros, que disparavam granadas de alto teor explosivo em trajetória curva, podendo atingir grupos de soldados abrigados no terreno.

O principal fator de letalidade na Campanha da Itália foram, em primeiro lugar, as granadas de artilharia, e depois das granadas as mais mortíferas armas foram as metralhadoras. Se tais armas não matassem os soldados, elas causavam terríveis ferimentos dilacerantes, que, comumente, podiam desfigurar ou mutilar um homem para o resto de sua vida.

Boris Schnaiderman – No “batismo de fogo” foi muito estranho, porque foi muito de exibição. Os primeiros tiros dados por nossa artilharia foram calculados por mim. Em um determinado momento, nós vimos a infantaria passar por nós e avançar em fila indiana, já preparada para o combate, e demos o nosso primeiro tiro. Porém, era tudo uma coisa de ostentação, porque era um setor em que o alemão estava em retirada. Não se pode dizer que, nesse primeiro momento, os nossos homens não tinham encontrado resistência, porque aconteceram tais resistências, mas era um setor relativamente fácil, em comparação com o que enfrentamos depois. Não sei se aqueles tiros eram necessários. Fiz todos os cálculos, e a coisa funcionou muito bem. Recordo-me que aquele tiro chamou a atenção de muitos e logo encheu de gente. Vieram inclusive alguns oficiais americanos. Lembro-me que chegou o Rubem Braga, correspondente; lembro-me dele distante, agachado, meio encolhido num cantinho.

De qualquer forma, do meu ponto de vista, os primeiros tiros da nossa artilharia foram uma coisa de muita ostentação. Não foi exatamente uma ação de combate. A infantaria sim, pois já começou enfrentando suas dificuldades. Nós éramos chamados de “saco-B”. Os infantas caçoavam de nós, porque ficávamos um pouquinho atrás, sem enfrentar o mesmo perigo que eles. Chamavam-nos de “saco B” porque cada soldado e oficial recebia um “saco A”, com os objetos de uso imediato, e “saco B”, com aqueles que poderiam ser usados mais tarde e que ficavam em um depósito. Por isso, éramos chamados de “saco B”. Era muito pejorativo.

Em fins de novembro de 1944, os brasileiros foram incumbidos, pelo comando americano, de atacar uma região conhecida como Monte Castelo. Ladeado por outras elevações de importância tática, o Castelo e todo o sistema defensivo alemão naquele setor dominavam completamente a chamada Rota 64. Qualquer viatura Aliada que tentasse passar pela estrada seria atingida por bem regulados disparos da artilharia inimiga postada imediatamente atrás dos postos de observação do inimigo, que vigiava os movimentos de brasileiros, britânicos e americanos, centenas de metros abaixo.

Os primeiros ataques brasileiros ao Monte Castello, realizados nos dias 24, 25 e 26 de novembro foram detidos pouco acima do sopé da elevação. Carros blindados armados de potentes canhões de 88 milímetros, situados nas cristas das montanhas em mãos do inimigo, realizaram disparos diretos contra a tropa da FEB. Um dos pelotões da infantaria brasileira, comandado pelo 2º tenente Gérson Machado Pires, perdeu três soldados, imediatamente mortos por um único disparo partido dos blindados alemães. Segundo Gérson, o primeiro tiro “esfacelou os três soldados”. O número de feridos foi grande, e Monte Castello começou a criar sua sinistra fama entre os expedicionários.

Os ataques de novembro foram realizados em estreita cooperação com a Task Force 45 – um grupamento americano improvisado, composto de guerrilheiros irregulares italianos, elementos da 92ª Divisão de Infantaria (a “Divisão Búfalo”) e artilheiros antiaéreos transformados em infantes.

Em 12 de dezembro e novamente em 29 de dezembro de 1944, os ataques ao Monte Castelo foram repetidos, nessas ocasiões, sob exclusivo planejamento brasileiro. Embora os comandantes da FEB estivessem confiantes, os soldados, mais próximos do cenário de luta e conhecedores da eficácia do sistema defensivo alemão, mostravam-se apreensivos a respeito do sucesso das próximas operações.

Os regimentos utilizados para os últimos ataques ao Castelo, empreendidos em 1944, foram justamente o 1º RI, da então Capital Federal do Rio de Janeiro, e os mineiros do 11º RI. Estas duas unidades não puderam dispor do engajamento progressivo em combates, como ocorrera com o regimento paulista, o 6º RI, que fora colocado aos poucos na linha de frente. Isso havia possibilitado que os homens integrados ao regimento de Caçapava fossem se acostumando a lutar em pequenos entreveros contra unidades inimigas, também de pouco valor numérico, acostumando-os aos poucos à rudeza do front.

As companhias de fuzileiros do 1º e 11º Regimentos de Infantaria foram praticamente jogadas à frente do que muitos veteranos viriam a chamar de “caldeirão infernal de

Monte Castelo". 90% dos soldados que pertenciam à unidade alemã que guarnecia a elevação, a 232ª Divisão de Infantaria, eram veteranos da frente russa, acostumados a matar inimigos em combates encarniçados.

O resultado desses ataques foi catastrófico. Centenas de corpos de brasileiros juntaram as encostas do Monte Castelo e adjacências. Na vila de Abetaia, situada na porção ocidental do sopé do morro, um único metralhador alemão matou um grupo de 17 soldados brasileiros pelas costas, que avançaram sem perceber a posição inimiga escondida. Vários soldados desapareceram completamente, ao serem atingidos por explosões que desintegraram seus corpos. Outros permaneceram feridos, abandonados na terra de ninguém, por cerca de uma semana, tendo a sorte incrível de ainda serem resgatados com vida.

Boris Schnaiderman – Nós começamos a enfrentar dificuldades quando fomos sendo transferidos de um setor para outro. Das proximidades do litoral, fomos sendo transferidos cada vez mais para o interior da Itália. Nós, da artilharia, nem tanto, mas a infantaria já enfrentou uma grande dificuldade, pois ali a coisa já estava mais difícil. Depois fomos transferidos para o setor do Monte Castelo. Lá já foi guerra de verdade. Nós, da artilharia, antes disso, não tínhamos ainda enfrentado uma situação real de guerra. No setor de Monte Castelo, ali sim foi muito difícil. Foi em frente a Bolonha, naquelas montanhas maciças.

Os soldados que chegaram ao 2º escalão tiveram uma experiência mais dura ainda, porque eles entraram logo no setor difícil. Nós não. Fomos passando de um setor mais fácil para um mais difícil.

Depois, eles chegaram lá, se não me engano, mais ou menos em outubro de 1944, isto é, já em pleno outono. Eles saíram do Rio de Janeiro em outubro, com o calor carioca, e para chegar em outubro, pegando já a pior parte do outono.

A temperatura começou a baixar rapidamente. O equipamento que levamos do Brasil era muito insuficiente. Mas acabamos recebendo ótimo equipamento adequado do 5º exército americano. Quanto a isso, não podemos nos queixar, porque o equipamento era o mesmo do exército americano. Claro que, depois eu soube, o Brasil pagou todo esse material, inclusive aumentou a nossa dívida externa. Nós fomos vendidos por dólares e colocávamos toda a culpa no Osvaldo Aranha.

Do diário de João Afonso, personagem do livro Guerra em Surdina

A um canto do acampamento, afixava-se diariamente um noticiário muito sucinto dos principais acontecimentos, que passavam o mais das vezes despercebidos. Fiquei comovido com a notícia da libertação de Paris, comentei-a com Alípio e poucos mais. Constatei, porém, que a repercussão foi muito pequena entre a tropa.

Para minha surpresa, uma notícia que me deixara mais ou menos indiferente fez sensação entre os soldados: Oswaldo Aranha demitira-se do cargo de ministro das Relações Exteriores. Agora sim, dizia-se, a coisa vai melhorar. O velho vai chamar a gente de volta. Quem nos mandou para cá foi o homem dos americanos, que nos vendeu por uma garrafa de uísque. Agora sim, a guerra vai acabar para nós. Não é à toa que a gente está no estrangeiro faz tempo, e nada de entrar no fogo. Não vê que nem nos ensinaram a atirar direito, todo esse tempo? O velho ficou nos poupando, não deixou que nos pusessem na frigideira de uma vez. Agora, o jeito é arrumar o saco que a coisa não demora. Já deve ter navio brasileiro esperando a gente num porto por aí.

Boris Schnaiderman – O soldado brasileiro teve uma atuação surpreendente na guerra. Comportou-se muito bem. Para mim foi uma surpresa, porque eu esperava um desastre.

Eu acho que o brasileiro, enquanto soldado, levava uma grande vantagem sobre os outros. Os outros vinham de ambientes muito mais confortáveis, e a maioria dos brasileiros vinha de ambientes muito pobres. Então, estavam acostumados a enfrentar a dureza do cotidiano, inclusive, pude perceber, na prática, que tinham mais habilidade, mais agilidade. Os outros vinham das cidades, tinham sido funcionários de escritórios, ou seja, tinham o seu ofício. Porém, o brasileiro estava acostumado a enfrentar dificuldades. Na realidade, saíram-se muito bem. Eu atribuo isso à capacidade de improvisação que tem o brasileiro. Os nordestinos chegam a São Paulo com uma capacidade de improvisação! Adaptam-se com uma facilidade espantosa e enfrentam situações adversas. Lembro-me de ter ouvido uma história sobre um grupo que estava em deslocamento com uma patrulha de infantaria, em conjunto com os americanos. Os soldados americanos iam deixando umas latas de carnes e sopas de que não gostavam. Os brasileiros pegavam cada uma dessas latinhas e misturavam com a própria ração, melhorando o jantar. Os americanos ficavam impressionados e perguntavam como se fazia para que aquilo ficasse tão bom e melhor.

Em outras palavras, o brasileiro era mais hábil, inclusive porque vinham de ambientes mais pobres. Geralmente, pessoas originárias de tais circunstâncias têm uma capacidade maior de improvisação. Eu estive recentemente em Portugal e lá vi como os africanos, através de sua habilidade, se adaptam às condições mais adversas como, por exemplo, o trabalho com o computador. Tal adaptação se dá de uma forma muito mais rápida.

Mas a guerra ia chegando ao fim e a cada aldeia em que entrávamos éramos recebidos triunfalmente. Tivemos uma recepção triunfal da população italiana quando entramos no Vale do Pó, pois eles ficavam jogando flores nos caminhões que estavam nos transportando. Quando os carros paravam, a população vinha nos abraçar e gritava *Liberatori de Itália, viva, viva!* Depois ficamos um período aguardando a volta. Depois que isso aconteceu, também tivemos no Rio de Janeiro uma recepção triunfal. O povo realmente se mobilizou. Foi uma coisa impressionante. Já se sabe que, posteriormente, tiveram pressa em nos desmobilizar...

E a paz? Também em surdina?

Ninguém dormiu naquela noite de dezessete para dezoito de julho. Logo após a primeira refeição, os praças puderam subir para a cobertura e viram um pedacinho do litoral fluminense. Depois, foi a entrada da barra, os canhões dos fortes atirando, barcos e navios indo ao encontro do transporte, apinhados de gente que agitava lençinhos no ar. O homem lá embaixo, na lancha a motor, gritando qualquer coisa que ninguém compreende. Será que conheço alguém naquela barca apinhada de gente? Impossível distinguir os rostos. As mocinhas de short, corpos morenos e esguios, aglomeradas num iate, agitam lençinhos coloridos... De longe, vem um bimbalar de sinos. As fortalezas atiram. Será possível? Como é bonita esta cidade, as montanhas, a neblina, diabo, uma perdição! Um nó pára na garganta. Tudo isso é para nós, será possível?

O soldado estava quase cego quando desceu a prancha do transporte. Um soldadinho magro, pálido, de bigodinho, igual a tantos outros ainda apinhados no navio. Não sentia o peso do saco A nas costas, nem via o que estava acontecendo na sua frente. Pressentiu confusamente que a multidão, contida por um cordão de policiais, examinava-o atentamente, sentiu centenas de olhos acompanhando-lhe os passos. Deixou o saco num caminhão e encaminhou-se com os companheiros para umas mesinhas colocadas no meio da rua. Mocinhas com ar assustado serviram-lhe frutas, mates e sanduíches. Ora, comer numa hora dessas! Tonto como estava, entornou o mate. A mocinha que servia recuou assustada. “Não tenha medo” – pôde ele apenas balbuciar. Esquisito dizer isso ao voltar à pátria. O soldadinho encolheu-se dentro do uniforme. A moça grã-fina tinha medo de sujar o vestido, nada mais natural.

Realizada em março/2005, aprovada em junho/2005

Notas

* Antonio Pedro Tota é como assina seus trabalhos o professor Antonio Pedro, do Departamento de História da PUC-SP.

** Doutor em História pela USP e professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campo Grande.

*** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP.

PESQUISAS

A HISTÓRIA COMO CONTROLE ABSOLUTO: REGULAMENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO COTIDIANO EM NÓS, DE EVGENY ZAMYATIN

Jair Diniz Miguel*

O mundo vive somente por causa dos heréticos: Cristo o herético, Copérnico o herético, Tostoi o herético. Nosso credo (ou crença) é a heresia: o amanhã é infalivelmente uma heresia do hoje que se tornou um pilar de sal, e do ontem que foi esfarelado na poeira. O Hoje nega o ontem, mas o amanhã é a negação da negação: sempre o mesmo caminho dialético, que conduz o mundo para o infinito através de uma grandiosa parábola. A tese é o ontem, a antítese o hoje, e a síntese o amanhã.
(Zamyatin, *Sobre Literatura, Revolução e Entropia*, 1919).

Escrever uma novela utópica requer um grau elevado de esperança, porém, o que significa escrever uma distopia? Será somente desespero e falta de esperança? Não parece ser necessário se alongar nessa idéia, pois, no século XX, várias distopias foram escritas, e muitas se tornaram clássicos da literatura. Basta citar *Brave New World* (*Admirável Mundo Novo*) e *1984* como exemplos.¹

Mas o que torna *Nós*, de Zamyatin, único é sua trajetória.² Sendo um livro conhecido, só foi publicado na URSS em fins da década de 1980, no contexto de abertura e reorganização do regime. As idéias contidas no livro parecem, à primeira vista, falar contra o sistema a que o próprio Zamyatin era favorável, além de mostrar um certo caráter profético. Muito do que se tem escrito a respeito da novela está nessa direção.

Mas sempre cabe uma pergunta que pode levar a novas conclusões. Se o autor via o desdobrar do regime como um mundo racionalizado, controlado e estável, ou seja, sem estar sujeito à necessidade e à natureza, essa crítica passa a ser do mundo da “cultura”, não somente política, mas ética também? A luta do autor era também uma luta estética, já que estava inserido dentro de um campo de disputa das “novas formas de cotidiano” propostas e defendidas dentro do campo das artes e da cultura no novo sistema em implementação. Conceitos como “taylorismo social”, “cultura proletária”, “americanismo”, “novo co-

tidiano”, “vitória sobre a morte”, etc. estavam na ordem do dia, e acrescenta-se a isso a idéia de um “novo homem soviético”, que podemos chegar finalmente à proposta mais cara aos artistas e políticos do novo regime: a “reconfiguração/reconstrução do mundo”.

Essa proposta não era somente em termos políticos, nem tinha caráter restrito, como meta ou objetivo material de curto prazo. Suas bases remontam à cultura do Simbolismo russo, com sua carga messiânica e religiosa. Zamyatin também estava preocupado com a proposta e a desenvolve até um dos seus fins, o do controle absoluto como o Reino de Deus na Terra.

Este texto pretende fazer uma leitura sobre o conceito de “*Novyi Byt*” (novo cotidiano ou novo mundo social), no qual o autor busca mostrar que era preciso repensar muito do que estava sendo proposto, principalmente em relação ao chamado “taylorismo social”, que trazia diversas problemáticas, a principal era a organização como chave do desenvolvimento social, o que também pode ser descrito como uniformização, que não é somente para se conseguir o máximo rendimento, mas para centralizar decisões e ações, caminho para a uniformização do cotidiano pessoal. A problemática principal a ser abordada é sobre a leitura do texto como uma obra profética, predecessora de *1984*. Existem outras formas de compreensão e podemos lê-la como uma obra de discussão sobre a natureza e o fim ou finalidade da própria idéia de “novo mundo”. Um mundo justo e humano também é um mundo caótico. Talvez isso seja o principal, senão o próprio cerne da apaixonante novela de Zamyatin, *Nós*.

O chamado Modernismo – ou seja, a cultura moderna – é um momento da cultura mundial, principalmente europeu e americano, em que houve uma busca frenética e desesperada por mudanças (políticas, sociais, econômicas, artísticas, estéticas). Ao buscar suas especificidades Howe diz:

(...) nós podemos chamá-lo de moderno e distingui-lo do que é meramente contemporâneo; para qualquer um o contemporâneo refere-se ao tempo, o moderno refere-se a sensibilidade e ao estilo, o contemporâneo é um termo de referência neutra, o moderno é um termo de localização crítica e julgamento.³

As Vanguardas estavam ainda mais comprometidas com essa busca e com críticas, sendo que a vanguarda russa era uma das mais apaixonadas e seu momento de força coincidia com mudanças profundas dentro da sociedade russa, o que aguçou ainda mais suas esperanças.

A vanguarda artística russa/soviética possuía, entre suas principais características, um projeto de remodelação do mundo não somente orientado para a quebra de normas, mas principalmente por aspirar a mudanças que pudessem refazer todo o ambiente. Essa vontade utópica de recriar estava associada ao nihilismo de destruir.

Dentro dessas possibilidades, Lotman define o caráter tipológico da cultura russa em formação na metade do século XIX de “tipo semântico-sintagmático”, em que “só é possível compreender a estrutura do conteúdo penetrando na estrutura da expressão”.⁴ Assim,

(...) o semântico transformava-se na idéia de que o “homem” é classe, povo, humanidade, e, naturalmente, um homem determinado é só a característica desta unidade estrutural. O sintagmático fazia que se considerasse cada homem, entidade natural, como uma concatenação de individualidade, colocando o problema da sua correlação e identificação.⁵

Utilizando essa tipologia, podemos ver as vanguardas como desenvolvimento e ampliação de tal categorização. O exemplo tratado no presente texto coloca muito bem essas afirmações, pois as vanguardas russas/soviéticas trouxeram em seu discurso e suas ações tanto a vontade modeladora quanto a ânsia de superação com que Lotman caracterizou a cultura russa de fins do século XIX. Estava muito claro que seus animadores tinham uma dificuldade de unir os dois sistemas (semântico e sintagmático), mas ao mesmo tempo queriam encontrar uma forma capaz de sintetizar a nova cultura (nesse caso, a própria Vida).

O caráter de confronto e mudanças não era exclusivo das Vanguardas russas, perpassava todas as Vanguardas, em qualquer parte. Podemos buscar uma idéia de moderno em que seu significado e sua finalidade seriam que “a sensibilidade modernista coloca um impedimento, se não for um fim, na História: um apocalíptico *cul-de-sac* [beco sem saída] no qual tanto finalidades teleológicas quanto progresso secular são utilizados neste questionamento, talvez já obsoleto”.⁶

O desenvolvimento das bases conceituais das vanguardas russas passou por diversas tendências, mas algumas foram fortes o bastante para imprimirem sua marca e serem fundamentais para o entendimento dos diversos matizes do movimento, como os conceitos de “cultura proletária” e “*novyi byt*”.⁷

O conceito *Proletkul't* (Cultura Operária) tem base em um autor, A. Bogdanov, que foi membro do Partido Bolchevique, expulso em 1909, exatamente por sua visão da prioridade da cultura na Revolução. Ele buscava criar as bases de uma cultura de classe autônoma e autêntica, que estivesse fora do controle e da influência burguesa, “uma grande cultura proletária, mais forte e mais harmônica que a cultura da débil classe burguesa, incomparavelmente mais livre e mais criativa”,⁸ nas palavras do autor. Se o operário fosse a reboque

dos intelectuais, mesmo que revolucionários, poderia ser aliado do poder político. Assim, importava criar também um intelectual operário com ciência, cultura e visão de mundo próprias.⁹

Durante as jornadas revolucionárias, que vão de fevereiro (março) até outubro (novembro) de 1917, o grupo originalmente fundado por Bogdanov, em 1909 (*Vpered*, que contava com membros como A. Lunatcharski, M. Gorki, M. Prokovskii, etc.), fundou, em setembro de 1917 o *Proletkul't*, grupo dedicado a criar essa nova cultura, que acabou sendo também base de atuação de vários artistas vanguardistas.¹⁰

A visão de mundo do *Proletkul't* tinha como base a idéia de organização e trabalho operário, como diz Bogdanov: “toda criação, natural ou humana, espontânea ou ordenada, somente desemboca em formas organizadas, harmoniosas, viáveis, por meio da *regulação*. Estes são dois pontos indissolúveis e mutualmente necessários do aspecto de todo *processo de organização*”¹¹ e “o método da criação proletária está fundamentado nos métodos do labor proletário, i.e., o tipo de trabalho que é característico para os trabalhadores na moderna indústria pesada”¹².

Bogdanov também escreveu dois romances utópicos, que tinham como pano de fundo a organização social em bases coletivistas, sendo o primeiro *Estrela Vermelha (Kraznaia Zvezda)*, escrito em 1908, a primeira tentativa de descrever uma sociedade controlada de forma científica e coletivista em bases bolcheviques. O segundo, *Engenheiro Menni*, é uma continuação do primeiro.¹³

O conceito de *Novyi Byt* – que poderia ser novo cotidiano ou novo dia-a-dia – tem uma dimensão de re-fazer, re-construir, re-configurar tanto o mundo quanto a natureza, quanto o homem, e assim intervir na Vida.¹⁴ Um arquiteto, participante desses debates e membro da principal organização de arquitetos construtivistas (OSA), N. Sabsovitch, afirmou em seu *A URSS depois de dez anos*: “queremos, todavia, a revolução cultural, que ainda há de transformar o homem e, portanto, transformar completamente as condições de vida e as formas de existência cotidiana dos trabalhadores”.¹⁵

As bases eram variadas, da reconfiguração do canibal, via a vitória sobre a morte na filosofia de N. Fedorov,¹⁶ passando pelas vias estéticas e espiritualistas dos intelectuais e artistas simbolistas russos;¹⁷ ao gosto por máquina, velocidade, ritmo, arranha-céus, vida urbana, na reconfiguração do corpo dos futuristas.¹⁸ As esperanças estavam sempre na superação e a modernidade era mudança. Seja nas artes visuais, no cinema ou mesmo no teatro,

(...) a taylorização do trabalho cênico, posta como fundamento da Fábrica do Ator Excêntrico (FEKS), é só um capítulo do superlativismo da dinâmica mecanicista, destinada a *superar o mecânico* da vida [cotidiano]: a técnica de estranhamento vence a pura *necessidade* da coisificação [reificação] tecnológica”.¹⁹

Em todos os modelos, a confrontação entre o ideal e o gosto mesquinho burguês (*meshchanstvo*) tinha o caráter de luta, de combate a ser ganho ou, se derrotado, o fim das esperanças de renovação, de *novyi byt*. Essa luta adquiriu contornos novos com a revolução, abrindo caminho para que os artistas acrescentassem na agenda revolucionária suas próprias reivindicações, esperanças e utopias²⁰. Nas palavras de A. Gan, um combativo e radical artista construtivista russo,

(...) morra a arte, naturalmente ela nasceu, naturalmente se desenvolveu e naturalmente está a ponto de desaparecer. Os marxistas terão de procurar explicar cientificamente a morte da arte e formular os novos fenômenos do trabalho artístico no novo ambiente histórico do nosso tempo. ²¹

Esse ambiente (de esperanças, mudanças e crítica à realidade) levou alguns a imaginarem a saída através da organização dessa mesma realidade. O exemplo que pode servir de contraponto às idéias de Zamyatin é Aleksei Gastev, fundador do *TsIT* (Instituto Central do Trabalho), que tinha como missão implementar as idéias de Taylor, ou seja, a “Organização Científica do Trabalho” (*NOT – Nauchnaya Organizatsya Truda*, em russo) no ambiente das fábricas e no cotidiano dos trabalhadores, “até em sua vida íntima, incluindo sua estética e valores intelectuais e sexuais”.²² Gastev, nas palavras do poeta N. Assev, era o “Ovídio dos engenheiros, mineiros e metalúrgicos”²³ e sua produção literária continha idéias de controle que são utilizadas por Zamyatin em *Nós*, como a seguinte passagem, que pode ser comparada ao poema “Apitos da Fábrica” do próprio Gastev:

Mas os horários transformavam cada um de nós em uma figura de aço, um herói de seis rodas de um poderoso poema épico. Cada manhã com uma precisão de seis rodas, na mesma hora e no mesmo momento, milhões de nós nos levantamos como um. Na mesma hora, milhões de nós, como se fôssemos um só, começamos a trabalhar e como se fôssemos um só terminamos nosso trabalho. Fundidos em um só corpo com milhões de mãos, nós levamos a colher à boca em um mesmíssimo segundo designado pelo Horário; e em um mesmo saímos para passear, vamos ao auditório, para as salas de exercícios Taylor, e depois dormir...²⁴

As Manhãs nas quais apitos soam nos arredores
das fábricas, não é um chamado para a servidão.
É a melodia do futuro.
Antes trabalhávamos em miseráveis oficinas, em cada

uma começávamos nossos dias em horários variados.
Agora, todas as manhãs, às 8 horas em ponto, os apitos gritam para os milhões de nós.
Agora começamos juntos pontualmente.
Aos milhões levantamos o martelo no mesmo instante.
Nossas primeiras batidas soam juntas.
O que canta o apito?
– É o hino matinal da unidade.²⁵

Gastev vai ainda mais longe, ao propor uma forma ainda mais radical de coletivismo, que significa sempre controle e organização,

(...) tanto como um coletivismo pode ser chamado de *coletivismo mecanizado*. A manifestação desse coletivismo mecanizado é tão externo à personalidade, tão anônimo, que o movimento desse complexo coletivo é similar ao movimento das coisas, no qual não há qualquer individualidade, mas somente passos uniformes e regulares, e faces destituídas de expressão (...).²⁶

Nesse mesmo caminho, outros artistas buscavam ver o *novyi byt* dentro de regulações e normatizações, como V. Kuzmin – um arquiteto racionalista –, que prescrevia para a vida na casa-comuna (*dom-komunna*) os seguintes horários:

22:00 Hora de Dormir/8 horas de sono
Levantar às 6:00. Exercícios (5 minutos)
6:05 Higiene Pessoal (5 minutos)
6:15 Banho (5 minutos opcionais)
6:20 Vestir-se (5 minutos opcionais)
6:25 (caminhar para a cantina)
6:28 Café-da-manhã (15 minutos).²⁷

Nessa mesma idéia, como complemento da criação de uma nova vida, Gastev pensava que os criadores seriam “engenheiros sociais”, capazes de implementar o mundo novo e também o homem novo. Ele acreditava que a *NOT* envolvia a reorganização da vida e a criação de uma nova cultura de produção capaz de superar as experiências americana e alemã, e assim prescrevia da seguinte forma a mentalidade da mudança:

Trabalho – é a sua força.
Organização – sua habilidade.
Disciplina – sua vontade.
Essa, então, é a atual Meta Cultural
que em seu conjunto forma a Revolução Cultural.²⁸

Mas Zamyatin, ao contrário, pensava que a determinação do momento final, da última fase, do controle, não era e não seria o mais importante. Ao buscar conceituar a revolução, ele, no texto *Sobre Literatura, Revolução e Entropia*, afirmou que

(...) a revolução está em todos os lugares e em todas as coisas; é infinita, não há revolução final, não há um fim para uma seqüência de integrais. A revolução social é somente uma na seqüência infinita de integrais. As leis da revolução não são somente as leis da revolução social, é imensuravelmente maior, é uma lei cósmica, universal – tanto como a lei da conservação de energia e a lei da perda energética (entropia). Algum dia, uma fórmula exata será estabelecida para a lei da revolução e nessa fórmula, classes sociais, nações, estrelas – e livros serão expressos como valores numéricos”.²⁹

Continuando em sua luta contra a uniformização da revolução, Zamyatin afirmou que “hereges são o único remédio (de gosto amargo) para a entropia do pensamento humano”³⁰ e que “hereges são necessários para a saúde. Se não existirem hereges, eles terão que ser inventados”³¹. Em outro texto, ele lembrou a queda do anjo rebelado, que parece ser também uma metáfora sobre os artistas. Zamyatin escreveu que “o mito sobre o anjo que rebelou-se contra Deus é o mais maravilhoso de todos os mitos, o mais altivo, o mais revolucionário, o mais imortal de todos”.³²

As metáforas empregadas por Zamyatin também são de cunho matematizantes e do jargão da Engenharia. Ele também trabalhava com Engenharia, era engenheiro naval e construtor de quebra-gelos que foram usados pela Marinha soviética nas décadas de 20 e 30 do século XX. Mas tinha em mente o caráter dúbio da engenharia enquanto um modelo de controle social. Suas “teses” foram exploradas no livro *Nós*.

Textos de ficção, dentro da literatura russa sobre utopia, já eram bastante apreciados desde o reinado de Catarina II. Um romance surgido em 1840, de autoria de V. Odoievsky, chamado *O Ano 4338 (4388-y God)*, já tinha como *plot* a idéia de viagens aéreas, o controle do tempo e a censura como parte de uma sociedade mais avançada. O livro de Tchernichevsky, *Que Fazer (Chto Delat)*, também é importante para o entendimento da narrativa de *Nós*.³³ Mas diferentemente dos outros livros citados, *Nós*, que foi escrito entre 1920 e 1921, acabou sendo proibido na URSS, sendo somente publicado em russo na época da Perestroika, em 1989. Foi lançado, de forma irregular, em inglês em 1924 e oficialmente, em 1952, nos EUA. Foi na publicação de 1924 que George Orwell pôde ler o texto que o influenciou em *1984*.³⁴ Além de Orwell, outros escritores de romances de antecipação (utopias e anti-utopias) científica, como Huxley e Ayn Rand, acabaram por se inspirar em Zamyatin na construção de seus próprios textos.³⁵

Alguns elementos são importantes para a compreensão da ficção científica russa e soviética que vai surgindo no início do século XX. A crítica social era importante, mas as idéias de Fedorov acerca da vitória sobre a morte – esse desejo que impulsionou até mesmo a astronáutica russa – se tornaram um elemento recorrente na imaginação e nas utopias russas. As viagens espaciais eram dadas como certas por escritores e cientistas russos. A mistura de fedorianismo com o taylorismo (não só produtivo, mas social) e as idéias radicais socialistas e marxistas acabaram sendo o cadinho em que os textos utópicos surgiram. Zamyatin critica, mas não deixa de se levar também por essas considerações. Como um cimento que liga elementos diferenciados, a grande presença dos escritos de H. G. Wells na literatura russa desse período foi importante para que a ficção científica de cunho filosófico se tornasse tão apreciada na URSS.³⁶

O próprio Zamyatin tinha esperanças utópicas bastante fortes, sendo membro do partido bolchevique, contribuindo para a revolução e participando da nova estrutura, dentro da editora estatal, como tradutor e escritor. Sua formação era baseada no movimento dos “Construtores de Deus” (Feuerbach, prometeísmo marxista e voluntarismo nietzscheano), que abrigava, entre outros, Gorky, Lunatcharsky e Bogdanov.³⁷ Mas seu horizonte era balizado pela busca do primeiro momento da revolução, quando ela estava em latência, como um porvir. Assim, “a revolução está em tudo, em todas as coisas; ela é infinita, não existe uma revolução final, não existe o último número...”³⁸

Zamyatin estava preocupado com a etapa em que a idéia e sua aplicação ainda eram uma esperança, não mais quando elas se tornassem palpáveis ou quando já fossem realidade de fato.³⁹

Para a construção do romance,

Zamyatin fez um empenho especial em desenvolver *Nós*, ampliando e refinando arbítrios estilísticos que havia utilizado em outras narrativas anteriores: uma prosa elíptica, às vezes quase telegráfica, na qual se omitem os verbos e uma descrição de tipos e ambientes, na qual se combinam com inigualável maestria, a rígida formulação matemática, o brilho cromático do impressionismo e a austeridade linear dos cubistas.⁴⁰

O autor de *Nós*, ao tratar do significado de literatura, mostrou que

a característica formal de uma literatura é a mesma de sua caracterização interna: a negação da verdade, isto é, a negação do que qualquer pessoa conhece e do que eu conheço nesse momento. Uma literatura viva [vital] deixa os trilhos canônicos, deixa a auto-estrada.⁴¹

E em seu texto sobre Wells, escrito em 1922, colocou que

(...) existem dois traços genéricos e invariáveis que caracterizam as utopias. Um é o conteúdo: os autores de utopias descrevem o que eles consideram serem as sociedades ideais; traduzindo isso em linguagem matemática, nós podemos dizer que as utopias teriam o sinal + [positivo]. O outro traço, que organicamente cresce fora do conteúdo, pode ser encontrado na forma: a utopia é sempre estática; é sempre descritiva e não tem, quase não existe, enredo dinâmico.⁴²

O ritmo que o texto segue é o de um diário, que narra um processo de desvio do personagem que narra/escreve sobre os acontecimentos. Esse personagem, chamado de D-503,⁴³ tem uma função técnica no mundo em que ele vive. É o construtor da nave espacial que vai levar o sistema social do Estado Único⁴⁴ para o resto do universo. Sintomaticamente, a nave chama-se *Integral*. Esse início da trama mostra já algumas das idéias das vanguardas russas bem explícitas. A conquista do espaço já estava em voga no imaginário dos artistas e engenheiros russos. Os primeiros testes com foguetes foram na Rússia tsarista ainda, e o romance utópico de Bogdanov, *Estrela Vermelha*, era justamente sobre o controle e o espaço.

O personagem resume a idéia que percorre todo o texto de que era preciso “desencurvar a curva absurda, endireitá-la até formar uma tangente, uma assíntota, uma linha reta. Porque o Estado Único é uma linha reta, uma linha grande, divina, exata, sábia... a mais sábia das linhas”.⁴⁵

A matematização das relações está bem visível nessa passagem, bem como na próxima afirmação do personagem: “a tabela de multiplicação é mais sábia e mais absoluta que o Deus antigo: nunca, você me entende, *nunca* se equivoca. E não existem criaturas mais felizes do que aquelas que vivem sob as leis harmoniosas e eternas da tabela de multiplicação”.⁴⁶

Como engenheiro naval, o autor possuía amplo domínio da matemática e da física. D-503 pode também ser o próprio Zamyatin ou qualquer outro membro da vanguarda.

A vida nessa sociedade parece ser utópica, como diz o protagonista: “no cotidiano vivemos entre paredes transparentes, que parecem tecidas de ar cintilante, vivemos ao olhar de todos, banhados continuamente de luz. Não temos nada que ocultar uns dos outros. E ademais, isso facilita a difícil e importante tarefa dos Guardiões”.⁴⁷

Ao mesmo tempo, ele mostra uma contradição ao citar que uma casa transparente é importante também como fator de controle e censura. Dentro das intenções de melhoria, portanto, poderia se esconder uma bomba de grande impacto, a da dominação através da serialização e do conhecimento.

O combate das idéias do “taylorismo social” está visível na passagem em que diz que “esse Taylor foi sem dúvida o maior dos gênios antigos”⁴⁸ e que era o “profeta” daquele novo mundo.

Uma modificação foi introduzida na vida de D-503, a paixão e o amor, que não são equacionáveis e que transformaram e perturbaram suas certezas. Elas passaram a ser cada vez mais difíceis de serem conciliadas com a relação que passou a manter com outro número I-330, “mas não sei, em seus olhos e sobranceiras havia um estranho e irritante X que não consegui em absoluto captar e no qual não pude dar uma expressão aritmética”.⁴⁹

Dentro desse estado, as pessoas eram números e não havia mais relações estáveis de parceria ou casamento. Essa era outra crítica endereçada às vanguardas, que, imbuídas de pensamentos antifamília, buscavam refazer as relações pessoais e amorosas sem o uso dessa instituição.

Zamyatin não era contrário a muitas dessas idéias, sendo até mesmo defensor delas, mas seus questionamentos eram de ordem ética, visavam a rever tais conceitos dentro da ótica da aplicação deles e muitas vezes, segundo o próprio Zamyatin – e no romance ele diz isso –, acabam por ser negativos e destrutivos.

Outro problema apontado diz respeito à submissão dos artistas e, por conseguinte, da Arte aos ditames do Estado, um ponto muito sensível aos artistas que viviam dentro do processo revolucionário na Rússia daquele momento, como via D-503:

(...) nossos poetas não moram mais no etéreo; vieram para a terra e vão juntos a nós, marcando o passo ao compasso da marcha rigorosa e mecânica da Torre Musical. Sua lira é o embalar matinal das plainas de dentes elétricos, os estalos ameaçadores que produz a Máquina do Benfeitor, o eco majestoso do Hino do Estado Único...”.⁵⁰

Em outro texto, ele já havia dito que “o que importa ter em conta é que uma literatura genuína só pode existir aonde quem a faz, não são uns pássaros laboriosos e servis, e sim os loucos, os hereges, os anacoretas, os sonhadores, os sediciosos, os cétricos”,⁵¹ buscando justamente dar espaço aos próprios vanguardistas que estavam fora do circuito do poder e eram considerados desviantes.

Por todo o texto, há uma matematização do cotidiano e das relações, mas também ela existe na explicação e mesmo na descrição dos acontecimentos, como na passagem em que D-503 escreve:

(...) a história humana procede segundo uma pauta de círculos ascendentes, como um avião. Os círculos são diferentes: há os de cor de ouro, cor de sangue, mas todos eles têm 360°. Vão de 0° a 10°, 20°, 200°, 360° e daí voltam, de novo, a 0°. Sim, nós voltamos a 0°. Mas para uma mente que, como a minha, opera matematicamente, resulta claro que esse zero não é mais o de antes; é novo. Nós partimos de zero pela direita e voltamos a zero pela esquerda. Assim, pois, em lugar de 0+ estamos em 0-”.⁵²

A resposta final de D-503 para as dificuldades que ele encontra durante o período de subversão no qual participa termina com a afirmação de um outro número, durante a rebelião para acabar com o Estado Único:

– Sim, sim. Digo-lhe que não existe o infinito. Se o universo é infinito, a densidade média da matéria deveria ser igual a zero; mas como, segundo sabemos, não é igual a zero, o universo é, por conseguinte, finito; é de formato esférico, e o quadrado de seu raio R^2 , é igual a densidade média multiplicada por... A única coisa que necessito agora é calcular o coeficiente numérico, e então...”.⁵³

Toda a trama acaba com a transformação de D-503, subversivo em parte da história, que volta à “normalidade” através da retirada da sua capacidade de sentimentos (uma cirurgia) – “A última descoberta da Ciência Oficial é que existe um centro da fantasia: um nada miserável e pequeno na parte inferior do lóbulo central do cérebro. Uma tripla cauterização desse nada por meio de raios X os curará de suas fantasias”⁵⁴ –, de sua completa submissão à ordem estabelecida e de sua fé na razão, capaz de dizer: “e espero que triunfemos. Mais ainda: estou seguro de que triunfaremos. Porque a Razão tem que triunfar”.⁵⁵

Alguns dos temas citados acima sobre o texto de Zamyatin são suficientes para mostrar o leque de preocupações do autor. Às voltas com um medo do futuro, em que as mais belas idéias pudessem se tornar sombrias formas de dominação. As tentações de fazer dele um profeta são grandes. O mundo soviético, afinal, encontrou seu “Benfeitor” e o “Estado único”, porém este não era derivado das loucas alucinações e desejos dos vanguardistas, era real e tinha seu poder plenamente estabelecido.

Esse romance utópico/distópico lança dúvidas, revê conceitos e trama mudanças no imaginário dos vanguardistas – sejam eles artísticos, sociais ou políticos. Um mundo sem caos pode ser um mundo melhor, mas, para Zamyatin, ele carece de vida, seu elemento mais importante. Ao atribuir valor ao caos, ao diferente, ele não busca se afastar da regularidade e da norma. Ele pretende a síntese entre a razão e o que pode ser chamado de irracional, “bestial”.

No mundo do futuro, a “civilização” se resguarda da barbárie através de muros e divisões, que tentam preservar algo que não mais pertence à humanidade, sua própria humanidade. O protagonista não acolhe o mundo de fora, pois este não consegue devolver o que falta aos homens e às mulheres do Estado. Porém, ele também não consegue viver com o Estado na forma como foi montado. Se há uma esperança, esta reside na não-criação, no evitar o “Leviatã” antes que este possa se tornar tão poderoso que não deixe mais escapatórias.

A formação do novo mundo e do novo homem socialista, imaginado e acalentado durante muito tempo, pelo menos desde Tchernichevsky (na década de 1860), tinha em seu bojo problemas que Zamyatin via e tentava resgatar da rota que leva à formação de uma necrópole, em que todos já estão mortos, porque não há mais o que ser feito, apenas viver, trabalhar, divertir-se. Esse ideário – quer seja dos reformadores sociais, quer dos “criadores de Deus” ou de outros ramos do pensamento moderno russo – tem como motor central a Estética. Eles pretendem refazer/recriar/reconstruir dentro da lógica da mudança do mundo enquanto lugar da mediocridade, para o mundo como lugar da sublimação, da perfeição, do divino.

Um mundo sem morte, sem fome, sem moralidade mesquinha e burguesa, capaz de transformar o homem comum em um super-homem nietzscheano, amoral e esteta. Mesmo dentro das vanguardas mais radicais e engajadas – como Futurismo, Construtivismo, Produtivismo e, em parte, os Realistas Proletários –, essas idéias percorrem como desejo, como esperança.

Nesse viés, é possível ver que a Ética e a Política são parte integrante da Estética, um lugar em que a Verdade é igual ao Belo. O mundo pode ser plasmado de forma a tornar-se belo, enquanto uma categoria de verdade e justiça. Assim, o imaginário se remete à transformação da realidade através da mudança dos paradigmas dessa mesma realidade. O mundo é um imenso laboratório e a humanidade, uma tela que precisa ser pintada da maneira mais correta, mas também da maneira mais bela.

Zamyatin era um esteta que também era político, vendo que seu mundo poderia ser melhor e que talvez valesse a pena avisar antes que a catástrofe se abatesse sobre todos.

Na Rússia soviética, o texto foi proibido e sua posse poderia significar problemas para o dono. As leituras foram sistematicamente tornadas clandestinas e as citações se tornaram metafóricas ou descontextualizadas, para que não se criassem problemas para os autores que o evocassem. Assim, fica um pouco difícil dizer que ele teve grande influência na Rússia. Somente após a morte de Stalin e a publicação oficial do texto em outras línguas é que o público soviético pôde ler Zamyatin, que ficou proibido em russo até 1989. Quem o leu e se interessou, em geral, foram artistas e escritores e críticos ou aqueles que enfrentaram os anos de estalinismo cultural (realismo-socialista) e criaram a arte soviética *underground*.

Pena que só alguns, em sua época, puderam ver que o Estado Único podia ser uma realidade, e que a máquina do Benfeitor pudesse um dia existir, nos mais diversos modelos e matizes.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em junho/2005

Notas

* Doutorando em História Social, FFLCH-USP.

¹ HUXLEY, A. *Admirável mundo novo*. Tradução de Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo, Globo, 2003; ORWELL, G. *1984*. Tradução de Wilson Veloso. São Paulo, Nacional, 1976.

² ZAMYATIN, Y. *My*. SOVIETSKAY Proza 20-30-x Godovo XX Veka: V. 2. Moskva, TERRA – Kniznyii Club, 2000. V. 2 Pg 5-136. Edição espanhola (traduzida do russo). *Nosotros*. Madrid, Alianza Editorial, 1993, p. 14. Edição brasileira (traduzida do inglês). *Nós*. Tradução de Lia Alverga Wyler. Rio de Janeiro, Anima, 1983.

³ HOWE, I. *Introduction*. In: HOWE, I. (ed.). *The Idea of Modern in Literature and the Arts*. New York: Horizon Press, 1967, p. 13. Todas as traduções para o português são do autor deste artigo, a não ser que venha expresso o nome de um tradutor para determinada passagem.

⁴ LOTMAN, I. O Problema do Signo e do Sistema Síglico na Tipologia da Cultura Anterior ao Século XX. In: LOTMAN, I.; USPENSKII, B.; IVANOV, V. et al. *Ensaio de Semiótica Soviética*. Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p. 125.

⁵ *Ibid.*, p. 126.

⁶ HOWE, op. cit, p. 15

⁷ BOWLT, J. E. (ed.). *Russian Art of the Avant-Garde: Theory and Criticism*. New York, Thames and Hudson, 1988; BOWLT, J. E.; MATICH, O. (ed.). *Laboratory of Dreams: The Russian Avant-Garde and Cultural Experiment*. Stanford, Stanford University Press, 1996. GRAY, C. *The Russian Experiment in Art 1863-1922*. London, Thames and Hudson, 1986. LODDER, C. *Russian Constructivism*. New Haven, Yale University Press, 1987; MATICH, O. Remaking the Bed: Utopia in Daily Life. In: BOWLT, J. E.; MATICH, O. (ed.). *Laboratory of Dreams: The Russian Avant-Garde and Cultural Experiment*. Stanford, Stanford University Press, 1996. pp. 69-78. SCHERRER, J. Pour l'Hégémonie Culturelle du Proletariat, Aux Origines Historiques du Concept et de la Vision de la "Culture Proletarienne". In: FERRO, M.; FITZPATRICK, S. (ed.). *Culture et Révolution*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989. p. 11-23.

⁸ SCHEERER, J. The Relationship between the Intelligentsia and Workers: the Case of the Party Schools in Capri and Bologna. In: Zelnik, R. E. (ed.). *Workers and Intelligentsia in Late Imperial Russia: Realities, Representations, Reflections*. Stanford, University of California Press/University of California International And Area Studies Digital Collection, 1999. v. 101. p. 172-185. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/uciaspubs/research/101/9>. Acesso em: 4 de novembro de 2002, p. 175.

⁹ BIGGART, J. Alexander Bogdanov and the Theory of a "New Class". *The Russian Review*, Columbus, v. 49, n. 3, p. 265-282, July 1990. MAROT, J. Alexander Bogdanov, Vepered, and the Role of the Intellectual in the Workers' Movement. *The Russian Review*, Columbus, v. 49, n. 3, p. 241-264, July 1990. SCHERRER, J. Pour l'Hégémonie Culturelle du Proletariat: Aux Origines Historiques du Concept et de la Vision de la "Culture Proletarienne". In: FERRO, M.; FITZPATRICK, S. (ed.). *Culture et Révolution*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989, p. 11-23. SOCHOR, Z. On Intellectuals and the New Class. *The Russian Review*, Columbus, v. 49, n. 3, p. 283-292, July 1990.

¹⁰ Como exemplos, poderíamos citar: Eisenstein, Meierkhold, Gan etc. LEACH, R. *Revolutionary Theatre*. London / New York, Routledge, 1994; LODDER, C. *Russian Constructivism*. New Haven, Yale University Press, 1987. MELE, G. Théorie et Organization des Pratiques Culturelles à L'Époque du Proletkul't. In: FERRO, M.; FITZPATRICK, S. (ed.). *Culture et Révolution*. Paris, Éditions de l'École

des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989, p. 41-70. SCHERRER, J. Pour L'Hégémonie Culturelle du Proletariat: Aux Origines Historiques du Concept et de la Vision de la "Culture Proletarienne". In: FERRO, M.; FITZPATRICK, S. (ed.). *Culture et Révolution*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1989, p. 11-23.

¹¹ BOGDANOV, A. A. *El Arte y la Cultura Proletaria*. Madrid: Alberto Corazón, 1979, p. 59.

¹² BOWLT, J. E. (ed.). *Russian Art of the Avant-Garde: Theory and Criticism*. Nova York, Thames and Hudson, 1988, p. 179.

¹³ BOGDANOV, A. *Krasnaya Zvezda (Roman-Utopiia) / Ingenier Ménni (Fantasticheskii Roman)*. Hamburg, Helmut Buske Verlag, 1979.

¹⁴ ALBERA, F. *Eisenstein e o Construtivismo Russo – A Dramaturgia da Forma em "Stuttgart"*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002.

¹⁵ CECCARELLI, P. *La Construcción de la Ciudad Soviética*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1972, p. XLIV.

¹⁶ MASING-DELIC, I. The Transfiguration of Cannibals: Fedorov and the Avant-Garde. In: BOWLT, J. E.; MATICH, O. (ed.). *Laboratory of Dreams: The Russian Avant-Garde and Cultural Experiment*. Stanford, Stanford University Press, 1996, pp. 17-36.

¹⁷ BOWLT, J. E. Body Beautiful: The Artistic Search for the Perfect Physique. In: BOWLT, J. E. e MATICH, O. (ed.). *Laboratory of Dreams: The Russian Avant-Garde and Cultural Experiment*. Stanford: Stanford university Press, 1996, pp. 37-58.

¹⁸ MATICH, O. Remaking the Bed: Utopia in Daily Life. In: BOWLT, J. E. e MATICH, O. (ed.). *Laboratory of Dreams: The Russian Avant-Garde and Cultural Experiment*. Stanford, Stanford university Press, 1996, pp. 69-78.

¹⁹ RAPISARDA, G. (ed.) *La Fábrica del Actor Excéntrico (FEKS)*. Barcelona, Gustavo Gili, 1978, p. 225.

²⁰ MATICH, O. Remaking the Bed: Utopia in Daily Life. In: BOWLT, J. E. e MATICH, O. (ed.). *Laboratory of Dreams: The Russian Avant-Garde and Cultural Experiment*. Stanford, Stanford University Press, 1996, pp. 69-78. GRAY, C. *The Russian Experiment in Art 1863-1922*. Londres: Thames and Hudson, 1986. BOWLT, J. E. (ed.). *Russian Art of the Avant-Garde: Theory and Criticism*. Nova York, Thames and Hudson, 1988.

²¹ MALDONADO, T. *El Diseño Industrial Reconsiderado*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1993, p. 32.

²² BAILES, K. Alexei Gastev and the Soviet Controversy over Taylorism. *Soviet Studies*, Glasgow, v. 29, n. 3, p. 373-394, jul. 1977, p. 378. SOCHOR, Z. Soviet Taylorism Revisited. *Soviet Studies*, Glasgow, v. 33, n. 2, p. 246-264, apr. 1981.

²³ BAILES, K. Alexei Gastev and the Soviet Controversy over Taylorism. *Soviet Studies*, Glasgow, v. 29, n. 3, p. 373-394, jul. 1977, p. 373.

²⁴ CARDEN, P. Utopia and Anti-Utopia: Alexsei Gastev and Evgeny Zamyatin. *The Russian Review*, Cambridge (USA), v. 46, n. 1, p. 01-18, jan. 1987, p. 9. ZAMYATIN, Y. *Nosostros*. Edição citada, p. 25.

²⁵ CARDEN, op. cit., p. 9. Tradução de Iara Haasz.

²⁶ BAILES, K. Alexei Gastev and the Soviet Controversy over Taylorism. *Soviet Studies*, Glasgow, v. 29, n. 3, p. 373-394, jul. 1977, p. 379. Compare essa idéia com a sociedade organizada pelo Benfeitor em *Nós*.

- ²⁷ BEAUJOUR, E. K. Zamiatin's We and the Modernist Architecture. *The Russian Review*, Cambridge (USA), v. 47, n. 1, pp. 49-60, jan. 1988, p. 52.
- ²⁸ SOCHOR, Z. Soviet Taylorism Revisited. *Soviet Studies*, Glasgow, v. 33, n. 2, pp. 246-264, apr. 1981, p. 258. Tradução Iara Haasz.
- ²⁹ ZAMYATIN, E. On Literature, Revolution, and Entropy. In: HOWE, I. (ed.). *The Idea of Modern in Literature and the Arts*. Nova York, Horizon Press, 1967, pp. 173-174. O personagem D-503, em *Nós*, também pensa assim.
- ³⁰ *Ibid.*, p. 174.
- ³¹ *Ibid.*, p. 175.
- ³² Retirado de *The Day and the Age*, 1924. Encontrado em <http://www.monadnock.net/fanspaces/zamyatin/quotes.html>. Acessado em 16 de setembro de 2004.
- ³³ EDWARDS, T. R. N. *Three Russian Writers and Irrational: Zamyatin, Pil'nyak and Bulgakov*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- ³⁴ ORWELL, op. cit., ed. cit.
- ³⁵ HUXLEY, A. op. cit., ed. cit. RAND, A. *Fountainhead*. Nova York, New American Library, 1996.
- ³⁶ WELLS, H. G. *Three prophetic science fiction novels*. Nova York, Dover Publications, 1960
- ³⁷ CLOWES, E. From beyond the abyss: Nietzschean myth in Zamiatin's "We" and Pasternak's "Doctor Zhivago". In: ROSENTHAL, B. G. (ed.). *Nietzsche and Soviet Culture: Ally and Adversary*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 313-337.
- ³⁸ EDWARDS, T. R. N. *Three Russian Writers and Irrational: Zamyatin, Pil'nyak and Bulgakov*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982, p. 48.
- ³⁹ LÓPEZ-MORILLAS, J. Introducción. In: ZAMYATIN, Y. *Nosotros*. Edição citada, pp. 7-10.
- ⁴⁰ *Ibid.*, p. 09.
- ⁴¹ ZAMYATIN, E. On Literature, Revolution, and Entropy. In: HOWE, I. (ed.). *The Idea of Modern in Literature and the Arts*. Nova York, Horizon Press, 1967, p. 177.
- ⁴² Retirado na Internet: <http://www.monadnock.net/fanspaces/zamyatin/quotes.html>. Acessado em 16 de setembro de 2004.
- ⁴³ No Estado Único, as pessoas têm como "nome", uma indicação de letra em combinação com números, como D-503, O-90 etc. A personagem I-330, revolucionária na trama, tem uma diferença, pois no original russo sua letra é grafada em alfabeto românico e não em cirílico como os outros. Uma interessante discussão a respeito do significado das letras na novela diz respeito aos personagens principais da trama (D-503; I-330, O-90 e S-4711), que corresponderiam as iniciais da palavra D-I-O-S (forma genitiva da língua grega da palavra Deus), ver: CLOWES, E. - From beyond the abyss: Nietzschean myth in Zamiatin's "We" and Pasternak's "Doctor Zhivago". In: ROSENTHAL, B. G. (ed.). *Nietzsche and Soviet Culture: Ally and Adversary*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 313-337.
- ⁴⁴ Seria interessante notar que pode haver um paralelo entre o Estado Único e seu Benfeitor e o Grande Inquisidor de Dostoiévsky; ver: CLOWES, E., op. cit., ed. cit.
- ⁴⁵ ZAMYATIN, Y. *Nosotros*, ed. cit., p. 14.
- ⁴⁶ *Ibid.*, p. 83.
- ⁴⁷ *Ibid.*, p. 33.

⁴⁸ Ibid., p. 47.

⁴⁹ Ibid., p. 41.

⁵⁰ Ibid., p. 85. Não deixa de ser uma crítica também aos próprios vanguardistas, em suas fantasias mecanicistas.

⁵¹ LÓPEZ-MORILLAS, J. Introducción. In: ZAMYATIN, Y. *Nosotros*, ed. cit., p. 7.

⁵² ZAMYATIN, Y. *Nosotros*, ed. cit., p. 137.

⁵³ Ibid., p. 260.

⁵⁴ Ibid., p. 205.

⁵⁵ Ibid., p. 264.

CONTRIBUIÇÃO PARA UMA COMPREENSÃO DA CULTURA AMERICANA – HQ’S ENTRE 1981 E 1987

Adriano Marangoni*

O título anterior do presente trabalho foi modificado para “Por trás da máscara: história em quadrinhos e a identidade secreta do mito americano”, seguido por outro, mais simples, porém bastante abstrato, “Contribuição para uma compreensão da cultura americana”, procurava-se apontar para uma análise da importância ou reincidência de uma figura preponderante nas expressões da indústria cultural norte-americana: o vulto do herói. De forma direta, a guerra ou seu espectro dá amplo subsídio para sua construção.

Mesmo nas perspectivas iniciais da pesquisa, surgidas ainda durante a graduação, os questionamentos referiam-se aos mecanismos de apropriação ideológica e cultural da criatividade artística como foco de renovação de princípios doutrinários ou mesmo políticos. Como recurso, imprescindível foi a leitura de autores como Marc Bloch, Ernst Cassirer, Richard Morse, Aléxis de Tocqueville, Norbert Elias, entre outros.¹ O estímulo da pesquisa se configurou, portanto, no preenchimento de algumas lacunas sobre o processo de articulação, no caso particular dos Estados Unidos, do que se entendia por democracia, virtude, tradição, progresso, entre outros conceitos-chave que remetem aos ideais de probidade amiúde associados à América.

Inegável é o fato de que a chamada Cultura de Massa,² no território dos Estados Unidos, teve, no último século, como um dos seus maiores estandartes e fonte de lucro a produção e divulgação da figura do herói. Diferente das dinastias aristocráticas medievais, em que se desejava conferir uma divinização dos reis, onde súditos ofereciam obediência e dedicação numa relação verticalizada e inflexível,³ nos parâmetros da soberania nacional democrática, o condicionamento “sobre-humano” na cultura americana é algo acessível a toda população. Sobre-humano, nesse sentido, é uma possibilidade para aqueles imbuídos de força de vontade e voltados para a auto-ascensão.⁴ Como assinalou Gramsci, há uma fundamental peculiaridade nas associações americanas, como o Rotary Club, diferentes

das associações européias maçônicas (menos ainda as aristocráticas), em que não faz parte dos pressupostos de inclusão ser essencialmente burguês, mas apenas rico. Rico, nesse sentido, possuiria um caráter de detentor de uma habilidade de realização individual, notadamente com ares de ousadia empreendedora, estando imediatamente comprometido a dividir seu êxito com seus pares, onde a fé cristã seria secundária, substituída por uma fé (obviamente uma *ética*) empresarial expansiva. Uma agremiação elitista necessariamente não-secreta, fazendo com que todos tenham esperança de ingressar.

A arte, e ainda como uma válida concessão, a indústria cultural, funcionam, senão como catalisadores, como as vias do próprio processo de recrudescimento da composição das mentalidades. Elas operam assim como uma espécie de ágora, espaço da incorporação do novo, da discussão, da reflexão sobre as questões práticas e morais, eximindo ou condenando segundo uma dinâmica própria, específica, onde interesses externos não têm voz, sendo assim mesmo embalados para exportação.

Exemplos na ficção literária do século XIX, no cinema e televisão durante todo o século XX, servem para denotar um ponto comum: de forma incipiente ou sistemática, as representações norte-americanas possuem uma peculiar capacidade de apropriação e de reelaboração de temas atemporais. Ou seja, mitologias que são integradas de forma sensível ao cotidiano e imaginário populares.⁵ Nomeadamente, mitos como jornada de realização, embate com o sobre-humano, ciclicidade de verdade natural, nobreza oculta do indivíduo, ousadia e comedimento como princípio de liderança são considerados pilares de mitologia.⁶ Acima de tudo, as figuras desses heróis possuem o mesmo sentido: um indivíduo que, por sua própria ação e conduta, realiza a manutenção ou o resgate de um determinado valor social.

Os heróis de quadrinhos entre as décadas de 1930 e 1970

Durante o século XX os personagens heróicos das diferentes linguagens artísticas nos Estados Unidos assumiam sua função reguladora no imaginário da sociedade, especialmente no final da década de 30 e até meados da década de 40. É o período em que esses sujeitos, literalmente, vestem as cores de seu país. O personagem Captain América foi o agente da força juvenil e arrebatadora americana contra as malévolas forças nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Mais do que um herói, ele era um *capitão*. Um personagem que de uma forma ou outra remete às forças armadas e ao esforço de guerra.

Os personagens de quadrinhos representaram uma força mais conformista e de adequação em uma sociedade que vivia na abundância consumista durante a década de 50.

Período de ostracismo para os personagens de quadrinhos, foi compensado por uma intensa valorização de contos de terror e ficção científica, proporcionando uma evasão das atenções “moralistas” ou “nacionalistas” em direção aos mistérios extraterrenos ou voltando-se ao desconhecido do misticismo. O processo de bipolarização entre o bloco capitalista e comunista, a corrida espacial e a corrida armamentista ganhavam força e gradualmente aproximava seus efeitos das preocupações da população.

Já distantes da plástica e direta campanha antinazista dos anos 40, as histórias em quadrinhos da década de 60 mostravam personagens mais obscuros do ponto de vista estético e moral.

De 1961, Spiderman era o herói adolescente franzino que, picado por uma aranha irradiada em laboratório, assimilou proporcionalmente seus poderes. O que seria uma dádiva tornou-se um fardo para o personagem. O jovem Peter Parker, alter-ego de Spiderman, teve como prioridade inicial, diante de sua transformação, resolver seus problemas financeiros participando de *shows* circenses. Por indiferença, deixou um criminoso fugir, aquele que mais tarde seria assassino da paterna figura de seu tio. Após o trauma, imbuído do maior ensinamento do parente perdido, Spiderman compreende a responsabilidade que conferem seus poderes, dividindo sua vida de estudante e fotógrafo com a jornada diária de combatente ao crime.

Os X-Men, de 1963, tendo como inspiração os episódios de restrição da entrada de alunos negros nas universidades e escolas e a luta pelos direitos civis,⁷ eram exemplos de personagens com uma existência marginal, dessa vez originada por uma alteração genética que lhes conferiam bizarros poderes. Sendo odiados e segregados pela sociedade de forma similar aos negros, o personagem Prof. Xavier, ele mesmo um *mutante* (o próprio termo recheado de teor pejorativo), acolhe jovens semelhantes em sua escola para jovens “superdotados”. Essa escola seria uma fachada onde esses alunos poderiam compreender, aperfeiçoar e utilizar suas habilidades de forma ética, socialmente útil. Aqueles que escolhessem esse caminho se tornariam os X-Men, elite comprometida a proteger secretamente a humanidade de si, além de outros mutantes, incapazes de se adequarem e ao mesmo tempo são perseguidos pela sociedade.

O Captain América (criado em 1941) de meados de 70 era essencialmente um personagem deslocado. Nessas estórias (em que desperta de um letárgico sono de 30 anos) se via num mundo diferente do que conhecia, uma América envolvida numa guerra não-declarada contra aqueles que, para ele, costumavam ser aliados. O governo americano envolvido em ações ilegítimas do ponto de vista moral, denúncias sobre corrupção nas disputas partidárias, movimentos em favor da liberação sexual e das drogas era o contexto que se configurava para o personagem, seus leitores e os autores de história em quadrinhos.

Negatividade criadora ou inversão simbólica?

Muito embora tivesse sido fundamental considerar as circunstâncias históricas em que as histórias em quadrinhos estivessem envolvidas, o que a pesquisa pretende discutir e o que o recorte temporal suporta (1981-1988), não é apenas aquilo que se refere a uma simples permanência da figuração do personagem heróico repetidamente integrado à Cultura de Massa nos Estados Unidos, mas o exame de uma possível ressignificação dessa figuração segundo os rumos históricos daquele período. Mais do que isso, entende-se como uma dimensão essencial para o funcionamento dessas publicações a presença da guerra real ou imaginária como ingrediente criativo para as historietas. Não por acaso, os personagens de quadrinhos estão num *constante* estado de guerra.

Uma documentação como a aqui privilegiada – as revistas *Batman: The Dark Knight Returns* e *Watchmen*, entre outras – oferece uma margem produtora para a observação do que seria uma crise ou crítica da identidade americana no que se tornariam os últimos termos da Guerra Fria no decorrer da década de 80. Ou, então, a possibilidade de que sejam expressões artísticas que se inserem num modelo de tradição liberal dos Estados Unidos.

O desenvolvimento e as demandas da pesquisa demonstraram que, para o afinamento do recorte temático que se pretendia adotar, abstratamente definido como cultura e representação, essencial seria escolher a produção de dois autores, Frank Miller e Alan Moore, para vislumbrar a referida possibilidade de crítica ao *establishment* norte-americano por meio da linguagem dos quadrinhos. O que se vê, seguramente, em termos gerais na obra dos dois, é uma clara renovação dos personagens já conhecidos ou através de criações originais.

O conteúdo observado nas histórias escritas por Miller, aqui consideradas como precursoras dessa mudança, vão da reincidência de temas já cristalizados, tanto nos quadrinhos como no resto da produção midiática americana, até uma sensível refiguração de um tema elevado ao patamar de clássico: o herói de quadrinho típico, personagem urbano que combate o crime enquanto oculta sua refreada e pacata identidade.

Nas quatro edições de *Batman: The Dark Knight Returns*, de 1986, Frank Miller, como, escritor e desenhista, faria uma releitura do clássico personagem criado décadas antes. Há de se considerar, Batman foi criado nos finais do reerguimento da economia americana às vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1939. Uma vez que os discursos oficiais do governo apregoavam uma mobilização coletiva expressa, por exemplo, na modernização das redes de comunicação ou na reorganização da produção agrícola, valorizava-se uma imagem de perseverança e esforço.⁸

Diferentemente do Superman, exemplo tácito da representação do conceito de Destino Manifesto,⁹ Batman seria o caçador daqueles que desafiavam ou se afastavam das diretrizes da boa conduta social definida pela lei e pelo governo. Além disso, nos desejos de Gil Kane, seu criador, pretendia-se apresentar um herói que fosse dotado não apenas de vigor físico, mas também de intelecto brilhante. Tudo fruto de tenacidade pessoal a partir do assassinato de seus pais num tenebroso beco de sua Gotham City.

Embora possua uma obscuridade óbvia em sua elaboração, durante anos as histórias em quadrinhos de Batman mostravam mais o seu lado investigador e mentor do jovem Robin do que como indivíduo obcecado com o crime e sua cidade. Miller resgataria justamente esse tema nas quatro edições de *Dark Knight*.

Nessas revistas, a narrativa desenvolve-se num plano futurista, onde personagens já conhecidos das histórias de Batman e outros heróis envelheceram e tomaram rumos distintos. Configura-se ali um mundo ainda na Guerra Fria e com Ronald Reagan como presidente. A mídia é a principal interlocutora oficial do governo americano numa versão de Gotham City mais violenta do que houvera sido antes. Bruce Wayne (ou Batman) assume efetivamente suas funções como presidente da sua Fundação, deixando suas jornadas noturnas como herói e combatente do crime de lado há mais de dez anos.

No decorrer da história em quadrinhos, vê-se o protagonista dando vazão ao seu velho hábito e necessidade de praticar a justiça retomando o manto de Batman, mas, desta vez, disposto a ir até o limite das causas da violência que assolam sua cidade. Nesse sentido, ir ao limite levaria inexoravelmente a questionar a própria atuação do Estado enquanto instituição mantenedora da ordem. Raras vezes o Batman de Miller dá a entender ou enxerga o criminoso como mal em si mesmo, mas como um subproduto de uma problemática sistêmica, apontada de forma derradeira no governo americano, para o protagonista, corrompido.¹⁰ O maior instrumento desse contaminado foco de dominação é o onipotente Superman, galvanização extrema do monopólio estatal da violência.

Um dos traços mais relevantes nessa obra é a maneira como Miller, em sua narrativa, mostra a televisão como local privilegiado da formação e difusão da opinião pública. Em meio à ação dos personagens, repetidamente aparecem os comentários de redes de televisão como CNN, com a opinião de psicólogos, médicos, policiais, governantes, criminosos, todos dando à sua maneira a leitura dos fatos em questão, como, por exemplo, o reaparecimento de Batman, seu caráter terrorista, sua cruzada contra a gangue criminosa chamada *Mutant's*, a ameaça de ataque nuclear comunista e as oscilações obtusas de Ronald Reagan.

De fundamental importância é a forma como Miller arquiteta e dá sentido à atuação do herói. Uma vez que o personagem principal se insere numa realidade em que não há um

caminho claro ou objetivo que leve à definição do que é bom ou mau, muito menos no que se refere à paternal figura do governo, ele faz da sua própria experiência concreta (a proximidade com a violência e seu esvaziamento de moral) o rumo de sua atuação.

Entretanto, ocorre que essa atuação não se distancia do sentido arquetípico padrão do Herói. Em meio à barbárie, o Herói age voluntariamente contra o modelo estabelecido. Nesse caso, e não por acidente, é um modelo de dominação. Ele realiza a função civilizadora, mesmo se valendo das práticas da própria barbárie. Novamente, sua construção como personagem é fortuita. No território do obscurantismo, o personagem que caminha com familiaridade entre os dejetos da incoerência social – o rato de asas – aponta os equívocos da norma. Além disso, essa capacidade visionária deve-se também, complementarmente, à sua dupla personalidade: ele não é só o marginal vigilante, mas o rico industrial íntimo dos bens advindos do sistema.

É Alan Moore, escritor de quadrinhos inglês que elevaria o tom da crítica não apenas aos Estados Unidos mas ao “ocidentalismo capitalista”. Entre outras, destacam-se aqui as 12 edições de *Watchmen*, para a editora americana DC (propriedade da Warner e a mesma que editou *Dark Knight*) em 1987. Então, Alan Moore já era conhecido como grande escritor de quadrinhos *underground* na Inglaterra. No *mainstream* americano, iria explorar os limites da existência de seres como os super-heróis, não só na realidade, mas no próprio desenvolvimento da história.

No universo fictício criado para *Watchmen*, a sociedade americana vê surgir durante a década de 30 sujeitos normais (entenda-se sem “poderes”) que, inspirados por ideais de justiça e coragem, tomam para si a responsabilidade de punir criminosos. Esses indivíduos confessadamente admiradores dos personagens de quadrinhos, acreditando, portanto, que um comportamento deve ser refletido esteticamente, vestem fantasias coloridas, da mesma forma que seus ícones infantis e saem às ruas como uma força vigilante.

Tudo caminharia apropriadamente no sentido das historietas típicas das décadas de 30 e 40 até o surgimento de outro personagem: Dr. Manhattan. Seu nome vem do secreto Projeto Manhattan, de 1942-46 do exército americano para produção de armamento nuclear.¹¹ Ainda humano, Dr. Manhattan é desintegrado numa experiência com material nuclear e mais tarde ressurgue de forma assustadora. Dotado agora de habilidades ilimitadas (alteração estrutural de matéria, telecinésia, manipulação de espaço-tempo, infinita força-física), o ubíquo Dr. Manhattan não restringe sua atuação apenas à criminalidade, mas a estende aos campos científicos e militares, tornando a América em efetiva potência global. Esta é desafiada apenas pelo bloco soviético, uma vez que a realidade da destruição mútua permanece uma letal possibilidade.

Ao resto dos “heróis” humanos de Moore resta apenas a ação em níveis urbanos das cidades e da população em geral, que, embora vivendo em níveis quase utópicos de bem-estar, demonstra um sensível esvaziamento do sentido de motivação ou razão.

No conto de Moore evidencia-se uma contraposição clara: de um lado apresenta-se a onipotência de um ser que gradualmente se isola da humanidade, indo do desprezo total à apatia; de outro, indivíduos que em suas próprias auto-imagens consideram-se “heróis”, mas que, sem exceção, possuem uma variada gama de distúrbios psicossociais e que perpetraram uma versão distorcida do que consideram justiça.

Sintomático nesse sentido, personagem que guia a visão do leitor na narrativa, é Rorschach, um dos vigilantes que investiga o assassinato de outro velho “herói” surgido na década de 40. Sendo que é definido o ano de 1985, nessa estória Rorschach é caracterizado como um violento caçador de criminosos usando uma máscara que reproduz os desenhos do exame de associação psicológica que lhe dá nome¹².

Insensível a tudo aquilo que não diz respeito ao seu objetivo, Rorschach não se expressa em muitas palavras, tampouco procura interagir socialmente com seus colegas. Em determinado momento, preso e submetido à avaliação mental de psiquiatras, dá a dimensão do universo em que vive. Apresenta um extremo quadro clínico de psicopatia, uma vez que Rorschach é reprodutor de uma ciclicidade neurótica interminável, onde máscaras se sobrepõem num invólucro emocional instável. Não por acaso, quando preso, sua principal reclamação é que lhe tiraram seu rosto, obviamente, a máscara de borracha que usava nas ruas. Mostra-se que só a retirava quando comia ou, paradoxalmente, quando não queria ser identificado. Em sua atividade como vigilante, não exita em quebrar os dedos de seus informantes, nem se detém em infligir os mais intensos ferimentos a qualquer um que se interponha ante seu objetivo.

Outros personagens nessas revistas, de maneira semelhante a Rorschach, são apresentados como seu oposto. Aqueles que ainda tentam se manter sensíveis às necessidades humanas, às leis, ao antigo modelo de boa conduta, são mostrados como ícones de uma mediocridade anacrônica e irreal. Têm em comum o objetivo de caçar um mal personificado e desconhecido, mas a diferença de suas expressões torna-se evidente.

De forma geral, todos os componentes dessa história em quadrinhos apontam para uma ingerência e eventual destruição total, não apenas no caso da existência de vigilantes e super-heróis, mas também a inexorabilidade desse processo, mesmo nas mãos da ação humana. Entretanto, a dicotomia aparente representada na ação dos dois tipos de vigilantes, em Moore, aparece como um contraditório prolongamento da realidade, onde ideal e

real se embatem numa lógica que, quando não é patética (o herói bom moço incapaz de ver os lados negativos do real), é absurda (o anti-herói violento que consegue ver apenas faces diferentes de um mesmo caos).

Arthur Schlesinger Jr. afirmou que a história americana possui ciclos, que, definidos em Ralph Waldo Emerson, oscilam entre Conservantismo e Inovação. Ou mais além, Conservantismo e Liberalismo (este último referente ao liberalismo de teor moralista, não exclusivamente econômico) que “se preocupam ora com direitos das minorias, ora com os erros da maioria”.¹³ Defensores de uma moralidade cíclica que re-traduzem velhos argumentos em condições históricas distintas com um mesmo apelo: retomada de uma filosofia social respeitável, que deve ser propagada dentro de um parâmetro regido pela atividade produtiva, sua extensão consumista e, na menor medida possível, a intervenção e regulamentação do Estado nesse processo.

Nesta pesquisa, essa afirmação ganha contornos concretos. Num período de retomada de valores conservadores representado nesse recorte temporal (considerado genericamente como “Era Reagan/Tatcher”), a expressão criativa representada na obra desses dois autores pode eventualmente apontar para o discurso “liberal”, normalmente associado com intelectuais e artistas como Mary Austin, Henry David Thoreau, Walt Whitman, Robert Crumb, Jack Kerouac e toda contracultura dos anos 60. Frank Miller e Alan Moore apontam de formas distintas os pontos de contradição do discurso moralista conservador, muito embora se valham de uma das linguagens mais facilmente associadas à cultura de consumo e aos interesses exclusivamente financeiros.

Frank Miller, por um lado, resgata os símbolos ideais do herói no seu sentido arquetípico e dos próprios quadrinhos produzidos até então, mas com novas cores e formas. Entre alguns desses ideais ressalta-se: defesa do inocente, manutenção da justiça, combate contra o *mal*. Assim apontado, apresenta apenas uma refiguração, mais no sentido estético do que à sua essência do herói como personagem ideal.

Alan Moore, de outra forma, elabora a narrativa e os atos dos personagens com um condicionamento efetivo dos personagens representados. Quando remetem ao modelo tradicional (ou conservador) ou mesmo arquetípico, o faz de forma crítica ou irônica. Ou, então, quando potencializa os efeitos das ações desses personagens, evidencia suas negativas conseqüências, onde aspirações de teor positivo perdem seu significado. Assim ocorre a invalidação de qualquer ato dito “heróico” como prática da justiça ou de probidade.

O que se discute como distinção na obra desses dois escritores está precisamente atrelado ao que ambos conferem de sentido nas atitudes de seus personagens. Inevitavelmente, ambos passam por terrenos semelhantes, como a dualidade de uma figura heróica, os paradoxos de sua ação, a violência como presença constante no cotidiano, o desvirtua-

mento das lideranças, o esgotamento das esperanças populares e, especialmente, o medo da destruição total pela guerra nuclear. Mais do que um veículo de consumo para um público já distante do infantil, esses quadrinhos expressam um possível desgaste de um modelo que perdurou claramente por 40 anos, desde a Segunda Guerra, mas que com o tempo tendeu a uma inversão. Entretanto, os efeitos de tal processo são reincidentemente claros: apropriadamente, os focos de crítica (especialmente aqueles no interior de um meio artístico) são integrados, esvaziados de seu sentido original e repetidos segundo os critérios próprios da indústria cultural.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Historiador e mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Pedro Tota.

¹ TOCQUEVILLE, A. de. *A Democracia na América*, Belo Horizonte, Edusp, 1977; WEBER, M. *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Pioneira, 1967; BLOCH, M. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo, Cia das Letras, 1999; ELIAS, N. *Os Alemães*. São Paulo, Zahar, 1997; MORSE, R. *O Espelho de Próspero*. São Paulo, Cia das Letras, 2000; CASSIRER, E. *O Mito do Estado*. São Paulo, Codex, 2003; BOMFIM, M. *A América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1993; TOTA, A. P. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo, Cia das Letras, 2000; SUSSMAN, W. I. *Culture as History*. Pantheon, New York, 1984.

² Entre vasta bibliografia, utilizam-se aqui as interpretações contidas em: McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, Cultrix, 1969; MORIN, E. *Cultura de Massas no Século XX*. Rio de Janeiro, Forense, s/d; LIMA, L. da C. *Teoria da Cultura de Massa*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

³ LE GOFF, J. *O Imaginário Medieval*. Lisboa, Estampa, 1994; *Para Um Novo Conceito de Idade Média*. Lisboa, Estampa, 1979; DUBY, G. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

⁴ Ver sobre isso em GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 415.

⁵ Conceitos complexos, amplamente desenvolvidos pela historiografia, estão aqui indicados nos autores: LE GOFF, J. *O Imaginário Medieval*. Lisboa, Estampa, 1994; CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.

⁶ Ver sobre esses temas em CAMPBELL, J. *O Herói de Mil Faces*. São Paulo, Cultrix/Pensamento, s/d; JUNG, C. G. *O Homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

⁷ Cabe considerar os episódios de Fevereiro de 1960, quando o restaurante do North Carolina Agricultural and Technical College se recusou a servir quatro alunos negros, levando a uma mobilização de mais de trezentas pessoas pela igualdade de direitos. É do mesmo ano a promulgação da Segunda Lei de Direitos Civis no Congresso americano que proibia a segregação racial. Ver em GITLIN, T. *The Sixties – Years of Hope, Days of Rage*. New York, Bantam Books, 1989.

⁸ Com a diretriz de solução via racionalização, esforço e ação, o presidente Roosevelt criou agências como a Agricultural Adjustment Administration em 1932 e o National Industry Recovery em 1933. A primeira buscava diminuir as variações de produção agrícola estabelecendo uma taxa nacional de preços fixada pelo governo; aliado a isso, um projeto de integração nacional via eletrificação e instalação de redes telefônicas. A segunda estabelecia um código de conduta empresarial sintetizada na prerrogativa de pagamento de salários mínimos e um máximo de horas de trabalho. Ver sobre isso em PATTERSON, T. (et alii). *American Foreign Policy – A History since 1900*. Lexington, D.C. Heath and Company, 1988.

⁹ Poder-se-ia afirmar que Superman e Buck Rogers são peregrinos espaciais com algumas diferenças. Buck vai ao espaço para derrotar o Imperador Ming (de emblemática aparência oriental) e livrar mundos desconhecidos da dominação. O Superman, de forma inversa, vem de outro planeta. Lugar de civilização avançada, em que Jor-El, pai do Superman, lança seu filho num foguete para a Terra diante da negligência de seus colegas cientistas em ver a iminente destruição de seu mundo. Não por acaso, o Superman aterrissa no Kansas, coração da América, espécie de lar das virtudes e batizado de Clark Kent, deixando seu nome Kal-El, demasiado hebraico de lado. Ver sobre isso em MOYA, Á. de. (org.) *Shazam!*. São Paulo, Perspectiva, 1977; *História da História em Quadrinhos*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1996; CIRNE, M. *Para Ler os Quadrinhos*. São Paulo, Vozes, 1975; *Quadrinhos, Sedução e Paixão*. São Paulo, Vozes, 2001.

¹⁰ “[...] A idéia de um sujeito plenamente ‘responsável’ por seu atos, em termos morais e criminais, claramente atende à necessidade ideológica de esconder a complexa trama, sempre já operante, dos pressupostos histórico-discursivos, que não apenas dão o contexto do ato praticado pelo sujeito, mas também definem de antemão as coordenadas de seu sentido: o sistema só pode funcionar se a causa de sua disfunção puder ser situada na ‘culpa’ do sujeito responsável.” In: ZIZEK, S. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1994. p. 11

¹¹ Tal projeto surgiu após o envio de uma carta do físico Albert Einstein para Franklin D. Roosevelt, em 1939, sobre a possibilidade de aplicações militares da fissão nuclear pela Alemanha no ano anterior. Ver sobre isso em ROSENBAUM, R. A. *The Penguin Encyclopedia of American History*. New York, Penguin, 2003.

¹² “*Ror-schach test* (rôr“shäk”, -shä”) n. *Psychology*. A projective test in which a subject’s interpretations of ten standard inkblots are analyzed as a measure of emotional and intellectual functioning and integration. [After Hermann Rorschach (1884-1922), Swiss psychiatrist.]” In: McLEOD, S. (org.). *The American Heritage Dictionary*. Softkey International, 1994.

¹³ SCHLESINGER, A. M. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992, pp. 25-53

A DESMATERIALIZAÇÃO DO IMPERIALISMO: O CONCEITO DE IMPÉRIO DE ANTONIO NEGRI

Bruno Leonardo Ramos Andreotti*

Este pequeno texto procura informar sobre o atual estágio da pesquisa sobre a concepção de política na obra de Antonio Negri, filósofo e cientista político italiano, um dos grandes nomes do pensamento socialista atual. Tendo como eixo central a concepção de política, encontrada em seu mais famoso livro, *Império*, escrito junto com Michael Hardt, estudioso da obra de Deleuze, a pesquisa busca desdobrar o conceito fazendo-o incidir sobre outros, elaborados por Negri, como, por exemplo, os de Multidão e Império, para melhor compreender as idéias desse pensador, que se propôs a analisar as mudanças, limites e possibilidades da política no mundo contemporâneo.

Muitos pensadores¹ atestam que, com o advento da globalização, a soberania nacional se encontra enfraquecida. De acordo com François Châtelet,² a idéia de um Estado-nação soberano é o que caracteriza toda a política moderna e contemporânea, a ponto de constituir-se como quadro obrigatório da existência social, realidade política por excelência.

Uma vez que a globalização neoliberal marca o enfraquecimento da soberania nacional, é correto dizer que a soberania enquanto tal se encontra igualmente enfraquecida? Ousemos fazer uma pergunta ainda mais profunda: se o Estado-nação soberano é a realidade política, o que acontece com a política nesse contexto? É como uma resposta a essas perguntas que o arsenal conceitual desenvolvido por Antonio Negri e Michael Hardt deve ser compreendido, ou seja, analisar as mudanças políticas do mundo contemporâneo. Mas a palavra política é uma palavra marcada por guerras longas demais e tradições interpretativas diferentes demais, portanto, antes de mais nada, deve-se tentar compreender o que Negri e Hardt entendem por *política*.

O percurso que se desenvolveu durante a pesquisa, e que pretende ser exposto ao longo deste pequeno texto, pode ser resumido nos seguintes pontos:

1. A política para Negri é resultado de um embate de forças;

2. Essas forças podem ser divididas em forças que querem dominar e forças que não querem ser dominadas;
3. A análise dessas forças em Negri é tanto molar quanto molecular. Para efetuar uma análise política que abranja essas duas dimensões, Negri fundiu sua herança marxista com o pós-estruturalismo francês;
4. Essas forças se configuram numa forma de soberania (forças que querem dominar) e numa forma de resistência (forças que não querem ser dominadas);
5. Negri denominou essas forças, respectivamente, de Império e Multidão;

Seguindo a linha do que Negri costuma chamar de *maquiavelismo republicano*, a política é o resultado de um embate entre forças, forças que querem dominar e forças que não querem ser dominadas. Todo poder é produto de uma determinada dinâmica social interna e imanente, é uma relação que se estabelece entre forças. Portanto, o poder, e aquilo com o que ele se confronta, o que está fora dele e não obstante em relação a ele, devem ser apreendidos de forma relacional. Em suma, a política trata de uma relação entre forças que querem dominar e forças que resistem. *Império* é um livro que expõe a genealogia dessas forças, ou seja, o modo como essas forças se configuram no mundo contemporâneo e como foi possível essa determinada configuração. *Império* apresenta tanto a configuração do poder e da soberania atual quanto as condições e possibilidades de luta e resistência contra esse poder, bem como as diferenças entre os modelos de poder e resistência anteriores. É dentro dessa concepção de política que os conceitos de Império e Multidão são formulados, respectivamente, o atual paradigma de poder e soberania e o sujeito que pode resistir a esse poder. Começamos, então, entendendo as mudanças de configuração da soberania moderna para a pós-moderna ou, em outras palavras, a genealogia do Império.

A principal diferença entre a concepção européia ou moderna de soberania, que legitima o imperialismo, e a concepção americana ou pós-moderna que legitima o Império, recai no problema da transcendência/imanência do poder político. Em oposição ao conceito europeu, que consigna o poder político a um reino transcendente, e com isso aliena as fontes de poder da sociedade, no conceito americano o poder político está inteiramente dentro da sociedade, a política não se opõe à sociedade, mas a integra e completa. Por isso, os conflitos não podem ser resolvidos por um poder acima das pessoas que o constituem, como o Leviatã, de Hobbes, o que gera uma tendência à expansão: os conflitos devem ser administrados de alguma forma, e por isso são alocados num espaço “para fora” que é incorporado posteriormente. Quando se expande, essa nova soberania não anexa ou destrói os poderes que encontra, como o imperialismo, mas volta-se para tais poderes, incluindo-os em sua rede. O espaço da modernidade era estriado e dialético, cindido em interior e exterior, isso definia o conflito da soberania moderna como uma crise, um conflito entre as

forças imanentes (a multidão) e transcendentas (a soberania do Estado-nação). No entanto, no Império, esse conflito central se torna microconflito e a crise se torna oni-crise, ou corrupção. Corrupção é aqui vista como um processo reverso da geração e composição, momento de metamorfose que potencialmente liberta espaços para mudanças, mas ao mesmo tempo pode ser o momento de quando o comando age para obstruir toda a expansividade e a intensidade da multidão, a destruição de sua singularidade através de sua unificação coercitiva e/ou sua segmentação cruel.³ Império é caracterizado pela fluidez de forma, um ir e vir de formação e deformação, geração e degeneração. É assim que a soberania imperial funciona, esta é sua própria essência. A multidão forma e gera, o Império deforma e degenera.⁴ É nesse jogo, que, como apontamos, não é dialético, que o não-lugar da soberania imperial se encontra. E é chamado de não-lugar precisamente porque se encontra em todos os lugares,⁵ pois, no Império, nenhuma subjetividade está do lado de fora, e todos os lugares já foram agrupados nesse não-lugar geral.⁶ O Império pode ser definido como um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão,⁷ a soberania imperial funciona em três momentos distintos: um inclusivo, um diferencial e um terceiro, gerencial. Num primeiro momento todos são admitidos dentro do Império, num segundo momento as diferenças preexistentes são organizadas dentro do Império, e, num terceiro momento, hierarquizadas. É através, mas não somente, de um processo de estriamento que a soberania imperial funciona.

Para Marx, e esse era o ponto que mais interessava a Deleuze em Marx, o capital opera reconfigurando fronteiras entre exterior e interior. O capital não pode funcionar dentro dos limites de um território e população fixa, possui uma tendência a expandir-se, um sistema imaneente que não pode parar de se expandir, o limite do capitalismo é o próprio capital. Lembremos também que o Estado, para Marx, pode ser entendido como a diretoria executiva que administra os interesses capitalistas, portanto, o Estado está a serviço do capitalismo. *Império* é a forma de soberania que se configura na realização universal do mercado. Quando não há mais um lado de fora, o poder se torna um regime geral de dominação da vida, e, quando o poder envolve a vida, a vida também envolve o poder, ou seja, a vida se torna, além de alvo do poder, campo de resistência ao poder. É nesse sentido que a política se tornou *biopolítica*. É por isso que a mudança da modernidade para a pós-modernidade acarreta outras necessidades teóricas, isto é, novos conceitos para entender um novo engendramento de forças.

A principal contribuição de Negri é fundir duas tradições intelectuais para pensar a política: o marxismo, que analisa a política e a economia somente do ponto de vista molar, e o pós-estruturalismo francês, que privilegia a análise molecular da política. A diferença

entre molar e molecular não se refere somente às dimensões (micro e macro), nem tampouco ao par individual/coletivo, mas diferem principalmente quanto à velocidade. O molar se refere a amplos agregados e grupos estáticos, conjuntos coesos e unitários, o molecular remete a micromultiplicidades, singularidades.⁸ A política, ou biopolítica, para Negri, é pensada levando em conta essas duas dimensões, que no Império se encontram fundidas do plano biopolítico. Nesse ponto também podemos ver o motivo da convergência de dois paradigmas analíticos tão distintos, o marxismo e o pós-estruturalismo francês.

Negri vem de uma corrente do marxismo italiano chamada de *operaísmo*, cuja principal tese é a de que, *grosso modo*, a forma de luta contra o capital é determinada em intrínseca relação com o capital, sendo o desenvolvimento capitalista estabelecido numa dialética fechada que culmina com o capital como síntese.⁹ Para fugir dessa perspectiva um tanto sombria, Negri aposta num desenvolvimento das lutas contra o capitalismo de forma absoluta, um movimento de pura afirmação que possa destruir o estado presente das coisas sem que essa destruição seja por ele determinado.

Deleuze, notório pensador pós-estruturalista francês, possui um projeto similar em sua filosofia, no que nos toca, uma concepção não-dialética da negação e uma teoria constitutiva da prática. A negação em Deleuze é absoluta, não no sentido em que tudo é negado, mas aquilo que é negado o é totalmente. Negri vai encontrar nessa concepção da negação um local propício para sua filosofia política. Deleuze deriva de Espinoza, pensador conhecido de Negri, uma teoria constitutiva e ética da prática, situando-o numa tradição materialista do pensamento. É nessa concepção da negação e na constituição ética da prática que o marxismo de Negri encontra o pós-estruturalismo francês, e, entre Negri e Deleuze, o que está por trás é Espinosa.¹⁰

Para Negri, há uma profunda homologia entre o conceito de soberania e o conceito de capital, mas essa homologia é histórica, só se torna completa no contexto biopolítico pós-moderno, quando a sociedade é subsumida no capital, isto é, quando as relações de soberania e de capital se tornam passíveis de sobreposição e a exploração se desloca diretamente para o social.¹¹ É também isso que significa dizer que a luta agora se dá no terreno biopolítico: a vida se tornou alvo de exploração e o Império é a forma de soberania que *gere* essa exploração, mas a multidão *gera* o poder da vida. Ou seja, o poder do Império é apenas *organizativo*, enquanto o poder da multidão é *constituente*.¹² O conceito de poder constituinte como atributo da multidão é fundamental para entendermos o raciocínio de Negri, que o define como a fonte onipotente e expansiva que produz as normas constitucionais de todos os ordenamentos jurídicos, mas também é sujeito dessa produção, uma atividade

igualmente onipotente e expansiva, assim sendo, o poder constituinte é uma base que não tem finalidade, pluralidade multidirecional de tempos e espaços, um procedimento absoluto que remete a um governo democrático, em tudo oposto à soberania.¹³

Dissemos anteriormente que a análise de Negri incide tanto no plano molar quanto no molecular. Se isso é verdade, os conceitos de Império e Multidão possuem duas faces, pois ambos possuem mecanismos de formação análogos, não obstante sejam absolutamente diferentes e em oposição.¹⁴ Império e multidão se enfrentam no terreno biopolítico, e, se pudéssemos dividir o biopolítico entre molar e molecular, diríamos que a soberania imperial enfrenta o poder constituinte da multidão no plano molar, enquanto que as singularidades da multidão enfrentam as práticas de poder do Império, os *controlatos*, no plano molecular. Ou, de outra forma, o Império organiza o poder constituinte da multidão em poder constituído, uma forma de soberania que acaba com toda sua potência, no plano molar, enquanto que os controlatos organizam as singularidades da multidão, no plano molecular, base da exploração no pós-moderno.

Há dois momentos decisivos no biopolítico, um momento de geração de biopotência, que vai das singularidades à constituição do comum, produção de um circuito de constituição de subjetividade através do trabalho imaterial, que é quando o poder constituinte irrompe, mas também um segundo momento, de vampirização dessa biopotência pelo Império, momento em que o poder constituinte é *corrompido* pelo Império. Vemos que a geração da biopotência passa necessariamente pelo trabalho e é precisamente nesse ponto que Negri, seguindo Marx, pensa o trabalho como fundamento ontológico do homem e como atividade específica reconhecida socialmente como produtora de valor, portanto, o que se reconhece como trabalho varia historicamente. A forma privilegiada do trabalho no atual contexto histórico seria o trabalho imaterial, que é o trabalho que está envolvido numa produção informatizada e que incorporou as novas tecnologias de comunicação, inclui tarefas analíticas e simbólicas, produção de afetos e contato humano. Aqui, a cooperação necessária para realizar esse tipo de trabalho não é organizada de fora, como em outros tipos de trabalho explorado pelas relações capitalistas de produção, mas é imanente à atividade laboral, daí sua potência.¹⁵

Não podemos mais pensar proletariado apenas como classe operária industrial, isso só acontecia na época moderna, argumenta Negri. Hoje, no pós-moderno, no Império, a configuração do proletariado deve ser alargada, como uma vasta categoria que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado por normas capitalistas de produção e reprodução, e a elas subjugado. Todas as formas de trabalho são, de certo

mudo, sujeitas à disciplina capitalista e às relações capitalistas de produção. O fato de estar dentro do capital e o sustentar é o que define proletariado como classe. Isto é a Multidão, e como ela age no Império.

Segundo Negri, Marx elaborou uma teoria do poder constituinte que identifica no proletariado seu sujeito histórico, mas tal teoria já teria atingido seu limite histórico. Negri recusa em ver o proletariado, tal como o concebeu Marx e a tradição marxista, isto é, como classe operária industrial, mas segue com a idéia, que segundo Negri estaria presente em Marx, de propor o poder constituinte como dispositivo genealógico geral das determinações sociopolíticas da História.¹⁶ Negri tenta encontrar no mundo contemporâneo o sujeito adequado ao poder constituinte, é por isso que propõe esse alargamento do conceito de proletariado para o conceito de multidão.

Para Negri, o problema da decisão na política é simplesmente o evento subjetivo da multidão, e esse evento é a decisão da multidão sobre si mesma, domínio da multidão sobre si mesma.¹⁷ Não poderia ser diferente: se a construção da multidão passa por um processo que se dá no biopolítico, indo da singularidade, seu elemento mais básico, molecular, até o poder constituinte, seu atributo mais potente, molar, a decisão é simplesmente o ato de exercer o poder constituinte e destruir a relação de soberania com o Império, interromper a vampirização de biopotência exercida pelo Império, controlar e comandar a produção feita pelo trabalho imaterial, em suma, fazer-se auto governo, a democracia absoluta.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

¹ Ver por exemplo BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcos Pachel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999; SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2001; e FORRESTER, V. *O horror econômico*. Tradução de Alvaro Lorencini. São Paulo, Unesp, 1997.

² CHÂTELET, F. *História das Idéias Políticas*. Tradução de Carlons Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. p. 85.

³ NEGRI, A. e HARDT, M. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001. p. 414.

⁴ Op. cit., pp. 220-222.

⁵ Op. cit., p. 230

⁶ Op. cit., p. 375.

⁷ Op. cit., p. 12.

⁸ Essa diferenciação está em DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Vol. 3. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo, Editora 34, 1999, pp. 95-97, da qual Negri se apropria, ver NEGRI, A. *Kairós, Alma Venus, Multidão*. Tradução de Orlando dos Reis e Marcello Lino. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 75.

⁹ Ver a excelente introdução ao trabalho de Negri feita por Matteo Mandarinini em NEGRI, A. *Time for Revolution*. Tradução de Matteo Mandarinini. New York, Continuum, 2003, p. 266.

¹⁰ Sobre o projeto filosófico de Deleuze e as influências de Espinosa sobre ele, ver HARDT, M. *Gilles Deleuze: um aprendizado em Filosofia*. Tradução de Sueli Cavendish. São Paulo, Editora 34, 1996. Sobre a concepção de Negri sobre Espinosa, ver NEGRI, A. *A anomalia selvagem – poder e potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramelhete. São Paulo, Editora 34, 1993.

¹¹ NEGRI, A. e HARDT, op. cit., p. 69.

¹² PELBART, P. P. *Vida Capital*. São Paulo, Iluminuras, 2003, p. 84.

¹³ NEGRI, A. *O Poder Constituinte*. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro, DP&A, 2002, pp.7-25.

¹⁴ NEGRI, A. *Cinco lições sobre Império*. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. p.153.

¹⁵ Ver em NEGRI e HARDT, op. cit., pp. 310-315.

¹⁶ NEGRI, *O Poder ...*, p. 54.

¹⁷ NEGRI, *Kairós, Alma Venus ...*, p. 226.

RESENHAS

EDWARD W. SAID: UM INTELLECTUAL QUE DESCONFIAVA DOS “DEUSES”

Arthur Pinto Filho*

SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. Trad. de Milton Hatoum. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

Representações do intelectual, livro de Edward W. Said, recentemente falecido, editado pela Companhia das Letras, em tradução de Milton Hatoum, reúne seis conferências transmitidas por programa radiofônico da BBC de Londres, em 1993.

As conferências Reith tiveram início em 1948 e dão voz a intelectuais de diversas áreas do conhecimento (já participaram do programa, por exemplo, Toynbee, Oppenheimer, Galbraith). Durante seis programas semanais, de trinta minutos cada qual deles, ao vivo, o entrevistado tem toda a condição de aprofundar a sua visão sobre determinado tema.

Todos os anos, um conferencista de determinado setor do conhecimento é convidado a apresentar estudo ou pesquisa original aos ouvintes da BBC. Lord Reith, o fundador da BBC, dá nome ao programa.

A primeira das conferências foi proferida por Bertrand Russel, que discutiu o seguinte tema: “a autoridade e o indivíduo”, no qual debatia a forma de combinar “o grau de iniciativa individual, necessária para o progresso, com o grau de coesão social que é necessário para a sobrevivência”. Não há qualquer programa de rádio (ou televisão) brasileiro que lembre, ainda que de longe, a profundidade e a excelência das conferências Reith.

Said foi convidado para discutir o papel do intelectual na nossa sociedade. Certo que, ele mesmo conta, várias vezes se levantaram contra o convite, muitas delas acusando-o de ser um “antiocidental”, que culpava o Ocidente por todos os males do mundo. Mesmo diante das resistências, as suas conferências foram mantidas. E foram proféticas.

Said logo percebeu que seus interlocutores eram, de alguma maneira, diversos dos seus habituais leitores. E adaptou a sua forma de escrever e falar para um novo público, num novo meio de comunicação. Ele escreveu as suas conferências. Contudo, o fez de forma bastante diversa daquela utilizada em seus livros anteriores.

Em sua forma comum de escrever, Said utiliza-se de frases longas, trabalhadas, sofisticadas. As conferências, porém, foram escritas para serem faladas. As frases têm, assim, um outro ritmo, levaram em conta a melodia do rádio, o tempo do rádio, o cuidado com um outro meio de comunicação e com um outro receptor de seus dizeres.

Essa musicalidade tem relação, por certo, com um faceta pouco divulgada de Said, que era um músico talentoso, pianista de escol. O maestro judeu Daniel Barenboim, diretor da Orquestra Sinfônica de Chicago, e fundador, com Said, da Orquestra East Western Divan, afirma que o autor de *Orientalismo* formulava muitas de suas teses por meio da música. Cita o exemplo da antiespecialização, aliás, tema tratado por Said em suas conferências. Afirma que Said criticava fortemente a educação musical norte-americana e européia, especializada ao extremo, empobrecedora e estreita.

As conferências cuidaram das relações do intelectual com a sociedade, a política, a cultura e os movimentos sociais. Sempre sob o ponto de vista de um intelectual palestino nascido em Jerusalém em 1935, e que viveu no Cairo até 1947, ocasião em que, por meio de resolução da ONU, a cidade foi dividida em áreas judaicas e palestinas. Em 1951, emigrou para os Estados Unidos, lecionando literatura comparada na Universidade de Colúmbia, Nova York, desde a década de 60.

O papel do intelectual

Said discute, em sua primeira conferência, o papel do intelectual nos dias atuais. Inicia com duas concepções opostas acerca do intelectual: a de Gramsci e a de Julien Benda. Gramsci criou o conceito do intelectual orgânico, ligado a classes ou empresas, que o usavam para organizar interesses, conquistar mais poder. Said exemplifica, atualizando o conceito, com o publicitário, que inventa técnicas para obter maior fatia de mercado para um determinado produto. Os partidos políticos e as classes sociais também, na concepção gramsciana, gerarão seus intelectuais orgânicos.

Para Benda, os intelectuais seriam compostos por um reduzido grupo de pessoas, superdotados e com grande sentido moral, que se constituiriam em uma consciência da humanidade, como Jesus, Sócrates, Voltaire, Espinosa e poucos outros.

Said parte do princípio que, atualmente, “todos que trabalham em qualquer área relacionada com a produção ou divulgação de conhecimento são intelectuais”, no sentido cunhado por Gramsci.

Mas acrescenta que o intelectual é uma pessoa que representa, articula uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia e uma opinião para o público. Seu papel é de alguém que levanta publicamente questões embaraçosas, confronta ortodoxias e dogmas, que não pode ser facilmente cooptado por governos e corporações, que represente todas as pessoas e todos os problemas que são jogados para debaixo do tapete. Não pode ser um pacificador, nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos têm a dizer e sobre o que fazem.

Para Said, em toda a obra há sempre a inflexão pessoal, a subjetividade e a sensibilidade do autor, que dão sentido ao que está sendo dito ou escrito. Por conta dessa reflexão, uma de suas conferências fala justamente de suas experiências como um intelectual do exílio.

Confessa que o exílio é um dos destinos mais tristes do ser humano. O exilado vive num estado intermediário, nem de todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberado do antigo. Cita alguns exemplos de povos que sofreram gravemente, e em massa, a questão do exílio: os armênios, os muçulmanos indianos que foram para o Paquistão após a partição de 1947 e os palestinos, que foram dispersos em grande escala durante a criação do Estado de Israel.

Afirma que, por vezes, o exilado se adapta de forma surpreendente, como o alemão Henry Kissinger e o polonês Zbigniew Brzezinski. Mas é certo que as adaptações, oportunistas ou não, são sempre em menor número que as inaptações. Como regra geral, o exílio, para o intelectual, representa o desassossego, o movimento, a condição de estar sempre irrequieto e causar inquietação nos outros. Evidente que, alerta o autor, não se trata de tentar ser uma Cassandra em tempo integral, que não só era desagradável, como sequer era ouvida. As alternativas para o intelectual não são a aquiescência total ou a rebeldia total. Mas a crítica aos senhores do poder.

Said cita o trabalho de Russel Jacoby, *Os últimos intelectuais*, escrito no final da administração Reagan, com os ventos da globalização iniciando o seu caminhar, no qual defendia a idéia de que “o intelectual não acadêmico” tinha desaparecido, não deixando ninguém no seu lugar, exceto um punhado de professores universitários tímidos, dominados por um jargão peculiar, nos quais ninguém na sociedade prestava muita atenção. Como intelectuais não acadêmicos, Jacoby citava gente da estatura de Edmund Wilson, Jane Jacobs e Susan Sontag.

Jacoby apontava que os intelectuais modernos são pessoas sem nenhum interesse em lidar com o mundo fora da sala de aula, escrevendo em prosa esotérica e bizarra, dirigida principalmente para a promoção acadêmica e não para a mudança social.

Said, contudo, lembra que ser um intelectual não tem incompatibilidade com o trabalho acadêmico. Intelectuais acadêmicos – historiadores, por exemplo, remodelaram totalmente o pensamento quanto à escrita da História, como Eric Hobsbawm, E. P. Thompson e Hayden White. O trabalho deles teve grande difusão para além da academia.

Said alerta para um tipo de ameaça que paira sobre os intelectuais: o “profissionalismo”. O intelectual burocrático, que não sai dos limites aceitos, comercializável, incontrovertido, apolítico e objetivo.

O autor aponta algumas pressões para que o intelectual se transforme num “profissional”. A primeira é da especialização. Evidente que não se trata de crítica à competência, ao conhecimento. Mas Said critica o conhecedor que perde de vista qualquer coisa fora do seu campo imediato, sacrificando a cultura geral. Outra pressão do “profissionalismo” é a tendência inevitável para agregar-se ao poder e à autoridade entre seus adeptos, para se tornar diretamente empregado por ele.

Para Said, o intelectual deve ser alguém que ele denomina “amador”, que se preocupa com a sociedade, se empenha em levantar questões morais no âmbito de qualquer atividade, por mais técnica e profissionalizada que seja. Deve transformar a rotina profissional da maioria das pessoas em algo muito mais intenso e radical; em vez de fazer o que supostamente tem que ser feito, pode-se perguntar por que se faz isso, quem se beneficia disso. Deve ser a consciência crítica da autoridade. O intelectual não deve ser um empregado comprometido com os objetivos políticos de um governo, de uma grande corporação ou mesmo de uma associação de profissionais que compartilham uma opinião comum. Deve, sim, ser movido por idéias, por causas que são coerentes com os valores e princípios em que acredita. Deve, pois, falar a verdade ao poder.

Nada mais equivocados do que o desvio do intelectual de uma posição difícil e embasada em princípios, que se sabe ser a correta, mas que se decide não tomar. Pelas piores razões: não parecer muito político, controverso, temer perder a reputação de “pessoa equilibrada”, objetiva, moderada. Para um intelectual, afirma Said, esses hábitos de pensamento são corruptores por excelência.

O autor lembra uma situação em que, é certo, bem poderia se desviar do tema, sem o enfrentamento direto que cometeu. Cuida-se da declaração de princípios de Oslo, de 1993. Said afirmava que a declaração, ao invés de ser um avanço para os palestinos, garantiria o

prolongamento do controle israelense sobre os territórios ocupados. Deve-se ressaltar que a crítica, naquele momento, só poderia partir de um intelectual que não se desviasse de seus próprios princípios, posto que a declaração foi, na ocasião, recebida com euforia geral. Qualquer crítica à posição oficial era recebida como uma posição contra a “esperança e a paz”. Aliás, a crítica teve um alto custo para Said, que apresentou sua renúncia no Congresso Nacional Palestino.

Deuses que sempre falham

A última conferência de Said foi efetivamente premonitória, principalmente para alguns brasileiros. Ele conta que conheceu um intelectual iraniano, em 1978, que tinha papel importante na divulgação do nefasto e impopular regime do xá. Esse intelectual acabou se aproximando dos homens relativamente jovens do círculo de poder do imã Khomeini. Após a revolução islâmica do Irã, ele foi nomeado embaixador do Irã em país importante, defendendo o regime sempre que chamado a falar sobre o Irã. Said teve a impressão de que se tratava de um homem decente que se comprometera com a nova ordem no exterior.

Depois de algum tempo, o intelectual iraniano voltou a seu país, agora como conselheiro especial do presidente Bani-Sadr. Contudo, logo depois, o imã Khomeini derrubou o presidente Bani-Sadr, que foi para o exílio, junto com o referido intelectual. Este, então, passou a atacar o imã de forma feroz, nas mesmas tribunas de Londres e Nova York, onde antes o havia defendido, mas sem perder o senso crítico quanto ao papel desempenhado pelo governo norte-americano, criticando o imperialismo dos Estados Unidos. Porém, em 1991, o tal intelectual, ao cuidar do tema da guerra do Golfo, já defendia os norte-americanos na guerra do Iraque.

Não seria coincidência a história da peregrinação do amigo iraniano para dentro e depois para fora da teocracia islâmica seja a história de uma conversão quase religiosa, seguida do que parece ser uma reversão muito dramática na crença e uma contraconversão. Seria a facilidade com que o amigo acreditava em deuses. Primeiro, o seu deus era o imã. Depois, o presidente Bani-Sadr. Logo depois, o imã era a encarnação do mal. Por fim, o novo deus tinha forma representativa de estátua da liberdade. Mas, este o fato ressaltado, era alguém que não podia viver sem deuses.

Said afirma que a vitória da revolução iraniana foi, desde a derrota árabe de 1967, o primeiro grande golpe na hegemonia norte-americana na região. Tanto Said como seu amigo iraniano viram a revolução iraniana como uma vitória. Contudo, Said fala que nunca se deixou envolver pela figura de Khomeini, mesmo antes de ter revelado sua personalidade tirânica e intransigente. Não sendo por natureza membro de grupos ou de um partido,

nunca me filiei formalmente a servir a algum deles. Por certo, diz Said, já tinha me acostumado a ser periférico, a estar fora do círculo do poder, a ser um “outsider”. A veneração a heróis, e até a própria noção de heroísmo, quando aplicada à maioria dos líderes políticos, sempre me deixaram indiferente.

Afirma que foi, por 14 anos, membro independente do Parlamento palestino no exílio, o Conselho Nacional Palestino, cujo número total de encontros somou mais ou menos uma semana. Afirma que permanecer, contudo, no Conselho, foi um ato de solidariedade e de desafio. Porque percebia a importância simbólica de sua presença no Conselho Palestino, embora nunca tenha aceitado ofertas para ocupar posições oficiais ou se organizar em partido ou facção. Tanto que rompeu com as políticas oficiais palestinas durante o terceiro ano de intifada.

Quando se serve a um Deus sem qualquer visão crítica, todos os demônios vão estar sempre do outro lado.

O intelectual tem de circular, tem de encontrar espaço para enfrentar e retrucar a autoridade e o poder, pois a subserviência inquestionável à autoridade no mundo de hoje é uma das maiores ameaças a uma vida intelectual ativa, baseada em princípios de justiça e equidade.

Said era um otimista. Tentou viver o mais próximo possível de suas teorizações. Basta lembrar que, em 3 de julho de 2000, com 64 anos de idade, já combalido pela doença, foi fotografado atirando pedras, no sul do Líbano, em soldados israelenses que deixavam o país.

Uma das filhas de Said, Najla, declarou que “em seus últimos dias meu pai chorou abertamente pela Palestina e por sua perda de clareza e energia para escrever, escrever, escrever. Desde a sua cama me animava: ‘Continua a luta, continua... supera tuas pequenas diferenças com teus colegas e escreve e atua e continua. Continua sem parar. Está nas tuas mãos’”. Nas nossas mãos?

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Promotor de Justiça em São Paulo, mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.

O UNIVERSO DA GUERRA DOS BÁRBAROS NO BRASIL

Juarez Donizete Ambires*

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. São Paulo, Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002.

O livro de Pedro Puntoni, cujo título, em sua inteireza, é *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*, é pesquisa de erudição e seriedade, que recupera um tema de nossa história ainda pouco estudado e pertencente ao nosso colonial, fato que certamente ajudou, de algum modo, a vitimar o assunto, por conta do algo de infenso que se sente, em nosso século XIX, e mesmo depois, quanto a muitos dos acontecimentos relacionados ao período que antecede a criação de nossa nacionalidade.

Sabendo disto, Puntoni exalta o que sobre seu tema já se escreveu, mas vê-se na contingência de apontar-lhe o parcial, o limitado da incursão, como é o caso do que a respeito produziu Câmara Cascudo (p. 13), que se achou, por razões várias, na recorrência de circunscrever o motivo às proporções que ele alcançou no Rio Grande do Norte, sua terra natal, à ocasião dos fatos apenas Capitania do Rio Grande.

Noutra vertente, mas ainda buscando historiadores, o mesmo Puntoni chegará, para exemplo e por fim, a Capistrano de Abreu (p. 14), voz, em nossa historiografia, de conhecimento e respeitabilidade, que, se pouco trata o tema, carrega o mérito, entretanto, de apontar o século XVII como cronologia de interesse, que necessita de se construir pela via da produção histórica, cuja consecução ele – Capistrano – gostaria de empreender.

O aludido desejo, outros historiadores, no entanto, é que o vêm concretizando e um deles é Puntoni, estudioso que, com sua pesquisa, nos informa sobre um episódio de guerra em nossa história e, na extensão, sobre um empreendimento de facetas e finalidades.

Assim, em seu trabalho, o pesquisador enfoca o literal de um combate que, sem o mínimo subterfúgio, buscou o extermínio de tribos índias sublevadas (p. 45) que abalavam, na visão de autoridades e colonizadores, a securidade da colônia no seu plano interno.

Na geografia da colônia, esse interior correspondeu ao da nossa atual região Nordeste e nela, às dimensões de seu sertão, à época dividido em duas etapas: o chamado “sertão de fora” – mais próximo ao litoral – e o “sertão de dentro” – espaço abrangente que se estendia da Bahia ao Ceará (p. 26), contendo uma população índia numerosa e diversificada em seus grupos e designações, descendentes muitas delas dos nomes dos chefes liderantes das investidas contra o colono que buscava o controle da região, por conta de questões econômicas e estratégicas.

Sempre presentes, as expectativas dos metais e pedras preciosas encaminharam colonos e aventureiros para os espaços do interior da colônia (p. 29) e, já no século XVI, uma dinâmica de entradas havia se estabelecido, vivendo-a bandeirantes de procedências diversas.

Os achamentos tardios, por sua vez, permitiram o estabelecimento de um hábito que, na geografia em questão, atrelou a si gado e criadores que, apesar da adversidade da natureza dos sítios, perceberam o seu potencial para o criatório extensivo e dele se valeram, associando o fato às lutas contra os habitantes autóctones e o seu extermínio, para a implantação dos chamados currais, estrutura que se valia de mão-de-obra pouco numerosa, mas, na contrapartida, de vastas extensões de terra que iam sendo açambarcadas para a constituição do latifúndio em meio à caatinga, cuja forragem, embora não fosse a ideal, permitia a franca passagem dos homens e animais, dispensando ainda qualquer preparo prévio para a sua utilização (p. 24).

A posse do sertão longínquo, buscar também pela necessidade de um caminho terrestre que ligasse o Estado do Brasil ao do Maranhão e Grão-Pará (p. 27), espaços entre si de comunicação demorada e dificultosa pela via marítima, devido aos ventos e correntes adversas que, ainda hoje, são uma constante nesse litoral norte.

Mesmo achada em fins do século XVII (1695) a via terrestre ambicionada (p. 28), havia a prerrogativa de tentar mantê-la isenta do perigo que era o selvagem sublevado, também com alguma constância presente no, à época, “Caminho do Brasil”, não bastassem os seus assaltos a localidades, nem sempre distantes do litoral (p. 102).

Em terceira instância, ainda para exemplo, a exploração do “salitre” (nitrato de prata), para a fabricação da “pólvora negra”, levou a tentativas de ocupação de pontos estratégicos do mesmo sertão, como é o caso do médio São Francisco (p. 30) ou sertão da Jacobina, geografia onde colonos e também missionários estiveram, partilhando um anseio de controle do indígena, nem sempre se valendo, contudo e para tanto, de procedimentos em grande divergência.

Acuados, assim, pelo gado e ainda outros empreendimentos menores, viram-se os índios da vasta região (potiguaras, janduís, cariris, guaianases, tarairiús e muitos outros)

na contingência de revides que, apesar de vitoriosos várias vezes e – em alguns casos – por anos a fio, não possuíram graus profundos de tencionalidade ou organização, já havendo em Cascudo (p. 79) a defesa da idéia de que os mesmos índios nunca se movimentaram em confederações, tal como quiseram alguns estudiosos.

A sublevação tencionalmente organizada de índios, nessa época e nesse contexto, é, segundo Puntoni, constructo de uma historiografia européia e de uma documentação oficial que teimaram em ver os povos elencados como unidade histórica e cultural não só em oposição ao mundo cristão litorâneo, mas a índios aliados (p. 77), os chamados “tupis” que, no imaginário do colonizador, são o contraponto ao “tapuia” (p. 66), o índio que se nega ao submetimento e simboliza, por isto, a barbárie, o mal e um lugar que é, na visão até de missionários, o espaço da solidão e do medo: o sertão (p. 39).

Interessados na extinção do suposto perigo, articulam-se autoridades do reino e colonos, patrocinando companhias de emboscada, compostas quase sempre de marginais e criminosos, geralmente aliciados por bandos e editais (p. 191).

Outra atuação no combate ao indígena será a constituição de “terços” (p. 182), grupos militarizados, movidos a soldo que, sob o comando de um capitão, desenvolviam combates a grupos sublevados em pontos diversos do interior da região referida.

Versado, contudo, nesse trabalho e sempre requisitado para tal foi, em diversos episódios, o paulista, habitante da capitania mais ao sul, que se tornara, como se o disse, um especialista nas práticas de enfrentamento ao índio (p. 196), mormente o sublevado que, com sua atitude, gerava um pretexto para a “guerra justa”, motivo mais que favorável ao colonizador e seus interesses, nas paragens mais ao norte.

Impelido por seu cotidiano, o mesmo paulista assimilara os modos de vida de povos índios e os introduzira em suas práticas de bugreiro, lançando mão, para exemplo, até das táticas de guerra do próprio insubordinado e o submetendo, fato que indica sua exemplar adaptação ou, nas palavras de Puntoni, “o seu estilo militar perfeitamente adequado às condições ecológicas do sertão” (p. 196).

Noutros termos, há também o indicativo da conveniência, para autoridades constituídas, do uso dessa sua prestação de serviços que tem em Domingos Jorge Velho e seus asseclas, entre outros, representação gabaritada (ironias à parte) que, ao longo da segunda metade do século XVII e primeiras décadas do XVIII, foi impondo a ordem do colonizador ao indígena do interior nordestino, sempre a vítima maior, como nos revela a pesquisa de Puntoni, merecedora da atenção de leitores mesmo quando ainda não era livro.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Professor do Colegiado de Letras do Centro Universitário Fundação Santo André.

A GUERRA VISTA PELOS DE BAIXO

Ana Cosenza*

REED, John. *Guerra dos Bálcãs*. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2002.

Há muitos aspectos de *Guerra dos Bálcãs* que poderiam ser ressaltados em uma resenha. A começar pelo próprio texto: trata-se de um daqueles livros empolgantes, que se lê com prazer e vontade de chegar à próxima página, sem, entretanto, ser superficial.

A resenha poderia abordar, mais especificamente, algum dos países e povos descritos nesse livro, que trata da Primeira Guerra Mundial no Leste Europeu: Grécia, Sérvia, Rússia, Turquia, Romênia, Bulgária. A descrição da Sérvia destrocada pela guerra e pela doença; ou a análise da Rússia que gestava a revolução socialista, ou, ainda, o impressionante retrato das populações judaicas e como eram tratadas nos diferentes países poderiam, sozinhos, ser tema desta resenha.

Sem esquecer, claro, a importância do autor. John Reed tornou-se mundialmente conhecido com *Os dez dias que abalaram o mundo*, sobre a revolução russa. Mas, ao escrever *Guerra dos Bálcãs*, já era um dos principais jornalistas norte-americanos e este foi um dos livros que ajudaram a inaugurar o jornalismo moderno.

Entretanto, a opção aqui foi concentrar-se nas concepções de história e de jornalismo contidas no livro e como elas ajudaram a mostrar o fim de uma organização mundial e o nascimento de outra.

A história das pessoas comuns

A primeira coisa que precisa ser dita sobre *Guerra dos Bálcãs* é que este não pretende ser um livro de história, no sentido de um estudo que explique os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial na região. É, antes, um documento, um relato. Acontece que, da

forma como foi escrito, o livro acaba por desvendar como a guerra afetou a vida de pessoas comuns, como mudou ou acentuou valores e preconceitos, como fortaleceu aspectos culturais e reascendeu ódios e disputas territoriais, como desorientou e reorganizou sociedades.

Reed descreve os costumes, as roupas, o comércio, a comida e as casas dos países do Leste Europeu que visitou de março a setembro de 1915. Ele narra situações cotidianas vividas ou presenciadas por ele e por seu companheiro de viagem, Boardman Robinson. Reproduz diálogos com soldados e generais, com príncipes e moradores de rua, com embaixadores e donos de hotéis. É dessa forma que mostra uma guerra que não é feita de grandes batalhas épicas, nem de heróis, nem de momentos cruciais; mas sim de milhares e milhares de pessoas que têm suas vidas destruídas e procuram adaptar-se a uma nova situação.

Como afirma o próprio autor no prefácio: “Exceto por nosso envolvimento na grande retirada russa e a rápida passagem pelos Bálcãs no início da ofensiva alemã, tivemos a sorte de sempre chegar aos lugares durante relativas calmarias nas hostilidades. Exatamente por essa razão, talvez, fomos mais capazes de observar melhor a vida cotidiana das nações do Leste Europeu diante da tensão constante do conflito armado prolongado” (p. 11).

Não se pense, entretanto, que *Guerra dos Bálcãs* se restringe à descrição pura dos acontecimentos. Reed parte da história vivida no cotidiano e por ele narrada em tom jornalístico para, pouco a pouco, levar o leitor a compreender os grandes movimentos e interesses que estavam em jogo durante a Primeira Guerra. O autor usa as pequenas situações, os dramas pessoais, como ferramentas para uma análise sutil, mas precisa e reveladora, das transformações pelas quais passava o mundo naquele momento. Estão ali, muito claramente, a agonia do império Russo, o drama da Sérvia, o desmantelamento da cultura turca e as tentativas da Inglaterra e da Alemanha de firmarem sua influência de forma hegemônica na Europa do Leste.

O livro torna-se, então, histórico naquele sentido descrito acima, mas com uma compreensão da história como resultado de forças sociais e determinações econômicas, e não como ação restrita aos campos de batalha ou às decisões dos governantes.

Guerra dos Bálcãs é composto por cinco partes: “Salônica”, “Sérvia”, “Rússia”, “Constantinopla” e “Os Bálcãs ardentes”, sendo que a que mais claramente aborda a guerra como fenômeno que extrapola o conflito direto é a sobre a Sérvia. Assim é que a situação do país não é analisada tanto do ponto de vista do conflito com a Turquia, ainda que as atrocidades cometidas pelo exército turco contra a população sérvia sejam ressaltadas, mas sim pela destruição das cidades e pela reação das pessoas que tentam desesperadamente reconstruir suas vidas apesar da fome, da miséria e da doença – o tifo – que se alastra por todo o país. Uma das passagens mais marcantes dessa parte do livro é a descrição da região de Goutchevo, onde, por dez quilômetros, acumulavam-se milhares de cadá-

veres. Dali vinha a água usada em boa parte do território sérvio: “Toda essa parte da Sérvia era banhada pelas fontes de Goutchevo. Do outro lado, elas fluíam para o Drina, dali para o Save e o Danúbio, por terras onde milhões de pessoas bebiam, lavavam e pescavam nesses rios. Para o Mar Negro fluía o veneno de Goutchevo...” (p. 97). Nessa, como em muitas outras passagens do livro, percebe-se como a guerra atingia um número infinitamente maior de pessoas do que aqueles que iam ao *front* de batalha.

Entretanto, a parte mais interessante, e mais longa, é a que trata da Rússia. É aqui que Reed consegue com maior êxito expor toda a sua crítica não somente à guerra, mas ao imperialismo, à nova forma de organização mundial que surgia então. E o faz, principalmente, dando voz aos que normalmente não têm espaço nos livros de história ou nas reportagens de guerra. Assim, a avaliação mais mordaz do papel que cumpria a Rússia na Primeira Guerra está na resposta de um capitão do exército daquele país à pergunta sobre quanto tempo duraria a guerra: “O que nos importa quanto tempo vai durar? – comentou um segundo capitão com um sorriso largo. – O que importa, enquanto a Inglaterra der dinheiro e a terra der homens?” (p. 112).

Da mesma forma, já na parte sobre Constantinopla, é na descrição dos conflitos cotidianos entre a cultura muçulmana e a ocidental que se percebe a visão imperial da Alemanha sobre a Turquia; e é na incômoda conversa com um príncipe turco que se compreende o fim inevitável de uma cultura e de uma organização social que pretendiam existir de forma independente da nova ordem mundial que se delineava já naquele período.

Por dentro do acontecimento

Cabe aqui ressaltar, como segundo aspecto importante de *Guerra dos Bálcãs*, que um livro como esse, com uma contribuição tão relevante e diferenciada para o estudo da Primeira Guerra Mundial, só foi escrito porque contém uma concepção também diferenciada do que é o jornalismo.

É impossível ler *Guerra dos Bálcãs* sem fazer comparações com o noticiário recente sobre a Guerra do Iraque, os conflitos no Afeganistão, o 11 de Setembro ou mesmo a Guerra da Bósnia. Impossível não pensar em como os textos sobre cada um desses acontecimentos nos vários jornais e as fotos nas revistas, e as imagens na televisão, pareciam ser sempre – com honrosas e raras exceções – as mesmas notícias e fotos e imagens repetidas. Independentemente do órgão de imprensa ou do canal de televisão específico, dificilmente foi, feito na cobertura jornalística desses fatos, algo que fugisse de um mesmo padrão geral, com as mesmas fontes de informação, a mesma estrutura da notícia e os mesmos ideários sobre o que era o conflito e o que ele representava socialmente.

A primeira diferença entre *Guerra dos Bálcãs* e o que se faz no jornalismo atual, e especialmente no jornalismo de guerra, é que John Reed foi até o acontecimento, passou sete meses viajando pelos países em conflito, conversando com as pessoas, vivendo e procurando compreender essa vivência para poder escrever sobre ela. Mostrou os dois campos opostos na guerra e os países que se mantinham supostamente neutros, mas buscando as raízes sociais que levaram a esses posicionamentos. Algo muito diverso da cobertura da Guerra do Iraque, por exemplo, na qual jornalistas foram a campo como parte integrante do exército norte-americano e reproduziram em suas matérias os discursos oficiais dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Se os modernos meios de comunicação, especialmente a Internet, possibilitam o maior acesso à informação, eles também permitem – e aqui o verbo correto é “permitem” e não “determinam” – uma padronização do que é notícia, de como ela é feita e sob qual ponto de vista. Há pouco espaço para o que não venha das agências internacionais de notícia ou diretamente de fontes oficiais como o governo norte-americano, a Organização das Nações Unidas, etc.

Outra diferenciação importante, embora mais sutil, é que, em *Guerra dos Bálcãs*, o jornalista é parte integrante da história, quase toda ela narrada em primeira pessoa. É John Reed quem toma os trens, bebe e come, anda pelas ruas e é preso na Rússia. Ele comenta as situações, descreve seus estados emocionais em cada uma delas e, algumas vezes, deixa saber sua opinião. O autor não se esconde atrás de uma suposta imparcialidade jornalística ou científica, que o fizesse frio e distante o suficiente para ser apenas o narrador impessoal da história, como é a praxe do jornalismo atual. Apesar disso – ou talvez justamente por isso –, traz um retrato da Primeira Guerra no Leste Europeu mais próximo da realidade e permite maior liberdade para que o leitor tire suas próprias conclusões sobre o acontecimento.

Em resumo, tanto do ponto de vista jornalístico como do ponto de vista histórico, *Guerra dos Bálcãs* tem como um de seus principais méritos o de mostrar a Primeira Guerra e a organização mundial no início do século XX sob uma perspectiva diferente: a dos que vivem, dia a dia, a construção da história.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Jornalista e mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

DA LIBERDADE DOS QUADRINHOS AOS QUADRINHOS DA LIBERDADE

Eduardo Antonio Bonzatto*

VAUTRIN, Jean e TARDI, Jacques. *O Grito do Povo – os canhões de 18 de março* (v. 1) e *O Grito do Povo – o testemunho das ruínas* (v. 2). São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2005.

A linguagem dos quadrinhos traz em si um componente, digamos, uma lacuna, que nenhuma outra linguagem permite: entre um quadro e outro há um vazio pertinaz que deve ser preenchido pelo leitor. Ler um quadrinho é uma experiência de co-autoria. Além disso, a confluência de imagem e palavra possibilita inúmeras conexões, inclusive àqueles que não dominam plenamente o código escrito, tão centralizador numa sociedade de não letrados.

Experimentamos nossa condição de sujeitos ativos na leitura de uma história em quadrinhos; damos voz aos personagens, inventamos seu andar e seus gestos, controlamos as onomatopéias como um verdadeiro sonoplasta o faria.

A arte seqüencial é quase tão antiga quanto a representação, seja de invocações nas cavernas de Lescaut, seja no interior das igrejas, em que as paredes cedem o branco à representação das cenas da paixão.

Hierônimus Bosh segue a Bíblia dos pobres na estratégia de oferecer a todos a possibilidade de ler as garatujas nos papéis.

Quando Ângelo D'Agostini apresenta o *Nhô Quim* em meados do século XIX aqui no Brasil, algumas décadas antes do *Yellow Kid* aparecer nos Estados Unidos, o formato atual das HQs estará plenamente configurado: imagem e texto, balões, integrados numa narrativa seqüencial.

Luis Gê, Flavio Colin, Alberto Breccia, Goseki Kogima, Bill Sienkeviczs, Andréa Pacienza, Guido Crepax, Hugo Pratt, Will Eisner, Lourenço Mutarelli, Mattiotti, Milo Manara, Moebius, Vicente Segrelles, Paolo Eleuteri Serpieri, Windsor MacCay: não é infundável essa lista dos melhores desenhistas de quadrinhos do mundo, mas não cabem num parágrafo. São geômetras e demiurgos na arte de dar vida ao que não pode ser contido.

A editora Conrad vem ocupando um nicho de mercado até então temerário: livros em quadrinhos de autores muito sofisticados e de difícil comercialização, pois atingem preços altamente seletivos. É o caso de Joe Sacco, que inovou nas reportagens em quadrinhos, muitas vezes nossa única alternativa à seleção tendenciosa em que a mídia encerra o caso palestino; Sacco traz a complexidade enorme criando histórias de uma Palestina quase que inteiramente desconhecida em nosso Ocidente limitado. Outro autor de difícil definição é Suehiro Maruo, criador de um erótico com fortes influências de Sade, Lautreamont, Crumb, Marx, Burroughs, Vaneigem, Hakim Bey, Sieber, Pasolini, Bataille e Buñuel.

Dentro dessa safra de jóias da literatura em quadrinhos estão os dois volumes do poderoso *O Grito do Povo*. O primeiro, cujo subtítulo é *Os canhões do 18 de março*, lançado no primeiro semestre de 2005, apresenta as bases dos dramas e paixões inusitados que viveram homens e mulheres extraordinários na Comuna de Paris. O segundo, *O testamento das ruínas*, lançado no segundo semestre do mesmo ano, nos garante que temos em mãos uma visão profundamente humanista e respeitosa de um dos eventos mais importantes de todo o século XIX.

O nome de Jacques Tardi não foi escolhido por acaso para quadrinizar o livro de Vautrin, *O grito do povo*. Obras como *A ponte sobre o rio Troblant* já haviam apresentado uma Paris historicamente caracterizada, minuciosa, fruto do olhar atento desse autor maduro no domínio da técnica narrativa das imagens e da pesquisa histórica. Tardi faz parte de uma tradição em que as palavras *bandes dessiner* significam muito trabalho, muito investimento e muito prestígio.

Ao contrário de nossa realidade mercadológica, na Europa em geral e na França em particular, ser autor de quadrinhos corresponde a um *status* valorizado no quadro das artes. Não por acaso é chamada de a nona arte. Só a título de exemplo, um autor como François Bourgeon (*Companheiros do Crepúsculo*, *Os passageiros do vento*) chega a investir até um milhão de dólares numa produção de quadrinhos, realizando locações, produção de vestuário, atores, fotografando tudo e somente depois produzindo os quadrinhos, envolvendo uma enorme divisão de tarefas e funções que demandam equipes razoavelmente numerosas e especializadas em várias áreas.

Se a obra de Jean Vautrin foi inspirada no mesmo clima e cheiro de pólvora de um Victor Hugo ou de um Emile Zola, não descurou de uma arqueologia histórica substantiva, capaz de conduzir o leitor pelas vielas que ligam a prefeitura tumultuosa dos 73 dias mais irados da história francesa moderna aos arrabaldes, onde se pode sentir o cheiro de esgoto que escorre por entre os barracos, tão familiar a qualquer favela paulistana desse nosso tempo-com-tempo.

No primeiro volume, mais do que as circunstâncias históricas que culminaram nos *canhões do 18 de maio*, podemos sentir algo do horror parturiente que deve ter caracterizado a vilania do capital em sua sanha de dominação e exploração sobre os braços humanos, hoje já tão naturalizado que quase acreditamos que sempre foi assim.

Personagens como Fio de Ferro, Caracol ou Caf'Conc' cruzam suas gigantescas estaturas com as de Louise Michel e Gustave Courbet sem lhes dever reverência, numa feérica dança da igualdade, território momentaneamente desprovido da hierarquia social que o século XIX nos legou como sua herança mais certa.

Não sei se para isso devemos considerar que naquele 18 de março de 1871, 500 fuzis, 146 metralhadoras, 271 canhões, 417 armas de diversos calibres estavam nas mãos da população de Paris (dizem que um povo armado não admite tiranos), irmãos em armas contra os senhores dos bancos, de Versalhes, da Prússia, do mundo inteiro, última barricada da consciência antes que prevalecesse nossa convicção de que trabalhamos para suprir nossas necessidades cotidianas.

Marx, em *A Guerra Civil na França*, não deixou de registrar sua surpresa: “a unidade da nação não deveria ser quebrada, mas, pelo contrário, organizada pela Constituição comunal; ela deveria tornar-se uma realidade pela destruição do poder do Estado que pretendia ser a encarnação desta unidade, mas queria ser independente desta mesma nação e superior a ela, quando não era mais do que uma excrescência parasitária”.

Lissagaray, um outro seu contemporâneo, complementa: “a comuna deu aos trabalhadores consciência da sua força, traçou a linha bem nítida entre eles e a classe devoradora, esclareceu as relações de classe com tal brilho que a história da Revolução Francesa iluminou-se e deve ser retomada pela base”.

Mas *O grito do povo*, se por um lado deixa entrever essa faísca de relâmpago, por outro costura as histórias miúdas do comissário Grondin ao crápula Edmond Troncard, do desertor apaixonado Tarpagnan à bela Gabriella de seios generosos, do emancipado Ziquet à troupe de Marbuche, num desenho que não deixa dúvidas de que ainda estamos todos imersos nesta complexa (de *tecer juntos*) humanidade.

No segundo volume, *O testamento das ruínas*, os fios que se abriram em pequenas tramas, funcionais quando se pensa que as grandes tragédias humanas estarão sempre alinhavadas por imperceptíveis gestos de grandeza, serão cuidadosamente amarradas com movimentos que intercalam brusquidão e leveza.

Assim, a paixão que o determinado capitão da guarda Tarpagnan nutre pela bela Gabriella e que de alguma forma o fez compreender sua opção pelos *communards* e pela deserção e pela qual busca por todo o primeiro volume, terá encontrado um fim tão inadequado quanto fatal. Do mesmo modo que Grodin, o duplamente injustiçado Grodin busca pelo assassino

da filha e que encontrará, como todos os outros, os incêndios, desde os ansiados, como o do palácio das Tulherias (“os últimos vestígios da realeza acabaram de desaparecer. Desejo que o mesmo aconteça com todos os monumentos de Paris”, segundo as palavras do general da Comuna Bergeret, que tomou a decisão de queimar o palácio), até os definitivos, impostos pela espúria aliança dos exércitos franceses e alemães, na revelação mais clara do caráter internacionalista da burguesia e de seu projeto de dominação.

Nem poderia ser de outra forma: nesse quadrinho não há heróis: todos estão dramaticamente condenados a explodir em luzes ao final, num exemplo que deveria apenas em números chegar até nós: ao final desses 73 dias, 4 mil communards estarão mortos e outros 20 mil serão executados nos dias seguintes à derrocada final. Mais de 40 mil serão presos e outros executados no transcorrer dos processos.

Aparentemente, faltou salgar o terreno onde esse sangue todo foi derramado, erradicar essa memória que deixa entrever que o homem, afinal, não é o lobo do homem nem tampouco a expressão sem relevo da bondade cristã, mas que o homem se constrói com o homem.

Mas, afinal, o que foi a Comuna de Paris?

Lá pela página 113 do primeiro volume, o narrador descarrega: “A comuna era o agrupamento dos infelizes, dos banidos pela especulação, dos explorados das fábricas, dos habitantes da periferia e da grande massa dos pobres”. E as imagens complementam: sujeitos que tomaram o destino nas mãos e gritaram para a História: nós estivemos aqui e dissemos não!

Só não posso concordar com Émile Zola quando escreve que tudo o que aconteceu foi fundamental para que o povo de Paris pudesse “crescer em sabedoria e em esplendor”. Não é absolutamente isso que essa história nos revela, mas exatamente o contrário: a Comuna de Paris e seus múltiplos dramas demonstram como o último grande esforço de liberdade foi pedagogicamente erradicado pelas forças da ordem, exemplo que seria seguido tanto na Espanha, alguns anos depois, quanto aqui no Brasil, em Canudos.

Tão esquecidas quanto a história da Comuna de Paris e, talvez, pela mesma natureza de seus protagonistas, são as histórias de Cristiânia, em Estocolmo, ou a da revolução de Bouganville, uma ilhota sob a jurisdição de Papua Nova Guiné, ou a do porto de Barbaria, no leste africano, dos MTDs na Argentina, dos estudantes índios de Oruro, dentre tantas outras que sequer chegamos a conhecer. A obra de Vautrin e Tardi dá uma pista do por quê.

E em nós se arreganha essa nostalgia de ser sujeito e de juntar nossas vozes nesse coro diacrônico e também gritar não!

Recebido em abril/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Professor do Departamento de História da PUC-SP.

Proj. História, São Paulo, (30), p. 391-395, jun. 2005

395

TOTALITARISMO DE RESULTADOS

Marcos Guterman*

ALY, Götz. *Hitlers Volksstaat – Raub, Rassenkrieg und nationaler Sozialismus*. S. Fischer Verlag, Frankfurt am Main, 2005.

Passados 60 anos do fim da Segunda Guerra na Europa, cabe finalmente aos alemães contar a história do seu ponto de vista. Não é uma tarefa fácil, num país que ainda acorda à noite em meio ao pesadelo da barbárie cometida por seus pais e avós – isto é, a apenas uma geração de distância, o que é muito pouco quando se trata de história. O grande desafio, a julgar pelos resultados dessa iniciativa, é compreender o papel dos alemães comuns na guerra – algozes, vítimas, cúmplices ou tudo isso somado.

Essa espécie de auto-análise tardia começa a tomar forma em várias áreas da produção alemã, como o cinema, com o filme *A Queda* – relato explícito dos últimos dias de Hitler – e a literatura, com *A passo de caranguejo*, de Günter Grass, dedicado a mostrar que houve vítimas inocentes também do lado alemão na Segunda Guerra.

Na historiografia, a vanguarda é ocupada agora por Götz Aly, autor de *Hitlers Volksstaat (O Estado Hitlerista do Povo)*, que ousa contrariar um crescente e confortável senso comum na Alemanha, segundo o qual o Dia da Vitória foi também o dia da libertação alemã. Apesar disso, e das mais de mil notas de rodapé, o livro se tornou um sucesso no país.

O texto de Aly surge na sequência de outro *best-seller* alemão, *Der Brand (O Incêndio)*, do historiador militar Jörg Friedrich, cuja idéia central é mostrar os crimes de guerra cometidos contra os alemães pelas tropas aliadas, sobretudo os bombardeios aéreos realizados deliberadamente sobre áreas densamente povoadas e sem importância logística. Friedrich escora-se em seu currículo – ex-militante da esquerda alemã e pesquisador do Holocausto – para apresentar seu trabalho como “neutro”.

Nele, o historiador relata em detalhes as atrocidades resultantes da ação aliada, cuja impunidade deriva do simples fato de que vencedores de guerras, por definição, jamais são condenados como criminosos. Friedrich não é um revisionista como os falsos historiado-

res a serviço da negação do Holocausto e que fazem a defesa do regime nazista. Seu livro é uma incômoda novidade porque põe em primeiro plano, fartamente documentado, o sofrimento dos alemães, vistos em geral como algozes. O livro foi recebido na Alemanha de forma mista: enquanto esgotava nas livrarias, foi classificado de “lixo” por importantes jornais do país, porque viram no trabalho um desequilíbrio perigoso, uma quase absolvição dos alemães.

Para Aly, porém, a maioria dos alemães, não obstante seu sofrimento no final da guerra, foi conivente com as atrocidades hitleristas, sobretudo porque havia um monumental sistema de compensação, um “Estado de Bem-Estar Social” nazista. Nesse sentido, *Hitlers Volksstaat* serve de contraponto a *Os Carrascos Voluntários de Hitler*, polêmica obra do pesquisador americano Daniel Jonah Goldhagen que, em resumo, responsabilizou os alemães pelo Holocausto partindo do princípio de que todos eram anti-semitas prontos a matar judeus, desde que devidamente autorizados ideológica e moralmente pelo *establishment*.

Embora de formas distintas, em todos esses casos rompe-se um tabu que, pode-se dizer, estabeleceu-se no primeiro minuto após a rendição incondicional dos alemães aos Aliados. A posterior divisão da Alemanha, entre o bloco soviético e o ocidental, deu-se no contexto da contenção das pretensões stalinistas no continente, mas também da necessidade de impedir que surgisse, do vácuo de poder, uma poderosa Alemanha unificada e, pior, movida a nacionalismo chauvinista – que, de resto, já havia sido responsável pelos piores desastres da história contemporânea européia. “Era provocar os fados soltar-se uma Alemanha unida e neutra, tão pouco tempo após a guerra”, segundo avalia o ex-secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger em *Diplomacia*.¹

Uma das coisas que poderia “provocar os fados” era justamente realizar uma historiografia clara do nazismo, que fatalmente acabaria por imputar à maioria dos alemães a responsabilidade final do regime que os governou por 12 anos. Por essa razão, um historiador do porte do americano Raul Hilberg, o pai dos estudos do Holocausto, teve enorme dificuldade, na década de 50, para conseguir alguma editora que se interessasse em publicar o seu hoje clássico *A destruição dos judeus da Europa*, ainda não traduzido no Brasil. Por essa razão, também, ganhou status de verdade incontestável o poder “hipnotizador” do “monstro” Hitler em relação aos alemães. Tal rótulo, usado sobretudo no cinema norte-americano, dispensou por muitos anos a reflexão séria sobre o fenômeno nazista e tinha ainda a vantagem de inocentar os alemães comuns, cuja cooperação era necessária para a construção de uma Alemanha que fosse claramente alinhada aos interesses ocidentais.

De lá para cá, a ocidentalização definitiva da Alemanha, que culminou com a queda do Muro de Berlim em 1989, abriu caminho para que os historiadores afinal pudessem especular mais amplamente sobre as razões do nazismo, sem que isso representasse um risco

político e diplomático. A novidade, nos últimos tempos, é que são os alemães que estão na dianteira desse trabalho, e as teses de Aly aparecem, entre as tantas, como realmente inovadoras.

Sua idéia é que o nazismo se sustentou na Alemanha em grande medida porque financiou uma estupenda malha de proteção social com os bens pilhados das nações que invadiu e com o uso da mão-de-obra escrava dos “seres inferiores” internados em campos de concentração.

Aly descreve as “maravilhas” do Terceiro Reich: as viúvas dos soldados mortos em combate recebiam como pensão o dobro do que ganhavam as famílias dos militares britânicos e americanos mortos; o poder de compra era maior do que em tempos de paz; cerca de 80% dos alemães não pagavam impostos diretos; o número de feriados foi dobrado; as famílias eram estimuladas a ter uma casa no campo; demissões sem justa causa estavam proibidas. Diante de tudo isso, argumenta o historiador alemão, não surpreende que o Reich fosse amado, pois havia prosperidade sem necessidade de trabalho: o butim da guerra realimentava a máquina bélica e, acima de tudo, estimulava a convivência (quando não a cumplicidade) dos alemães comuns em relação a um regime declaradamente assassino.

A história mostra que um Estado como o descrito por Aly não poderia subsistir sem uma constante expansão física, e essa é uma explicação razoável não só para o perfil do Terceiro Reich, mas também para a sua decadência fulminante.

O totalitarismo, cujo centro é a mentira, só se sustenta dentro de um projeto de dominação planetária, uma vez que tudo aquilo que estiver fora de suas fronteiras ideológicas é naturalmente uma ameaça à sua existência. Hannah Arendt diagnosticou que os governos totalitários “consideram o país no qual galgaram o poder apenas como sede temporária do movimento internacional a caminho da conquista do mundo”.²

Nesse tipo de projeto, conceitos como “Estado” e “nação” são transitórios e secundários – o que importa é o “movimento” no sentido da realização da história, isto é, da constituição da sociedade perfeita, programada pela natureza. Por essa razão, a guerra, a conquista e a aniquilação dos seres considerados inferiores tinham o único propósito de acelerar a realização desse ideal natural, que de outra forma, na visão nazista, levaria milênios para ocorrer – não é por outro motivo que Hitler classificou seus domínios como “o império de mil anos”.

Já o modelo econômico nazista descrito por Aly repetiu, em certa medida, o da Roma Antiga, que se valia sobretudo de mão-de-obra escrava e entrou em decadência a partir do momento em que as conquistas territoriais que garantiam essa mão-de-obra estacaram,

conforme Perry Anderson.³ No caso do Reich alemão, as derrotas em território soviético deram início à implosão do pilar da economia do país, que, ademais, passou a centrar seus já escassos recursos na aceleração do extermínio dos judeus.

Aly argumenta que aos alemães não interessava saber de onde vinha nem de que maneira era obtida a riqueza que sustentava seu bem-estar, porque, afinal, o Terceiro Reich não só havia sido o responsável pela superação da imensa crise posterior à Primeira Guerra como também recuperara a auto-estima de seus antes humilhados súditos. O nazismo era, para boa parte dos alemães, uma forma de resistência a várias “ameaças”: o bolchevismo, os judeus, as normas estabelecidas, os religiosos, a elite. Essa “salada” ideológica atraiu gente de todas as classes e condições sociais, tornando o programa político do Partido Nacional-Socialista irrelevante, porque, nas palavras de Arendt, “todo programa político definido que trate de assuntos específicos, em vez de referir-se a ‘questões ideológicas que serão importantes durante séculos’, é um entrave para o totalitarismo”.⁴

A convergência de diversos tipos sociais da Alemanha na direção do nazismo foi mal interpretada pelo mais estridente dos estudiosos do papel dos alemães comuns no Holocausto, o americano Daniel Jonah Goldhagen, de Harvard. Em seu livro *Os carrascos voluntários de Hitler*, Goldhagen analisa a composição dos grupos responsáveis pelo extermínio de judeus no princípio do processo de aniquilação, ainda em sua fase “artesanal”, isto é, sem a sofisticação dos campos de concentração.

A partir desse exame, o pesquisador verifica que aceitaram o “trabalho” desde empresários até simples funcionários. Por essa razão, ele toma esse microcosmo como representativo de toda a sociedade alemã e afirma categoricamente que ninguém na Alemanha estava indiferente ao objetivo eliminacionista – e mais, que poucos no país se opuseram a ele ou deixaram de ajudá-lo, de uma forma ou de outra. O problema do trabalho de Goldhagen, duramente criticado por historiadores do porte de Hilberg, é que ele simplifica a questão do Holocausto atribuindo-o ao anti-semitismo atávico dos alemães, quando, na verdade, a Alemanha talvez não fosse mais anti-semita do que, por exemplo, a França.

A tese de Aly também sugere que os alemães foram cúmplices, e não vítimas, do regime assassino de Hitler, mas sua intenção subjacente é mostrar que os alemães aceitaram o regime menos por sua inclinação anti-semita e mais porque ele oferecia o sonho de uma hiperpotência paternal. É claro que colocar as coisas desse modo inocenta os alemães daquilo que constitui o centro de sua vergonha nacional, o racismo assassino. Aly propõe que os alemães sob Hitler aceitaram os crimes de seu governo porque foram “comprados” por benefícios jamais vistos na Alemanha. É o que poderíamos chamar de “totalitarismo de resultados”, que, visto por esse ângulo, poderia ocorrer em qualquer lugar do mundo.

Hitlers Volksstaat esvazia assim a singularidade da Alemanha nazista, o que também é um problema. No início do século XX, havia em toda a Europa partidos políticos que eram, entre outras coisas, anti-semitas, ao passo que a Alemanha era o único país em que funcionavam partidos cuja plataforma era exclusivamente anti-semita. Esse elemento indica que, se não era o único país em que o ódio aos judeus era um traço comum, a Alemanha era o *locus* preferencial do surgimento de um movimento anti-semita de caráter destrutivo e, principalmente, transnacional, visto que seu inimigo declarado, o judeu, não estava fixado em um único país.

Aly, na velha tradição do materialismo histórico, despreza esse aspecto para centrar suas energias na relação econômica do Terceiro Reich com seus súditos, com óbvios prejuízos para o entendimento geral do fenômeno. Por outro lado, seu trabalho, cuja consistência documental é incontestável, apresenta um elemento inteiramente novo ao debate que, até aqui, limitou o Holocausto a uma questão puramente racial. Pior para os alemães, porque uma parte dessa estrutura econômica que ajudou o nazismo a se cristalizar no poder subsiste na Alemanha atual. E, como Aly disse à revista *Der Spiegel*, nenhum político alemão pode defender abertamente seu desmonte sem que isso signifique perda substancial de votos. Ainda hoje, portanto, parte dos alemães não quer saber de que maneira o Estado manterá o imenso guarda-chuva social do país. Importa apenas que ele continue aberto.

Recebido em março/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP e editor adjunto de Política Internacional da *Folha de S. Paulo*.

¹ KISSINGER, H. *Diplomacia*. 2 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1999, p. 544.

² ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 461.

³ ANDERSON, P. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. 5 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 73-80.

⁴ Op. cit., p. 373.

HERDEIROS DO ÓDIO – A VIDA DOS FILHOS DOS LÍDERES NAZISTAS

Vinícius Liebel*

LEBERT, Norbert e LEBERT, Stephan. *Tu carregas meu nome – a herança dos filhos de nazistas notórios*. Rio de Janeiro, Record, 2004, 206 p.

A vida – e a sobrevivência – que nazistas famosos tiveram é tema constante nos trabalhos de historiadores, psicanalistas e jornalistas, bem como de profissionais das mais diversas áreas. Exemplos disso são os trabalhos de Ron Rosenbaum¹ e Gitta Sereny.² Suas ações e os maiores aliados dos nacional-socialistas também têm lugar de destaque na produção sobre o tema, como demonstram Edwin Black³, Jean Medawar e David Pyke.⁴ Um novo campo, entretanto, foi desbravado com a publicação do trabalho de Stephan Lebert.

Não chega a surpreender, em tempos de *voyerismo* extremo, um livro que, aparentemente, “bisbilhote” a vida de pessoas comuns. Este, entretanto, não é o único propósito do texto em questão. Trata-se da continuação do trabalho de Norbert Lebert, pai de Stephan Lebert, produzido em 1959 para a revista *Weltbild* e que levou o nome de *Tu carregas meu nome*. Originalmente, eram entrevistas com os filhos de nazistas famosos, então saindo da adolescência, que buscavam respostas para duas questões principais: como essas crianças viam seus pais e como lidavam com a maior herança por eles legada, qual seja, o sobrenome.

Os artigos escritos por Norbert Lebert despertaram em seu filho uma curiosidade: se hoje, através do desenvolvimento da Psicologia infantil, é conhecida a influência que as ações dos pais, suas frustrações e desejos reprimidos têm sobre o desenvolvimento dos filhos, o que ocorre com a mente de filhos de nazistas, em especial, dos famosos?

O que significa, para este país chamado Alemanha, o fato de os criminosos, cúmplices e comparsas do Terceiro Reich terem tido filhos e netos, transferindo para eles suas agressões, covardia e crueldade, o seu silêncio e os seus mecanismos de repressão? Em qualquer terapia é muito importante saber quando o pai do paciente teve um pai que negou aos filhos uma escolha profissional. E quais as conseqüências se o papai ou o vovô foram criminosos?⁵

As conversas publicadas em 1959 com Wolf-Rüdiger Hess, Martin Bormann Filho, Niklas e Norman Frank, Gudrun Himmler, Edda Göring, Karl-Otto Saur e Robert von Schirach ainda não podiam refletir com clareza as conseqüências que o parentesco dessas crianças com os criminosos nazistas podiam interferir no seu caráter. Já Stephan Lebert, em 1999, tem com suas entrevistas um material mais adequado para fazer tais ponderações. Pôde, então, analisar melhor seus objetos e, assim, verificar que não há uma regra ou norma para o comportamento destes, mas que algumas situações, alicerces morais e emocionais fizeram toda a diferença.

Podemos tomar como exemplos primeiros os casos de Wolf-Rüdiger Hess, filho de Rudolf Hess, e de Edda Göring, filha de Hermann Göring. Hess cresceu tendo seu pai preso em Spandau, cárcere de segurança máxima alemão. Edda Göring, ao contrário, viu seu pai ser preso e, antes de cumprir a sentença de morte por enforcamento, suicidar-se na mesma prisão. Ambos, entretanto, não tiveram problemas com seu sobrenome, ao contrário, ele parece tê-los ajudado em alguns momentos. Isso acarretou em ambos o sentimento de admiração em relação aos pais e de certa nostalgia quanto ao período em que desfrutaram da posição de destaque na “corte” de Hitler. Edda, que não concedeu entrevista em 1999, conserva nas paredes de sua casa retratos de seu pai. Já Wolf-Rüdiger busca a reabilitação de Rudolf Hess perante a história. Para tanto, promove uma verdadeira cruzada para provar a inocência de seu pai e também o seu suposto assassinato em Spandau.⁶

Já Martin Bormann Filho, cujo pai foi secretário-geral de Hitler, encontrou na religião católica amparo para sua condição. Para ele, existem dois pais: um que lhe deu a vida, e por isso o ex-padre lhe devota extremo amor e respeito, como reza o quarto mandamento. O outro foi um criminoso, e quanto a este o filho tem pesadas críticas. “Não seria essa construção um pouco esquizofrênica? Pode ser, para alguns, admite Martin Bormann (filho), ‘para mim não é, para mim é a única possibilidade que tenho’”.⁷

Há, entretanto, as situações extremistas. De um lado, encontramos Gudrun Himmler, filha de Heinrich Himmler, comandante das SS e um dos principais articuladores do holocausto. No outro extremo, Niklas Frank, filho de Hans Frank, ex-governador-geral da Polônia. Graças ao sobrenome, Gudrun sofreu diversos reveses, desde o desrespeito dos soldados aliados no pós-guerra até a negativa para um pedido de bolsa de estudos, sob a alegação de que o contribuinte alemão não poderia custear os estudos da filha de Heinrich Himmler. Apesar de tudo, a filha do *Reichführer* da SS continua a idolatrar o pai, e uma das formas de fugir dos horrores do passado é não concedendo entrevistas. Não foi diferente com o autor do livro. O máximo que se pode saber dela hoje em dia é que mantém uma

organização que busca alimentar, confortar e recolocar na sociedade ex-nazistas. Aparece também em reuniões neonazistas, o que apenas reforça a adoração que tem pelo pai e pelo regime que ele representa.

Já Niklas Frank cresceu na Polônia ocupada pelos nazistas e frequentou algumas vezes os campos de concentração. Quando adulto, tornou-se jornalista e chocou a opinião pública com uma série de reportagens nas quais desabafa o ódio que sente pelo pai. Na série, intitulada *Meu pai, o nazista assassino*, Niklas

Esbravejava e espumava, rompendo todos os limites do jornalismo. Escreveu que no dia 16 de outubro, dia em que seu pai foi enforcado, masturbou-se sobre a fotografia do morto. Escreveu sobre suas insólitas fantasias de ódio e assassinato em relação ao velho Frank. É o caso de um filho que diseca o seu progenitor até o último cantinho da alma, terminando com um fulminante veredicto: seu pai era covarde, corrupto, sedento de poder, cruel, fraco.⁸

São, portanto, dois extremos doentios. Uma se esconde da verdade, cultuando a imagem do pai como a de um herói nacional. O outro sente um ódio mortal de seu progenitor, imerso num inferno de que jamais sairá. São casos que parecem isolados, por serem esses os filhos dos “arquitetos” do Terceiro Reich, mas não são. Podemos observar isso com o exemplo do próprio autor, que se utiliza das páginas do livro para se auto-analisar a todo momento. Seu pai, Norbert Lebert, era membro ativo da Juventude Hitlerista e costumava afirmar que, se a máquina nazista não fosse desmontada com a guerra, provavelmente seguiria carreira como oficial nazista, tornando-se assim um dos monstros que o mundo hoje condena. Stephan Lebert se mostra perturbado em alguns momentos do texto com a simples possibilidade de seu pai poder se tornar um nazista notório – o que, em alguns momentos, compromete sua narrativa e seu julgamento perante os objetos de estudo.

O fato é que a Alemanha é formada por filhos daquela geração, da qual uma grande maioria dos alemães tomou parte dos horrores nazistas. Nesse sentido, qual a extensão das implicações psicológicas que toda a nação sofre? Como controlam suas emoções e seus sentimentos a respeito desse momento histórico e de seus personagens? Acredito que psicanalistas e sociólogos possam ainda vir a lançar luzes sobre essas questões, as quais não são abordadas diretamente no texto de Lebert, que se mostra uma coletânea de artigos, seus e de seu pai, com alguns poucos relances de profunda análise.

É um livro perturbador, na medida em que vemos que, de uma forma ou de outra, as crianças nazistas formaram uma imagem de seus pais e do regime que eles ainda hoje representam. E cada uma delas lida com o fato de uma forma diferente, com ódio, ponderação ou paixão. Não se trata apenas da herança nominal que seus pais lhes legaram; é uma herança cultural que todos os alemães carregam, com culpa ou orgulho, mas que se faz

presente em todos os seus dias, materializando-se em absurdas tentativas revisionistas de reabilitação dos nazistas ou ainda na contínua busca de redenção do povo alemão perante a história.

Recebido em dezembro/2004; aprovado em março/2005

Notas

* Mestrando do PPG em História da Universidade Federal do Paraná.

¹ ROSENBAUM, R. *Para entender Hitler – a busca das origens do mal*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

² SERENY, G. *Albert Speer, sua luta com a verdade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

³ BLACK, E. *IBM e o Holocausto. A aliança estratégica entre a Alemanha Nazista e a mais poderosa empresa americana*. Rio de Janeiro, Campus, 2001.

⁴ MEDAWAR, J. e PYKE, D. *O presente de Hitler. Cientistas que escaparam da Alemanha nazista*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

⁵ LEBERT, N. e LEBERT, S. *Tu carregas meu nome – a herança dos filios de nazistas notórios*. Rio de Janeiro, Record, 2004. p. 19.

⁶ Os resultados da empresa de Wolf-Rüdiger Hess podem ser observados na *home-page* por ele mantida: <http://www.gnosticliberationfront.org/The%20Murder%20of%20Rudolf%20Hess.htm>.

⁷ LEBERT, N. e LEBERT, S. op. cit., p. 95.

⁸ Ibid., p. 115.

NOTÍCIAS DE ARQUIVO

NO RASTRO DE MEMÓRIAS SILENCIADAS

Yara Aun Khoury*

Centros de Documentação universitários vêm se constituindo, desde os anos 1970, reunindo e disponibilizando acervos e informações para a pesquisa, atendendo a uma demanda de maior acesso à informação e ao patrimônio documental do país. Articulados a questões em debate na Universidade e na sociedade, firmam-se como mais um espaço de preservação de memórias variadas, sobretudo de origem privada.

A emergência desses Centros, naqueles anos, foi bastante significativa, diante do acesso restrito à informação imposto pela ditadura militar. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, não só enfrentavam carências de informação, como alargavam os horizontes da memória social. Alguns desses Centros constituíam-se, de alguma forma, em extensões de outros já existentes na sociedade e que, nesse e em outros momentos de disputas acirradas na vida política, foram sendo fechados, retirados de circulação pela Polícia Política, ou ainda guardados em lugares estratégicos para não serem apreendidos pela ação repressiva do Estado; alguns chegaram, mesmo, a ser enviados para o exterior.¹

Esses acervos tornaram-se úteis e estratégicos em vários estudos que caracterizaram os anos 1970 e 80, centrados nas lutas sindicais e partidárias, nas organizações e movimentos sociais e de trabalhadores urbanos e rurais. Disponibilizá-los para consulta representava criar canais de diálogo com trajetórias e formas de luta silenciadas naquele momento, mas que continuavam a inquietar parcelas da população e intelectuais comprometidos com questões do social, num período marcado por maior centralização do poder e severo controle político.

Nesse universo, o Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho – Cedic, como uma unidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, preserva fundos e coleções de documentos produzidos por militâncias de

leigos da Igreja católica, que se forjaram no seu interior ou articulados a ela, como uma Universidade marcada por sua postura democrática durante a ditadura militar, dos anos 1960 e 70, e por seu comprometimento com questões do social ao longo de sua história.

Entre as várias tendências sociais e políticas que se fizeram nesse espaço, os Movimentos da Ação Católica Brasileira (ACB) tiveram nela um campo privilegiado. Entre eles, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC) representaram presença expressiva nos Centros e Diretórios Acadêmicos, nas Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e na União Nacional dos Estudantes (UNE), num período em que o movimento estudantil se constituía numa significativa força política no país. Atuando em seus ambientes específicos ou articulando-se com membros da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Agrária Católica (JAC), esses movimentos desdobravam-se para além do âmbito acadêmico, escolar e paroquial, estendendo-se pelos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais e por setores das classes médias.

Seus arquivos oferecem subsídios sobre a abrangência e significados dessas jovens militâncias, que se desdobravam em movimentos de adultos, quando os membros se formavam ou ultrapassavam uma certa faixa etária. Passavam, então, a integrar as Ligas, como a Liga Operária Católica – LOC e a Liga Universitária Católica – LUC.

Uma parte significativa desses registros ficou preservada na Universidade, graças aos cuidados de alguns militantes e sacerdotes assistentes dos Movimentos, particularmente o Cônego Enzo Guzzo e Frei Romeu Dale, permanecendo “esquecida” durante vinte anos.

Nos anos 1980, professores de História, junto ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica, começaram a localizar e identificar esse material, na busca de criar canais de diálogo com trajetórias militantes que haviam investido na construção de relações mais democráticas, nos anos anteriores a 1964. Dando continuidade a esse trabalho, o Cedec organizou projeto destinado a reunir, dar tratamento e disponibilizar esses registros, possibilitando um diálogo aberto com essas experiências silenciadas. A intenção era de potencializar a memória de experiências vividas pela própria Universidade.²

O tratamento arquivístico dado a esses conjuntos documentais possibilitou visualizar a complexidade de experiências militantes, em suas tendências, articulações e tensões. Nessa direção, permite avaliar modos como, numa organização hierárquica complexa, sob o controle da Igreja, esses Movimentos se espalharam por várias localidades do país, assumindo configurações específicas em cada região, conforme as realidades e conjunturas vividas.

O fundo JUC, embora cubra apenas o período de 1948 a 68, é o mais volumoso, devido ao fato de boa parte dessa militância ter se desenrolado nas dependências da PUC-SP. Os

documentos expressam o intenso envolvimento político vivido pelos jucistas a partir de 1958, modos como assumem cargos de liderança na UNE, nas UEEs e na Ação Popular, como se articulam com outros Movimentos sociais e de trabalhadores.

O fundo JEC, cujos registros preservados abrangem o período de 1938 a 1974, dão visibilidade à militância dos estudantes do nível secundário, a suas articulações com o movimento universitário, constituindo-se numa presença específica na conjuntura brasileira dos anos 1960. Jucistas e jecistas tiveram papel de liderança nas lutas estudantis, durante os anos 1962 e 1963, pela reforma educacional, articulada a outras reformas de base.

Esses registros expressam dimensões significativas da construção complexa e contraditória da política estudantil, das relações entre esses Movimentos, desses com a Igreja, com os trabalhadores, com partidos políticos e com o próprio Estado; relações impregnadas de tensões e ambigüidades, geradas pelos diferentes modos como as tendências pensaram e viveram a realidade social e a militância.

O fundo JOC, recuperado no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e reunido no Cedic para tratamento arquivístico, revela essa militância atuante no Rio de Janeiro, São Paulo e no Norte e Nordeste do país. Por se tratar de um Movimento ainda existente, a documentação dos anos 1970 para cá encontra-se em sua própria sede nacional. Essa documentação revela, também, a LOC (Liga Operária Católica) transmutando-se na Ação Católica Operária (ACO) e como esta entretence uma rede de relações com outros movimentos populares, filiando-se, em 1961, ao Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos.

A memória da JAC, preservada no Cedic, cobre o período de 1942 a 1967. Ela possibilita revisitar problemáticas do campo e dimensões de práticas e articulações de trabalhadores e pequenos proprietários rurais, entre as quais, suas relações com as Ligas Camponesas. Permite, também, compreender como a presença da Igreja católica nesses meios possibilitou a expansão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras organizações, cujos registros formam pequenas coleções no Centro de Documentação.³

Alguns desses Movimentos mantinham relações mais estreitas entre si, articulando-se em torno de algumas problemáticas sociais, de trabalhadores e estudantis, estendendo-se num intercâmbio internacional, particularmente com a América Latina.

Uma característica marcante dessas militâncias são as propostas de formação/educação, nos meios onde se constituem, numa perspectiva de “levar a cultura ao povo”; formavam-se até movimentos itinerantes nesse sentido. O Centro de Cultura Popular e o Centro

Popular de Cultura são expressões dessas práticas vividas em tensão entre os grupos militantes no meio estudantil, forjadas por jucistas, jecistas, socialistas e comunistas, ou com a colaboração deles. A ACO também chegou a manter um Serviço de Cultura Popular.

O Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, é um exemplo amplo de projeto educacional vivido nos anos 1960, no qual jucistas e jecistas exerceram a coordenação dos cursos. Organizado por proposta da CNBB ao Governo Federal e inspirado na experiência das escolas radiofônicas da Colômbia, esse Movimento teve o apoio das UEEs e da UNE.

O fundo MEB, disponível no Cedic, revela uma programação educativa politizada, desenvolvida em diálogo com trabalhadores, sobre questões de saúde, do trabalho, de habitação, sobre formas de produção.⁴

Esses fundos e coleções descortinam meandros das problemáticas e tensões vividas na época, modos como esses Movimentos lidam com elas, o calor das relações entre as tendências, delas com a hierarquia da Igreja, com setores da burguesia, com instâncias do governo, etc.. O MEB, sofrendo fortes pressões do Governo e da hierarquia da Igreja, desapareceu alguns anos após o golpe. Está sendo, hoje, retomado, tendo uma sede em Brasília. A JUC, JEC e JAC não tiveram melhor destino; desapareceram no pós 1964. A JOC conseguiu sobreviver na clandestinidade, apesar de sua liderança nacional ter sido presa e torturada. Parte dessa vitalidade deve-se à rede de relações que chegou a construir com a população trabalhadora, a partir de seu trabalho em paróquias de bairros populares. Reaparece, publicamente, anos depois, mas desligada da hierarquia da Igreja. Apesar de os militantes da ACO também terem sofrido perseguições durante o regime militar, o Movimento continuou a existir, enfrentando desarticulações geradas nesse processo.

Percorrendo trajetórias militantes pode-se observar esse trabalho favorecendo a criação de Comunidades Eclesiais de Base e dos Grupos Pastorais, dentro de novas posturas da Igreja católica na América Latina, alimentadas pela Teologia da Libertação, com sua opção pelos pobres.

O Cedic detém, ainda, a coleção Movimento Ação Popular (AP), da organização homônima, criada em 1962, por membros da JUC e JEC pressionados pela resistência da Igreja católica em relação aos militantes que se engajavam na política. Esse Movimento assume força aglutinando militantes de várias tendências. Alguns membros, radicalizando posições em direção a orientações da revolução chinesa, vão trabalhar em fábricas e estreitam ligações com grupos rurais, com vistas a promover a revolução no campo. Essas opções geram conflitos internos ao grupo. Entre tensões e disputas, uma tendência se retira para

formar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), em 1969; outra forma a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), em 1972. Nos anos 1972 e 75 vários dirigentes da APML são presos, mortos ou aparecem nas relações dos desaparecidos.

A documentação da AP, abrigada no Cedic, cobre o período 1965 e 1977. É formada por boletins sobre o proletariado e sobre a política, por circulares sobre eleições e reuniões, por publicações sobre o socialismo e questões ideológicas; por declaração de princípios da AP, por programas e resoluções políticas, por textos sobre organização de partidos políticos, por periódicos alternativos, abordando questões referidas à repressão, ditadura, eleições e censura, etc..

A coleção Movimentos Estudantis complementa os fundos e coleções acima referidos. Trata-se de um pequeno conjunto documental, abrangendo os anos 1968 a 93, com material, sobretudo, dos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs).

Nos anos 1970 e 80, outras questões e problemáticas emergem no movimento social, enquanto algumas assumem novas configurações, fruto de novas experiências sociais, políticas e culturais vividas.

Nesses anos, a PUC-SP continua vivenciando lutas pela construção da democracia, enfrentando difíceis momentos de repressão, como em 1977, quando, ao abrigar a 29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a primeira reunião de retomada da União Nacional dos Estudantes (UNE), teve o Campus Monte Alegre invadido por tropas policiais. Sempre comprometida com questões do social, participa das movimentações pela abertura política e amplia o diálogo com outros setores da sociedade, oferecendo serviços e propostas de extensão e parcerias. Ela própria dá um passo decisivo em seu processo de democratização, ao realizar eleições para a Reitoria, em 1980.

As questões de direitos humanos, que se forjam no bojo da repressão política, criam raízes e se expandem. As mobilizações em torno das lutas pelos direitos de presos e exilados políticos ou pelos direitos das famílias dos desaparecidos durante o regime militar assumem consistência.

Articulado a essas perspectivas e propostas, o Cedic recebe o Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Cone Sul, conhecido como CLAMOR. Esse Comitê, criado em 1977, vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, teve como objetivo dar proteção e assistência aos refugiados da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Produziu informes gerais sobre violação de direitos humanos, cartilhas e folhetos críticos sobre a chamada “doutrina” de Segurança Nacional; manteve intercâmbio ativo com muitas organizações afins, no Brasil e na América Latina. Uma vez

extinto em 1991, seu arquivo foi doado ao Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep), que os doou ao Cedic, na expectativa de poder disponibilizá-lo de forma ampla.

O próprio percurso desse conjunto documental dá mostras do entretecer de relações na produção e preservação de dimensões significativas da memória social, com as quais alguns setores da população se sentem comprometidos e com os quais o Centro de Documentação da PUC-SP se solidariza.

Nesse caminhar, as lutas por direitos humanos se expande e diversifica e o Centro de Documentação acompanha esse processo. Nessa direção, encontra-se, também, no Cedic o fundo Grupo Solidário São Domingos (GSSD), que traz informações muito ricas sobre lutas contra as desigualdades sociais no Brasil, na América Latina e na África. Surgido informalmente em 1982, num trabalho de tradução de textos sobre a Teologia da Libertação, em expansão na América Latina, e sobre movimentos sindicais, na Europa, o Grupo passou a se organizar e se envolver mais efetivamente nessas lutas. Alguns de seus membros advêm da antiga Juventude Independente Católica (JIC) e da Liga Independente Católica Feminina (LICF), cujos acervos também se encontram no Cedic. Ampliando sua ação, o GSSD articula-se com entidades e organizações internacionais de solidariedade e com ONGs, em defesa de causas humanitárias onde quer que elas se manifestem. Durante o auge do regime de segregação racial do *apartheid*, por exemplo, divulgou, no Brasil, a situação do povo da África do Sul.

Para além de seu trabalho específico, colabora com outras entidades, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com a Comissão Pastoral da Terra, com a Comissão de Justiça e Paz e com outras tantas organizações envolvidas na defesa de toda sorte de opressão. No Brasil, dedica-se especialmente às problemáticas do Nordeste. Envolve-se com questões indígenas na América Latina, em especial com questões vividas pelos Chiapas, no México. Promoveu a criação do grupo Clamor por Timor, em defesa da população do Timor Leste. É, também, responsável pela realização da Agenda Latino Americana, um encontro de entidades e grupos de solidariedade, ONGs e outros, que se reúnem para discutir questões sociais no mundo todo, especialmente no continente americano.

Esse fundo abrange o período de 1980 a 2002. É formado por traduções de textos estrangeiros que se referem a questões do social, por artigos publicados em jornais e revistas, por livros e documentos variados, possibilitando um diálogo com novas formas de luta e reivindicação sociais.

O Cedic abriga, igualmente, o fundo Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e Caribe (Cehila), que se constitui num Centro de Informação no Brasil sobre a realidade e as injustiças sociais vividas pelos países da América Central. Produz

informativos e dossiês sobre as ditaduras na América Central e sobre a intervenção americana, especialmente em El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Haiti. Esse fundo abrange o período de 1970 a 1995.

Se, nos anos 1980, o perfil de acervo do Cedic privilegiava movimentos organizados vinculados à Igreja católica e que reforçavam denúncias e resistências a ditaduras militares, abre-se, hoje, para as transformações que se entretecem na vida cotidiana. Nesse sentido, constitui-se num espaço de memória de setores da população e problemáticas sociais do dia-a-dia, ainda pouco visitados pela investigação acadêmica e pelas instituições de preservação.

Novos conjuntos documentais acumulados revelam outros sujeitos firmando presença e reivindicando direitos, desnudando as tensões sociais geradas nas múltiplas dimensões da vida social, alargando o campo da prática política e modificando os termos em que ela se faz. Entre eles o Movimento dos Sem Terra (MST), o Conselho Missionário Indigenista (CIMI), os Movimentos dos chamados Povos da Floresta; os Movimentos por habitação, contra a carestia, por creches; os Movimentos de saúde, de mulheres, de idosos, de aposentados formam algumas coleções no Centro.

Nessas trajetórias de lutas por direitos, passam a falar em direitos culturais reivindicando o direito à diferença entendido como o direito a legitimar os modos diversos segundo os quais grupos participam da vida social como o direito de constituir e reordenar diferenças. Esses novos sujeitos estabelecem pautas variadas de reivindicações sociais e políticas: passa-se a falar de maneira mais explícita e enfática em direito à terra, à moradia, à educação, ao trabalho, à saúde, em direitos étnicos e culturais.

Acompanhando e subsidiando as reflexões em curso na Universidade, o Cedic, ao dar tratamento específico a esses conjuntos documentais, tem a preocupação de facilitar o trabalho para novos pesquisadores e de divulgar, para um público mais amplo, a rica produção da PUC-SP, profundamente marcada pelo compromisso com questões do social. Tem a preocupação, também, de favorecer os canais de comunicação entre os próprios grupos cujos registros ele abriga.

Dialogar com esse passado representa uma oportunidade de avaliar como esses processos se forjam e se transformam, com perspectivas de construir um futuro melhor. Esse material está disponível para novos questionamentos e novas interpretações.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Professora do Departamento de História, do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e coordenadora do Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho – Cedic da PUC-SP.

¹ Para maiores informações consultar KHOURY, Y. A., “Cedic: entre a preservação do patrimônio documental e o apoio à pesquisa e ao ensino”, em *BOLETIM DO ARQUIVO*/Divisão do Arquivo do Estado. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, v. 5, ns. 1 e 2, 2003, pp. 41-58.

² O projeto inicial foi realizado por professores de História, da PUC-SP, junto ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica, intitulado “Fontes para o estudo da atuação de leigos da Igreja Católica no Brasil, 1920-1980”, sob a coordenação da Professora Déa Ribeiro Felon e financiado pelo CNPq e Finep. Dando continuidade a este, foram organizados, sucessivamente o Projeto Igreja e Movimentos Sociais (1920-1980) e o Projeto Organização, Descrição e Microfilmagem dos Arquivos da Ação Católica Brasileira, sob a coordenação da Profa. Yara Aun Khoury, com financiamento do CNPq e da Comissão Episcopal Alemã, Adveniat. Os projetos contaram com bolsas de iniciação científica (CNPq), bolsas estágio (PUC-SP) e a orientação da Equipe Técnica do Cedic.

³ Todos esses fundos compõem-se, de um modo geral, de um conjunto rico de publicações periódicas, de correspondência enviada e recebida, de textos doutrinários e orientações da Igreja aos militantes, de estatutos arquiocesanos e regulamentos internos dos Movimentos, de listas de dioceses e de paróquias; textos de análise socioeconômica, de análise política, textos do movimento universitário; textos sobre cultura popular, sobre sindicalismo; históricos dos Movimentos, informes estatísticos, pesquisas e inquéritos, projetos de reformas sociais; textos sobre estrutura e organização desses Movimentos, textos de formação de militantes, proposições aprovadas em Congressos, cartilhas, planejamentos, programas religiosos, programas e relatórios de atividades, entre cursos, dias de estudo, encontros e eventos, visitas; avaliações de cada Movimento, programas para discussões, textos de estudo, textos sobre estratégias de ação; fotografias, folhetos, hinos, jogos cênicos, jograis, livretos de cantos, poesias, orações.

⁴ Esse fundo é formado por textos de aulas radiofônicas, por outros, que caracterizam a educação e que refletem sobre ela; por textos sobre linguagem e comunicação, por transcrições de comunicações em rádios; por cartilhas e relatórios de treinamentos, de encontros de coordenadores, de equipes locais, de professores-locutores e supervisores; por apostilas para o educando, apostilas de animação popular, por folhetos de versos populares, entre muitos outros. Uma outra parte desse acervo encontra-se no Rio de Janeiro, no Centro de Estudos Religiosos e Investigação Social - Ceris.

NOTÍCIAS DO PROGRAMA

Desarquivando o Brasil

No dia 28 de abril de 2005, na PUC-SP, foi realizado o Ato “Desarquivando o Brasil”, que contou com a presença de personalidades expressivas da sociedade civil, dentre as quais o jurista Helio Bicudo, o procurador Marlon Weichert, o historiador Jacob Gorender, a historiadora e Prof^a da PUC-SP Vera Lucia Vieira, o sociólogo da Unicamp Marcelo Ridente, a historiadora e ex-militante do POC Ângela de Almeida, o ex-dirigente da Polop Ceici Kameyama e a ex-guerrilheira do Araguaia Crimeia de Almeida, além da historiadora Janaina Teles representando a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Esse evento ocorreu em virtude da necessidade de trazer à público a discussão sobre a manutenção do “sigilo eterno” referente aos documentos dos arquivos da ditadura militar, como também abrir um amplo debate sobre as inconstitucionalidades contidas na lei 11.111/05, que foi sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 5 de maio de 2005. Essa lei estabelece que os documentos cujo sigilo é “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” podem ficar indefinidamente vedados à consulta, cabendo a uma comissão formada apenas por membros do Poder Executivo a decisão sobre sua eventual divulgação.

Em decorrência do grande interesse despertado na comunidade acadêmica e em setores da sociedade civil, surgiu o Movimento “Desarquivando o Brasil” que, contando com o apoio de vários setores da PUC-SP, como o Programa de Estudos Pós-Graduados em História; o Núcleo de Estudo de História: trabalho, ideologia e poder; o Centro de Estudos de História Latino-Americana, vem organizando uma série de eventos acerca da importância histórica da abertura dos arquivos da ditadura militar.

Atividades programadas

O Núcleo de Estudos de História: trabalho, ideologia e poder, vinculado ao Centro de Estudos de História Latino-Americana, promoveu o encontro intitulado “Diálogos Latino-Americanos. Estudos de América Latina nos EUA: uma visão crítica”, com palestra ministrada pelo Prof. Dr. Clifford Andrew Welch (Grand Valley State University, Allendale, MI.), na qualidade de professor visitante/Capes. Data: 11/04/2005.

O Núcleo de Estudos sobre a Amazônia pré-colombiana, vinculado ao Centro de Estudos de História Latino-americana, promoveu o encontro intitulado “Diálogos Latino-Americanos - Cosmovisão e Sacerdócio entre os Mexicas”, com palestra ministrada pela Profa. Dra. Marcia Arcuri - Cema-USP, sob a coordenação do Prof. Dr. Fernando Torres-Londoño. Data: 23/05/2005.

Seminários

O Núcleo de Estudo de História: Trabalho, ideologia e poder, coordenado pelo Prof. Antonio Rago Filho, promoveu o curso intitulado: Leituras sobre Marx: as três Críticas Ontológicas (1843-1848), destinado ao público em geral, visando compreender a crítica ao idealismo alemão, à determinação ontológica da politicidade e a crítica ao capital e suas expressões teóricas. A bibliografia constituiu-se de obras dos anos formativos do filósofo alemão e de pesquisas do Grupo de Marxologia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenação: Profa. Dra. Vânia Aparecida Noeli Assumpção. Duração: 32 horas. Período: março a junho de 2005.

TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2004

Mestrado

Ana Cosenza

Título: *Como é contada a história? – representações da greve dos petroleiros na imprensa – 1995*

Orientadora: Marcia Barbosa Mansor D'Alessio

Joelza Ester Domingues Rodrigues

Título: *Memória fora de foco. A fotografia no livro didático de história do Brasil*

Orientadora: Vera Lúcia Vieira

Enesio Marinho da Silva

Título: *Álcool e sangue no jornal Notícias Populares (São Paulo – 1964/1972)*

Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos

Rosemari Padial

Título: *Corações femininos: adoecimento, cotidiano e trabalho (São Paulo 1970-2000)*

Orientadora: Maria Izilda Santos de Matos

Mário Médice Costa Barbosa

Título: *O povo cabano no poder: memória, cultura e imprensa e Belém - PA (1982-2004)*

Orientadora: Yara Maria Aun Khoury

Proj. História, São Paulo, (30), p. 417-419, jun. 2005

417

Ana Cristina Alves Balbino

Título: *O cotidiano através dos trilhos: problema ou progresso? A relação entre a São Paulo Railway e a popular paulista 1870/1890*

Orientadora: Olga Brites da Silva

Ipojucan Dias Campos

Título: *Casamento, divórcio e meretrício em Belém no final do século XIX (1890-1900)*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Angela Maria Souza

Título: *O Brasil de Caio Prado Junior nas páginas da Revista Brasiliense (1955-64)*

Orientador: Antonio Rago Filho

Flavio da Silva

Título: *Humor e sátira: o cabrião no cotidiano da Cidade de São Paulo – 1866/67*

Orientadora: Heloisa de Faria Cruz

Márcia Juliana Santos

Título: *It's all true e a construção das imagens do Brasil*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Virginia Perez Ferres

Título: *Rivalidade, tensão e integração. Análise da política externa argentino-brasileira no contexto da Bacia do Prata (1974-1979)*

Orientador: Mauricio Broinizi Pereira

Simone Silva Fernandes

Título: *Crônicas da metrópole: Francisco Prestes Maia para o jornal Última Hora de São Paulo (1952-1958)*

Orientadora: Heloisa de Faria Cruz

Felipe Eduardo Ferreira Marta

Título: *O caminho dos pés e das mãos: taekondo. Arte marcial, esporte, e a colônia coreana em São Paulo (1970-2000)*

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Sueli Ribeiro Martini

Título: *Ian – sufixo da identidade, presença da comunidade armênia no processo de urbanização de Osasco – 1920/2000*

Orientadora: Marcia Barbosa Mansor D'Alessio

Henrique Cavalcanti de Albuquerque

Título: *Decadentismo e desilusão: o desencanto pela modernidade na literatura do Rio de Janeiro da belle époque*

Orientadora: Maria Odila da Silva Dias

Doutorado

Rosimeire Aparecida Angelini Castro

Título: *Ecos da memória: uma contribuição à história da vida quotidiana de mulheres no Paraná (1930-1975)*

Orientadora: Maria Odila da Silva Dias

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Projeto História* é temática, semestral e compõe-se de 5 (cinco) seções: Traduções, Artigos, Entrevistas, Notícias de Pesquisa e Resenhas.

1 – Todos os trabalhos devem conter reflexões em torno do tema proposto para cada número.

2 – Todos os textos enviados serão submetidos a 2 (dois) pareceristas do Conselho Editorial e, se necessário, serão encaminhados para um terceiro consultor.

3 – Os artigos devem conter aproximadamente 25 (vinte e cinco) laudas de 30 linhas e 70 toques. Deverão vir acompanhados de título, de resumo em torno de 100 palavras e de, no máximo, 5 (cinco) palavras-chave. Título, resumo e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês.

4 – As resenhas terão um extensão em torno de 5 (cinco) laudas e deverão conter 3 (três) palavras-chave. Título e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês. As resenhas dispensam a apresentação de resumo.

5 – As traduções terão uma extensão flexível, a critério do Conselho Editorial. Deverão vir acompanhadas de autorização do autor do texto e das imagens. As traduções dispensam resumo e palavras-chave.

6 – As notícias de pesquisa devem conter aproximadamente 10 (dez) laudas e deverão vir acompanhadas de título em português e inglês. Esses trabalhos dispensam resumo, palavras-chave e fonte.

7 – O originais devem ser apresentados em disquete 3,5”, Programa *Word 6.0* ou *7.0 for Windows* (fonte *Times New Roman 12*, com espaço 1,5) e em 2 (duas) cópias impressas. Deverão conter ainda os seguintes dados: endereço completo, telefone, fax e e-mail.

8 – As notas bibliográficas e explicativas deverão ser numeradas e colocadas no final do texto. A revisão não publica bibliografias.

9 – Dados sobre a formação e filiação acadêmico-institucional do autor deverão ser indicados em asteriscos no final do texto.

10 – Normas para notas:

Em caso de livro:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico: subtítulo*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo ou item do livro entre aspas”. In: *Título do livro em itálico*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de artigo de periódico:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*. Cidade, Editora, v., fascículo, p., ano.

PROJETO HISTÓRIA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA PUC-SP

Formulário para assinatura e aquisição de números avulsos

O valor da assinatura anual é de R\$ 60,00 o valor do número avulso é de R\$ 30,00

Envie seu pedido anexando comprovante de depósito a ser realizado no Banco Bradesco –
Ag. 3394-4 – Conta Corrente 1506-7, no endereço abaixo:

Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC-SP
PROJETO HISTÓRIA
Rua Monte Alegre, 984 – ERBM – 4º andar – sala 4E08 – Bloco A – Perdizes
CEP 05014-901 – São Paulo – Brasil

Nome

Endereço

Cep Cidade Estado

Fax E-mail

Assinatura

Indique abaixo opção desejada

Números disponíveis – 11, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 (v1/v2) e 30

Assinatura Anual: Total

Cheque nº Agência Banco